



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**CONTROLE DA TERRA E DAS POPULAÇÕES.
A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO DA DITADURA EMPRESARIAL-
MILITAR**

RICARDO JOSÉ BRAGA AMARAL DE BRITO

Rio de Janeiro

2022



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**CONTROLE DA TERRA E DAS POPULAÇÕES.
A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO DA DITADURA EMPRESARIAL-
MILITAR**

RICARDO JOSÉ BRAGA AMARAL DE BRITO

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Doutor em Ciências Sociais**,
no Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros

Rio de Janeiro

2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B862c

Brito, Ricardo José Braga Amaral de, 1993-
Controle da terra e das populações. A política de
colonização da ditadura empresarial-militar / Ricardo
José Braga Amaral de Brito. - Rio de Janeiro, 2022.
282 f.

Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2022.

1. Colonização. 2. Questão Agrária. 3. Ditadura. 4.
Rio de Janeiro. 5. Cachoeiras de Macacu. I. Medeiros,
Leonilde Servolo de, 1949-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

RICARDO JOSÉ BRAGA AMARAL DE BRITO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 28/04/2022.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a REGINA ANGELA LANDIM BRUNO (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS (UFRGS)

Prof. Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA (UFRJ)



Emitido em 27/04/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 5229/2022 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/04/2022 10:42)

DEBORA FRANCO LERRER
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: 1923291

(Assinado digitalmente em 28/04/2022 21:22)

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: 386491

(Assinado digitalmente em 27/04/2022 09:22)

THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: 1551581

(Assinado digitalmente em 28/04/2022 18:06)

ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 534.396.197-53

(Assinado digitalmente em 03/05/2022 17:59)

JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 646.485.678-20

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 5229, ano: 2022, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 27/04/2022 e o código de verificação: 6ae8f85c58

AGRADECIMENTOS

Toda tese é fruto de um longo processo e, por dentro de suas páginas, estão horas de trabalho, reflexão, angústia e descoberta. Tanto a tese quanto o seu autor foram feitos durante os anos de escrita e de pesquisa, em um processo de formação e aprendizado que envolve uma troca significativa com inúmeras pessoas. Foi por meio dessas trocas que este trabalho pode se tornar menos “estranhado” e mais “entranhado” comigo mesmo. Gostaria, então, de agradecer a todas e todos que participaram, de alguma forma, desse trabalho.

Agradeço primeiro à minha orientadora, Leonilde Medeiros, com quem tenho aprendido a fazer pesquisa e pensar de forma verdadeiramente crítica e comprometida. As principais reflexões do meu trabalho foram feitas em diálogo contínuo com a Leo que, ao invés de “cortar as minhas asas”, sempre indicou as melhores correntes de ar, indicando leituras, desafios, reflexões, sugerindo mudanças de rota. Busquei colocar aqui todo o rigor ético, teórico e metodológico que tenho aprendido com ela, e que é também uma posição e compromisso políticos que assumimos.

Ao “pessoal do Núcleo” (Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – NMSPP/CPDA/UFRRJ)! Entre laboratórios, reuniões, leituras de nossos textos e discussão de outros e arrumar e catalogar documentos sempre houve muito afeto e aprendizado. Portanto, obrigado sobretudo ao Fabrício Teló, Gabriel Bastos, Luiza Antunes e à professora Débora Lerrer pelas conversas e pelas sugestões que fizeram ao meu trabalho ao longo dos anos.

Aos companheiros/as com quem partilhei os projetos de extensão em Cachoeiras de Macacu e Campos. Obrigado Silas Borges, Leonilde Medeiros, Fabrício Teló, Paulo Alentejano, Ana Costa, Ana Motta e Delma Neves pelo aprendizado que me proporcionaram e pela confiança que depositaram em mim. Devo muito a vocês o meu gosto pela sala de aula! Agradeço mais uma vez a Ana Motta pelo tempo em que fomos colegas de departamento na Universidade Federal Fluminense (UFF). Dividimos disciplina e a Ana sempre me incentivou a me jogar um pouco mais.

A Regina Bruno, Thereza Menezes, Antonio Carlos de Souza Lima, Débora Lerrer e José Vicente Tavares dos Santos pelos comentários valiosos que fizeram nas bancas de qualificação e defesa. As sinalizações e sugestões foram essenciais para a continuidade da pesquisa e das reflexões e para a elaboração do texto final. Além de tudo, todos sempre foram para mim exemplos de pesquisadores críticos e sérios, tendo tido a oportunidade de participar de muitas de suas disciplinas.

A todos os técnicos/as, funcionários/as e docentes do CPDA que nesses últimos anos tornaram possível a existência e a continuidade da pós-graduação. O afastamento da vida cotidiana por conta da pandemia deixou uma imensa saudade de habitar as salas, assistir aulas, conversar nos sofás do 6º andar, estudar e espairecer.

Agradeço imensamente aos meus pais, José e Elizabeth, e ao meu irmão, Eduardo, e sua esposa, Laís. Meus pais nem sempre lembram ou sabem exatamente o que tanto estudo, mas sempre me apoiaram, e meu irmão sempre foi meu maior amigo, com quem converso longamente sobre tudo. Agradecer é pouco, já que esse trabalho e esse pesquisador não seriam os mesmos sem vocês!

A todos os meus amigos e amigas que fiz e mantive ao longo dos anos. A pandemia impediu que nos encontrássemos como queríamos, mas achamos meios de manter o contato, de conversar e rir durante madrugadas, de trabalhar e ver filmes no computador e, quando dava, fazer exatamente o mesmo, mas juntos e presencialmente.

Por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos recebida, fundamental para a dedicação integral e a plena realização de todas as etapas da pesquisa. É necessário dizer que o financiamento público às pesquisas universitárias é essencial para garantir sua qualidade e seu compromisso em conhecer e criar possibilidades de transformação em nosso país, e por isso, precisa ser ampliado.

*Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um Império Colonial.*
(Chico Buarque e Ruy Guerra. *Calabar. O elogio da traição*)

*Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo*
(Julio Numhauser. *Todo cambia*)

RESUMO

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. *Controle da terra e das populações. A política de colonização da ditadura empresarial-militar*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

A política de colonização tem sido continuamente reconfigurada na história brasileira enquanto mecanismo de intervenção estatal orientado para gestão do conflito, controle da terra e das populações e enquanto forma de tratamento da questão agrária, articulada com a formação e ampliação dos mercados de terra, trabalho e consumo. A colonização pode ser entendida, deste modo, enquanto elemento de longa duração na política brasileira, relacionada a um complexo tecno-empresarial-militar e à sua tradição positivista e autoritária de compreensão e intervenção do Estado nas margens sociais. A fim de captar o enquadramento interpretativo desta política e seu modo de realização, analiso o conjunto de intervenções e experiências de colonização no município de Cachoeiras de Macacu (RJ), apreendendo sua realização a partir da dinâmica conflitiva entre o complexo tecno-empresarial-militar, grupos camponeses diversos e suas associações e mediadores. Deste modo, é possível apreender a configuração social específica na qual a política de colonização foi acionada, sobretudo nos primeiros anos da ditadura empresarial-militar, suas causas, contradições e consequências, observando a persistência de sua lógica de atuação em formas contemporâneas de intervenção do Estado na questão agrária.

Palavras-chave: Colonização; Questão Agrária; Ditadura; Rio de Janeiro; Cachoeiras de Macacu.

ABSTRACT

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. *Controle da terra e das populações. A política de colonização da ditadura empresarial-militar*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

The colonization policy has been continuously reconfigured in Brazilian history as a mechanism of state intervention oriented towards conflict management, control of land and populations and as a treatment of the agrarian question, articulated with the formation and expansion of land, labour and consumption markets. Colonization can be understood, in this way, as a long-term element in Brazilian politics, related to a techno-business-military complex and its positivistic and authoritarian tradition of understanding and intervention by the State in the social margins. To capture the interpretative framework of this policy and its implementation, I analyse the set of interventions and experiences of colonization in the municipality of Cachoeiras de Macacu (RJ), apprehending its realization from the conflicting dynamics between the techno-business-military complex, different peasant groups and their associations and mediators. In this way, it is possible to apprehend the specific social configuration in which the colonization policy was triggered, especially in the early years of the business-military dictatorship, its causes, contradictions, and consequences, observing the persistence of its logic of action in contemporary forms of intervention by the State in the agrarian question.

Key words: Colonization; Agrarian Question; Dictatorship; Rio de Janeiro; Cachoeiras de Macacu.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Loteamento rural do Projeto Integrado de Colonização de Papucaia.....	19
Tabela 2. Programas de Colonização (1927-1994)	120
Tabela 3. Estabelecimentos por grupos de área (ha) em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)	159
Tabela 4. Estabelecimentos e área (ha) segundo a condição do responsável em Cachoeiras de Macacu (1940-1980).....	160
Tabela 5. Área (ha) segundo a utilização das terras em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)	160
Tabela 6. Estabelecimentos e área (ha) segundo classe de atividade econômica em Cachoeiras de Macacu (1950-1980).....	161
Tabela 7. Pessoal ocupado em Cachoeiras de Macacu (1950-1980).....	162
Tabela 8. População em Cachoeiras de Macacu (1940-1980).....	162
Tabela 9. Principais culturas permanentes em Cachoeiras de Macacu (1950-1980)	163
Tabela 10. Formas de violação dos Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro e município de Cachoeiras de Macacu	176
Tabela 11. Áreas desapropriadas pelos governos federal e estadual no Rio de Janeiro.....	178
Tabela 12. Situação e discriminação dos Núcleos Coloniais de Papucaia, Macaé e Santa Alice (1967)	189
Tabela 13. Parcelas previstas no Distrito de Colonização de Papucaia (1968).....	201
Tabela 14. Latifúndios passíveis de expropriação e assentamento nas áreas prioritárias de reforma agrária (1968).....	227
Tabela 15. Projetos de Reforma Agrária e Unidades de Conservação em Cachoeiras de Macacu	249

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização do território nacional e das políticas a serem acionadas a partir do índice global de prioridade da reforma agrária.....	105
Quadro 2. Núcleos Coloniais do estado do Rio de Janeiro	154

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localidades do Município de Cachoeiras de Macacu (RJ)	20
Mapa 2. Núcleos Coloniais do estado do Rio de Janeiro	153
Mapa 3. Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – Década de 1950	153
Mapa 4. Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – Década de 1960	174
Mapa 5. Desapropriações no estado do Rio de Janeiro 1950/1960	175
Mapa 6. Áreas Prioritárias para Reforma Agrária (1966)	232

LISTA DE SIGLAS

Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ALF – Associação de Lavradores Fluminenses
AN – Arquivo Nacional
Aperj – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNM – Acervo Brasil Nunca Mais
Cang – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEV-Rio – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro
Cida – Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola
Cira – Cooperativas Integradas de Reforma Agrária
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Colina – Comando de Libertação Nacional
Comperj – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
CPDA/UFRRJ – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DPPS – Departamento de Política e Social
DTC – Divisão de Terras e Colonização
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESG – Escola Superior de Guerra
Falerj – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FBC – Fundação Brasil Central
Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
Flerj – Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FNM – Fábrica Nacional de Motores
Gret – Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra
GT Agrária/AGB – Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio e Niterói
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Idago – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

IP – Índice Global de Prioridade para Reforma Agrária
Ipes – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
Mirad – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
OEА – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAR – Acervo Paulo de Assis Ribeiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PIC – Projeto Integrado de Colonização
PIN – Plano de Integração Nacional
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
Polop – Organização Revolucionária Marxista-Leninista – Política Operária
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Seaf – Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários
SNI – Serviço Nacional de Informação
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Supra – Superintendência da Política Agrária
UDN – União Democrática Nacional
Uerj – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária
ZHM – Zona Homogênea Metropolitana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Envolvimento Com o Tema	23
Objetivos	24
Aproximando-se do Objeto: Enquadramentos Teóricos	25
Aproximando-se do Objeto: Metodologias e Fontes Empíricas	37
Estrutura de Capítulos	43
PARTE I. CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E DA QUESTÃO AGRÁRIA	45
CAPÍTULO 1. OS SENTIDOS DA COLONIZAÇÃO	46
1.1. Colonizar: Conquistar, Controlar e Civilizar	47
1.2. Finda a Colônia, a Colonização Sistemática	52
1.2.1. Imigração e produção agrícola	52
1.2.2. Colonização sistemática e controle das populações	54
1.2.3. A Lei de Terras e a formação dos mercados de terras e de trabalho livre	60
CAPÍTULO 2. INTEGRAR E FIXAR: OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DO NACIONAL	69
2.1. Integrar e Formar o Nacional	69
2.2. Fixar no Sudeste, Marchar para Oeste	77
2.3. Conflitos, Reforma Agrária e a Opção pela Colonização	82
2.4. Planejando a Comunidade: Povoamento Racional e Classe Média Rural	87
CAPÍTULO 3. O IBRA E A CONTRAPRESTAÇÃO DE CLASSE	108
3.1. Síntese de Múltiplas Determinações: “Metade cavalo/ Metade também”	108
3.2. Reforma Agrária: “dar conteúdo ideológico à Revolução”	120
3.2.1. Construção do compromisso	121
3.2.2. Planejamento e diálogo internacional	126
3.2.3. Constituição da área prioritária para reforma agrária	133
3.3. Controle e Salvação: a Doutrina de Segurança Nacional	137
PARTE II. RAZIA E LUTA PELA TERRA EM CACHOEIRAS DE MACACU	146
CAPÍTULO 4. COLONIZAÇÃO RACIONAL E INTENSA: BAIXADA – CACHOEIRAS DE MACACU	147
4.1. Despejos, Conflitos e Mobilizações na Baixada (1930-1960)	148
4.2. Concentração Fundiária e Desruralização em Cachoeiras de Macacu	157
4.3. A Experiência <i>Pioneira</i> e <i>Revolucionária</i> de Papucaia	164
CAPÍTULO 5. TEMPO DO EXÉRCITO: IBRA E MILITARIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA	179

5.1. De Instituto à I Batalhão da Reforma Agrária	179
5.2. Travessias e Frustrações	201
5.2.1. Esperanças e mobilizações: travessia Fazenda do Largo-Imbé	202
5.2.2. Deslocando os invasores: travessia Imbé-Vecchi	208
5.2.3. Última intervenção do Ibra: travessia Marubaí-Quizanga	210
CAPÍTULO 6. A TERRA PARA QUEM NELA NÃO TRABALHA	221
6.1. Crises no Ibra: Microplanificação e Falta de Decisão Política	221
6.2. Avaliação de Projetos do Ibra e a Guinada Colonial do Incra	230
6.3. Devolução, Titulação e Emancipação	236
6.4. Raízes e Reses	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS. PÓS-COLONIAL? O VERBO OCULTO DA POLÍTICA AGRÁRIA BRASILEIRA	251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	258
DOCUMENTOS CONSULTADOS	276

INTRODUÇÃO

Quem atravessa a RJ-116, saindo da cidade do Rio de Janeiro em direção a Nova Friburgo e Campos dos Goytacazes, se depara com estranhas ironias ao chegar ao município de Cachoeiras de Macacu. De ambos os lados da estrada encontramos, alternando, centros urbanos e grandes extensões de terra, frequentemente ocupadas por gado ou com anúncios e etapas iniciais de obras de grandes empreendimentos imobiliários. Aqui reside uma primeira ironia: apesar de ser um município com expressiva produção agrícola, não se encontram agricultores de forma fácil e visível. Visíveis são os empreendimentos imobiliários, os centros urbanos e os bovinos que pastam à beira da estrada¹. Para que se descubra os agricultores locais é preciso adentrar e seguir pequenas estradas de terra.

A segunda ironia está no nome pouco conhecido da estrada: Rodovia Presidente João Goulart. Foi no breve período do governo João Goulart que uma parte expressiva do movimento camponês nacional, estadual e municipal encontrou canais de diálogo e capacidade de pressão em torno da pauta da reforma agrária. A região passou por desapropriações e as mobilizações sociais foram marcadas pela esperança de que o acesso à terra, fonte estrutural das desigualdades existentes no país, fosse democratizado. Certamente a ironia é marcada pelo drama do silenciamento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em contraposição à imagem pública, visível e acessível dos interesses imobiliários, que se impõe mesmo que não se queira vê-la. Aquele que quiser conhecer estas histórias e memórias deve aprender com os silêncios e buscar ouvir e ver experiências ocultadas.

A configuração da experiência destes trabalhadores e trabalhadoras rurais se aprofunda quando buscamos traçar suas histórias de vida, tentando entender a chegada ao lote de terra, a presença ou ausência de títulos de propriedade, as dificuldades encontradas na produção de alimentos e as ameaças recentes de despejo para a construção da barragem do rio Guapiaçu, projeto de compensação ambiental do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro² (Comperj). Mais uma vez, passado e presente se articulam. Muitas destas famílias, hoje ameaçadas pelo projeto de barragem ou que encontram dificuldades para sua reprodução social, receberam terras por meio de projetos diversos do Estado para a região. Contudo, também a decisão ativa e organizada de se manter na mesma terra aponta a continuidade de uma resistência que, ao longo do tempo, caracteriza esses trabalhadores rurais. São suas formas de organização e resistência e as maneiras de intervenção do Estado na questão agrária do município, sobretudo as experiências de colonização, que serão analisadas, buscando apreender nessa relação elementos que expliquem padrões de ação do Estado.

¹ Agradeço a Leonardo Maggi, do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), que primeiro apontou para essa maior visibilidade de “bois por metro quadrado”, como ele gosta de dizer.

² O Comperj se localiza no município de Itaboraí, vizinho a Cachoeiras de Macacu. Suas obras se iniciaram no ano de 2008 com o objetivo de expandir a capacidade de refino da Petrobras, possibilitando o atendimento à demanda de derivados do petróleo. A presença do Comperj alterou de forma significativa os municípios no seu entorno, influenciando na especulação imobiliária, no despejo de populações mais pobres, na geração de empregos e na ameaça de despejo pela construção da barragem no rio Guapiaçu. A construção da barragem afetará famílias de trabalhadores rurais localizados em regiões de Cachoeiras de Macacu, muitas das quais foram alvo de políticas de colonização do governo militar e, até hoje, mais de 50 anos depois, não receberam os títulos de propriedade da terra. Algumas destas famílias se encontram mobilizadas junto ao MAB. Devido às crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e pela Petrobras, o projeto da barragem está suspenso. Para um histórico e análise da luta contra a barragem, ver Cadorin (2017).

Para isso, tomou-se como objeto as políticas de colonização e, como caso de estudo, as várias intervenções realizadas em Cachoeiras de Macacu, sobretudo no distrito de Papucaia entre os anos 1950 e 1980. Em 1951 foi instalado o Núcleo Colonial de Papucaia cujo principal objetivo era a produção de alimentos para o mercado interno da capital Rio de Janeiro, então em expansão urbana e demográfica. Este objetivo estava atrelado a outros sentidos dados à política de colonização ao longo dos séculos XIX e XX, indicando formas e padrões de intervenção do Estado nas áreas rurais, tais como o controle de territórios e fronteiras, racionalização dos deslocamentos populacionais, organização e controle de populações rurais em pequenas propriedades a partir de formas várias de assistência e intervenção. Para além desses sentidos que expressam uma tradição estatal de intervenção sobre populações e territórios, é preciso apreender também a dinâmica contraditória e conflitiva das experiências de colonização, sobretudo no caso analisado em Cachoeiras de Macacu.

O Núcleo Colonial alterou profundamente as relações tradicionais de uso, ocupação e posse da terra, gerando simultaneamente a presença de populações camponesas que desejavam a propriedade da terra e autonomia de produção e de novas formas de expropriação oriundas da especulação imobiliária. A atuação e formação de organizações coletivas e movimentos sociais na região entre 1959 e 1964 transformaram as promessas de colonização em demandas por reforma agrária. Estas demandas sofreram tentativas e diferentes níveis de despolitização por parte dos governos militares, que as atendeu parcialmente. Após a prisão de lideranças e forte controle militar, Papucaia foi reorientada enquanto experiência de colonização, reforçando seu sentido de controle de populações potencialmente insubmissas. Em 1966 foi constituído o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Papucaia a partir da desapropriação das fazendas Vecchi, Quizanga, Santo Antônio do Guapiaçu e das glebas Sebastiana e Queiroz³. A formação do PIC acompanhou a definição do estado do Rio de Janeiro como área prioritária para a realização da reforma agrária⁴. Contudo, foi realizada fundamentalmente uma política de colonização. Estas áreas desapropriadas foram integradas a quatro outras: o antigo Núcleo Colonial de Papucaia; Funchal, área de colonização japonesa; a Fazenda Vargem Grande, desapropriada em 1962 no município de Itaboraí, mas nos limites de Cachoeiras de Macacu; e a Fazenda São José da Boa Morte, desapropriada em janeiro de 1964 após ocupação de trabalhadores rurais organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e com a participação do Sindicato dos Ferroviários do município e do prefeito Ubirajara Muniz, do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB (BRITO, 2018).

O PIC centralizou a administração e o controle de diversas áreas rurais, delimitando uma atuação mais próxima junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, definindo critérios de produção agrícola para o abastecimento interno e formas de organização coletiva, deslocando populações de outras áreas de intervenção estatal e consolidando formas de assistência técnica e de outros serviços públicos. Tais atuações foram marcadas pela vigilância constante sobre os camponeses, de modo a impedir suas formas de organização em um período de intensa repressão aos movimentos populares. A fim de se apreender o tamanho e a dimensão das desapropriações, seguem a Tabela 1 e o Mapa 1.

³ Decreto nº 58.161, de 6 de abril de 1966. *Diário Oficial da União* – Seção 1 – 13/4/1966, p. 3.845.

⁴ Decreto nº 57.081, de 15 de outubro de 1965. *Diário Oficial da União* – Seção 1 – 22/10/1965, p. 10.827. Como será visto a seguir, o Estatuto da Terra (BRASIL, 2007a), lei que normatizou o uso da terra e estabeleceu as diretrizes referentes ao desenvolvimento rural, à colonização e à reforma agrária, aprovada em 1964 pelo governo militar, também estabeleceu a delimitação das áreas consideradas prioritárias para reforma agrária. Após a delimitação é que se daria a possibilidade de desapropriação. Sobre esse assunto, ver o Capítulo 3 da presente tese.

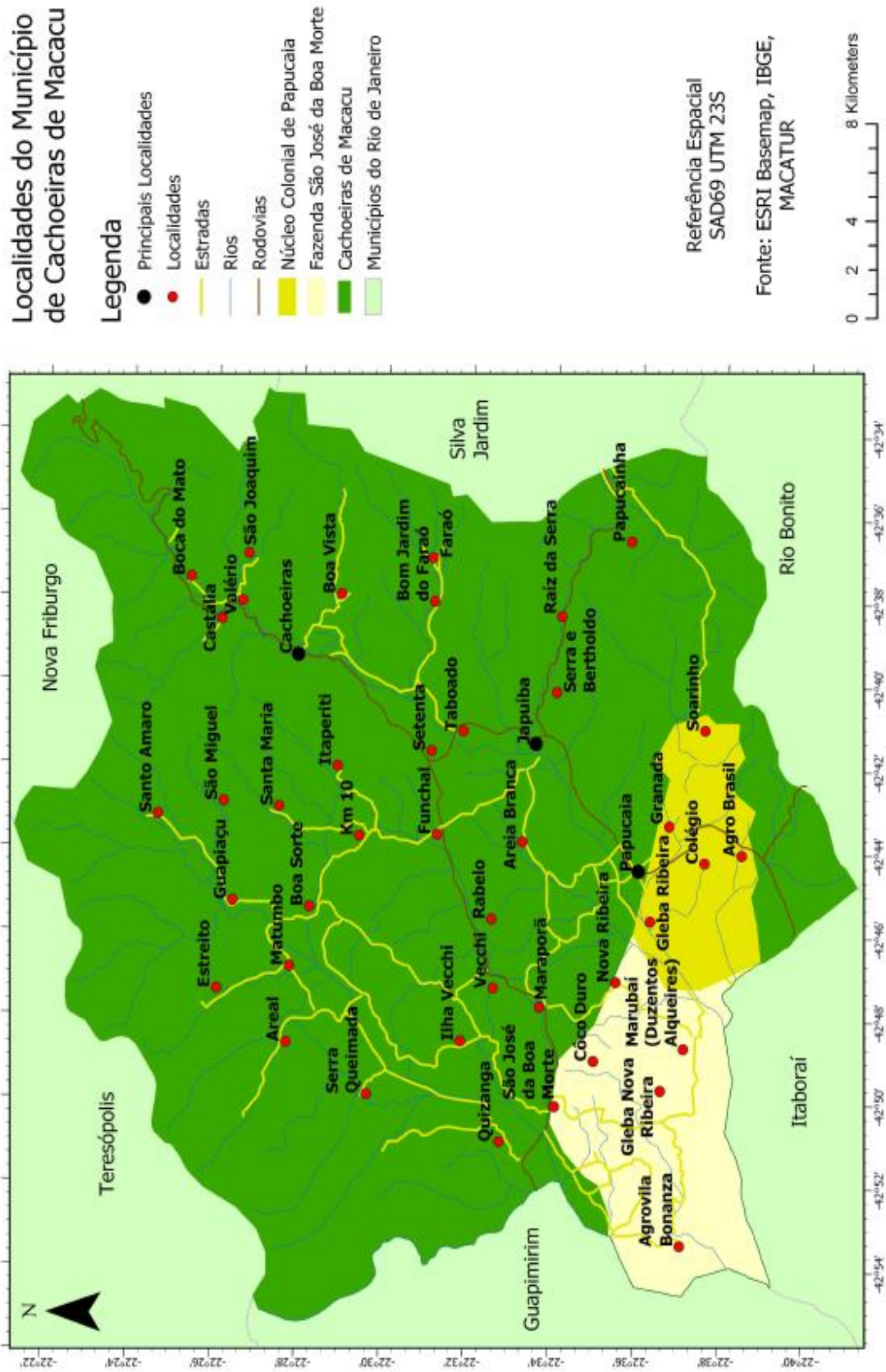
Tabela 1. Loteamento rural do Projeto Integrado de Colonização de Papucaia

Gleba	Nº de Lotes	Área (ha)	Área média (ha)
Papucaia	84	1.602	19,1
Ribeira	99	1.636	16,5
Colégio	108	1.683	15,6
Soarinho	24	444,8	18,5
Porto da Cana	8	100	12,5
Rio Rabelo	18	52	2,8
Nova Ribeira	114	2.659	23,3
Vargem Grande	135	1.927,6	14,3
Quizanga	73	1.068,6	14,6
Sebastiana	21	396	18,8
Condomínio Agropecuário Marubaí	40	696	17,4
Guapiaçu (sub-judice ⁵)	55	1.890	34,4
Vecchi (sub-judice)	105	2.481	23,6
Ilha Vecchi (sub-judice)	10	21,9	2,2
Total	894	16.657,9	18,6

Fonte: Tabela produzida a partir dos dados de “Núcleo Colonial de Papucaia”. Documento do Incra, s.d., pp. 34-39.

⁵ Expressão em latim que significa “em julgamento”, indicando que o processo de desapropriação ainda não havia sido concluído, aguardando decisão judicial.

Mapa 1. Localidades do Município de Cachoeiras de Macacu (RJ)



Fonte: ESRI Basemap, IBGE, MACATUR. Mapa apresentado em Brito (2018, p. 64).

Por meio da análise deste caso pretende-se apreender a política de colonização como mecanismo de intervenção estatal orientado para a gestão do conflito e controle da terra e das populações, significativa para a compreensão da questão agrária no Brasil e da interpretação e da proposta de encaminhamento feita pelo Estado brasileiro. Para apreender esta política é preciso analisar os grupos, as interpretações e as tensões que a configuram ao longo do tempo nas diferentes áreas e regiões em que ela foi acionada, intercalando disputas pelo significado da questão agrária e por formas de intervenção, conflitos por terra e formas de organização em diferentes níveis. A colonização em Papucaia não se explica em si, só podendo ser entendida quando vinculada às dinâmicas do município, do estado e do Brasil. Deste modo, se inicialmente fizemos de Papucaia o objeto de estudo, a análise dos documentos, das entrevistas, das reportagens e da bibliografia consultados apontou para a necessidade de apreender de modo mais amplo a política de colonização do Estado brasileiro.

Reconstituir esta política a partir do Rio de Janeiro pretendeu superar a relativa ausência de trabalhos sobre ela neste estado, em especial no período da ditadura empresarial-militar⁶. A baixa quantidade de estudos reflete a invisibilidade imposta às áreas e populações rurais de uma unidade da federação que quer ser vista como urbana e se articula com imagens de modernização. Esta narrativa oculta e faz esquecer o caráter pioneiro da colonização do Rio de Janeiro, como o demonstram Nova Friburgo, criado já em 1819, Santa Cruz em 1932 e outros núcleos instalados entre os anos 1930 e 1960. Estas experiências fizeram do estado um verdadeiro laboratório da colonização que não pode ser descolado da Marcha Para Oeste nos anos 1930 e 1940 e da colonização na região amazônica nos anos 1970. Pretendeu-se, deste modo, apresentar e salientar a singularidade do estado do Rio de Janeiro, identificando a sua importância a partir dos conflitos e formas de organização, mobilização e resistência coletivas, como também dos modos de percepção, classificação e intervenção presentes nas ações e instituições estatais, agentes privados e militares. A especificidade e importância deste estado da federação pode ser percebida pela quantidade e intensidade de esforços empreendidos pelo Estado logo nos primeiros anos da ditadura empresarial-militar.

A ausência de bibliografia a respeito foi identificada durante a pesquisa de mestrado sobre as ocupações de terra realizadas na fazenda São José da Boa Morte em 1961, 1963 e 1979 e as desapropriações ali ocorridas em 1964 e 1981 (BRITO, 2018). Esta ausência motivou a consulta à extensa bibliografia produzida sobre colonização, voltadas sobretudo para as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, ou ainda com foco na região Sudeste, mas restritas ao século XIX. O conhecimento prévio da região de Papucaia permitiu apreender suas particularidades e semelhanças com relação a outras experiências de colonização, de modo que este caso foi reconstituído junto da dinâmica histórica da questão agrária nas escalas municipal, estadual e nacional.

Conforme analisado em trabalho anterior (BRITO, 2018), a região esteve marcada pela grilagem de terras, publicamente reconhecida após a constituição do Núcleo Colonial de Papucaia. Este Núcleo se insere enquanto política de abastecimento interno relacionada a inúmeras formas de intervenção estatal, tais como obras de saneamento, construção de estradas, regularização fundiária de áreas devolutas, imigração de trabalhadores de distintas nacionalidades e reorganização das populações locais. Papucaia não foi o único núcleo colonial em território fluminense, sendo, na verdade, uma criação já tardia do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Entre as décadas de 1930 e 1950 foram formados sete núcleos:

⁶ A opção por caracterizar o período ditatorial e o golpe como “empresarial-militar” busca qualificar de forma mais detalhada o grupo social que atuou decisiva e organizadamente na sua realização, bem como na implementação das reformas e práticas com base nos interesses das classes empresariais do campo e da cidade, nacionais e transnacionais (DREIFUSS, 1981; MELO, 2014). Deste modo é possível superar as dificuldades colocadas pelo termo “civil”, mais genérico do que o termo “empresarial”, além de apontar categoricamente o caráter de classe tanto do golpe quanto da ditadura, sem com isso diminuir a importância de setores militares.

quatro durante a década de 1930 (Santa Cruz, São Bento, Duque de Caxias e Tinguá), dois em 1951 (Macaé e Papucaia) e um em 1955 (Santa Alice)⁷. Este conjunto de intervenções, a grande maioria no entorno da então capital federal, gerou intenso processo de valorização fundiária, associado a ações de grilagem de terra e despejos de lavradores, dando origem aos conflitos fundiários que marcaram os anos 1950 e 1960 no estado (GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 2018). Em Cachoeiras de Macacu, as ocupações realizadas pelos lavradores em 1961 e em 1963 estiveram diretamente relacionadas, como veremos, com o avanço da grilagem sobre as terras do Núcleo Colonial (BRITO, 2018).

Ainda em 1965 o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra)⁸ fez do Rio de Janeiro área prioritária de reforma agrária e deu a ela atenção especial, sobretudo através do PIC Papucaia⁹. A rápida atuação estatal pode estar relacionada à intensidade da organização dos trabalhadores rurais do estado, capazes de pressionar e conquistar a desapropriação de 23 áreas rurais entre 1958 e os primeiros meses de 1964 (MEDEIROS, 2018). Frente à força e articulação do movimento camponês, a atuação precisa da repressão e resolução da questão agrária pelos militares esteve presente também nas atuações e atribuições do Ibra.

Importa apreender deste histórico a intensa articulação e mobilização coletiva em Cachoeiras de Macacu e suas relações com outros territórios fluminenses, de modo a ampliar a compreensão da configuração fundiária brasileira. A atuação repressiva da ditadura empresarial-militar ao realizar intervenções em sindicatos, prender lavradores, operários, estudantes e lideranças, torturar e assassinar opositores políticos e intervir sobre os processos organizativos não eliminou a resistência e os embates. O que se observa no período de ausência de organizações formais e visíveis é a persistência de uma resistência no cotidiano das relações sociais (PALMEIRA, 1985, 2009a; MEDEIROS, 2014, 2018). Tal perspectiva não pode ser deixada de lado ao se observar uma política de Estado. Com base nisso, foram formuladas algumas das principais perguntas que nortearam esta pesquisa: como os diferentes grupos camponeses que foram alvos da política de colonização reagiram e viveram esta experiência? que práticas silenciosas de resistência são possíveis observar? como a decisão de permanecer na terra alterou os projetos de colonização? quais as memórias que se tem do PIC Papucaia? quais os interesses e valores de empresários e militares na formulação da política de colonização? qual a configuração política local? como se deu a atuação dos técnicos do Ibra e Inda? qual o peso e o papel de outros atores, tais como os padres da Igreja Católica que tiveram atuação na região? como se deu a retomada das ocupações e ações públicas dos movimentos camponeses nos anos 1980 e o desuso do termo “colonização”?

⁷ Para maiores informações destes núcleos, como datas, decretos e locais de implantação, ver o Quadro 2 no Capítulo 4.

⁸ O Ibra foi criado em 1964 pelo governo ditatorial, junto do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Ambos substituíram a Superintendência da Política Agrária (Supra) criada em 1962 pelo governo de João Goulart, orientada para a desapropriação de terras por interesse social e o estabelecimento da reforma agrária com forte pressão dos movimentos camponeses da época. A criação dos dois institutos estava prevista na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra. Apesar de criado em 1964, a regulamentação do Ibra e do Inda só se efetivou em 31 de março de 1965, pelos Decretos de nº 55.889 e 55.890. Em 1970 Ibra e Inda se fundiram no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). É importante ressaltar as hierarquias e subordinações dos institutos, pois indicam o nível de importância dada à questão: a Supra e depois o Ibra estavam diretamente ligados à Presidência da República; o Inda e depois o Incra estiveram ligados ao Ministério da Agricultura.

⁹ Além de Papucaia, os PICs Caxangá, na área prioritária do Nordeste, e Alexandre de Gusmão, na área prioritária de Brasília, foram tomados pelo Ibra como ações fundamentais de intervenção e reforma agrária. Sobre essas outras experiências, ver o Capítulo 6 desta tese.

Envolvimento Com o Tema

Meus estudos e contato com as lutas pela terra, as formas de organização camponesa e a repressão sofrida por esses atores durante a ditadura empresarial-militar no estado do Rio de Janeiro se iniciaram em 2014 com a participação na pesquisa *Conflitos e Repressão no Campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, coordenada por Leonilde Medeiros e com a participação de diversos pesquisadores¹⁰. O primeiro relatório da pesquisa pode ser acessado *online*¹¹ e vários casos analisados podem ser consultados em livro publicado posteriormente (MEDEIROS [Org.], 2018).

Entre 2014 e 2016 participei de diversas reuniões e grupos de discussão, fui a campo, realizei entrevistas e busquei material documental em diversos arquivos e jornais, tratando-se de um importante aprendizado de pesquisa. Este primeiro envolvimento no tema foi continuado durante o período de realização do mestrado, no qual ingressei em 2016, momento em que aprofundi o trabalho sobre as ocupações de terra, as formas de organização e resistência teimosa presentes entre os lavradores da fazenda São José da Boa Morte ao longo dos anos 1960 e 1980 (BRITO, 2018).

Tão importante quanto o meu envolvimento acadêmico com o tema, marcado pelas histórias de lavradores que resistiram e buscaram a conquista da terra, está também a mobilização atual dos camponeses junto do MAB contra o projeto de construção da barragem do rio Guapiaçu. A construção da barragem, continuamente postergada pela organização dos lavradores desde os anos 1980, resultará, se efetivada, no despejo de centenas de famílias, muitas das quais alocadas na região pelas intervenções e políticas de colonização da ditadura militar, objeto deste estudo. Neste sentido, a aproximação da pesquisa com o tema também significou ser envolvido pelo movimento dos objetos e atores, criando relações e demandas.

Algumas dessas demandas se traduziram em projetos de extensão, em especial sobre a construção e ativação da memória das lutas pela terra no município e no estado. Em 2017 e 2018 foram realizadas duas edições do Projeto de Extensão *Memórias das Lutas pela Terra no Estado do Rio de Janeiro*, coordenado no primeiro ano por Fabrício Teló e, no segundo, por Leonilde Medeiros e Paulo Alentejano¹². O projeto teve como público professores municipais e estaduais de Cachoeiras de Macacu. Foram elaborados uma apostila de material didático para os professores, um jogo de caráter pedagógico e um livro paradidático para uso nas escolas

¹⁰ Voltada para subsidiar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) a respeito das violações de direitos humanos cometidas contra camponeses no território fluminense, sobretudo no âmbito dos conflitos fundiários, a pesquisa contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) por meio do Edital nº 38/2013 – Programa “Apoio ao estudo de temas relacionados à memória, à verdade e à justiça relativas a violações de direitos humanos no período de 1946 a 1988”, que aprovou também outros seis projetos coordenados por pesquisadores de universidades fluminenses.

¹¹ O relatório se encontra no site do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, ligado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ). Disponível em:

<http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Conflitos%20por%20Terra%20e%20Repressao%20no%20Campo%20no%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%201946-1988.pdf>. Acessado em: 24/05/2019.

¹² O Projeto de Extensão *Memória das Lutas pela Terra no Rio de Janeiro* foi realizado por professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Salgado Filho; Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu; MAB; Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio e Niterói (GT Agrária – AGB); Coordenadoria Estadual por Memória, Verdade e Educação em Direitos Humanos da Superintendência de Promoção dos Direitos Humanos, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos do Rio de Janeiro; Sociedade Clube da Esquina de Amigos do Arquivo Histórico de Cachoeiras de Macacu. O projeto pode ser acessado no sítio digital: <<https://memoriasdasilutas.wordpress.com/apresentacao/>>. Acessado em: 24/05/2019.

(RIBEIRO *et al*, 2020) ¹³. Além desses projetos, em 2019 se realizou o *Curso de Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades do município de Cachoeiras de Macacu/RJ – Pedagogia das Águas*, uma parceria do MAB com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com jovens de áreas urbanas e rurais do município, ocasião em que fui convidado a falar sobre as lutas locais pela terra.

Se, para os atores da pesquisa, passado e presente assumem novas dimensões, ativando a memória de resistência e de conquista da terra no passado para impulsionar a organização no presente e construir novos horizontes futuros, também aos olhos do pesquisador o momento atual impele à análise do passado recente. A crescente militarização da vida cotidiana no estado do Rio de Janeiro e a disputa pela memória da ditadura militar dão continuidade aos elementos não resolvidos no passado, sendo possível perceber a retomada no debate contemporâneo de certas imagens e temores próprios à argumentação que motivou o golpe de 1964, tais como a ameaça à segurança nacional pela infiltração comunista e a possibilidade de salvação por meio da atuação de militares no comando do país. Analisar a documentação do período ditatorial e buscar as memórias difusas e silenciadas do período são atividades fundamentais na construção de uma democracia com afastamento do autoritarismo e efetiva participação popular.

É preciso apontar, ainda, que grande parte da pesquisa se deu durante a pandemia de Sars-CoV-2, reconhecida oficialmente pelas autoridades em março de 2020. A crise sanitária da Covid-19 intensificou desigualdades e suspendeu atividades e cotidianos. Responsável pela morte de mais de cinco milhões de pessoas no mundo, afetou particularmente o Brasil, que já acumula quase setecentas mil mortes devido à mistura de negligência, obscurantismo, autoritarismo e particular perversidade com que foi tratada a pandemia pelo governo de Jair Bolsonaro que, por várias vezes, minimizou a doença e ridicularizou os sofrimentos. No que se refere a este trabalho, a pandemia impossibilitou a realização de entrevistas, dado que o recorte do objeto priorizaria conversas com populações idosas de áreas rurais de difícil acesso e locomoção, colocando-as em grande risco. A grande quantidade de documentos digitalizados permitiu a continuidade da pesquisa, porém com outro desenho e desafios.

Objetivos

O principal objetivo deste trabalho foi a identificação de padrões de ação do Estado. A análise das configurações da política de colonização realizada aponta para um mecanismo estatal de dominação e ordenação, capaz de configurar territórios e agir sobre populações diversas. A fim de delimitar esta compreensão, foram apreendidos alguns *sentidos* da diversidade de configurações histórico-espaciais da política de colonização. Conforme trabalhado nos Capítulos 1 e 2, os sentidos da colonização envolvem a constituição de novas populações e de relações com o ambiente vivido, o ordenamento e povoamento do território em busca da formação da nação, o equacionamento de conflitos por terra sem alteração da estrutura fundiária, a resolução dos problemas de abastecimento interno e a introjeção de novos padrões de comportamento e racionalidade afeitos à imagem de civilização que se buscou implementar.

A política de colonização do território nacional esteve presente, com configurações e intensidades distintas, por quase dois séculos, sendo uma forma de organização e consolidação da estrutura fundiária brasileira. Deste modo, buscou-se entender os seus sentidos, os imaginários¹⁴ que a alimentam, as entidades e organizações burocráticas, os agentes que a

¹³ O Projeto de Extensão *Memórias...* tem se expandido para outros municípios que tenham tido histórico de mobilizações e repressões contra camponeses durante a ditadura. Em 2020 e 2021 foram realizadas duas edições em Campos dos Goytacazes.

¹⁴ Há um imaginário burocrático e outro popular que se alimentam mutuamente. Desenvolvimento nacional e desenvolvimento pessoal se misturam em meio às imagens da terra fértil, do paraíso, da fixação do homem na terra, da nova vida, do progresso e da integração homem-natureza-território nacional que estão presentes da colonização portuguesa (HOLANDA, 2010 [1959]) às lutas contemporâneas pela terra.

constituíram, implementaram e sofreram e as realidades dos diversos grupos sociais que se envolvem e são envolvidos por esta política, sejam eles nacionais ou estrangeiros. A análise inicial, orientada pela sociologia histórica de Elias (1993, 2011), pretende apresentar a importância da política de colonização na formação dos mercados de terras e de trabalho livre no Brasil. Não apenas para o século XIX, mas também para o século XX, tal mecanismo estatal é apresentado como fundamental para entender as estruturas sociais brasileiras, a persistência das desigualdades, as formas de sociabilidade que perpassam as áreas rurais e urbanas, a visão de diversos grupos acerca das populações passíveis de intervenção e deslocamento.

Por ser um tema vasto, historicamente amplo e geograficamente extenso, este objeto foi trabalhado a partir de Cachoeiras de Macacu. Optar pela análise deste caso tem em vista o preenchimento das lacunas acerca das áreas rurais do estado do Rio de Janeiro. Como se pode observar a partir da bibliografia analisada, um conjunto substancial de pesquisas acadêmicas se voltou para as regiões Norte e Centro-Oeste. De fato, tanto a *Marcha para Oeste* de Getúlio Vargas nos anos 1930 e 1940, quanto a política de colonização empreendida pela ditadura empresarial-militar nos anos 1970, intensificaram o deslocamento populacional e a expansão da fronteira agrícola nestas regiões. Contudo, a imediata atuação e preocupação dos militares com as áreas rurais do estado do Rio de Janeiro levantam novas e complexas questões. Em um estado marcado pela rápida urbanização e intenso crescimento demográfico, mas também pela capacidade organizativa e visibilidade dos seus movimentos camponeses, a política de colonização assumiu, desde o início, o sentido de neutralizar conflitos e modernizar as práticas de produção camponesa. Esta orientação da colonização buscou constituir uma classe média rural, que se caracterizaria por práticas e racionalidade empresariais, e ampliar a oferta de alimentos para abastecimento interno, elementos previstos no Estatuto da Terra.

O enfoque dado ao período da ditadura empresarial-militar se deve à força com que esta política foi aplicada, envolvendo a elaboração de decretos e portarias, a expansão de organismos burocráticos e a centralidade das formas de planejamento racional que orientaram a intervenção nas áreas rurais e suas populações. Pretende-se, deste modo, jogar luz sobre o impacto da ditadura nessas áreas, buscando apreender as formas mais cotidianas e burocráticas de controle e dominação do Estado. Portanto, uma categoria central nos debates públicos e acadêmicos dos anos 1940-1970 é a de “planejamento”, que perpassa a atuação das organizações de esquerda, dos empresários, dos militares envolvidos na realização do golpe de Estado e dos tecnocratas que atuaram e desenvolveram políticas públicas neste período. Em meio aos imaginários e sentidos da colonização, a tese da importância do planejamento racional sustenta a intervenção estatal e a orienta para a alteração e gestão das populações e dos territórios nacionais. A presença do planejamento enquanto elemento central da intervenção estatal vincula a ação voltada para as áreas rurais à política nacional de desenvolvimento econômico, trazendo consigo um enquadramento político associado à tradição positivista e autoritária de intervenção estatal na organização e conformação da população nacional.

De modo mais amplo, tem-se como objetivo apontar a importância da questão agrária e as formas de controle e atuação do Estado sobre as áreas e as populações rurais. É preciso salientar a necessidade de não delimitar esta atuação e a política de colonização apenas às áreas rurais, devendo-se observar um padrão de atuação que perpassa pelo ordenamento fundiário urbano e rural, configurando e agindo sobre populações pobres de ambas as áreas, buscando modificar seus comportamentos e incutir formas “racionais” de pensar e agir, de modo a neutralizar e afastar os perigos colocados pelas indignações coletivas, em especial as com potencial de organização.

Aproximando-se do Objeto: Enquadramentos Teóricos

Conforme apresentado até agora, o Estado é objeto e ator central desta análise, e, para tanto, é preciso apontar algumas de suas características e cuidados necessários à análise.

Segundo Bourdieu (1996, 2014), o pesquisador que se volta para o Estado deve estar atento à capacidade deste ator/objeto de construir sua própria imagem de instituição monolítica, dotada de racionalidade própria, soberania e autonomia com relação aos grupos, instituições e indivíduos que o compõem. A proposição do autor é a de desestabilizar esta imagem, apreendendo os conflitos, as práticas e os indivíduos que integram o complexo de relações que constitui o Estado.

Dentre a ampla bibliografia que se voltou para a reflexão sobre esta forma de organização coletiva ou unidade social¹⁵, a análise da sua sociogênese realizada por Elias (1980; 1993; 1997; 2006) permite apreender os processos de monopolização e centralização que constituem e reproduzem o Estado. Partindo das análises de Weber (1999, 2011) sobre o Estado enquanto relação de dominação legítima fundada na violência física, circunscrita a um determinado território e estruturada em quadro administrativo com tendência à burocratização, Elias (1993) apreende o mecanismo de monopolização como, simultaneamente, o monopólio da força militar e da tributação, decisivos na formação e continuidade do Estado moderno, ainda que não sejam os únicos. O processo de acumulação e de monopolização torna imprescindível a formação de uma máquina duradoura especializada em administrar estes monopólios. Segundo Elias (1993, p. 98), o desenvolvimento do “monopólio permanente da autoridade central” e do “aparelho especializado para administração” são etapas essenciais para a formação do Estado. A formação deste aparelho estatal administrativo se realiza de forma conjunta ao controle das pulsões, caracterizando o que Elias (1993; 2011) apreendeu como “processo civilizador”.

A centralização ou monopolização das oportunidades de poder no Estado implica, portanto, a criação de uma rede ampla de funcionários cada vez mais especializados na administração do poder. Este processo não planejado de tendências à centralização e monopolização se desenvolve paralelamente à mudança na modelagem dos afetos, na estrutura das pulsões e consciência e em toda a estrutura social, pois altera as relações de poder. Compreendendo que “[o] poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de *todas* as relações humanas” (ELIAS, 1980, p. 81), a análise do processo de formação de Estado em suas regularidades e configuração implica apreender a dinâmica entre as unidades sociais e a dinâmica de poder entre classes dentro da unidade. Esta dupla observação permite captar a constituição e ampliação da rede de interdependência entre governantes e governados a partir dos diferentes equilíbrios de poder.

Nesta perspectiva, a autoridade central se constitui na medida em que se conjuga com a constelação de forças sociais em equilíbrio pela interdependência. A posição do governante e da máquina estatal passa pelos interesses distintos de diversos grupos sociais, aconselhando à formação de alianças a fim de não solapar suas próprias possibilidades de poder social. O poder central, deste modo, controla a tensão entre interesses ambivalentes no seio da sociedade, tensão esta que configura a própria interdependência, na medida em que atua “*como coordenador e regulador supremo das configurações funcionalmente diferenciadas em geral*” (ELIAS, 1993, p. 142; ênfase no original). Neste aspecto, a formação de compromissos e contraprestações entre grupos sociais é fundamental.

Contudo, conforme o próprio autor analisou em trabalho posterior, o processo civilizacional de introjeção das coações externas e de formação de monopólios centralizados no Estado pode, dependendo da constituição histórica de sua configuração, vir a se realizar em meio a um “violento surto descivilizador” (ELIAS, 1997, p. 15). Segundo Elias (1997; ELIAS;

¹⁵ Tanto Elias (1993) quanto Bourdieu (1996, 2014) evitam uma definição precisa do Estado como objeto, estrutura, instituição ou ator, preferindo uma concepção ampliada do conjunto de relações sociais e de poder que o perpassam, constroem e são por ele empreendidas e modificadas. A atenção se volta, portanto, para as relações de agentes que mobilizam valores, instituições e recursos materiais vários em relações de dominação.

SCOTSON, 2000), os movimentos de libertação na Europa ocidental e a alteração do equilíbrio de forças no final do século XIX e ao longo do século XX não fizeram desaparecer os grupos estabelecidos, mas diminuíram a diferença de poder entre os grupos mais fortes e mais fracos. A mudança da ordem social hierárquica e mais rígida para outra com maior equilíbrio de poder gerou sentimentos de incerteza e alterações bruscas, atuando inclusive na transformação das relações, em especial dos grupos antes dominantes. Tais mudanças nas relações entre estabelecidos e marginalizados/*outsiders* também resultaram em mudanças na formação da consciência, gerando novos olhares e percepções para o poder.

Em trabalhos anteriores esta perspectiva foi utilizada para apreender a profundidade da mudança nas relações de poder e na configuração social brasileira com a organização coletiva de trabalhadores rurais e urbanos ao longo dos anos de 1950 e 1960 (BRITO, 2018, 2019). O fortalecimento da organização destes atores possibilitou a transformação de sua situação de *outsider*, reivindicando, por meio da ação coletiva e seus novos enquadramentos, a democratização das definições da política, exigindo, portanto, a entrada de seus interesses específicos de classe na equação do equilíbrio de poder gerido pelo Estado brasileiro.

O reconhecimento demandado pelos grupos dominados implicava a alteração das estruturas sociais profundamente marcadas pelas desigualdades no Brasil. Neste sentido, é possível apreender o ressentimento¹⁶ dos grupos estabelecidos com as mudanças produzidas por estes novos atores coletivos, em especial as que ocorreriam pela ampliação e realização da reforma agrária. Este ponto é fundamental para compreender a configuração das relações de poder no Brasil em geral, e no estado do Rio de Janeiro em particular, no período anterior ao golpe de 1964, momento de intensa organização de trabalhadores rurais em prol da reforma agrária com participação popular. A centralidade deste tópico também permite compreender a urgência com que o primeiro governo ditatorial de Castelo Branco se voltou para a normatização da colonização e reforma agrária, contida no Estatuto da Terra de 1964 e legislação subsequente (BRUNO, 1997).

Pode-se entender este ressentimento enquanto o “medo histórico” das classes proprietárias no Brasil trabalhado por Fernandes (2011, 2020). Este autor permite apreender a configuração social específica do Estado brasileiro em meio ao desenvolvimento do capitalismo “subdesenvolvido”, no qual a integração periférica à economia mundial se coaduna com a estrutura autocrática do Estado ao nível interno, capaz de controlar os efeitos positivos da transformação social de modo a manter níveis desiguais de poder, prestígio e riqueza (FERNANDES, 2011, 2015, 2020). No centro da análise de Fernandes está a manutenção de um padrão espoliativo de acumulação do capital e de mercantilização e exploração das classes trabalhadoras que se desenvolve e se estrutura com base no acordo político em defesa da propriedade privada excludente e do controle sobre o Estado. A partir deste autor é possível observar um padrão centralizador de atuação e intervenção estatal que tentou ao longo do tempo restringir a descolonização e ressignificar a participação política e o desenvolvimento econômico. Ao controlar a descolonização, as classes dominantes internas em sua aliança com o capital dominante externo foram capazes de definir e estabilizar uma democracia restrita, marcada pela exclusão da participação política e pela repressão e conformação prévia às formas de organização e protesto das classes trabalhadoras ou dos despossuídos.

Apreender o Estado enquanto configuração específica de relações de poder, mecanismos de monopolização e relações de força contraditórias entre diferentes grupos e atores sociais,

¹⁶ O tema tem sido atualmente tratado na literatura internacional (HOCHSCHILD, 2016; FRASER e JAEGGI, 2020), devido ao fortalecimento do discurso neoliberal individualizante e de esvaziamento do sentido público da cidadania e seus efeitos de corrosão dos direitos sociais e do trabalho e de ampliação das desigualdades sociais de classe, raça e gênero que têm sido mobilizados por novos movimentos de extrema-direita que rearticulam as insatisfações sociais como ressentimento.

nos permite observar a drástica reconfiguração do equilíbrio de poder promovida pelo golpe de 1964 e pela ditadura empresarial-militar que se seguiu até 1985. A resolução dos conflitos por terra e os mecanismos de intervenção e atuação estatais para garantir e direcionar determinada percepção de desenvolvimento foram centrais no período ditatorial. Tal como apontam Ianni (1979), Almeida (1980) e Martins (1982, 1984) em suas pesquisas sobre o caso amazônico, as noções de segurança nacional, de integração do território, de desenvolvimento e de resolução de conflitos mediante o controle e a desmobilização destas populações articulam e dão base à política de colonização e reforma agrária deste período.

Não se trata de apontar a política de colonização como mero instrumento de dominação utilizado, entre tantos disponíveis, pelas classes dominantes e grupos burocráticos. Trata-se de apreender e delimitar as condições sociais e os grupos que fazem da política de colonização um mecanismo de dominação e ordenação das populações e dos territórios, constituindo novas formas de ocupação do território nacional. Tais condições estão vinculadas às formas de expropriação e de expulsão da terra e às formas de ação coletiva dos grupos que reivindicam o acesso a ela. Não à toa, tal como primeiro afirmaram García (1973) para alguns casos da América Latina, e Ianni (1979) para o Brasil, a colonização foi realizada como contrarreforma agrária, resposta superficial às necessidades de alteração da estrutura agrária e fundiária, conforme apontado no Capítulo 3. Contudo, é preciso ir para além da definição negativa da colonização, buscando apreender aquilo que ela constrói em sua realização, entendendo-a, conforme Santos (1993) enquanto “processo social” complexo, marcado por formas de controle de homens e terras, processos de seleção social e conflitos entre grupos e forças sociais.

Na orientação teórica aqui adotada, entender a política de colonização enquanto processo social implica em apreender também os atores sociais que a configuram e que são formados por ela. Há no Brasil uma tradição política e intelectual¹⁷ que desenvolveu formas de classificar e intervir no mundo, nas relações sociais e nos indivíduos que têm sua configuração mais precisa na burocracia, compreendida de forma ampla como o todo de funcionários, instituições, saberes e técnicas de racionalização que, a fim de garantir a previsibilidade e o planejamento das ações, controla populações, coisas e ideias (IANNI, 1984; WEBER, 1999; SOUZA LIMA; FACINA, 2019). Esta compreensão ampliada da burocracia permite apreender a configuração entre militares, tecnocratas e empresários presente em diversos momentos dos séculos XIX e XX no Brasil. A política de colonização, deste modo, pode ser entendida como expressão dessa configuração e tradição, como ingrediente e produto de modos de interpretar e intervir no mundo social que conformam grupos e comportamentos e que se baseia em valores e expectativas coletivas compartilhadas por este complexo tecno-empresarial-militar, como primeiro se referiu Dreifuss (1981) sobre o grupo de empresários, burocratas e militares que se fizeram Estado no golpe e durante a ditadura empresarial-militar. Ao longo dos capítulos 1, 2 e 3, a articulação de interesses entre esses grupos é apontada a partir da política de colonização e seus sentidos em diversos níveis estaduais e federal e, nos capítulos seguintes, esse complexo é analisado no caso específico de Cachoeiras de Macacu.

Para que se compreenda a política de colonização é preciso apreendê-la junto das disputas por visões e valores sobre o mundo social presentes na definição de questões e soluções colocadas para o mundo rural e urbano. Neste sentido, é fundamental entender as disputas pela definição da *questão agrária*, tomada enquanto problema público que demanda solução técnica e política. A questão agrária é aqui entendida enquanto interpretação e apreensão de “problemas” que envolvem o uso, a posse e a ocupação da terra e as múltiplas formas de realização e de expropriação do trabalho envolvidas. Além da constituição de problemas que

¹⁷ Tradições que estão imbricadas, conforme apontou Alonso (1995) acerca do positivismo no Brasil e suas interpretações e intervenções dentro do movimento reformista da Geração 1870, indicando as relações entre intelectuais e políticos brasileiros e suas propostas de mudança política e reforma no Brasil pré-República.

serão tornados públicos (CEFAI, 2011), a questão agrária também envolve o estabelecimento de um conjunto de prerrogativas, práticas e “soluções” que se tornam normas, legislações, medidas administrativas, expectativas coletivas, indignações, valores, ressentimentos. A questão agrária é, portanto, tensionada por projetos políticos e de classe distintos que concorrem pela interpretação da realidade social e estabelecem mecanismos que buscam lhe dar resolução. Deste modo, buscou-se dar destaque ao conjunto de atores sociais e seus enquadramentos do que configuravam os problemas agrários e as respostas estatais e dos diferentes grupos sociais privilegiados nessas interpretações. A tensão se realiza dentro do próprio complexo tecnopresarial-militar (DREIFUSS, 1981), mas também se desenvolve com a atuação, organização e mobilização de camponeses, intelectuais, partidos políticos e grupos sociais diversos que constituíram a reforma agrária como expressão de seus anseios e necessidades.

Neste sentido, houve ao longo do século XX uma intensa disputa pela colonização e pela reforma agrária, construídas enquanto formas diferentes, mas não necessariamente contraditórias, de resolução da questão agrária. A contraposição entre colonização e reforma agrária não é óbvia e depende dos grupos sociais que as mobilizam, mostrando-se mais acirrada nos momentos de maior conflito e organização, como os anos 1955-1964 e 1980-1994. Nesses períodos de intensa participação e presença do campesinato no debate público, pressionou-se a definição de reforma agrária enquanto transformação estrutural da desigualdade de acesso e propriedade da terra, com potencial de ser uma reforma social ampla e realizada com a participação ativa dos grupos sociais beneficiados (MARTINS, 2003; SILVA, 2004). Enquanto respostas à questão agrária, colonização e reforma agrária têm seus significados disputados por diferentes grupos sociais e devem ser entendidas também com relação aos debates mais amplos sobre desenvolvimento, modernização, participação social e o conteúdo e profundidade da democracia. As potencialidades contidas em algumas das propostas de reforma agrária dos anos 1950 e 1960 foram reduzidas à condição de colonização nos anos da ditadura empresarial-militar. Presente no Estatuto da Terra e considerada essencial para a transformação do campo e dos camponeses em classe média dotada de espírito empresarial, a reforma agrária do regime militar se realizou pontualmente em locais de conflito deflagrado.

No geral, aquilo que foi chamado de reforma agrária significou colonização: política voltada para a seleção e fixação de famílias em áreas rurais determinadas, sobretudo em terras públicas, a fim de ampliar o povoamento em regiões delimitadas e/ou ampliar a produção para consumo interno e enquanto forma de aliviar conflitos, constituindo, assim, novos territórios e novos atores sociais. É possível destacar, ainda, algumas de suas principais características e efeitos nesse período: estabelecimento de pequenos produtores familiares em terras públicas, valorização da propriedade privada, centralização e controle militarizado do território e da população, deslocamento populacional, manutenção do controle restrito à terra e expansão da fronteira agrícola com subsídios e concessões do Estado. Associada à colonização, as políticas agrária e agrícola da ditadura favoreceram a inculcação do modelo e espírito empresarial, com expansão do crédito e da assistência que tendeu a beneficiar grandes e médios proprietários. A própria colonização tendeu a valorizar os produtores que já estivessem integrados ao mercado e acumulado algum tipo de capital a ser investido na própria produção (SANTOS, 1993), reproduzindo diferenciações sociais e afastando-se do caráter reformador da reforma agrária.

A centralização observada na política de colonização aponta para algumas características recorrentes da intervenção estatal no campo, tais como a militarização, a instituição de formas específicas de organização e produção, como a cooperação e o sindicato, a ação disciplinadora das assistências técnica, financeira, educacional e sanitária e a repressão às ideologias e formas de organização entendidas como perigosas à integridade da segurança nacional. Retoma-se, portanto, a questão da legitimidade da dominação, de modo a apreender a dupla face do Estado (GRAMSCI, 2011). O papel dessas assistências foi fundamental para alcançar o sentido de transformação das populações camponesas desejado na política de

colonização. É possível observar nas práticas de assistência a domesticação e intenção de salvação do camponês, observadas por Freire (2011) nas ações do técnico extensionista dos anos 1950 e 1960. Essa intenção de salvação e domesticação também se observa nas políticas de colonização realizadas no século XIX, com populações de imigrantes, vistas no período como “mais civilizadas” e “desenvolvidas”, e nas intervenções estatais dos anos 1930 (SCHWARCZ, 1993; SEYFERTH, 2002; MARTINS, 2018). A extensão ou a assistência, de modo geral, atuam pela persuasão: é preciso convencer o camponês que suas técnicas e conhecimentos, sua visão de mundo e sua prática existencial que lhes conferem significado, são atrasadas e erradas, baseando-se na pretensa superioridade do saber técnico e científico (ESCOBAR, 2007; FREIRE, 2011).

A perspectiva assistencialista e salvacionista foi central na forma de atuação do Estado militarizado, conforme apontado nos Capítulos 3, 5 e 6. Este sentido da colonização implica em suscitar e desenvolver sentimentos, interpretações e comportamentos “racionalis”, levando o progresso e o desenvolvimento às populações atrasadas do campo. No cerne desse sentido da colonização está a percepção do campesinato como amorfo e maleável e que se encontra em disputa: politicamente manipulável em suas justas reivindicações e pobreza pelos comunistas e demais inimigos da segurança nacional, ou moldável pelas políticas de assistência e outras políticas públicas que lhe irão conferir amor à terra, vínculo à propriedade e espírito empresarial associado à classe média e às práticas necessárias ao desenvolvimento econômico e à democracia em plena Guerra Fria. A constituição desta classe média rural se apresenta em alguns documentos do PAR e do Ipes (1964) analisados nos Capítulos 2 e 3, contudo não há uma definição clara do que viria a ser esse segmento social. A análise realizada apontou para a intenção de constituir uma classe integrada aos mercados de trabalho e terra, com capacidade de consumo e de produção, alcançando índices de produtividade e rentabilidade a partir das técnicas modernas de produção e gestão da propriedade. De modo geral, a mobilização desta categoria ignora as causas estruturais e as relações de poder nos conflitos por terra, bem como a organização de trabalhadores e produtores fora dos modelos de cooperativismo e sindicalismo defendidos pelo complexo tecno-empresarial-militar, trazendo consigo valores, práticas e percepções associadas à propriedade privada e a um modelo empresarial de produção, contrapondo-se a formas alternativas de produção¹⁸.

Segundo Swaan (1988), a ampliação das preocupações coletivas atribuídas ao aparelho burocrático está na base do processo de ampliação e controle do Estado nacional. A análise deste autor observou a formação e ampliação das políticas de bem-estar social e sua relação com o fortalecimento do Estado nacional, indicando que ao longo do século XIX e meados do século XX, o processo de coletivização da saúde, educação e bem-estar social envolveu a formação de novos órgãos burocráticos, saberes, práticas e profissões marcadas pela preocupação com a população pobre e o crescimento da interdependência social. A figura do “pobre” passa a ser enquadrada de nova forma, alternando entre a *ameaça* à ordem pública, à harmonia do trabalho e à saúde pública, e a *reserva potencial* de trabalhadores, recrutas, consumidores e apoiadores políticos. Através da assistência e do cuidado coletivo são produzidas novas formas de intervenção e controle estatais, bem como a interiorização das coações sociais, inserindo-se no que Elias (1993) denominou como processo civilizatório, ou seja, o desenvolvimento de uma forma de comportamento e uma estrutura de sentimentos

¹⁸ É preciso sinalizar que a constituição de pequenos e médios proprietários e produtores familiares alcançou algum sucesso através das políticas de colonização, sobretudo na região Sul. Nesta região, alguns colonos e seus descendentes foram capazes de acumular algum capital e comprar terras em outras regiões, tornando-se produtores integrados ao mercado interno e capazes de modernizar suas produções. O sucesso de alguns produtores, contudo, também foi acompanhado de inúmeras histórias daqueles que não conseguiram se integrar e obter lucros, de modo que este caráter seletivo do sucesso alcançado por essas políticas de intervenção contribuiu para aprofundar diferenças sociais e econômicas dentro do campesinato (SANTOS, 1993).

marcadas pelo pensamento prospectivo, pela racionalidade e pelo autocontrole, tornando a conduta previsível e estabelecida.

Deste modo, a prática de assistência técnica e social observada ao longo desse trabalho, insere-se no crescimento das preocupações coletivas com saúde, bem-estar e educação, movimento que realoca populações marginalizadas “sob os cuidados” do Estado (SWANN, 1988) e as adequa às exigências dos novos processos de trabalho, mas que também se tornam demandas dessas populações, que passam a enxergá-las como direitos. Conforme apontado nesta tese, a política de colonização se apresenta enquanto mecanismo em determinadas condições sociais, respondendo à mudança nas formas de socialização entre indivíduos e grupos. Nesta perspectiva, a prática de assistência contém em si uma forma sutil de violência, pois enquadra, em muitos casos, o indivíduo e o grupo ao qual pertence em uma posição social inferior, frequentemente delimitada por categorias raciais (QUIJANO, 2005, 2014; GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, 2015; ESCOBAR, 2007). Deste modo, a violência estatal aqui apreendida é de enquadramento, violência simbólica de definição do mundo e de interpretação da realidade (BOURDIEU, 2014).

A prática de assistência está, na análise aqui proposta, relacionada ao planejamento racional. Algumas indicações sobre planejamento, razão e racional/racionalidade podem ser observadas na análise de Weber (1999, 2004, 2011) sobre o processo de desencantamento e racionalização do mundo que marcam a modernidade. Tanto nas categorias sociológicas quanto em suas obras sobre a constituição da burocracia e dos modos de comportamento socialmente esperados no capitalismo moderno, Weber identifica uma valorização do comportamento previsível, racionalizado e orientado para fins delimitados, ações que envolvem planejamento prévio, organização e regulamentação sistemática. A racionalidade, em Weber, é frequentemente a escolha dos melhores meios para alcançar um fim determinado, seja para o controle administrativo de pessoas e objetos, como no caso da burocracia e sua forma de dominação em instituições públicas e privadas, seja para o acúmulo de prestígio e bens materiais mediante a valorização do trabalho profissionalizado ou para a exploração mais eficiente da força de trabalho e consequente produção de valor e acúmulo de capital.

Partindo de algumas dessas proposições, Horkheimer (2015) vai apreender o planejamento racional junto ao processo de instrumentalização da razão, indicando a sua mistificação e função de dominação. Neste sentido, a reflexão sobre os meios para alcançar novas e melhores possibilidades futuras se transforma em modelação e controle dos comportamentos e sentimentos dos homens e mulheres. Conforme analisa este autor, a razão instrumentalizada se baseia na “dominação otimizada da natureza” (HORKHEIMER, 2015, p. 60) e na percepção das massas como natureza a ser dominada e cujo caminho deve estar orientado pela razão. Vincula-se, assim, “a razão e a dominação, [...] a civilização e o ideal” (HORKHEIMER, 2015, p. 127). Neste sentido, são tomados como correlacionados os conceitos de planejamento e de razão, orientados para conferir racionalidade àqueles indivíduos e grupos sociais que não a detêm ou que não a desenvolveram do modo esperado. Conforme Horkheimer (2015), a razão instrumental e suas formas de percepção e reflexão sobre a vida social e individual e seus modos de comportamento estão marcadas pela noção de cálculo de possibilidades, de avaliações utilitárias dos meios necessários para alcançar determinado fim e de um ajustamento às relações materiais. Deste modo, razão, racionalidade e planejamento não significam formas pretensamente neutras e puramente objetivas, alheias às disputas sociais, mas, pelo contrário, são formas de reflexão que orientam e são orientadas por práticas sociais coletivas em determinados contextos econômicos, políticos e sociais. Não se trata, portanto, de negar a razão, mas de indicar, e em alguns casos disputar e denunciar, o conjunto de valores e grupos sociais que embasam suas formulações e aplicações.

Esta análise também é compartilhada por Arendt (1994), que analisou na produção teórica e técnica a busca pela previsão das ações e relações entre atores, apontando a fraqueza

destas percepções na exclusão do inesperado. Segundo a autora, a ilusão do progresso histórico presente em um conjunto de doutrinas políticas se baseia não apenas na coerção física, mas também na construção da informação, na manipulação do real que compreende a ação humana como algo previsível. A crença no progresso a partir da previsibilidade e modelação da ação humana é o elemento central da categoria “planejamento” aqui analisada, de forma que as críticas propostas por Horkheimer (2015) e Arendt (1994) são de especial relevância. Nesta tradição de planejamento e intervenção no real que funda a prática e o enquadramento do Estado na política de colonização está um ímpeto por total objetificação da natureza e das populações que gera contradições, apropriações e resistências por grupos sociais que confrontam essa objetificação com formas de humanização. Conforme apontou Saffioti (2019), a análise da objetificação deve estar acompanhada da análise da humanização ou desalienação, apreendendo-as de forma relacional e não total, inseridas em relações de dominação e exploração que configuram a sociedade brasileira. Não se trata de resistências mecânicas e imediatas, mas sim de limites ao planejamento estatal e de possibilidades de resistência que podem ser criadas e organizadas a partir dos atores em disputa.

O planejamento se insere como elemento central da burocracia, na medida em que ambos se misturam como forma racional de controle de massas e compartilham os valores de previsibilidade, eficiência técnica e intervenção sobre formas de socialização (WEBER, 1999). Conforme apontado a partir de Swann (1988), a criação e ampliação de serviços públicos buscou reenquadrar o pobre entre a *ameaça* e a *reserva potencial*. Ambos os elementos podem ser apreendidos no histórico de motivações da política de colonização, sendo uma marca a mobilização do anticomunismo como prerrogativa para intervir em populações potencialmente insubmissas, conforme apontado ao longo de todo o trabalho, além dos discursos da economia clássica e neoclássica que atribuem ao planejamento estatal formas modelares de intervenção e reorganização da população (ESCOBAR, 2007; FOUCAULT, 2008a; 2008b). Diferentes autores como Weber (2011), Benjamin (2013), Bourdieu (2014) e Schinkel (2010) apontaram para uma característica central do Estado: a definição dos atos privados como violências ilegítimas e a definição dos atos de violência do Estado como legítimos, como formas de estabelecimento e reforço da lei. Schinkel (2010) fala, por exemplo, em uma violência ativa do Estado, mas que se apresenta enquanto reação às violências cometidas pelas parcelas “não socializadas”, ou não devidamente “sujeitadas”, da população.

Este conjunto de reflexões permite alargar a compreensão em direção a um entendimento do Estado ditatorial brasileiro como produtor de violências físicas e simbólicas tomadas como legítimas, para além das mortes, torturas e desaparecimentos forçados. Não se trata de negar essa dimensão, mas de apontar mecanismos e dispositivos de poder que construam a violência legitimada que atua sobre os não socializados, os inimigos da segurança nacional, como apontado nos Capítulos 3 e 5. Conforme mostram os trabalhos e reflexões mais recentes sobre o caráter de classe do golpe e da ditadura empresarial-militar, os desajustados e inimigos identificados enquanto “esquerda organizada”, eram pessoas comuns do campo e da cidade que se articularam em torno de projetos alternativos de sociedade. Estes grupos tinham como base o ideal de democratização do acesso a bens e serviços públicos e a participação na tomada de decisão pública, ou ainda em torno da manutenção de costumes ou da conquista de direitos básicos (DREIFUSS, 1981; ARANTES, 2010; MEDEIROS, 2014, 2018).

Além da preocupação com a segurança nacional, seja em áreas de fronteira, de valorização fundiária ou de adensamento demográfico, a política de colonização foi central na constituição dos mercados de terra e de trabalho livre. Conforme apontado no Capítulo 1, ela teve como uma de suas inspirações recorrentes a análise da *colonização sistemática* de Wakefield (1946), baseada no estabelecimento do preço da terra como mecanismo para limitar seu acesso e apropriação por parte dos colonos e posseiros. Constituída no século XIX, a colonização sistemática serviria para controlar simultaneamente o afluxo de imigrantes das

metrópoles para as colônias e o deslocamento e ocupação de terras dentro da colônia, mantendo um nível satisfatório de desenvolvimento do capital e do trabalho. Esta concepção esteve presente nas discussões da Lei de Terras de 1850, na Marcha para Oeste e nas discussões subjacentes à elaboração do Estatuto da Terra, atravessando mais de cem anos. Seu caráter sistemático recoloca aos camponeses a necessidade de migração e deslocamento e adia indefinidamente seu acesso à propriedade privada, ao mesmo tempo em que lhe coloca na posição de vender sua força de trabalho. No caso do Brasil, a colonização foi fundamental no século XIX para construir um mercado de trabalho livre sustentado na propriedade privada da terra, fosse na figura do colono como pequeno produtor familiar ou como mão de obra que iria substituir o trabalho escravo e disciplinar os trabalhadores nacionais.

Ao longo destes períodos, o sentido da colonização foi apontado em sua função econômica: integrar as áreas periféricas ao mercado capitalista mais dinâmico pela atividade oficial ou particular que promovesse o aproveitamento econômico da terra e seu povoamento. A partir das análises de Bourdieu (2014) sobre a gênese do Estado, é possível apreender a colonização como um ato de Estado que se fundamenta no monopólio das violências física e simbólica legítimas que se voltam para a integração de distintos campos. Na medida em que se propõe aqui uma análise da política de colonização como intervenção e reconfiguração de relações sociais no campo, é possível apreendê-la como ato estatal, mecanismo de controle territorial e da população cujo fim não se resume apenas à integração do mercado econômico e à satisfação das novas necessidades de acumulação capitalista. O ato de Estado também se volta para a acumulação e consolidação do poder estatal, em particular por meio de territórios disputados por populações insubmissas que ultrapassam as separações nem sempre bem definidas entre campo e cidade, tal como pode ser apreendido em relação às populações indígenas e de trabalhadores favelados (SOUZA LIMA, 1995, 2002; FACINA, 2014; OLIVEIRA, 2016¹⁹).

A hipótese se inspira nas orientações de Elias (1993, 2011) e Bourdieu (1996; 2014) para que se volte ao momento de gênese das políticas, quando as contradições e motivações se encontram mais visíveis, justamente porque ainda não foram estabelecidas as normas de sua aplicação. Faz-se necessário, portanto, uma análise dos diferentes momentos e das diferentes configurações que a política de colonização assumiu ao longo da história do Brasil. A tarefa não é simples, dados o passado colonial e a persistência desta política nas formas de ocupação e integração do território e da população. Se a aproximação for possível, a política de colonização em seus diferentes momentos de realização se assemelha à acumulação militarizada da terra que, junto da acumulação dos tributos, é uma forma de controle dos principais meios de produção e constitui o mecanismo de monopolização pelo qual se forma o Estado (ELIAS, 1993). A presença do Exército e a militarização contida na atuação e no quadro administrativo do Ibra, constituindo uma *razia* nas áreas rurais de Cachoeiras de Macacu nas primeiras semanas da ditadura e que tomou a região de Papucaia como exemplar para a colonização a ser empreendida, nos revela essa dimensão de controle a ser realizado por diferentes mecanismos de coerção, conforme trabalhado no Capítulo 5.

A colonização parece ser, assim, elemento constitutivo e constituidor do nacional, ação voltada para integrar a população, o território, a produção e o mercado sob os limites legitimados do Estado, além de constituir novas subjetividades classificadas como de *classe média e empresarial*, dada a intenção declarada da Lei de Terras de 1850 em formar

¹⁹ Ao longo de toda a sua obra, Oliveira (2016) discute os processos de territorialização e controle populacional que estão na base da configuração do Estado brasileiro, discutindo desde os momentos da colonização portuguesa do século XVI até suas continuidades e renovações nos séculos seguintes. Com relação à análise das vinculações entre situação colonial, controle militarizado, pacificação de insubmissos e trabalhadores favelados, ver o último capítulo da obra.

propriedades familiares autossuficientes e do Estatuto da Terra de 1964 em formar uma classe média rural dotada de mentalidade empresarial. Estes elementos realçam as características do Estado e do modo de produção capitalista autoritários, caracterizados pelas formas de repressão da força de trabalho e pela intervenção do Estado na transformação econômica e social, de modo a realizar uma mudança controlada (CARVALHO, 1990; VELHO, 2009; FERNANDES, 2020). Esse elemento pode ser observado no caráter autocrático sinalizado por Fernandes (2020, 2021), autor que indica um padrão de atuação do Estado e das classes dominantes no Brasil que filtra e impõe forma e conteúdo às organizações das classes populares, mantendo-as em condição de disnomia²⁰.

Apreender esse elemento permite, também, uma conexão com os mecanismos de colonialismo interno (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, 2015; CUSICANQUI, 2010) e de colonialidade do poder e saber (QUIJANO, 2005, 2014) que reproduzem formas de dominação e controle de populações subalternizadas em diferentes configurações políticas e administrativas do Estado na América Latina. Apreender em conjunto estes autores, conforme realizado nos Capítulos 2 e 3, permite identificar um elemento central da colonização e da lógica colonial que a alimenta: a conquista e o controle de populações potencialmente insubmissas, bloqueando ou conformando suas formas de organização, estabelecendo limites aos seus modos de circulação e fixando-as em territórios delimitados, conforme indicado na argumentação da colonização sistemática e nas legislações sobre colonização, impedindo sua autonomia relativa, seus projetos coletivos e sua participação organizada nas discussões e tomadas de decisão públicas.

A análise da colonização em sua argumentação, narrativa e realização também possibilita uma análise das formas de apresentação do Estado. A retórica legitimadora da violência do Estado como uma “reação” à atuação dos inimigos e desajustados da ordem social constrói a imagem ou ideia de Estado junto da política de assistência social. Tal como apontado, a assistência se realiza em meio a um projeto salvacionista e desqualificador dos grupos oprimidos presente na linguagem e prática de militares e técnicos e que remonta à tradição positivista e autoritária que se configurou na República Velha. Neste sentido, a política de colonização e de reforma agrária apresenta semelhanças ao analisado por Souza Lima (1995, 2002) em relação à política indigenista e ao poder tutelar do Estado, marcado pelo controle e pela alocação diferencial e hierarquizada de populações indígenas. Segundo este autor, o poder tutelar é um exercício de poder desenvolvido em meio à ação estatal junto às populações indígenas com a justificativa de pacificar zonas de conflito entre nativos e não nativos. A tutela implicou em criar e expandir segmentos administrativos cada vez mais “especializados” em “índios”, constituindo um saber técnico, métodos de observação e análises realizadas, em grande maioria, por engenheiros militares.

O poder tutelar foi fundamental para a manutenção da hegemonia das elites brasileiras no novo quadro histórico da transição do século XIX para o XX, marcado pelo término da escravidão, pela instauração de uma ordem jurídica baseada na liberdade, pela necessidade de construção efetiva de um aparato de Estado e pela instituição de um regime republicano federativo, redefinindo os modos de pensar a comunidade política e de acessá-la. As elites nacionais tiveram como tarefa no final do século XIX e início do século XX aparelhar e modernizar as formas de integração do território, o controle das populações e a racionalização burocrática e sua baixa codificação/homogeneização. Deste modo, o poder tutelar significa o maior controle administrativo do cotidiano sobre segmentos da população e estabelecendo,

²⁰ Fernandes (2021, p.368, n. 237) indica sua preferência teórica pelo conceito de disnomia, identificado na obra de Radcliffe-Brown e a partir do qual sinaliza as formas de vivência e enfrentamento de populações em situações de desorganização social permanente. Essa distinção dá ao conceito de disnomia uma característica mais permanente do que o de anomia, situação momentânea de desequilíbrio que pode ser alterada. Entretanto, Fernandes tende a utilizar os dois conceitos quase como sinônimos.

fundamentalmente, o domínio sobre o território e a ocupação das terras (SOUZA LIMA, 1995, 2002). Esta forma específica de poder é declarada pela atuação dos governos militares, conforme Stepan (1971) e Carvalho (2019a).

Souza Lima (1995) associa o poder tutelar e a política indigenista às formas de conquista e domínio da terra e da população, constituindo um poder de soberania sobre o território e aqueles que nele vivem. É, portanto, um dispositivo de integração de populações voltado para a construção de um território nacional, de modo a subsumir o diferente, fazendo-o se integrar ao poder estabelecido ou aniquilando-o de diversas formas, sendo fundamental apreender as formas estatais, os mecanismos técnicos e públicos capazes de realizar este processo mediante a administração do cotidiano. Segundo Souza Lima (2002), o poder tutelar se caracteriza enquanto dispositivo de poder marcado pela gestão, entendida como o “ensinar a ser” exercido sobre populações tomadas como despossuídas de condições mínimas para a vida social, e pelo controle administrativo cotidiano. O *gestar* e o *gerir* se articulam a um núcleo central de governo que se forma Estado estabelecendo relações de redes sociais, classes e frações de classe, entre aparelhos de poder e segmentos sociais ao mesmo tempo em que são constituídos corpos de especialistas, “problemas sociais”, análises, soluções, temáticas, políticas e instituições.

O conceito de “poder tutelar” sensibiliza a análise e o olhar sobre as formas mais sutis e cotidianas de dominação, porém precisa ser aprofundado e analisado com base no objeto aqui delimitado. Ao que se pode perceber com o material coletado e a bibliografia consultada, a presença estatal se intensificou em momentos de instabilidade social: ocupações de terra, crises de abastecimento, deslocamentos populacionais e outros tantos eventos foram respondidos com a política de colonização. A atuação intensiva do Estado se revela proporcional à instabilidade percebida. A estabilidade, ainda que momentânea, se realiza junto à diminuição da presença estatal. Em diversos relatos colhidos (SANTOS, 1993; BRITO, 2018; MEDEIROS [Org.], 2018) e análises históricas (MARTINS, 1973; SEYFERTH, 2009a, 2009b), a menor presença do Estado se torna novo motivo de indignação, sendo percebida como abandono e desqualificação do grupo social. A atuação estatal nas áreas rurais no imediato pós-golpe deve ser interpretada sem deixar de levar em consideração o movimento de maior ou menor presença do Estado com relação às populações mais pobres. Nesta relação outro ator fundamental deve ser integrado à dinâmica da colonização: empresários e grandes proprietários de terra que jogaram com a especulação fundiária em áreas que foram valorizadas pelas intervenções estatais, gerando contínuos processos de expropriação da terra e exploração do trabalho, conforme apontado nos Capítulos 4 e 6.

A análise remete à reflexão de Foucault (2005; 2008a; 2018) sobre a governamentalidade. Pode-se observar entre meados dos anos 1960 e até meados dos anos 1980 no Brasil a presença do triângulo da soberania, disciplina e gestão governamental apontado por este autor. Não se trata de transpor o modelo de Estado e governo da Europa ocidental do século XVIII, mas de compreender o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitiram exercer essa forma específica e complexa de poder que tem por alvo a população e que tem como instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. Trata-se, sobretudo, de uma tendência observada também no Estado ditatorial, de aprofundamento da administração pública pela via da racionalidade técnica: as táticas de governo decidem e definem o que deve ou não competir ao Estado a todo o momento, enquanto, ao mesmo tempo, esse Estado de governo tem como alvo a população, utilizando a instrumentalização do saber econômico e controlando a sociedade por meio dos dispositivos de segurança, como também apontado por Souza Lima (1995) e Escobar (2007) a partir desse referencial teórico. Conforme apresentado nos Capítulos 1, 2 e 3, as preocupações estatais com o controle das populações, o domínio do território e a transformação das condutas coletivas estão presentes nas discussões iniciais da política de colonização e nas suas primeiras experiências nacionais nos séculos XIX e XX, revelando um vocabulário da Economia Política

compartilhado, como expressa a própria noção de “colonização sistemática” e sua crítica feita por Marx (2013).

Segundo apontam Das e Poole (2008), as margens reconfiguram o Estado. Estas autoras instigam a pensar criticamente o Estado a partir das relações entre centro e periferia, público e privado, entendendo a margem como um pressuposto necessário à continuidade do Estado e como espaço físico, social e simbólico de experimentação e constituição dos mecanismos estatais de controle. A persistência no uso do termo “colonização” ao longo do tempo e do espaço pode indicar uma lógica de ação na constituição do Estado brasileiro, apontando para os sentidos múltiplos de integração e gestão.

O PIC Papucaia foi marcado por um processo de despejo e deslocamento forçado que, em meio à violência física promovida pelo Estado, buscou desmobilizar e desfazer as organizações sociais de camponeses da região ao mesmo tempo em que tentou solucionar o problema do abastecimento interno, do acesso à terra e empreender um modelo de desenvolvimento e de modernização. Tal modelo foi desenhado pela burocracia de um Estado autoritário, cujo objetivo era criar condições para a expansão e valorização do capital e de estabilização da propriedade privada. A remoção, o despejo, o deslocamento forçado, a atuação repressiva sobre as organizações dos subalternos, a persistência de interesses imobiliários e especulativos, são todos elementos que aparecem de diferentes formas no campo e na cidade e no passado e no presente do estado do Rio de Janeiro (ALENTEJANO, 2005; MEDEIROS, 2018; CARVALHO, 2019b; GONÇALVES e COSTA, 2020).

Analisar o objeto aqui proposto permite apreender a construção dos mecanismos de controle capazes de assegurar a soberania do Estado militar a partir de suas margens territoriais, pois realizados em suas periferias rurais, urbanas e simbólicas e exercidos sobre as classes despossuídas. Essas práticas são aqui salientadas como constitutivas do Estado brasileiro, apontando o despejo e a remoção como elementares na prática política estadual e nacional, mecanismos que extrapolam as áreas rurais, realizam-se concomitantemente nas favelas da cidade do Rio de Janeiro (PESTANA, 2014; OLIVEIRA, 2016; CARVALHO, 2019b) e são tensionados pelas experiências destes grupos sociais diversos. Conforme apontado no Capítulo 2 e nas Considerações Finais, a própria política de colonização foi sendo pensada como constituidora de mercados produtores e consumidores que atravessavam campo e cidade e como forma de intervenção privilegiada para impedir o crescimento de favelas.

Por fim, como apontou Foucault (2018, p. 104), “lá onde há poder há resistência”. Essa proposição impele a analisar as relações de poder que podem ou não passar pelo Estado, apesar de sua centralidade, e a compreender as formas de resistência cotidiana presentes em períodos de repressão e violência. A violência que, em meio ao processo de desestruturação das relações sociais, é apreendida e interpretada pelos grupos sociais como ação ilegítima e injusta abre à ação coletiva o compartilhamento das misérias e humilhações, anteriormente vividas como individuais e agora compreendidas como constitutivas da experiência de um grupo (MOORE, 1987; THOMPSON, 1998), conforme apontado nos Capítulos 2, 4 e 5.

A perspectiva da resistência e da organização dos lavradores é imprescindível para a compreensão das políticas de colonização, e foi trabalhada nos Capítulos 4, 5 e 6 a partir da constituição das experiências de colonização em Papucaia entre os anos 1950 e 1980 e de outros casos de conflito por terra e intervenção estatal no estado do Rio de Janeiro. Em grande medida, a intensificação dos esforços de construir normativas legais para a realização da colonização e da reforma agrária nos primeiros anos da ditadura se constituiu em relação à atuação do movimento camponês entre os anos 1950 e 1960. Além disso, a retomada das ocupações de terra por camponeses no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 revela a continuidade do enquadramento coletivo orientado para a reforma agrária e para a busca pela terra. Da situação de violência vivida também é possível articular a organização social e política.

Diferentes autores apontaram para as relações entre formas de colonização e processos de desenraizamento na Argélia (BOURDIEU, 1979; FANON, 2005; BOURDIEU e SAYAD, 2006), na Indochina e África do Sul (BALANDIER, 2014) e na América Latina (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, 2015; CUSICANQUI, 2010) e que também podem ser observados no histórico de desestruturação das relações sociais e expropriações observados no Brasil (BOSI, 1992; MARTINS, 2003; SILVA, 2004). Trata-se, portanto, de camponeses imersos em processos de desenraizamento, mas que, a partir das perdas individuais e do trabalho organizativo e ressocializador de movimentos sociais, podem compreender estas perdas como coletivas e fruto de uma experiência compartilhada, organizando-se e articulando memórias das lutas e mobilizações passadas (MEDEIROS, 1995, 2014; BRITO, 2018).

Contudo, é preciso não idealizar a relação entre estes grupos camponeses e a resistência, organizada ou não. Não se trata de uma ação mecânica e muito menos uma reação “natural” às desigualdades e violações. Muitos compartilhavam a percepção de instabilidade e anomia da sociedade, exigindo ou achando necessário o reestabelecimento da ordem pela ação dos militares. Outros tantos estiveram alheios às mudanças sociais e políticas do país. Em diversos casos, a política de colonização permitiu a conquista da terra, o acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência, construindo uma imagem positiva da atuação dos militares, dada a capacidade de responder a algumas carências e necessidades. Este mosaico de percepções e memórias precisa ser compreendido a fim de também entender o conjunto de relações estabelecidas entre estas populações e as instituições estatais, tais como o Ibra, mas também as polícias, as Forças Armadas, os médicos, os professores, os técnicos extensionistas e tantas outras categorias que mediam e dão corpo à relação com o Estado. É nesta configuração complexa de atores, projetos, motivações e instituições que se espera apreender a política de colonização em seus sentidos, em sua persistência e suas contradições.

Aproximando-se do Objeto: Metodologias e Fontes Empíricas

Tanto pelos envolvimento pessoais com o tema e a região, quanto pela presença do Estado e múltiplos atores e instituições é preciso uma postura metodológica atenta. Para o enquadramento teórico, procedimentos de pesquisa e tratamento de dados toma-se como base a aproximação do objeto apontada por Cohn (2001). Segundo esse autor, aproximar-se do objeto aponta para uma postura metodológica e de análise que se volte para as articulações entre vivência e reflexão contidas na noção de experiência e formação. Baseando-se em Theodor Adorno, Cohn (2001, p. 42) fala de uma “relação do homem com o mundo que não fosse da ordem do enfrentar-se o ‘objeto’ por um ‘sujeito’ obstinado e endurecido, mas da ordem do *aconchegar-se*, da aproximação não possessiva” que permite a apreensão de “matizes de significado” nas formas de interação e conflito. Essa aproximação é mediada pelo método.

Conforme apontado anteriormente, a política de colonização é apreendida a partir das relações de poder e disputas por significados e intervenção na questão agrária entre técnicos, militares, empresários e camponeses e seus vários grupos políticos, de classe e religiosos. Este conjunto de relações, ou configuração, conforme aqui utilizado com base em Elias (1980), pode ser captado a partir das questões colocadas aos documentos produzidos por distintos grupos sociais. Dada as condições de pesquisa impostas pela pandemia e a existência de farto material documental disponível para acesso online, é preciso apontar algumas precauções metodológicas no tratamento destes documentos.

Uma das principais fontes de pesquisa foi o Acervo Paulo de Assis Ribeiro (PAR), alocado no Arquivo Nacional (AN)²¹. Paulo de Assis Ribeiro foi um ator importante na construção de políticas públicas educacionais e agrárias, membro da Comissão Executiva do

²¹ A documentação do acervo se encontra digitalizada e pode ser acessada no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acessado em: 10/12/2019.

Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes) do então estado da Guanabara e primeiro presidente do Ibra. Teve papel fundamental na formulação, escrita e consolidação do livro *A Reforma Agrária: Problemas, Bases e Soluções* (IPES, 1964). Conforme analisado por Dreifuss (1981), o Ipes foi uma instituição composta por empresários e militares que teve importante atuação na derrubada de João Goulart e na formulação de políticas públicas na ditadura militar, entre elas o Estatuto da Terra de 1964, legislação que construiu as normativas legais para a realização da reforma agrária e da colonização (MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1983a; BRUNO, 1997)²².

No AN/PAR se encontram alguns dos planos de colonização e decretos de desapropriação em diferentes áreas do Brasil. Além disso, também se encontram trabalhos sobre a colonização no Brasil que foram utilizados por Paulo de Assis Ribeiro, informes, relatórios, estudos e comunicações internas do Ibra, mas também de atuações dos anos 1940 e outros documentos que, em uma análise mais fina, podem ser apreendidos em sua importância, indicando as motivações e relações entre os diferentes grupos do complexo tecno-empresarial-militar²³. Cumpre salientar que a documentação foi produzida por diferentes atores sociais: de militares reformados que atuavam na Guarda Rural do Ibra a burocratas do perfil de Paulo de Assis, passando ainda pelos muitos técnicos que buscaram, através dos mecanismos possíveis, proporcionar a realização da reforma agrária²⁴. Com exceção do Capítulo 1, no qual foi realizada uma análise bibliográfica sobre a política de colonização no século XIX, e das Considerações Finais, todo o restante da tese discute e analisa documentos encontrados neste Acervo.

Por receber atenção especial, é importante apresentar quem foi Paulo de Assis Ribeiro (1906-1974), engenheiro de formação que atuou em diversas funções públicas e órgãos privados²⁵. Ribeiro presidiu e auxiliou associações, departamentos e secretarias na área de educação, planejamento econômico e reforma agrária: foi chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (1942/1944), Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (1944/45), Fundador e Chefe dos Serviços de Planejamento da Fundação Brasil Central²⁶ (1944), Assessor Técnico do Grupo de Estudos Sociais e Econômicos do Ipes (1962/64), Diretor Técnico do Departamento de Planejamento (1962/64), Membro Fundador e Diretor-Técnico do Instituto Nacional de Pesquisas e Planejamento (1962/64), Membro dos Grupos Mistos de Trabalho para as Reformas Agrária e Habitacional elaboradas pelos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, em colaboração com o Ministério do Planejamento (1964), Coordenador do Grupo de Estudos do Ipes-RJ (1964/65), Vice-Presidente da Associação Brasileira de Colonização – Goiás (1964/65), Coordenador do Grupo de Trabalho

²² A análise de Dreifuss (1981) apontou a atuação conjunta do Ipes e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) como um complexo de ação dos intelectuais orgânicos das elites. Em 1961 o Ibad publicou a obra *Recomendações sobre Reforma Agrária*, a qual não foi possível consultar para esta tese.

²³ É importante apontar que o PAR não contém apenas documentos escritos por Ribeiro, podendo-se identificar relatórios e documentação de outros institutos e órgãos públicos e privados, nacionais ou internacionais, palestras de terceiros, cartas, reportagens, entre outros materiais, dos quais alguns foram aqui utilizados. Para uma lista da documentação utilizada, não apenas do PAR, ver a seção Documentos Consultados.

²⁴ Sobre a atuação desses técnicos que, nos espaços possíveis de atuação, defenderam a realização da reforma agrária, ver Bruno (2012).

²⁵ As informações foram obtidas em seu próprio acervo: “Curriculum Vitae de Paulo de Assis Ribeiro”. AN/PAR, Caixa 46, Pasta 1. Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro. Publicações. 1974.

²⁶ Criada em 1943 pelo Decreto Lei nº 5.979, de 4 de outubro, a Fundação foi destinada “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”. A Fundação ampliou as ações realizadas pela Expedição Roncador-Xingu. Participaram da sua construção, em 1944, o então ministro João Alberto Lins de Barros, Paulo Assis Ribeiro e Artur Hehl Neiva, membro do Conselho de Imigração e Colonização entre 1938 e 1947. Sobre esta fundação, ver Maia (2012).

sobre o Estatuto da Terra (Gret) (1965), Presidente do Ibra (1965/67), Chefe do Setor de Estudos e Pesquisas do Ipes/GB (1968). Além disso, proferiu conferências na Escola Superior de Guerra (ESG)²⁷, na Escola de Guerra Naval, no Clube de Engenharia, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rotary Club, na União Cívica Feminina, no Fórum Roberto Simonsen e nas Federações das Indústrias dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

A apresentação desta extensa lista não pretende compor o perfil de Paulo de Assis Ribeiro, mas sim apontar o conjunto de grupos e de redes aos quais se vinculou, constituindo um saber burocrático e uma prática de ação dentro do Estado que não deixou de lado e não buscou esconder as ligações com as associações empresariais, constituindo um aprendizado de negociação política e de compreensão do aparato administrativo. Deste modo, é significativo analisar alguns de seus escritos para compreender os pressupostos de ação nos planos gerais do Estado sobre reforma agrária e colonização, conforme feito nos Capítulos 2 e 3.

A importância do AN/PAR reside, portanto, em seu uso enquanto fonte privilegiada para a compreensão do objeto aqui trabalhado. A leitura dos materiais da Fundação Brasil Central (FBC), da Superintendência da Política Agrária (Supra), do Ibra, do Ipes, dos Ministérios do Planejamento e da Agricultura, de conferências, notícias e palestras, mas também de artigos, projetos e relatórios escritos pelo próprio Ribeiro apresentam indícios a serem aprofundados pelo diálogo com outras fontes. A característica desse acervo precisa ser metodologicamente trabalhada, a fim de evitar o que Gomes (1998, p. 125) chamou de “grande feitiço do arquivo privado”: por estar repleto de documentação pessoal, o arquivo transparece espontaneidade e autenticidade, encantando o pesquisador com uma “ilusão da verdade”. A fim de evitar este feitiço, Gomes (1989) aponta a necessidade de relativizar e problematizar a documentação enquanto fonte de pesquisa a ser trabalhada conforme os interesses analíticos do pesquisador. Apesar de se constituir por documentos diversos que foram selecionados por Ribeiro, não sabemos os critérios de seleção e esse desconhecimento não pode ser desconsiderado: se é possível saber o que há no acervo, não é possível saber o que foi descartado e nem por quais motivos. Do mesmo modo, apesar de uma atuação central de Ribeiro, a política de colonização não se resumiu apenas a este ator, que foi afastado da presidência do Ibra em 1967, como apontado nos Capítulos 5 e 6.

O que interessa ao analisar este acervo é o que ele revela dos procedimentos e enquadramentos estatais. Segundo Assmann (2011, p. 369), o “*status* do arquivo” é determinado enquanto “memória institucional da pólis, do Estado, da nação e da sociedade, entre a memória funcional ou a de armazenamento, dependendo de como ele estiver organizado; como instrumento da autoridade; ou como repositório de conhecimento realocado”. Enquanto “memória da dominação” (ASSMANN, 2011, p. 368), este acervo é um arquivo ao mesmo tempo da dominação burocrática e da memória das relações entre setores empresariais e setores estatais, do funcionalismo público, do quadro técnico de instituições diversas, dos órgãos de segurança e dos militares. Esta memória da dominação burocrática²⁸ nos revela indícios tanto da pretensão de aplicação universal quanto do caráter de administração do cotidiano e das massas de pessoas e objetos que a dominação burocrática assume (WEBER, 1999).

²⁷ Criada em 1949 e vinculada ao Ministério da Defesa, a ESG “destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento” (<https://www.esg.br/a-esg/apresentacao>. Acessado em 11/02/2020). Além disso, a ESG se voltou para a formação intelectual, construindo percepções e programas de atuação, envolvendo militares e civis, com grande participação de empresários (STEPAN, 1971; CARVALHO, 2019a).

²⁸ Uma memória que não deve ser tomada como harmônica, conforme apontou Bruno (1997) em sua análise das discussões e tensões que precederam a aprovação do Estatuto da Terra em novembro de 1964. Em sua discussão e análise a autora também utilizou documentação do AN/PAR.

Retomando a importância do conceito de experiência como vivência e reflexão ou ainda interpretação e prática fundadas em relações sociais complexas e conflituosas (MARX e ENGELS, 2007), Thompson (1981) aponta para o trabalho de interpretação e de diálogo com a documentação a fim de apreender seus contextos e as distintas experiências e formas do ser social que podem ser apreendidas no documento e nos eventos analisados. Para este autor, a leitura das fontes e sua investigação deve se voltar, para além da intencionalidade de sua produção e manutenção, às suposições e atributos implícitos inscritos. As fontes respondem às perguntas colocadas pelo analista, derivando evidências relativas a partir delas e de suas relações com o período e outras fontes:

Os fatos estão *ali*, inscritos no registro histórico, com determinadas propriedades, mas isso não implica, de certo, uma noção de que esses fatos revelam seus significados e relações (conhecimento histórico) por si mesmos, e independentemente dos procedimentos teóricos (THOMPSON, 1981, p. 37; grifo no original).

O tratamento da documentação se deu de modo a ver neles termos, conceitos e interpretações que se inserem em práticas e disputas por formas de ver e dar significado ao mundo social entre diferentes grupos, em especial aqueles que compõem o complexo tecnopresarial-militar e sua memória da dominação burocrática. Interrogar o documento permite apreender relações diversas, permitindo também uma análise a contrapelo (THOMPSON, 2011; BENJAMIN, 2012;) a fim de captar grupos sociais despossuídos e subalternizados que historicamente foram excluídos da memória da dominação burocrática e dos registros oficiais da história. Ao proceder pelo método interpretativo e indiciário proposto por Ginzburg (1989), torna-se possível captar indícios de experiências sociais desses grupos, tais como elementos de suas percepções, organizações, indignações ou mesmo conformações. Segundo este autor, “o método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” treina o olhar para as “pistas talvez infinitesimais [que] permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma intangível” (GINZBURG, 1989, pp. 149, 150). Deste modo, a partir da documentação é possível vincular a discussão da colonização dentro do quadro da questão agrária, observando seus sentidos, práticas, grupos sociais e enquadramentos, ou seja, procedendo de forma a interpretar esta política em seu contexto explicativo e significados coletivos mais amplos inseridos em disputas e relações de poder, buscando a “profunda conexão que explica os fenômenos superficiais” (GINZBURG, 1989, p. 177).

Além deste acervo, outras fontes documentais foram analisadas. Com relação à documentação produzida pelos militares foram trabalhados alguns documentos do Acervo Memórias Reveladas, alocado no AN. Em grande medida estes documentos foram produzidos pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e pelas Forças Armadas e seus diferentes órgãos de segurança e de produção e centralização de informações. Outra fonte de grande importância para a captação das perspectivas desse grupo são os Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Como afirma Czajka (2015, p. 220), os IPMs trazem consigo o “perfil burocrático” das instituições militares racionalizadas e seu intuito de constituir a informação “como instrumento de uma guerra calculada e silenciosa”, guardando a memória das motivações dos militares em sua atuação no início da ditadura. Tais documentos, por serem produzidos por militares, tem sua leitura dos eventos e do mundo. Em muitos inquéritos está a construção de um inimigo interno vinculado ao comunismo internacional, chegando-se, em vários momentos, à constatação de que os fenômenos da “subversão” estiveram ligados à infiltração comunista em território brasileiro²⁹.

²⁹ O imaginário da subversão mediada por agentes externos é uma característica arraigada das instituições estatais de segurança no Brasil, conforme analisado por Fausto (2000) sobre as grandes greves urbanas de 1917 nos estados

Os IPMs se constituíram em mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do inimigo interno, devendo-se ressaltar o fato de terem seguido os ritos jurídicos estabelecidos, apesar de ser caracterizado pela discricionariedade e arbitrariedade com que os militares estabeleciam seus preceitos legais. Apontar os objetivos e os autores que construíram os IPMs nos primeiros anos da ditadura é fundamental para contextualizar e analisar de forma crítica esta fonte, desenvolvida através de inquéritos marcados por prisões ilegais, torturas, ameaças, boatos, preconceitos e violências de diversas ordens, sendo capaz de construir, em muitos casos, narrativas incriminadoras sem embasamento real. Os IPMs podem ser lidos como uma boa fonte para apreender a imagem-nós e imagem-eles (ELIAS, 1997; ELIAS e SCOTSON, 2000) construídas pelos militares, como observado no IPM de nº 709 sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), dirigido pelo tenente-coronel Ferdinando de Carvalho e reelaborado e publicado em formato de livro com quatro volumes pela Biblioteca do Exército (CARVALHO, 1966)³⁰. A partir dos documentos e anotações apreendidos de Luiz Carlos Prestes, Carvalho (1966) construiu uma genealogia e uma narrativa da presença comunista no Brasil, suas redes de integrantes, seus métodos de propaganda e suas formas de resistência que consolidaram e elucidam elementos do imaginário coletivo desse grupo. Outro IPM utilizado foi o de nº 7.477/69, inquérito que tratou das “atividades subversivas” promovidas por camponeses na ocupação da fazenda São José da Boa Morte em 1963³¹, já analisado em trabalho anterior (BRITO, 2018).

Este conjunto de fontes apresenta, em boa medida, a visão dos militares e de alguns segmentos das classes dominantes. Apesar de fundamentais, não esgotam os dados a serem trabalhados para que se aproxime do objeto de pesquisa de maneira a ver as relações estabelecidas. Também foi preciso alcançar os documentos que retratam a perspectiva dos camponeses e seus grupos. Apesar das intervenções no STR, na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) e na Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e as perseguições e fechamento da Associação de Lavradores do município, foi possível encontrar alguns documentos significativos no Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ³². O mesmo procedimento metodológico interpretativo foi mobilizado para apreender os grupos sociais que construíram esses documentos e identificar práticas, reflexões, relações e contextos sociais.

Apesar desta documentação sindical disponível, o peso da repressão e a persistência de uma prática de pouco cuidado e manutenção dos acervos nos sindicatos apresentam dificuldades e lacunas que puderam ser contornados com o uso de entrevistas qualitativas e do método da História Oral. A fim de analisar as relações de poder que podem ou não passar pelo Estado e estar atento às formas de resistência oculta presentes em períodos de repressão e violência, a perspectiva dos trabalhadores do campo, organizados ou não, pode ser vista por meio de entrevistas. Abarcar o relato de trabalhadores e trabalhadoras não organizados buscou ampliar o quadro de experiências apreendido. Dado o período de intensa repressão e vigilância, analisar apenas aqueles que se organizaram pode acabar por reduzir a compreensão do período.

A história oral enquanto ferramenta metodológica capaz de apreender as mudanças e percepções de indivíduos dentro de um contexto social e histórico oferece caminhos a serem

de São Paulo e Rio de Janeiro e por Motta (2020) sobre as “ondas” de anticomunismo durante a Intentona ou Revolução Comunista de 1935 e as crises de 1961-1964.

³⁰ Os quatro volumes do livro se encontram disponíveis para acesso *online* na plataforma do Armazém Memória: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&pagfis=8065>>.

³¹ Este inquérito foi recolhido, digitalizado e disponibilizado pelo grupo Brasil: Tortura Nunca Mais!, e pode ser acessado em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=bnm+17>.

³² Parte do acervo da Fetag/RJ está disponível para acesso *online*, e demais documentos podem ser consultados no espaço físico do Núcleo. Ver: <<http://nmspp.net.br/>>.

seguidos. Conforme apontou Thompson (1992), a fonte oral permite relativizar a falta de documentação escrita ao combinar o relato com outras fontes históricas, permitindo também adentrar na experiência cotidiana e mais comum. Ainda segundo este autor, a história oral permite a análise dos acontecimentos políticos e das categorias sociais pouco ou mal documentadas pelas fontes oficiais, considerados “insignificantes”, mas que em muitos casos preservam uma tradição oral, uma consciência e explicação de seus contextos.

Este aporte metodológico busca acessar as memórias subterrâneas e evidenciar as tensões entre esta e a memória oficial (POLLAK, 1989), marcada pela positivação do progresso e ocultamento do campesinato. Devido ao contexto de pandemia em que este trabalho foi realizado, não foi possível realizar novas entrevistas. Contudo, foram utilizadas entrevistas de pesquisas anteriores realizadas para o mestrado e de outros pesquisadores e momentos históricos. Nestes casos, a análise interpretativa precisou levar em consideração os momentos e as perguntas específicas de cada pesquisa, sobretudo aquelas sobre o sindicalismo rural, sobre a atuação de técnicos e funcionários do Incra e sobre os conflitos e repressões nas áreas rurais do Rio de Janeiro, realizadas nos anos 1980, 2000 e 2010, respectivamente. Entendendo-as como fontes privilegiadas sobre o ponto de vista dos entrevistados, buscou-se captar as experiências e trajetórias destes atores a partir da “escuta ativa e metódica”, método indicado por Bourdieu (2008, pp. 695, 708) para alcançar os “fundamentos reais do descontentamento e da insatisfação” pelo trabalho de interpretação das “coisas enterradas nas pessoas que as vivem e que ao mesmo tempo não as conhecem e, num outro sentido, conhecem-nas melhor do que ninguém”. Captar a memória tem um sentido profundo entre os objetivos deste trabalho, na medida em que a memória é relação dialética entre presenças e ausências do passado no presente (RICOEUR, 2007). Aquilo que fica do passado no presente pode ser materializado em normas que regem as instituições, mas também pode estar presente nos comportamentos e representações.

O trabalho com a memória de trabalhadores rurais, mas também com agentes da burocracia pública envolvidos na política de colonização, possibilita reconstruir os laços com o passado a partir das experiências cotidianas. Marcadas pela posição social destes trabalhadores, pelo histórico de despejo e organização, de violências e formas distintas de resistência mais ou menos visíveis, suas formas de socialização e inserção, as memórias tecem os laços que ligam o indivíduo e suas dimensões pessoais ao coletivo e seus eventos históricos e formações culturais. É nesse conjunto de relações que as ações coletivas e as narrativas dos fatos são observadas e construídas (BOSI, 1994; PORTELLI, 2006).

Por fim, notícias de jornal foram trabalhadas como importantes fontes de pesquisa, indicando não apenas narrativas sobre os eventos relatados, mas também indícios que foram sendo aprofundados, tais como agentes, locais, conflitos, órgãos institucionais e as mais distintas opiniões e perspectivas que foram buscadas e trabalhadas. Por diversos momentos o movimento camponês buscou transformar os conflitos locais em conflitos publicamente reconhecidos através da veiculação de notícias. Da mesma forma outras publicações assumiam, reproduziam e construía opiniões do Estado e de grupos sociais contrários às mobilizações e organizações camponesas. Portanto, deve-se apreender a multiplicidade de perspectivas e narrativas apresentadas pelos jornais.

Foram utilizadas reportagens do *Última Hora*, *Diário da Noite*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *Novos Rumos*, *O Fluminense*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Estes jornais apresentam diferentes linhas políticas que conformam suas narrativas, escolhas de assuntos e aprofundamento das reportagens, bem como períodos de atuação e tiragem. Importa não apenas apontar estas posições, mas também suas mudanças ao longo do tempo³³: *Jornal do Brasil*,

³³ Para uma análise de cada um desses jornais, ver os verbetes produzidos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

Tribuna da Imprensa, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* apoiaram inicialmente o golpe de 1964 e depois formularam críticas e oposições em diferentes tempos e motivações; *O Fluminense* apoiou continuamente as políticas e os governos militares, tendo sido ainda um dos poucos jornais que noticiaram as áreas rurais do Rio de Janeiro ao longo das décadas; *Última Hora* e *Diário da Noite* assumiram posições de defesa ao getulismo, enquanto *Novos Rumos* era vinculado ao PCB. Este material foi encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional³⁴, com exceção da documentação do jornal *O Globo*, consultada no acervo digital desta corporação³⁵.

A análise de teses, dissertações e livros publicados sobre experiências de colonização foi fundamental para a aproximação com o objeto. Contudo, é importante salientar, mais uma vez, a relativa ausência de trabalhos voltados para as políticas de colonização realizadas nos primeiros anos da ditadura militar no estado do Rio de Janeiro. De fato, há uma ausência significativa de trabalhos sobre a atuação do Ibra e, ainda mais, do Inda para essa época. Até onde se pode chegar, a grande maioria dos trabalhos trataram da “Marcha para Oeste” nos anos 1930 e 1940 e da política de colonização da Amazônia Legal nos anos 1970 e 1980, já na atuação do Incra. A leitura destes outros trabalhos permitiu apreender os diferentes sentidos históricos dados a e pela colonização enquanto ato de Estado, podendo-se apreender as regularidades e as diferenças entre os projetos de colonização, apontando suas principais características e transformações ao longo do tempo, visto que não se trata de um objeto estático, mas profundamente relacional e dinâmico.

Estrutura de Capítulos

A tese está dividida em duas partes com três capítulos cada: uma primeira, intitulada “Configurações da política de colonização e da questão agrária”, que pretende apreender de forma mais ampla a política de colonização e outra, com o título de “*Razia* e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu”, que buscou analisar a dinâmica desta política em Cachoeiras de Macacu.

No primeiro capítulo, “Os sentidos da colonização”, a sociogênese da política de colonização é reconstruída em seus diferentes sentidos e usos ao longo do tempo, indicando seu papel na formação do Estado brasileiro durante o século XIX. Aponta-se a significativa transformação que foi a internalização da colonização como forma de controle do território a partir da chegada da Coroa Portuguesa. De cunho mais histórico, este capítulo sinaliza as discussões e implementações desta política no Império, indicando seus sentidos, significados e papel na configuração dos mercados de terra e de trabalho, sobretudo com a Lei de Terras de 1850.

O segundo capítulo, “Integrar e fixar: ocupação e formação do nacional”, dá continuidade à análise dos sentidos da colonização, porém são apontadas permanências e transformações significativas no período republicano, sobretudo após os anos 1930 com a atuação de Getúlio Vargas. Em seus governos ditatorial e democrático, Vargas deu maior importância à fixação de populações nacionais em áreas de fronteira, de modo a integrar e dar conteúdo à própria nação brasileira. Esta intervenção buscou conformar o território, mas também intervir sobre populações rurais durante os processos de modernização e desenvolvimento produtivo. Neste capítulo, que vai até o ano de 1964, são analisados o fortalecimento do discurso de planejamento e a pressão de movimentos camponeses que se estruturam a partir das expulsões de terra e desestruturação de relações sociais tradicionais de trabalho e uso da terra.

³⁴ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 10/12/2019.

³⁵ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acessado em: 17/01/2022.

No terceiro capítulo, “O Ibra e a contraprestação de classe”, é trabalhada a constituição da política de colonização da ditadura empresarial-militar, entendendo-a como uma síntese de seus sentidos, indicando o seu uso privilegiado no tratamento dado à questão agrária. A persistência deste tratamento e sua lógica de intervenção pontual, com forte deslocamento populacional, valorização fundiária, retórica de segurança nacional, controle burocrático e militarizado, alocação de pequenas propriedades familiares em terras públicas e, portanto, não transformação estrutural do acesso e propriedade da terra indicam o *colonizar* como forma de tratamento persistente do Estado. Para tanto, é analisado o complexo tecno-empresarial-militar, indicando a concepção e as relações entre cada um de seus grupos e como pensaram, articularam e realizaram a colonização.

Na segunda parte o Rio de Janeiro assume um foco maior de preocupação da análise. No quarto capítulo, “Colonização racional e intensa: Baixada – Cachoeiras de Macacu”, o contexto de criação do Núcleo Colonial de Papucaia é reconstituído, inserindo-o na dinâmica de conflitos e experiências de organização da Baixada, apontando as especificidades da colonização em uma região marcada pela urbanização, crescimento demográfico, valorização fundiária, conflitos por terra e organização de camponeses. O capítulo caracteriza de forma mais ampla a região entre os anos 1930 e 1960.

No quinto capítulo, “Tempo do Exército: Ibra e militarização da questão agrária”, apontou-se para os atores que realizaram e vivenciaram a colonização, indicando a presença militarizada do Ibra na região entre 1964 e 1970. A partir da documentação e das entrevistas são sinalizadas diferentes experiências de deslocamento, repressões, relações de assistência e formas possíveis de resistência e expressão pública de indignação dos camponeses. Tratou-se, portanto, de observar como o planejamento da colonização efetivamente se realizou na trama complexa das relações e contradições entre os atores e seus projetos.

No sexto capítulo, “A terra para quem nela não trabalha”, o caráter sistemático da colonização é retomado, analisando-se seus efeitos e contradições de 1970 até o final da década de 2010. Um dos seus principais resultados foi a manutenção das situações de conflito que eram, pela lógica da colonização, situações de reaplicação da própria política. Analisando a crise interna do Ibra, a mudança de atuação do Incra para a região amazônica e as falhas da política de colonização, observa-se a reconfiguração de Cachoeiras de Macacu como espaço de novos cercamentos, com forte valorização fundiária e crescimento da criação de gado e cavalos de raça, e com retomada de ocupações de terra e mobilizações em 1979.

Por fim, nas “Considerações Finais. Pós-colonial? O verbo oculto da política agrária brasileira” é realizado uma síntese das discussões apresentadas, indicando as principais reflexões e apontando as continuidades da colonização após os anos 1990, quando o termo entra em desuso e a noção de assentamento assume maior presença. Algumas questões são levantadas sobre a continuidade do *colonizar* como verbo oculto que se perpetua na lógica de intervenção e controle do Estado, indicando a permanência dessas tensões e contradições não resolvidas.

PARTE I
CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E DA
QUESTÃO AGRÁRIA

CAPÍTULO 1. OS SENTIDOS DA COLONIZAÇÃO

Em diálogo com a literatura, a sociogênese (ELIAS, 1993, 2011) da política de colonização oficial no Brasil será aqui reconstituída, entendendo-a como elemento fundamental na formação do Estado brasileiro e mecanismo de condução da questão agrária e fundiária no Brasil. A fim de apreender este mecanismo, foram analisados o enquadramento e a interpretação sobre a questão agrária nacional que fundamentaram a política de colonização e as formas de intervenção sobre a questão fundiária sem alteração da estrutura desigual de acesso e propriedade da terra. Apesar de apreender a política de colonização em seu caráter nacional e mais amplo, a particularidade do estado do Rio de Janeiro é apontada em vários momentos, mas somente será realçada do Capítulo 4 em diante.

A colonização esteve presente no território brasileiro de forma ativa por quase cinco séculos. Trata-se, portanto, de um tema amplo e com distintas configurações sociais e temporais, motivo pelo qual a análise se limitou às formas estatais, sobretudo as experiências de colonização com trabalhadores nacionais no século XX³⁶. Para que se possa entender e apontar a especificidade da política de colonização da ditadura empresarial-militar é imprescindível captar as continuidades e mudanças a partir de uma análise com chave histórica. Deste modo, propõe-se um caminho de análise que perpassa diferentes momentos administrativos do Brasil ao longo do século XIX. A partir da dinâmica do processo histórico e das suas distintas configurações sociais, as orientações ou *sentidos* da colonização são apreendidas com relação aos contextos sociais em que tal política foi acionada, levando em consideração os atores sociais em suas interações e confrontos, a organização do aparato estatal e os distintos interesses econômicos, sociais e políticos mobilizados.

Na primeira parte é realizada uma discussão mais geral sobre a colonização, apresentando e discutindo algumas definições a fim de orientar a leitura dos diferentes momentos históricos. Esta leitura inicial pretende apresentar a síntese da política de colonização em sua diversidade de sentidos e construir um conceito que permita a apreensão de suas múltiplas configurações históricas e sociais. Em seguida, são apresentados alguns elementos do período imperial e da transição para a República a fim de caracterizar a política de colonização a partir de sua gênese, discutindo sobretudo as proposições de colonização sistemática de Wakefield (1946) e seus usos e presença na colonização como forma de criação e integração dos mercados de trabalho livre e de terra sob o regime da propriedade privada.

O caráter cronológico deste capítulo é fundamental para que se apreenda o conjunto de preocupações e interpretações que constituíram o enquadramento oficial do Estado brasileiro para a questão agrária. Conforme Bourdieu (2014) apontou, estes momentos iniciais constituem-se enquanto gênese de problemas, interpretações e mecanismos do Estado a ser ocultada pela continuidade da prática estatal e pelo cotidiano administrativo. Esta amnésia da gênese e da estrutura cristaliza interpretações, valores, práticas sociais e grupos que podem ser identificados ainda no presente.

³⁶ A colonização realizada por empresas privadas não recebeu aqui o devido tratamento e a colonização com estrangeiros foi inicialmente analisada a fim de se apreender traços elucidativos.

1.1. Colonizar: Conquistar, Controlar e Civilizar

Por 300 anos o Brasil foi colônia de Portugal e por outros 180 a política de colonização teve um papel fundamental na conquista e domínio territorial, no estabelecimento da soberania nacional, na dominação de populações insubordinadas e na formação do mercado de trabalho e de terras no Brasil. Desse modo, colonizar foi, por quase cinco séculos, o controle da terra e das populações, conseqüentemente de suas memórias, histórias, identidades e significações culturais. Esta amplitude histórica e seu caráter formativo trazem dificuldades para apreender a colonização.

A proposição dos sentidos da colonização é um desdobramento da clássica tese de Prado Jr (2011 [1942]) sobre a formação do Brasil contemporâneo. Sua obra não será analisada em profundidade, contudo deve ser ressaltada a persistência do sentido da colonização, buscando desdobrar este sentido em outras motivações e orientações perceptíveis na colonização enquanto política de Estado. Segundo este autor, o Brasil do século XIX apresenta a síntese de nossa organização social, política e produtiva orientada para a satisfação das necessidades dos mercados hegemônicos. A orientação para o mercado internacional caracteriza o “sentido da colonização” apresentado por Prado Jr, sentido no qual se organiza e desenvolve a estrutura das grandes propriedades com trabalho escravo e as pequenas propriedades de subsistência que sobrevivem às margens e em função da *plantation*. Segundo ele:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical [...] fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. [...] [Apenas com um] objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras [...] a estrutura, bem como as atividades do país (PRADO JR., 2011, pp. 28-29; grifo no original).

A síntese revela o peso do sentido da colonização no Brasil contemporâneo após três séculos de colonização. As instituições, o sistema e a subordinação coloniais são modificados dentro de si mesmos, prenes de transformação. São criadas novas relações materiais, novas mentalidades coletivas e uma primeira identidade nacional, que não estão separadas do passado colonial. Este ainda está presente no cotidiano das relações econômicas, sociais e políticas. Traços coloniais são observados no trabalho livre, que ainda não está plenamente estabelecido e retém traços do regime escravista; no modelo econômico e produtivo, orientado para o mercado externo e que mantém fragilizado o mercado interno, elemento central na constituição do “nacional”; nas relações de classe que conservam distinções, privilégios e desigualdades, em especial com relação às populações rurais, com condições materiais e morais desproporcionais aos centros urbanos e às classes altas.

Sintetizando o panorama da sociedade colonial, Prado Jr. (2011, p. 378) aponta para a “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos” ao mesmo tempo em que percebe “[n]aquela tremenda desordem colonial” o esboço de uma reação. Em análise dialética, Prado Jr. (2011, p. 378) observou na colonização “os germes da autodestruição que contém”, observando o aprofundamento do “mal-estar generalizado” causado pelo próprio sistema colonial. Apesar da potencialidade de transformação, persiste o sentido da colonização e, conforme será apontado, é refratado e multiplicado quando ela se internaliza na formação do Estado nacional.

Percebe-se em Prado Jr. a discussão sobre a acumulação primitiva e o papel sistemático da colonização na alteração das relações sociais tradicionais nas colônias, conforme apontado por Marx (2013), sem deixar de considerar a especificidade brasileira. Em sua crítica à compreensão da Economia Política sobre a colonização, Marx (2013) apontou para duas características básicas da “colonização sistemática”³⁷: importação de trabalhadores em condições miseráveis, a fim de manter o exército de reserva do mercado de trabalho assalariado sempre abastecido; e expropriação contínua da propriedade privada fundada no trabalho próprio. Deste modo, constitui-se o modo capitalista de produção e a acumulação, mantendo a dependência dos trabalhadores e a concentração dos meios de produção nas mãos da burguesia.

Seguindo as proposições de Marx e Prado Jr., Novais (1989) identificou as vinculações entre o sistema colonial desenvolvido entre os séculos XVI e XVIII e o desenvolvimento do capitalismo industrial, apontando o papel da acumulação primitiva na geração de excedentes de capital e na constituição de mercados consumidores, possibilitados pelo fortalecimento de instituições políticas marcadas pela centralização e pelo controle. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a colonização significa “colonizar para o capitalismo” (NOVAIS, 1989, p. 102; grifos no original), ela é empreendimento realizado pelo Estado moderno. A colonização, enquanto atividade marcada pela ocupação, povoamento e valorização econômica de novas áreas, adquire sua característica moderna ao se basear no exclusivismo da metrópole em colher os frutos da exploração colonial e em ter na colônia seu mercado consumidor exclusivo. Novais (1989, p. 92) afirma como característica fundamental da colonização: “acelerar a primitiva acumulação capitalista é pois o sentido do movimento, não presente em todas as suas manifestações, mas imanente em todo o processo”. Este sentido externo e sua continuidade, bem como de aprofundamento do controle centralizado da vida colonial também foram apontados por Holanda (2010)³⁸ e Silva (1996).

Novais (1989) analisou a crise do antigo sistema colonial, marcada, em perspectiva dialética, pelas contradições que tal sistema cria em suas próprias bases: a acumulação primitiva proporciona ao capitalismo mercantil a sua transformação em capitalismo industrial, alterando as próprias classes sociais dominantes. Contudo, se este sistema entrou em crise, existem continuidades e, de certo ponto de vista, a história do Brasil é “um imenso processo ainda não encerrado de absorção de correntes imigratórias e consequente ocupação e povoamento de uma vasta área geográfica de dimensões continentais”, sendo, portanto, “país por excelência da imigração e da ‘colonização’, ainda em curso” (NOVAIS, 2015 [1969], p. 24).

A centralidade da colonização na formação e conformação do Brasil também foi apontada por Bosi (1992). Segundo este autor, existem correlações entre os fenômenos da cultura, da colônia e do culto que podem ser observadas na própria língua e nos seus significados compartilhados: todos originam do verbo latino *colo*, cujo significado era “*eu moro, eu ocupo a terra* e, por extensão, *eu trabalho, eu cultivo o campo*” (BOSI, 1992, p. 11; grifos no original). A ação também expressa movimento e dominação: “*Colo* é a matriz de *colônia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar”; mas que também apresenta um “ar de recomeço e de arranque” em seu imaginário (BOSI, 1992, p. 12; grifos no original).

A análise das palavras e dos seus contextos apresenta um modelo genético de percepção: é possível apreender as tensões modernas nos conflitos de significado e de uso das palavras. Termos como “colonização” e “civilização”, tão interligados, podem ser entendidos enquanto “autoimagens nacionais representadas por conceitos” que acionam “valores emocionais axiomáticos”, vinculados a um “meio formativo nacional” e sua visão de mundo (ELIAS, 2011,

³⁷ Conceito construído por Edward Wakefield (1946), a ser discutido no próximo tópico.

³⁸ Holanda (2010, p. 467) cita Prado Jr. para afirmar que “[o] país vive, a bem dizer, do exterior e para o exterior”, marcado pela “extroversão econômica e social” que atravessa os períodos imperiais e republicanos.

p. 25). São conceitos estreitamente ligados às suas experiências e situações de existência, representando necessidades coletivas. O conceito socializa, retém experiências passadas e valor existencial, sem o qual não resistiria ao tempo, permitindo entender que, finda a Colônia, caminhou-se no sentido de aprofundar a colonização e a situação colonial. Em sua análise da dialética da colonização, Bosi aponta para a persistência do sentido de colonização enquanto “resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório” (BOSI, 1992, p. 13).

Enquanto projeto totalizante que se orienta para “ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (BOSI, 1992, p. 15), que se defrontou com indivíduos e grupos compostos por memórias e comportamentos coletivos, a colonização é um projeto contínuo e sistemático de conquista que reatualiza e reinventa o arcaico. Segundo Souza Lima (1995), o processo de conquista e assenhoreamento do território e das populações implica em fixar o povo conquistador nos territórios adquiridos pela guerra, processo ampliado após a vitória militar que impulsiona a administração e a gestão da exploração sistemática do butim. Este é composto pela terra, mas também pelo povo conquistado e seus bens, todos mercantilizados pela guerra e pelas formas de exercício do poder e dominação através do corpo administrativo que também transmite e impõe valores culturais do grupo invasor. Analisando o processo de tutela dos povos indígenas no Brasil, Souza Lima (1995, p. 61) apontou para os desdobramentos da guerra de conquista em meio ao “processo de longo prazo de integração social” e “sociogênese da forma política imaginada Estado nacional brasileiro” que persistem no exercício contemporâneo do poder, na tutela, pacificação e definição de povos insubmissos.

A análise dialética de Bosi (1992) ressalta o passado da colonização e seu presente modernizador enquanto espoliação e violência. A colonização, enquanto vetor da modernização e da expansão do capitalismo, violenta o cotidiano e brutaliza a vida, tornando mais eficiente e eficaz o controle e a exploração do trabalho, a desqualificação do saber, a desumanização da vida, o extermínio dos povos tradicionais. Conforme sinalizado, a análise da formação, ou da gênese, permite compreender o passado recente e o presente, levando Bosi (1992, p. 22) a apontar que “[o] projeto expansionista dos anos [19]70 e [19]80 foi e continua sendo uma reatualização em nada menos cruenta do que foram as incursões militares e econômicas dos tempos coloniais”. Deste modo, apreende-se o contínuo processo e projeto de colonização do Brasil: dominar a natureza e o outro para deles extrair lucro e consolidar o controle político e territorial. O sistema colonial é superado, mas a condição colonial encontra continuidade em formas diversas de ação, como o deslocamento forçado da terra, as formas de assistência e controle, as definições impostas pela legislação ancorada no planejamento racional, na configuração de formas de associação conjugadas com práticas de repressão às organizações populares.

Conforme apontou Fernandes (2015, 2020), o fim do estatuto colonial representou uma descolonização congelada, apenas parcial. A estrutura de dominação política, o prestígio associado ao domínio da terra e às práticas da aristocracia e a continuidade das formas tradicionais de interação e dominação e arcaicas de exploração da força de trabalho constituem a sociedade brasileira num processo truncado de modernização máxima e descolonização e democratização mínimas (FERNANDES, 2020, p. 223). Nesse processo se constituem e institucionalizam práticas autocráticas de domínio e controle das formas de socialização e organização de populações despossuídas.

Neste sentido, a colonização, enquanto política estatal construída e reconfigurada por atores sociais e instituições burocráticas particulares, deve ser apreendida no conjunto de relações que a formam. Seus sentidos expressam tendências históricas, contradições e projetos de sociedade em conflito. A análise impele a retomar o conceito de “colonialismo interno” de González Casanova (2007, 2015 [1969]). Para este autor a colônia é um território dependente

de um “império”, apreendendo graus de dependência e relações de poder em níveis interno e externo, entendendo tal domínio com motivações econômicas, militares, políticas e culturais que se interligam. As formas internas de colonialismo permanecem mesmo após a independência política e grandes transformações sociais, tais como reforma agrária, industrialização, urbanização e mobilidade estrutural. O colonialismo interno é tomado, assim, como um *continuum* capaz de esclarecer algumas resistências seculares à evolução democrática destas sociedades e a dinâmica da desigualdade dos países subdesenvolvidos, indicando um fenômeno histórico que se realiza nos terrenos econômico, político, social e cultural. O colonialismo interno é, portanto, um processo amplo vinculado à expansão das relações capitalistas e à ação do Estado-nação, devendo ser entendido junto aos conflitos entre formas de domínio centralizadas e alternativas emergentes, sistêmicas e antissistêmicas.

Na obra de Laranjeira (1983, p. 4), jurista ligado ao Direito Agrário, colonização é definida como “ato de ocupar o território, de modo racional. Colonização é o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo”. Esta definição, como se verá adiante, ecoa as discussões de técnicos e burocratas para estabelecer os critérios racionais de planejamento da política de colonização ao longo do século XX. Laranjeira, portanto, realça as formas de centralização e racionalização da ocupação dos territórios, orientadas por uma direção unívoca que normatizasse os seus usos, as relações e o controle da população. A análise do autor é importante por realçar os aspectos de ocupação e a racionalização da colonização a partir de dispositivos normativos diversos. Contudo, ele realça a exploração econômica do solo, deixando de perceber aspectos simbólicos e políticos importantes.

A análise sociológica de Santos (1993) buscou realçar a colonização enquanto processo social e política de Estado que, por meio de seleção e controle sociais do espaço e dos homens, reproduz a dominação de classe sobre as populações rurais. Como salientou este autor, o processo da colonização agrícola é um fenômeno social produzido por uma complexidade de relações, mas também é criador de novos fenômenos. Tal processo atravessa as experiências locais, a definição estatal e sua atuação política, a legislação e as agências públicas, as empresas privadas de colonização, os aparatos discursivos, seus aparelhos e intelectuais, a publicidade, as populações de colonos e assentados, suas experiências e vivências e suas reivindicações, desejos e decisões. Frequentemente a política de colonização foi acionada para desmobilizar as reivindicações e organizações coletivas dos camponeses, voltadas para a luta pela terra e pela defesa de melhores preços para os seus produtos. Enquanto processo social e política de Estado, a colonização produz efeitos políticos e simbólicos.

A partir dos autores citados e das experiências e configurações da política de colonização analisadas neste trabalho, pode-se afirmar a centralidade do Estado e sua articulação com processos de acumulação e reprodução do capital. Há, conforme apontado na Introdução desta tese, a partir de Elias (1993, 2011), vinculações entre a colonização e o processo de monopolização empreendido na formação contínua do Estado brasileiro, através da extensão do monopólio de terras e da centralização dos mecanismos de controle e autocontrole presentes na formação do mercado de trabalho livre que constituem novos processos de subjetivação e objetivação.

A constituição de novos sujeitos formatados pela propriedade privada e pelo trabalho livre ressalta o *continuum* da colonização interna e sua relação com o processo civilizador. Esta aproximação também foi indicada por Elias (1993) como fundamental na formação dos Estados nacionais europeus, processo que inter-relaciona o desenvolvimento do autocontrole das pulsões e o controle dos comportamentos coletivos pelo monopólio estatal da violência e pela expansão das redes de interdependência. Segundo Elias,

Não é das menores características da estrutura da sociedade ocidental que o lema de seu movimento colonizador seja “civilização”. Para os membros de

uma sociedade em que é grande a divisão de funções não basta simplesmente governar indivíduos e países subjugados pela força das armas, como se formassem uma casta guerreira, embora os velhos e simples objetivos da maioria dos antigos movimentos expansionistas – a expulsão de outros povos de suas terras, a aquisição de novos solos para cultivo e assentamento – indubitavelmente tenham desempenhado um papel nada pequeno na expansão do Ocidente. Mas a necessidade não é só de terras, mas também de pessoas. Elas têm que ser integradas, seja como trabalhadores seja como consumidores, na teia do país hegemônico, de classe superior, com sua diferenciação altamente desenvolvida de funções. Isto, por seu turno, exige certa elevação dos padrões de vida e o cultivo do autocontrole e das funções do superego nos povos submetidos, de acordo com os modelos ocidentais: exige, em suma, “civilizar” os colonizados (ELIAS, 1993, pp. 258-259).

O processo civilizatório, como indicam os autores citados, significa modificar os comportamentos, as relações sociais e as percepções dos indivíduos e dos grupos sociais que integram ou são integrados pela expansão das redes de interdependência. O “civilizar” é a negação do outro e se realiza de distintas e variadas formas que aprofundam o controle e a conquista: pela coerção física centralizada no Estado moderno, fortalecido pela sua expansão territorial; pelo monopólio dos tributos e pela administração centralizada de seus gastos; pela construção e inculcação de formas de se comportar, pensar e sentir a partir da educação formal e informal, tomadas como legítimas e “boas” pelos grupos de maior poder, implicando numa percepção que rebaixa os grupos sujeitos à necessidade de serem civilizados.

A centralidade do Estado, suas crenças e enquadramentos nos permitem apreender a colonização enquanto ação governamental: “planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados nacionais, mas também a partir de diferentes modalidades de organizações que estão fora desse âmbito mas que exercem funções de governo” (SOUZA LIMA; CASTRO, 2015, p. 35). Neste sentido, entende-se a política de colonização em suas múltiplas temporalidades e espacialidades e em suas elaborações, planejamentos, implementações e avaliações que articulam a disputa e a interação de múltiplos agentes, sobretudo camponeses, militares, empresários e tecnocratas.

Sintetizando a discussão apresentada, a política de colonização é aqui definida como mecanismo de intervenção estatal orientado para o controle do território e das populações, para a gestão do conflito e para o tratamento parcial da questão agrária, sendo recorrentemente utilizada para retardar e subverter a possibilidade de uma ampla reforma agrária. Esta definição ampla permite apreender seis sentidos da colonização entre os séculos XIX e XX, aqui separados de forma analítica: 1. Povoamento de regiões de importância geopolítica para a segurança e integridade nacionais, incluindo as áreas de fronteira; 2. Produção de alimentos para abastecimento interno; 3. Regulação dos fluxos migratórios internos e externos; 4. Constituição de um campesinato baseado no trabalho livre e na pequena propriedade familiar; 5. Desenvolvimento de hábitos modernos de produção e habitação através das assistências técnicas, sanitárias e educacionais; 6. Resolução de conflitos pela terra originados da organização social dos camponeses e da estrutura desigual e concentrada de acesso à terra.

Estes sentidos são tomados enquanto tendências e, como tais, geram consigo contradições e processos de resistência que também precisam ser apreendidos de forma dinâmica. A sua persistência e força indicam uma forma de interpretação e intervenção do Estado que se orienta pelo *colonizar*, podendo-se tomá-lo como o verbo oculto de tratamento da questão agrária no Brasil. Partindo desta política governamental é possível observar as técnicas de produção de crença, de formação das subjetividades e de estruturação e administração da vida cotidiana, tomadas enquanto formas de controle e assujeitamento que

extrapolam a intervenção nas áreas rurais e se configuram enquanto elementos característicos do Estado brasileiro.

1.2. Finda a Colônia, a Colonização Sistemática

A fim de realçar os elementos de sua gênese, são discutidas aqui a relação entre imigração e colonização e a importância da noção de “colonização sistemática” na consolidação da Lei de Terras de 1850 e na formação de um mercado de terras e de trabalho.

1.2.1. Imigração e produção agrícola

A construção da política de colonização no Brasil esteve intimamente ligada à política imigratória e tinha como objetivo realizar um processo civilizatório mediante a fixação de *colonos*³⁹ europeus. As interpretações racistas e evolucionistas, baseando-se no ideal do branqueamento populacional, justificavam a imigração como fator de modernização e alteração da composição social brasileira, associando-se ao declínio progressivo da escravidão e à necessidade de mão de obra na lavoura. O modelo de regime agrícola adotado se baseou na pequena propriedade familiar voltada para a produção de alimentos, pensado em conjunto com o processo de povoamento das áreas inexploradas, chamadas de “frentes pioneiras” (SEYFERTH, 2009a). Segundo Seyferth (2009a; 2009b; 2011), estes fundamentos da colonização no século XIX estão presentes na fundação de Nova Friburgo (RJ)⁴⁰ em 1818, de Leopoldina⁴¹ (BA) em 1818 e de São Pedro de Alcântara⁴² (SC) em 1829.

Apesar da formação das colônias de Nova Friburgo e Leopoldina datarem de período anterior à independência política do Brasil, elas consolidam a política de colonização e se realizam quando o Brasil se torna a sede da metrópole colonial portuguesa. Estas primeiras experiências indicam um modelo de ação que se baseia na cessão de terras públicas à iniciativa privada com o objetivo de promover a localização⁴³ de colonos e a ocupação de terras públicas, demarcadas em lotes, sob o controle e administração do Estado.

A recorrência do termo “experiência” na designação dos projetos de imigração e colonização foi apontada por Ramos (2006, p. 58; grifos no original) como uma “*tradição de conhecimento estatal da gestão de populações e territórios*, que esteve envolvida na montagem dos quadros administrativos dos Estados nacionais que emergiram dos processos de colonização”. Tal tradição é marcada pela contínua reformulação das estratégias de controle e intervenção sobre o território e a população. Segundo Seyferth (2011), está no centro da política de colonização e imigração um discurso civilizador capaz de alterar a composição social e racial

³⁹ O termo *colono* é, possivelmente, o mais expressivo para o século XIX e primeira metade do século XX. Podem ser identificadas outras expressões ao longo do século XX, sendo a mais expressiva e categórica a de *parceleiro*, instituída pelo Estatuto da Terra como nova denominação para os envolvidos nas políticas de colonização e reforma agrária.

⁴⁰ Primeira experiência de colonização interna com estrangeiros, Nova Friburgo se iniciou em 1819 com a chegada de um grupo de suíços. Conforme apontam Seyferth (2002) e Ramos (2006), o principal objetivo era o povoamento do território e a criação de espaços sociais de trabalho livre.

⁴¹ Fundada em 1818 no município de Villa Viçosa (atual Nova Viçosa) com colonos alemães e suíços, a Colônia Leopoldina alcançou relativa prosperidade e continuidade devido à produção de café. Segundo Carmo (2010), a insatisfação dos colonos com os contratos estabelecidos com a Coroa portuguesa (doação de sesmarias), a falta de braços para o cultivo e a fragilidade da administração levou ao emprego de mão de obra negra escravizada e ao cultivo do café para exportação.

⁴² A Colônia São Pedro de Alcântara é considerada a primeira colonização alemã em Santa Catarina. Segundo Buss, Scheibe e Furtado (2002), o intuito era realizar o povoamento da região, instalando colonos de origem germânica a fim de constituir pequenas propriedades de agricultura familiar.

⁴³ Segundo Seyferth (2009b), “localização” significava, no século XIX e início do século XX, o ato de recebimento por compra e exploração de um lote colonial destinado à agricultura, sendo próximo à noção contemporânea de *assentamento*.

do Brasil, pavimentando o caminho possível e necessário de desenvolvimento através da ação interventora do Estado. Ainda para esta autora, três motivações estiveram simultaneamente presentes na política de colonização e na formação do Estado brasileiro: “civilizar” a população indígena; estabelecer uma produção para consumo interno sem afetar a produção para exportação da *plantation*; e integrar o extenso território controlado pelo Império português, destacando questões geopolíticas relacionadas às fronteiras nacionais e aos temores com as rebeliões de escravizados e movimentos separatistas. Deste modo, tal como também salientado por Meléndez (2014), a política de colonização no Brasil imperial (1822-1889) possibilitou às elites políticas a consolidação da soberania nacional, a preservação da integridade territorial, o controle dos fluxos migratórios internacionais e a organização dos mercados interno e externo.

Segundo Meléndez (2014), a política de colonização foi utilizada também para dar solução a problemas internacionais. Entre 1830 e 1840 podem ser observados diplomatas e presidentes de províncias circulando pela Europa ocidental e entrando em contato com as políticas e negócios de colonização realizados pela Grã-Bretanha, França e “Alemanha”⁴⁴ em territórios como a Austrália, Nova Zelândia, Irlanda e Canadá. O conhecimento desses projetos, artigos e experiências de colonização apontam para um entendimento das principais questões relativas à economia política e ao problema da população.

Estas décadas abarcam o que Ramos (2006) chamou de primeiro período da “grande imigração europeia”. Entre os anos de 1820 e 1850 houve crescimento das migrações internas e internacionais dentro do continente europeu, motivado pela expansão demográfica do século XVIII na Europa, momento em que se combinaram o fim das crises de subsistência e as altas taxas de natalidade, devido ao incremento da produção agrícola, da criação de animais e da produção industrial⁴⁵. Este primeiro período presenciou o início das grandes migrações como forma de aliviar o peso da superpopulação em algumas regiões da Europa, processo esse marcado pelas ações sistemáticas de expropriação e apropriação de terras consideradas de uso comum e costumeiro, que se iniciam no século XVIII na Inglaterra e seguem em outras localidades e que geraram novos fluxos migratórios (THOMPSON, 1998; MARX, 2013; FEDERICI, 2017), a serem indicados mais à frente.

Conforme apresentam Seyferth (2002) e Ramos (2006), a experiência de Nova Friburgo é rica para entender o processo e a vinculação entre colonização e imigração no Brasil no século XIX. Nesta experiência aparecem as compreensões de nacionalidade e comportamento/caráter dos imigrantes a serem absorvidos, de modo que se torna necessário um processo rigoroso de escolha. Também se observa a percepção da colônia como instrumento de crescimento econômico e o nexos entre imigrantes e oferta de trabalho, estratégia importante na formação do mercado de trabalho com a previsão do fim da escravidão. A imigração dos suíços para Nova Friburgo também se deu em momento de crise econômica naquele país, marcado por um período de fome e migração para os Estados Unidos, de modo que a mediação entre as monarquias, por meio do empresário e diplomata Gachet, assumiu o papel de atrair os imigrantes para a nova experiência.

⁴⁴ A unificação política e administrativa do Estado alemão data de 1871, de modo que, para facilitar a compreensão, grafamos com aspas a porção de território que ainda não se identificava enquanto tal.

⁴⁵ Segundo Linhares e Silva (1999), houve sucessivas crises agrícolas na Europa do século XIX, afetando os territórios alemães, italianos e a Grã-Bretanha, o que estimulou a migração. O avanço do domínio colonial e da industrialização viabilizou o aumento da produção agrícola e o abastecimento de alimentos para a população das nações imperialistas do período, fosse através do incremento da produção local ou das trocas realizadas mediante relações entre metrópole e colônia. Sobre as correlações entre avanço da dominação colonial, desenvolvimento do controle populacional e das formas de acumulação capitalista, ver Federici (2017), autora que também indica as imbricações entre controle da natalidade, colonização de corpos e territórios de modo a conter transformações sociais coletivas e constituir subjetividades aptas ao modelo produtivo e o modo de dominação característico das relações capitalistas de produção.

O principal objetivo exposto era a povoação e a opção por trazer famílias, e não apenas indivíduos, indica os laços entre imigração e colonização. A migração de famílias foi uma medida fundamental da política de colonização, visando impedir o retorno ou a re-imigração desta população. Além disso, estão presentes o financiamento estatal do empreendimento, constituindo um mecenato colonial, e a concessão de favores por parte do Estado, esperando em troca comportamentos determinados por parte dos imigrantes/colonos (RAMOS, 2006). O projeto desta colonização envolvia um elemento “civilizador” em contraposição à barbárie do trabalho escravo presente no país, projeto que ambicionava “criar um espaço social, contraposto à escravidão, no qual uma multidão de famílias de homens livres, brancos, civilizados, pequenos proprietários e fiéis ao Imperador se multiplicariam” (RAMOS, 2006, p. 61). Contudo, este projeto foi parcialmente impedido pela permissão a que os suíços pudessem possuir escravos, uma exigência dos próprios colonos.

A posse de escravos havia sido proibida nos núcleos coloniais ainda em 1840 e a Lei de Terras deu mais ênfase ao trabalho livre, familiar e voltado à policultura, levando em consideração as altas despesas e o relativo fracasso produtivo das colônias (SEYFERTH, 2009a). Aprovada em 1850 e regulamentada em 1854, a Lei de Terras instituiu a definição das terras públicas ou devolutas⁴⁶ e possibilitou sua aquisição mediante compra.

1.2.2. Colonização sistemática e controle das populações

Segundo Meléndez (2014), a “colonização sistemática” no contexto brasileiro foi construída com o diálogo das elites e suas empresas com os projetos e negócios em outros países, sendo o caso britânico uma importante referência. O termo “colonização sistemática”, citado anteriormente a partir de Marx, provém das discussões do Reino Unido, referindo-se “à padronização de processos de recrutamento, transporte e assentamento de migrantes em florescentes colônias ultramarinas” (MELÉNDEZ, 2014, p. 50), oscilando entre a tutela direta por parte do governo e as práticas de livre mercado. Contudo, no que se refere ao Brasil, a colonização sistemática assumiu um caráter inverso e internalizador: não se tratou de enviar trabalhadores da metrópole para colônias ultramarinas, mas sim de encaminhar migrantes europeus para o interior do Império. Além disso, por ter como característica a formação de um mercado de trabalho livre, a prática sistemática da política de colonização no Brasil, marcada pela estrutura social e produtiva escravista, aponta o original “torcicolo cultural” brasileiro⁴⁷ (SCHWARZ, 2014, p. 59) que associou as doutrinas do liberalismo à continuidade da forma de produção agrícola baseada no controle do trabalho e da terra.

A noção de “colonização sistemática” precisa ser trabalhada pela sua filiação e pela recorrência com que sua definição aparece no discurso e na prática da política de colonização no Brasil, tanto no século XIX quanto no século XX. A noção foi cunhada por Edward Gibbon Wakefield, administrador colonial da Grã-Bretanha, com atuação na Austrália do Sul, Canadá e Nova Zelândia, contribuindo de forma prática e teórica para a reformulação das formas de colonização e assentamento (*settlement*). Segundo Costa (1999 [1972]), o primeiro projeto da

⁴⁶ Segundo Silva (1996), o significado original do termo “terra devoluta” na legislação portuguesa do século XIV indicava as terras devolvidas à Coroa, entendida como “senhor de origem” de todas as terras. As terras eram devolvidas pela ausência de cultivo e eram redistribuídas a outros para que a lavrassem e aproveitassem. Na Colônia, no século XVI, as condições de aplicação do sistema de sesmarias e a administração colonial deram outros sentidos à palavra devoluta: de terra doada que retorna à Coroa por seu não aproveitamento, passou a significar terra sem a presença e ocupação de colonizadores ou proprietários.

⁴⁷ A expressão foi cunhada por Schwarz (2014) e se refere ao modo particular como alguns ideais do liberalismo econômico e político, tais como trabalho livre, livre mercado, liberdade política e voto universal foram apropriadas pelas elites econômicas, políticas e intelectuais brasileiras e torcidas em meio às instituições, práticas e valores centrados na escravidão, na subordinação pessoal e na exclusão política que caracterizaram o século XIX no Brasil.

Lei de Terras se baseou nas teorias de Wakefield, citado nas discussões da Câmara e inspirador da suposição de que

numa região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. A única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas (COSTA, 1999, pp. 176-177).

As terras ocupadas, arrendadas ou sob meação seriam proscritas e as terras sem utilização ou ocupação apropriada seriam devolvidas ao Estado como terras públicas, aptas a serem vendidas com preços altos o suficiente para limitar sua compra por imigrantes recém-chegados. O dinheiro adquirido com a venda de terras públicas financiaria a política de imigração e de substituição de escravos, contribuindo sucessivamente para baratear o trabalho e encarecer as terras, constituindo seu caráter sistemático e que “se autoalimentava” (J. CARVALHO, 2008, p. 333). A lei serviria, assim, para regularizar as propriedades ilegalmente adquiridas e estender o controle governamental sobre as terras. Segundo José Murilo de Carvalho (2008), a colonização sistemática proposta por Wakefield implicava numa ação do governo para aumentar artificialmente o preço da terra, de modo que o imigrante fosse obrigado a trabalhar por algum tempo.

Apesar de elucidativos, os comentários não analisam de fato a obra de Wakefield, sendo importante apresentar algumas considerações feitas por este autor para o entendimento da política de colonização. Um trecho de *The art of colonization* [A arte da colonização] foi traduzido e publicado no Brasil em 1848 e republicado em 1946 na *Revista de Imigração e Colonização*, revista oficial do Conselho de Imigração e Colonização⁴⁸. Separadas por quase cem anos, as datas das publicações revelam momentos importantes em que a reflexão de Wakefield pode ser consultada em língua portuguesa, revelando também momentos em que houve interesse e espaço para as discussões sobre elas: dois anos antes da formulação da Lei de Terras e no período de redemocratização após a ditadura do Estado Novo, quando se expressam novas formas de pensar e realizar a política de colonização, dando indícios da possível existência de um conjunto de ideias e de vocabulário que persistem na administração pública orientada para a política de colonização.

Dialogando com autores centrais da Economia Política de seu tempo, tais como James Mill e Adam Smith, Wakefield defende a importância da colonização. O capítulo aqui analisado é o último do livro *England and America*, publicado de forma anônima em 1833. Neste momento, Wakefield já acumulava considerações enquanto agente colonizador do Império Britânico, em especial no território da Nova Zelândia. Wakefield discorre sobre os benefícios da política de colonização. O problema central colocado era o da possibilidade de qualquer colono recém-chegado tornar-se proprietário, devido ao estatuto público das terras das colônias inglesas. Essa possibilidade significava, na leitura de Wakefield, a elevação dos salários e a permanente escassez de mão de obra, afetando os lucros e os investimentos de novos capitais nas colônias. O autor, entre outros aspectos, questiona a doação de terras públicas e sugere a

⁴⁸ O Conselho foi criado pelo Decreto Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Seu objetivo era sistematizar as questões relativas à imigração, à colonização e à concentração de estrangeiros em período de intenso fluxo de migrações internacionais. Com a diminuição dos fluxos migratórios a partir dos anos 1940, as principais atividades do Conselho se voltam para a colonização com migração interna e para o estímulo à chegada de estrangeiros europeus. O órgão foi extinto e substituído em 1954 pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic). Ver: ABREU, Alzira. Conselho de Imigração e Colonização. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-metematico/conselho-de-imigracao-e-colonizacao>. Acessado em: 28/02/2020.

emigração de trabalhadores pobres para as colônias, estabelecendo a colonização sistemática a partir da estipulação de um preço suficiente para as terras. Segundo Smith (1990, p. 246), Wakefield pretendeu integrar “o problema da transição para o capitalismo no espaço colonial e sua relação com a Inglaterra” e, para isso, revalorizou a colonização em meio aos discursos do liberalismo econômico e político que se fortaleciam no período.

Segundo Smith (1990) e Silva (1996), a influência da colonização sistemática sobre os estadistas brasileiros se deve mais à visão da Colonization Society, formada em 1830 em Londres, do que propriamente aos trabalhos de Wakefield. A tese central do preço suficiente não esteve em questão no primeiro projeto da Lei de Terras, mas sim a percepção de que o Estado deveria se responsabilizar pela importação de trabalhadores. Segundo Silva, a adaptação da colonização sistemática no Brasil sempre buscou “fugir às determinações do mercado” (SILVA, 1996, p. 106). A retenção dos colonos se daria não pela dificuldade de compra de terras pela existência de um preço mínimo, mas pelas dívidas e coerções extraeconômicas, desenvolvendo um regime de trabalho entre o livre e o servil.

A diferença entre a leitura e a apropriação de Wakefield é fundamental para a compreensão da formulação da Lei de Terras, mas não deixa de apresentar a importância de conhecer as reflexões do próprio autor. A noção da sistematicidade e continuidade da colonização é reveladora na medida em que permite compreender outros momentos da política de colonização. Além disso, as proposições do autor foram retomadas por alguns atores no regime militar, como apontado nos Capítulos 2 e 3. Considerada importante pelos editores da *Revista de Imigração e Colonização*, sua definição de colonização aborda “a remoção de gente de um país velho para um país novo, e o estabelecimento de gente em terras devolutas do país novo” (WAKEFIELD, 1946, p. 343)⁴⁹. Assim, dois elementos são fundamentais para a existência de uma colônia: *terras devolutas*, definidas como aquelas não pertencentes a ninguém, mas que poderiam vir a pertencer “por intervenção do governo”, tornando-se a possível propriedade do colono⁵⁰; e *contínuas emigração e remoção* da nova população, a fim de que ela se estabelecesse em lugares novos. É preciso salientar que os dois processos migratórios são complementares, tratando-se de um deslocamento entre o país velho, às vezes chamado de “pátria-mãe”, e o país novo, mas também de um deslocamento de populações no interior do país novo, ampliando a ocupação do solo. Além disso, apesar de Wakefield salientar estes dois pontos fundamentais na colonização sistemática, é preciso ressaltar um terceiro elemento pouco trabalhado pelo autor: a própria capacidade do Estado de *intervir e mediar* o processo de ocupação, trabalho e venda de terras.

A defesa da colonização feita por Wakefield apontou um fim último: aumento dos meios para emprego de capitais e trabalho. Este fim se realiza pela extensão e formação de mercado consumidor para escoar o excesso de produção, pela possibilidade de diminuir a população da metrópole, pela obtenção de novas áreas para empregar capitais e pela ampliação do *patronato*. Este termo parece se relacionar ao substantivo *patronagem*, indicando a capacidade de oferecer ajuda material ou apoio moral, envolvendo relações ao mesmo tempo de patrocínio e proteção.

⁴⁹ Tradução de: “Colonisation signifies the removal of people from an old to a new country, and the settlement of people on the waste land of the new country”. A sentença em inglês está na nota de apresentação ao texto, bem como o comentário sobre a importância dessa definição (WAKEFIELD, 1946, p. 337). Apesar de ter sido republicado em 1946, o texto apresenta a grafia de sua primeira tradução, de modo que aqui foi tomada a liberdade de atualizar a escrita sem alterar o sentido.

⁵⁰ Conforme sinalizado anteriormente, o termo “terra devoluta” é próprio das legislações portuguesa e brasileira (SILVA, 1996). O termo original utilizado por Wakefield foi “waste land”, cujo significado mais próximo é “terra improdutiva”, podendo “improdutiva” ser compreendida tanto pela qualidade inferior da terra quanto pela ausência de produção. A tradução indica o interesse de colocar em prática as ideias de Wakefield, mas é consistente com o restante do texto, dada a necessidade da terra improdutiva ser pertencente ao Estado e estar apta a ser vendida para os colonos.

Tratando-se do deslocamento de populações, tais relações constituem também redes de tutela, elemento importante para a compreensão das formas de controle exercidas pelo Estado sobre determinadas populações. Conforme trabalhado por Souza Lima (2002) e Ramos (2006), tais redes de tutela implicam na seleção e no controle de populações específicas a serem identificadas, classificadas e manejadas por aparelhos burocráticos especializados, criando vínculos de dependência e assujeitamento entre estas populações e o Estado.

Apesar de apontada como um mecanismo para diminuir o excesso populacional da metrópole, Wakefield (1946) afirma que este nunca foi um fim plenamente alcançado pela colonização. Sua crítica aponta que, até a década de 1830, a imigração para as colônias tinha sido realizada em pequenos números, incapazes de solucionar o problema da superpopulação na metrópole. Sua análise aponta um problema de escala, de modo que a ampla realização da colonização pudesse se tornar um mecanismo para prevenir as comoções públicas e manter a paz, a ordem e a confiança na segurança das propriedades, impedir a interrupção do desenvolvimento industrial e comercial e “desviar” os males advindos de uma “convulsão política séria” (WAKEFIELD, 1946, p. 355). O descontentamento vivido com o crescimento populacional, tais como falta de alimentos, encarecimento, empobrecimento e desemprego poderiam encontrar uma solução na colonização. Conforme Smith (1990), Wakefield apreende colônia e metrópole no quadro integrado do capitalismo internacional.

Apesar de ressaltar o fundamento da liberdade individual, Wakefield salienta que, no que se refere à colonização e às terras devolutas, o Estado deve necessariamente intervir no estabelecimento ou na confirmação do título da posse, a fim de evitar que o colono nas novas terras se transformasse em posseiro (*squatter*) sem título e sujeito à expulsão por outro indivíduo mais forte. A interferência do Estado, neste sentido, fundamenta-se de modo a evitar a expropriação da terra e a concentração de propriedades e garantir a maior atração de capitais e, especialmente, trabalho dos países velhos. Também aqui a tradução importa: o termo *posseiro* tinha relevância especial para o período de construção e consolidação da Lei de Terras⁵¹. Como informa Silva (1996), a alteração do regime fundiário por intermédio da nova legislação pretendia alterar a forma de ocupação da terra, que entre os anos de 1822 e 1850 havia visto o crescimento dos números de posse. Inicialmente se pretendia impulsionar a regularização da propriedade da terra, como se verá no próximo subtópico.

Wakefield recomendava que, em casos de países novos com áreas de terras devolutas muito extensas, era preciso cautela do Estado na titulação da propriedade, a fim de evitar a fragmentação e a dispersão das propriedades. O autor aponta três métodos utilizados em diversos governos coloniais (WAKEFIELD, 1946, p. 373), dos quais o mais seguro, segundo sua concepção, era a exigência do pagamento em dinheiro pelas terras devolutas, com valor estabelecido pela proporção terra-população, entendida como a capacidade da terra de aumentar a população colonial.

A análise de Wakefield tem como base a busca pelo ponto *ótimo* ou *médio* identificado nas discussões da Economia Política, possibilitada pelos mecanismos de governo da população⁵². Entre os autores da Economia Política Clássica, Wakefield manteve diálogo crítico

⁵¹ A relevância das traduções é apontada com relação aos termos do debate da Lei de Terras (1850). Contudo, pode-se salientar que estes termos se mantêm relevantes na data da republicação (1946) precisamente pela continuidade dos problemas estruturais de ocupação e uso da terra.

⁵² Em alguns pontos, Wakefield desenvolveu elementos do utilitarismo de Bentham, cujos elementos principais eram a percepção de um indivíduo egoísta, centrado em seu auto interesse e marcado pela concorrência, pela defesa e naturalização do mercado, que via no movimento natural do mercado o alcance de uma harmonia, também entendida como ponto médio ou ótimo. No utilitarismo de Bentham e de Wakefield está presente a defesa da intervenção do Estado orientada para aumentar o bem-estar da população. A análise do “ponto ótimo” foi desenvolvida a partir da noção de harmonia natural promovida pelo livre mercado. Essa análise foi desenvolvida

com Adam Smith, Jeremy Bentham, John Ramsay McCulloch e John Stuart Mill sobre a colonização, todos eles pensadores importantes que contribuíram para a formação de uma ciência econômica. O princípio da crítica de Wakefield era apontar a importância e o uso positivo da colonização na resolução dos problemas da metrópole. Para isso, Wakefield buscou demonstrar que o preço da terra não poderia ser tão alto a ponto de impedir a compra da propriedade, nem tão baixo a ponto de permitir formar grandes extensões de terra ou especulações. A área de ocupação também não poderia ser muito pequena, a ponto de inviabilizar e tornar menos atraente a imigração e compra das terras devolutas, mas nem muito extensa, a ponto de dispersar a colonização. A intervenção do Estado na conduta correta, na arte da colonização, iria no sentido de possibilitar o maior rendimento do capital e do trabalho.

Aqui estão alguns elementos principais da colonização e de uma relação colonial, mesmo entre dois países independentes, dado o uso recorrente dos Estados Unidos como exemplo positivo de colonização. Conforme analisado por Marx (2008) e posteriormente por Polanyi (2000) e Foucault (2005, 2008a), o centro da análise inicial e a preocupação da Economia Política era a população: “base e sujeito de todo o ato social da produção” (MARX, 2008, p. 258). A análise de Marx apontou a indeterminação contida no tratamento da população que exclui dela as classes sociais e suas distintas e contraditórias posições no processo produtivo e interesses coletivos. Segundo Polanyi (2000), a formação teórica e prática da Economia Política colocou em seu centro o controle das populações pobres a partir de mecanismos ou leis “naturais”. Ainda para este autor, “a racionalização da agricultura desenraizou inevitavelmente o trabalhador e solapou a sua segurança social” (POLANYI, 2000, p. 116), de tal modo que a revolução agrícola, com os cercamentos e a privatização das terras comuns, gerou uma massa de trabalhadores empobrecidos e “aptos” à migração. Estes trabalhadores, contudo, não aceitaram passivamente as drásticas alterações de seus costumes e modos de vida, baseados em um conjunto de expectativas coletivas (THOMPSON, 1998).

O processo de expropriação das terras e de contínua alienação das formas de produção, vida e pertencimento foi analisado por Marx (2013) enquanto processo de acumulação primitiva. Tal processo ocorre mediante dupla transformação: primeiro, é realizada a supressão da servidão, momento em que o camponês passa a trabalhar de modo autônomo na terra e, depois, pela expropriação e separação do trabalhador dos seus meios de produção, criando concorrência e concentração de capitais e rendas. Realiza-se assim uma das contradições fundamentais do capital: ao mesmo tempo em que centraliza os meios de produção, socializa o trabalho ao torná-lo necessário e obrigatório a uma grande massa populacional, empobrecendo-a e tornando-a mais explorada e subjugada. Este modo de produção produz, na perspectiva de Marx, a sua própria negação, constituindo uma contradição: a crescente exploração atingirá o nível em que se realizará a expropriação dos exploradores pela massa do povo.

Não à toa, escrevendo em 1830, em momento de diversos conflitos, crises agrárias e de ações organizadas das classes trabalhadoras, Wakefield (1946) apontou a necessidade da pátria-mãe construir uma imagem positiva da emigração, retirando dela as imagens negativas de expulsão, de miserabilidade no país de destino e a desconfiança com relação aos propósitos da emigração impulsionada pelo governo. Em passagem continuamente repetida por Wakefield (1946, p. 405), um fim último da colonização é a “dilatação de uma sociedade velha em um lugar novo, com todas as vantagens, e sem os males que especialmente pertencem aos países velhos”. Este caráter utópico será trabalhado mais à frente, estando presente este ideal de formação de uma *comunidade* sem os males promovidos pela modernização⁵³ (MARTINS,

por Marie Esprit Léon Walras enquanto teoria do equilíbrio geral, no que os historiadores Hunt e Lautzenheiser (2013, pp. 213s) chamaram de “triunfo do utilitarismo” e no desenvolvimento do marginalismo neoclássico.

⁵³ Trata-se de tema interessante para pesquisa: a continuidade do imaginário edênico nas formas modernas de colonização e no imaginário dos trabalhadores e trabalhadoras que buscam na terra própria não só o “paraíso”,

1973). Além disso, como salienta Wakefield, a remoção da população pobre da pátria-mãe também possibilita a modificação nos salários da classe trabalhadora, visto que retira a pressão demográfica que tende a baixar os salários.

Contudo, segundo Marx (2013), a Economia Política continuamente confunde duas formas antagônicas de propriedade privada: a que se baseia no trabalho do produtor e a que se baseia na exploração do trabalho alheio, sendo esta a antítese da primeira, crescendo conforme se impõe sobre ela. A relação entre estas duas formas de propriedade é conflitiva e se revela com mais força na relação entre o capitalista da metrópole e o produtor da colônia que é possuidor de suas próprias condições de trabalho e enriquece a si mesmo.

Nas situações em que o capitalista é respaldado pelo poder colonial da metrópole, ele busca “eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio” (MARX, 2013, p. 835). Nestas situações, a metrópole é evocada a resolver as questões estruturais do sistema capitalista: a transformação do produtor em trabalhador assalariado em nome da “riqueza nacional”. Visto que “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas” (MARX, 2013, p. 836) é preciso transformar as relações sociais, alterar o seu significado e fundá-las no trabalho assalariado, na venda voluntária da própria força de trabalho e na impossibilidade de manter o produtor local como dono de seus meios de produção e da riqueza por ele produzida. Nas colônias é preciso realizar uma “colonização sistemática” (MARX, 2013, p. 836) capaz de modificar as relações sociais tradicionais. Segundo Marx (2013, p. 836), o mérito de Wakefield é “o de ter descoberto, nas colônias, a verdade sobre as relações capitalistas da metrópole”, entendendo que a colonização sistemática “visa à fabricação de trabalhadores assalariados na colônia”, pois é apenas com o trabalhador assalariado, “o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente”, que se constitui a relação social capitalista.

Esta relação é complexificada na colônia, visto que, nesta, o produtor, além de assalariado, se mantém como produtor por conta própria, que trabalha para si e se enriquece, ao invés de trabalhar para o capitalista e enriquecê-lo. Nas colônias esta relação prejudica a formação e a continuidade do mercado de trabalho que mantém baixa a exploração, visto que não há constância, regularidade ou suficiência no mercado de trabalho assalariado. A dependência entre o trabalhador e o capitalista e a concentração dos meios de produção precisam ser criadas.

Marx (2013, p. 842) compreende que, para curar “o câncer anticapitalista das colônias”, é preciso transformar a terra em mercadoria, conferindo-lhe um preço independente da lei da oferta e da procura, um preço artificial definido pelo governo, incapaz de ser pago em pouco tempo pelo trabalhador assalariado. Ao mesmo tempo o governo deve importar trabalhadores em condições miseráveis, a fim de manter sempre abastecido o exército de reserva do mercado de trabalho assalariado. Estas são, para Marx, as principais práticas da “colonização sistemática”, capazes de manter a dependência dos trabalhadores e a concentração dos meios de produção com os capitalistas: “o modo capitalista de produção e acumulação – e, portanto, a propriedade privada capitalista – exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador” (MARX, 2013, p. 844).

Segundo Herrera (2019), a colonização foi um tema presente nas análises de Marx e Engels entre 1840 e 1880, acompanhando diferentes autocríticas e propostas de análise sobre a singularidade do modo de produção capitalista. Frequentemente ela foi entendida como conquista militar e ocupação de território por um poder metropolitano com o objetivo de

como a constituição de uma comunidade. Segundo Holanda (2010), este imaginário inclui as imagens da terra fértil, da mudança de vida, da superação dos males da pobreza consubstanciados na noção de um Éden, um Paraíso terrestre, e que esteve continuamente presente no esforço de colonização português, mas também apresenta suas marcas no período imperial e republicano do Brasil. Sobre o tema da *comunidade*, ver o tópico 2.4.

dominação de um povo e exploração econômica. Analisando diferentes casos, como os EUA, Índia e Irlanda, Marx denunciou a colonização como um dos métodos de realização da acumulação primitiva, indicando a violência institucionalizada da administração colonial e sinalizando nela a expressão da expropriação e exploração da terra e do trabalho que caracterizam o capitalismo enquanto modo de produção. Esta apreensão não foi feita sem contradições por Marx que, frequentemente, viu na colonização uma condição para a modernização, percepção modificada ao longo do tempo pelos casos da Irlanda, na qual a luta pela libertação nacional se articulava à ampliação da luta operária na Inglaterra, da Rússia e as possibilidades de múltiplas vias de constituição da revolução e do socialismo e da Argélia, onde a expropriação colonial se sobrepôs a qualquer potencial civilizatório.

O caráter sistemático da colonização refere-se, portanto, à ocupação de novos territórios, à gestão populacional e à alteração, mediante a atuação e intervenção do Estado, das condições de produção e de vida das populações locais e migrantes. A colonização age em situações potencialmente ou de fato conflitivas e cria novos conflitos nas áreas em que estabelece a fixação de trabalhadores, podendo ser inserida enquanto mecanismo de governo que identifica o perigo e o inimigo interno a serem regulados. Luxemburg (1985, p. 255) ressaltou esse caráter violento e contínuo da acumulação primitiva, identificando na expansão colonial a “guerra encarniçada (...) do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho”. Trata-se de um ponto significativo e importante de ser retido: o caráter de permanente ocupação militar da colonização que visa sufocar revoltas e organizações e garantir a expropriação de terra e trabalho mediante a destruição da “unidade formal de entidade social autônoma” ou “arrasar completamente a organização social da população” (LUXEMBURG, 1985, pp. 255, 256).

Desse modo, enquanto mecanismo de controle populacional baseado na formulação da Economia Política, a colonização se assemelha ao paradigma da guerra, analisado por Foucault (2005). O Estado aparece, nesse sentido, como entidade capaz de preservar e garantir o corpo social ao mesmo tempo em que busca eliminar o risco e o perigo. A regulação e a vigilância são realizadas através das estimativas de probabilidade, dos cálculos, das estatísticas, da observação contínua das populações a serem controladas. A governamentalidade e os seus dispositivos de segurança agem sobre o meio a fim de regular a realidade e tutelar os que são vistos como incapazes de governar a si mesmos (FOUCAULT, 2008a, 2018).

Na interpretação de Foucault, o surgimento de um novo governo que interfere e regula as condutas populacionais se relaciona à constituição da Economia Política enquanto princípio e forma de racionalização dos modos de intervenção do Estado. O governo deve se encarregar do conjunto de homens e coisas, tais como riquezas, recursos, meios de subsistência, território, qualidades naturais, costumes, hábitos, formas de agir e de pensar. A finalidade do governo é, assim, impor determinada disposição das coisas a fim de conduzi-las a um fim conveniente, potencializada pela constituição da malha burocrática e das técnicas e valores de racionalidade, calculabilidade e previsibilidade (WEBER, 1999; ELIAS, 2011). Muito diferente era a finalidade do governo na soberania, marcadamente circular: garantir o bem público que, no fim, é submissão à soberania, sendo esse bem a submissão à lei. Na Era Moderna o que existe é uma pluralidade de fins específicos, orientados para cada uma das coisas a governar: devem-se utilizar mais táticas de disposição das coisas do que leis, fazendo por vários meios que um fim seja atingido. A lei proíbe, a disciplina prescreve, a segurança regula a realidade, agindo sobre ela, induzindo à circulação (FOUCAULT, 2008a).

1.2.3. A Lei de Terras e a formação dos mercados de terras e de trabalho livre

Conforme analisado até aqui, o Estado é um ator fundamental na intervenção e regulamentação das relações sociais e produtivas. Segundo Polanyi (2000), a constituição de

uma economia de mercado autorregulado exige a separação institucional das esferas econômica e social, subordinando o ambiente natural e os seres humanos à lógica de acumulação e valorização da mercadoria. Neste processo, transformar o trabalho e a terra em mercadoria significa “subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado” (POLANYI, 2000, p. 93). Transformar estes elementos, mais o dinheiro, em mercadoria é uma tarefa fictícia que depende da intervenção do Estado, de modo a desarticular as relações sociais anteriormente estabelecidas.

Segundo Costa (1999, p. 169), a “política de terra e a de mão-de-obra estão sempre relacionadas e ambas dependem, por sua vez, das fases do desenvolvimento econômico”. O processo de crescimento populacional, de migrações internas e externas, os melhoramentos nos meios de transporte, a concentração populacional nos centros urbanos, o desenvolvimento da indústria e a acumulação de capitais “estimularam a incorporação da terra e do trabalho à economia comercial e industrial” (COSTA, 1999, p. 169). O uso da terra e do trabalho foi intensificado nas áreas de exploração parcial da terra, promovendo a expulsão de camponeses e indígenas e a redução da agricultura de subsistência.

A Lei de Terras decretou o fim das posses e doações de terras pela Coroa, indicando apenas a compra como meio de aquisição das terras públicas. Foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas, responsável pelo controle das terras públicas e promoção da colonização. Analisando os Anais do Parlamento brasileiro, Costa (1999) observou duas lógicas em disputa nos debates da Lei de Terras: uma vinculada à percepção da terra como prestígio social, doação e recompensa por serviços prestados à Coroa, e, portanto, vinculada a ela; e outra que fez da terra domínio público, acessível aos capazes de explorá-la lucrativamente, representando uma mercadoria e um poder econômico, entendido como nova fonte de prestígio. Segundo a autora, “A mudança de atitudes em relação à terra correspondeu à mudança de atitudes em relação ao trabalho: escravidão e certas formas de servidão foram substituídas pelo trabalho livre” (COSTA, 1999, p. 172). Fazer da terra imperial um patrimônio público era condição essencial para torná-la propriedade privada.

A Lei de Terras se insere em um processo amplo de transição para a consolidação dos aparelhos burocráticos do Estado e para algumas noções de “nação”, dissociando a terra da figura do rei ou do monarca. A Lei de Terras substituiu e negou o princípio anterior da terra vinculada à Coroa, presente no regime de sesmarias. Durante o período do Brasil colonial, a terra era doada enquanto favor pessoal, implicando em ligações profundas com o rei. Contudo, o direito à terra se limitava ao seu usufruto, reservando a propriedade à Coroa.

Como aponta Costa (1999), os esforços da Coroa para evitar a concentração de terras, impedindo a formação de uma nova ordem feudal, foram frustrados. O acúmulo de terras satisfazia às necessidades de produção, em especial do açúcar, e garantiam o prestígio social e o poder, dadas a posse de mão de obra escrava e as relações pessoais estabelecidas entre proprietários, arrendatários e meeiros que se dedicavam à economia de subsistência e ao trabalho na *plantation*. Segundo Costa (1999, p. 175), apesar do lucro ser a principal motivação econômica, “o controle sobre os homens e sobre a terra era mais importante para definir o status social do proprietário do que a acumulação de capital”. Este elemento também foi apontado por Medeiros (1983a, p. 2), indicando a necessidade de se observar, na análise histórica e nos períodos mais contemporâneos, o duplo monopólio de classe sobre os meios de produção e a terra, entendendo ambos como “condição para permitir a subordinação do trabalho ao capital, negando-lhe a possibilidade de uma reprodução autônoma”.

A ocupação da terra, apesar de significar violação da propriedade real e só poder ser legitimada por concessão, era amplamente realizada (SILVA, 1996). Tanto o sistema de relações sociais que resulta do poder dos grandes proprietários sobre homens livres e escravos, quanto a importância da economia de subsistência apontam e explicam a sobrevivência das concepções tradicionais da terra. Entre a Independência (1822), quando foi abolida a doação de

sesmarias, e a Lei de Terras de 1850, a ocupação se tornou a principal forma de obtenção da terra. As posses e os posseiros cresceram em tamanho e número, e as propriedades, sem estatuto legal, eram compradas, vendidas e avaliadas (COSTA, 1999; MARTINS, 2018). A situação se agravou com a expansão das *plantations* de açúcar e de café e a consequente demanda por força de trabalho livre, dada a oposição da Inglaterra ao trabalho escravo. Os dois problemas juntos, da terra e do trabalho, criaram a necessidade de reavaliação das políticas no Brasil. A Lei de Terras, nesse sentido, buscou regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho e, conforme apontou José Murilo de Carvalho (2008), só pode ser promulgada em meio ao regresso conservador no Brasil⁵⁴, momento em que os liberais perdem espaço no poder e o Estado reassume ações centralizadoras voltadas para a constituição de uma “unidade” territorial e administrativa: “esboço de sistema de dominação mais sólido, centrado na aliança entre, de um lado, o rei e a alta magistratura, e, de outro, o grande comércio e a grande propriedade, sobretudo a cafeicultura fluminense” (J. CARVALHO, 2008, p. 249).

O ano de 1850 é um marco neste sentido, pois estabeleceu legislações para o fim do tráfico de escravos⁵⁵, para a estrutura agrária, para a imigração e para a reforma da Guarda Nacional⁵⁶. A Guarda Nacional foi fundamental para ampliar a centralização do Estado na formação e nomeação dos responsáveis pela segurança interna e, deste modo, pelo uso legítimo da violência física, sendo sua principal razão a coibição de possíveis revoltas de proprietários de terra contra o fim do tráfico de escravos (J. CARVALHO, 2008). A recorrência e intensidade das revoltas realizadas pela população pobre urbana e rural, e com participação e presença marcante de indígenas, escravizados e militares levou os setores da elite política e da burocracia estatal a buscarem a conciliação com os grandes proprietários de terra e os grandes comerciantes nacionais, de tal modo que estas legislações voltadas para o controle da terra e do trabalho estão intimamente relacionadas à necessidade de manutenção da ordem contra estas “classes perigosas”⁵⁷ (J. CARVALHO, 2008).

Segundo Silva (1996), a perspectiva geral e a intencionalidade da Lei de Terras enfatizavam a modificação gradual, sem grandes rupturas e traumas, da forma de exploração da mão de obra e da forma de apropriação da terra, buscando superar a generalidade da posse e regulamentar a propriedade privada. A lei enfatizava o povoamento do território nacional, a

⁵⁴ Apesar dos interesses comuns na manutenção da monarquia e das formas subordinadas de trabalho, a distinção entre conservadores e liberais no período imperial foi marcada pelas proposições entre centralização política em torno do Poder Executivo e descentralização, dando maior autonomia às províncias, adotando um modelo federativo. Os conservadores, também conhecidos como Saquaremas, eram compostos por burocratas do Estado, grandes comerciantes e fazendeiros ligados à produção para exportação. Os liberais, conhecidos na historiografia como “Luzias”, eram formados por profissionais liberais urbanos e de outros grandes fazendeiros fora do eixo cafeeicultor.

⁵⁵ Em 1831 já havia sido promulgada a Lei Feijó, primeira legislação nacional a proibir a importação de escravos no Brasil. Apesar de promulgada, a lei não teve efeito prático.

⁵⁶ Criada em 1831 e reorganizada em 1850, a Guarda Nacional foi organizada de modo a descentralizar as forças armadas estaduais, dando maior controle ao governo central, em um período marcado por conflitos, revoltas e tentativas de revolução. A convocação e escolha dos membros da Guarda Nacional ficou restrita aos homens com rendas de 200 mil-réis nas cidades e de 100 mil-réis no interior, excluindo setores mais pobres (J. CARVALHO, 2008, p. 252).

⁵⁷ No período aqui discutido, sobretudo ao longo do 2º Reinado, “classes perigosas” foi um termo comumente utilizado para se referir aos grupos sociais que se organizaram e se revoltaram em diferentes níveis contra as alterações políticas e econômicas anteriormente comentadas. Apesar das revoltas de proprietários de terras contra o fim da escravidão, o termo foi mais utilizado para se referir às camadas sociais mais pobres, compostas não só por homens e mulheres livres no campo e na cidade, mas também por indígenas e negros escravizados. Conforme indicado por José Murilo de Carvalho (2008) e aprofundado no Capítulo 2, entre 1831 e 1848 houve 17 revoltas em diferentes regiões do Brasil. Posteriormente o termo continuou a ser utilizado para sinalizar de forma pejorativa e criminalizadora as ações de grupos sociais pobres. O uso do termo também indica a percepção da pobreza enquanto fator de perigo, conforme discutido na Introdução a partir de Swann (1988).

necessidade de branqueamento da população e a difusão da pequena propriedade por meio da venda de lotes de terra devoluta, ao mesmo tempo em que era sensível à introdução de trabalhadores imigrantes nas grandes lavouras. As discussões em torno da imigração e colonização buscavam, junto da regulação e demarcação das propriedades rurais, formas de instituir a propriedade privada e o trabalho livre.

Durante a segunda metade do século XIX e na Primeira República surgiram alguns núcleos oficiais de colonização, apesar da maior parte deles ser formada por empresas particulares a partir da concessão e compra de grandes áreas de terra pública. Segundo Seyferth (2009a), no que se refere ao estado de Santa Catarina, a continuidade, mediante projetos particulares de colonização e de experiências de migração de segundas e terceiras gerações de imigrantes de outros núcleos coloniais, estendeu o povoamento e a ocupação, refletindo o “sucesso” da colonização sistemática.

Seyferth (2009a; 2009b) apresenta uma descrição do modo de ocupação da área de colonização, que revela semelhanças com o modelo adotado nas décadas subsequentes. Um primeiro ponto a ser ressaltado é a desconsideração com as condições naturais da terra, em especial a sua aptidão para o cultivo. O lote, unidade econômica básica explorada a partir do trabalho familiar, era recebido por compra e deveria ser pago à vista ou num prazo de cinco anos. No ato da concessão, o colono recebia um título provisório. O documento definitivo seria requerido após o pagamento da “dívida colonial”, que também envolvia os subsídios de transporte e locação. As demarcações enfileiravam os lotes ao longo de “linhas” que estabeleciam vias de comunicação, denominadas “picadas” e abertas acompanhando os cursos d’água. Além da ocupação nos lotes, cada povoado abrigava um centro com a administração do núcleo e lotes “urbanos” que serviam “como ponto de referência civilizatório num contexto de frente pioneira” (SEYFERTH, 2009a, p. 280). O povoado, separado das “linhas”, era destinado aos prestadores de serviço, autoridades, comerciantes e áreas de recepção e moradia temporária dos imigrantes. A imposição de fixação do colono no lote rural impediu a formação de aldeias camponesas conforme a tradição europeia, ao mesmo tempo em que instituiu novas relações do camponês com a terra, marcado pela categoria “colono” e sua aproximação com a noção de “pioneiro”, dado o trabalho de desbravamento realizado na formação dos próprios lotes.

A realização de trabalho para a administração colonial nos primeiros momentos de formação do núcleo era comum e permitia, em alguns casos, juntar dinheiro necessário para a compra do lote, mas, em outros, gerou novas situações de dependência e endividamento. A partir de 1870, a continuidade do povoamento levou à concentração de famílias, produzindo protestos, abandono de lotes, fugas e conflitos. O ambiente de carência de serviços públicos, de epidemias, altas taxas de mortalidade e de dificuldade de adaptação à situação de frente pioneira marcaram a vida dos colonos e a continuidade das formas de migração. Além disso, o atraso no pagamento dos serviços prestados na construção das primeiras casas e na limpeza dos terrenos, a demora das concessões e das expedições de títulos de propriedade e a precariedade dos atendimentos geravam situações interpretadas pelos órgãos de segurança como motins e, em alguns casos, levando à expulsão de lideranças acusadas de práticas comunistas e ativismo político (DAVATZ, 1941; SEYFERTH, 2009a, 2009b). Como se pode observar, na interpretação e atuação estatal, a formação deste campesinato baseado na agricultura familiar e pequena propriedade continha em si o perigo da insubordinação e da revolta. O trabalhador imigrante era visto simultaneamente enquanto vetor da civilização e potencial risco à ordem.

Em relação à titulação também se reproduziam dificuldades diversas, configurando uma “situação caótica” (SEYFERTH, 2009a, p. 282): desconhecimento da burocracia, confusão entre título provisório e documento definitivo, abandono de lotes em áreas de acesso precário ou terreno acidentado, transmissão do lote para outro colono de forma irregular, invasão de áreas demarcadas. Estas práticas transformavam os *colonos* em “posseiros criminosos” ou

“intrusos”, “categorias acusatórias empregadas para desqualificar a posse de lotes sem o necessário registro legal, inclusive da ‘dívida colonial’” (SEYFERTH, 2009a, p. 282).

A colônia enquanto propriedade rural “é, idealmente, o lote de 25 a 30 hectares original, representando uma suposta autossuficiência familiar. Constitui-se como uma unidade econômica e local de moradia de uma família de colonos” (SEYFERTH, 2009a, p. 283). Conforme salientou a autora em outro trabalho (SEYFERTH, 2009b), este modelo ideal do lote colonial se inspirou na noção de “fazenda familiar” ou da pequena propriedade presente no *Homestead Act* norte-americano, lei de 1862 que instituiu a cessão de terras públicas e direcionou a migração e colonização do Meio Oeste nos Estados Unidos⁵⁸ (ver também Costa, 1999).

Contudo, conforme apontou Seyferth (2009b), no caso norte-americano a cessão de terras poderia superar o número de 25 hectares, possibilitando a produção orientada para o mercado e a própria reprodução geracional do campesinato, elemento que, na concepção do geógrafo Leo Waibel, referenciado por Seyferth, teria inviabilizado a colonização no Brasil. Deste modo, o mito da autossuficiência da propriedade familiar no lote colonial não se concretizou para além da dimensão discursiva, sendo a situação real mais dramática, com forte dependência de comerciantes e dificuldades de escoamento da produção. Segundo Seyferth (2009a, 2009b), a produção mais comum do sistema colonial constituiu-se em policultura e criação de animais. Apesar de também se orientar para o mercado, o pequeno tamanho dos lotes e a ausência de consideração prévia a respeito da qualidade do solo fizeram da migração contínua outra característica deste campesinato formado por pequenos proprietários e constituído pela política de colonização. Não parece mero acaso, dado que a continuidade sistemática da colonização implica na remoção da população para outras áreas internas à colônia, ou, como analisou Seyferth (2009b), as condições de exclusão e inviabilidade da reprodução social do campesinato impuseram a migração como forma de refazer o ciclo pioneiro em locais cada vez mais distantes.

Conforme analisado a partir da discussão apresentada por Seyferth (2002, 2009a, 2009b, 2011), a colonização baseada na imigração na região Sul do Brasil teve como pressuposto a preocupação geopolítica do povoamento em áreas consideradas “vazias”, de modo a ocupar as terras públicas em áreas de fronteira ou próxima a elas. A preocupação com a ordenação territorial e a consolidação das fronteiras não foram as únicas entre as motivações da política de colonização, sendo importante salientar a “necessidade” apresentada pelos grandes proprietários de terra de mais mão de obra para a grande lavoura. Também se deve salientar a presença e persistência de um modelo de organização da sociedade e da produção, centrado na pequena propriedade familiar que frequentemente foi inviabilizada pelo tamanho reduzido dos lotes e pelo endividamento.

Discutido por diversos autores, a dinâmica dos primeiros 40 anos do século XIX foi de intensificação da produção cafeeira e intervenção do Estado na construção de estradas e outros serviços públicos, aprofundando a necessidade de trabalhadores para ambos os setores (COSTA, 1989; SILVA, 1996; MARTINS, 2018). As iniciativas e imposições do governo imperial buscavam estimular a imigração de povoamento, a ser realizada em núcleos coloniais onde o imigrante tinha acesso à propriedade da terra, fixando-se em lotes. Tal intuito se chocou continuamente com os interesses dos cafeicultores paulistas, revelando a tensão entre os interesses deste grupo e o poder central do Império. Os fazendeiros paulistas pressionaram a

⁵⁸ A referência brasileira ao modelo norte-americano de regulação da colonização, da imigração e da produção agrícola, em seus aspectos de modernização, racionalização e embasamento na produção familiar do *farmer* encontra continuidades ao longo de mais de um século, estando presente nas discussões das décadas posteriores à promulgação da Lei de Terras, mas também nas discussões que levaram à promulgação do Estatuto da Terra de 1964, como indicado no Capítulo 3.

política de colonização a fim de fazer dela um mecanismo para abastecer de mão de obra as grandes lavouras, buscando uma alternativa menos dispendiosa para os fazendeiros, dada a dificuldade e o encarecimento da aquisição de escravos.

A apropriação das terras de melhor qualidade pelos grandes fazendeiros dificultou o sistema de pequena propriedade para os colonos, deixando-os isolados nas terras mais afastadas e de pior qualidade, ou condenados à parceria e ao assalariamento. O monopólio da terra mostrou-se, desde o século XIX, um agravante e um contraestímulo para a política de colonização de povoamento, além de se constatar a espoliação de terras devolutas. Segundo Silva (1996, p. 343), “[a] continuidade da posse, associada à não-discriminação das terras, impediu o sucesso da política de colonização para a pequena propriedade, que não era do agrado da maioria dos fazendeiros”. É preciso salientar o fato de que as primeiras experiências de colonização vinculadas à expansão cafeeira em São Paulo e Rio de Janeiro foram iniciativas de grandes fazendeiros, voltadas para o abastecimento da mão de obra nas grandes propriedades monocultoras e mediante companhias privadas. O processo foi marcado pela contínua incorporação e rápida rotatividade de trabalhadores rurais imigrantes, que buscavam conquistar a terra própria e se desvincular do contrato de trabalho, frequentemente abusivo (MARTINS, 2018).

Apesar do relativo sucesso nos primeiros anos, ao final da década de 1850 as experiências de colonização e substituição do trabalho escravo pelo livre se mostravam infrutíferas, levando muitos fazendeiros a quererem substituir novamente as relações de trabalho. Segundo Costa (1989), entre as principais reclamações estava a de que os trabalhadores imigrantes não eram tão produtivos e se recusavam a um conjunto de trabalhos e ordens que não estivessem atreladas a indenizações e remunerações. No fundo, reclamava-se de que eram trabalhadores *livres*, não afeitos à tradição do trabalho cativo, que abandonavam as colheitas em meio ao excesso de ordens e que não cumpriam com as dívidas. Os colonos, por sua vez, reclamavam das arbitrariedades, das tarefas não descritas nos contratos, do peso excessivo da colheita, do endividamento, dos altos preços dos itens de consumo que só podiam ser comprados na fazenda, do sistema de pesos e medidas que favorecia ao proprietário, da dificuldade de professar uma religião distinta do catolicismo. Já na década de 1850, um pouco mais de dez anos depois das primeiras experiências privadas de colonização, iniciaram-se revoltas⁵⁹.

As propostas para a resolução dos problemas com os colonos, apresentadas pelos fazendeiros ao governo imperial, resumiam-se a três medidas: “[f]inanciamento do Governo, fiscalização e repressão policial” (COSTA, 1989, p. 120). As reclamações desresponsabilizaram os proprietários, a estrutura latifundiária na qual se assentavam seus postos de dominação e as relações de trabalho que beiravam a escravidão. Para Costa (1989), as instituições brasileiras estavam adequadas a uma sociedade enraizada no sistema escravista e latifundiário, assentado na violência, na exploração e na contínua expansão da grande lavoura. Segundo Martins (2018), este novo regime de propriedade fez do imigrante pobre, escolhido de forma criteriosa, um trabalhador enclausurado no latifúndio alheio, ao mesmo tempo em que excluiu o negro escravizado. Para este autor, o Brasil “inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho

⁵⁹ Analisado por Holanda (1941), Costa (1989) e Martins (2018), o relato do mestre-escola suíço Thomas Davatz (1941), colono na Fazenda Ibicaba (SP), do então senador Nicolau Vergueiro, foi fundamental para a compreensão das formas de dependência a que os colonos estiveram sujeitos quando chegaram no Brasil. A persistência dessas formas e o impedimento da produção autônoma pelos próprios colonos, aliado à persistência da instituição escravista nas práticas e relações de trabalho no Brasil, compuseram o fermento para inúmeros conflitos, tal como o relatado em livro de memória por Davatz, publicado na Suíça em 1850. O livro foi posteriormente publicado no Brasil por intermédio de Sérgio Buarque de Holanda.

fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje” (MARTINS, 2018, p. 10).

Nas províncias cafeicultoras, sobretudo Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a defesa da continuidade do sistema escravista foi fortalecida pela força dos fazendeiros, que confundiam e faziam confundir seus privilégios e interesses privados com os sentidos de nação e atuação do Estado (COSTA, 1989; J. CARVALHO, 2008). A abolição da escravatura em 1888 coexistiu com a continuidade do sistema de propriedade e da direção da produção para o mercado externo. As condições de vida do colono se mantiveram precárias, enquanto o negro se manteve marcado pela herança da escravidão, despreparado para o trabalho livre concorrencial e plenamente marginalizado. Segundo Costa (1989, p. 476), as “estruturas arcaicas não foram totalmente eliminadas e em muitas regiões persistem quase inalteradas, criando uma sucessão de quadros humanos e de paisagens tão diversas que permitem definir o Brasil como uma terra de contrastes”. No que se refere à população negra recém liberta da escravidão:

Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou do fim da escravidão. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem (MARTINS, 2018, p. 35).

Segundo Martins (2018), o trabalho livre foi engendrado como modalidade para superar o escravismo em crise, já existindo em alguma escala pelo Brasil, em especial entre os negros libertos e os caboclos e caipiras⁶⁰, geralmente agregados de grandes fazendeiros. O trabalho livre gerado pela crise da escravidão era qualitativamente diferente deste “trabalho livre agregado” (MARTINS, 2018, p. 30), constituído por nova relação entre fazendeiro e trabalhador. O trabalhador agora estava separado da sua força de trabalho, fundando-se na sujeição ao capital personificado no proprietário de terra. Segundo o autor, a mudança no regime de trabalho permitiu a preservação da economia fundada na exportação e na grande propriedade de terra. Neste processo se constituiu o colonato, regime singular de trabalho livre nas culturas do café e da cana em São Paulo.

O colonato não é um regime de trabalho assalariado, caracterizando-se pela combinação do pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, pelo pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e pela produção direta de alimentos como meio de vida e excedente comercializável realizado pelo trabalho familiar (MARTINS, 2018). Estes elementos compuseram a integração do imigrante à produção do café, buscando constituir um trabalhador não vinculado à herança da escravidão e marcado pela ideologia da ascensão pelo trabalho. A possibilidade de se tornar proprietário de terra a partir do acúmulo proporcionado pelo próprio trabalho no lote familiar vinculou liberdade e propriedade, ocultando na palavra “colono”, que também expressava a ideia de desbravar e colonizar as terras novas, o seu “sinônimo de empregado” no Brasil (MARTINS, 2018, p. 52).

Esta condição de liberdade foi vivida pelo colono como “a ilusão de que o que entregava ao fazendeiro sob a forma de café tratado e colhido era o tributo que pagava para trabalhar para si”, e não como exploração do trabalho familiar que impedia, pelo esforço contínuo no cafezal, a atenção à própria produção (MARTINS, 2018, p. 84). Quanto mais o colono trabalhava para si mesmo, construindo uma imagem de riqueza e fartura pela produção de subsistência em

⁶⁰ Para Martins (2018, p. 30), caboclos e caipiras são categorias sociais que correspondem a “uma extensa população de índios libertos e aculturados e de mestiços de índia com branco, definidos desde logo como bastardo (...), geralmente agregados de grandes fazendeiros”. Nesta relação de agregado se misturavam formas de pagamento de renda em trabalho, pagamento de renda em espécie e, eventualmente, assalariamento temporário.

comparação à situação de penúria vivida no país de origem ou com relação aos caboclos, mais trabalhava para o fazendeiro. A propriedade tornou-se não só fonte de sujeição do trabalho do colono como também imagem e condição possível de sua liberdade e autonomia, constituindo-se no imaginário da propriedade familiar e no mito da autossuficiência.

Ao recriar a organização camponesa do trabalho como forma de reproduzir, de modo não capitalista, relações capitalistas de produção, a grande lavoura produziu um campesinato expropriado e subjugado ao trabalho no latifúndio, ao mesmo tempo em que foi capaz de evitar a redistribuição da propriedade da terra, tornando o monopólio de classe sobre essa propriedade um importante e fundamental mecanismo de sujeição do trabalho livre (MARTINS, 1973; MEDEIROS, 1983a).

O mito do migrante tomado como um desajustado em seu mundo de origem e que, portanto, estava disposto a se assimilar ao mundo novo é tomado por Ramos (2006) como um dos elementos que contribuíram para o fracasso das experiências de imigração e colonização. Além deste elemento, o autor elenca outros com base no diálogo com a literatura e o debate da época: a percepção da ação dos governos dos países de imigração como formas de intromissão ou agressão nos assuntos internos do Brasil; o isolamento das experiências de colonização em áreas devolutas, despovoadas e afastadas dos centros de consumo; a escravidão enquanto fonte da riqueza das *plantations*, sendo inibidora da imigração espontânea e entrave ao projeto de civilização no qual incluíam o imigrante; a marginalização do trabalhador nacional, em especial o ex-escravizado, mas também os homens livres e pobres.

Segundo Martins (1973), o período entre 1854 e 1886, de expansão e formação dos núcleos coloniais⁶¹ paulistas, foi marcado pelo deslocamento da produção cafeeira e o declínio da produção de alimentos para consumo interno, tornando produções características da autossubsistência, tais como milho, arroz e feijão, artigos de importação. Outro elemento do período é o crescimento populacional e a conseqüente elevação do custo de vida. Esta falta de produtos agrícolas de consumo interno serviu como principal motivação e argumentação para o desenvolvimento dos núcleos coloniais, capaz de dar solução aos problemas da mão-de-obra e do abastecimento.

A formação dos núcleos coloniais se deparou com a necessidade de demarcar as terras e legalizar as posses dos foreiros que ali moravam e trabalhavam. O resultado foi a valorização das terras, que “só adquiriram valor comercial através dessas medidas, uma vez que assim tornaram-se objeto de apropriação privada e, portanto, de compra e venda” (MARTINS, 1973, p. 94). Uma série de compras e apropriações indevidas de terras foi realizada, motivando conflitos por posse e pelos limites territoriais. A transformação da terra em mercadoria e, conseqüentemente, em investimento, alterou também as bases da economia camponesa, pressionada pela ampliação da renda da terra. Além disso, a formação dos núcleos se deu concomitante, e como resultante, da expansão cafeeira em novas terras, sendo instalados em terrenos menos férteis e menos valorizados. A formação dos preços agrícolas, como aponta Martins (1973, 2018), deu-se na difícil concorrência entre colonos e grandes proprietários que, nas franjas de suas produções cafeeiras, também produziam alimentos em terrenos mais férteis que os dos núcleos.

A partir da década de 1880, quando a pressão sobre o governo provincial de São Paulo pôs em prática uma nova política de imigração, parcialmente inspirada pelo modelo imperial de colonização e pelas demandas dos fazendeiros, o Estado assumiu a subvenção do

⁶¹ Ainda que algumas colônias fossem instaladas no interior de fazendas cafeeicultoras em São Paulo, o nome que recebiam era “núcleo colonial”, sobretudo no período indicado, quando passou a haver maior atuação estatal para a imigração e colonização (MARTINS, 1973), de modo que aqui é reproduzida essa nomenclatura.

deslocamento das famílias para as fazendas de café, formando diversos núcleos coloniais⁶². Segundo Ramos (2006), a ação estatal e seu aparato passaram a resolver de forma mais direta a atração dos imigrantes e as formas de sua permanência, mantendo constante o fluxo de imigrantes em direção às fazendas. Segundo o autor, este processo teve como uma de suas consequências a montagem de uma estrutura estatal, com funcionários, agências, verbas e autoridade.

Com a instauração da República em 1889, se constitui um regime federativo que coloca sob os Estados a prerrogativa de realização das políticas de imigração e colonização, descentralizando-as (RAMOS, 2006). A Constituição de 1891 deu outro passo na descentralização, passando o domínio das terras devolutas para os estados, elemento fundamental para as formas de colonização. As dificuldades para montar estruturas de imigração e colonização e a exigência de alguns países para receber garantias do governo federal colocaram novos problemas, restringindo esta política à imigração no Rio Grande do Sul e à colonização em São Paulo.

Apesar das dificuldades, Ramos (2006, p. 77) aponta que, após a desorganização da dominação escravista com o fim deste regime em 1888, construiu-se um “relativo consenso entre as elites brasileiras” sobre a necessidade fundamental da imigração como elemento de evolução do país. Tal consenso se voltava para uma escolha criteriosa da qualidade dos imigrantes. A construção do Serviço do Povoamento do Solo Nacional em 1907 é resultado, em parte do “esforço de reconstrução de um papel ativo do governo federal nesse processo de obtenção de uma determinada qualidade de trabalhador, que se materializava na figura do imigrante” (RAMOS, 2006, p. 78). Este esforço reside no papel ativo do governo federal, em relação aos estaduais, e na recuperação do nexos entre imigração e colonização. Como apontado por Schwarcz (1993), este período também é marcado pela entrada, aceitação e reformulação das novas interpretações raciais que viam na “representação mestiça” o signo negativo do Brasil.

Apesar de no século XX, como será visto no próximo capítulo, haver maior presença de trabalhadores nacionais, estes ainda eram majoritariamente marginalizados do acesso aos núcleos coloniais. Entre os mecanismos de escolha do imigrante, Ramos (2006, p. 92) aponta a preferência pelos que tinham capacidade de trabalho, adesão à lei e os que eram trazidos por alguém, em especial os que já se encontravam capturados na rede de relações tutelares, ou “cadeia tutelar’ de interdependências”. Ao construir a figura do imigrante/colono como um tutelado, o Estado construiu também a sua própria autoridade a partir do controle sobre o deslocamento destas populações.

Tomando como objeto a política oficial de colonização, espera-se ter apontado o papel ativo do Estado brasileiro na conformação de um mercado de terras e de trabalho profundamente marcados por formas tuteladas de dependência do campesinato e por mecanismos diversos de impedimento ao pleno acesso à terra. Os problemas causados pelo ordenamento fundiário e sua estrutura desigual, aprofundados pela política de colonização, encontraram “solução” na continuidade da colonização sistemática, devido à sua lógica de expansão e deslocamento contínuo de populações. Trata-se da tônica de sua sistematicidade e contínua realização, fortalecida em momentos de centralização do poder estatal, encontrando na política de colonização uma das primeiras respostas oficiais à questão agrária brasileira.

⁶² Entre 1850 e 1889 o domínio das terras públicas ficou sob a responsabilidade dos estados e províncias, de modo que a atuação centralizada do Estado se restringia à valorização da política de imigração e aos acordos firmados com outros países. Contudo, os altos custos da imigração impediram que muitos estados a realizassem (RAMOS, 2006).

CAPÍTULO 2. INTEGRAR E FIXAR: OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DO NACIONAL

Como é possível apreender do capítulo anterior, as principais características da política de colonização no período imperial e na chamada República Velha (1889-1930) são: a formação do mercado de terra e de trabalho; o fortalecimento da soberania e da constituição do território mediante colonização das áreas internas; a expansão da malha administrativa e burocrática para a resolução de problemas internos; o controle dos conflitos por terra e, portanto, a preocupação com a segurança; fortalecimento do imaginário de ascensão social pelo trabalho; reprodução das desigualdades sociais via marginalização do campesinato em formação; exploração da força de trabalho; e primeiras tentativas de resolução do problema de abastecimento interno das cidades em crescimento constante.

Evidentemente não se espera colocar na conta da política de colonização a responsabilidade por todos estes aspectos que marcam a questão agrária brasileira e os modos de desenvolvimento e expansão das relações capitalistas de produção. Contudo, a partir de sua análise, é possível perceber as imbricações entre estes elementos. Longe de serem resolvidas, estas características persistem como elementos constitutivos do Brasil, na medida em que formam e formatam a sociedade brasileira.

Neste capítulo são discutidas as particularidades e continuidades dos sentidos de colonização presentes entre os anos de 1930 e 1960, apontando para o quadro institucional, a tradição positivista e autoritária que inspira a política de colonização, a reconfiguração desta tradição na modernização e no elogio ao planejamento, as experiências de colonização com trabalhadores nacionais, o aguçamento dos conflitos e da desestruturação de relações de trabalho e dominação anteriores e a formação e articulação de organizações camponesas nas áreas de conflito.

2.1. Integrar e Formar o Nacional

Com a transformação da terra e do trabalho em mercadorias ao longo do século XIX, a política de colonização assumiu cada vez mais o caráter de tentativa de resolução dos conflitos por terra. Esta política serviu em todos os momentos para não alterar a estrutura fundiária brasileira, produtora de desigualdades e relações de dominação. A colonização ocultou a discussão sobre a possibilidade de distribuição de terras para populações pobres, sobretudo as propostas por ex-escravizados e abolicionistas⁶³ (COSTA, 1989; CARVALHO, 1990). O ocultamento das possibilidades de reforma agrária ao longo do tempo indica a atualização e recomposição constantes da política de colonização sistemática e seu papel na reestruturação da desigualdade de acesso à propriedade da terra no Brasil.

É possível aproximar a continuidade da política de colonização da concepção positivista de organização do poder e condução das massas presente na formação republicana do Brasil. Segundo Carvalho (1990), na concepção positivista, era preciso estabelecer a Ordem para constituir o Progresso, apreendendo a república como um governo que toma para si a tarefa de realizar a transição para a modernidade. Segundo este autor, o principal grupo atraído pelos

⁶³ Uma dessas propostas foi formulada por André Rebouças, engenheiro e professor da Escola Politécnica. Defensor da monarquia, também foi um abolicionista e alinhado com a proposta de democratização da propriedade da terra. Apesar de suas ideias terem circulado pouco no debate do final do século XIX, Rebouças defendia a transformação dos trabalhadores do campo, imigrantes e libertos, em pequenos produtores independentes pelo acesso à propriedade da terra via desmembramento do latifúndio improdutivo e loteamento de terras devolutas. Sua principal inspiração era o modelo do *farmer* norte-americano. Ver Carvalho (2009).

ideais positivistas foram os militares⁶⁴, ainda que, ironicamente, um governo militar fosse percebido como retrógrado nos ideais positivistas, essencialmente pacifistas e que rejeitavam a relação entre política e violência. Contudo, foi principalmente a ênfase dada à ciência e ao desenvolvimento técnico e industrial pelos positivistas que atraiu os militares, opondo-se à formação literária da elite civil. Além disso, estes não podiam prescindir do Estado como instrumento de ação política, visto que eles mesmos eram parte do Estado.

A República brasileira foi proclamada em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, com uma base social marcada pelos séculos de escravidão. Segundo Carvalho (1990), o governo da coisa pública nasceu no Brasil sem preocupação com o público, mas exclusivamente voltado para o espírito da acumulação e do enriquecimento pessoal com práticas predatórias, excluindo desta noção partes expressivas de sua população, tais como as mulheres, ex-escravizados e populações pobres que não tinham acesso ao direito de votar e ser votado. Não se trata de uma característica exclusivamente brasileira. De acordo com Bourdieu (2014), uma das características centrais do Estado é a sua capacidade de tornar os interesses particulares de um grupo em interesses *públicos*, percebidos enquanto tais por uma coletividade mais ampla. A perspectiva da “estadania” assinalada por Carvalho (1990, p. 29) aponta para um conjunto de grupos sociais que vivem no Estado e na legislação social um “porto de salvação”, dadas as profundas exclusões sociais e a formação de uma cidadania tomada como privilégio. Na ótica positivista, a dependência da sociedade brasileira em relação ao Estado não era de todo negativa, pois poderia reforçar as características de povo sociável e afetivo a partir da ação paternalista promovida pelo Estado, constituindo assim a comunidade nacional, perspectiva presente na tradição autoritária que se fortalece nos anos 1920 e 1930 (LAMOUNIER, 2006).

O controle de tensões pela administração pública é um elemento fundamental na constituição de governos, como já apontado a partir de Elias (1993). Segundo Souza Lima (1995, p. 18), administrar é “pôr em movimento dispositivos capazes de engendrar e de repetir – e de fazer repetir – esquemas de percepção e ação da vida diária ao ponto de torná-los automáticos e inquestionáveis”. A administração pública voltada para a colonização esteve amplamente vinculada à atuação de governos autoritários, ao discurso da segurança nacional, à atuação militar e à centralização política. De fato, dada sua vinculação com a imigração e o povoamento, a política de colonização também esteve ligada à atuação dos militares no período imperial e na Primeira República, podendo ser observados elementos da concepção positivista, marcante na formação deste grupo: a centralização do poder, o papel do Estado no estabelecimento da ordem e do encaminhamento do progresso sem provocar rupturas sociais, a condução das massas de forma a incorporá-las na sociedade moderna e o papel da técnica, tomada como essencial para a capacidade de “previsão” do Estado a fim de prover os elementos necessários à ordem e ao progresso (CARVALHO, 1990; BOSI, 1992; SOUZA LIMA, 1995).

Foram comuns nesse período de formação do Estado brasileiro ações e intervenções militares do Exército contra formas de organização e espaços autônomos realizados por

⁶⁴ A influência positivista entre os militares no Brasil se intensifica com a entrada de Benjamin Constant no quadro docente da Escola Militar da Praia Vermelha (RJ) em 1872. Segundo Carvalho (2019a, p. 47), a Escola Militar, nesse período que vai até 1911, quando reabre após fechamento pela revolta interna de 1904, tratava mais de questões técnicas, científicas e literárias do que propriamente de questões militares, produzindo “bacharéis fardados”. A reabertura da Escola Militar em 1911 foi marcada pelo treinamento militar junto aos Exércitos alemão e francês, com missões que tiveram impacto na organização e defesa de um espírito militar corporativo, com educação mais técnica voltada para a modernização e profissionalização e com maiores preocupações voltadas para a defesa nacional e o controle da própria corporação via fortalecimento da hierarquia interna. Apesar do impacto, o movimento tenentista de 1922 revelou as tensões existentes no interior do Exército, com diferentes perspectivas do papel interventor da corporação na política. Após 1930 o Exército se alinha, cada vez mais, com uma perspectiva de formação técnica e controle interno da hierarquia, sem deixar de mobilizar ideais e práticas de intervenção (STEPAN, 1971; PRESTES, 1992; CARVALHO, 2019a).

populações camponesas, podendo-se citar, de forma breve, os conflitos de Canudos e Contestado, sobre os quais inúmeras pesquisas já foram realizadas (MOURA, 2000; T. CARVALHO, 2008; SEYFERTH, 2011; CUNHA, 2019). De formação positivista, cujo esquema está presente em sua principal obra, Cunha (2019) analisou a imposição da civilização e seus ideais ao mesmo tempo em que narrou e denunciou as contradições e inversões da civilização nas campanhas do Exército republicano contra os camponeses de Canudos entre 1896 e 1897. As tentativas de constituição de uma organização social e vida coletiva mais autônomas na comunidade de Canudos foram tratadas pelo Estado republicano como sinal de forças subversivas à ordem republicana, tomadas como retrógradas e impulsionadas pelos monarquistas⁶⁵. Conforme se retira das descrições de Cunha (2019), a República fez da guerra de Canudos a representação que precisava para se tornar popular e nacional, mobilizando o luto dos soldados, as instituições da liberdade, a força da opinião pública, a autonomia política e a porta de entrada na civilização que uniram os estados federativos através dos vários batalhões militares que se uniram no massacre de 20 mil sertanejos, 5 mil soldados mortos e 5.200 casas destruídas.

O caso do Contestado (1912-1916) apresenta contornos significativos que envolvem a política de colonização. Segundo Tarcísio Carvalho (2008), junto da formação de uma comunidade política e religiosa em torno da figura de José Maria, havia disputas por terra que desde meados do século XIX atravessavam os estados de Santa Catarina e Paraná. As disputas envolviam posses camponesas que passaram a ser questionadas e o avanço da expropriação realizada por grandes proprietários, disputando com posseiros, agregados e colonos. A confusão e o desconhecimento com relação às terras devolutas intensificaram os conflitos às vésperas da Guerra de Contestado, contexto marcado ainda pela presença da Brazil Railway Company, que passou a realizar o desmatamento da região e a vender lotes de terras para colonos imigrantes através da Southern Brazil Lumber and Colonization. Após o conflito, a criação da Colônia Bom Retiro em 1918 incluiu o assentamento de centenas de famílias oriundas da região do Contestado, servindo como forma de resolução ou mitigação de conflitos pelo mecanismo de deslocamento populacional (MYSKIW, 2013). E, segundo Ramos (2006, pp. 217-219; grifos no original), as categorias de “*sertanejos do Contestado*”, “*flagelados da seca do nordeste*” e os “*sem trabalho*” se tornariam presentes entre as preocupações do Serviço de Povoamento⁶⁶ a partir de 1915.

Como indicado na Introdução, a política de colonização, enquanto mecanismo estatal de controle da terra e de populações potencialmente insubmissas, deve ser pensada junto de outras ações do Estado. Sob essa ótica, é possível encontrar paralelos nas ações do Estado brasileiro com essas populações camponesas e as ações de cercamento, controle, extermínio,

⁶⁵ Essa não era a interpretação original de Cunha, cuja obra é tensionada por determinismo geográfico, evolucionismo biológico e contundente denúncia da barbárie praticada pela civilização “do litoral”. Contudo, a partir de suas descrições, pode ser apreendida, em uma leitura à contrapelo, a construção coletiva das casas, as cantorias e pregações em público, o uso comum das terras, o uso estratégico do terreno e o comunitarismo da propriedade. Tratava-se de uma soberania popular incompreendida ou uma tentativa de constituir um novo modo de organização social, como apontado por Moura (2000).

⁶⁶ Criado pelo Decreto n. 6.479, de 16 de maio de 1907, o órgão tinha como objetivo realizar e inspecionar as ações de imigração e colonização, promovidas ou auxiliadas pelo governo federal. Entre as suas atribuições estavam o estímulo à vinda de imigrantes e o gerenciamento dos serviços de recepção, desembarque, hospedagem e expedição; registro das entradas; estudo dos assuntos relacionados ao povoamento do solo nacional; incentivo à fundação de núcleos coloniais; organização de estatísticas; coleta de informações para divulgação no exterior; e fiscalização do cumprimento das prescrições de leis, decretos, regulamentos, instruções e contratos a respeito dos assuntos pertencentes a sua esfera de atuação. Para uma análise deste órgão, ver Ramos (2006). Para um histórico breve, ver a publicação de Angélica Ricci Camargo no *site* do projeto Memória da Administração Pública Brasileira, disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/823-diretoria-geral-do-servico-de-povoamento>>. Acessado em: 19/03/2022.

tutela e transformação de populações indígenas e quilombos. Há um saber estatal de conquista e controle de territórios e populações que se identifica com a constituição do nacional e se relaciona ao colonialismo interno. Segundo Cusicanqui (2010), o conceito permite apreender formas de dominação sustentadas em estruturas coloniais de longa duração que recebem novas funções em diferentes sistemas políticos, ideologias e períodos históricos, reconfigurando a estratificação interna dessas sociedades, suas contradições fundamentais e mecanismos de exclusão e segregação. Na reatualização que fez do conceito, González Casanova (2007) aponta para as múltiplas experiências de conquista que buscaram absorver populações nativas não exterminadas, integrando-as ao Estado em suas múltiplas formas. É central, nesses autores, o desenvolvimento e a continuidade histórica de relações coloniais que fizeram da heterogeneidade étnica um fator de desigualdade e exploração.

Apesar de não adotarem esse conceito, a preocupação em apreender as formas de controle dessas populações também está presente nos trabalhos de Quijano (2005, 2014), acerca da relação entre colonialidade e modernidade⁶⁷, ou ainda nos estudos de Fernandes (2020, 2021) sobre o padrão autocrático de dominação e controle da sociedade de classes brasileira, que subjuga as classes populares e a população negra a padrões anômicos de organização e reprodução social, impedindo-lhes formas autônomas de organização e mesmo de integração à sociedade.

A partir de diferentes casos históricos é possível apreender experiências de constituição de territórios e formas de organização com maior autonomia que foram identificadas como um perigo em meio à formação e consolidação do Estado brasileiro em seus diferentes tempos e configurações, tais como as apontadas por Moura (2000) com relação a Canudos, José Murilo de Carvalho (2008) com relação à formação e centralização da Guarda Nacional no combate às formas de organização e ação das “classes perigosas” do campo e da cidade⁶⁸, Gomes (2015) com relação às práticas de identificação e destruição de quilombos entre os séculos XVI e XIX, Oliveira (2016) com relação às recorrentes ações de conversão, guerras justas e de pacificação de populações indígenas ao longo da história brasileira e Ferreira (2013) com relação às múltiplas relações de tutela estabelecidas entre os Terena e o Estado brasileiro⁶⁹, ou ainda na análise de Carvalho (2019b) sobre a repressão à Revolta da Vacina e seu conteúdo popular. Em todos esses casos se desenvolve um saber e uma prática coloniais de conquista, controle e civilização marcados por clivagens sociais que desqualificaram as populações insubmissas sob o ponto de vista moral, social, político, econômico e religioso, assumindo conotações raciais e étnicas mais ou menos evidentes. Com base no enquadramento teórico proposto, identificam-se nesse conjunto de políticas mecanismos de controle, filtragem e direcionamento dessas populações, de modo a manter e fortalecer os monopólios estatais de controle do território, da

⁶⁷ Conforme apresentado pelo próprio Quijano (2005, 2014), em sua concepção o colonialismo é um fenômeno que se insere dentro da colonialidade, categoria mais ampla que busca apreender um padrão global de dominação fundamentado, sobretudo, em quatro instituições: a empresa capitalista e suas formas de controle e expropriação do trabalho, seus recursos e produtos; a família burguesa e suas formas de controle do sexo, seus recursos e produtos; o Estado-nação e suas formas de controle da autoridade, seus recursos e violência; e o eurocentrismo/etnocentrismo enquanto forma de controle da intersubjetividade e elemento de instauração de hierarquias racializadas.

⁶⁸ José Murilo de Carvalho (2008, pp. 250-256) sinaliza 17 revoltas “principais” entre 1831 e 1848: Seis rebeliões, Setembrizada, Novembrada, Abrilada, Pinto Madeira, Cabanos, Crise Federalista, Sedição de Ouro Preto, Carneirada, Revolta dos Malês, Cabanagem, Farrroupilha, Sabinada, Balaiada, Revolução Liberal (em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e Praieira.

⁶⁹ Por meio de diferentes conceitos e fundamentação teórica, Souza Lima (1995, 2002), Ferreira (2013) e Oliveira (2016) sinalizam as técnicas estatais de controle e gestão sobre indígenas, pelas quais o Estado buscou delimitar as formas de organização social e territorial e expressão cultural destas populações, aproveitando-os enquanto mão de obra e territórios passíveis de serem explorados, projetando, ainda, transformar os indígenas em trabalhadores rurais, inserindo-os em posição subalterna na estrutura de classes e retirando sua condição de “indígena”.

força física, da arrecadação e uso dos tributos e na constituição do nacional e seus símbolos. A política de colonização é, portanto, um mecanismo entre outros que merece maior esclarecimento e compreensão dentro desse quadro.

Esta atuação ativa do Estado também foi analisada por Velho (2009), que classificou o modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro como autoritário, realçando a capacidade do Estado e seu aparato burocrático de estabelecer o ritmo e a direção do desenvolvimento econômico. A vinculação entre autoritarismo e positivismo no Brasil não é realizada por Velho (2009), mas podem ser observadas semelhanças, tal como apontado por Lamounier (2006). O capitalismo autoritário que se desenvolve no Brasil se baseia na persistência das formas de exploração e repressão da força de trabalho e na atuação do Estado na condução do processo de modernização e transformação da sociedade, promovendo a transformação social sem a realização de mudanças em sua estrutura de poder (MARTINS, 1994; VELHO, 2009; FERNANDES, 2020). Conforme salienta Velho (2009, p. 69; grifos no original), o autoritarismo de Estado e o capitalismo autoritário se realizam “em favor de uma *mudança controlada*”, reforçada e capaz de reforçar o paternalismo. O paternalismo e intervencionismo estatal foram analisados por Lamounier (2006) enquanto características da ideologia de Estado formada na Primeira República, marcando o pensamento autoritário que esteve presente na atuação do Estado nos anos 1930.

O fortalecimento da política de colonização no governo de Getúlio Vargas não parece se dar à toa, visto que este governo foi profundamente marcado pelos ideais positivistas. Segundo Bosi (1992), o reformismo do Estado-Providência de Vargas tem sua raiz no socialismo de Saint-Simon e no positivismo de Comte: organizar o aparelho público, articulando desenvolvimento econômico e social e orientando-se pela Lei, tomada como expressão máxima da norma e da moral coletiva e como elemento natural e regular. Bosi (1992, p. 274) sintetiza o ideal reformista do Estado-Providência como “um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado”, orientando as relações entre indústria e governo e as ações assistencialistas aos pobres. As análises de Saint-Simon e Comte representaram críticas reformistas ao liberalismo e às tendências de individualismo econômico e anomia, colocando o Estado como promotor e controlador do desenvolvimento econômico e da sociedade. A persistência deste papel e percepção do Estado no Brasil levou Bosi (1992) a apontar o positivismo como uma ideologia de longa duração neste país.

Em todo o Brasil, engenheiros, urbanistas e militares de formação positivista conjugaram saber e intervenção nas políticas públicas. A tradição burocrática brasileira é marcada pela construção de um positivismo que se molda ao autoritarismo presente na estrutura social, em grande parte devido à continuidade das estruturas e instituições políticas centralizadoras (CARVALHO, 1990; BOSI, 1992; SOUZA LIMA, 1995; VELHO, 2009). Segundo os preceitos do positivismo, a compreensão da realidade é possível pela existência objetiva dos fenômenos, capaz de ser apreendida com base em métodos investigativos orientados pelo rigor das ciências exatas. O conhecimento do real e de suas leis é elemento fundamental, ainda que não o único, para a transformação da própria realidade e, no caso do Positivismo da tradição brasileira, para a constituição de uma nova sociedade (ALONSO, 1996). Segundo informam Arantes (1988) e Alonso (1996), uma característica crucial do positivismo no Brasil é o senso de missão social, de transformação moralmente orientada do mundo a ser levada adiante pelos intelectuais de vanguarda presentes ou vinculados ao Estado, missão esta que concentra ares de redenção, pois permitiria ao Brasil sair da condição de atraso.

Segundo Alonso (2000), foi uma tônica característica da Geração de 1870 a conjugação entre reflexões teóricas e proposições práticas para a superação das crises internas que o Brasil passava no final do século XIX. A leitura e absorção de preceitos do positivismo serviu, deste modo, como modalidade de crítica ao *status quo* imperial e como proposição de reformas

sociais a serem realizadas. Consolidou-se uma perspectiva de “política científica”, fundamentada na teleologia da história, baseada em um pretense progresso e modernização naturais a serem alcançados com novos padrões de produção, sociabilidade, instituições políticas e formas de pensar que iriam superar o modelo aristocrático. Neste sentido, a “política científica” recomendava a aplicação do saber sociológico na condução do governo, com “planificação racional das tarefas político-administrativas” (ALONSO, 2000, p. 47).

Esta característica também é salientada na identificação de uma “ideologia de Estado” no pensamento autoritário brasileiro da Primeira República (LAMOUNIER, 2006). Lamounier (2006) define como “objetivismo tecnocrático” essa característica de transformação da realidade social orientada pelo conhecimento da realidade brasileira e daquilo que a impede de evoluir e sair do atraso. Este objetivismo apresenta semelhanças com o método positivo de investigação e intervenção: descobrir o real a partir da investigação e descoberta de padrões regulares de organização e comportamento social, de modo a intervir de forma planejada no mundo. A transformação racionalmente orientada é levada a cabo pelo Estado, apreendido enquanto um “Leviatã benevolente” (LAMOUNIER, 2006) cuja tarefa histórica é organizar e harmonizar a sociedade, criando as condições objetivas para sua auto-organização. A sociedade, nesta percepção, é tomada como “amorfa”, em estágio de incapacidade para construir sua própria organização e desenvolvimento. Conforme indicado no Capítulo 3, a partir de Branco (1967) e Couto e Silva (1981), esta interpretação de uma sociedade tutelada está no centro da interpretação dos militares que assumiram o golpe de Estado de 1964.

Como indica Reis (1988, p. 195), a expansão do aparato burocrático e militar, junto da percepção do Estado como “guardião do interesse nacional, impedindo a fragmentação social” desenrola elementos da tradição autoritária nos períodos subsequentes da história brasileira. Neste sentido, Souza Lima (2002) aponta o poder tutelar do Estado por meio do controle e da alocação diferencial e hierarquizada de populações na política indigenista, elemento semelhante à política de colonização e reforma agrária. Segundo este autor, o poder tutelar é um exercício de poder desenvolvido pela ação estatal junto às populações indígenas com a justificativa de pacificar zonas de conflito entre nativos e não nativos. A tutela criou e expandiu segmentos administrativos cada vez mais “especializados” em “índios”, constituindo um saber técnico, métodos de observação e análises realizadas, em grande maioria, por engenheiros militares.

Souza Lima (1995) associa o poder tutelar e a política indigenista às formas de conquista e domínio da terra e da população, constituindo um poder de soberania sobre o território e aqueles que nele vivem. É, portanto, um dispositivo de integração de populações voltado para a construção de um território nacional, de modo a subsumir o diferente, fazendo-o se integrar ao poder estabelecido ou aniquilando-o de diversas formas. Neste sentido, tal como apontado por Facina (2014) e Oliveira (2016), a tutela se estende até formas recentes de gestão de territórios e populações, de pacificação e neutralização de populações insubmissas no campo e na cidade.

Ainda em 1929, Getúlio Vargas defendeu “retalhar os latifúndios, dividi-los em pequenas glebas e cuidar da cultura intensiva dos campos” (BOSI, 1992, p. 286), inspirado no modelo da pequena propriedade da zona colonial, proposta defendida pelo movimento tenentista⁷⁰ e incorporada em seu governo (SANTA ROSA, 1976; MEDEIROS, 1983a).

⁷⁰ Segundo Prestes (1997), o tenentismo se caracterizou enquanto movimento de jovens oficiais do Exército que criticavam o domínio oligárquico. Suas principais bandeiras envolveram alguns dos anseios liberais das camadas médias urbanas, em especial a luta pelo voto secreto e pelo estabelecimento de um sistema de justiça unificado e livre de compromissos oligárquicos. A partir do movimento tenentista se inicia a Coluna Prestes que atravessou o país e foi até o exílio na Bolívia entre 1925 e 1927. Alguns dos oficiais ligados ao tenentismo se aproximaram da política e participaram da Revolução de 1930, inserindo-se no governo de Vargas. O esgotamento do tenentismo e a posição de Luiz Carlos Prestes como liderança comunista levaram os remanescentes do movimento a se afastarem dos antigos ideais liberais e se aproximarem, nos anos 1930, de concepções autoritárias, tais como as de

Segundo Bosi (1992, p. 287; grifos no original), Vargas atuou de modo a fazer do Estado o “*cérebro da nação*”, remetendo a Comte e estabelecendo um equilíbrio supraclassista, adotando “o princípio de um Estado suficientemente forte para mediar tanto os conflitos entre setores das classes dominantes como as tensões entre estas e os trabalhadores”. Nesta visão organicista, presente no positivismo e na tradição autoritária, o progresso pressupõe a ordem entre as partes, realizada através da intervenção reguladora como forma de coibir os abusos do mercado através da intervenção, do “prever” para “prover”, como apontou Comte (1978 [1830], p. 22). No que se refere à política de colonização, a relação entre previsão e provisão estabelece o vínculo entre a colonização sistemática e o planejamento racional da ditadura empresarial-militar.

Segundo Medeiros (1983a), as mais sistemáticas iniciativas para solucionar a questão fundiária surgem nos anos 1920, a partir das críticas do tenentismo ao latifúndio e ao coronelismo no Brasil. Na proposta dos tenentes o objetivo era fazer proliferar a pequena propriedade racionalizada, atribuindo ao Estado o papel de desapropriar os latifúndios com base no interesse social, promovendo núcleos coloniais agrícolas nas proximidades dos centros urbanos. Santa Rosa (1976), escrevendo sobre o tenentismo e enquanto um de seus atores, apontou a reforma agrária como resposta ao domínio político e econômico do latifúndio. Contudo, se nos anos 1930 o autor nomeia a “reforma agrária”, sua descrição aponta a colonização como fórmula do progresso e o auxílio da população miserável e desamparada do “*hinterland*”, relegada ao nomadismo, à semiescavidão e à total dependência dos latifundiários, como forma de proporcionar a renovação social (SANTA ROSA, 1976, p. 123).

Ainda segundo esse autor, o latifúndio cumpriu uma missão histórica na formação do Brasil, estendendo seu domínio pelo território e tomando posse dele. O progresso exigiria, dos anos 1930 em diante, a “intervenção direta e imediata do Estado” (SANTA ROSA, 1976, p. 122), a fim de regularizar os domínios rurais, dando-lhes desenvolvimento e utilidade social, sendo um primeiro passo a regularização fundiária e o imposto territorial. As terras sem cultivo seriam apropriadas pela União e subdivididas em lotes destinados aos trabalhadores rurais, provocando “a proliferação da pequena propriedade racionalizada” e possibilitando também a redução de dependências estabelecidas com o poder local e realização efetiva das liberdades políticas, sobretudo o voto (SANTA ROSA, 1976, p. 122). A União se torna responsável pela desapropriação dos latifúndios com base em um interesse geral, promovendo “o estabelecimento de núcleos coloniais agrícolas nas proximidades dos centros urbanos do interior” e das vias férreas (SANTA ROSA, 1976, p. 122). Segundo Medeiros (1983a), dessa proposta só restou a implementação de alguns núcleos coloniais durante o Estado Novo, “com a finalidade de se tornarem polos de produção alimentar para abastecimento das cidades ao mesmo tempo em que instrumentos de fixação de populações migrantes” (MEDEIROS, 1983a, p. 101).

Em meio à crise de exportação do setor agrário e as crises de abastecimento interno, o governo de Getúlio Vargas agiu de modo a reorientar a produção para o mercado interno de alimentos e matérias-primas, abastecendo as cidades e reduzindo os salários, sobretudo por meio dos núcleos coloniais (LINHARES e SILVA, 1999). A colonização foi uma proposta forte dos governos Vargas, mas com pouca ação efetiva, resultando em núcleos que, em sua grande maioria, foram abandonados. Segundo Linhares e Silva (1999), deste modo a monocultura era formalmente condenada e se valorizava um viés fordista de maximização da produção e minimização dos custos, além de buscar, pela produção voltada para o mercado interno, elevar a capacidade aquisitiva da população, garantindo o consumo dos produtos nacionais sem rebaixar os lucros industriais.

Alberto Torres e Oliveira Viana. Estabelece-se, dessa forma, aproximações entre a formação militar de cunho positivista e a tradição autoritária que integrará os governos de Getúlio Vargas, reforçando a posição do intervencionismo controlador (CARVALHO, 2019a), a ser analisada no Capítulo 3.

Segundo Reis (1988), o regime varguista impulsionou a construção do Estado e da nação a partir de um projeto modernizante realizado pelo alto. O Estado assumiu importância crescente, e o desenvolvimento anterior de sua malha burocrática, a heterogeneidade da coalizão de poder e a ausência momentânea de interesses hegemônicos possibilitaram sua ampliação e maior autonomia. Para se legitimar, a estrutura estatal se valeu da ideologia autoritária formulada na República Velha, na qual a vontade nacional era colocada acima dos interesses de classe, justificando um governo forte para implementar a harmonia social.

O Estado varguista soube construir mecanismos de incorporação tutelada dos trabalhadores e intervenção sobre a economia, constituindo um relacionamento estável entre capital e trabalho que também lhe assegurou um grau de autonomia. Segundo Linhares e Silva (1999, p. 114), a opção pela colonização do próprio território nacional buscou instalar homens e mulheres pobres e ex-reservistas⁷¹ em grandes áreas de assentamento agrícola, visando minimizar a pobreza destes grupos, elevar a produção para o mercado interno e povoar o interior e as áreas de fronteira, garantindo a segurança nacional sem atuar sobre as terras valorizadas pelo setor agroexportador. No Artigo 121, inciso 5, da Constituição de 1934, foi estabelecida a formação de colônias agrícolas pela União, entendidas como o local “para onde serão encaminhados os habitantes das zonas empobrecidas, que o desejarem, e os sem trabalho” (POLETTI, 2012, p. 134). No inciso 4 deste mesmo Artigo 121, que trata das condições do trabalho na cidade e no campo, também se estabelece a necessidade de promulgar regulamentação especial para o trabalho agrícola. Em seguida se estabelece que “[p]rocurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas” (POLETTI, 2012, p. 135).

A prática intervencionista não se referiu apenas ao deslocamento populacional e à ocupação de áreas mais afastadas dos centros econômicos e sociais. Ela também esteve ligada à regulação da produção agrícola, sobretudo com a criação de institutos e departamentos responsáveis pela regulação da produção, da qualidade e da possibilidade de exportação de artigos diversos, tais como o café, o mate, o açúcar e o álcool, o trigo, o cacau, entre outros (LINHARES; SILVA, 1999).

Deste modo, o Estado Novo desenvolve uma “questão agrária” nacional, preocupada com a modernização da produção agrícola e com o povoamento das regiões afastadas do centro político e econômico. A fim de fortalecer o papel das áreas rurais em função do desenvolvimento nacional, marcadamente urbano e industrial, o Estado reforça a exigência do título da propriedade e autoriza a desapropriação de terras privadas, com redução do preço a ser pago. No Artigo 113 da Constituição Federal de 1934, acerca dos direitos individuais de liberdade, subsistência, segurança individual e propriedade, estabelece-se, no parágrafo 17, que a “desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização” (POLETTI, 2012, p. 131). Contudo, a fim de não sobrevalorizar tais medidas, é importante ressaltar que a atuação do Estado varguista se deu nas áreas menos disputadas pelas oligarquias rurais.

Marcada pela ideologia nacionalista, a política de colonização e imigração de Vargas restringiu a entrada de imigrantes estrangeiros e estimulou o deslocamento de trabalhadores nacionais para a ocupação do território, conforme o estabelecido no Artigo 121, Incisos 6 e 7 da Constituição Federal de 1934. Expansão econômica, ocupação territorial e defesa nacional

⁷¹ Apesar de Linhares e Silva (1999) não darem maiores informações sobre o papel de ex-reservistas nas políticas de colonização, é possível que se referissem à constituição de colônias militares que, segundo o Decreto nº 4.662, de 12 de novembro de 1902, incluía praças, ex-praças e reservistas como possíveis colonos. Segundo Paim e Franchi (2020), desde 1850 foram regulamentadas e previstas a instalação de presídios e colônias agrícolas de caráter militar, sobretudo em áreas de terras devolutas e nas fronteiras do país na região Norte, com os objetivos de criar condições de produtividade em ambientes considerados hostis e isolados, constituir e garantir a defesa do território e das fronteiras e garantir a catequização de povos indígenas.

estiveram imbricadas na promoção da política de colonização deste período, em especial a chamada Marcha para Oeste (MARIN; NEVES, 2013). Nesta elaboração, o mito das bandeiras foi ideologicamente ressignificado para afirmar a nacionalidade e promover os processos de mudança social, ao mesmo tempo em que procurou forjar uma solidariedade e identidade nacionais (ESTERCI, 2013).

Contudo, apesar da valorização do trabalhador nacional, foram fundamentais para a política de colonização e imigração no governo Vargas a “seleção rigorosa na entrada e assimilação concomitante ao estabelecimento no país”, tendo, nos anos 1940, “seleção” o significado de eugenia racial (SEYFERTH, 2002, p. 142). A imigração esteve condicionada ao “princípio da nacionalidade luso-brasileira” e as “possibilidades de ‘fusão’”, na qual cada imigrante deveria ser observado como um “brasileiro em potencial” e um “elemento de fusão” na composição social e racial nacional, conforme expresso por um presidente do Conselho de Imigração e Colonização no início dos anos 1940 (SEYFERTH, 2002, p. 142). A política imigratória foi dotada, assim, de “dosagem étnica” e preceitos “científicos” da antropossociologia e antropometria a fim de dar uma nova composição embranquecedora do povo brasileiro. Tais proposições e pressupostos justificavam o já praticado nos discursos e na realização da política de imigração e colonização no Sul do país, dando quase que total exclusividade aos europeus, especialmente aos portugueses, italianos e espanhóis. Segundo Seyferth (2002, p. 143), o imigrante ideal era “um branco adjetivado, cabendo ao Estado o fomento da imigração europeia dentro dos parâmetros da eugenia, da conveniência política e das tendências à assimilação”. Na categoria “branco” estavam excluídos os doentes, os portadores de deficiências físicas ou mentais, os velhos, os criminosos, os de “conduta nociva”, os refugiados, os apátridas e as etnias “inassimiláveis”, já incluindo neste momento alemães, judeus, japoneses e negros (RAMOS, 1996; SEYFERTH, 2002). A crítica aos japoneses e aos alemães também refletia o aumento no número de imigrantes destas duas nacionalidades nos anos 1920 e a crítica às práticas expansionistas destas duas nações em seus períodos nazifascistas nos anos 1930 e 1940. A seleção criteriosa dos imigrantes e a valorização dos nacionais tinham como intenção o afastamento das ideologias consideradas subversivas e perigosas à ordem política e social brasileira, dado o crescimento das organizações anarquistas e comunistas no Brasil e as políticas de expansão territorial dos regimes fascistas (MARTINS, 1973; FAUSTO, 2000; MARIN; NEVES, 2013; ESTERCI, 2013; COSTA, 2019).

O trabalhador nacional seria, na formulação dos decretos que legislaram sobre a colonização a partir da década de 1930, o grande ator fundamental na conquista das regiões de fronteira, assistido de diversas formas pelo Estado. A valorização do campesinato também significou a valorização do trabalho familiar dentro das colônias agrícolas nacionais, compreendidas como pequenas unidades agregadas de produção familiar, potencialmente capazes de assegurar as condições de segurança alimentar e o abastecimento dos mercados locais e regionais (MARIN; NEVES, 2013). De modo integrado a estas questões, a realização da colonização também atuou de forma a reduzir as tensões sociais que marcavam as áreas de produção agrícola para exportação, onde se reproduziam as expropriações e explorações. Conforme Marin e Neves (2013, p. 13), “[a]s colônias agrícolas poderiam, assim, responder a objetivos de gestão nacional da população, desestimulando as lutas por terra nas regiões já ocupadas pelos latifúndios”. Este ponto também realça a atuação e a importância dos interesses e alianças do capital industrial, comercial e latifundiário.

2.2. Fixar no Sudeste, Marchar para Oeste

Tal como no início do século XIX com a colônia de suíços em Nova Friburgo, o estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a receber os estímulos da política de colonização, devido à proximidade da sede do governo republicano e dos problemas sociais vividos pela população da capital, indicando sua singularidade e importância com relação a esta política e seus

mecanismos de controle. Segundo Marins e Neves (2013, p. 21), foi neste estado que se desenvolveu de forma inaugural o “ideário da intervenção para o desenvolvimento agrícola, com base em formação técnica, extensão rural e espaços modelares de cultivos representados por colônias agrícolas”. Antes e ao longo dos anos da Marcha para Oeste foram criados quatro núcleos coloniais no Rio de Janeiro: Santa Cruz, Duque de Caxias, São Bento e Tinguá. De Nova Friburgo em 1818, aos núcleos coloniais dos anos 1950, este período que atravessa mais de um século leva a crer que a centralização da administração pública, a crescente urbanização e os conflitos fundiários desenvolvidos no Rio de Janeiro fizeram deste estado um verdadeiro laboratório para as experiências de colonização.

O Núcleo Colonial de Santa Cruz foi analisado por Neves (2013) e Silva (2017). Sobre os demais, as informações datam e fazem referência aos anos 1950, e por isso serão analisados no próximo tópico. Dada a escassez de informações sobre os núcleos coloniais fluminenses e a grande quantidade de pesquisas sobre a Marcha para Oeste no Centro-Oeste, Norte e Sul, alguns outros casos também serão analisados de forma breve. Não se trata de aprofundá-los, mas de apreender as características principais da política de colonização empreendida pelo Estado Novo: os agentes e grupos sociais envolvidos, o imaginário construído, as formas de sociabilidade criadas, as motivações e o impacto do planejamento e da intervenção do Estado.

Segundo Neves (2013) e Silva (2017), a formação do Núcleo Colonial de Santa Cruz, localizada no atual município de Itaguaí, foi a primeira experiência de colonização dirigida no governo Vargas, sendo tomada como exemplo para a execução da política de Marcha para Oeste. O programa de colonização do Estado Novo alterou os objetivos da colonização realizada até então, privilegiando e “dignificando” o trabalhador nacional ao passo que secundarizou a presença e participação dos imigrantes através de mecanismos legais, também impondo limites à progressão do latifúndio em algumas regiões e aos contratos de renda e aforamento. Contudo, conforme já apontado por Seyferth (2002), apesar de se ter alterado a posição dos imigrantes no discurso e na prática públicas, não se diminuiu a importância deste grupo para a política de colonização.

No Rio de Janeiro, a primeira medida orientada para beneficiar colonos nacionais foi promulgada pelo Decreto nº 21.115, de 2 de março de 1932, transferindo a Fazenda Nacional de Santa Cruz da jurisdição do Patrimônio Nacional para o Departamento Nacional do Povoamento, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Nesse decreto podem ser vistas preocupações com os desempregados e ex-servidores públicos, despedidos em decorrência da crise de 1929, e a necessidade de abastecimento da Capital da República. Além disso, havia a preocupação em extinguir de forma progressiva os latifúndios, “protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de terras de cultura, em pequenos lotes, ao trabalhador agrícola, preferencialmente ao nacional” (Decreto nº 21.115 de 2 de março de 1932 *apud* NEVES, 2013, p. 111).

A preocupação do governo reproduzia antigas compreensões de desapropriação para fins de utilidade pública em terras sem exploração agrícola ou pastoril. A partir da leitura do Decreto-Lei nº 893, de 26 de novembro de 1938, sobre o aproveitamento agrícola da Fazenda Nacional de Santa Cruz e outros imóveis da União, Neves (2013) apreende o prenúncio dos princípios e fundamentos da política de colonização do Estado Novo: regulação do aforamento, da desapropriação, da venda e da exploração agrícola; exigência de comprovação dos títulos de terra; a necessidade de abastecimento da capital e suas zonas adjacentes; incentivo à produção. Segundo a autora, o empreendimento significou a “construção de uma concepção de redistribuição tutelada de terras para camponeses ou *trabalhadores nacionais*” (NEVES, 2013, p. 117). No estado do Rio de Janeiro isso não significou a abertura de novas fronteiras, mas a sua recriação em locais onde a apropriação latifundiária perdera o fôlego após os problemas na cultura do café e da laranja, suspendendo formas tradicionais de dominação e exploração econômica. A alteração das formas de dominação e de controle da terra estimulou a entrada

espontânea de camponeses em toda esta unidade da federação, o que precisava ser controlado em nível de Estado.

Medeiros (1983a, p 18) apontou três dimensões de configuração da questão agrária no Brasil que parecem ter sido centrais entre as preocupações de intervenção da política de colonização nacional: a “suposta incapacidade da agricultura de se adequar às exigências do progresso de desenvolvimento econômico”, apresentando a preocupação com a insuficiência da produção de alimentos; a “transformação das relações de produção no campo”; e a “quebra do padrão tradicional de dominação”. Em trabalho posterior, Medeiros (2018) aponta que os projetos de colonização e os núcleos coloniais criados na Baixada Fluminense tiveram como objetivo incentivar o aproveitamento de imóveis da União beneficiados pelas obras de saneamento, disciplinar a ocupação, tomar conhecimento da apropriação privada das terras públicas e desenvolver a pequena propriedade para abastecer a capital federal.

Neste sentido, é possível apreender três formas de intervenção do Estado ligadas aos núcleos coloniais no Rio de Janeiro que parecem tentar “responder” aos problemas da questão agrária: intervenção e orientação da produção agrícola para a formação de um *cinturão verde* no entorno da capital federal, de modo a regular o abastecimento interno e resolver as crises de carestia; intervenção pelas obras de saneamento, em contexto marcado pelas epidemias de malária e febre amarela, e o intuito de promover condições estruturais e ambientais para a colonização, e evitar a especulação; reordenação fundiária e fomento da propriedade privada em região com histórico de conflitos por terra entre criadores de gado e pequenos posseiros, também marcada pela expansão urbana e valorização fundiária (MEDEIROS, 2018).

Ainda em 1938 foi criada a Divisão de Terras e Colonização (DTC) do Ministério da Agricultura, voltada para a fixação do lavrador na terra. Até então a política de colonização, expressa na Lei de Colonização Nacional, Decreto nº 9.081, de 03/11/1911, esteve subordinada ao Serviço de Povoamento, vinculado ao Ministério do Trabalho (RAMOS, 2006; SILVA, 2017). Em 1938 também foi formada a Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras, a fim de enfrentar o problema da titulação e o avanço de proprietários privados em terras públicas.

Se no Rio de Janeiro se observa a preocupação em fixar e delimitar estas populações empobrecidas em núcleos coloniais, a Marcha para Oeste buscou refundar as bases nacionais ao reinterpretar o passado e enfatizar “a bandeira como núcleo descolado do litoral e bastante adaptado ao meio, ao sertão, representativo das origens primevas do nacional brasileiro” (SÁ, 2013, p. 85). Para Sá (2013) e Esterici (2013), a realização da política de colonização materializada na Marcha expressou, em nível ideológico, o que deveria ser o verdadeiro sentido da brasilidade, significando a retomada da trilha aberta pelos pioneiros e bandeirantes.

O período de intensificação da retórica nacionalista e de preocupação com a integração regional e nacional esteve alinhado ao momento da Segunda Guerra Mundial. Segundo Sá (2013), a baixa densidade populacional no interior brasileiro era percebida como fragilidade geopolítica e elemento que dificultava a industrialização. A participação dos militares era fundamental na “Conquista do Brasil pelos Brasileiros”, nas palavras de Coronel Lima Figueiredo⁷² (1945 *apud* SÁ, 2013, p. 85). Esta categoria atuou em instituições de estudo, controle e execução de políticas sobre todo o território nacional. Segundo a autora, a construção da relação entre segurança nacional e efetiva ocupação e defesa do território brasileiro foi

⁷² Coronel José de Lima Figueiredo atuou como observador militar do Brasil durante o conflito sino-japonês (1931-1937), foi diretor da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e deputado federal por São Paulo pelo Partido Social Democrático (PSD) entre 1950 e 1955. Também atuou na Comissão Rondon e integrou a comissão da Revista Brasileira de Geografia, contribuindo com diversos trabalhos. Ver: Verbete “Lima Figueiredo”. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-lima-figueiredo>. Acessado em: 18/04/2020.

realizada a partir das correntes de pensamento militares e sua presença e influência no Estado Novo e, conforme argumentamos anteriormente, a persistência de determinados ideais positivistas e autoritários entre os militares, em especial a atuação do Estado na condução do progresso.

Para Esterci (2013), há uma narrativa mítica sobre a história do Brasil e seu passado de conquista da terra na qual se observa a preocupação em unir grupos e regiões pouco ou mal integrados aos níveis social, político e econômico como elemento central na construção do futuro de Progresso, Pátria sem fronteiras e União. A autora analisou esta narrativa nos discursos de Vargas e na obra de Cassiano Ricardo, que proveu legitimação ao status da colonização e da ação promovida pelo Estado Novo⁷³. Em discurso de 1941 no estado do Mato Grosso, Vargas retoma o mito da bandeira na “nacionalização” do território e reconstrução nacional. O homem nacional deve “ter fé, agir, sobrepor-se aos momentâneos desalentos e imprevistos, com a certeza de que os dias vindouros lhe proporcionarão a legítima recompensa de uma propriedade sólida e duradoura”, ação que seria capaz de integrar “a Pátria como um todo, sem fronteiras internas, formando a perfeita unidade moral e material” (VARGAS, 1943 *apud* ESTERCI, 2013, p. 53). Como no mito do bandeirante, Vargas assume a colonização como uma mediação capaz de romper os limites de classe e as fronteiras do território, fazendo surgir do “Eldorado” mato-grossense a nova nação brasileira. Conforme Holanda (2010), a imagem do Eldorado e das recompensas pelo esforço pioneiro de desbravamento encontradas nas terras férteis também está presente no imaginário do mito edênico, central na colonização portuguesa e na formação do Estado que centraliza a organização e administração do território.

Tal como analisado por Esterci (2013, p. 56), a fundamentação mítica da narrativa sobre a Marcha para Oeste, mais do que discutir a migração e a colonização do país, “expressav[a] a necessidade de lidar com as importantes contradições com as quais se deparav[a]”. O mito minimiza a visibilidade dos conflitos reais e das contradições envolvidas no processo de expansão do povoamento e da exploração das terras. Vargas anunciou, ainda em 1930 enquanto candidato da Aliança Liberal à presidência da República, que a imigração de estrangeiros estava no cerne dos problemas de desemprego, desordem econômica, insegurança social e importação de “ideologias tóxicas”, em especial o “terrível credo vermelho” (NEIVA, 1941 *apud* ESTERCI, 2013, p. 41). Tal “idioma nacionalista” (ESTERCI, 2013, p. 42) permeou e caracterizou a campanha da Marcha para Oeste e as formulações de políticas de colonização que, em contexto de acirramento dos conflitos internacionais com a Segunda Guerra Mundial, assumiam contornos relevantes para a segurança e a defesa nacionais. Segundo Esterci (2013, p. 42):

Argumentava-se que o Estado Nacional deveria voltar-se para o interior do país, para explorar as riquezas naturais e promover a segurança nacional, que dependia da acumulação de riqueza suficiente para aquisição de força militar que garantisse a soberania do país no novo mundo que estava surgindo.

Não se pode esquecer, ainda, da “ameaça comunista” intensificada pelas greves urbanas de 1917 no Rio de Janeiro e em São Paulo (FAUSTO, 2000), do impacto da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, da formação do PCB em 1922, do amplo movimento do tenentismo na década de 1920, da política expansionista promovida pelos governos nazifascistas da Alemanha, Itália e Japão e do impacto da Intentona Comunista de 1935⁷⁴ (MOTTA, 2020).

⁷³ Conforme apontam Martins (1984) e Esterci (2013), o livro *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil* de Cassiano Ricardo foi reeditado e expandido em tamanho em meio ao processo de colonização da Amazônia Legal promovido pela ditadura empresarial-militar nos anos 1970, indicando certa continuidade desta perspectiva.

⁷⁴ A Intentona Comunista de 1935 foi realizada, sobretudo, por militares ligados ao PCB e à Aliança Nacional Libertadora, indicando a presença dos ideais e da tradição tenentista e a influência de Prestes. Houve levantes,

Em meio a uma conjuntura repleta de transformações e tensões, a política de colonização apresentava a capacidade de integrar e fixar a população e o território nacionais, garantindo a estabilidade e a harmonia necessárias à condução da ordem e do progresso pelo Estado. Não à toa, esta política foi chamada por Vargas de “imperialismo brasileiro”, visando o “casamento das fronteiras econômicas com as fronteiras políticas” a partir da “expansão demográfica e econômica dentro do próprio país, que fazia a conquista de si mesmo e promovia a integração ao Estado” (LENHARO, 1986, p. 23). Ao positivar a noção de imperialismo, intensificou-se a percepção da colonização internalizada como mecanismo de construção da nação, indicando como modelo de progresso a conquista e integração das regiões mais atrasadas.

Para Lenharo (1986), em consonância com os trabalhos citados anteriormente, a conquista do Oeste correlacionou integração territorial, ocupação econômica, integração nacional e imaginário de progresso, modernização e desenvolvimento em meio a um projeto civilizador. A intenção foi, portanto, disciplinar a ocupação territorial, a produção econômica e as tensões sociais a partir da centralização da administração, da distribuição de pequenas propriedades para trabalhadores sem terra sem realizar uma reforma agrária efetiva e sem estender aos trabalhadores do campo a legislação trabalhista. Por meio de “esquadrinhamento disciplinar”, “fiscalização dos corpos e dos costumes” e “colonização de espaços, corpos e mentes” (LENHARO, 1986, pp. 54, 59) buscou-se a resolução dos conflitos por intermédio da colonização.

Ainda para este autor, as colônias foram pensadas e planejadas a fim de se formar um “rosário” funcionando como “pontos avançados de penetração [...] cidades-indústrias potencialmente lançadas no vazio” (LENHARO, 1986, p. 48). Tais colônias foram planejadas para acompanhar o crescimento populacional e produtivo, irradiando-se para as áreas próximas, junto do estabelecimento de indústrias de beneficiamento de gêneros alimentícios, serrarias, olarias, usinas de açúcar e álcool. Compreendidas enquanto “laboratórios de um novo conjunto de relações sociais” (LENHARO, 1986, p. 52), a organização horizontal dos colonos envolvidos na cooperativa seria combinada com a verticalidade da administração, centralizada nas técnicas de agrônomos. Deste modo, as instituições públicas voltadas para a realização da colonização atuaram esvaziando as formas de organização coletiva dos trabalhadores rurais de modo a resolver conflitos por terra, disciplinando os migrantes em novas redes de sociabilidade a partir de órgãos e agentes orientados à assistência social, ao apoio técnico e à repressão. Redes que, como apontaram Souza Lima (1995) e Ramos (2006) analisando as políticas indigenista e de imigração, criam laços de tutela.

Nas regiões isoladas e consideradas atrasadas, a prerrogativa da assistência era a atuação e intervenção estatal no direcionamento da modernização. As populações destas regiões eram, fundamentalmente, de posseiros e antigos trabalhadores rurais que, com as crises das antigas atividades de exploração, voltaram a formas de produção de subsistência, sendo identificadas negativamente como sem disciplina para produzir para o mercado, símbolo de um país ainda atrasado. As colônias agrícolas e núcleos coloniais teriam o papel de agrupar estes indivíduos que viviam “nos sertões sem instrução, sem higiene, mal alimentados e malvestidos, tendo contato com os agentes do poder público, apenas através dos impostos extorsivos que pagam”

pouco articulados, no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, que em pouco tempo foram combatidos e desmobilizados, acumulando conflitos e maior número de mortos entre os rebeldes. No Rio de Janeiro foi estabelecido estado de sítio, levando à prisão de dezenas de quadros do PCB. Segundo Motta (2020), a denominação “Intentona” já traz em si um imaginário anticomunista, ao sinalizar para um intento cruel e orquestrado dos comunistas, ainda que malsucedido. Segundo esse autor, este é o primeiro evento que marca o imaginário anticomunista no Brasil, presente nas motivações da formação de inúmeras organizações com apoios de católicos, militares e empresários, da Lei de Segurança Nacional, da alteração da Constituição de 1934, pela perseguição de lideranças políticas e sindicais e cujos traços seriam recolocados no contexto de crise dos anos 1960 e do golpe de 1964.

(VARGAS, 1938a, p. 28 *apud* COSTA, 2019, p. 86). Tais colônias possibilitariam o acesso à propriedade da terra, os instrumentos de trabalho, o transporte para a venda da produção e o “despertar” de hábitos de atividade e economia. Produziriam, deste modo, um novo agente social integrado ao projeto civilizatório. Conforme será argumentado mais à frente, a política de colonização se voltou para a formação de uma classe média rural integrada do ponto de vista material e simbólico à propriedade privada, ao projeto civilizatório e à mentalidade e racionalidade capitalistas. O termo classe média rural não se encontra presente nas discussões dos anos 1930 e 1940, contudo é possível observar semelhanças entre as idealizações do colono e do parceleiro⁷⁵ que passam pelos valores associados à propriedade privada e ao crescimento econômico. Conforme sinalizado em trabalhos de Foucault (2008a; 2012; 2018), essa transformação implica em mecanismos de intervenção e saberes que incidem sobre os corpos, o ambiente, as relações e as subjetividades das populações a serem controladas e transformadas.

A atuação centralizada no Estado e no seu caráter interventor seria capaz de criar o trabalhador rural brasileiro ao mesmo tempo em que conquista o território nacional, indicando, conforme argumentou Santos (1993, p. 26), que a colonização foi “estratégia privilegiada que o Estado adotou com relação à questão agrária, mostrando a estreita ligação entre um regime político autoritário e a política de colonização”. Neste sentido, a colonização assume mais uma vez seu *sentido* civilizatório, buscando produzir e suscitar formas de comportamento marcadas pelo autocontrole, pelo pensamento prospectivo e “racional” (ELIAS, 1993; SWAAN, 1988). A fim de marcar este caráter ressocializador da colonização, que intervém na organização de grupos sociais desenraizados, é preciso apreender antes o contexto conflitivo dos anos 1950. Como apontado anteriormente, dentre seus sentidos, a colonização age enquanto mecanismo de controle de populações potencialmente insubmissas, atuando para reorganizar e ressignificar os pertencimentos e usos da terra por populações que foram profundamente transformadas pelo processo de modernização do campo.

2.3. Conflitos, Reforma Agrária e a Opção pela Colonização

A apreciação dos contextos sociais e políticos de realização da colonização permite entender a pressão dos conflitos sociais. A formação e o crescimento das colônias agrícolas e núcleos coloniais nos anos 1940 e 1950 geraram conflitos por terra nos anos 1950 e 1960 (MYSKIW, 2013; MEDEIROS, 2018; BRITO, 2018). Não se trata de dizer que os conflitos por terra se iniciaram com a colonização, visto que já foi apontado seu uso na resolução de conflitos anteriores. Contudo, estes se agravaram e se adensaram. A demora no ganho efetivo da propriedade, a superlotação dos núcleos e colônias, a baixa consideração sobre a qualidade das terras, a ausência de assistência técnica, a valorização e especulação fundiária das terras no entorno das colônias e dos núcleos, bem como os processos de grilagem resultaram no acirramento dos conflitos, marcados pela presença de mediadores políticos entre os camponeses e a atuação de organizações diversas, em especial o PCB.

Segundo Maia (2013), entre os anos 1940 e 1950 houve um intenso debate no interior do PCB sobre a persistência do feudalismo no Brasil e a necessidade de se defender a superioridade da pequena propriedade em relação ao latifúndio atrasado e monopolista. Para este autor, a defesa conjuntural da pequena propriedade era “uma forma de quebra do poder político oligárquico”, ao mesmo tempo em que apresentava uma opção economicamente mais vantajosa (MAIA, 2013, p. 384). A leitura do PCB pressupunha como irreconciliáveis o

⁷⁵ Trata-se de uma nova terminologia de definição dos beneficiados pelas políticas de colonização e ações de reforma agrária. O termo parceleiro se refere àquele que “venha a adquirir lotes ou parcelas em áreas destinadas à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada” (Estatuto da Terra, Art. 4º, VII; BRASIL, 2007a, p. 128). O termo substituiu a categoria *colono*, historicamente utilizada para se referir aos que praticavam ou se beneficiavam da política de colonização.

latifúndio e o modo de produção capitalista, de tal modo que a alteração da estrutura agrária pela reforma agrária seria essencial à etapa democrático-burguesa em direção ao comunismo (MEDEIROS, 1983a; MAIA, 2013). Os camponeses apareciam, deste modo, como “parte do bloco revolucionário no Brasil, mas visto com grande desconfiança [...], tendo em vista o caráter limitado da pequena propriedade, diante das possibilidades de gerar um desenvolvimento agrícola compatível com as exigências da modernidade” (MAIA, 2013, pp. 388-389). A desconfiança se devia à associação entre camponeses e uma sociedade em desagregação, tomando como necessária a eliminação desta categoria social através do processo de modernização capitalista no campo.

Existem semelhanças entre o caráter residual e transitório das populações camponesas nas concepções do Estado e do PCB⁷⁶. Para ambos o campesinato e o latifúndio representavam bloqueios ao desenvolvimento industrial e deveriam ser modernizados. Contudo, a relação do Partido Comunista com os camponeses nos locais de atuação e organização política foi bastante distinta das proposições teóricas realizadas a nível nacional (GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 1995, 2018; MAIA, 2013). O envolvimento do PCB nas lutas locais por acesso à terra próximas às áreas de colonização pode ser observado no que se refere aos estados do Rio de Janeiro (GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 2018), Paraná (SILVA e MENIM, 2013) e Goiás (CARNEIRO, 2013). Segundo Medeiros (1995), o surgimento das organizações próprias de trabalhadores no campo em âmbito nacional significou busca de legitimação com relação às demais forças sociais e ao Estado, consolidando-se uma disputa por direitos e concepções de desenvolvimento a partir das demandas de direitos trabalhistas, luta por terra, política de preços, direito de organização e acesso ao reconhecimento político. A presença dos trabalhadores do campo no espaço público significou a ampliação desse próprio espaço, modificando-se as concepções e práticas dos atores presentes a partir da nova matriz discursiva que surge no processo de constituição do campesinato enquanto grupo social e político publicamente reconhecido. O surgimento da identidade própria de trabalhadores agrícolas, lavradores e camponeses implicou no rompimento de antigas relações e na produção de novas, constituindo-se enquanto ameaça a uma dada ordem social. Segundo Medeiros (1995, pp. 13-14), este é um processo de reconstrução das imagens já instituídas dos trabalhadores, como a de paternalismo, passividade, preguiça, opondo uma outra, marcada pela afirmação da singularidade e pela construção de uma unidade de natureza política, que dialoga com a enorme diversidade de situações presentes no campo.

A guerrilha de Porecatu realizada no norte do Paraná representou um fato novo da luta pelo acesso à terra que se intensificava nos anos 1950: a “entrada em cena de um grupo comunista no campo fez oscilar as relações de força” (SILVA; MENIM, 2013, pp. 430-431). A

⁷⁶ Para além do PCB, trata-se de uma discussão e disputa política e interpretativa mais ampla dentro das esquerdas nacional e internacional e que se refere ao lugar e capacidade de ação do campesinato na transformação social. Não há espaço aqui para retomar esta questão, mas é preciso sinalizar mais uma vez a importância do modelo da pequena propriedade associada à intensificação do trabalho familiar e ao uso de técnicas de produção e manejo do solo associadas aos conhecimentos científicos, também disputados. Partindo dos debates entre Kautsky, Lênin, Chayanov e Stalin, Linhares e Silva (1999, p. 35; grifos no original) sinalizam para a distinção entre os “*campesinistas, os que insistiam na permanência do camponês como forma familiar de produção, e descampesinistas, que afirmavam o caráter inelutável da proletarização dos camponeses*”. Essa discussão assumiu distintos contornos ao longo do tempo, espaços nacionais e locais de debate, podendo-se indicar tensões sobre a agência e resiliência do campesinato e sua unidade familiar nas disputas por projetos de sociedade e significados de sua modernização, sua participação ativa ou tutelada em revoluções, sua busca por autonomia política e produtiva, sua resistência a processos de proletarização e diferente projetos impostos que buscaram ordenar suas formas de organização, existência e produção, entre outras questões que ainda atravessam e constituem a questão agrária. Há uma extensa bibliografia sobre este assunto, podendo-se indicar para consulta: Martins (1981); Moore Jr. (1983); Wolf (1984); Medeiros (1995); Linhares e Silva (1999); Akram-Lodhi e Kay (2010); Ploeg (2016).

organização dos lavradores em torno do PCB também levou os grupos dominantes a se unirem em oposição, juntando senhores de terra, governo do Estado e grande imprensa, reforçando a ideologia anticomunista e buscando reestabelecer o monopólio da representação política.

O conflito de Porecatu aconteceu em uma área concedida à Companhia Colonizadora Alves de Almeida & Irmãos, mas em 1942 a concessão foi anulada e as terras foram loteadas e tornadas alvo de projeto de colonização pelo governo do estado do Paraná, atraindo lavradores de diversas regiões para o desmatamento e a ocupação das terras. Entre 1944 e 1951 o processo de conflito fundiário esteve marcado pela falta de legalização das terras dos posseiros, pelo crescimento demográfico e da demanda de terras, estrangulamento das terras produtivas e pela crescente insatisfação dos camponeses. O período foi marcado pela atuação da imprensa na construção de uma opinião pública frequentemente afeita aos interesses dos proprietários de terra, pela atuação dos camponeses impulsionados pelo PCB e pela atuação dos fazendeiros aliados às forças policiais e militares, a aparelhos do Estado, a governadores e jagunços. Após a prisão de dirigentes do PCB, lideranças e lavradores, centenas de famílias foram deslocadas e assentadas em outras regiões do Paraná (OIKAWA, 2011; SILVA; MENIM, 2013).

Também em Goiás, como em outros estados brasileiros, a colonização se transformou em resposta do Estado às lutas sociais, tônica geral dos anos 1945-1964 (SANTOS, 1993). Entre 1920 e 1930 os fluxos de migração para o estado de Goiás já eram elevados, tornando-se região de dupla expansão da fronteira: pelas culturas do café e de subsistência contíguas e pela expansão da rede urbana fortalecida pelas linhas férreas (SÁ, 2013). Muitas eram as reclamações das classes dominantes, em especial a falta de verbas e o cerceamento da produção agrícola, problemas acolhidos no governo de Vargas. Com a indicação do interventor Pedro Ludovico Teixeira, foram realizadas importantes mudanças na dimensão sociopolítica de Goiás, expressas na mudança da capital, retirando o poder político das oligarquias da antiga área mineradora e concentrando-o no novo eixo econômico. Segundo Sá (2013) e Carneiro (2013), a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) em 1941 intensificou o fluxo de migração, o crescimento demográfico e a especulação fundiária, resultando no processo de expulsão da terra iniciado na década de 1950. O caso de Formoso e Trombas é significativo nesse processo, pelo fato da ocupação dessas áreas se realizar a partir de 1948 por migrantes que vinham em busca de terras, oriundos de regiões com terras esgotadas e exploração do trabalho (CARNEIRO, 2013).

O conflito se inicia com o processo de grilagem das terras valorizadas pelo trabalho dos migrantes e pela construção da rodovia que liga as colônias aos mercados locais. A expropriação da terra se realiza primeiro com a exigência de arrendamento e com as tentativas de expulsão, iniciando as primeiras resistências dos camponeses em 1951. A atuação de José Porfírio de Souza⁷⁷, a presença do PCB em 1954, a fundação da Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Formoso e Trombas em 1955, o desenvolvimento da luta armada entre 1955 e 1957, a promessa de legalização das terras no início dos anos 1960, a medição dos lotes em 1963 e a interrupção do processo com a atuação violenta do Exército e o golpe militar de 1964 são expressivos no processo de formação do campesinato na região (CUNHA, 2007;

⁷⁷ Militante camponês oriundo de Tocantins, mudou-se na década de 1940 para a Colônia de Ceres em Goiás. Com a colônia lotada, Porfírio se dirigiu com sua família para a região de Uruaçu, onde se localizavam os povoados de Trombas e Formoso. Entre 1954 e 1960 foi filiado ao PCB. Elegeu-se deputado estadual em 1962 pela coligação PTB-PSB. Após o golpe de 1964, Porfírio entrou na clandestinidade, atuando junto à Ação Popular e depois ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Foi capturado pelos militares em 1972, ficando seis meses preso. Em 1973 pode ter um encontro com sua advogada fora da prisão. Desde então Porfírio, está desaparecido. Sobre sua história, ver também o documentário “Cadê Zé Profírio?” de Hélio Brito, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a23K24gWCxQ>>. Acessado em 05/03/2022. Ver: <https://mst.org.br/2017/04/01/jose-porfirio-de-souza-por-uma-galeria-de-herois-do-campesinato/>. Acessado em 18/04/2020.

CARNEIRO, 2013). Os elementos e a narrativa são significativos para tantos outros casos, compondo uma história profunda da expropriação, violência e resistência no campo que será trabalhada a partir da Baixada Fluminense no Capítulo 4.

Nas áreas rurais a atuação do Estado assume um caráter salvacionista complementar: frequentemente as populações que ali vivem são percebidas enquanto inábeis e incapazes de organização política própria, restando ao Estado o trabalho de expurgar os inimigos da segurança nacional, não totalmente integrados e subordinados à sua dominação e que agem sobre essa população enfraquecida e flagelada, carente de políticas de assistência. Este é um elemento presente também na extensão e na tutela. A colonização parece ser, assim, elemento constitutivo e constituidor do nacional, ação voltada para integrar a população, o território, a produção e o mercado sob os limites legitimados do Estado, controlando a mudança e perpetuando o caráter subordinado do campesinato, elemento característico deste grupo social para Velho (2009). Apontando as áreas de expansão da fronteira como *locus* privilegiado da constituição do campesinato marginal, este autor observou que o fluxo migratório orientado pela política de colonização em direção à expansão da fronteira possibilitou a “*gradativa liberação da força de trabalho [...] excedente*”, capaz de estabelecer o “*desenvolvimento capitalista de um sistema originalmente baseado na repressão da força de trabalho, através de sua transformação gradual e não-revolucionária*” (VELHO, 2009, p. 110; grifos no original).

Para finalizar a compreensão deste período, retoma-se a análise de Neves (2013), que buscou relativizar o “fracasso” das políticas de colonização. Para esta autora, a “ineficácia institucional na gestão de espaços físicos” da política de colonização permitiu a realização de “projetos familiares e coletivos elaborados em contrapropostas ou diferenciadas formas de engajamento”, constituindo ou reforçando um “sistema de crença que nutre a instituição da posse ou da ocupação produtiva como prática legítima; ou como meio eficaz de o trabalhador rural vir a se constituir em objeto de atenção de programas estatais” (NEVES, 2013, p. 123). Trata-se de uma importante reflexão e hipótese que aponta para a importância desses projetos de colonização no processo de formação do campesinato fluminense, em particular, e de seus modos de resistência, baseados na percepção da legitimidade da posse da terra por aqueles que nela trabalham, legitimando a ocupação dos “*espaços vazios, terras devolutas, terras sem dono e terras do Estado*” (NEVES, 2013, p. 125; grifos no original). Entretanto, ao longo do tempo o resultado foi a fragmentação dos lotes de terra, a concentração em grandes propriedades voltadas para a monocultura ou para a criação de gado, a expansão urbana e a valorização fundiária e especulativa da terra dificultaram a continuidade social dos produtores.

A política de colonização representou, portanto, possibilidades de fixação de populações desenraizadas por processos de expropriação e expulsão contínuos que se acirraram nos anos 1950, década de importantes transformações na questão agrária, devido ao impacto das formas de modernização da agricultura. Segundo Medeiros (1983a), tais transformações foram vividas por distintos grupos camponeses como expulsão e expropriação da terra, migração forçada e rompimento das relações de obrigação e de dependência. Analisando as experiências do colonato, da morada, do posseiro e da pequena produção, Palmeira (2009b [1977]), Medeiros (1983a), Sigaud (2004) e Neves (2008) apontam o rompimento de relações que, apesar de baseadas na dependência e exploração, eram em grande medida percebidas, após a sua dissolução, como situações de autonomia do campesinato, por lhes possibilitar o plantio da lavoura de subsistência.

Conforme Palmeira (2009b), o modelo de trabalho da morada e suas relações sociais estavam sendo rompidos desde os anos 1950 pelas transformações produtivas na *plantation* canavieira. Olhar para o sistema da morada significa observar as “condições de produção” que foram expropriadas do campesinato nordestino, entendidas como

uma forma de dominação específica, sofrida e interiorizada pelos trabalhadores, em nome da qual – mas não necessariamente pela qual –

denunciam a ilegitimidade das formas novas – mas não necessariamente mais suaves – de submissão aos patrões, que, em muitos casos, são os de sempre (PALMEIRA, 2009b, p. 214).

Segundo Neves (2008), o acesso às lavouras de subsistência, às pequenas criações e à constituição de um patrimônio e poupança era a contrapartida acordada nas formas de apropriação do trabalho mal remunerado do chefe da família e do trabalho gratuito da esposa e dos filhos, constituindo os mecanismos de garantia do *colono* e do *morador*. Tais mecanismos, contudo, foram sendo desfeitos na medida em que os fazendeiros passaram a se interessar pelo uso direto do solo e das áreas asseguradas ao colono e ao morador. O interesse pelas áreas foi resultado da inviabilidade da produção extensiva do café e da garantia de comercialização da cana. Importante apontar que a produção dos novos interesses dos *fazendeiros* esteve em consonância com as medidas adotadas pelos Institutos Brasileiro do Café (IBC) e do Açúcar e do Alcool (IAA).

O rompimento das garantias costumeiras estabelecidas por expectativas coletivas e contrapartidas morais entre colono, morador e fazendeiro não significa apenas rompimento com um passado ou uma tradição. Significa, sobretudo, impedimento das formas de reprodução social e física, de continuidade do estilo de vida, das relações sociais constituídas, das formas de qualificação e percepção de si, das projeções de futuro imaginadas para si, a família e os herdeiros (SIGAUD, 2004; NEVES, 2008). As relações de colonato e morada são entendidas pelos trabalhadores como relações de subordinação que, contraditoriamente, asseguravam certas alternativas de autonomia com relação aos modos e destinos da produção de suas lavouras (NEVES, 2008).

Neste sentido, a luta pela terra expressa e dá os principais contornos da questão agrária nos anos 1950 e 1960, marcada pelo momento de emergência dos camponeses como força política nacional. Segundo Medeiros (1983a, pp. 30; 37; 62; grifos no original), referindo-se inicialmente ao colonato e à morada, mas também apreendendo as formas da pequena propriedade e do posseiro: “[a]meaçados na sobrevivência enquanto categoria social, os trabalhadores aos poucos se articularam e foram desenvolvendo uma consciência dos antagonismos que vivenciavam”, buscando por intermédio da organização coletiva uma “*luta pela manutenção das suas condições de produção e meios de vida*”, lutas constituídas “contra um processo iminente de expulsão”. Apesar de ser elemento de difícil mensuração, é preciso levar em consideração que a política de colonização oficial tornou possível o desejo de ter a propriedade da terra e se dedicar à lavoura sem os característicos laços de dependência discutidos até aqui.

Esta capacidade organizativa dos movimentos camponeses brasileiros na primeira metade dos anos 1960 esteve intimamente relacionada às alterações promovidas pelas políticas de colonização nos anos 1950 e 1960, na medida em que foram intervenções na questão agrária e fundiária e não modificaram as condições de reprodução da desigualdade no campo. A inserção da luta pela terra em um conjunto mais amplo de demandas, lutas e reivindicações a transformou em luta pela reforma agrária, impulsionada pela diversidade dos movimentos camponeses que buscaram participar das decisões políticas e apontaram necessidades de transformação, elencando de forma sistemática a necessidade da reforma agrária (MEDEIROS, 2014). Sintetizada na ideia de reforma agrária radical, tomada como ponto principal do I Congresso Nacional Camponês de 1961 (O'DWYER, 1988), pressupunha-se, e se exigia, a democratização do acesso à terra a partir do papel ativo dos camponeses organizados, fortalecendo as novas formas de mobilização, em particular as ocupações de terra e resistência aos despejos, práticas que também demandaram dos governos estadual e federal a desapropriação de terras em situação de conflito. Conforme aponta Medeiros (1983a), é contra estas demandas que se estrutura a proposta de reforma agrária das classes empresariais e

patronais do campo, centradas na assistência, na ampliação do crédito, na modernização e na garantia do monopólio da terra e da pacificação das áreas de conflito. As discussões desta proposta e os diferentes grupos sociais envolvidos e afetados por ela foram trabalhados no Capítulo 3, dando-se foco ao compromisso firmado entre o Estado e o patronato e sua relação com a política de colonização.

No próximo tópico serão apresentadas algumas das experiências e perspectivas da burocracia estatal que foram sintetizadas pelo complexo tecno-empresarial-militar na ditadura.

2.4. Planejando a Comunidade: Povoamento Racional e Classe Média Rural

Na década de 1950 e no período ditatorial a política de colonização é apresentada enquanto solução técnica, forma racional de atuação e intervenção do Estado capaz de regular os conflitos, modernizar e aumentar a produção de alimentos e melhorar a qualidade de vida das populações urbana e rural. A colonização é reconfigurada na medida em que reproduz as condições de expropriação, exploração e concentração da terra e da riqueza e prestígio a ela associadas.

Segundo Arezzo (1982), a primeira definição legal de “colonização” se encontra no Decreto-Lei nº 7.967, de 27 de agosto de 1945⁷⁸. Segundo este decreto, que dispõe sobre a imigração e a colonização, “Colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais” (Artigo 46), podendo ser realizada “pelo povoamento de áreas baldias ou de fraca densidade demográfica” ou “pela divisão de terrenos rurais em lotes para venda ou doação e a concessão, entre outras, de facilidades para aquisição de terras ou benfeitorias” (Artigo 48, Incisos 1 e 2).

Neste decreto a ênfase da colonização recai sobre a “fixação” do homem à terra, tomada enquanto elemento necessário para o aproveitamento econômico das áreas rurais mais afastadas ou de baixa densidade demográfica. O decreto de 1945 encontra-se em consonância com as preocupações referentes à população nacional observada em legislações anteriores, contudo parece ser o primeiro a definir legalmente o ato de colonizar. Em leis anteriores a ênfase normativa caiu sobre a definição de “núcleo colonial”. É o que se pode observar no Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907, acerca do povoamento do solo nacional; no Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, sobre a organização dos núcleos coloniais; no Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais; e no Decreto-Lei nº 6.117, de 16 de dezembro de 1943, sobre a fundação dos núcleos coloniais:

Núcleo colonial, para os efeitos deste decreto, é a reunião de lotes, medidos e demarcados, de terras escolhidas, férteis e apropriadas à agricultura ou à indústria agropecuária, em boas condições de salubridade, com abundância de água potável para os diversos misteres da população, contendo cada um deles suficiente área para o desenvolvimento do trabalho do adquirente, servidos por viação capaz de permitir transporte cômodo e fácil, em favorável situação econômica, ou preparados para o estabelecimento de imigrantes como seus proprietários (Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907, Artigo 5)⁷⁹.

⁷⁸ Apesar do termo já estar presente em legislações anteriores, como a Lei de Terras de 1850, ainda não se tinha dado uma definição legal ao ato de colonizar. O Decreto-Lei nº 7.967, de 27 de agosto de 1945 está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17967imprensa.htm>. Acessado em 02/07/2021.

⁷⁹ O texto do Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907, está disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 02/07/2021.

Núcleo Colonial é uma reunião de lotes medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais (Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, Artigo 1º)⁸⁰.

Além dos núcleos coloniais a que se refere o decreto-lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, o Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros (Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, Artigo 1º)⁸¹.

Núcleo Colonial é uma reunião de lotes medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais (Decreto-Lei nº 6.117, de 16 de dezembro de 1943, Artigo 1º)⁸².

Ao que se pode observar da leitura destas definições e do conjunto das legislações, a principal preocupação era definir o *espaço* onde a colonização se realizaria, indicando a preocupação com a intervenção no meio, em consonância com o padrão de governamentalidade (FOUCAULT, 2008a) apresentado no Capítulo 1. A localização e a demarcação espacial são etapas fundamentais e estarão presentes na formação do Estatuto da Terra de 1964 e nas discussões sobre a colonização, como se verá mais à frente no Capítulo 3. Contudo, o Estatuto da Terra apresentou uma preocupação central que não esteve presente nesses decretos: a formação de uma classe média rural dotada de mentalidade empresarial, superando o “atraso” das populações rurais e instituindo um modelo de desenvolvimento que articula intervenções no meio e no homem pela ação disciplinar e planejada do Estado.

A intervenção no meio buscava criar não só novos territórios integrados à dinâmica política e econômica nacionais e os diversos mercados, mas também os sujeitos e seus grupos afeitos a essas dinâmicas. Apesar de não estar explicitado nas legislações, esse caráter transformador da população rural pode ser percebido nas discussões e na documentação encontradas no AN/PAR. Em documento anterior ao golpe de 1964 e citando a colonização sistemática de Wakefield, Ribeiro apontou como conceito *moderno* de colonização:

Colonização é propiciar os meios a uma fixação definitiva do homem ao solo, tornando-o economicamente uma força social produtiva e, antes de mais nada, dignamente humana.

Não deve confundir-se, pois, colonização com simples povoamento. *Colonização tem um sentido complexo e perfeito de povoamento racional, visando em última análise, tornar o ‘colono’ autossuficiente após determinados anos de esclarecida orientação técnica e auxílio financeiro, proporcionados pelo componente poder estatal ou pela iniciativa privada.*

⁸⁰ O texto do Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940 está disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2009-9-fevereiro-1940-411911-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 02/07/2021.

⁸¹ O texto do Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941 está disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 02/07/2021.

⁸² O texto do Decreto-Lei nº 6.117, de 16 de dezembro de 1943 está disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6117-16-dezembro-1943-416166-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 02/07/2021.

A colonização hoje deve ser concentrada, tirando do seu seio toda e qualquer forma de exclusivo e constante paternalismo.⁸³

Nestas autointituladas *anotações ligeiras* estão elementos centrais para a discussão aqui realizada. O texto foi escrito entre 1962 e 1964 e, apesar de pensado para estabelecer uma política de colonização para o estado de Goiás, apresenta uma discussão que se pretende geral para o Brasil e sintetiza concepções e discussões dos anos 1940 e 1950 das quais o próprio Ribeiro participou. Colonização é, portanto, povoamento racional, planejado e marcado pela tutela do “colono”. A colonização proporciona ao agricultor orientação técnica e auxílio financeiro que são capazes de transformar o indivíduo dependente em autossuficiente por intermédio do esclarecimento, emancipando-o⁸⁴. A continuidade do trecho citado vai afirmar que o povoamento sem controle estatal provoca resultados antieconômicos e “sérios problemas sociais” que podem receber solução pela colonização (p. 2)⁸⁵. Mais adiante neste documento, Ribeiro vai afirmar que o

estabelecimento de colonização representa uma arma poderosa contra latifúndios improdutivos e poderá ser a solução definitiva dos problemas já criados pela tensão social existente em todas as cidades brasileiras, causada pela insatisfação do não acesso à terra, da grande maioria de pessoas. Por este processo, muitos proprietários poderão vendê-las bem vendidas, sem com isso mostrarem agitações e atrito. Através destes estabelecimentos, a produção será aumentada [...] (p. 7).

Além das “pessoas habilitadas”, são selecionados os “mais fortes e sadios, pois além de estarem aptos para trabalhos físicos pesados, terão um futuro mais promissor” (p. 7; grifos nossos). Em texto posterior, em que retoma a criação de um projeto de intervenção agrária no Estado de Goiás, Ribeiro apontou o caráter civilizatório da reforma agrária, afirmando que o plano agrário deve estimular o associativismo, entendido como expressão do “desenvolvimento de comunidade”⁸⁶. O associativismo não deve ser exclusivamente econômico, servindo como estímulo ao homem do campo a tomar decisões, amadurecendo sua consciência política para evitar a entrada de ideologias subversivas que se estenderam ao campo, tomadas como demagogia que “não visa a corrigir os desequilíbrios, mas ao contrário, a intensificá-los para promover a luta de classes com o objetivo de implantar sistemas socialistas radicais” (p. 93). A colonização, como afirma o autor, “é peça importante de uma reforma agrária democrática”, pois visa “precisamente à criação de uma classe média rural”, constituindo-se em “implantação do maior número possível de agricultores e de suas famílias numa região, através das propriedades familiares organizadas em núcleos coloniais” (p. 99).

⁸³ “Anotações ligeiras sobre um trabalho de política de colonização e recolonização para o Estado de Goiás”. S.d. AN/PAR, Caixa 27, Pasta 1, pp. 1-2 (grifos nossos). Idago – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás. Diversos Documentos. 1962-1964.

⁸⁴ Apesar de não aparecer na citação, o termo “emancipar” é a referência legal dos projetos de colonização e reforma agrária que deixam de precisar do auxílio do Estado e passam a se desenvolver por conta própria. Posteriormente, no artigo 68 do Estatuto da Terra foi definido que “A emancipação do núcleo ocorrerá quando este tiver condições de vida autônoma, e será declarada por ato do órgão competente, observados os preceitos legais e regulamentares” (BRASIL, 2007a, p. 151). Neste sentido, o termo “tutela” é imprescindível para compreender a visão de Estado (SOUZA LIMA, 1995).

⁸⁵ A fim de evitar o acúmulo de notas de rodapé e a repetição das informações de cada arquivo, optou-se por sinalizar apenas o número das páginas do documento já referenciado. Essa opção será retomada para outros documentos, após ter sido dada sua referência completa em nota.

⁸⁶ “Plano de Emergência do IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás”. AN/PAR, Caixa 20, Pasta 1, p. 58. Plano de Emergência do Idago. Parte 1. 1962 e 1963.

De instrumento complementar, a política de colonização se transforma em peça central da reforma agrária democrática justamente porque possibilita a criação da classe média rural. A reforma agrária é relacionada ao “*processus* (sic) de aperfeiçoamento, através da educação física, intelectual, moral social e política, objetivando dar ao homem uma personalidade” (p. 52). O autor correlaciona o planejamento do uso da terra à necessidade de desenvolvimento social mediante avanços na educação e na saúde, elemento relacionado à política de colonização, cuja centralidade é também ser um processo civilizatório. Tais avanços permitiriam facilitar

ao homem a tarefa de ajustar-se às rápidas transformações provocadas pelo impacto da revolução tecnológica; garantindo-lhe uma vida mais verdadeiramente humana onde as desigualdades sejam compensadas quando não puderem ser suprimidas; e oferecendo, a todos, igual oportunidade de desenvolver os seus dons naturais, facultando-lhes a participação nos bens elementares da cultura e do espírito (pp. 53-54).

A construção de núcleos coloniais e da política de colonização pretende, deste modo, constituir os meios necessários, racionalmente estabelecidos e planejados, para fazer do homem do campo um homem de classe média: do indivíduo carente de assistências múltiplas e frequentemente influenciado pelas ideologias subversivas para um pequeno empresário rural, elemento desejável e característico do colono e depois parceiro *ideais*. A política de colonização parece se constituir mesclando o ideal de construção da *comunidade*, marcada pelos laços comunitários e por constituir uma vida em comum não afetada pelos males da modernidade, e a definição de *instituição total* analisada por Goffman (1974, p.11): “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

Alguns elementos da análise de Goffman (1974) são elucidativos para a compreensão da política de colonização, mas desde logo se deve apontar que não se trata de interpretar os núcleos coloniais como *instituições totais*, tais como definidas por ele. As instituições analisadas por Goffman voltam-se para *indivíduos* em condições de *internados*, elementos que não correspondem à prática e nem ao alvo dos núcleos de colonização, orientados para as famílias e com maior grau de autonomia. O que é salientado desta proximidade é o caráter total da instituição, sua tendência ao fechamento e seu caráter tutelar e reformulador da individualidade. Como explicita o autor, o fato básico destas instituições é “[o] controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas” (GOFFMAN, 1974, p. 18). Outro elemento aproxima a política de colonização das características de uma instituição total: “um frequente objetivo oficial é a reforma dos internados na direção de algum padrão ideal”, o que deve ser compreendido a partir do fato de que

a equipe dirigente tende a criar o que se poderia considerar uma teoria da natureza humana. [...] essa teoria racionaliza a atividade, dá meios sutis para manter a distância social com relação aos internados e uma interpretação estereotipada deles, bem como para justificar o tratamento que lhes é imposto (GOFFMAN, 1974, pp. 70, 80).

A seleção rigorosa, presente nas experiências anteriores de colonização, conforme apontado no Capítulo 1, expressam a existência de um padrão ideal, a ser perseguido pelas ações de assistência médica, sanitária, educacional e técnica, e pela contínua presença do Exército, a ser discutida no Capítulo 5. Conforme apontado no início desse capítulo, a persistência de um ator/objeto *ideal* que sofra intervenção do Estado e seja por ele moldado está

presente nas diversas relações de tutela que reproduzem relações coloniais (SOUZA LIMA, 1995; CUSICANQUI, 2010; FERREIRA, 2013; OLIVEIRA, 2016).

A teoria ou ainda ideologia da natureza humana que orienta a atuação da instituição total baseia-se na diferenciação moral e social entre os *internados* e a equipe dirigente⁸⁷ (GOFFMAN, 1974). Esta diferenciação se realiza pela percepção de um campesinato composto por homens e mulheres “atrasados”, carentes e ameaçados que precisam da intervenção e assistência do Estado para adquirirem comportamento e padrão de vida mais satisfatórios e civilizatórios. Este padrão civilizatório a ser suscitado é identificado com “a criação do espírito empresarial” por meio da assistência técnica, tal como estabelece o Estatuto da Terra (Art. 75, § 4º, item C; BRASIL, 2007a, p. 155), conforme analisado no Capítulo 3. Além disso, está no centro desta teoria a percepção de uma população enfraquecida por suas condições de miserabilidade e por isso incapaz de organização coletiva e política própria e de expressar suas indignações, tornando-se alvo fácil de militantes e ideologias subversivas. Esta população rural é percebida, portanto, pela sua maleabilidade: podendo ser incentivada tanto pela assistência técnica quanto por militantes de esquerda. Neste enquadramento, compartilhado pelos diferentes atores e grupos envolvidos no complexo tecno-empresarial-militar, o camponês não é sujeito ativo de sua história e transformação e nem capaz de organização própria, sendo reduzido a objeto passivo de manipulação ideológica ou de política pública, de modo que o Estado impede a ação *indesejável* das ideologias subversivas para realizar a sua ação *desejável* e civilizatória.

Conforme apontado, o ideal da colonização articula a *instituição total* e a *comunidade*. A compreensão utópica da *comunidade* como forma positiva de organização social é caracterizada pela “aliança cordial”, pelos laços de reciprocidade e pela “participação direta de um ser na vida dos outros pela inclinação de partilhar suas alegrias e sofrimentos” (TÖNNIES, 1973 [1887], pp. 102-103). Conforme depois tipificado por Weber (1999, p. 26), a comunidade se fundamenta nas ações subjetiva, afetiva ou tradicionalmente orientadas para “o entendimento de pertencer ao mesmo grupo” e contraposta à noção de luta. Estas características positivas da *comunidade* realçam o caráter de *instituição total* na medida em que a política de colonização buscou, por medidas racionais e planejadas, estabelecer relações orgânicas de laço comunitário ao projetar a vida associativa dos parceiros. É importante ressaltar, como apontado no Capítulo 1, que a colonização sistemática estabelecida por Wakefield (1946) tem como um de seus objetivos recriar a vida civilizada da metrópole nas colônias e ex-colônias sem os efeitos negativos dos conflitos sociais. A colonização pretende criar a *comunidade* ao impedir a formação da característica típica da *sociedade*, marcada pela “hostilidade em potência ou [...] guerra permanente” (TÖNNIES, 1973, p. 114) ou “luta” (WEBER, 1999, p. 26).

O conjunto de preocupações de Ribeiro na definição da colonização o fez associar esta forma de intervenção da área rural a uma comunidade, centrada no trabalho familiar, no associativismo, na seleção criteriosa, na assistência e na tutela. Um elemento não trabalhado sobre o termo *comunidade*, mas que merece reflexão, é o impacto, nos anos 1940 e 1950, dos chamados “estudos de comunidade”, que abarcavam não só um objeto delimitado de análise científica, mas também um método de investigação e intervenção sobre determinados grupos sociais e suas relações específicas dentro de uma área. Conforme Arensberg e Kimball (1973),

⁸⁷ Em sua análise, Goffman (1974) sinaliza para a multiplicidade de práticas, rituais institucionalizados e regras de conduta que diferenciam a condição de *internado* e de equipe dirigente. O autor indica os julgamentos oficiais estabelecidos, as formas de coerção presentes nas interações e na delimitação das roupas e horários, exigências para ações cotidianas, desvalorização e tutela do internado, entre outros elementos que criam uma interação hierarquizada, uma espécie de “relação social imposta” que viola a autonomia do indivíduo internado na instituição total e informa o modelo de percepção e atuação da equipe (GOFFMAN, 1974, p. 34). A transformação do indivíduo dentro da instituição total é marcada pelas progressivas mudanças nas crenças que ele tem a respeito de si mesmo e dos outros que lhe são significativos.

o estudo de comunidade é um método voltado para as interconexões entre natureza, comportamento e atitudes coletivas que integram a vida de uma comunidade em particular, utilizando a observação como forma de apreender o comportamento e as atitudes que compõem simultaneamente um *todo* e uma amostra da sociedade mais ampla que se analisa. Pode-se ver a ressonância desses estudos no modo como Ribeiro apreende a comunidade como elemento orgânico que articula diferentes indivíduos e grupos sociais e que deve sofrer intervenções planejadas a fim de manter sua harmonia. Nesta perspectiva, a comunidade é uma estruturação social positiva que deve ser protegida das tendências desestruturadoras da modernidade. Não à toa, como será visto no Capítulo 3 sobre a discussão do Estatuto da Terra, são centrais para Ribeiro a noção de planejamento democrático voltado para garantir a liberdade e a de desenvolvimento de Mannheim (1972), bem como a influência de determinados setores da Igreja Católica.

Retomando suas “Anotações ligeiras...”⁸⁸, Ribeiro lista um conjunto de serviços e instituições que devem estar presentes nos projetos de colonização, tais como igreja, mercearias, cooperativas, unidades sanitárias, escolas primárias e associações “benéficas” ao funcionamento dos projetos. O autor também calculou a quantidade de galinhas e vacas que cada colono deveria receber, bem como as áreas em hectares destinadas aos pastos e à produção de maçã, mandioca, arroz, milho e feijão e demais culturas condizentes com as condições climáticas e topográficas. Como apontou de forma detalhada Arezzo (1982, p. 49-52), a realização da colonização previa o Planejamento Operacional, entendido como “previsão detalhada e sistematizada de atividades e providências a serem executadas”, envolvendo a organização territorial, a organização social e a organização econômica da vida coletiva nos projetos de colonização⁸⁹.

Este caráter totalizante e totalitário do planejamento da colonização indica formas mais sutis de violência sobre os camponeses. Também indica uma tradição de enquadramento da população pobre das áreas rurais e métodos de intervenção que pressupõem a sua transformação, pois, como apontado ao longo deste trabalho, a política de colonização faz parte de um mecanismo mais amplo de controle das populações insubmissas e dos territórios a serem conquistados. A título de estabelecer os primeiros indícios, serão citadas algumas experiências e visões que foram depois sintetizadas pela atuação do Estado nos primeiros anos do governo militar: a Fundação Brasil Central (FBC), a formação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic)⁹⁰, a Cruzada São Sebastião, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a análise feita por Galjart (1968), entre 1963 e 1965, sobre o Núcleo de Santa Cruz e a publicação do Ipes (1964) sobre reforma agrária. A primeira e a última tiveram a participação de Paulo de Assis Ribeiro, ao passo que as demais apresentam algumas das orientações básicas da política de colonização da ditadura militar.

⁸⁸ “Anotações ligeiras sobre um trabalho de política de colonização e recolonização para o Estado de Goiás”. AN/PAR, Caixa 27, Pasta 1. Idago. Documentos diversos. 1962-1964.

⁸⁹ Este apreço à técnica e à planificação máxima do cotidiano e das formas de interação social serão retomados no Capítulo 6 a partir de documentos do Ibra e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Arezzo (1982) se refere principalmente aos anos 1970 e 1980, porém é possível observar continuidades na percepção de colonização.

⁹⁰ Criado pela Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, o Inic esteve vinculado ao Ministério da Agricultura, absorvendo os funcionários da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Conselho de Imigração e Colonização. A formação deste Instituto se baseou na crença do “caráter agrícola da economia nacional”, de modo que a política de colonização e imigração deveria direcionar os migrantes para a agricultura. Ver ABREU, Alzira Alves de. Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic). In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-imigracao-e-colonizacao-inic>. Acessado em: 28/02/2020.

Em texto de 1947, voltado para a Comissão de Técnicos encarregada do estudo da localização da nova capital, Ribeiro indica a necessidade de estabelecer, de forma racional, a capacidade de previsão do crescimento orientado, sendo a incapacidade desta previsão um dos principais problemas na atuação pública⁹¹. Estimular, calcular e fixar dados disponíveis e previsíveis sobre a população, o desenvolvimento, as condições de existência e os serviços, como transporte, habitação, abastecimento, água e esgoto são fundamentais, relacionando ainda a evasão da população rural e a concentração urbana como problemas de povoamento que precisam levar em consideração o regime de propriedade, o baixo nível de vida e remuneração nas áreas rurais e a desvalorização do rural. Já neste momento Ribeiro falava na importância da “justa reforma agrária, [e] a recolonização com base no direito à propriedade” (p. 155).

Junto de outros documentos da FBC está uma entrevista do então Ministro João Alberto Lins de Barros⁹², concedida ao *Jornal do Brasil* em 21 de janeiro de 1945, a respeito da atuação da Fundação e da colonização da Serra do Roncador, localizada no estado do Mato Grosso, entre os rios das Mortes, Araguaia, Xingu e Kuluene⁹³. Perguntado sobre qual era o objetivo da Fundação, se “desbravar, explorar, catequizar ou colonizar?” (p. 141), João Alberto responde: “Desbravar, primeiramente, os territórios desconhecidos e, em seguida, promover a colonização da região” (p. 141). Afirma, ainda, entender o povoamento como “formação de núcleos coloniais em condições econômicas compatíveis com a civilização moderna” (pp. 141-142). Trata-se de “integrar aquelas populações brasileiras [do interior] na civilização para que elas se aproveitem das conquistas modernas incorporadas à nossa existência” (p. 142), tarefa possibilitada pela colonização planejada, capaz de assegurar ao colono a assistência capaz de lhe fixar no território. O ministro estabeleceu, ainda, uma divisão social da colonização ao afirmar que o melhor colono para desbravar as terras pouco ou não conhecidas é o nacional, mas quando o núcleo se desenvolve

deve-se recorrer ao imigrante de fora. Este, com seus processos de produção mais adiantados, aprendidos de antepassados que viveram por décadas e décadas no mesmo ofício, vem ensinar aos nacionais os melhores métodos de trabalho e os meios mais adequados de se tirar do solo um rendimento mais remunerador (p. 142)⁹⁴.

Em análise sobre o repertório cultural e o conjunto de práticas administrativas e burocráticas que compuseram a FBC, Maia (2012) sinaliza para um conjunto de linguagens que definiam a ação da fundação e do Estado como criadores e atribuidores de significado a uma porção indefinida do território. O Brasil Central seria configurado na medida em que se avançava a marcha “civilizatória” sobre espaços considerados como amorfos, porém vastos e repletos de riquezas que aguardam exploração racional, e populações percebidas como

⁹¹ “Notas à margem da transferência da capital da União”, escrito por Paulo de Assis Ribeiro com a colaboração de Vera Lucia de Assis Ribeiro. AN/PAR, Caixa 3, Pasta 6, pp. 30-180. Notas à margem da transferência da capital e planejamento do país. 1947.

⁹² Militar e político brasileiro que participou da Revolta Paulista de 1924 e da Coluna Prestes, interventor federal de São Paulo e Ministro das Relações Exteriores. Foi presidente da FBC e participou da Expedição Roncador-Xingu e do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia. Ver MAYER, Jorge Miguel. João Alberto Lins de Barros. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>. Acessado em: 28/02/2020.

⁹³ “Desbravando o planalto central além da Serra do Roncador. Entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* pelo Ministro João Alberto Lins de Barros”. FBC. Publicação nº 3. S.d. AN/PAR, Caixa 16, Pasta 2, pp. 119-161. FBC – Publicações. 1945 e 1951.

⁹⁴ O caráter civilizador também se apresenta nas fotos que compõem a entrevista: casas de alvenaria, fábricas de tijolos e olarias, hospitais, leitos odontológicos, imagens da cruz de fundação da cidade de Aragarças, tratores e aviões que buscam contrastar a imagem do sertão com os avanços que chegam pela ação de colonização.

“atrasadas” e nômades. Apesar de não ser o foco da análise do autor, é possível observar que entre os mecanismos de ampliação da malha burocrática do Estado e de expansão das racionalidades administrativa e econômica e as formas de aproveitamento racional e planejado dos recursos naturais e humanos dessas regiões, pode-se encontrar a política de colonização, entendida pelos atores estatais como política de fixação e organização de famílias em territórios a serem integrados do ponto de vista administrativo, político, cultural e econômico.

Na atuação da FBC e seus agentes sociais percebe-se uma compreensão do espaço interno da nação como elemento de uso estratégico a ser integrado por um Estado centralizador que administra e dá significado coletivo, nacionalizando porções espaciais e populações afastadas de seu controle. É significativo sinalizar que Maia (2012) identifica a FBC dentro de uma tradição política e intelectual que se articula às concepções do poder tutelar presente nas políticas indigenista (SOUZA LIMA, 1995) e de imigração (RAMOS, 2006) e nas concepções do tenentismo e atuação da Marcha para Oeste dos anos 1940 e 1950.

Em outro documento é possível perceber que algumas das questões abordadas anteriormente são apresentadas em balanço da política de colonização no Rio de Janeiro, apresentado pelos engenheiros agrônomos Fernando A. Genschow e Alarido J. da Cunha Jr. no IV Congresso Nacional de Municípios de 1957⁹⁵. Para os autores, a planificação técnica e a racionalização da ocupação e produção resolveriam a baixa produtividade e capacidade aquisitiva da população rural, inserindo a colonização como instrumento de distribuição de riqueza e resolução da fome. A colonização, agora a cargo do Inic, teria o objetivo de tornar o colono autossuficiente, constituindo um grupo social organizado e com sentimento de pertencimento, além de trazer retorno econômico ao Estado. A mudança institucional do problema da colonização ressalta os novos encaminhamentos para a questão: assistência; orientação e promoção da seleção; entrada, distribuição e fixação de trabalhadores em novas terras traçadas e executadas pelo programa nacional de colonização, possibilitando o maior acesso à pequena propriedade agrícola (MEDEIROS, 2018).

A preocupação com a “fixação definitiva” do homem ao solo levou os técnicos a apontarem a necessidade de “propiciar os meios” desta fixação, tornando-o “economicamente uma força social, produtiva e, antes de mais nada, dignamente humana” (p. 18). A formação de uma política de colonização racional é defendida pelos autores, que citam e se baseiam no livro *England and America* de Wakefield, para quem são necessário, segundo os técnicos Genschow e Cunha Jr., “primeiro – terras devolutas, isto é, terreno que ainda não pertença a indivíduo algum, porém que possa vir a pertencer por intervenção do governo; segundo – a emigração de gente e sua remoção para estabelecer-se em lugares novos” (p. 17). Os autores estabelecem, ainda, dois critérios para a colonização: “Existência da pequena e legítima propriedade, e assistência sistemática ao colono até que este atinja sua autossuficiência como decorrência de um programa tecnicamente elaborado” (p. 21).

Analisando os núcleos de Macaé e Santa Alice, criados em 1951 e 1955, respectivamente, no estado do Rio de Janeiro, Genschow e Cunha Jr. os avaliam como deficitários e marcados pela valorização das terras, ausência de demarcação e presença de “pseudocolonos” que ocupam as terras com chácaras de turismo. A valorização fundiária é identificada como o principal problema e entrave à colonização, apontando a atuação de empresas privadas de colonização na aquisição de terras do Estado saneadas e de baixo custo e na posterior venda de lotes a preços elevados. Tanto estes engenheiros agrônomos quanto os geógrafos Geiger e Mesquita (1956) identificaram que a colonização se tornou fundamento da

⁹⁵ “Conceito de Colonização”. Trabalho de Fernando A. Genschow e Alarico J. da Cunha Jr. AN/PAR, Caixa 8, Pasta 3, pp. 14-34. Documentos sobre o IV Congresso Nacional de Municípios, 1957.

especulação de terras e acesso ao crédito financeiro às empresas, ao passo em que a situação do colono se aproximou da situação do parceiro⁹⁶.

Criados em 1952, o Inic e a Carteira de Colonização do Banco do Brasil iniciaram suas atividades em 1954 e coordenaram a política de imigração e de colonização até 1962, quando é criada a Superintendência de Política Agrária (Supra). O Inic se constituiu com a finalidade de encaminhar os trabalhadores nacionais de uma região a outra, executar o programa nacional de colonização do território nacional e orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação dos imigrantes. A fim de oferecer melhores condições de vida ao trabalhador rural brasileiro estabeleceram-se como medidas necessárias o acesso à terra pela população mais pobre e a melhoria do padrão da pequena propriedade e exploração rural. Um planejamento racional deveria estabelecer o padrão de ocupação dos “espaços vazios” e promover a aquisição de terra pelos trabalhadores rurais, forma de fixar o homem à terra, desenvolvendo o apego e o estímulo para produzir mais (SANTOS, 2017).

A política de imigração e colonização do Inic se viabilizou por meio dos recursos da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, mantida pelos fundos do Tesouro Nacional, pelos recursos mobilizados na Caixa do Banco do Brasil e pela venda de títulos especiais. A Carteira possibilitou a aplicação de capitais nacionais e estrangeiros, públicos e privados nos projetos de orientação do povoamento, de melhoria das condições de vida do trabalhador rural, de desenvolvimento da agricultura, de melhoria do abastecimento e de aperfeiçoamento e expansão da indústria nacional, medidas que tinham como requisito a “alta dose de imigrantes estrangeiros”, segundo a Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas (SANTOS, 2017, p. 139).

Outra experiência que aponta a importância do mecanismo de colonização foi a Cruzada São Sebastião, projeto criado em 1955 pelo bispo Dom Helder Câmara cujo objetivo era atender o homem rural e urbanizar as favelas do Rio de Janeiro⁹⁷. O caso-piloto foi a transformação da Favela da Praia do Pinto em Bairro São Sebastião⁹⁸. Sobre a atenção ao homem rural, Helder Câmara apontou para: “criação, nas unidades federadas mais atingidas pelo êxodo rural, de núcleos coloniais que atuem como centros de atração e fixação dos migrantes nacionais”; “criação, ao longo de vias naturais de acesso, como o Rio S. Francisco e a Estrada Rio-Bahia, de núcleos que procurem conter os migrantes nacionais que tenham escapado dos centros de atração e fixação”; “criação, na barreira do Distrito Federal [Rio de Janeiro], de hospedaria de imigrantes que, além de assegurarem assistência espiritual e social aos migrantes nacionais, tentem, uma última vez, encaminhá-los para a Baixada Fluminense ou para a zona rural do próprio Distrito”⁹⁹.

Todo o projeto é baseado em uma disputa pelas noções de desenvolvimento, reforma agrária e organização das classes populares. Segundo Câmara:

O debate não é apenas, nem sobretudo, entre Oriente e Ocidente, mas entre mundo superdesenvolvido e a massa subdesenvolvida deixada à margem da vida.

⁹⁶ A valorização fundiária e a força da especulação na Baixada Fluminense serão trabalhadas no Capítulo 4, dado que este é um elemento central para a compreensão dos conflitos e da configuração da questão agrária nessa região.

⁹⁷ “Esclarecimentos prestados por D. Helder Câmara à Exma. Câmara dos Deputados a propósito do Projeto 749/A”. AN/PAR, Caixa 13, Pasta 8, pp. 63-70. [Nome e data ilegíveis].

⁹⁸ O projeto parece não ter tido continuidade. Localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas, no município do Rio de Janeiro, a área sofreu forte especulação imobiliária nos governos imediatamente posteriores ao golpe, de Carlos Lacerda e Negrão de Lima, e a favela foi removida em 1969. Hoje esta região é considerada uma área nobre da cidade. Sobre a relação entre as remoções e o regime militar, ver Pestana (2014). Sobre a favela da Praia do Pinto, ver o verbete no *Dicionário de Favelas Marielle Franco* organizado pela Fiocruz, disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Praia_do_Pinto>. Acessado em 06/03/2022.

⁹⁹ “Esclarecimentos prestados por D. Helder Câmara à Exma. Câmara dos Deputados a propósito do Projeto 749/A”. AN/PAR, Caixa 13, Pasta 8, p. 65. [Nome e data ilegíveis].

A grande habilidade do comunismo vem sendo levantar a massa subdesenvolvida, que será invencível e assegurará a vitória ao lado para onde pender: bandeira anticolonialista, embora, a seu modo, escravize, a pretexto de implantar suas famosas Repúblicas populares; bandeira da reforma agrária, que surge como esperança para a massa esmagada dos trabalhadores rurais; bandeira do ódio de classes para os trabalhadores industriais, invencíveis quando arrastarem, nas grandes cidades, a massa do subproletariado que se aglomera nas Favelas (p. 64).

Helder Câmara buscou fazer da favela um problema a ser entendido pela classe dirigente, apontando seu potencial explosivo, lugar de “perigo permanente de fermentação social” (p. 65), de doenças, de miséria material e de degradação. O bispo salientou a necessidade de manter o favelado no local onde se assentou, apontando que seria injusto deslocá-lo das áreas mais valorizadas, pois trabalha no entorno. A questão se centra em como resolver, de forma simultânea, o problema das classes com potencial insubmisso no campo e na cidade:

Fique de antemão bem claro que quando se fala em situação aviltante das Favelas se subentende a situação infra-humana do meio rural, onde não puderam permanecer os que acabaram favelados; e fique bem assentado que haveria de fato razão para pânico ver cuidar de Favelas nas grandes cidades sem um imediato atendimento ao homem rural, numa tentativa de atenuar o êxodo rural no que ele tem de patológico (p. 64).

As preocupações deste documento também se encontram nas “Anotações ligeiras...” de Ribeiro, no qual se lê: “existem “duas classes distintas: a do *desenvolvido* e a do *subdesenvolvido*. [...] Quando um *subdesenvolvido* percebe que, na situação reinante, será impossível atingir certas metas pela conquista de coisas almejadas (sic), será um indivíduo meio conquistado para o comunismo”¹⁰⁰. A fim de manter acesa “[a] chama da ambição” que é “a mecânica do regime capitalista”, deve ser combatida “essa política de termos ‘os ricos cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres’” (p. 10). Neste sentido, o estabelecimento dos núcleos de colonização serve como “*meio de quebra de tensão social*” (p. 9; grifos no original), pois permite o acesso à terra de pessoas pobres sem a necessidade de retirá-las das cidades.

Esta interpretação se liga à atuação da Igreja Católica nos anos 1950. Segundo Camargo (2007), a Igreja criou ações para recuperar sua presença nas áreas rurais, afirmando que, com ou sem a sua presença, a reforma social se realizaria, de modo que era preciso se antecipar. Em discurso pronunciado em Campanha, Minas Gerais, o Dom Frei Inocêncio Engelke afirmou:

E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência não vão ter necessidade de inventar coisa alguma. *Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais*. Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. *Antecipai-vos à Revolução*. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja (ENGELKE, 1950, pp. 4-5 *apud* CAMARGO, 2007, p. 175; grifos no original).

A proposta da Igreja era a formação de líderes rurais locais, capazes de defender suas comunidades contra as influências externas de agitadores. Essas lideranças seriam capazes de conquistar os elementos fundamentais de uma reforma social agrária, fundamentada na recuperação humana e cristã e na “*desproletarização do operário dos campos*” (ENGELKE,

¹⁰⁰ “Anotações ligeiras sobre um trabalho de política de colonização e recolonização para o Estado de Goiás”. Manuscrito de Paulo de Assis Ribeiro. S.d. AN/PAR, Caixa 27, Pasta 1, p. 10 [grifos no original]. Idago. Diversos Documentos. 1962-1964.

1950 *apud* CAMARGO, 2007, p. 176; grifos no original): ensino técnico, assistência médica, proteção contra acidentes de trabalho e contra a velhice e invalidez, crédito rural, acesso à propriedade da terra para o cultivo.

Esta percepção também foi fundamental no “Encontro dos Bispos do Nordeste”¹⁰¹, realizado entre os dias 21 e 26 de maio de 1956 em Campina Grande pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade criada, entre outros, por Dom Helder Câmara. Neste encontro se apontou a relevância e a necessidade de programas de reforma agrária no Nordeste e de colonização dos vales úmidos do Maranhão, apontando o fundamento social da distribuição de terras. No encontro, os bispos relacionaram a colonização e a reforma agrária como formas de resolver tensões, de evitar a migração para o Sul e o crescimento das favelas no Rio de Janeiro, entendidas como locais de agitação social e exploração comunista. Como apontou Camargo (2007), o governo de Kubitschek e a atuação inicial da Sudene desenvolveram as primeiras ações de colonização com base, em parte, nos locais estabelecidos pelos bispos como de intervenção necessária.

O período aponta para diferentes percepções sobre o esgotamento da política de colonização e a necessidade de realização de reformas estruturais, dado o nível inédito de organização e presença pública do campesinato. Ao nível da administração pública este elemento também foi percebido, sendo salientada a dimensão do planejamento racional. Para o GTDN (1959), em texto produzido por Celso Furtado (2013)¹⁰², o “problema fundamental do Nordeste” é compreendido a partir da “oferta inadequada de alimentos”, elemento que impossibilita a constituição do desenvolvimento e da industrialização da região (GTDN, 1959, p. 78). A solução para a oferta de alimentos reside na “utilização mais racional dos recursos de terras e águas”, em especial na sub-região litorânea e na “abertura de uma frente agrícola suplementar” em direção ao Maranhão (GTDN, 1959, p. 78). Dado que a migração em direção às faixas úmidas do Maranhão já se realizava de forma “espontânea”, provocada pelo agravamento das condições de vida na sub-região semiárida, especialmente nos anos de seca, o GTDN apontou a necessidade de abrir a fronteira de forma racional e articulada à modificação do sistema econômico, vinculando a produção dessa região aos mercados locais mais acessíveis.

De acordo com o estudo do GTDN, esta etapa é fundamental, pois a organização dos canais de escoamento da produção possibilitaria assegurar os mercados. Segundo o relatório, “[a] colonização assume, portanto, o caráter de incorporação de mão-de-obra e de terras num sistema mais amplo, incorporação essa que pressupõe vinculação a mercados consumidores” (GTDN, 1959, pp. 79-80). A colonização é aqui apresentada como solução possível para incorporar a mão-de-obra excedente, ampliar a ocupação das terras mais favoráveis à produção e produzir alimentos para consumo interno, o que viria a constituir maiores vínculos entre a produção e o mercado, superando a condição de subsistência dessa produção de alimentos e gerando as condições necessárias para o desenvolvimento e a industrialização (GTDN, 1959, p. 84). Segundo o estudo: “Com a expansão territorial, na direção das terras úmidas maranhenses, diminuirá o desequilíbrio entre os fatores mão-de-obra e terra, que hoje

¹⁰¹ “Encontro dos Bispos do Nordeste”, redigido pela CNBB sobre o evento realizado nos dias 21 a 26 de maio de 1956 em Campina Grande. AN/PAR, Caixa 13, Pasta 8, pp. 19-62. [Nome e data ilegíveis].

¹⁰² O texto de Furtado (2013) é a palestra proferida no Instituto Superior de Estudos Brasileiros algumas semanas depois do lançamento do estudo do GTDN. O documento do GTDN pode ser acessado na biblioteca virtual do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Na descrição deste documento consta que, após o exílio, Celso Furtado “esclareceu: ‘o texto fora concebido e escrito por mim, mas evitei encaminhá-lo ao presidente da República com texto oficial introdutório assinado por mim. Essa tática foi providencial para sua sobrevivência quando caíram sobre nós os dias sombrios da ditadura militar, que me cassou os direitos e tornou ‘suspeito’ tudo o que contivesse o meu nome. Com efeito, ele pôde continuar a ser utilizado e citado, atribuindo-se a autoria ao GTDN. Desligado do nome do seu autor, pôde exercer a sua função de desvelador da realidade nordestina”’. Disponível em: < <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>>. Acessado em 06/03/2022.

caracteriza a economia nordestina”, de modo que a “incorporação à economia regional das terras ainda não ocupadas, ou semi-ocupadas, do *hinterland* maranhense e goiano, e pelo uso mais intensivo dos vales úmidos da região” (GTDN, 1959, p. 93). Essa incorporação se realiza mediante o plano de colonização, tornando o Nordeste mais resistente às secas e capaz de elevar a produção de alimentos ao nível necessário para a constituição de mercados locais e que se relacionem de forma mais harmônica aos incentivos de industrialização e crescimento urbano.

A citação destes documentos pretende apontar um conjunto de reflexões e imaginários que permearam as formas de realização da política de colonização no período estudado. O controle das populações urbanas e rurais por intermédio do deslocamento forçado, buscando deste modo alcançar níveis mais harmônicos de desenvolvimento e integração econômica e social se encontra no centro da política de colonização e ressoam a discussão da *colonização sistemática*. O próprio conceito também foi apontado por José Arthur Rios (1959), sociólogo vinculado ao Ipes e atuante nas discussões do Gret, a serem discutidos no Capítulo 3. Ecoando e atualizando as análises de Wakefield, Rios estabeleceu quatro requisitos necessários para a consolidação da “colonização sistemática”: “(1) abundância de terras férteis; (2) proximidade do mercado; (3) facilidade de acesso à propriedade da terra; (4) assistência técnica e educacional” (RIOS, 1959, p. 43).

A colonização efetiva, contudo, só seria possível com a transformação da estrutura agrária brasileira. Para Rios (1959), reforma agrária, colonização e industrialização devem ser realizadas de forma integrada, de modo a evitar a transformação da terra em “investimento especulativo que subtrai ao uso comum grandes extensões de terra de indiscutível e necessária vocação agrícola” (RIOS, 1959, p. 42). O latifúndio não só concentra a estrutura agrária como bloqueia a ascensão social e retarda a industrialização, mas também destrói as reservas naturais, consome o solo e “[f]avorece, no homem, uma atitude predatória que se generaliza a outros setores da atividade econômica e até política” (RIOS, 1959, p. 43). No cerne da política de reforma agrária e colonização se buscava, efetivamente, alterar a mentalidade latifundiária¹⁰³, na qual está

a possibilidade de enriquecimento rápido a pequenos investidores. [As empresas privadas de colonização] Jogam com o secreto desejo que alimentam muitos pequenos burgueses urbanos de transformar-se em latifundiários. No fundo da alma de muitos brasileiros há essa esperança e essa miragem porque a propriedade da terra, no sistema cultural em que foi criado, é o *nec plus ultra* da ascensão social, o fruto proibido e as delícias do Eden capitalista (RIOS, 1959, p. 44).

Visto esse padrão crescente de “proliferação capitalista” nos loteamentos agrícolas de colonização, voltados para “retirar no tempo mínimo o máximo de lucro” da terra e impedir seu acesso “à massa dos agricultores”, o autor aponta como caminho a realização da reforma agrária como medida capaz de possibilitar e promover a imigração e a colonização necessárias (RIOS, 1959, p. 45). Estas vinculações estarão presentes no Estatuto da Terra e as tensões entre reforma agrária e colonização continuaram ao longo do regime militar pela reiterada opção pelo colonizar.

A preocupação em reforçar a política de colonização com racionalidade e instrumentos burocráticos deve ser entendida também no novo momento histórico que se configurava. Segundo Santos (1993), a política de colonização do período democrático vivido nos anos 1945 e 1964 foi uma resposta do Estado às lutas sociais do campo. Importante apontar que diversas experiências de intervenção sobre a questão fundiária estavam surgindo em todo o Brasil. Frente

¹⁰³ A percepção de uma mentalidade latifundiária foi identificada por distintos atores sociais e autores, sendo ainda uma questão de debate e reflexão (GARCÍA, 1973; MARTINS, 2003). Essa discussão será retomada mais à frente.

às pressões por reforma agrária, entre 1959 e 1964, diferentes governos estaduais buscaram soluções de colonização em um momento de acirramento de conflitos e debates sobre a reforma agrária, podendo-se citar o Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas no Rio de Janeiro, também conhecido como Plano de Ação Agrária, a ser analisado no Capítulo 4, o Plano de Revisão Agrária do governo paulista de Carvalho Pinto, a Companhia de Revenda e Colonização do governo pernambucano de Cid Sampaio e o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária do governo Leonel Brizola (MEDEIROS, 2018).

Sem ter a pretensão de aprofundar a análise sobre essas propostas de intervenção, alguns comentários com base na bibliografia são elucidativos para indicar padrões de ação que se baseiam na política de colonização. Segundo Tolentino (2011), a proposta de colonização e regulamentação do uso da terra pelo governo Carvalho Pinto foi elaborada em 1960 e se tornou lei em 1961. O Plano de Revisão Agrária assumiu como principal mecanismo de intervenção a tributação fundiária¹⁰⁴, prevendo valores maiores para terras incultas e isenção para pequenos proprietários que habitassem e produzissem a terra. A principal intenção do Plano, segundo esta autora, era transformar o homem rural pobre sem acesso à propriedade em um pequeno produtor familiar tecnologicamente capacitado e integrado aos mercados locais e industriais através de assistências técnicas, criação de escolas normais e técnicas, instalação de postos de saúde e elaboração de planos de habitação. Essas formas de ação, centradas na racionalização e modernização da atividade produtiva, foram nomeadas de “núcleos de colonização”.

Criada em 1959, a Companhia de Revenda e Colonização previu a implantação de 43 núcleos de colonização nas áreas fisiográficas Mata, Agreste e Sertão do estado de Pernambuco, e seus objetivos eram, segundo Betfuer (2019, p. 93), produzir alimentos para os centros urbanos, construir pequenas indústrias de processamento de produtos agrícolas, promover treinamento de técnicos e artesãos, construir padrões de empresas rurais modelo e formar uma “elite rural média”, segundo este autor. O primeiro núcleo de colonização foi implementado em Vitória de Santo Antão após a desapropriação dos engenhos Galileia e Terra-Negra-Barra, região que foi foco da luta e organização das Ligas camponesas em 1955, com lotes de 10 ha, e, segundo o autor, havia um estreito laço com os valores e objetivos da Aliança para o Progresso¹⁰⁵.

Segundo Alves (2010), o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária foi criado em 1961 e seu programa de ação se baseou na democratização da propriedade, voltando-se para a difusão das pequenas e médias propriedades, organizações cooperativas, planos de produção e normas que evitassem e corrigissem os aspectos negativos do minifúndio. Em grande medida nomeados como “planos de colonização”, as ações do Instituto agiram sobre terras públicas, oferecidas ou doadas e as adquiridas ou desapropriadas, tendo realizado ainda campanhas para a venda de terras privadas. Com baixo número de beneficiados pelos planos de colonização, o governo de Brizola buscou legitimar as terras ocupadas por pequenos agricultores, na grande maioria dos casos residindo e produzindo em terras devolutas há vários anos.

De forma breve, é possível sinalizar que estas propostas de intervenção na estrutura fundiária buscavam responder às correlações de força locais e às demandas por distribuição de terras, disputando os sentidos de colonização e reforma agrária em um período de intenso debate

¹⁰⁴ Alguns técnicos que participaram da elaboração do Plano de Revisão Agrária, como José Gomes da Silva, foram convidados e integraram as discussões de elaboração do Estatuto da Terra e atuaram posteriormente no Ibra. A análise sobre essa atuação será feita no Capítulo 3, onde também será discutido o peso dado à tributação como um mecanismo de intervenção.

¹⁰⁵ Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina assinado por 23 países em 1961, incluindo o Brasil. Medidas de reforma, entre elas a reforma agrária, eram estimuladas como necessárias para o desenvolvimento econômico, havendo apoio financeiro do governo dos EUA para a realização de tais mudanças (ESCOBAR, 2007; NATIVIDADE, 2018). A Aliança para o Progresso será trabalhada no Capítulo 3, devido à sua importância na definição das prioridades e formas de intervenção no campo.

sobre essas ações e de mobilizações coletivas que pressionavam na direção de reformas estruturais. As ações desses governos estaduais significaram “fundamentalmente a proposta de uso de terras devolutas e o desejo de intervenções pontuais” (MEDEIROS, 2018, p. 67), estabelecendo um limite à ação e às demandas das organizações envolvidas com as lutas no campo, indicando um padrão de resposta e intervenção estatal que se aproxima da lógica da colonização¹⁰⁶. Além disso, deve-se atentar para a preocupação em formar uma camada média de proprietários rurais integrados aos mercados locais e com capacidade de gerenciar sua propriedade e produção familiares de forma planejada e racional, entendendo por estes adjetivos não só a habilidade de auferir lucros como a identificação com os valores da modernização.

A pesquisa de Galjart¹⁰⁷ (1968) no núcleo de Santa Cruz, Rio de Janeiro, apresenta uma percepção dissonante àquelas que se tornarão oficiais, anteriormente citadas, ainda que veja nesta experiência um exemplo de reforma agrária capaz de transformar camponeses pobres e trabalhadores rurais em pequenos proprietários aptos a ganhar rendimentos razoáveis e superar sua condição de pobreza a partir do modelo familiar de produção, da proximidade a um grande centro urbano e aos investimentos do Estado na desapropriação, drenagem e assentamento. Sua análise diverge, contudo, na avaliação do “atraso” desse campesinato, qualificativo rejeitado pelo autor.

Segundo o autor, em Santa Cruz, trinta anos após a criação do Núcleo, as práticas e concepções tradicionais de uso e posse da terra se imbricavam com as modernas, criando uma cultura especulativa que relacionava tendência à monocultura e adoção de práticas e insumos modernos para a produção de gêneros que tenham retorno financeiro rápido. Segundo Galjart (1968, p. 28): “Os colonos viam a agricultura como a produção de culturas rentáveis para o mercado, para lucrar. Para eles, a pobreza, ou a ausência de dinheiro imediato significa fracasso e leva ao abandono”¹⁰⁸.

Segundo este autor, haveria em Santa Cruz uma desqualificação e aparente falta de empenho no trabalho manual, produção associada aos preços do mercado e às culturas lucrativas, com relativa desconsideração pela produção de subsistência, ausência de reservas monetárias e pouca consideração com a terra ou a fazenda. Seu trabalho apontou, ainda, para a adoção de práticas científicas e modernas desde que elas indicassem um rápido retorno financeiro. As concepções de uma agricultura “tradicional”, que vê na fazenda um elemento de segurança familiar mais do que uma empresa comercial, que valoriza o trabalho manual mais do que o intelectual e o positivo pela concepção de mobilidade social possível pela ética do trabalho, não estão presentes de forma significativa e indicam, na verdade, o que o autor denomina de uma “Grande Tradição” de monocultura que vê na agricultura e na terra possibilidades de enriquecimento rápido. A pesquisa e análise de Galjart (1968) indicam a persistência dessa “Grande Tradição” de uso e posse da terra que remonta à colonização e seu padrão monocultor, latifundiário e de uso intensivo do trabalho. Essa concepção da agricultura

¹⁰⁶ Não foi possível realizar neste trabalho uma análise comparativa das propostas e formas efetivas de intervenção na estrutura fundiária destes governos estaduais, o que demandaria uma pesquisa mais aprofundada dos contextos locais e da configuração de disputa dos atores individuais e coletivos envolvidos. Uma pesquisa deste tipo, incluindo experiências de intervenção em outras áreas de disputa, como o próprio Idago do governo Mauro Borges, brevemente citado e trabalhado neste capítulo e no próximo, pode ser elucidativa para compreender as disputas por diferentes encaminhamentos e concepções da questão agrária no Brasil.

¹⁰⁷ Benno Galjart foi um sociólogo italiano que concluiu o doutorado na Universidade de Wageningen e foi professor de Sociologia do Desenvolvimento na Universidade de Leiden, ambas na Holanda. Além desta pesquisa aqui trabalhada, Galjart ficou mais conhecido pela sua análise de 1964 sobre as Ligas Camponesas dentro de uma chave de clientelismo, entendendo-a como uma relação fundada no poder carismático de um líder. Essa chave de interpretação, que busca entender um padrão cultural específico no Brasil, é retomada no texto aqui analisado.

¹⁰⁸ Tradução livre de: “The settlers saw farming as the production of cash crops for the market, for profit. To them poverty, or lack of ready money, meant failure and led to abandonment”.

que remonta ao sentido da colonização dos séculos XVI ao XIX se funda na ampliação das fronteiras e no uso extensivo e intensivo da terra, frequentemente tratada mais como dilapidação mineral do que cultivo, associação também apontada por Holanda (1941, p. 7).

A partir de sua análise pode-se apontar a existência de um espírito empresarial latifundiário bastante enraizado entre os colonos de Santa Cruz, revelando, como trabalho mais à frente a partir do conceito de “constelação latifundiária” de García (1973), as imbricações entre o latifúndio e a modernização. Segundo o autor,

A agricultura é considerada um negócio como outro qualquer: algo que vale a pena desde que seja lucrativo, mas não se é praticamente certo que o agricultor permaneça pobre. O pobre é aquele com maiores chances de deixar o projeto e, por consequência, também os seus descendentes¹⁰⁹ (GALJART, 1968, p. 76).

Essa atitude empresarial favorece aqueles que já têm o capital necessário para aumentar e investir na produção, aprofundando as desigualdades e reinserindo os camponeses e os colonos que “fracassam” na condição de sem-terra e de venda de trabalho. Esta tendência de maior desenvolvimento para os agricultores com melhores condições de adotar inovações e se manter de forma lucrativa na terra revela que, para a maioria dos parceiros, o projeto de colonização fez pouca diferença, mantendo baixos seus níveis de vida. Para o autor, seria pouco provável que camponeses pobres conseguissem construir do zero uma agricultura familiar moderna, eficiente e lucrativa, apesar deste ser o objetivo de um projeto de assentamento.

A “Grande Tradição” indica um *ethos* rural hostil à emergência de atitudes cooperativas, apontado por Galjart (1968, pp. 85-86) como uma síndrome patronal (*patronic syndrome*) marcada por hábitos, comportamentos e valores que pressupõem como condição necessária à melhoria de vida a ajuda de um patrão, parente, técnico ou político benevolente e que desqualifica formas de cooperação e associativismo. Nas classes baixas há crença na dependência e nos favores e nas classes altas se naturaliza o uso de fundos públicos para fins privados, indicando uma ampla cultura patrimonial que tem raízes na distribuição de terra, na proteção aos elementos hostis, na escravidão, na cooperação familiar e na crença religiosa de um poder patronal que protege, assiste e castiga.

Se sua apreensão diverge da análise oficial do Estado que vê como dicotômicos o latifúndio e a empresa, sua proposição ou sugestão de ação ecoa um estranho fatalismo que se coaduna com a perspectiva de planejamento da instituição total e da comunidade. O autor indica que, numa sociedade marcada pela síndrome patronal, faz-se necessário construir a solidariedade e os laços comunitários a partir da agência pública, indicando uma curiosa institucionalização da patronagem a ser gradualmente transferida aos colonos. Galjart (1968) também sugeriu uma forma de assentamento que deixe por cinco anos os camponeses mais pobres como “colonos a vir a ser”, trabalhando na terra de outros até se mostrarem competentes e saírem de sua condição de pobreza extrema, sugestão que reverbera a característica sistemática da colonização proposta por Wakefield. Além desta, o autor aponta ainda para os benefícios da ação tutelar:

A agência deve estar preparada, caso necessário, para funcionar como um patrão à nova comunidade quando a resolução de determinadas necessidades depender do tratamento preferencial das autoridades, portanto de uma forma de patronagem. Além disso, a agência deve estar autorizada a prevenir o retorno local à estrutura social (e de posse) tradicional. Isso não significa que a população local não deva ser consultada ao longo do curso das ações a serem

¹⁰⁹ Tradução livre de: “agriculture is regarded as a business like any other: a thing worth doing as long as it is remunerative but not if it is almost certain that one will remain poor. It is the poor who are most likely to leave the project and by implication, the sons of the poor”.

tomadas, ou que o poder de decisão não possa ser transferido gradualmente para os representantes eleitos do povo. Isto significa que o poder de intervir e de pôr fim aos desenvolvimentos indesejáveis não deve ser abandonado tão cedo (GALJART, 1968, p. 141)¹¹⁰.

A pesquisa de Galjart (1968) não reflete o papel da ditadura na instituição e imposição de formas organizativas aos trabalhadores e parceiros¹¹¹. Evidentemente não se pode exigir que em sua pesquisa de campo de 1965 o autor já percebesse transformações significativas na condução do núcleo colonial pelos militares, porém, como apontaremos nos próximos capítulos, a centralização e a precoce militarização da questão agrária no Rio de Janeiro construída na ação do Ibra indicam o peso dado às agências públicas na intervenção, controle e organização dos núcleos e parceiros a serem estimulados pelo espírito empresarial.

Alguns desses elementos também podem ser identificados na publicação do Ipes (1964), *A reforma agrária. Problemas – Bases – Soluções*. Feito sob coordenação de Paulo de Assis Ribeiro e escrito com Carlos José de Assis Ribeiro, Dênio Chagas Nogueira, José Arthur Rios e José Garrido Tôrres, esse livro apresenta alguns dos termos, reflexões e relações entre a política de colonização e reforma agrária, a constituição da classe média rural e a percepção de uma necessária intervenção do Estado nas áreas e populações rurais que compõem o enquadramento da configuração tecno-empresarial militar que se transforma em Estado durante os sucessivos governos da Ditadura. Nesta publicação, a colonização é identificada como forma privilegiada de desenvolvimento econômico no Brasil e como política a ser realizada para a formação da classe média rural a partir desse instituto.

O ponto central da análise e proposta de reforma agrária do Ipes (1964) está na articulação entre intervenções planejadas do Estado e estabelecimento da propriedade privada enquanto modo privilegiado de produção, inclusive de produção da classe média rural e da subjetividade necessária à sua formação. Segundo o Ipes (1964, p. 63), o objetivo dessa reforma está na expansão do mercado interno e do poder aquisitivo das populações rurais, realizando-se pela formação e consolidação da propriedade privada, base formativa da classe média rural, organizada no cooperativismo. A importância da propriedade privada está na sua capacidade de formar “qualidades básicas de previsão e capacidade administrativa, bem como se dissemina uma forte motivação de melhoria educacional e de progresso cultural” (IPES, 1964, p. 67), elementos característicos do que os autores qualificam como a “Reforma Agrária Democrática”. Definida por Paulo de Assis Ribeiro em texto de divulgação do jornal *O Globo* de 30/07/1963, no centro desta noção está a transformação do homem do campo atrasado em um produtor familiar de classe média dotado de mentalidade empresarial¹¹². O *modelo democrático* foi

¹¹⁰ Tradução livre de: “The agency should be prepared, if need be, to function as patron to the new community when the acquisition of certain community benefits depends on preferential treatment by the authorities, hence on some form of patronage. The agency should furthermore be authorized to prevent a local backsliding into traditional social (and tenure) structure. This does not mean that the local population should not be consulted on the course of action to take, or that decision making powers cannot be gradually transferred to representatives elected by the people. It means that the power to intervene and to put an end to undesirable developments should not be relinquished too soon”.

¹¹¹ Ao comentar sobre os tipos de laços sociais existentes dentro de Santa Cruz, o autor aponta para a existência de associações e tentativas de constituição de cooperativa que reproduziram relações patronais entre lideranças e lavradores. Essa característica é vista pelo autor em diferentes movimentos do campo marcados por uma liderança carismática que doa terras, aconselha, protege, abençoa e em muitos casos agia como o patrão, exemplificando com os casos de Antonio Conselheiro, Padre Cícero, João Maria e Pedro Batista. Frente à ausência de uma liderança carismática, o melhor seria institucionalizar a patronagem. Ficaram ausentes neste livro reflexões sobre o papel do PCB e das Associações de Lavradores.

¹¹² O termo “classe média rural” é preponderante no conjunto de documentos analisados, presente em documentos do Ipes, do Gret e da Aliança para o Progresso. Contudo, o termo não se fez presente no Estatuto da Terra. As definições de “Propriedade Familiar”, “Módulo” e “Empresa Rural”, entretanto, qualificam de forma indireta esta

apresentado explicitamente na Mensagem nº 33, texto que encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do Estatuto da Terra (BRASIL, 2007a, p. 121). As distinções entre estes modelos não serão tratadas aqui¹¹³, mas é importante apontar as características da Reforma Agrária Democrática que influenciou a estrutura burocrática militar:

- a) *Visa*, dentro do objetivo geral, forçar a iniciativa privada – garantindo o direito de propriedade – a dar condições de uso racional à terra dentro de sua função social e promover a paz social e o bem-estar dos rurícolas.
- b) *Utiliza*, como processo básico para a realização, o método de tributação progressiva e regressiva da terra e, nas áreas em que ocorrem latifúndios e minifúndios improdutivos que indiquem correção a ser dada à estrutura fundiária, promove a desapropriação por interesse social pelo preço justo e através de planos de colonização facilita e financia o acesso à terra a novos proprietários.
- c) *Transforma*, progressivamente, os trabalhadores do campo numa classe média rural de pequenos proprietários, incentivando e assistindo técnica e financeiramente a iniciativa privada das empresas rurais, para o aumento da produtividade agrícola, especialmente na forma cooperativa.
- d) *Garante a liberdade de iniciativa*, condicionando-a apenas ao jogo de incentivos e ônus fiscais, estabelecidos nos planejamentos democráticos para o desenvolvimento social e econômico do país.¹¹⁴

Opondo-se ao modelo totalitário na qual a propriedade é inviabilizada e se institui as formas de arrendamento e assalariamento, a disseminação da propriedade privada parece ser o grande elemento do modelo “democrático”, entendendo-a como condição para o desenvolvimento e para a industrialização, indicando que apenas com ela “a indústria encontraria no meio rural o poder aquisitivo, a fonte de poupança e a capacidade gerencial indispensáveis à sua expansão” (IPES, 1964, p. 67). E conclui mais à frente:

Finalmente, admitindo a hipótese proposta neste ensaio de uma reforma agrária democrática, isto é, cujo principal objetivo seja a implantação de uma classe média rural, sobretudo através da propriedade familiar, isto só poderá ser feito através de dois processos: uma tributação progressiva da terra e a desapropriação limitada de áreas prioritárias, de latifúndios e minifúndios, pela implantação de projetos de colonização (IPES, 1964, p. 100).

Trata-se, portanto, de um “plano de reforma agrária baseado na colonização”, “implantados por desapropriação e seleção dos agricultores e suas famílias e organizados em forma de cooperativa” em áreas próximas a grandes centros consumidores com a finalidade de melhorar os níveis e reduzir os custos de alimentação dos centros urbanos, criar consumidores de produtos industriais e com o “efeito político” de reduzir a radicalização encontrada nas regiões (IPES, 1964, p. 100). Conforme apontam: “Em termos humanos a criação de uma classe média rural significa ampliação da capacidade gerencial, em última análise, formação de um número maior de pessoas aptas a dirigir, a prever, a inventar, a criar” (IPES, 1964, p. 100). Essa

categoria. Quanto à “mentalidade empresarial”, é suscitada pela assistência técnica promovida pelo Estado e está definida no Estatuto da Terra, como será apresentado mais adiante.

¹¹³ De modo breve, o modelo socialista/totalitário se caracteriza pela transferência imediata das propriedades para o Estado e pelo trabalho dos lavradores nestas terras. Ribeiro caracteriza este modelo de forma negativa, ressaltando a eliminação da liberdade de iniciativa. A distinção entre modelos democrático e totalitário e a ênfase no planejamento estão relacionadas à obra de Mannheim (1972), citado por Ribeiro no “Plano de Emergência do IDAGO”. Contudo, Mannheim não classifica como sinônimos os modelos socialista e totalitário.

¹¹⁴ “Recorte do Jornal *O Globo* de 30 de Julho de 1963”. AN/PAR, Caixa 54, Pasta 1, p. 141. Artigos, Projetos, Análises de Reforma Agrária, Política Financeira, Desenvolvimento Econômico. 1963.

classe média rural cria demanda de serviços, entrada e estímulo no mercado de trabalho e de consumo, impulsionando a industrialização pelo consumo e pelo reinvestimento da poupança. Com o poder aquisitivo, oriundo da previsão e da gestão, a maior demanda de serviços e a ampliação do mercado interno, torna-se possível a criação de comunidades com laços estáveis e permanentes e a própria unidade nacional.

A garantia da propriedade privada e a realização de assistências técnicas, educacionais, sanitárias e financeiras proporcionariam, pela política de colonização e, eventualmente em algumas regiões, de reforma agrária, a união harmônica entre diferentes *funções* produtivas. Deste modo, seriam eliminadas as distinções de classe e os conflitos daí decorrentes, harmonizando o campo a partir do fundamento da propriedade privada articulada às formas mais modernas e planejadas de produção. Como expressou Rios em curso do Ipes: na unidade familiar “o proprietário é ao mesmo tempo o capitalista, o homem que investe, prevê, que pensa na poupança; é o gerente da propriedade, distribui os seus recursos de trabalho, prevê a aplicação de novas técnicas e, geralmente, executa o trabalho, juntamente com pessoas de sua família”¹¹⁵. No Quadro 1 pode-se observar a divisão do território brasileiro feito pelo Ipes conforme a taxa do índice global de prioridade para reforma agrária (IP)¹¹⁶, identificando-se a desproporção entre áreas de aplicação da colonização e da reforma agrária. No Capítulo 3 são apontadas algumas semelhanças entre essa subdivisão do território e de políticas a partir da documentação do Ibra.

¹¹⁵ “Conferência de José Arthur Rios sobre ‘Reforma Agrária’”. AN/PAR, Caixa 52, Pasta 1, p. 242. Curso de Atualidades Brasileiras. Ipes, 1963.

¹¹⁶ Esse índice é calculado levando em consideração a ocupação jurídica do solo, a presença de grandes estabelecimentos, a presença de pequenos estabelecimentos, a densidade rural, o tamanho da população e o potencial econômico da Zona fisiográfica. O índice é representado pela fórmula $Ip = \sqrt[3]{L \times M \times d \times p}$, na qual L= Latifúndio; M = Minifúndio; d = Densidade da população rural; p = População rural.

Quadro 1. Caracterização do território nacional e das políticas a serem acionadas a partir do índice global de prioridade da reforma agrária

Ip	Características da Zona	Porcentagem do território	Regiões brasileiras*	Projetos prioritários*
De 0 a 7,5	Zonas mal ocupadas, exigindo planejamento para povoamento e ocupação sistemática.	72	Amazônia, Mato Grosso, Piauí, Maranhão (Sul), Minas Gerais (Oeste), Bahia	Planejamento da ocupação com criação de colônias agrícolas.
De 7,5 a 15	Zonas satisfatoriamente ocupadas, carentes, todavia, de assistência agrícola multiforme, para aumento de produtividade e para melhoria do padrão de vida dos residentes na zona.	23	Minas Gerais (Norte), São Paulo, Piauí, Ceará. Fala também em Maranhão, Rio Grande do Sul e Bacia do Paraíba (SP, MG, RJ)	Revisão agrária e assistências técnicas.
De 15 a 25	Zonas exigindo planejamento global do aproveitamento agrário, como reloteamento e relocação subsidiárias.	5	Minas Gerais (Zona da Mata), Nordeste (Zona da Mata e Agreste), Vale do Paraíba, e Rio de Janeiro (Litoral). Fala também em entorno da cidade de São Paulo, Noroeste do Rio Grande do Sul e Sudoeste de Santa Catarina	Planos intensivos de reforma com desapropriação por interesse social.
De mais de 25	Zonas constituindo áreas problemas sob o ponto de vista agrícola, a maioria delas já sem solo agrícola, exigindo modificação profunda da estrutura e até de utilização do meio.			

Fonte: Ipes (1964, p. XII) e Esteves (2009, p. 112).

* Dados retirados de Esteves (2009, p. 112). Esse autor se baseou em publicação anterior do Ipes.

Como se verá no Capítulo 3, o enquadramento proposto pelo Ipes será adotado pelo Estado, devido às próprias vinculações entre o Ipes e a ESG e as conexões entre empresários, técnicos e militares que compõem o complexo aqui aludido. Nessa percepção, há um importante papel de intervenção, criação e direção a ser exercido pelo Estado através de uma elite técnica qualificada e capaz de estabelecer os planejamentos racionais que orientem o desenvolvimento. Também o Ipes apresenta esse elitismo, ao sinalizar que a distinção entre modelos autoritário e democrático de condução da política não está na participação popular, mas sim na participação empresarial:

Numa e noutra forma de sociedade [centralizada/autoritária ou descentralizada/democrática], uma minoria decide sobre a taxa de poupança a realizar e sobre seu reinvestimento no processo produtivo: na descentralizada esta minoria é constituída pelos empresários e os governantes, numa forma de consenso; e na centralizada, apenas pelos governantes (IPES, 1964, p. 43).

Essa tradição imprime no Estado brasileiro sua característica autocrática (FERNANDES, 2020, 2021), marcada pela busca prévia de formatação das organizações, instituições, desejos e reivindicações das camadas populares, buscando impedir e filtrar sua autonomia. Indica, ainda, como apontado no início deste capítulo, a continuidade de uma tradição autoritária e positivista.

Não é possível expandir esta análise, porém as indicações de Ribeiro e as referências teóricas em Ipes (1964) apontam para a Economia do Desenvolvimento em sua leitura neoclássica. Essa perspectiva é caracterizada pela naturalização e desejabilidade da propriedade privada, pela ação do Estado como garantidor da economia e harmonia de mercado, a percepção do indivíduo e da família como agentes racionais e maximizadores de seus interesses em busca de vantagens e lucros e a necessária industrialização da economia como elemento de desenvolvimento e superação do atraso (ESCOBAR, 2007). Conforme sinalizam Hunt e Lautzenheiser (2013), no conjunto dos pressupostos da Economia Neoclássica e nas análises do Desenvolvimento, estavam presentes um forte anticomunismo e a percepção de indivíduos racionais que interagem como em relações de troca, ignorando e, em grande medida ocultando, as relações de poder, exploração e dominação presentes.

Não deixa de ser interessante uma leitura a partir de Marx (2008), para quem a Economia Política pode ser lida como anatomia da sociedade burguesa, como sua forma de autoexplicação e autojustificação. A leitura do livro do Ipes (1964) se fundamenta na compreensão de um novo homem racional e prospectivo constituído na “base real” (MARX, 2008) da propriedade privada. Conforme observado no Capítulo 1, a partir das análises de Foucault, observa-se no discurso da Economia Política clássica, e aqui também em sua retomada neoclássica, a compreensão de um conjunto de mecanismos de intervenção no meio que seriam capazes de constituir um novo sujeito, articulados à visão que naturaliza e potencializa os efeitos produzidos pelo mercado autorregulado. Conforme já discutido, a Economia Política está profundamente preocupada com a “população” e seus modos de regulação, preocupação presente também no livro do Ipes (1964) e que serão retomadas pelo Ibra, para os quais a reforma agrária é identificada como solução a um problema de pressão demográfica (a ser discutido no próximo capítulo). Contudo, a perspectiva do Ipes oculta relações de dominação e poder próprias da estrutura do modo de produção capitalista, identificando e naturalizando todos os indivíduos como agentes racionais, ou a serem tornados racionais, que se relacionam a partir do paradigma da troca.

Alguns desses pontos serão retomados mais à frente, visto que a presença de Paulo de Assis e outros agentes do Ipes foi central nas discussões e elaboração do Estatuto da Terra (BRUNO, 1997). Conforme será discutido no Capítulo 3, o objetivo de formar a classe média rural com espírito empresarial a partir da constituição da propriedade privada da terra se repete nas políticas de colonização e de reforma agrária. Essa confusão não é gratuita, e se relaciona, ainda, com a percepção desses técnicos e empresários que viam a resolução dos problemas fundiários a partir de uma reforma e transformação pedagógica dos homens da terra (ESTEVES, 2011; NATIVIDADE, 2018; MAGALHÃES, 2020). A partir dos estudos de Escobar (2007) sobre as políticas de desenvolvimento elaboradas para o “Terceiro Mundo”, pode-se apreender perspectivas de intervenção e transformação do campesinato que estabelecem mudanças radicais desses setores, frequentemente estigmatizados e homogeneizados pelas interpretações e representações etnocêntricas e centradas no planejamento para o desenvolvimento. A reforma agrária esteve no centro dos discursos de desenvolvimento dos anos 1950 e 1960, e para tanto foram elaborados discursos e políticas de planejamento que indicavam a necessária transformação do homem do campo em classe média rural como elemento imprescindível ao progresso econômico.

No Brasil, conforme sinalizado pelo texto do Ipes (1964), a constituição da classe média rural, homogênea, não conflitiva e identificada com a propriedade privada e os métodos modernos de produção seria o fundamento necessário à modernização. A discussão do colonialismo interno e da colonialidade apresentada no início deste capítulo retoma aqui sua importância. Conforme sinalizado por Escobar (2007), há uma percepção etnocêntrica do progresso e das classes que são identificadas com ele. Os agentes do progresso, cujas características são a aptidão para dirigir, prever, inventar e criar, conforme indicado pelo Ipes

(1964, p. 100), devem se sobrepor e educar os agentes do atraso, mal ou não integrados aos mercados de terra, trabalho e bens, sem qualificação, sem pensamento racional, apegados a práticas tradicionais de uso e posse da terra, não mecanizados e não modernizados. O objetivo é alcançar o grau de desenvolvimento associado às nações modernas, como as da Europa Ocidental e Estados Unidos.

Apesar de não explícito na documentação do Ibra e nos textos do Ipes, historicamente se consolidou no Brasil uma imagem e um mito do colono associado às experiências de colonização no Sul e, ao longo dos anos 1970, a partir da identidade do “gaúcho”. Conforme sinalizado por Abreu (2015), esse seria o modelo ou o ideal de colono, que pressupõe sua descendência dos imigrantes europeus, e que se perpetua no ideal de parceleiro do regime militar: o colono “gaúcho” ou “do Sul”, civilizado, pioneiro e bem-sucedido, integrado ao mercado e às práticas modernas de produção e de uso racional e lucrativo da terra, contraposto ao migrante “nordestino” ou “nortista”, tomado como pouco afeito à ética do trabalho, como atrasado, indisciplinado e sem pensamento prospectivo. Essa contraposição, se nem sempre se fundamenta em contornos raciais explícitos, contém distinções e hierarquizações étnicas e regionais que se baseiam na qualificação das gerações de colonos desde a imigração da Europa para o Brasil, e que, não encontrando terras para dar continuidade à sua reprodução social e material reiniciam o ciclo da colonização (SEYFERTH, 2011), e do nordestino como negro ou mestiço. A contraposição racial e étnica se encontra no cotidiano administrativo, na alocação de recursos, na maior presença de empresas colonizadoras do Sul, nas discriminações cotidianas e no próprio racismo estrutural e seus discursos que ao longo do século XX silenciaram sobre a subjugação política, econômica e cultural das populações negras no Brasil (NASCIMENTO, 2016; ALMEIDA, 2020; FERNANDES, 2021).

CAPÍTULO 3. O IBRA E A CONTRAPRESTAÇÃO DE CLASSE

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre o Estado ditatorial brasileiro, salientando os mecanismos burocráticos de controle exercidos sobre os trabalhadores rurais, sobretudo os que visavam sua transformação “civilizatória”. A análise se centra no mecanismo de colonização presente na política de reforma agrária desenvolvida e aplicada na década de 1960. O diagnóstico e a forma de resolução apontados neste período se voltaram para solucionar os problemas sociais, agrários e fundiários, apontados no capítulo anterior, marcados pelo acirramento dos conflitos sociais, pelas formas de exploração e expropriação que recaíram sobre os trabalhadores do campo e pelas suas formas de organização coletiva.

Duas características essenciais são salientadas: a perspectiva técnica, firmada no planejamento e nas possibilidades de previsão e provisão da ação pública; e a perspectiva de segurança nacional, presente na noção de defesa contra ameaças internas à estabilidade política e que, pelo contexto da Guerra Fria, também se tornavam ameaças externas. As duas características compõem as perspectivas dos setores militares e civis que planejaram, realizaram e deram continuidade ao regime militar brasileiro. As características encontraram pontos em comum nos seus meios e objetivos: por intermédio da ampliação e especialização da malha burocrática se estabeleceu maior controle sobre os grupos sociais e os caminhos possíveis de alcançar o projeto de desenvolvimento nacional, centrando-se na transformação de populações rurais, consideradas atrasadas, em classe média rural dotada de espírito empresarial, elemento central presente no Estatuto da Terra. A constituição da classe média rural ao mesmo tempo em que promoveria a modernização e a resolução de conflitos no campo, faria confundir os objetivos da reforma agrária e da colonização.

3.1. Síntese de Múltiplas Determinações: “Metade cavalo/ Metade também”

Em 1978 o poeta e diplomata Francisco Alvim publicou, ainda em plena ditadura militar, seu poema “Meu filho”:

Vamos viver a era do centauro
Metade cavalo
Metade também.

A brevidade dos versos se assemelha a um conselho e uma premonição, trazendo consigo a metáfora do centauro. Em 1513, Maquiavel a utilizou para aconselhar o príncipe Lourenço de Médici em sua função de manter seu principado: é preciso ser como o centauro, metade homem e metade cavalo, utilizar-se da força, mas sem perder a face humana. Era nisso que consistia o uso das leis (MAQUIAVEL, 2010, p. 105). A imagem do centauro e a visão realista de Maquiavel influenciaram distintas análises sobre as formas de estabilizar e dar continuidade à dominação, fundamentando-se na relação entre força e consenso, influente no debate político do início do século XX, em autores como Mosca, Pareto, Mussolini e Gramsci (BIANCHI; ALIAGA, 2011).

Mais do que um conselho, o poema de Alvim é uma análise profunda das relações sociais e do que significou o período ditatorial, marcado por ampla violência em nome de um determinado programa político e econômico que a ditadura procurou levar à frente. Por mais estranho que seja, um centauro com duas metades de cavalo não é um cavalo: é força bruta movida por uma metade humana que já foi desumanizada e cujos cascos trucidam seus opositores.

É preciso se precaver das possíveis interpretações que possam vir da figura do centauro totalmente cavalo: trata-se de apreender a carga de violência presente na construção e na imposição do consenso, sem deixar de levar em consideração que tal violência e coerção são justificadas e legitimadas por alguns setores sociais. Portanto, não se trata de reduzir o Estado e o período da ditadura empresarial-militar ao exercício único e contínuo da força e da repressão. Por mais violento que tenha sido o regime militar em sua capacidade de prender, torturar, assassinar e fazer desaparecer trabalhadores, trabalhadoras, lideranças e militantes e de reduzir o conjunto de liberdades e possibilidades de organização, a segunda metade de cavalo soube se apresentar com os limites da legalidade e da ampliação da atuação pública do Estado. A ditadura construiu sobre si uma narrativa e uma memória que articulam as experiências individuais e coletivas de defesa aos valores tradicionais, de desenvolvimento e de forte atuação contra os inimigos da nação e da segurança nacional. A tensão estabelecida entre estas duas faces também se revela nas memórias a respeito do período, estabelecendo no passado e suas reinterpretações pelo presente a “história oficial” de desenvolvimento e modernização e as diversas histórias subterrâneas das violências vividas e dos projetos de futuro impossibilitados.

Esta análise da dupla face do Estado pode ser vista a partir da interpretação da obra de Maquiavel feita por Gramsci (2011). Ao mesmo tempo em que sua análise se voltou para a formação de um novo partido político revolucionário e orientação das classes trabalhadoras do campo e da cidade, o autor também analisou com profundidade seu próprio tempo, marcado pela reconfiguração das tendências de desigualdade e dominação do passado, reatualizadas pelo fascismo italiano. É neste amplo conjunto de provocações que Gramsci salientou a “dupla perspectiva” da ação política e da vida estatal presente na metáfora do centauro de Maquiavel e apreendida como elemento básico da vida humana: fera e humano, força e consenso, autoridade e hegemonia, violência e civilidade, momento individual e momento universal, agitação e propaganda, tática e estratégia (GRAMSCI, 2011, p. 33). Ao invés de uma interpretação polarizada entre estes elementos, Gramsci aponta uma relação dialética fundamental.

A análise concreta da política implica em apreender e observar as “relações de força” (GRAMSCI, 2011, p. 19) entre atores ao longo de diversos níveis de análise. Parafraseando Marx, Gramsci (2011, p. 49) diz que “os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias”. O autor sugere, assim, que é preciso olhar para as formas de conhecimento, as crenças, as ideologias e as filosofias que oferecem quadros explicativos para as relações materiais. Nesse quadro de explicações e vivências se insere com maior ou menor impacto o “equilíbrio de compromisso” que caracteriza a hegemonia política, econômica e cultural dos dominantes sobre os dominados (GRAMSCI, 2011, p. 48). Isto significa que é preciso levar em conta os interesses e as tendências dos grupos dominados no exercício da dominação, como já havia apontado Maquiavel (2010, p. 77) a respeito da relação tensa entre os “dois desejos antagônicos” do povo e dos poderosos. Dentro do equilíbrio de compromisso que caracteriza a hegemonia se combinam força e consenso de modo que “a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 2011, p. 95).

Conforme analisado por Arantes (2010), o principal alvo do golpe de 1964 foram as formas de organização política dos despossuídos e as organizações de esquerda, empenhando-se em extinguir a capacidade formativa e transformadora da política quando ampliada pelas expectativas de participação e decisão das classes populares. A análise do golpe como um evento de “contrarrevolução” permite a Arantes compreender a ação que impediu a emergência e a formulação de projetos populares de sociedade. Não se trata de apontar a iminência de uma revolução proletária e popular no Brasil dos anos 1960, o que efetivamente não parecia possível, apesar do impacto transformador no imaginário social que as formas de organização popular e a possibilidade de democratização provocaram no conjunto da sociedade. Entender o caráter

contrarrevolucionário ou contra insurgente implica em observar o significado do golpe e da ditadura pelos grupos sociais que o viabilizaram e realizaram (MELO, 2014). Esta análise também não significa observar acontecimentos meramente reativos: é preciso compreender a atuação dos grupos sociais envolvidos em nome de um projeto de desenvolvimento e de nação estabelecido no golpe militar e levado a cabo ao longo de 21 anos por diferentes atores sociais, como apontado por Ianni (1984, 2009).

A proposição de Dreifuss (1981) acerca do termo “ditadura empresarial-militar” busca salientar a atuação de uma configuração social específica que incluiu setores militares, empresariais e de classe média, evitando o termo “civil”, de modo a representar de forma menos homogênea e genérica os grupos sociais que participaram ativamente, e não reativamente, do acirramento político do período que antecede o golpe. O autor também afirmou a possibilidade de apontar a configuração da ditadura como *tecno-empresarial-militar*, realçando não só o caráter de classe do golpe, mas também o papel fundamental das concepções e dos atores que buscaram imprimir pela ação ditatorial novas concepções de público, de Estado e de política pública.

Conforme analisado por Martins (1984) e Bruno (1997), pretende-se aqui apontar a centralidade da questão agrária na realização do golpe e na continuidade da ditadura, dando maior realce aos elementos de engenharia social impulsionadores da política agrária. Apesar do peso analítico dado à questão agrária e de sua efetiva importância histórica, ela não representa a motivação principal entre os setores aqui retratados. A atenção dada por militares, técnicos, empresários e setores de classe média a essa questão esteve vinculada a percepções mais amplas sobre o processo político, o peso da participação popular nas tomadas de decisão e ao modelo de desenvolvimento econômico a ser aprofundado. A questão central do golpe está contida no pacto das classes dominantes pela defesa da propriedade privada e da capacidade do Estado de agir controlando os efeitos da mudança social, mantendo estrito controle sobre as organizações e aspirações das classes trabalhadoras, conforme apontado por Fernandes (2011, 2020). A teoria contrarrevolucionária (FERNANDES, 2010) e seus impulsionadores que assumem o Estado em 1964 se baseavam no medo histórico de sublevação das populações pobres.

A modernização conservadora e o controle do inimigo interno a partir da Segurança Nacional¹¹⁷ foram centrais para reduzir o processo de democratização e controlar a “metamorfose da massa em classe” organizada, como apontado por Ianni (1984, p. 90) e Fernandes (1982, 2010, 2020). Percebe-se, deste modo, a importância do Estado na manutenção de formas de controle e repressão sobre os trabalhadores a fim de implementar um modelo de modernização e crescimento econômicos sem redistribuição de riqueza, poder e status que garanta o desenvolvimento ainda que em posição periférica. A política de colonização é significativa neste controle, restringindo formas de democratização e implementando imaginários e mecanismos burocráticos de controle e condução da classe trabalhadora no campo. A colonização, enquanto mecanismo de intervenção na questão agrária nacional, pode ser apreendida também em seus efeitos para retardar e congelar a descolonização, como apontaram Fernandes (2015, 2020) e Quijano (2005). Apesar destes autores não trabalharem com a política de colonização, a descolonização congelada ou impedida que apontam se refere ao processo de controle das estruturas coloniais pelas elites internas após os processos de independência latino-americanos no século XIX. A descolonização congelada, deste modo, controla, pelo direcionamento do Estado, os processos de democratização e de ampliação da

¹¹⁷ Tal Doutrina será trabalhada no tópico 3.3 a partir das obras de Branco (1967) e Couto e Silva (1981). Destaca-se a percepção do papel das Forças Armadas, que entendiam a si mesmas como atores fundamentais na realização do desenvolvimento social e econômico, garantindo a estabilidade e a ordem das instituições sociais e impedindo a atuação de organizações sociais de cunho socialista ou comunista. A Doutrina da Segurança Nacional, como foi formulada no Brasil, caracterizava-se pela internalização do inimigo e da atuação total das Forças Armadas.

participação política e social de setores marginalizados da sociedade agindo, em grande medida, a partir da formatação prévia dos grupos sociais, como as formas tuteladas de sindicalismo, de cooperativismo e presente nas políticas indigenistas, de imigração e de colonização.

Segundo Grandin (2004), as décadas de 1940-1960 foram de efervescência política e participação popular em toda a América Latina, incluindo o Brasil e suas áreas rurais (MEDEIROS, 1989, 2014). A política se tornou uma experiência imediata na vida de muitos, fazendo com que o progresso parecesse uma possibilidade real a ser alcançada, ameaçando o conforto, as convenções, os costumes e os privilégios das forças conservadoras. Não à toa, um conjunto de reações, coalizões conservadoras e políticas de interferência e “auxílio” dos Estados Unidos foram constituídas, tais como a Doutrina Truman¹¹⁸ e a Aliança para o Progresso.

Conforme analisado por McMichael (2016), os programas de modernização, de agricultura intensiva e de auxílio alimentar foram expandidos a todo globo pelo governo dos EUA, fazendo dos alimentos uma arma de poder no contexto de expansão da dominação geopolítica em meio à Guerra Fria. O regime alimentar estabelecido pela ajuda internacional protagonizada pelos EUA esteve associado à doutrina do desenvolvimento e da segurança, proporcionando o crescimento da hegemonia norte-americana e reprimindo nacionalismos socialistas. Com base em Carvalho (2019a), pode-se observar que essas doutrinas encontraram terreno fértil junto às concepções de segurança nacional e de intervenção tutelar dos militares na política. A ampliação da produção agroindustrial se deu com a exportação norte-americana de trigo e com a exportação da tecnologia da revolução verde, marcada pela agricultura intensiva para os países do Terceiro Mundo. Conforme salientado por Escobar (2007), a ampliação, exportação e internalização desses programas de modernização traziam consigo discursos etnocêntricos de transformação de áreas e populações consideradas “atrasadas” e empecilhos ao desenvolvimento.

A modernização agrícola foi financiada pelos Estados nacionais, observando-se um vínculo entre Estado e proprietários de terra que favoreceu o agronegócio¹¹⁹, além de reprimir a rebeldia dos camponeses, de modo que se deve colocar no centro da análise as relações de poder constituídas na questão agrária nacional (MEDEIROS, 1983a; DELGADO, 2010). A atuação do Estado modernizante reduziu a reforma agrária, pauta fundamental nas lutas populares dos anos 1950 e 1960 e das sucessivas intervenções e golpes militares na América Latina, buscando substituir “a revolução vermelha pela verde” (MCMICHAEL, 2016, p. 57), ou seja, através da modernização produtiva.

¹¹⁸ Nome dado à política externa norte-americana implantada pelo presidente Harry Truman em 1947 e continuada durante o período da Guerra Fria. Tal doutrina foi marcada pela visão dicotômica entre as nações livres/democráticas e autoritárias/comunistas, intensificando o clima de ameaças entre os grandes blocos político-econômicos.

¹¹⁹ Este é um elemento a ser refletido e trabalhado, sendo fundamental ressaltar que o termo “agronegócio” se refere ao debate dos anos 1990 em diante (POMPEIA, 2021). O sentido exterior da colonização apontado por Prado Jr. (2011) foi modernizado por inúmeros incentivos fiscais e legalizações de práticas de grilagem, violência e exploração do trabalho, tornando-se hoje sinônimo de riqueza e desenvolvimento, ainda que desigual e reprodutor de uma posição internacional periférica. Pode-se dizer que este sentido original da colonização foi *commodificado* e hoje é o que há de mais característico do capitalismo nacional, em sua reprodução de formas não capitalistas de produção e exploração, na dilapidação da natureza e no padrão de enriquecimento por espoliação e sem redistribuição de riqueza. A formação do Estado nacional, a consolidação da propriedade privada e a constituição do território fundaram-se na internalização da colonização. Esta internalização refratou seus sentidos, multiplicando-os, conforme apontado no capítulo 1. A colonização enquanto instrumento político e dotado de uma lógica de intervenção pontual, não estrutural, com deslocamento populacional e que reconfigura os mercados de terra e trabalho valorizando a especulação e a modernização, tem servido à manutenção da estrutura de exportação de produtos primários em diferentes bases produtivas.

A modernização agrícola, elemento fundamental da política agrária do regime ditatorial, assumiu um caráter conservador que se encontra em consonância com os modos de reformulação da questão agrária e de atuação do Estado apontados nos capítulos anteriores. Segundo Delgado (2010), o padrão conservador de industrialização dominou a economia brasileira entre os anos 1930 e 1970 e se caracterizou pela importância decisiva do Estado como agente produtivo na consolidação do setor estatal, agente financeiro na centralização dos créditos e agente da articulação dos capitais privados nacionais e internacionais. O papel ativo, interventor e planejador do Estado o fizeram expressão e sustentáculo de um “pacto de poder autoritário e excludente das camadas populares” (DELGADO, 2010, p. 33) e formulador e executor de políticas públicas que privilegiaram a constituição de uma economia urbana e industrial, tomadas como instrumentos necessários para a superação da condição subdesenvolvida.

O golpe de 1964 foi decisivo para restabelecer o pacto político tradicional e solucionar a escalada dos conflitos, evidenciando o caráter de classe do golpe e da ditadura, conforme apontam distintos autores (ARANTES, 2010; MELO, 2014; FERNANDES, 2020). A repressão aos movimentos sindical e camponês, aos partidos de esquerda e aos intelectuais possibilitou a definição dos mecanismos de financiamento, a retomada da acumulação industrial excludente e dependente com participação importante das empresas multinacionais, a contenção dos salários reais, a expansão do setor produtivo estatal e dos setores de bens de consumo duráveis. Neste contexto, Delgado (2010) aponta que a modernização conservadora se caracterizou pela acentuação dos desequilíbrios regionais, com mais créditos para as regiões Sul e Sudeste; pela ação que privilegiou os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária; pelo favorecimento dos produtos agrícolas destinados à exportação, resultando no desequilíbrio da produção interna para abastecimento, afetando especialmente os pequenos produtores; pelo movimento de internalização do complexo agroindustrial, com liderança das empresas multinacionais; pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro internacional; pelo processo de expulsão de mão-de-obra do campo e crescimento das migrações regionais.

A argumentação proposta até aqui aponta a recorrência da política de colonização na resolução de conflitos por terra. O acionamento dessa política frequentemente se realiza através do deslocamento de populações e se fundamenta em um discurso de segurança nacional e afirmação da soberania, de produção para o abastecimento interno e de transformação da população rural, de atrasada para empresarial, modernizada e integrada aos mercados. O crescimento do debate acerca da reforma agrária no início dos anos 1960 foi percebido por setores militares e empresariais como uma ameaça política, dada a intensidade dos movimentos populares no período. Conforme apontam diferentes autores, a questão agrária e a pressão popular na direção de reformar a estrutura agrária e as relações de trabalho no campo estimularam a realização do golpe de Estado de 1964 e, após este, o problema agrário foi continuamente interpretado a partir das questões de “segurança nacional” e “desenvolvimento” (IANNI; 1979; CAMARGO, 2007; MARTINS, 1984; MEDEIROS, 1983a, 2014; PRADO JR., 2014).

Segundo Martins (1984) e Bruno (1997), ambos em consonância com a obra de Dreifuss (1981), os primeiros governos militares, em especial o grupo composto por Castelo Branco, tomaram como fundamental a realização de uma reforma agrária expurgada da influência “comunista”. Dar uma resolução ao problema fundiário e às lutas pela terra era, na compreensão de Castelo Branco, resolver uma parte dos conflitos sociais que tensionaram o Brasil nos anos 1960 e que desencadearam a necessidade do golpe. Segundo Martins (1984, p. 31), o “governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessárias e nocivas”. A reforma deveria ser tratada como problema técnico e militar, não como um problema político para o qual é imprescindível a participação popular. Tratava-se de um esforço de realizar a reforma sem

causar grandes danos ao direito de propriedade, pois, como apontado por Bruno (1997, p. 97), na conjuntura política de disputa pela hegemonia nos anos 1960, a reivindicação por reforma agrária fora percebida como “luta que subvertia”, devido à estrutura desigual da propriedade da terra ser um pilar fundamental das relações de dominação.

Esvaziar a organização política dos camponeses, conduzir a questão agrária e desqualificar as lutas populares por reforma agrária se encontram com a expansão da empresa capitalista no campo. Tais prerrogativas estiveram presentes no Estatuto da Terra, aprovado em novembro de 1964. O Estatuto consolidou as normativas de atuação da política agrícola e da reforma agrária no Brasil, apostando nas medidas complementares de estímulo à produtividade, via liberação de crédito, assistência técnica e incentivo à modernização. Enquanto isso, os mecanismos de democratização do acesso à terra, tais como a desapropriação e a redistribuição de terras, foram estabelecidos como medidas excepcionais. Como informa Bruno (1997), o Estatuto foi previamente elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (Gret), responsável pelo estudo e apresentação dos fundamentos e princípios gerais da lei de reforma agrária. Estiveram presentes no Gret atores que representam grupos sociais envolvidos no golpe e sinalizam a configuração do complexo tecno-empresarial-militar: o grupo reformista do Ipes, coordenado por Paulo de Assis Ribeiro; os idealizadores da experiência paulista de Revisão Agrária, em especial José Gomes da Silva¹²⁰; representantes técnicos e políticos dos principais ministérios; o ministro do planejamento, Roberto Campos; o então chefe do SNI, General Golbery do Couto e Silva¹²¹, também membro do Ipes; e o acompanhamento do então presidente Castelo Branco (BRUNO, 1997, pp. 137-138).

¹²⁰ Agrônomo e empresário rural paulista, José Gomes da Silva (1924-1996) participou do Plano de Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto em São Paulo, do Gret em 1964, foi interventor da Supra em 1964, participou de cursos internacionais sobre reforma agrária patrocinados pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde 1963, atuou nos primeiros anos do Ibra e foi consultor, nos anos 1970, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura da Organização das Nações Unidas para Agricultura (IICA/FAO) e para a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Devido à insatisfação com a não realização da reforma agrária tal como definida no Estatuto da Terra, fundou em 1967 a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). A partir de então se aproximou do movimento sindical rural, sendo depois Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo em 1983 (governo Franco Montoro), presidente do Incra em 1985 e coordenador da equipe de elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA). As informações foram retiradas do site *Reforma Agrária em Debate*: <http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com/2010/12/nasceu-em-ribeirao-preto-sp.html>. Acessado em 04/04/2020.

¹²¹ Golbery do Couto e Silva (1911-1987) ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1927. Ao longo de sua trajetória profissional participou da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional em 1937 e das unidades da Força Expedicionária Brasileira, em 1944, combatendo na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1952 atuou dentro do Departamento de Estudos da ESG, onde encontrou condições para elaborar e impulsionar suas teses sobre a segurança nacional e o projeto global de desenvolvimento que associava o Estado e a iniciativa privada, mediante o apoio de uma elite tecnocrática, civil e militar, ideologicamente comprometida com o conjunto de objetivos nacionais permanentes. Em 1954 Golbery redigiu o memorial conhecido como “Manifesto dos Coronéis”, no qual 82 coronéis e tenentes-coronéis apresentaram críticas ao aumento de 100% do salário-mínimo proporcionado pelo então ministro do Trabalho, João Goulart, no governo de Getúlio Vargas. Participando das oposições a Juscelino Kubitschek, João Goulart e General Lott, Golbery atuou na campanha de Jânio Quadros e assumiu a chefia do gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em 1961. Quando Jânio renunciou e João Goulart assumiu a presidência, Golbery pediu transferência para a reserva, agindo ativamente no Ipes e participando das campanhas eleitorais de 1962 e das ações contra Goulart. Em junho de 1964, já no primeiro governo militar de Castelo Branco, Golbery assumiu a chefia do SNI, tendo estreitas ligações com a presidência. Golbery tentou evitar a sucessão presidencial para o general Costa e Silva. Não obtendo sucesso, entregou em 1967 o cargo de chefe do SNI ao general Emílio Garrastazu Médici, que posteriormente assumiria a presidência, entre 1969 e 1974. Golbery continuou tecendo articulações políticas e empresariais para garantir a posse do general Ernesto Geisel, assumindo o cargo de ministro-chefe do Gabinete Civil nos governos dos generais Geisel e João Figueiredo entre 1974 e 1981. Neste cargo, Golbery articulou a transição política de modo a restringir a ampliação da oposição e blindar a categoria militar, além de também precisar lidar com as

Segundo Martins (1982, 1984) e Bruno (1997), o perfil da reforma agrária apresentado nas diretrizes do Estatuto da Terra era o projeto de modernização do latifúndio e mercantilização da terra, buscando transformá-lo em empresa rural, integrada às técnicas modernas de produção e administração e estabelecendo a possibilidade de desapropriação de latifúndios maiores do que 600 módulos rurais¹²². Na concepção dos militares e, como será visto adiante, dos técnicos envolvidos na formulação do Estatuto, o latifúndio¹²³ era compreendido como “obstáculo estrutural à modernização e à industrialização” (BRUNO, 1997, p. 95). Conforme será apontado, as formulações técnicas, fundamentadas nas noções de racionalidade e de planejamento, buscaram conduzir a conduta da população rural em direção à formação de uma classe média rural, qualificada como dotada de mentalidade empresarial, integrada aos mercados e às técnicas modernas de produção e capaz de superar os problemas sociais, econômicos e morais associados ao latifúndio e ao minifúndio.

“Planejamento” foi uma palavra-chave no debate público após os anos 1940, presente nos mais diversos pontos do espectro político e do imaginário social. A presença do planejamento é fundamental no pensamento de Fernandes (1975, 2010), sociólogo que apresentou diversas críticas ao papel dos intelectuais e tecnocratas que participaram ou se isentaram de criticar o golpe militar e a ditadura que se iniciou em 1964¹²⁴. A crítica deste autor aponta a atuação dos intelectuais no processo de militarização de determinados serviços públicos e de funções estratégicas do Executivo em meio aos regimes autoritários na América Latina. Segundo Fernandes (2010), nas instituições organizadas em torno das atividades intelectuais, como universidades, institutos técnicos, escritórios de assessoria, escolas de formação, entre outras, observam-se os mesmos conflitos que impeliram ao golpe e à militarização do poder político, de modo que essas instituições serviram para apoiar ambos os

oposições internas aos militares. Em 1981 Golbery deixou o cargo no Gabinete Civil após uma disputa com o ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto sobre o reajuste da contribuição dos segurados para atenuar o déficit da Previdência Social. Após sua saída, Golbery foi chamado para integrar a administração do Banco Cidade de São Paulo, em Brasília, onde continuou a receber políticos, militares e empresários até seu falecimento em 1987. Ver: RAMOS, Plínio de Abreu. Golbery do Couto e Silva. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golbery-do-couto-e>>. Acessado em 07/03/2022. As suas ideias e ações serão trabalhadas a partir de suas publicações ao final deste capítulo. Importa apontar que Couto e Silva também participou do Ipes e da supervisão do trabalho desta instituição sobre reforma agrária (ver Dreifuss, 1981, p. 434; Ipes, 1964).

¹²² As discussões sobre o módulo rural serão apresentadas mais à frente. No Estatuto da Terra ele é entendido enquanto tamanho de imóvel explorado direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, capaz de absorver a força de trabalho familiar e garantir sua subsistência e progresso social e econômico (BRASIL, 2007a). O módulo variava de acordo com as condições locais.

¹²³ Como apontaram Camargo (2007) e Medeiros (1983a), o termo latifúndio continha críticas que atravessavam diferentes atores e tradições políticas distintas. O latifúndio foi alvo dos primeiros escritos da tradição do pensamento autoritário brasileiro (LAMOUNIER, 2006), e essa interpretação também orientou os tenentistas (SANTA ROSA, 1976) e os militares e tecno-burocratas (RIOS, 1959; IPES, 1964). O latifúndio também foi apontado pelo PCB como um dos principais obstáculos à revolução nacional (MEDEIROS, 1983a, 1995).

¹²⁴ Importante apontar que, para Fernandes (1975), como aqui neste trabalho, planejamento é uma forma metódica de interpretação e intervenção sobre a realidade cuja direção depende das correlações de força. A perspectiva deste autor é bastante influenciada pela obra de Karl Mannheim, sociólogo alemão que sinalizava o papel dos cientistas sociais e demais intelectuais na formulação de planos de intervenção orientados para o fortalecimento da liberdade, da igualdade social e da democracia. Deste modo, planejamento não tem aqui o mesmo significado dado pelas tradições positivista e autoritária como intervenção que corresponde às leis naturais que regem os comportamentos sociais. Fernandes é crítico a esta concepção e advoga por uma relação entre a Sociologia e a intervenção pública planejada a fim de desmistificar os discursos e práticas que naturalizam as desigualdades sociais e raciais no Brasil. Para ele, a tarefa pública e crítica da Sociologia depende de forças sociais organizadas que a fortaleçam em meio à correlação de forças. Assim, não é a ciência que forma e planeja a sociedade, mas determinados setores da sociedade que podem impulsionar elementos críticos ou conformistas na ciência, entendida enquanto prática e forma metódica e racional de construção do conhecimento.

movimentos. Também se observa a intelectualização dos militares e a militarização daqueles que constroem as políticas públicas por intermédio do crescimento das relações entre intelectuais, militares e civis. Tais relações direcionam parcelas dos intelectuais na defesa e preparação dos regimes autoritários, compondo um “*executivo invisível*” (FERNANDES, 1979, p. 43; grifos no original) composto por militares e tecnocratas civis que adaptam o Estado às funções contrarrevolucionárias e repressivas.

Apesar do esforço de legislar normas gerais de aplicação da reforma agrária, o principal mecanismo de intervenção estatal e tratamento da questão agrária foi a política de colonização. O Estatuto da Terra definiu como colonização “toda atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou cooperativa” (Artigo 4º, IX; BRASIL, 2007a, p. 128). O Decreto nº 59.428 de 27 de outubro de 1966¹²⁵ reorientou a definição e a subdividiu em dois objetivos principais:

Colonização é toda atividade oficial ou particular, destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela prevista.

§ 1º A colonização em áreas prioritárias terá por objetivo promover o aproveitamento econômico da terra, preferencialmente pela sua divisão em propriedades familiares congregados os parceiros em cooperativas ou mediante formação de cooperativas de colonização de tipo coletivo.

§ 2º A colonização com fins de povoamento e segurança nacional terá caráter pioneiro, devendo a área das parcelas ajustar-se, sempre que possível, às características das pequena e média empresas rurais, definidas nos termos da Lei, e em especial no § 2º do art. 60 do Estatuto da Terra e sua regulamentação (Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, Artigo 5º; BRASIL, 2007b, pp. 327-328).

Com base nessas duas legislações, Laranjeira (1983) classificou a colonização enquanto ato político de afirmação da soberania nacional e ato econômico de desenvolvimento do sistema produtivo. Este autor estabelece um conjunto de objetivos da colonização, podendo-se sumarizar em: 1. aproveitamento de áreas pouco exploradas ou com grande potencial; 2. fixação de migrantes; 3. formação da propriedade familiar, da empresa rural e da cooperativa; 4. racionalização do trabalho agrícola; 5. elevação do nível de vida do trabalhador rural; 6. integração e progresso social do *parceleiro*; 7. aumento da produção e da produtividade do setor primário; 8. conservação dos recursos naturais; 9. recuperação social e econômica de determinadas áreas. Neste sentido, a política de colonização do regime militar representa uma síntese de suas várias formas de realização no período anterior¹²⁶, apresentando o conjunto de sentidos observados.

A reforma agrária ficou circunscrita aos casos de tensão social grave, delimitados em áreas prioritárias, podendo haver a desapropriação por interesse social e reassentamento de minifundiários ou de vítimas de conflitos em outras regiões (IANNI, 1979; ALMEIDA, 1980;

¹²⁵ Este decreto regulamentou alguns pontos do Estatuto da Terra, tais como os objetivos e meios de acesso à propriedade rural (Capítulo I, Título II [Da Reforma Agrária]), acerca da distribuição de terras (Capítulo II, Título II) e artigos sobre assistência, infraestrutura, financiamento e pagamento do lote. O decreto ainda regulamentou pontos sobre a formação de cooperativas.

¹²⁶ A análise de Marx (2008, pp. 258-259) é tomada aqui como inspiração: “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação”.

MARTINS, 1982, 1984; SANTOS, 1993). A bibliografia consultada deu especial atenção à expansão das fronteiras na Amazônia a partir da Emenda Constitucional nº 18 de 1965, que estendeu os incentivos fiscais e favores creditícios concedidos ao Nordeste para a Amazônia, mas também da criação em 1966 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da instituição dos incentivos fiscais para os empreendimentos florestais. A valorização dos interesses empresariais e imobiliários sem a realização da redistribuição de terras teve como efeito a concentração fundiária, estendendo os conflitos por terra.

É importante ressaltar que a área de intervenção estatal na construção de estradas e núcleos de colonização, bem como a presença de posseiros, já apresentava conflitos pela posse e uso da terra desde as primeiras formas de estímulo estatal à entrada do capital nacional e estrangeiro na região amazônica, principalmente para formação de empresas agropecuárias, mediante isenções fiscais e empréstimos. O sentido de “segurança” e controle de tensões foi, portanto, fundamental nesta região, bem como em todo o país. Conforme aponta Ianni (1979), no 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971) da Sudam já aparece a articulação entre “segurança e colonização”, possivelmente vinculada à doutrina da Segurança Nacional e à visão da Amazônia como “vazio demográfico”, perspectiva que retoma elementos importantes na política de colonização do Estado Novo e se reconstitui na ação dos militares. Também se articulam a essa perspectiva a necessidade de dirigir processos de colonização, de crescimento econômico, de intensificação da economia regional, sobretudo extrativista, de “civilização” de grupos indígenas e de exploração das terras e exportação dos minérios da região.

A instituição responsável pela presença e atuação estatal nas áreas rurais foi o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), criado em 1964 a partir do Estatuto da Terra e regulamentado em 1965. O órgão era diretamente subordinado à Presidência da República e tinha como objetivo elaborar e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária. Conforme será visto a seguir, a criação do Ibra, junto do Inda¹²⁷, também teve como intuito modificar a atuação da Supra¹²⁸. A Supra foi o órgão estatal responsável pela promoção da reforma agrária, pelas desapropriações de terra, continuidade dos núcleos coloniais, formulação de políticas agrárias e prestação de serviços de extensão rural e assistência técnica no governo João Goulart. Criada em 1962 com a junção do Serviço Social Rural, do Inic, do Conselho Nacional de Reforma Agrária e do Estabelecimento Rural de Tapajós, a Supra esteve marcada pela abertura ao diálogo e à pressão dos movimentos camponeses. A relação entre a Supra, política de reforma agrária e atuação dos movimentos camponeses foi percebida e apreendida de forma negativa por órgãos patronais e grupos militares. Deste modo, em meio à formação e

¹²⁷ Oficialmente o Inda era o órgão responsável pela continuidade dos projetos de colonização. A atuação do Inda buscou expandir os serviços de assistência e extensão rural do governo militar, promovendo o programa econômico e social por meio de estímulos na produção. Em 1968 uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada a fim de averiguar erros na política de colonização do Inda. Apesar do órgão, os projetos realizados nas áreas prioritárias de reforma agrária ficaram sob a responsabilidade do Ibra, de modo que neste trabalho nos atemos mais a este. É preciso salientar que são poucos os estudos sobre o Ibra, e menos ainda sobre o Inda, possibilitando a abertura de novos caminhos de pesquisa. Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ARAÚJO, Brás José. Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-desenvolvimento-agrario-inda>. Acessado em: 28/02/2020.

¹²⁸ Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ARAÚJO, Brás José. Superintendência da Política Agrária (Supra). CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra>. Acessado em: 28/02/2020.

criação do Estatuto da Terra e do Ibra, era fundamental dissociar estas interpretações com a fundação de um novo órgão, dotado de caráter e linguagem técnica e burocrática¹²⁹.

Segundo Ianni (1979, p. 68), “[a] colonização sempre implicou no controle estatal das atividades econômicas e políticas dos colonos”. A análise do autor se refere ao período de intensa atuação e colonização da região Norte protagonizada pelo Incra, contudo também abre indícios para a reflexão sobre o período anterior, de atuação do Ibra. A burocracia estatal aparece, assim, como de importância fundamental para o controle cotidiano, impedindo formas de organização indesejada de posseiros¹³⁰ e colonos e atuando de forma direta ou indireta no conjunto de relações sociais, econômicas e políticas. Segundo Ianni, o crescimento do aparelho burocrático de gestão do Incra, do seu corpo de funcionários e de suas atividades teve um primeiro impulso pela resolução dos problemas fundiários e sociais. Sua atuação, contudo, “tinha por objetivo distribuir alguma terra para não distribuir as terras” (IANNI, 1979, p. 77), acentuando seu papel enquanto órgão de controle dos movimentos espontâneos de trabalhadores rurais e sua “conotação de uma contrarreforma agrária” (IANNI, 1979, p. 44). A seleção de colonos, a compra de safras futuras, questões relacionadas a transporte, fixação e adaptação do homem e sua família à terra eram todas atribuições centrais e centralizadoras do Incra, mas também já estavam presentes na atuação do Ibra (SANTOS, 1993).

A noção de contrarreforma agrária pode ser associada a García (1973). O autor, consultor da Cepal para a reforma agrária e da FAO nas décadas de 1960 e 1970, propôs esse termo como tipologia de reforma agrária, contrastando a contrarreforma (ou reforma agrária marginal) às reformas estrutural e convencional. A contrarreforma se caracteriza por não buscar a ruptura do monopólio senhorial sobre a terra e nem alterar as estruturas latifundiárias e seus padrões de relação de dominação, organização e exploração do trabalho. Frequentemente a contrarreforma reparou superficialmente os problemas rurais ao deslocar a pressão camponesa e nacional por terra para as áreas de colonização com baixo povoamento. Outra característica é o peso dado à modernização tecnológica e a ampliação da infraestrutura, colocando à disposição dos latifundiários terras novas e serviços de crédito e assistência.

Deve-se apontar que, para García (1973), latifúndio não é sinônimo de atraso puro. O autor constrói a noção de constelação latifundiária (GARCÍA, 1973, p. 21), a fim de observar padrões concentradores de controle e dominação da terra associados a formas de exploração do trabalho e exclusão política de setores populares, relacionando o latifúndio a todo o conjunto da sociedade e não apenas a setores atrasados do campo. Podemos apreender que esta constelação social se fundamenta em um mecanismo de colonialismo interno, sendo a estrutura latifundiária construída como núcleo do sistema, satelitizada por zonas, populações e unidades sociais de camponeses, minifundiários, indígenas, trabalhadores rurais, sem-terra e povoados de fronteira. A ação pontual desta modalidade de reforma agrária, deste modo, não transforma a sua constelação. Neste sentido, o latifúndio pode ser modernizado por políticas de contrarreforma agrária, normalmente desenhadas e executadas pelas próprias forças

¹²⁹ Ao final dos anos 1960, Ibra e Inda foram extintos, dando lugar ao Incra, criado através do Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 e subordinado ao Ministério da Agricultura. A extinção dos órgãos anteriores está relacionada a dificuldades de operação, crises internas, relativo fracasso das políticas de colonização e reforma agrária e pelo novo foco do regime militar para a ocupação territorial da Amazônia Legal, pontos a serem aprofundados no Capítulo 6.

¹³⁰ Para Ianni (1979), a política de colonização da Amazônia agiu para controlar e regularizar o processo de “colonização espontânea” dos migrantes que se dirigiram para a região em busca de terra própria. Desde os anos 1950 e sobretudo após a criação de órgãos burocráticos voltados para o desenvolvimento da região, percebe-se um movimento migratório que foi sendo reconhecido por incentivos fiscais e creditícios, favores políticos e econômicos para empresas nacionais e internacionais. Ainda segundo este autor, os processos de regularização das terras na Amazônia que se seguem aos projetos de colonização serviram, ao mesmo tempo, para exercer maior controle sobre as formas de organização e ocupação de camponeses e para favorecer e garantir a ocupação de empresários e latifundiários em terras devolutas, ocupadas por posseiros ou de indígenas.

dominantes, excluindo da participação e construção política os camponeses, assumindo inclusive características de organização empresarial¹³¹.

Impedir a ocupação espontânea da terra era um passo fundamental para o fortalecimento do Incra e do Estado na resolução da questão fundiária, de modo que se estabelecesse, por intermédio do Incra, a colonização oficial dirigida e controlada. Como apontam Ianni (1979) e Martins (1984) a partir do caso amazônico, a constituição e fortalecimento do Incra facilitaram a venda de terras mediante a sua regularização, vendas facilitadas pelas isenções fiscais e créditos fáceis aos grandes agropecuários e às companhias de colonização particular. Segundo Martins (1984, p. 53), “a tática do governo se desenvolveu claramente no sentido de fazer o cerco e a desativação dos focos de tensão, sem conceder uma política de colonização social, de redistribuição de terras, de reassentamento maciço de colonos sem terra”. A atuação do Estado e a crescente militarização da questão agrária e fundiária no Brasil pretenderam impedir a reformulação das lutas locais fragmentadas em lutas políticas capazes de romper com a tutela do Estado através de uma “ressocialização política” a partir das formas de organização. A questão da segurança nacional orientou a atuação do Exército no sentido de centralizar o poder, demarcando a militarização também apontada por Fernandes (2010). Segundo estes autores, ela significou centralização das decisões políticas nas mãos dos militares, impedindo a constituição de espaços públicos de dissenso, de modo que é possível apontar continuidades da tradição autoritária e positivista, conforme trabalhado no Capítulo 2, sobretudo se é observada, conforme sinalizado a partir de Luxemburg (1985), Souza Lima (1995) e Oliveira (2016) nos capítulos anteriores, a relação entre conquista militar e colonização.

Segundo Martins (1984), após 1974 o governo militar reafirmou a tese da constituição da grande empresa no campo e da modernização das atividades agrícolas, baseando-se na compreensão da agricultura a partir de suas tarefas no processo de desenvolvimento: aumentar a oferta de alimentos, tomando-a como mecanismo para impedir as pressões inflacionárias; suprir o setor industrial de matérias-primas; aumentar a produtividade ao liberar mão-de-obra; aumentar os produtos exportáveis; financiar o desenvolvimento através da transferência de recursos do setor primário para o secundário. A adoção desta perspectiva significou o abandono da política econômica e agrícola como mecanismo de resolução de conflitos e tensões. A política de reforma que se orientava para a resolução de um “problema” deu lugar à perspectiva da política de desenvolvimento econômico e modernização agrícola através da ação creditícia do Estado. O resultado foi o crescimento dos conflitos por terra, em especial após as medidas de regularização de grilagens de terra do governo Geisel em 1976¹³². A multiplicação dos

¹³¹ A análise de García (1973) se centra nos exemplos do México, Cuba, Chile, Peru e Bolívia, abarcando inclusive mudanças das políticas de reforma agrária desses países ao longo dos anos. O Brasil aparece apenas em alguns dados estatísticos e menções rápidas de sua estrutura latifundiária. Esta ausência não é exclusiva ao texto de García: em diversos balanços sobre as experiências latino-americanas de reforma agrária, o Brasil não é sinalizado. Carter (2020) fala apenas da reforma agrária pós-1985. Gómez (2020) e Furtado (2021) não citam o Brasil, apesar de fazerem um balanço de algumas experiências latino-americanas. Por mais que se possa questionar a efetividade da reforma agrária, é preciso apontar o que foi feito, as expectativas que gerou e os movimentos gestados em sua contraposição. Estes diferentes balanços das políticas de reforma agrária e colonização na América Latina também indicam a importância do tema e desse conjunto de intervenções para a região, sobretudo quando pensados em relação às exigências e debates que envolveram as estratégias e os significados de desenvolvimento econômico e social da Aliança para o Progresso e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), conforme analisado por Escobar (2007) e ao longo desta tese.

¹³² Trata-se da Lei n. 6.383, de 7 de dezembro de 1976, criada para dar discriminação específica às terras devolutas da União. Segundo texto de Lúcio Flávio Pinto para o site *Amazônia Real*, a legislação foi inspirada pelo Conselho de Segurança Nacional e consolidou a regularização das grilagens de terra por particulares em áreas extensas e da ocupação de posseiros em áreas menores, aprovadas pelo presidente da República. Ainda segundo esse autor, a lei dispensou o levantamento minucioso no local, substituído pela pesquisa em cartório e outras informações. O texto de Lúcio Pinto está disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/a-grilagem-de-terras-de-volta/>>. O texto da Lei

conflitos, contudo, obrigou o governo a utilizar a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, ainda que em pequena escala¹³³. A atuação pontual não deixa de reproduzir a lógica da colonização, de mudança controlada e superficial.

Conforme apontou o engenheiro agrônomo e técnico do Incra Dryden de Castro Arezzo (1982), a política de colonização foi o principal mecanismo de intervenção do Estado na questão agrária brasileira. Ao longo da ditadura, esta política recebeu maiores incentivos e aplicações, ao passo que a reforma agrária foi limitada e a modernização produtiva da agricultura se desenvolveu reproduzindo desigualdades de acesso à terra e ao crédito. Neste sentido, além da colonização, o tratamento dado à questão agrária no Brasil pela ditadura empresarial-militar apresentou outra resposta em conjunto: no que se refere às demandas das elites rurais e produtores mais integrados aos mercados, a política agrícola se voltou para a modernização do aparato produtivo e para a facilitação do financiamento creditício, possibilitando às grandes propriedades retirarem do latifúndio o estigma de improdutivo e atrasado e consolidar um novo padrão de produtividade e integração produtiva (MEDEIROS, 1983a; DELGADO, 2010).

Se observados os números oficiais de colonização e reforma agrária, pode-se apreender esta preferência. Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (BRASIL, 1997), entre 1964 e 1979 foram 9.327 famílias assentadas em projetos de reforma agrária e 39.948 em projetos de colonização. Entre 1979 e 1984 foram mais 37.884 famílias assentadas em projetos de colonização e nenhuma em projetos de reforma agrária, totalizando 77.832 famílias em projetos de colonização durante a ditadura militar. Para além dos números, também é preciso reconsiderar a forma de realização da reforma agrária, observando a presença de uma lógica de colonização que reduziu a potencialidade estrutural da reforma agrária. Apesar dos dados da Secretaria de Comunicação Social (BRASIL, 1997), Santos (1995) coletou informações distintas para o período, a partir de dados estatísticos oficiais do Incra e da literatura especializada. A Tabela 2 traz as informações deste autor, porém é preciso ressaltar que seu trabalho não informa se distingue colonização de reforma agrária, dado relevante para as informações da ditadura militar e da Nova República. Contudo, baseado em sua argumentação, é provável que as experiências de reforma agrária sejam interpretadas como casos de colonização (SANTOS, 1993).

se encontra disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6383.htm>. Ambos foram acessados em 07/03/2022.

¹³³ Foram poucos os casos de desapropriação de terras entre o início da ditadura e o final dos anos 1970. No caso do Rio de Janeiro, foram desapropriadas em 1973 e 1974 a Gleba América Fabril e a fazenda Conceição de Suruí, respectivamente. Ambas estão localizadas no município de Magé, região com importante histórico de mobilização de trabalhadores rurais e têxteis, reprimidos e perseguidos durante a ditadura (RIBEIRO, 2015; TEIXEIRA, 2018). Sobre o processo de perseguição, despejos e de resistência de posseiros que reivindicaram sua permanência naquelas terras, ver Teixeira (2018).

Tabela 2. Programas de Colonização (1927-1994)

Período	Número de Programas			Área (em milhares de ha)			Famílias		
	Oficial	Part.	Total	Oficial	Part.	Total	Oficial	Part.	Total
1927-1945	43	0	43	3.468	0	3.468	36.502	0	36.502
1945-1964	53	32	65	1.986,3	731	2.717,2	14.012	3.143	17.155
1965-1984	115	147	282	19.854,5	3.865,9	23.720,4	134.816	27.652	162.468
1985-1994	850	0	850	8.125,4	0	8.125,4	141.922	0	141.922

Fonte: Tabela montada pelo autor a partir de dados coletados em Santos (1995).

A partir da documentação analisada é possível apreender a subsunção da política de reforma agrária pela de colonização, ou seja: a política de colonização substituiu a política de reforma agrária enquanto principal mecanismo de intervenção na questão agrária durante a ditadura empresarial-militar. A preponderância da política de colonização durante a ditadura ressalta os seus sentidos anteriormente analisados e permite apontar que *colonizar* se tornou o verbo *oculto* do tratamento e do enquadramento da questão agrária e da política de colonização, entendendo-a como fio condutor do tratamento e do enquadramento dados à questão agrária brasileira em longa duração.

3.2. Reforma Agrária: “dar conteúdo ideológico à Revolução”

Pouco mais de cinco meses após o golpe, o agrônomo José Gomes da Silva, atuando enquanto interventor da Supra, escreveu ao General Golbery do Couto e Silva, diretor do SNI apontando que era “preciso dar conteúdo ideológico à Revolução”. Através de recortes de artigos publicados nos jornais *Correio da Manhã* e *Folha de São Paulo*, José Gomes salientou a “necessidade inadiável de enviar o ‘Estatuto da Terra’ ao Congresso Nacional”, elemento que poderia preencher de conteúdo social e reformista o governo militar¹³⁴. Ao que a argumentação de José Gomes parece indicar, a verdadeira oposição à proposta de reforma agrária contida no Estatuto da Terra viria “de parte dos grupos que fizeram investimentos na compra de grandes glebas de terra agricultável, para fins meramente especulativos”, ao passo que

os agricultores autênticos (aqueles que vivem da terra e não o que, como dizia Kennedy, ‘possuem uma vaca e dez fábricas’) não temem qualquer Reforma Agrária. [...] Eles, que vivem da terra, jamais abandonariam a agricultura por força das medidas que o ‘Estatuto da Terra’ preconiza (sic) (pp. 10-11).

A carta aponta para a centralidade e urgência da reforma agrária para justificar a atuação dos militares em conjunto com os setores empresariais e os agentes técnicos envolvidos no regime ditatorial, e apresenta alguns dos principais elementos que tensionaram a realização e a promulgação do Estatuto da Terra, em especial as disputas entre as classes dominantes e no

¹³⁴ “Carta do Engenheiro Agrônomo José Gomes da Silva ao Diretor do Serviço Nacional de Informação General Golbery Couto e Silva de 08/09/1964”. AN/PAR, Caixa 57, Pasta 4, pp. 10-11. Ipes – Normas, esboços, ofícios e pareceres. Ibra/Gret: notas para a imprensa. 1964 a 1966. Os artigos foram: “Golpe ou Revolução” do Senador Gouveia Vieira publicado no *Correio da Manhã*, 19/08/64; “Êxito do país depende de solução social”, de Pedro Galves, publicado em *Folha de São Paulo*, 23/08/1964; “Sem alterar a estrutura mudança política é logro”, de José Honório Rodrigues, publicado no *Correio da Manhã*, 21/08/1964; e Editorial “Volta às reformas” da *Folha de São Paulo*, 22/08/1964.

interior da burocracia estatal e entre os modos de condução da questão agrária promovidos pelo regime militar. Conforme apontado, o governo militar se apropriou de uma das principais bandeiras de luta dos movimentos populares, ressignificando-a e atuando de forma repressiva (BRUNO, 1997).

3.2.1. Construção do compromisso

Medeiros (1983a), analisando os diversos projetos de reforma agrária propostos pelos movimentos sociais do campo, empresários rurais e industriais e deputados de diferentes partidos, observou que os diferentes setores tinham propostas para dar resolução ao êxodo rural e à crise de abastecimento nas cidades, observando estes dois problemas como correlacionados. A reforma agrária do conjunto do movimento camponês se articulou em torno da democratização do acesso à terra através da reforma agrária ampla e com sua participação. Em resposta à pauta, o setor empresarial articulou sua proposta como forma de deter o avanço das lutas no campo e ampliar os investimentos estatais na grande produção. Como expressa a autora, a argumentação da classe empresarial rural, a partir de suas entidades, inverte a questão agrária exposta pelo movimento camponês. Ao colocar a causa do problema na baixa produtividade e financiamento da atividade agropecuária e a sua solução na racionalização e modernização da produção mediante apoio e financiamento do Estado, o latifúndio deixa de ser “causa, mas consequência dos males sociais”, persistindo devido à incapacidade de exploração racional (MEDEIROS, 1983a, p. 75).

Conforme já apresentado, apesar das críticas e reações dos grandes proprietários rurais ao Estatuto da Terra, sua promulgação se deve à construção de um compromisso entre os grupos sociais que realizaram o golpe. Segundo Medeiros (1983a, p. 131):

Atraindo para si violenta oposição, principalmente das entidades de classe patronais rurais, o Estatuto da Terra marcou uma solução de compromisso, só possível porque a conjuntura havia mudado. A lei de reforma agrária surgia no momento em que o movimento popular estava completamente desestruturado e, portanto, incapaz de cobrar sua aplicação; por outro lado, punha nas mãos do Estado um instrumento ágil para aliviar as recorrentes tensões sociais e, ao mesmo tempo, eficaz no sentido de estimular a modernização necessária, segundo se acreditava, para dar suporte à nova etapa de desenvolvimento econômico em que o país entrava.

A construção do compromisso em torno do Estatuto da Terra e da definição da reforma agrária precisou convencer os proprietários rurais da importância da medida, buscando consolidar um consenso entre os distintos significados. A documentação contida no AN/PAR indica a ciência e a preocupação com este convencimento. Conforme será apontado, o convencimento da classe patronal envolveu contrapartidas significativas à atuação do Estado, ao passo que, no que se refere às classes populares, apresenta graus mais elevados de condução da ação dos trabalhadores e trabalhadoras através da ação de técnicos e dos modelos de cooperativa, de atuação do sindicato e de produção. Esta distinção é significativa para apreender as relações de força do período e salienta o porquê da ação repressiva e assistencial em conjunto para desestruturar as formas de organização dos camponeses.

Os anos de 1963 e 1964 foram marcados por intensos debates acerca dos significados de reforma agrária (MEDEIROS, 1983a; CAMARGO, 2007). Para além das questões técnicas, a reforma agrária implicava em diferentes acordos e vínculos políticos entre classes. Deste modo se compreende as diferentes possibilidades e objetivos que se encontravam sob o signo da “Reforma Agrária”: desde o fortalecimento do campesinato, correção das desigualdades sociais e enfraquecimento do poder dos grandes proprietários de terra, até o aumento da produtividade, crescimento das formas de financiamento e assistência e alteração das condições sociais que produziram os movimentos camponeses por meio da reforma agrária e colonização

em terras devolutas. As críticas da União Democrática Nacional (UDN) e do PSD desestabilizaram a proposta de reforma agrária do PTB de Goulart, estabelecendo um significado mais patronal à medida. O clima de discussão desses anos permite compreender o acúmulo de debates e tensões que geraram o Estatuto da Terra, em debate desde o início da década de 1960.

Exemplo deste acúmulo de discussões foi o projeto de Revisão Agrária do governo paulista de Carvalho Pinto, analisado por Tolentino (2011). Promulgado em dezembro de 1960, aprovado em abril de 1961 e inviabilizado no mesmo ano por decreto federal que transferia a arrecadação do imposto territorial para os municípios, o projeto se baseava na concepção de substituição da grande propriedade rural improdutiva ou contraproducente, por meio do imposto para terras sem cultivo, para um modelo baseado na pequena unidade familiar, tecnicamente eficiente, capitalizada e produtora de alimentos para as cidades industriais. Segundo a autora, a substituição da fazenda improdutiva, centrada na monocultura do café em decadência, pela pequena unidade familiar também é acompanhada pela substituição “do Jeca pelo *farmer*” (TOLENTINO, 2011, p. 11) por meio da modernização e mecanização da propriedade, capaz de tornar relevante a sua produção, orientando-a para o mercado.

A expressividade deste projeto não se encontra apenas nos termos e mecanismos de tributação progressiva, assistência técnica e modernização da agricultura do Estatuto da Terra, mas também no grupo que participou da discussão de ambas as legislações. Técnicos como José Gomes da Silva, Carlos Lorena e Fernando Sodero elaboraram os estudos do projeto de Revisão Agrária e foram chamados por Roberto Campos, Ministro do Planejamento do primeiro governo militar, para participar do grupo encarregado de elaborar o Estatuto da Terra, vinculando-se ao grupo do Ipes, de Paulo de Assis Ribeiro.

Já foi sinalizado no Capítulo 2 que a transformação do homem do campo em classe média rural de pequenos proprietários é objetivo da colonização e da reforma agrária. Por terem objetivos iguais, ambas as políticas são confundidas e tornadas sinônimas, com o benefício da atuação menos estrutural da colonização. Esta atuação representa uma importante contraprestação à manutenção das estruturas de poder, marcada pela subsunção da reforma agrária à colonização nos marcos legais do Estatuto da Terra e na atuação do Ibra. A reforma agrária encontrou obstáculos entre grandes proprietários de terra e suas associações representativas e, para superar as barreiras, o Ibra atuou de modo a convencer estes proprietários do caráter benéfico de suas atuações. Este convencimento foi buscado através do predomínio da linguagem técnica e do estabelecimento de um compromisso com estes proprietários.

O peso desses elementos e da percepção patronal sobre a reforma agrária pode ser percebido na pesquisa de opinião com proprietários rurais contratada pelo Ibra, em 1965, junto a Publicitests, Pesquisa, Opinião Pública e Estudos Econômicos e Sociais LTDA. para alimentar o trabalho da Fator LTDA., um grupo de publicidade industrial¹³⁵. A pesquisa teve como objetivo apreender os principais problemas que preocupavam os proprietários rurais, de modo a constituir a Campanha de Divulgação e Esclarecimento dos Proprietários Rurais Brasileiros sobre o Estatuto da Terra e o Cadastro Rural previsto pelo Estatuto da Terra e potencializar a atuação do Ibra com este setor. A ausência, até onde pode se chegar na investigação do AN/PAR, de um documento com pesquisa semelhante voltada para os trabalhadores rurais demonstra a percepção dos técnicos estatais e dos militares com relação a este setor.

Segundo o relatório desta pesquisa, as principais dificuldades apontadas pelos proprietários de terra eram a dificuldade e escassez de financiamento, os baixos preços dos

¹³⁵ “Relatório final da pesquisa junto a proprietários rurais sobre temas de campanha para divulgação e esclarecimento do serviço de cadastramento rural”. Publicitests, Pesquisa, Opinião Pública e Estudos Econômicos e Sociais LTDA. AN/PAR, Caixa 59, Pasta 2. Ibra – Critérios para delimitação de módulos – Módulo Rural. 1965.

produtos agrícolas e a necessidade de mecanização e assistência técnica para elevar a produção, elementos centrais nos projetos patronais de reforma agrária (MEDEIROS, 1983a; CAMARGO, 2007). Apesar dos proprietários rurais tenderem a culpar o “Governo” pelas dificuldades e pelo empobrecimento da economia rural, esperavam dele uma proteção e estavam dispostos a colaborar,

desde que este [o Governo] faça um gesto de aproximação e reconciliação em direção aos agricultores. Este gesto deveria ter sua autenticidade selada pela objetividade de oferecimentos de ajuda e pela sinceridade e simplicidade da linguagem. Pela colaboração, esperam ‘algo em troca’.

4. A condição básica para que o governo recobre a *confiança* dos agricultores em sua ação reside em o Governo reassumir a tarefa de *protetor* dos agricultores, *assegurando*-lhes a permanência na posse legal da terra e, reconhecendo o valor do trabalho do homem do campo e a *importância* da produção agrícola para a economia nacional, elaborar uma política que permita o *progresso* econômico dos agricultores, pela concessão de financiamento acessível e farto, garantias de preços compensadores e facilidades de mecanização, assistência técnica, adubos etc. Em síntese: *segurança*¹³⁶.

As entrevistas com proprietários rurais foram realizadas a partir de cinco grupos: do estado de São Paulo (75), do estado de Minas Gerais (25), dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul (Sul: 20), dos estados de Pernambuco e Paraíba (Nordeste: 20) e dos estados de Goiás, Mato Grosso e Amazonas (Centro-Oeste: 10). Observa-se a preocupação em colher uma amostra de representação nacional, ainda que com nítida sobre-representação do Sudeste, o que remete à força econômica da região: 100 das 150 entrevistas foram realizadas nesta região, sendo a grande maioria do estado de São Paulo (75% da região Sudeste e 50% da amostra total). Os demais estados também indicam áreas onde houve conflitos por terra.

A riqueza contida neste material torna imprescindível o cuidado metodológico. Presente de forma indeterminada nas falas colhidas, a categoria social “proprietário” é tomada como sinônimo de “lavrador”, “homem do campo”, “fazendeiro” e “agricultor”, formas de autodefinição dos entrevistados e que não são questionadas pelos produtores do relatório. As poucas informações acerca desses “proprietários” estão no apêndice do relatório: o tamanho médio da propriedade é de 373 hectares, a média da idade é 49 anos e todos são homens. O tamanho da propriedade indica o perfil do grupo alvo do Estatuto da Terra, os empresários rurais, mas não há dados acerca do tipo de produção ou da vinculação às entidades patronais, apesar da linguagem afinada com os termos destas entidades, e nem dados mais claros sobre as diferenças de tamanho, visto que apenas a informação sobre a média pode ocultar disparidades. Contudo, outra característica expressa nas falas colhidas pelo relatório aponta um elemento relevante, mas não trabalhado pelo relatório: a única contraposição do termo “proprietário” e seus sinônimos é a de “trabalhador rural”, como será apontado adiante.

Em fins de 1965 a imagem do Ibra, para esse conjunto de proprietários entrevistados, ainda era negativa, sobretudo pela relação com a Supra e com o governo de Goulart, constituindo a associação entre reforma agrária e “divisão de terras para beneficiar aqueles que não possuem propriedades” (p. 4). O conjunto de ações de desapropriação e a abertura do governo Goulart às reivindicações de sindicatos e grupos organizados do campo e da cidade foram interpretados como negativos pelos grandes e médios proprietários de terra, de modo que

¹³⁶ “Relatório final da pesquisa junto a proprietários rurais sobre temas de campanha para divulgação e esclarecimento do serviço de cadastramento rural”. Publicitests, Pesquisa, Opinião Pública e Estudos Econômicos e Sociais LTDA. AN/PAR, Caixa 59, Pasta 2, p. 4 (grifos no original). Ibra – Critérios para delimitação de módulos – Módulo Rural. 1965.

seu desejo é que o Ibra “oriente os proprietários a respeito da forma como devem cultivar bem suas terras e que distribua as terras devolutas e inaproveitadas do Governo” e não se torne órgão “de desapropriação de terras de particulares” (p. 5).

Os proprietários rurais apontaram a necessidade de desfazer os nexos entre reforma agrária, desapropriação e tomada de terras, desvincular prestação das informações e aumento de impostos e apresentar a “intenção sincera” (p. 5) do governo de proteger a agricultura, promover o progresso e a produtividade, garantir a propriedade aos legítimos donos e reconhecer o valor da agricultura para a economia e vida do país. Como apontado antes, “segurança” é um elemento central, tanto para os proprietários quanto para tecnocratas e militares, de modo que a identificação e o afastamento dos inimigos da ordem e do Estado eram fundamentais¹³⁷.

Esta “intenção sincera” tem em seu cerne a reivindicação por uma proteção perdida no governo Goulart e que precisava ser recuperada. A retomada dessa proteção aparece como condição para a colaboração dos proprietários rurais junto ao Governo, representação que homogeneiza os diversos atores e instituições estatais, mas que sintetiza frustrações e demandas, de tal modo que todos os males e soluções são esperados do Governo. Avaliando a desconfiança vivida pelos proprietários rurais, o relatório aponta a existência simultânea de três níveis motivacionais para a desconfiança: “*nível profundo ou psicológico*: a necessidade de segurança na posse da terra”; “*nível objetivo ou econômico*: a necessidade de progresso e de crescimento econômico”; “*nível valorativo ou moral*: a necessidade de ‘status’ decorrente do reconhecimento, pelo Governo, da importância da contribuição social dada pela agricultura” (p. 15; grifos no original).

A segurança em relação à posse da terra se relaciona com “paz para trabalhar”, com ausência de “terras invadidas”, com garantia da propriedade, vinculando-se às noções de progresso e “contribuição social da agricultura” com a economia (pp. 16-17). A expectativa de segurança é contraposta à política de reforma agrária proposta por João Goulart, entendida como ameaça aos proprietários, dada a identificação entre Goulart e as reivindicações dos trabalhadores¹³⁸. Esta identificação intensificou a compreensão da reforma agrária como instrumento que beneficia o “trabalhador rural”, entendido como “candidato natural à apropriação de suas [do proprietário] terras e, portanto, uma ameaça física e próxima à sua segurança de proprietário” (p. 18). É neste sentido que os proprietários de terra interpretaram a reforma proposta pelo governo Goulart como algo que “quebrou a autoridade do proprietário rural, por decorrência de sua posse legal, incentivando a ameaça do trabalhador contra a manutenção da propriedade em suas mãos” (p. 18). O retorno da proteção do governo ao proprietário de terra significa uma política agrária que proteja o proprietário e não o trabalhador rural. Um proprietário de Jaboticabal (SP) assim se expressou: “(Se eu estivesse no Governo)

¹³⁷ A categoria de “segurança” é mobilizada em níveis jurídicos, econômicos e políticos, identificando na atuação organizada de trabalhadores rurais e na abertura do Estado às reivindicações desses atores os fatores de insegurança e reação. Conforme indicado por Motta (2020), o anticomunismo no Brasil está associado ao receio da ruptura da ordem e tem sido mobilizado, sobretudo, por militares, setores da Igreja Católica e empresários, de modo que se estabelece mais uma conexão entre esses atores do complexo tecno-empresarial militar.

¹³⁸ Apesar da argumentação patronal não ser o objeto desta tese, é importante apontar na pesquisa de opinião indícios de uma identidade e *habitus* patronal que se articulam em torno do direito irrestrito à propriedade privada que, conforme analisado por Bruno (2009a, 2009b), nas condições de desigualdade estrutural de acesso à terra no Brasil, significam, e ocultam sob a aparência de direito universal, a manutenção do monopólio fundiário. Apesar de menos articulador, o discurso patronal dos anos 1980 e 1990 também mobilizou o anticomunismo como forma de desqualificar as organizações de trabalhadores rurais e sem-terra, as ocupações promovidas nesse período e a pauta da reforma agrária. Contra essas atuações e reivindicações, o patronato rural se mobilizou e se organizou em inúmeras associações, com níveis variados de agressividade prática e discursiva e valorização da política agrícola de modernização conservadora, consolidando a “vitória política da grande propriedade fundiária nos anos de 1980”, da qual o “tempo do agronegócio, hoje, é tributário e herdeiro” (BRUNO, 2009a, p. 107).

daria autoridade ao patrão; um Governo sem autoridade não pode governar” (p. 18 – parênteses no original).

Como apontado anteriormente, a identidade “nós” dos proprietários rurais é, em sua própria fala, contraposta a “eles”, os “trabalhadores rurais”, o “outro” que desestabiliza a condição de existência do proprietário, identificado como portador legítimo da propriedade privada. A condição de proprietário articula a identidade positiva daquele que produz e contribui com a economia do país, ao passo que os interesses dos trabalhadores significam a ameaça à propriedade e uma perda efetiva da autoridade pública. Além disso, a articulação da identidade a partir da propriedade permite a aproximação e identificação entre grandes, médios e pequenos proprietários, ainda que entre essas situações haja disparidades econômicas, sociais e de poder político. A citação do proprietário de Jaboticabal sintetiza uma compreensão que, longe de observar de forma “ingênua e primitiva” o Governo (p. 11), como crê o relatório, na verdade associa o privado com o público: a autoridade do Governo deve ser igual à autoridade do patrão, devendo este receber, de forma invertida, a delegação do poder político de mando legítimo. A autoridade do patrão, fazendo-se autoridade do Governo, deve impedir a realização da reforma agrária, identificada enquanto instrumento que desestrutura a hierarquia da sociedade de classes brasileira, pois atinge o fundamento do status e da posição do proprietário rural: a terra é fonte de poder e prestígio, fonte econômica e simbólica de sua posição social (BRUNO, 2009b). O receio dos proprietários rurais expressa o centro do movimento camponês, de tal modo que impedir a reforma agrária era impedir um instrumento capaz de desestabilizar a hierarquia de classes fundada na desigualdade.

As expectativas dos proprietários rurais com relação ao Ibra é que se “deixasse de lado uma política de divisão de terras e adotasse uma política de ajuda à agricultura, de assistência ou, quando muito, procurasse dar utilização às terras não produtivas e devolutas” (p. 22). Deste modo, é significativa a fala de um proprietário de Gravataí (RS): “O IBRA vai acabar com a terra improdutiva” a partir das condições de financiamento, da elevação dos preços e da mecanização necessárias para tal (p. 22). A improdutividade da terra, para estes proprietários, não era o elemento central e caracterizador do latifúndio a ser combatido, mas o alvo das políticas agrária e agrícola, tornando-o verdadeiro beneficiário da política pública.

Apesar de não ser possível avaliar o impacto ou a importância efetiva deste relatório, ele foi mencionado por Cesar Cantanhede¹³⁹, então diretor do Departamento de Cadastro e Tributação do Ibra, em relatório de fevereiro de 1966. Citando a pesquisa, Cantanhede apontou as formas de publicidade adotadas pelo Ibra para esclarecer a sua atuação e a necessidade de realizar uma *Semana da Terra* para informar sobre o Cadastro Rural a ser implantado a níveis nacional e regional: folhetos, cartazes de convocação, anúncios em jornal, textos de rádio, filmes de televisão, encartes nas revistas agropecuárias. Segundo o relatório, foram utilizadas “423 jornais, 26 revistas e jornais rurais, 644 emissoras de rádio e 32 de televisão, totalizando 1125 veículos da imprensa escrita, falada e televisionada”¹⁴⁰. Cita, ainda, a “solidariedade” de “amplos setores da população do campo, pelas sociedades rurais, pelas associações de classe representativas da vida econômica nacional, por autoridades municipais e estaduais, pelos mais variados órgãos federais, por parlamentares e pela Imprensa”, apontando as ajudas muitas vezes “espontâneas”.

¹³⁹ Cesar Reis Cantanhede e Almeida era, segundo Dreifuss (1981, pp. 77, 85), o que se chamava de tecnoburocrata. Foi membro do conselho da FGV no início dos anos 1960, presidente da Organização de Engenharia S.A., e participou do Consórcio Brasileiro de Produtividade com Paulo de Assis Ribeiro e outros, dando assistência técnica para estudos específicos de empresas, municípios, órgãos e federações. Em 1967, com o afastamento de Paulo de Assis Ribeiro e um conjunto de crises vividas pelo Ibra, tratadas no Capítulo 6, assumiu a presidência do Ibra.

¹⁴⁰ “Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Relatório do Departamento de Cadastramento e Tributação”. AN/PAR, Caixa 60, Pasta 3, p. 30, 32. Ibra - Relatório de Departamento de Cadastro e Tributação. Gret - Atos Constitutivos. 1965.

Se não é possível avaliar de forma clara os impactos da pesquisa de opinião realizada em 1965, pode-se apontar que a preocupação em sensibilizar a classe patronal instituiu contraprestações estatais e envolveu a participação espontânea das suas entidades na formulação das políticas e na construção do compromisso. O fortalecimento destes canais de comunicação indica o já apontado por Dreifuss (1981) e Bruno (1997) acerca das vinculações entre as classes patronais e os militares que realizaram o golpe de Estado de 1964. Nesta vinculação foi fundamental o papel dos técnicos, capazes de formular com linguagem racional e científica os problemas e as soluções esperadas.

O quadro é distinto em comparação com o controle e a tutela dos camponeses após o expurgo dos insubmissos, como será visto no Capítulo 5.

3.2.2. Planejamento e diálogo internacional

A vinculação entre técnicos, empresários e militares e o peso da propaganda e do convencimento indicam uma tradição de atuação vinculada ao Ipes¹⁴¹. Conforme apontado por Dreifuss (1981), o Ipes se engajou em compor táticas e campanhas de disputa da opinião pública e de construção de pautas comuns para o empresariado, envolvendo-se também em campanhas e ações de desqualificação das formas de organização de trabalhadores e da esquerda, associando-as a ações subversivas e imorais. Após o golpe, a presença de técnicos e empresários ativistas do complexo Ipes/Ibad demonstra a presença deste grupo no Estado.

O papel dos técnicos e burocratas foi o de assegurar o rumo do Estado em uma via capitalista que afirmasse os interesses dos industriais e banqueiros multinacionais e associados. Conforme indicado por este autor, economistas, engenheiros, administradores e outros profissionais com qualificação e perícia atuavam na diretoria de grandes corporações e tinham presença e espaço nos aparelhos burocráticos e políticos do Estado. A tecnoburocracia apontada pelo autor representava e legitimava os interesses das frações internacionais da economia, sobretudo mediante a implantação da “racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas socioeconômicos nacionais, proporcionando a contrapartida pública do *macro-marketing* empresarial sob a forma de um planejamento limitado e recomendações técnicas” (DREIFUSS, 1981, p. 73). Desta forma, os projetos de reformas administrativas, econômicas e políticas no pós-64 e que modificaram a estrutura do Estado e sua organização foram em grande medida preparados e desenvolvidos pela elite orgânica tecno-empresarial do Ipes ao longo dos anos de 1961-1964 (DREIFUSS, 1981; MEDEIROS, 1983a; BRUNO, 1997). Estes controlavam as posições de poder, os mecanismos e os processos de formulação de diretrizes e tomadas de decisão no aparelho do Estado, assegurando pelo controle da malha burocrática estatal a presença de seus interesses.

Retomando o texto “Plano de Emergência” de Paulo de Assis Ribeiro, a necessidade de “planejamento” e “planificação” ordenada, sistemática e coordenada é apontada como sustentáculo das instituições democráticas, capazes de estabelecer “a base da boa ordem social”¹⁴². O planejamento tem a função de conduzir as condutas individuais, agindo sobre os meios de socialização, conformando as formas de ação dos indivíduos e seus grupos a fim de alcançar os resultados ótimos necessários. Pode-se aproximar, portanto, a compreensão do planejamento como uma forma técnica e prática de racionalidade instrumental, baseada no

¹⁴¹ O uso da propaganda também foi utilizado pelo grupo de planejamento e execução do Plano de Revisão Agrária (TOLENTINO, 2011).

¹⁴² “Plano de Emergência do IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás”. AN/PAR, Caixa 20, Pasta 1, p. 15. Plano de Emergência do Idago. Parte 1. 1962 e 1963. Ainda nos anos 1940, em documento da FBC, Ribeiro já sinalizava para a importância de dar racionalidade e planejamento às ações do Estado: “Notas à margem da transferência da capital da União”, escrito por Paulo de Assis Ribeiro com a colaboração de Vera Lucia de Assis Ribeiro. AN/PAR, Caixa 3, Pasta 6, pp. 30-180. Notas à margem da transferência da capital e planejamento do país, 1947.

cálculo e no melhor uso dos “meios” para atingir os “fins” desejados ou necessários, como a “boa ordem social” citada, mas não explicada, por Ribeiro. A própria interpretação do autor é a de que o planejamento procura atuar no sistema econômico a fim de eliminar as causas do seu desequilíbrio, inclusive a nível mundial, apontando a cooperação agrícola como saída para facilitar a migração entre os países com “forte pressão sobre a terra” e os países “com grandes áreas a serem ocupadas economicamente”¹⁴³. Em conferência na União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresa, realizada em 1964 no México, Ribeiro apontou que tal cooperação incluiria ações de emergência para atendimento da população de áreas críticas, com alta subnutrição e péssimas condições de “higidez” e se voltaria para reduzir os desequilíbrios regionais e setoriais e industrializar a agricultura. Além desta integração internacional, Ribeiro apontou uma integração interna: a política agrária também deve levar em conta a “interdependência entre vida rural e urbano industrial”, buscando os “processos de desenvolvimento econômico social de crescimento e integração nacionais” (p. 93). Entre os objetivos da política de desenvolvimento rural, Ribeiro aponta:

- garantir os produtos alimentares indispensáveis, inclusive, à intensificação da vida urbana e industrial;
- incrementar a produção para permitir a outenção [provavelmente quis dizer “obtenção”] de excedentes exportáveis, com a máxima diversificação, a fim de facilitar o equilíbrio do balanço de pagamentos externo e a ajuda às regiões críticas onde ocorre a fome econômica;
- ampliar o mercado interno de consumo para absorver o crescimento industrial, promovendo a elevação do nível de vida no meio rural;
- estabelecer condições capazes de garantir o equilíbrio nas migrações entre o campo e a cidade, não só visando à absorção da mão-de-obra liberada da agricultura pela introdução da tecnologia, como à ampliação do ecúmeno, a fim de atender à colocação da mão-de-obra acrescida pelo incremento demográfico;
- aglutinar em núcleos de colonização, adequadamente planejados e organizados em forma cooperativa, os lavradores e pecuaristas dispersos e desassistidos, para a progressiva absorção de novas técnicas e práticas agrícolas visando ao aumento da produção e da produtividade (pp. 93-94).

Estes objetivos sintetizam os sentidos da colonização apontados e a ênfase nesta atuação harmonizadora da intervenção estatal racionalmente orientada está no centro da noção de planejamento. Segundo Mannheim (1972), citado por Ribeiro em seu texto do “Plano de Emergência”, o planejamento e a planificação visam conter as tendências de desintegração e anomia social presentes no mundo após a Segunda Guerra Mundial. Este sociólogo alemão foi referência importante para aqueles que buscavam transformar a realidade por meio do conhecimento científico das relações sociais, dando maior importância política ao papel dos intelectuais¹⁴⁴. E, conforme se pode apreender da documentação aqui analisada, de Ipes (1964) e dos estudos de Foucault (2005; 2008a) e Escobar (2007) sobre os pressupostos da Economia Política clássica e neoclássica, há uma crença e argumentação do planejamento como forma de dar solução a desequilíbrios e distorções. Em Ipes (1964, p. 37), o conjunto de instituições e organismos de sistema de justiça social na relação Homem-Terra, estabelecidos como necessários pelo órgão, busca corrigir “os desequilíbrios regionais e setoriais internos e as

¹⁴³ “Solidariedade internacional e política agrária”. Documento escrito por Paulo de Assis Ribeiro para o 12º Congresso Mundial da União Internacional Cristã de Dirigentes Empresariais, realizada no México em outubro de 1964, tendo como tema “Hacia la solidaridad internacional”. AN/PAR, Caixa 44, Pasta 3, p. 90. Uniapac – União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresa. 1964.

¹⁴⁴ Ao menos três importantes atores citados até aqui fazem forte referência direta a Mannheim: Paulo de Assis Ribeiro, Celso Furtado e Florestan Fernandes.

distorções das relações comerciais nos mercados internos e externo”. O pressuposto é a existência anterior e natural do equilíbrio das relações de troca que fundamentam a noção de mercado e de “igualdade” entre os agentes, teoricamente livres e iguais no momento da troca. Há uma valorização da técnica, do planejamento e da razão, porém se percebe um indivíduo rural que ainda precisa ser formatado em modelo racional, para que ele seja capaz de agir e planejar racionalmente. Por isso se aponta como necessária a criação de organizações associativas com objetivos econômicos, sociais e políticos que atendam às necessidades fundamentais do homem rural.

O cooperativismo e o sindicalismo animados pelos princípios da solidariedade cristã são peças-chave nessa leitura. Falando sobre o associativismo cooperativista, os autores vão dizer que “a formação do grupo deve ser estimulada através de uma motivação polivalente que apele para as necessidades fundamentais da pessoa humana”, abarcando a “vida empresarial na produção”, a “vida doméstica e de consumo” e as áreas “do esporte, da recreação, do lazer e da vida religiosa” (IPES, 1964, p. 38). Os sindicatos, por sua vez, “devem contribuir para a politização do homem rural e para a adequada e justa formação de sua consciência, sobre os direitos e as obrigações que lhes impendem”, sendo uma “peça fundamental e indispensável a uma sociedade democrática fundada nos princípios da solidariedade cristã” (IPES, 1964, p. 38). A cooperativa e o sindicato se incluem na preocupação de criar projetos de comunidade que estimulem a participação e tomada de decisão do homem no campo (ver também Magalhães, 2020). Estes princípios, aliados às formas de planejamento e organização da produção e da sociedade permitem corrigir “as distorções e os vícios condenáveis do capitalismo individualista e liberal” (IPES, 1964, p. 38).

Ao analisar as relações entre federações sindicais do Brasil e dos Estados Unidos durante a ditadura militar, Corrêa (2017) aponta a presença dos princípios de solidariedade cristã e como a atuação favorável e direta dos EUA no golpe também deu centralidade ao movimento sindical. O estreitamento dessas relações, realizado concomitantemente às intervenções sindicais, repressões e prisões de lideranças e de trabalhadores e trabalhadoras, teve como objetivos retirar os grupos nacional-reformistas identificados com a atuação dos comunistas e petebistas, e instituir e estimular o modelo de relações capital-trabalho norte-americano, centrado na negociação e numa noção de democracia associada ou limitada ao livre mercado. Interessante apontar que o complexo Ipes/Ibad também teve um papel central em tentar introduzir e expandir este modelo sindical de negociação, buscando bloquear a força sindical organizada do pré-1964, neutralizando e expulsando a ação de comunistas, e visando criar um sindicalismo de trabalhadores que se percebe como aliado, e não opositor, do patronato.

Segundo a autora, o modelo do sindicalismo de negociação apresenta semelhanças com o modelo da cooperativa, justamente pelas compreensões de harmonia entre capital e trabalho e pela proposição de uma solidariedade cristã como alternativa entre o “socialismo autoritário” e o “capitalismo selvagem” (CORRÊA, 2017, p. 115). Esse parêntese é significativo para observar, como apontado na Introdução e retomado nas Considerações Finais, que a política de colonização dá indícios para apreender um enquadramento estatal mais amplo de controle populacional que borra as divisões entre campo e cidade. Houve nesse período um leque amplo de atuações e planejamentos do regime militar que se orientaram para conformar previamente as organizações coletivas de trabalhadores do campo e da cidade, indígenas, imigrantes e outros grupos sociais, entendendo que, através dessa intervenção, seria possível moldar uma nova subjetividade afeita às relações e integrações de mercados. Esse enquadramento, como apontado, faz parte de uma tradição autoritária e positivista de longa duração no Brasil que se reconfigura no complexo tecno-empresarial militar ao longo dos séculos XIX e XX.

Retomando a argumentação do “Plano de Emergência”, poder e autoridade estão conjuntos e nesta relação os planejamentos “dependem de se acharem em condições de serem

impostos com autoridade e postos em prática com um mínimo indispensável de poder legítimo”¹⁴⁵. O planejamento deve se adequar à realidade e necessita da estrutura do órgão executivo para a sua realização plena. Os meios de produção e o nível técnico são fundamentais na percepção e resolução das necessidades sociais. O planejamento efetivo se volta para a compreensão do organismo social, buscando desenvolver de forma equilibrada seus setores econômicos, da produção (trabalho, organização, capital), poupança, distribuição e consumo. O planejamento é realizado pelo consenso entre empresários e governantes e deve ser capaz de conduzir a ação das empresas privadas e do Estado (p. 25) e, conforme sinalizado no Capítulo 2 a partir de Ipes (1964), esse consenso se realiza sem a participação das classes trabalhadoras. Segundo o relator, “através do planejamento para o desenvolvimento, [pretende-se] restabelecer o equilíbrio regional e setorial entre as estruturas sociais e econômicas” (p. 30), auxiliadas pelo desenvolvimento tecnológico, superando o estágio subdesenvolvido de uma nação ou determinada região.

Conforme sinalizado por Dreifuss (1981, pp. 75, 106), “o planejamento era necessário por ser um recurso institucional que ocultava do público as relações de interesse”, criando objetivos nacionais que foram recorrentemente utilizados em discursos de economistas, militares, técnicos e empresários, atores que compartilhavam uma “aversão a qualquer intervenção substantiva popular na vida do Estado, bem como um compromisso básico com um modelo socioeconômico modernizante-conservador associado de desenvolvimento empresarial”. No processo de divulgação e internalização da necessidade de planejamento foram essenciais o trabalho de escritórios técnicos de consultoria que atuaram junto a agências estatais. E, conforme aponta Esteves (2011), a figura do técnico se constituiu enquanto oposição ao do político¹⁴⁶. O autor remonta à tradição cultural dos anos 1920, que identificou na elite burocrática a presença de um saber secularizado, oriundo de práticas racionais e analíticas, contribuindo para a mistificação da técnica e da ciência politicamente neutras. Esta neutralidade corresponderia a um desinteresse associado ao “Nacional”, entendido como aquele que transcende os pontos de vista particulares, tal como analisado por Bourdieu (2014).

A presença do planejamento era uma condição necessária para receber os empréstimos e investimentos da Aliança para o Progresso para realizar a reforma agrária (ESTEVES, 2011; NATIVIDADE, 2018), o que impunha e estimulava uma padronização nas políticas públicas aos níveis dos discursos, dos procedimentos de análise, dos objetivos, da escrita e dos valores de modernização e progresso (ESCOBAR, 2007). Conforme sinalizado por esses autores, os programas da Aliança para o Progresso para o mundo rural se voltavam para aumento da produtividade agrícola; melhoria dos serviços de armazenamento, transporte e distribuição; programas de reforma agrária para substituir o latifúndio e o minifúndio por sistemas sociais mais “justos”, complementando-os com crédito e assistência técnica e elevação de renda e padrão de vida. O processo de modernização da agricultura, realizado por meio de altos investimentos de capital, gerou processos de expropriação de terras, por meio de grilagens, compra de terras, doações ou incentivos para grandes proprietários, ou endividamento de

¹⁴⁵ “Plano de Emergência do IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás”. AN/PAR, Caixa 20, Pasta 1, p. 19. Plano de Emergência do Idago. Parte 1. 1962 e 1963.

¹⁴⁶ Em seu trabalho, Esteves (2011) analisou a atuação de Paulo de Assis Ribeiro e seu Escritório Técnico na formulação do Idago e da política de reforma agrária de Goiás. Criado em 1949, o Escritório prestava serviço de consultoria tecnocrática e administrativa para empresas públicas e privadas e, junto de outros escritórios privados de consultoria, pretendia implementar projetos geridos pelos interesses privados de classe, através de políticas encomendadas por executivos ou pela atuação direta dos técnicos na burocracia estatal, fossem em postos de direção ou nos bastidores. Por meio dele se buscou colocar o setor agrícola e agropecuário como estratégico, lócus de industrialização e de integração à indústria de bens de consumo duráveis. Em Goiás, o Escritório foi contratado pelo governo de Mauro Borges para elaborar um planejamento com as diretrizes de desenvolvimento econômico e racionalização do aparelho estatal em meio aos conflitos fundiários de Trombas e Formoso.

pequenos, pressionados pela ampliação de crédito e pelo modelo tecnológico e produtivo baseado na mecanização. O processo de expropriação também se voltou contra saberes e práticas agrícolas, tomadas como atrasadas e ineficientes, que deveriam ser substituídas pelas tecnologias propagadas por extensionistas (MAGALHÃES, 2020).

A própria atuação do Idago pressupunha e delimitava a centralização e coordenação das atividades de um conjunto de agências, buscando dar-lhes maior sintonia e planejamento. A criação de colônias agrícolas era fundamental no governo de Mauro Borges e remontava à atuação do DTC, às colônias existentes no estado desde os anos 1940 e ao conflito de Trombas e Formoso. A colonização, associada ainda à criação e estímulo de cooperativas, baseando-se na experiência israelense, era indicada, sobretudo, para o norte de Goiás, entendendo-a como formas de disciplinar o trabalho rural nas terras devolutas e nas áreas próximas às regiões Norte e Nordeste, complementando-a com ações de desenvolvimento técnico e modernização produtiva nas áreas sul e sudeste do estado (ESTEVEVES, 2011). Inicialmente, em 1961, o governo Mauro Borges pretendia implementar núcleos coloniais com predominância de trabalhadores estrangeiros, potencialmente europeus ou japoneses, mas, já no ano seguinte, com o Plano de Desenvolvimento Econômico estabeleceu a ocupação de terras devolutas e improdutivas por trabalhadores nacionais. Através de uma série de medidas, implementou simultaneamente formas de assistência técnica e de repressão que buscavam disciplinar o trabalhador rural com base no projeto modernizador e conservador do Estado e desmobilizar as lutas camponesas que se acirravam no estado (ESTEVEVES, 2011).

Este parêntese revela a preocupação com as diferentes escalas com que os planejamentos deveriam se ater ao informar as formas mais eficientes de intervenção do Estado em áreas e populações delimitadas. Após o estabelecimento dos conceitos-chaves, Ribeiro constrói uma interpretação do regime da terra e seu uso das sesmarias até a década de 1960. A interpretação apreende o regime de propriedade da terra no Brasil e as influências da forma latifundiária, elementos a serem modificados pela ação racional da política agrária, a qual contém o mecanismo de reforma agrária e de colonização. Ribeiro contrapõe a formação do latifúndio e os méritos do regime de sesmaria. Para ele, a implantação da “agroindústria do açúcar” ainda na Colônia “distorceu as intenções dessa legislação”, ampliando a expansão do latifúndio e impedindo “as intenções democráticas e humanitárias da lei medieval”, cuja marca era a “tendência” a “subordinar a propriedade da terra ao seu uso”¹⁴⁷. O regime de sesmaria é defendido na medida em que delimita a propriedade privada da terra ao interesse social:

o direito de posse era conferido ao colono que, havendo desbravado terra inculca, valorizando-a, adquiria direito contra qualquer evicção por parte do senhor do domínio direto. Representava a legitimação da propriedade pelo trabalho e o primado do bem comum sobre o monopólio da terra, desta vez apoiado no costume e não na lei. No entanto o espírito latifundiário, contaminando o posseiro, perverteu igualmente o regime da posse que já havia deturpado a legislação das sesmarias. Em vez de gerar o regime da propriedade familiar, a posse passou a engendrar latifúndios (p. 33).

Sua conclusão foi a de que “o princípio fundamental herdado da legislação portuguesa” era o “imperativo do aproveitamento da terra como legitimação do direito de propriedade, subtraído dessa forma ao arbítrio do indivíduo e subordinado aos imperativos do bem comum”, elemento obscurecido no Código Civil e que precisava ser mais bem desenvolvido com a dotação de poderes de intervenção do Estado no patrimônio territorial privado (p. 38). Deste modo, a reforma agrária é entendida como transformação radical no sistema de propriedade da terra, fixando as relações da propriedade e os limites da intervenção do Estado, tendo ainda um

¹⁴⁷ “Plano de Emergência do IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás”. AN/PAR, Caixa 20, Pasta 1, p. 31, 32. Plano de Emergência do Idago. Parte 1. 1962 e 1963.

importante papel da iniciativa privada. Intervir sobre o regime de propriedade e sobre o uso da terra levanta a necessidade de agir sobre a propriedade privada, sendo seus principais mecanismos de intervenção o imposto territorial rural e a desapropriação. Não deixa de ser curioso que a percepção da questão agrária, no diagnóstico, se assemelhe às reivindicações dos movimentos camponeses, mas bastante distinta no modo de realização, em especial na identificação dos trabalhadores rurais como alvos da política e não como agentes de sua realização e formulação (MEDEIROS, 1983a; BRUNO, 1997).

A interpretação de Ribeiro, vinculando planejamento e intervenção estatal que garante importância à propriedade privada ao mesmo tempo em que a submete às necessidades coletivas, retoma as principais ideias e críticas do tenentismo ao latifúndio (MEDEIROS, 1983a; CAMARGO, 2007). A identificação com determinada tradição do tenentismo é de suma importância para os militares que tomaram o poder em 1964, tal como declarado pelo então ministro da Guerra do governo de Castelo Branco, o general Arthur da Costa e Silva, pouco mais de um mês após o golpe e pelo então ministro da Justiça, general Juracy Magalhães (PRESTES, 1997, p. 26)¹⁴⁸. Segundo Camargo (2007), as reflexões do tenentismo encontram suas raízes nas interpretações de Alberto Torres e, segundo Lamounier (2006), as noções positivistas de objetivo orgânico e racional articuladas por Torres se assemelham às definições contemporâneas de “planejamento”. Estas concepções também encontram eco na “boa ordem social”, identificada enquanto um organismo coeso, harmônico e induzido ao desenvolvimento pela ação estatal planejada, conforme apresentado no Capítulo 2.

Antes de adentrar nos mecanismos de controle e na argumentação técnica do Estatuto da Terra, é importante salientar algumas reflexões e referências internacionais que fundamentaram a compreensão da Reforma Agrária neste período. Um texto importante é o “Linhas gerais de um projeto de reforma agrária”¹⁴⁹, cujos principais elementos também se encontram no Plano de Emergência do Idago, no Ipes (1964) e no Estatuto da Terra. Segundo o texto, um “bom projeto” de reforma agrária deve atender à “modificação do ‘regime de posse e uso da terra’”, eliminando o latifúndio improdutivo, aglutinando o minifúndio antieconômico e dando as possibilidades de “ampliação da classe média rural”, objetivo principal da reforma agrária (p. 15).

A reforma agrária “não deve ser confundida com medidas de colonização, arrendamento, parceria, regulamentação ou modificação do ETR [Estatuto do Trabalhador Rural], etc.” (p. 16). Ela deve realizar duas etapas: a “opção política”, entendida como “a decisão governamental de desencadear a RA [Reforma Agrária]”, estabelecendo objetivos e instrumental legislativo; e a “formulação técnica”, entendida como “a ‘mecânica’ de planificação que irá permitir a transformação, com sucesso, de homens sem terra em empresários rurais” (p. 16; grifos nossos). Apesar do texto nitidamente separar a reforma

¹⁴⁸ Em seu discurso de 26/05/1964, Costa e Silva declarou os militares que empreenderam a “revolução” como continuadores dos ideais tenentistas de 1922, 1924 e 1930. O general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do mesmo governo, afirmou que a “Revolução de 1964 foi o coroamento do tenentismo, do pensamento tenentista”. Evidentemente trata-se de uma disputa pelo próprio significado do tenentismo, da qual se tenta excluir, por exemplo, a importância posterior de Luís Carlos Prestes. Esta disputa pode ser vista na própria obra de Santa Rosa (1976), escrita em 1932 e que buscou estabelecer as origens sociais e políticas das insatisfações do tenentismo, dando-lhe um significado e sentido. Este livro foi analisado no Capítulo 2.

¹⁴⁹ “Linhas gerais de um projeto de reforma agrária”. AN/PAR, Caixa 65, Pasta 1. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. S.d. Infelizmente o documento não apresenta autoria ou data, sendo o mais provável 1963 ou 1964, já que aponta a necessária transformação da Supra. Ao final do texto são indicados três nomes de “Assessoramento Internacional”: Clyde Mitchell, representante da FAO na América Latina; Decio Scardacione, senador Italiano entre 1968 e 1987 pelo partido Democrazia Cristiana, também foi professor de Economia e política agrária na Universidade de Bari; e Dr. Abt de Kyriat-Gat, Israel, sobre o qual não foi possível encontrar maiores informações. Os três nomes não devem ser desconsiderados, visto que as experiências de colonização e reforma agrária dos EUA, Itália e Israel foram fundamentais na conjugação de ideias do Ipes e do Estatuto da Terra.

agrária da colonização, seu objetivo principal é a ampliação da classe média rural, o mesmo que será estabelecido pelo conjunto de políticas agrícolas e de reforma agrária do governo militar.

O texto estabelece, ainda, quatro “princípios básicos para o sucesso de uma RA” (pp. 16-17): “regionalidade” que, segundo o documento, “dispensa comentários”; “integralidade”, significando a integração da assistência técnica intensiva e especializada, bem como o acesso ao crédito logo no início da Reforma Agrária; “mística”, que aponta a necessidade de construir organismos novos, “não comprometidos e que representem, em si mesmo, o rompimento com o passado”, apontando a necessidade de alterar o nome da Supra, substituindo a noção de “Política Agrária” por “Reforma Agrária”, e fixar sua sede em Brasília; e “convergência como base de planificação”, onde se aponta a necessidade de instituir um “ponto de convergência” para o início da Reforma Agrária, apontando a possibilidade de estabelecer “a indústria de transformação de produtos agrícolas” e as “cooperativas” como este ponto, utilizando como exemplo o “canal de irrigação” das reformas agrárias da Itália, Espanha e países andinos.

Entre os objetivos estratégicos estão o atendimento simultâneo aos atuais proprietários, com obras de melhoramento e assistência e a não conversão dos proprietários desapropriados em inimigos da reforma agrária (p. 18). O texto estabeleceu “Diretrizes gerais do ante-projeto de Lei” que, em sua forma, assemelha-se ao Estatuto da Terra (pp. 19-20): 1. Dos objetivos da Reforma Agrária: “conduzir à modificação do ‘regime de posse e uso da terra’, propiciar a ampliação da classe média rural e proporcionar condições de êxito aos novos parceiros” e “condicionar o direito de propriedade da terra ao bem estar social”; 2. Do órgão executor da Reforma Agrária, atendendo ao princípio da “mística” e tomando os órgãos regionais à imagem da Sudene; 3. Da mecânica da Reforma Agrária, combinando o mecanismo de desapropriação com a pressão fiscal (Imposto Territorial Rural e Imposto de Renda); 4. Da desapropriação por interesse social, onde também se deve inserir o critério de uso racional da terra; 5. Do mecanismo de desapropriação; 6. Do mecanismo de pressão fiscal, com tabelas progressivas do Imposto Territorial Rural e da cédula G do Imposto de Renda; 7. Dos projetos de Reforma Agrária, entendidos como “a planificação de uma região geoeconômica ou de uma área”.

Este documento, preparado com assessores internacionais, e o impacto da Aliança para o Progresso na América Latina apontam, como indicado nos capítulos anteriores acerca da política de colonização em outros períodos, o intenso diálogo internacional sobre a reforma agrária, marcado por formas preventivas de reforma a fim de impedir a possível repetição da Revolução Cubana de 1959 pelo continente. É o caso de citar, a título de exemplo, o texto de José Gomes da Silva e Josele de Paiva Salomão apresentado em 1964 em simpósio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)¹⁵⁰. A fim de mostrar a relação e a importância da reforma agrária para a produção de alimentos, os autores citam de forma breve, a partir de relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), os casos do Reino Unido, Suíça, Suécia, Alemanha Ocidental, Espanha, *Itália*, Países Baixos, Áustria, Polônia, Iugoslávia, Japão, *Taiwan*, Índia, República Árabe Unida, Irã, *Israel*, Quênia, Sudão, *EUA*, Bolívia, Cuba, *Venezuela*, *México* (pp. 128-140).

Os países em itálico são os tratados com maior importância e observados como exemplares em outros documentos. Importa dessa relação a atenção dada aos diversos casos de reforma agrária analisados pelos autores, em grande medida técnicos que atuaram na

¹⁵⁰ “Reforma agrária e produção de alimentos”. Texto de José Gomes da Silva e Josele de Paiva Salomão apresentado no Simpósio “O homem brasileiro e sua alimentação”, promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em Ribeirão Preto (SP) nos dias 6 e 7 de julho de 1964. AN/PAR, Caixa 65, Pasta 4. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. 1964 a 1966.

implementação do Ibra, ao menos no caso de José Gomes da Silva¹⁵¹. Estes buscavam contribuir com a formação de uma política voltada para o problema brasileiro, mas partindo do sucesso de outras experiências. Além disso, importa analisar a efervescência da questão agrária em todo o mundo: no que se refere ao tratamento dos “problemas” sociais no Brasil, em particular os agrários, sempre se observou com atenção as respostas dadas no exterior, ressaltando que não se trata de mera cópia, mas de apropriação e tratamento dos problemas que atingiam, de algum modo, as elites.

3.2.3. Constituição da área prioritária para reforma agrária

A construção do compromisso envolveu não só convencimento e contraprestação com relação aos proprietários rurais. Ela também necessitou da linguagem técnica e despolitizante para fazer da reforma agrária um elemento legítimo de intervenção do Estado. Ponto central a ser analisado é a construção das áreas prioritárias para reforma agrária, baseadas no zoneamento típico das áreas rurais brasileiras.

Em conferência proferida no Curso de Atualidades Brasileiras do Ipes em 1965, Paulo de Assis Ribeiro aponta a distinção entre a política agrária e a reforma agrária, estabelecida na divisão dos institutos Inda e Ibra. A distinção serviu para salientar que “a política agrícola era um problema que interessaria a todo o país”, ao passo que a reforma agrária era um “problema [...] local, de determinadas áreas do Brasil. Não era um problema que atingia indiscriminadamente todas as áreas do Brasil”. A política agrícola estabelecida e realizada pelo Inda era “política de desenvolvimento no setor primário”, e a reforma agrária um dos “instrumentos para modificar a estrutura Agrária”¹⁵².

Em sua fala, Ribeiro parafraseia os dois incisos do Artigo 1º do Estatuto da Terra, onde reforma agrária é definida enquanto “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” e política agrícola como “o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país” (BRASIL, 2007a, p. 126). É dado relevante que Ribeiro diferencie entre a generalidade do interesse nacional pela política agrícola e a localidade tópica da reforma agrária.

Segundo Ribeiro, uma das particularidades da política agrícola brasileira foi o zoneamento, medida voltada para definir as áreas consideradas de ação prioritária. Foram estabelecidas quatro zonas¹⁵³: uma com “problemas [funditários] críticos”; outra onde se exigia a assistência estatal, em especial nas áreas onde já havia desenvolvimento agrícola; uma terceira zona marcada pela ocupação e economia de subsistência; e uma quarta zona “pioneira, não ocupada, que é a grande parte do país” (p. 76). O zoneamento foi estabelecido a partir do exame de alguns elementos, tais como o potencial demográfico da região, onde se relacionavam a densidade e a dinâmica populacional em relação às áreas das propriedades; a renda per capita dessa população e a importância econômica da área. São três índices calculados em conjunto: índice demográfico, índice socioeconômico (formas de exploração e uso da terra) e índice fundiário (presença de minifúndios e latifúndios, localização, proximidade dos mercados consumidores). Segundo Ribeiro, o “potencial [demográfico] é o predominante elemento desse

¹⁵¹ Esta preocupação continuou a ser recorrente entre os textos de Gomes da Silva (1971) e em sessões específicas publicadas na Revista da Abra.

¹⁵² “Conferência ‘Política de aplicação do Estatuto da Terra’”, de Paulo de Assis Ribeiro, realizada em 12 de agosto de 1965. AN/PAR, Caixa 55, Pasta 4, p. 75, 76. Ipes, debates após Conferências do Curso de Atualidades Brasileiras. 1965.

¹⁵³ Ribeiro apresenta as definições contidas no Artigo 43 do Estatuto da Terra (BRASIL, 2007a, p. 139).

zoneamento” (p. 81). Como indicado no Capítulo 2, a análise desses índices e o estabelecimento de zoneamentos hierarquizados a partir da prioridade ou não de realização da reforma agrária encontram um antecedente em Ipes (1964).

A fundamentação da questão agrária brasileira enquanto um problema de pressão ou potencial demográfico aponta as correlações já observadas a partir da análise da governamentalidade e da colonização sistemática, além de estar presente no conceito moderno de colonização proposto por Ribeiro, marcado pelo planejamento racional do povoamento em via de transformar o produtor rural. Importa neste enquadramento entender a dinâmica de grupos sociais específicos a fim de intervir nas condições de vida e ação destes grupos. As relações desiguais de poder fundamentadas no monopólio da propriedade da terra deixam de estar presentes na análise técnica e racional.

A apresentação de Ribeiro foi complementada pelo trabalho de assessoria feito por Bernardo Luiz Porto Carneiro, da firma Coteja¹⁵⁴. Com base nos estudos desta empresa, estabeleceram-se os trabalhos de “pesquisa piloto sobre modificações e atitudes dos proprietários rurais em áreas dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro”, discriminação de pessoal para atuar na rede de cadastramento, localização das unidades municipais de cadastramento, entre outros (p. 4).

O trabalho de assessoria repete a definição das áreas prioritárias estabelecidas no Estatuto da Terra, porém, como identificado a seguir, contém trechos não encontrados na legislação (BRASIL, 2007a, p. 139). As principais distinções estão nas zonas críticas e nas regiões já economicamente ocupadas: na primeira o trabalho de assessoria identifica três características de minifúndios e latifúndios alvos de intervenção por reforma agrária, baseadas na proximidade dos grandes mercados ou no nível de aproveitamento do solo. Nas áreas já economicamente ocupadas transparece a distinção entre “economia de subsistência” e “economia de mercado”, apontando a necessidade de fazer os lavradores e pecuaristas se passarem de uma para a outra. No primeiro caso a diferença parece pouco relevante, pois essas características estão presentes na própria lei. No segundo caso, contudo, a alteração é importante, pois indica um dos efeitos desejados com a legislação: modernizar a economia “atrasada” do campo, o que se traduz pelo avanço da economia de mercado, de cunho empresarial, identificando continuidade no sentido da colonização que orienta a integração de mercados de trabalho livre, terra e consumo.

São quatro as regiões de zoneamento do país, estabelecidas com base nas condições socioeconômicas e nas características agrárias (p. 8; grifos nossos):

1. As regiões críticas que exigem a Reforma Agrária, com progressiva eliminação dos minifúndios e dos latifúndios *ou por estarem próximas dos grandes mercados, por não serem aproveitadas ou aproveitadas de forma deficiente.*
2. As regiões em estágio mais avançado de desenvolvimento social e econômico, onde *não ocorrem* tensões nas estruturas demográficas e agrárias.
3. As regiões que já estão “economicamente ocupadas”, mas onde predomina a “economia de subsistência” e cujos lavradores e pecuaristas carecem de assistência adequada *para ingressar na “economia de mercado”.*
4. As regiões que ainda estão em fase de ocupação econômica, carentes de “programas de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras”.

¹⁵⁴ “Trabalho da Assessoria Preparos de Dados – AT1 do GRET, cuja finalidade é servir de base ao relatório das atividades do GRET”. Bernardo Luiz Porto Carneiro. Agosto de 1966. AN/PAR, Caixa 65, Pasta 3, p. 165. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. 1957, 1959-1965. Não há paginação do Arquivo Nacional neste documento, de modo que siga aqui as páginas do próprio trabalho da Coteja, iniciado na página 165 da Pasta do Arquivo Nacional.

Importante apontar que a palavra “tensão” caracteriza, pela sua negativa, as zonas em estágio mais avançado de desenvolvimento, não aparecendo enquanto um elemento definidor das zonas críticas. O documento apresenta uma lista de estados e localidades estabelecidos em cada zoneamento que pode ser consultada (pp. 18-25). Importante apontar que, no que se refere às regiões críticas, as áreas já haviam sido apontadas por Ribeiro em suas notas preparadas para uma entrevista de imprensa em 5/10/1964 e em Ipes (1964), portanto antes da promulgação do Estatuto da Terra, mas em consonância com as discussões do Gret. Conforme a declaração na reportagem, a reforma agrária busca solucionar um problema fiscal, elevar a produtividade e resolver problemas de “forte pressão demográfica” que geram “focos de insatisfação social” como em algumas regiões “do Nordeste, da Zona da Mata de Minas, de São Paulo e Estado do Rio, e do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”¹⁵⁵.

Ao longo do trabalho de assessoria é definido um “Índice de Prioridade” capaz de estabelecer as áreas prioritárias de atuação estatal. O índice se baseia na relação entre as condições fundiárias, a densidade demográfica e as condições de uso e exploração da terra¹⁵⁶. As áreas prioritárias também foram estabelecidas e identificadas com base na “ocorrência de fatores de ordem sociopolítica, que tendem a agravar a situação crítica evidenciada no zoneamento”, as possibilidades de assistência técnica, financeira e administrativa e a participação de organismos internacionais de financiamento e assistência voltados para a “reformulação agrária”, possivelmente em referência à Aliança para o Progresso (p. 17).

O trabalho de assessoria continua a discutir e apresentar as definições dos mecanismos necessários à alteração da estrutura fundiária, tais como o módulo rural e a tributação progressiva da terra, conforme definidos e apresentados no Estatuto da Terra. Módulo¹⁵⁷ é definido enquanto a quantidade necessária de terra para que uma família garanta as suas condições de sobrevivência e progresso social e partir das condições de posição, local, assistência de infraestrutura e dos tipos de produção adequados àquela região (p. 27). No Estatuto da Terra a definição de “Módulo Rural” segue os termos da conceitualização de “Propriedade Familiar”, entendendo-se como imóvel explorado de forma direta e pessoal pelo agricultor e sua família, sendo capaz de lhe absorver toda a força de trabalho e lhe garantir a subsistência e o progresso social e econômico (BRASIL, 2007a, p. 127).

A tributação é outro instrumento básico da reforma agrária, sendo entendida como “incentivo ao bom lavrador ou pecuarista” com mecanismos progressivos e regressivos de cobrança de impostos (p. 37). Ela também aparece como instrumento capaz de disciplinar a ação do “dono da terra”, aquele que não é o

explorador da terra, não o empresário e sim o dono da terra. Aquele que tem a terra para fins exclusivamente capitalistas, e foi levado a isto por não ter outra alternativa, os homens que não tinham onde investir a sua sobra de capital porque, com a inflação, o dinheiro desaparecia (p. 37).

¹⁵⁵ “Notas preparadas para entrevista do Dr. Paulo de Assis Ribeiro em 5/10/64”, datilografada em papel do Gabinete do Ministro Extraordinário. AN/PAR, Caixa 57, Pasta 4, p. 6. Ipes – Normas, esboços, ofícios e pareceres. Ibra/Gret: notas para a imprensa. 1964 a 1966.

¹⁵⁶ “Trabalho da Assessoria Preparos de Dados – AT1 do GRET, cuja finalidade é servir de base ao relatório das atividades do GRET”. Bernardo Luiz Porto Carneiro. Agosto de 1966. AN/PAR, Caixa 65, Pasta 3. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. 1957, 1959-1965. No trabalho de assessoria é estabelecida uma fórmula: $IP = P \sqrt[3]{(x \cdot y \cdot z)}$. P se refere ao Potencial Demográfico; x é o índice fundiário; y é o índice demográfico; z é o índice geoeconômico e social (pp. 8-10).

¹⁵⁷ Também o Módulo Rural recebe uma fórmula de definição: $A = R/L$, onde A é a área específica em hectares, R é a renda estabelecida para remunerar a mão de obra, o capital fixo e o capital de giro, e L é o lucro líquido da produção base por hectare (p. 28).

A estes homens *sem alternativa* as reformas promovidas pelo governo possibilitaram a compra de títulos do governo no lugar da compra da terra:

O resultado é exatamente o que procuravam. Se não queriam sentir o efeito da inflação sobre o seu capital, isso é conseguido com a compra de títulos, canalizando poupança. Antes, tinham que comprar terras; esse volume enorme de investidores que comprou terra para não perder dinheiro e não com fim de explorá-la, serão tributados, para mudar de setor. Entra aí a influência da legislação, canalizando a poupança e os diversos investimentos para outros campos. A mentalidade do dono da terra mudará, levando-o a vender essa terra, a quem quer explorá-la e investirá seu dinheiro em outro setor (p. 38).

Pode-se compreender a interpretação técnica e orientada para modificar as “atitudes dos proprietários rurais” (p. 4) nos preceitos da governamentalidade, fazendo da ação estatal um modo de governar condutas e orientar as interpretações de distintos grupos sociais. Conforme apontado na Introdução e ao longo deste capítulo, a definição matemática busca dotar de legitimidade e cientificidade os termos e conteúdo da intervenção estatal baseada em planejamento racional. O caráter racional, conforme Weber (1999, p. 146), reside na “dominação em virtude do conhecimento” e caracteriza a administração burocrática, entendida também enquanto “administração de *massas* (de pessoas ou objetos)”.

Retomando os termos de Horkheimer (2015) e Arendt (1994) apresentados na Introdução, e os instrumentos essenciais à transformação da estrutura agrária presentes no Estatuto da Terra e nas formas de atuação do Ibra e do Inda, pode-se perceber que o caráter técnico e matemático da análise não coloca em consideração duas importantes variáveis: o conflito por terra e a propriedade da terra enquanto elemento indispensável do diferencial de poder entre classes no Brasil. A propriedade da terra, legal ou ilegalmente constituída, significa capacidade de dar legitimidade e autoridade nas relações de poder e nas configurações sociais estabelecidas no campo e na cidade. O planejamento que instrumentaliza a razão, oculta os efeitos de dominação da natureza e da sociedade (HORKHEIMER, 2015) e encontra terreno fértil na tradição burocrática brasileira, marcada por concepções autoritárias e por uma estrutura social desigual que continuamente se voltaram contra as tentativas de democratizar o controle das decisões políticas (FERNANDES, 2011, 2020).

A linguagem científica e técnica buscou qualificar o Estatuto da Terra e, conseqüentemente o primeiro governo militar. Em reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, o Estatuto da Terra foi apontado como medida “isenta de qualquer espécie de pressão por parte de grupos políticos, operários ou ligados a interesses estrangeiros”, anulando “qualquer comparação do movimento de 31 de março com movimentos de fundo militar-direitista tão frequentes na América Latina”¹⁵⁸. Ainda segundo esta reportagem, a promulgação do Estatuto encontrou dificuldade entre a

posição marcadamente reacionária: a de defesa de interesses dos latifundiários ou donos de terra; a de suposta captação de prestígio eleitoral em áreas retrógradas; a de confusão entre os propósitos e meios escolhidos no Estatuto da Terra com aqueles usados pelo Governo Goulart; a de desconhecimento das raízes do problema brasileiro e do que se tem feito em vários outros países em matéria de Reforma Agrária (p. 35).

Entre os reacionários latifundiários, os eleitoreiros, o extremismo de Goulart e o desconhecimento, a reforma agrária proporcionada pelo Estatuto da Terra construiu o *conteúdo*

¹⁵⁸ “O Estatuto da Terra e a reforma agrária”. Datilografado em papel do Gabinete do Ministro Extraordinário. Escrito à caneta: “Julio – Publicado no Suplem. Econômico do Jornal do Brasil de 31/1/65”. AN/PAR, Caixa 57, Pasta 4, p. 34. Ipes – Normas, esboços, ofícios e pareceres. Ibra/Gret: notas para a imprensa. 1964 a 1966.

ideológico dos governos militares ao estabelecer novos significados para “progresso” e “desenvolvimento” a partir da ação interventora do Estado nas formas de ocupação, uso e propriedade da terra. Conforme apontou Medeiros (1983a), buscou-se, na proposta, modernizar a agricultura, em relação à produção e às relações jurídicas e trabalhistas, e diminuir as tensões sociais sem eliminar ou se contrapor diretamente aos latifundiários, elementos presentes nos projetos patronais de reforma agrária e desenvolvimento agrícola.

Apesar da delimitação técnica e dos critérios de definição dos zoneamentos, em balanço do primeiro ano de atuação do Ibra publicado no *Jornal do Brasil* em 31/10/1966¹⁵⁹, no estado do Rio de Janeiro, criteriosamente identificado enquanto região prioritária para reforma agrária, a forma de núcleo colonial foi preferida para fazer dos “posseiros e invasores [...] empresários rurais”. Neste balanço são citados os núcleos constituídos, como a Usina Caxangá, em Pernambuco, e os que foram ampliados: Alexandre Gusmão, em Brasília, e Papucaia, no Rio de Janeiro¹⁶⁰. Em relação a 1966 se aposta nas “transformações espontâneas na estrutura de posse e nas condições de uso” da terra “a partir da tributação progressiva de estímulo à produção racional e de punição às práticas antieconômicas ou socialmente condenáveis e ao não aproveitamento de terras úteis” (p. 32).

Este balanço permite apreender em que medida a reforma agrária foi subsumida pela política de colonização, revelando como ambas as medidas eram utilizadas para realizar os mesmos objetivos. Nesta reportagem, o Ibra apostava na capacidade dos núcleos e projetos de, dentro do sistema cooperativo e com seleção dos candidatos, “transformar trabalhadores rurais, arrendatários ou parceiros em empresários rurais, criando a classe média rural” (p. 32).

3.3. Controle e Salvação: a Doutrina de Segurança Nacional

Ao longo destes primeiros capítulos foram apresentadas as perspectivas empresarial e burocrática na política de colonização. A fim de concluir este capítulo e a síntese de múltiplas determinações desta política no período ditatorial é preciso apresentar, ainda que de forma breve, a perspectiva militar, indicando o conjunto de valores, discursos e práticas dos atores do complexo tecno-empresarial militar. A preocupação dos militares com a segurança interna já foi apresentada e agora a análise se centra naquilo que interessa mais diretamente à política de colonização deste período, retomando a discussão sobre a tutela, anteriormente apresentada.

Segundo Castello Branco (1967)¹⁶¹, o conceito de “segurança nacional” é mais abrangente que o de “defesa nacional”. O último se limita a enfatizar os aspectos militares da

¹⁵⁹ “A atuação do Ibra como instrumento do programa de ação econômica do governo”. Texto datilografado. O seguinte foi escrito à caneta: “p/JB de 31/1/66 Julio”. AN/PAR, Caixa 57, Pasta 4. Ipes – Normas, esboços, ofícios e pareceres. Ibra/Gret: notas para a imprensa. 1964 a 1966. O caso de Papucaia será trabalhado nos próximos capítulos, e os casos de Caxangá e Alexandre Gusmão serão comentados no Capítulo 6.

¹⁶⁰ No documento se encontra escrito “Sapucaia” (p. 32), contudo, há um ponto de interrogação escrito a lápis logo abaixo do –S, de modo que deve se tratar de um erro de digitação e o Núcleo deve ser o de Papucaia. Este tipo de confusão é bastante comum em documentos e reportagens.

¹⁶¹ Segundo o resumo feito pela *Revista Síntese*, o texto é a transcrição da aula inaugural dos cursos da ESG, proferida três meses antes do acidente que levou Castello Branco à morte. Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967) ingressou na escola Militar do Realengo (RJ) em 1918. Apesar de ideologicamente alinhado com os tenentistas de 1922, não aderiu ao movimento, mas com a nova movimentação dos tenentistas em 1924, ficou preso por alguns meses. Ao longo dos anos 1930 passou a defender a necessidade de maior profissionalização dos militares, orientando sua formação para os problemas da defesa nacional, porém defendendo que estes não deveriam se envolver em política nem exercer cargos civis. Em 1940 foi nomeado oficial de gabinete do ministro da Guerra general Eurico Gaspar Dutra, e participou das formações militares nos EUA e da Força Expedicionária Especial na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Participou em 1952 da Cruzada Democrática, movimento formado por oficiais preocupados com a “infiltração comunista” no meio militar e redigiu, junto de Golbery do Couto e Silva e outros 80 coronéis e tenentes-coronéis o Manifesto dos Coronéis, assumindo oposição a Vargas. Na década de 1950, Castello Branco atuou dando palestras e fazendo formações na ESG, disputou a presidência do Clube Militar contra o general Lott e manteve suas posições anticomunistas. Suas ações contrárias a João Goulart

segurança, em especial os problemas de agressão externa. Já o conceito de “segurança nacional” significa

a defesa global das instituições, incorporando por isso os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológicas, *até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito que a agressão externa* (BRANCO, 1967, p. 6; grifos nossos).

A questão do desenvolvimento se torna intrínseca às necessidades de segurança. O poder militar está condicionado à base industrial e tecnológica, necessária para assegurar a “boa prática das instituições” econômicas e jurídicas, o “desenvolvimento econômico e a segurança do regime” em meio às “tensões e lutas” causadas pela “excessiva concentração de renda e crescente desnível social”, gerados “mesmo [em] um desenvolvimento econômico satisfatório” (BRANCO, 1967, p. 6). Deste modo, é necessária uma doutrina de segurança nacional capaz de possibilitar o desenvolvimento econômico e garantir os direitos da propriedade, a estabilidade dos contratos e o nível e eficiência dos investimentos privados. Segundo Tibola (2007), a doutrina de segurança nacional pretendeu “pensar o Brasil”, retomando autores da ideologia autoritária brasileira, como Alberto Torres e Oliveira Viana. Para estes autores, é preciso entender as bases de formação histórico-cultural do Estado brasileiro e suas influências nos problemas atuais, sendo fundamental a atuação de um Estado forte capaz de realizar as transformações e mudanças necessárias, incapazes de serem feitas pela sociedade nacional amorfa.

Em relação às peculiaridades regionais da questão federativa no Brasil, marcada por um “sistema essencialmente unitário [que] reorganizou-se em unidades federativas” com a Constituição de 1891, Castello Branco (1967, p. 17) aponta para necessidade de observar com atenção as “forças centrífugas”, traduzidas em movimentos separatistas. Apesar de apontar que estas forças e movimentos tiveram repercussão inexpressiva, sugere duas medidas de cautela: “promover a redução do desequilíbrio econômico entre Estados e regiões, e evitar a rarefação econômica e demográfica das áreas fronteiriças, mediante programas de colonização, implantação de transportes e promoção do crescimento econômico” (BRANCO, 1967, p. 17). Castello Branco aponta como positivas as experiências da Sudene e da Sudam na redução da “brecha econômica” entre Nordeste/Norte e Centro-Sul, evitando tensões sociais e políticas. Estabelece, ainda, um nexos entre a segurança nacional e a necessidade, em âmbito internacional, de fortalecer o “Poder Central”, devido às exigências de

ressaltavam a defesa da hierarquia e importância das Forças Armadas, ainda que assumisse uma posição legalista. Frente às crises políticas e sociais acentuadas em 1963, e à própria crise interna dos militares, Castello Branco passou a atuar na reformulação da doutrina militar e, junto dos generais Ernesto Geisel, Ademar de Queirós e Golbery do Couto e Silva, forma no início de 1964 um “estado-maior informal” que consolidou uma rede de militares favoráveis à conspiração política e que consolidou a coordenação de uma ação militar para depor Goulart. Após o golpe, os governadores Magalhães Pinto (MG), Carlos Lacerda (GB – Guanabara), Mauro Borges (GO), Ildo Meneghetti (RS), Nei Braga (PR) e Fernando Correia da Costa (MT), Costa e Silva e representantes da ESG, da Sociedade Rural Brasileira e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo estabeleceram um consenso na nomeação de Castello Branco para a presidência. Sua atuação se baseou nos preceitos de segurança e desenvolvimento da ESG e seu governo cassou e afastou lideranças políticas contrárias, estimulou uma política econômica liberalizante, intensificou repressões a movimentos populares de oposição, considerados comunistas e subversivos. Ver: KORNIS, Mônica. Humberto de Alencar Castello Branco. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>. Acessado em: 07/03/2022.

rápida ação do Estado, a integração dos mercados, a necessidade do papel promotor da União no desenvolvimento econômico, a emergência de técnicas de planejamento global da economia e a necessidade de harmonização dos instrumentos de política monetária (BRANCO, 1967, p. 19).

O autor termina o texto/apresentação apontando a aplicabilidade da Doutrina de Segurança Nacional na disciplinarização das formas de expressão do dissenso. Tomando a expressão do dissenso e os espaços de consenso como elementos característicos da democracia, Castello Branco (1967, p. 20) aponta que liberdade não pode ser confundida com “indisciplina”, devendo-se alcançar o equilíbrio entre “a capacidade de reclamar direitos” e a “capacidade de aceitar deveres”. Segundo o autor, nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, “a motivação para resolver agudos problemas excede de muito o conhecimento técnico e a capacidade prática para escolher e aplicar soluções adequadas” (BRANCO, 1967, p. 20), de modo que o desconhecimento técnico, a falta de planejamento e o excesso de reivindicações ameaçam a democracia. Apesar de não apresentar esta conclusão, é possível perceber como proveitosa a relação entre os militares e o corpo de técnicos e burocratas.

A defesa da centralização e da disciplina do espaço democrático apontam para algumas características essenciais das Forças Armadas brasileiras no período analisado. Carvalho (2019a) aponta para a recorrência da atuação tutelar das Forças Armadas no período republicano brasileiro. Indicando uma continuidade entre 1930 e 2019, o autor (p. 23) aponta que as “crises de governança que vieram depois [de 1930] passaram a ser resolvidas pela arbitragem militar, quando não pela simples ocupação do poder”. A função tutelar ou “moderadora” (STEPAN, 1971) foi percebida como vitoriosa nos eventos de 1930, constituindo uma concepção denominada por Carvalho (2019a) como “intervencionismo controlador”. Segundo Stepan, entre 1891 e 1964, os principais atores políticos brasileiros defenderam o poder discricionário de garantia dos “limites da lei” dos militares, acordando entre si a visão de que “os militares sob certas condições têm a obrigação de intervir no processo político” (STEPAN, 1971, p. 78)¹⁶².

No cerne da autoconcepção tutelar dos militares está a percepção de uma sociedade civil incapaz de se auto-organizar de forma coesa e harmônica, de tal modo que o seu bom funcionamento deve ser garantido pela ação organizada e disciplinada, porque planejada, dos militares (VIANNA, 2005; LAMOUNIER, 2006). Esta percepção pode ser identificada na obra do Coronel Ferdinando de Carvalho (1966, 1967), que conduziu o IPM sobre as ações do PCB. Nos quatro volumes publicados por Carvalho pela Biblioteca do Exército, desenha-se uma imagem do PCB como “imenso polvo cujos tentáculos se lançam em várias direções” (CARVALHO, 1966, p. 149), controlando e manipulando de forma hábil e calculista as justas reivindicações e sofrimentos das populações mais pobres, infiltrando-se em suas organizações e nas instituições públicas, inclusive as militares. Quando se refere ao campesinato, o caráter maleável desse grupo social é ressaltado, apontando que os comunistas transformaram as “justas reivindicações, em bandeira da agitação armada” (CARVALHO, 1967, p. 360).

Segundo Motta (2020), a demonização e a zoomorfização do comunismo e suas lideranças articulam suas imagens a arquétipos animalizados, constituindo um bestiário de forte apelo popular. Foi comum nos discursos anticomunistas a comparação ou retratação de militantes comunistas como animais asquerosos e traiçoeiros, tais como polvo, serpente, hidra, lobo, abutre, hiena, além de monstros, feras, insetos e aracnídeos. As representações colocavam imagens de agentes traiçoeiros, que se alimentam de carne putrefata, que sobrevivem do sofrimento e que planejam um domínio global e se infiltram, seduzindo, enganando e

¹⁶² Tradução livre de: “the military had under certain conditions the obligation to intervene in the political process”. Há uma edição em português, publicada em 1975, contudo não a consultei.

envenenando. O imaginário do anticomunismo no Brasil se consolida a partir das matrizes do catolicismo, nacionalismo e liberalismo, criados e divulgados por organizações anticomunistas com presença e apoio da Igreja Católica, militares e empresários. Apesar do anticomunismo no Brasil já estar presente em décadas anteriores, como indicam as acusações levantadas e que motivaram a expulsão de Davatz em 1850, citado no capítulo 2, esse imaginário se consolida após a Revolução ou Intentona Comunista de 1935 e é retomado, com alguns pontos distintos, no contexto de crises dos anos de 1961 a 1964¹⁶³.

Frente esse contexto caótico em que a infiltração de ideias estrangeiras e dissonantes com a harmonia nacional, que mobilizam e manipulam as classes perigosas e os inimigos internos, o poder estatal autoritário foi constituído, conforme apontou Ianni (1984), como entidade instituidora da sociedade e da cidadania, influenciando na constituição e organização das pessoas, coisas, ideias e mercadorias. O Estado atuaria, na concepção militar, como reorganizador dos grupos e suas relações, diminuindo a capacidade política de determinados segmentos e grupos das classes economicamente dominantes. Como aponta Edmundo Campos Coelho (1976, p. 167 *apud* IANNI, 1984, pp. 69-70) “O Estado é o instrumento de mobilização da ação coletiva”, de tal modo que “A centralização do poder é indispensável como garantia da unidade nacional”, evitando desagregação individual e dissenso coletivo através de uma elite dirigente cuja função é “educativa por excelência”, capaz de inculcar “o sentimento de comunidade e do interesse coletivo” e a própria definição dos interesses da coletividade e as formas de constituição da identidade coletiva.

Segundo Stepan (1971), apesar da realização de golpes anteriores¹⁶⁴ e outras tentativas frustradas¹⁶⁵, o golpe de 1964 inaugurou a atuação “diretora” dos militares enquanto chefes de altos cargos executivos. Este novo elemento rompe com o padrão moderador, onde os militares atuavam de forma mais rápida na intervenção, removendo o presidente e abrindo caminho para a sucessão. Este novo fato foi na direção contrária à crença, entre militares e elites civis, do papel legal e legítimo dos militares em intervir de modo a dar continuidade ao Estado e à sua constituição.

Entre 1930 e 1960 ocorreram diversas experiências nacionais e internacionais que foram significativas para a consolidação dessas perspectivas entre os militares, podendo-se citar, como também indicado no Capítulo 2, a Intentona Comunista de 1935 (MOTTA, 2020), a presença e participação de militares no Estado Novo de 1937, os acordos de cooperação militar e o impacto que tiveram na profissionalização desse grupo, sobretudo os realizados junto aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, a experiência da Guerra Fria e o impacto da Revolução Cubana de 1959 e as crises políticas, econômicas e sociais dos anos 1960 (STEPAN, 1971; PRESTES, 1992; TIBOLA, 2007; CARVALHO, 2019a). Esse conjunto de experiências foi processado na formação de uma ideologia marcada pelo medo do comunismo, o crescimento das doutrinas de contra insurgência e a convicção na necessidade de realizar algumas transformações de modo a evitar a revolução popular, elementos característicos do Estado autocrático brasileiro, do congelamento da descolonização e do “medo histórico” das elites

¹⁶³ Conforme já sinalizado na Introdução, há muitas continuidades entre os períodos analisados e o contexto atual pós-golpe de 2016 sofrido pela presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT). Não é o intuito desta pesquisa sinalizar todas essas continuidades, o que fugiria do objeto aqui privilegiado. No entanto, tanto Motta (2020) quanto Carvalho (2019a) sinalizam a permanência do anticomunismo e do intervencionismo controlador como elementos estruturantes de nossa sociedade e que, neste novo contexto, são acionados por setores militares e empresariais, com novos termos, revelando que há muito passado em nosso presente, e muita atualidade em nosso passado.

¹⁶⁴ Stepan (1971) classifica como golpes militares de sucesso o que deu fim ao Estado Novo em 1945 e a movimentação que levou à saída, pelo suicídio, de Getúlio Vargas.

¹⁶⁵ Stepan (1971) se refere às movimentações de grupos militares na tentativa de impedir a eleição de Kubitschek e Goulart em 1955 e de impedir que Goulart assumisse a presidência após a renúncia de Jânio Quadros em 1961.

brasileiras (FERNANDES, 2015, 2020). O conceito de “segurança” passou a ordenar os aspectos da vida social e política na concepção dos militares¹⁶⁶, voltando-se para seu papel enquanto construtores da nação e para os planos de desenvolvimento. Segundo Stepan (1971), as novas doutrinas da segurança e da contra-insurgência foram expandidas pelos EUA e pelos cursos dados nas escolas de oficiais militares da América Latina. A ESG foi fundamental na construção da percepção dos militares como legítimos e capazes de assumir o poder e implementar estratégias de desenvolvimento, baseando-se na compreensão da formação de tecnocratas próprios.

Para Stepan (1971), a ESG deu foco à inter-relação entre segurança e desenvolvimento nacionais entre os anos 1950 e 1960. Nesta relação são fundamentais as questões do planejamento, da máxima racionalização e da governança forte, tendo como principal fonte a obra do general Golbery do Couto e Silva. Em compilação de textos sobre a geopolítica brasileira, Couto e Silva (1981 [1967], p. 21) afirma que o “símbolo de nossa era é bem o símbolo da integração, processo solucionador por excelência de todos os antagonismos”. Partindo de Thomas Hobbes, Couto e Silva aponta o papel do Estado soberano na superação do Medo. Segundo o autor, o dilema do Homem enquanto animal social é o mesmo do analisado por Hobbes: “sacrifício completo da Liberdade em nome da Segurança individual e coletiva” (COUTO; SILVA, 1981, p. 9).

Na sua análise, a situação em meio à Guerra Fria chegou ao ápice da insegurança do cidadão dentro da nação e dos Estados dentro do sistema internacional, prevalecendo a perspectiva de guerras civis, subversivas e internacionais e a “ânsia neurótica” com que homens e mulheres se mostram dispostos a perder a própria liberdade em nome de alguma segurança. Segundo o autor, neste contexto em que a guerra é o fenômeno político central, torna-se fundamental conjugar liberdade e segurança, pois essa “é a guerra – total, permanente, global, apocalíptica – que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada” (COUTO; SILVA, 1981, p. 12).

Em tempos de guerra total, o instrumento da ação estratégica também deve ser a integração das forças nacionais – recursos físicos e humanos; capacidades espirituais e materiais; totalidade dos meios econômicos, políticos, psicossociais e militares. O Poder Nacional, nesta época, deve estar fundamentado no “[p]otencial mais amplo”, atualizado, transformado, orientado e mobilizado “para a eventualidade da guerra que venha a se concretizar”, de modo que as Forças Armadas assumem “o papel dominante” (COUTO; SILVA, 1981, p. 13). Esse papel é orientado por uma doutrina de Segurança Nacional própria, baseada nos problemas nacionais e nos recursos disponíveis, mas sem deixar de compreender as relações geopolíticas internacionais. Segundo Tibola (2007), utilizando os termos mobilizados pela ESG e por Couto e Silva, o Poder Nacional se orienta para alcançar o Bem Comum, estabelecido enquanto Objetivos Nacionais Permanentes identificados pelo diagnóstico geopolítico fundado na ideia de guerra total e permanente.

A fim de estabelecer a integração e valorização do território nacional, Golbery do Couto e Silva fala em articular e desenvolver o “avanço já esboçado para noroeste, a partir do núcleo central [formado pelo triângulo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte] que, geográfica e historicamente, é a verdadeira plataforma para penetração e conquista do interior” (COUTO; SILVA, 1981, p. 45). A primeira etapa é vincular o Nordeste e o Sul ao núcleo central, para em seguida impulsionar “o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central” e depois “inundar de civilização a Hiléia amazônica” (COUTO; SILVA, 1981, p. 47). No centro da reflexão geopolítica está a equação entre as formas planejadas de povoamento e a exploração racional das potencialidades do solo e do clima, sem deixar de levar em

¹⁶⁶ E também na argumentação das classes empresariais do campo, conforme analisado anteriormente no tópico 3.2.1.

consideração os aspectos econômicos, psicossociais e morais. Talvez aqui o essencial não seja a noção de “planejamento”, mas sim de “estratégia”, que contém certas relações e no pensamento estatal brasileiro parecem se apresentar enquanto sinônimos. Ambas contêm a crença na técnica que caracteriza a dominação racional e fundamenta a burocracia como quadro administrativo da dominação, além de remontar às noções de objetivismo tecnocrático e Leviatã benevolente já apontadas por Lamounier (2006). Dado o conhecimento atual sobre o avanço do Estado militarizado sobre terras indígenas (FERREIRA, 2013; VALENTE, 2017)¹⁶⁷, a imagem de uma civilização que inunda não deixa de evocar outra ação de conquista que marca a história contemporânea das Forças Armadas brasileiras: a Guerra de Canudos. Segundo Cunha (2019, p. 301), era preciso que os sertanejos que se organizaram junto a Antonio Conselheiro “saíssem afinal da barbaria em que escandalizavam o nosso tempo, e entrassem repentinamente pela civilização adentro, a pranchadas”.

Para Couto e Silva (1981, p. 155), a Segurança Nacional é definida como “o grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis”. Para este autor, a geopolítica brasileira do final dos anos 1950 e das décadas posteriores é a do expansionismo interior, da integração e valorização territoriais, mas também do desenvolvimento econômico e social, afirmando-se no exterior.

A preocupação com o desenvolvimento e com o planejamento estratégico desenvolveram-se com a formação de tecnocratas, coronéis e generais. A formação passava por estudos sobre a inflação, a reforma agrária, a reforma bancária, o sistema eleitoral, a questão dos transportes, a educação, a luta de guerrilhas e as guerras convencionais. Segundo Stepan (1971, p. 180), com o aprofundamento da crise no Brasil, consolidou-se “a ênfase da ESG na necessidade de uma estratégia de desenvolvimento total para combater a subversão interna”¹⁶⁸.

Segundo Stepan (1971, p. 254), o governo Castelo Branco foi marcado por uma “democracia tutelada” pelos militares, tomada como elemento necessário para preparar uma democracia “real” e “racional”, por intermédio de uma ação governamental “forte”, “centralizada” e “racionalmente planejada”. A ausência de maiores diálogos com os civis e de persuasão política do governo Castelo Branco levou à sua mudança e descontinuidade com a alteração de governo. Conforme argumenta Stepan (1971), a chamada “linha dura”, ou “nacionalistas autoritários”, como denomina o autor, fizeram oposição ao governo de Castelo Branco por dentro. Para este autor, a alteração do governo foi uma resposta de oficiais mais novos, insatisfeitos com as conquistas do regime e que desejavam uma política mais nacionalista e um governo mais “popular”.

Costa e Silva, apesar de não expressar totalmente as crenças dos nacionalistas autoritários, emergiu enquanto liderança simpática às suas tendências, articulando os sentimentos mais militantes de um governo mais autoritário e nacionalista, apostando na capacidade dos militares de governarem sozinhos. O novo governo intensificou e aprofundou o autoritarismo e a violência, institucionalizando a prática da tortura ou sua ameaça como elemento para encorajar o apoio e a unidade do governo e desencorajar o dissenso, utilizando-a contra o crescente número de “subversivos” que ameaçavam a segurança nacional.

Em contexto posterior, no início dos anos 1980, Almeida (1980, p. 1) apontou a recorrência dos critérios de segurança nacional na realização da “reforma agrária localizada”,

¹⁶⁷ Pode-se citar também a redescoberta do Relatório Figueiredo produzido em 1967 e que aponta práticas recorrentes de violência promovidas por agentes privados e com conivência do Estado durante os anos 1950 e 1960 contra populações indígenas. Ver: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/547493-relatorio-figueiredo-crimes-continuam-50-anos-depois-entrevista-especial-com-elena-guimaraes>>. Ou ainda os reformatórios criados durante a ditadura para indígenas Krenak: <<https://apublica.org/2013/06/ditadura-criou-cadeias-para-indios-trabalhos-forcados-torturas/>>. Acessados em 05/07/2021.

¹⁶⁸ No original: “the ESG’s emphasis on the need for a total development strategy to combat internal subversion”.

realizada em áreas prioritárias de modo a assegurar a “constante ampliação do capitalismo na área rural”, priorizando a regularização fundiária e agilizando o processo de titulação da terra, ao mesmo tempo em que manteve inalterável o regime de posse, uso e propriedade da terra. O autor aponta “que está em curso um projeto de centralização de poder, em torno do CSN [Conselho de Segurança Nacional], sobre os conflitos de terras em escala nacional. *A questão da reforma agrária vai se tornando gradativamente uma questão de segurança nacional*” (ALMEIDA, 1980, p. 17; grifos no original). Pensada enquanto uma questão de segurança nacional, a reforma agrária passa a ser aplicada pelo aparelho repressivo do Estado, tendo como objetivo a neutralização dos movimentos de trabalhadores rurais e grupos indígenas que agiam contra a implantação de projetos agropecuários, madeireiros e de extração mineral. Para fortalecer as medidas autoritárias e burocráticas do Estado, o regime militar buscou o apoio e o fortalecimento dos poderes locais, processo classificado por Martins (1984) enquanto militarização da questão agrária.

Em texto de 1980, Couto e Silva avalia o período da ditadura militar como de escalada de centralização político-administrativa que fortaleceu o Poder Executivo e a União frente o Legislativo, o Judiciário e a própria estrutura federativa¹⁶⁹. Segundo o autor, os fatores que levaram à necessidade de centralização – inflação alta, crise econômica, ameaça à segurança nacional – construíram uma ampla e diversificada malha burocrática que, devido ao rápido crescimento, eventualmente perdeu o controle, “entorpecendo o próprio processo de tomada de decisões” (COUTO; SILVA, 1981, p. 23).

A abertura política à democracia, realizada de forma lenta e planejada, entra como estratégia de descentralização. Contudo, a avaliação do período aponta dificuldades: pressões no campo econômico, devido à inflação e aos desequilíbrios das balanças de pagamento e comercial; e as tendências “dissociadoras e os impulsos de autoafirmação” dos indivíduos e dos grupos sociais (COUTO; SILVA, 1981, p. 30). O autor observa a dificuldade e o aparente paradoxo de descentralização política, entendida como democratização, e necessidade de centralização nos campos econômico e psicossocial. Mexer no equilíbrio, condicionando e delimitando o avanço da democracia é o ponto central e estratégico para o Poder Executivo a ser consolidado nos anos 1980, até o fim do regime:

Tratar-se-á, em nosso caso, de manter e ampliar uma área central de manobra, essencial à promoção, em tranquilidade e segurança, de nossos objetivos políticos, mediante a aplicação, em sucessão irregular, de golpes inopinados contra as várias frentes circundantes, cada uma de per si. Dessa forma, buscar-se-á balizar, desde logo, limites às ações adversárias permitidas, ampliando-se gradativamente, a seguir, nosso espaço de segurança e manobra. Será até mesmo uma atuação pedagógica nos moldes do condicionamento de Skinner, reforçando-se a identificação daquilo que assegura compensações valiosas, em oposição às atitudes contraproducentes ou suicidas (COUTO; SILVA, 1981, p. 33).

É clara a visão de que ao Executivo fortalecido cabe o papel de conduzir e delimitar o processo de descentralização e democratização, restabelecendo a conexão com o “Leviatã benevolente” da tradição do pensamento autoritário (LAMOUNIER, 2006)¹⁷⁰. A democracia

¹⁶⁹ O texto, denominado “Conjuntura Política Nacional – o Poder Executivo” é a transcrição de palestra proferida em 1980 na ESG. Neste texto, Couto e Silva reflete sobre a dialética entre centralização e descentralização do poder estatal no Brasil, algo que denomina como a “velha equação colonial” (COUTO; SILVA, 1981, p. 10). O texto parte do discurso de 1975 do então presidente Ernesto Geisel e das conclusões do livro “Evolução do povo brasileiro” de Oliveira Viana, de 1923.

¹⁷⁰ A vinculação também se encontra na fundamentação de Couto e Silva em Oliveira Viana, expoente da tradição autoritária da Primeira República. A própria fundamentação de seus textos na soberania estatal hobbesiana aponta para tal.

deve ser conduzida até se tornar capaz de se desenvolver de forma autônoma. Como afirma: “todos nós precisamos reeducar-nos para a convivência democrática” (COUTO; SILVA, 1981, p. 33). Em seguida cita exemplos em diversas áreas: impedir pronunciamentos militares que apresentem fraquezas do Governo ou divisão nas Forças Armadas; “liquidar” um movimento grevista que prefere “a opção revolucionária da confrontação à opção democrática da negociação”; “desconhecer” entidades dos estudantes que não sejam legalmente representativas, impedindo “alianças estranhas de mestres e alunos” e “pressões contestatórias”; reprimir judicialmente a atuação ilegal dos meios de comunicação; “e assim por diante, até alcançar um relativo clima de tranquilidade, *conveniente* à promoção do objetivo fundamental – a institucionalização de um sistema democrático *mais aperfeiçoado* e com imanente capacidade de aperfeiçoar-se ainda mais” (COUTO; SILVA, 1981, p. 34; grifos nossos).

Couto e Silva reafirma na década de 1980 o papel das Forças Armadas em conduzir a democracia e o crescimento, mesmo que isso signifique o planejamento estratégico da saída dos militares. Conforme analisado por Gaspari (2002), Couto e Silva foi ator e autor fundamental da atuação dos militares dos anos 1950 até os anos 1980, contribuindo para a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, atuando na ESG e no Ipes, dirigindo o SNI e figura chave do governo Geisel e do processo de abertura do regime militar.

A abertura do regime militar se iniciou em 1974 com o governo de Ernesto Geisel e com Golbery, seu principal assessor político. Segundo entrevista de Golbery a Stepan (1986), as principais razões da distensão eram: a crença no retorno à democracia pela ação dos militares, acreditando que um governo autoritário de longo prazo logo perderia sua legitimidade; os efeitos nocivos da campanha antiguerrilha¹⁷¹ (1969-1972); e da crescente autonomia e expansão pela malha burocrática da comunidade de segurança. Stepan (1986) aponta que a distensão, levada a cabo por Geisel e Golbery sem uma prévia discussão entre os militares, serviu fundamentalmente para realocar a composição de forças intramilitares, buscando outra imagem para a instituição após os períodos mais repressivos do regime¹⁷². Buscaram reconstruir as pontes de apoio da sociedade civil sem que isso significasse dismantelar ou recuar na hierarquia militar e no grau de profissionalismo e institucionalização alcançados.

Segundo Fernandes (1982), a transição tutelada da democracia representava o ponto mais moderno de reconfiguração do Estado autocrático brasileiro, no qual se identifica a relação entre militares, tecnocratas e empresários na manutenção de uma “democracia forte” que reproduz o padrão exclusivo de dominação e o controle sobre a mudança social e as formas de

¹⁷¹ A violência do regime ditatorial se inicia ainda no dia do golpe e se perpetua como uma característica contínua em seus 21 anos. Conforme apontado por Motta (2021), o regime militar se fechou e se tornou mais repressivo na medida em que organizações sociais, partidos políticos e movimentos diversos demandavam a abertura ou ganhavam maior peso político. Os grupos de oposição que optaram pela guerrilha como tática política de transformação social se colocavam como uma alternativa viável para aquele momento por conta do contexto da ditadura, que ampliara e militarizara seu aparato repressivo, orientado para coibir as reações populares. Os principais atos dos grupos guerrilheiros foram realizados depois do Ato Institucional nº 5 e podem ser vistos como uma reação desses grupos à violência estatal. A campanha antiguerrilha buscou desqualificar toda a oposição de esquerda como terrorista e antipatriótica e foi responsável por assassinatos, violações de direitos humanos, torturas e perseguições de militantes e apoiadores, como foi o caso, por exemplo, dos guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) envolvidos na região do rio Araguaia, quase todos mortos após a prisão. Percebe-se na campanha antiguerrilha e nas atuais manifestações pró Ato Institucional nº 5 a narrativa que coloca a violência dos “inimigos” e socialmente “desajustados” como ativa, e a ação do Estado e seus ampliados aparatos de poder como reativa. Conforme discutido na Introdução, entre as capacidades fundamentais do Estado está a de nomear as violências legítimas e ilegítimas (SCHINKEL, 2010; BENJAMIN, 2013; BOURDIEU, 2014). Sobre a guerrilha do Araguaia, a violência estatal e as conexões com transformações fundiárias impulsionadas pelo Inbra na região, ver Martins (1982) e Teló (2019).

¹⁷² Há de se pensar no sucesso desta perspectiva: o governo federal de 2018-2022 tem forte presença de militares da ativa e da reserva e seus apoiadores democraticamente eleitos, muitos dos quais atuantes durante a ditadura e seus defensores.

organização da sociedade. Como apontou Stepan (1986), o regime militar no Brasil se caracterizou pela profissionalização e expansão da rede militarizada de informações, controle e vigilância em todo o aparelho burocrático com grande autonomia de atuação. De certo modo, entendendo a partir de Weber (1999) a burocracia como administração e controle do cotidiano, os militares empreenderam um intenso controle sobre os próprios mecanismos burocráticos.

Buscou-se apontar, ao longo deste capítulo, que a preocupação com a segurança nacional, com o desenvolvimento e com o controle dos insubmissos esteve presente de forma estruturante nas aplicações e definições da política de colonização enquanto mecanismo de resolução da questão agrária. Esta explicação pretende realocar a política de colonização e a questão agrária no enquadramento mais amplo dos governos militares, possibilitando a relação com outras políticas e a percepção de um enquadramento estatal mais amplo. Compreendendo este quadro amplo da política de colonização ao longo do século XX será possível apreender as características particulares e os elementos gerais da colonização realizada no Rio de Janeiro, estado tomado como área crítica de realização da reforma agrária.

PARTE II
RAZIA E LUTA PELA TERRA EM CACHOEIRAS DE MACACU

CAPÍTULO 4. COLONIZAÇÃO RACIONAL E INTENSA: BAIXADA – CACHOEIRAS DE MACACU

A política de colonização e seus sentidos são elementos estruturais importantes na composição das experiências de formação e organização do campesinato fluminense. Em diferentes momentos de construção e reconfiguração desta política ela foi acionada de forma exemplar no estado do Rio de Janeiro: a formação da colônia de suíços em Nova Friburgo em 1819 (SEYFERTH, 2002), a formação do Núcleo Colonial de Santa Cruz em 1932 (NEVES, 2013), a criação de outros núcleos durante os governos de Getúlio Vargas, como São Bento, Tinguá, Duque de Caxias, Macaé, Papucaia e Santa Alice, e a transformação de Papucaia em Distrito e Projeto Integrado de Colonização (PIC) ainda nos primeiros anos do regime militar. Conforme sugerido por Neves (2013) e Medeiros (2018), a ausência de estudos sobre a colonização no Rio de Janeiro pode ser considerada uma indicação de que estas experiências não se consolidaram. Apesar do baixo número de famílias beneficiadas e da dificuldade de garantir a autonomia na reprodução social, as mudanças significativas nas formas de organização e nas relações sociais criadas pelas ações de colonização e suas intervenções na produção, uso da terra e relação com o campesinato, indicam a necessidade de realizar pesquisas mais detalhadas sobre estas intervenções. Erros e fracassos importam, na medida em que eles são parte da experiência de classe dos despossuídos e orientam sua organização, formas de ação e reivindicações (THOMPSON, 2011; BENJAMIN, 2012).

A discussão dos capítulos anteriores apontou para o caráter exemplar da aplicação da política de colonização no Rio de Janeiro, no sentido de que, embora tenham sido políticas localizadas, visavam a ampliação para outras unidades federativas, tornando-se um laboratório de intervenções e experiências. A vinculação com o contexto, com a dinâmica de conflitos fundiários, com as possibilidades e discussões em torno da aplicação de mecanismos de colonização ou reforma agrária tornam imprescindível compreender esse quadro para além de seu localismo e delimitação municipal ou estadual. Com base na discussão até aqui realizada, pretende-se apresentar a especificidade do caso de Cachoeiras de Macacu. A partir das etapas administrativas, dos conflitos sociais e políticos e das trajetórias dos parceiros do PIC Papucaia é possível levantar hipóteses e indicar o quadro mais amplo dos sentidos da colonização e das resistências e formas de organização constituídas pelos camponeses e seus mediadores políticos.

Este e os próximos capítulos buscam retratar o histórico de conflitos e o conjunto de agentes sociais envolvidos, suas motivações, expectativas, frustrações e formas de ação coletiva. O período analisado passa por diferentes acontecimentos políticos e formas de administração da questão agrária no país, no estado e no município, de forma que também essa dinâmica não pode ser deixada de lado. A partir da documentação analisada, de entrevistas realizadas em diferentes momentos e pesquisas e de reportagens, foram reconstruídas as relações entre posseiros, meeiros, parceiros, associações de lavradores, sindicatos e seus níveis organizativos, partidos políticos, Igreja Católica, órgãos técnicos e militares, grileiros e proprietários de terra. Apesar da multiplicidade de atores, o eixo explicativo adotado parte da vivência, da organização e das expectativas dos diferentes grupos sociais que compõem o campesinato local.

Esta parte da tese aborda uma breve introdução aos processos e conflitos fundiários na Baixada¹⁷³, a constituição do Núcleo Colonial de Papucaia em 1951, as dinâmicas de migração e conflito por terra nos anos 1950 e 1960 neste município, bem como os primeiros passos da militarização da questão agrária e sua opção pela política de colonização como forma de controle das populações camponesas insubmissas e do território em processo de valorização. Para este último ponto serão analisadas a constituição do Distrito e depois Projeto Integrado de Colonização (PIC) Papucaia, as diversas desapropriações, projetos, devoluções e conflitos decorrentes dessa nova dinâmica, as violências e resistências observadas neste processo e o contexto de abertura democrática, de retomada de ocupações e de revalorização das terras nos anos 1980.

4.1. Despejos, Conflitos e Mobilizações na Baixada (1930-1960)

O contexto mais amplo do período e a opção pela colonização na formação e integração do nacional foram apontados no Capítulo 2 a partir das percepções e propostas do movimento tenentista nos anos 1920 e 1930. A política de Getúlio Vargas buscou, por intermédio da colonização interna com nacionais e estrangeiros, constituir uma integração entre os polos econômicos e áreas de importância geopolítica. A formação de núcleos coloniais em regiões de fronteira tinha como pressuposto a ampliação do controle burocrático e administrativo orientado para a defesa do território e o povoamento planejado, com critérios de seleção e alocação de famílias. Estas motivações marcam e qualificam as iniciativas da *Marcha para Oeste*, porém não dão conta de apreender a política de colonização em áreas com processos de urbanização e crescimento demográfico, como no caso do estado do Rio de Janeiro. Se a preocupação mais específica com a fronteira não estava presente, outros sentidos mais gerais podem ser encontrados.

A política de colonização de Getúlio Vargas, iniciada no estado do Rio de Janeiro a partir do Núcleo Colonial de Santa Cruz e depois estendida para outras áreas, buscou sistematicamente intervir e racionalizar fluxos migratórios nacionais e internacionais, diminuir conflitos por terra oriundos das dinâmicas de concentração e valorização fundiária, constituir um mercado de trabalho e de consumo para produtos industrializados, elevar a produção e estabelecer o modelo da pequena propriedade familiar para o abastecimento interno em um estado com alto ritmo de industrialização e urbanização. No centro da política de colonização mobilizada no Rio de Janeiro estavam os conflitos por terra, sendo central entender este processo a partir da Baixada.

Segundo Geiger e Mesquita (1956), o final do século XIX é marcado por mudanças significativas na região, tais como a modificação do principal artigo de exportação, do açúcar para o café, e a progressiva substituição da mão de obra escrava pela livre, com forte presença de migrantes europeus. A transição da produção açucareira e sua concentração e modernização produtiva em Campos dos Goytacazes levou, inicialmente, ao abandono de engenhos e fazendas presentes desde o século XVIII ao longo da Baixada Fluminense. Ainda no início do século XX pode-se observar uma dinâmica que será constante no estado e nas regiões analisadas: a proximidade com as grandes cidades em expansão e com novas dinâmicas de valorização fundiária e de comercialização colocaram as terras anteriormente abandonadas em disputa entre a produção de novas lavouras e constituição de áreas de loteamento. De um lado, a presença de meeiros, parceiros e assalariados com produções frutícolas e de gêneros alimentícios no entorno

¹⁷³ O termo “Baixada” é utilizado aqui conforme apontado por Grynszpan (1987), indicando um território caracterizado por processos políticos e sociais similares que extrapolam as características geológicas (Baixada da Guanabara) ou de conotação urbana e vinculada à dinâmica da capital (Baixada Fluminense). Deste modo, pode-se apreender uma experiência comum a diferentes municípios, marcada pelos despejos, especulação fundiária e luta organizada pela terra, na qual se insere Cachoeiras de Macacu.

das grandes fazendas, engenhos e usinas. De outro, obras de drenagem e saneamento, constituição de núcleos coloniais, formação de fábricas de beneficiamento, crescente urbanização e construção das primeiras ferrovias valorizaram o capital especulativo e imobiliário.

Em Cachoeiras de Macacu é possível observar esta dinâmica também a partir da paisagem que se torna mais frequente no início do século XX: a presença predominante do gado e da fruticultura em larga escala, pontuada por lavouras alimentícias em áreas mais de menor qualidade e rendimento. As crises de abastecimento dos anos 1920, a crise econômica mundial de 1929 e a Segunda Guerra Mundial geraram nova alteração da produção rural, afetando em particular a fruticultura (GEIGER e MESQUITA, 1956). Ainda que o estado do Rio de Janeiro fosse o maior produtor nacional, nos anos 1950, de laranjas, o terceiro de bananas e o quinto de abacaxis, a pecuária e, especialmente, o loteamento urbano se demonstraram atividades mais lucrativas e frequentes, expulsando produções e lavradores.

Geiger e Mesquita (1956, pp. 36-37) elencam seis modificações mais gerais observadas na Baixada que podem ser apreendidas enquanto fatores que terão continuidade no período aqui analisado:

I) – modificações radicais na indústria açucareira, acarretando nova distribuição geográfica; II) – modificações no sistema de transportes, passando-se à utilização de ferrovias e rodovias, em prejuízo dos canais; III) – desenvolvimento da fruticultura na Baixada da Guanabara; IV) – grande desenvolvimento urbano; V) – aumento de atividades industriais nas cidades e nas zonas rurais e VI) – a Baixada Fluminense é, talvez, a região do Brasil onde o Governo empreendeu o maior número de obras diretamente ligadas às atividades econômicas, como drenagem das planícies, instalação de colônias agrícolas, abertura e pavimentação de numerosas estradas.

As mudanças não afetaram algumas características permanentes: grandes propriedades pouco produtivas; desinteresse dos proprietários de terras pela agricultura; elevada parcela de população rural sem posse da terra; continuidade de técnicas antigas de produção; predominância da força braçal; economia voltada para o mercado externo; recorrência de alagamentos, gerando perda de produções agrícolas e persistência da malária em algumas áreas, demandando ações contínuas de drenagem¹⁷⁴. O conjunto destes fatores de transformação e manutenção nas áreas rurais resultaram na preferência pela exploração da lenha, exploração da areia para construção e pela criação extensiva de gado bovino, em detrimento da agricultura, identificados pelos autores como forma de assegurar a propriedade da terra em momento de desvalorização.

Ainda segundo estes autores, houve grande valorização da terra, devido às dinâmicas de loteamento e especulação imobiliária e ao novo perfil dos grandes proprietários, em geral

¹⁷⁴ A fim de erradicar focos de malária, foi criada em 1909 a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. A ação foi pouco efetiva na erradicação do problema e, em 1933, o Ministério de Viação e Obras Públicas criou a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, que elaborou um plano de ação com obras orientadas para melhorar a salubridade dos rios, recuperar áreas férteis, fomentar a colonização de terras públicas e o desenvolvimento de culturas intensivas, além de estabelecer redes de transporte para escoamento da produção e acesso à Baixada. Em 1936 a Comissão foi ampliada e transformada na Diretoria Municipal de Saneamento da Baixada Fluminense e em 1940 se torna o Departamento Nacional de Obras de Saneamento. As obras de saneamento tiveram impacto na criação de condições para a produção agrícola a partir de projetos de colonização. Em Cachoeiras de Macacu, região com históricos problemas de malária e febre amarela, as ações de saneamento contaram com o auxílio técnico dos irmãos Coimbra Bueno, políticos de Goiás, que posteriormente comprariam as áreas da fazenda São José da Boa Morte (BRITO, 2018), local de conflitos por terra que serão retratados mais adiante. Para um histórico das comissões, ver o site da *Biblioteca Virtual do Meio Ambiente da Baixada Fluminense*, elaborado pela UERJ e disponível em: < <https://www.bvambienteuerjfebf.com/comissao-de-saneamento>>. Acessado em: 09/03/2022.

comerciantes, donos de olarias e outros empreendimentos comerciais. Estes novos proprietários dos anos 1930 e 1940 optaram pela monocultura de produtos de alto valor, sobretudo da fruticultura, como laranja e abacaxi, ou ainda o loteamento de grandes áreas de terra que, mais tarde, foram valorizadas pelas obras de saneamento, abertura de estradas, drenagens e pelo crescimento demográfico oriundo da formação de núcleos coloniais.

Em meio a esta dinâmica de valorização da terra, há importantes indicações da constituição do campesinato fluminense. As produções mais intensas se encontravam nas pequenas e médias propriedades com sistemas de parceria e produção de lavoura branca. A maior parte dos produtores agrícolas era composta por parceiros e sua persistência remonta às pequenas lavouras de escravos (GEIGER; MESQUITA, 1956). Contudo, conforme sinalizam Cardoso (2009) e Carneiro *et al* (2012) para os casos de Cachoeiras de Macacu e do Vale dos rios Guapiaçu, Guapimirim, Macacu e Caceribu, deve-se levar em consideração a presença de homens e mulheres livres, responsáveis por parte da produção dos produtos agrícolas consumidos e comercializados, em especial gêneros alimentícios, dentro dos próprios engenhos de cana de açúcar. Estes homens e mulheres livres e pobres cultivavam alimentos de consumo diário, como feijão, mandioca, milho, cará e criavam galinhas, porcos, abelhas e gado bovino, especialmente utilizado para moendas e transporte da cana. Além disso, extraíam madeira para as construções e lenha para as moendas e argila para a fabricação de telhas e tijolos.

Essa população rural livre e pobre, composta por brancos sem posses, negros alforriados, indígenas e mestiços em diversas relações e funções sociais, ocupou pequenas faixas de terra (CARNEIRO *et al*, 2012). Estiveram marcados, ainda, pelo deslocamento contínuo, buscando a disponibilidade de terras livres ou sendo deslocados pela administração colonial a fim de suprir a demanda por alimentos dos centros urbanos e de novos povoados. Estas características permanecem qualificando a relação de parceria¹⁷⁵. Segundo Geiger e Mesquita (1956), a parceria intensificava o êxodo rural e a migração de lavradores para novas terras, condicionando as possibilidades de expansão e produção de lavouras aos interesses e consentimento dos proprietários. Há um contínuo e excessivo controle por parte dos proprietários para limitar a produção dos parceiros, tais como impedimento de criação de gado, extração de lenha ou de produção de artigos mais valorizados e de caráter permanente, fatores que diminuía o rendimento destes trabalhadores e levavam à intensificação da exploração do trabalho familiar. Estas características, somadas à erosão do solo e ao esgotamento das terras, intensificaram a migração dos parceiros.

Outra importante indicação que qualifica e caracteriza este campesinato pode ser observada naquilo que Geiger e Mesquita (1956, p. 84) indicam como o tamanho desejável das terras: “Na Baixada Fluminense, grande número de meeiros e trabalhadores rurais¹⁷⁶ têm consciência da necessidade de terra própria, e opinam sobre a extensão de terra que desejam: varia de 1 a 5 alqueires”. Com base nas três medidas mais frequentes no estado do Rio e na Baixada, a extensão desejável para as propriedades varia entre 2,42 e 24,20 hectares.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Geiger e Mesquita identificam o colonato e a meação como tipos de parceria. O colonato é caracterizado pela mistura entre trabalho gratuito para o proprietário, em troca de um trecho da terra para a sua produção, e trabalho assalariado. O meeiro não costuma morar na propriedade, apesar desta relação não ser incomum, mas estabelece um acordo com o proprietário para dividir a produção de determinados produtos. Para uma breve discussão sobre estas relações e as modificações sofridas na década de 1950, ver tópico 2.3.

¹⁷⁶ Segundo os autores, os trabalhadores rurais estão em posição mais desfavorável e precária, frequentemente trabalhando para meeiros. Este grupo é identificado como mão de obra temporária e sem lavoura própria, sendo indicado, ainda, como tendência de desenvolvimento dos parceiros em contextos de produções valorizadas pela proximidade aos grandes centros urbanos, tais como horticultura, granjas e gado leiteiro, ou ainda das culturas permanentes, como a fruticultura. A falta de terras para produção agrícola e reprodução social dos parceiros intensifica e transforma em tendência o seu assalariamento.

¹⁷⁷ O alqueire é uma medida agrária não decimal e sua extensão assumiu contornos distintos a depender da região. Segundo o IBGE (1948, pp. 36-37), o alqueire mineiro (4,84 ha) era o mais utilizado em todo o estado do Rio de

A maior indicação (24,2 ha) corresponde ao modelo de colonização agrícola do Sul, marcado pelo paradigma do *farmer* norte-americano (SEYFERTH, 2009b). Ao que se poderá observar, esse não foi o modelo de colonização empreendido no Rio de Janeiro, onde ocorria elevada presença de minifúndios. Importa retirar desta indicação uma reivindicação: um tamanho específico de terra na qual é possível constituir a autonomia e a reprodução de determinado modelo de produção e existência para o camponês. É importante salientar que esta reivindicação é feita em momento inicial da organização política dos camponeses, indicando percepções primeiras desses atores de suas próprias necessidades, ainda que sem indicações claras dos métodos para alcançá-la¹⁷⁸.

Esta contextualização apresenta informações para compreender a situação latente de conflitos sociais que serão, ainda na década de 1950 e início da de 60, transformados em marca característica do estado. Segundo Medeiros (2018), a decadência da cafeicultura, a ascensão e extinção dos cultivos de laranja, as sucessivas mudanças no cultivo da cana, a formação de núcleos agrícolas, as tensões sociais, o aumento populacional, a urbanização e a especulação com a terra e o avanço do turismo¹⁷⁹ são situações e processos que marcam a história do século XX no estado do Rio de Janeiro. Em todas essas situações se observa a expropriação de populações rurais e o rompimento com relações, expectativas coletivas e concepções de direito à terra (MEDEIROS, 2018).

Segundo Alentejano (2005, pp. 50-51), o século XX no território fluminense é marcado por processo de desruralização, entendido como “esvaziamento econômico e demográfico e perda de peso político e cultural” das áreas rurais e por formas de resistência dos trabalhadores rurais ao avanço do capital especulativo, considerado como “a marca dos conflitos fundiários no estado”. A presença dos interesses especulativos e das formas de produção com monocultura ou criação intensiva de gado resultam na experiência contínua do despejo, principal problema existente no campo entre 1950 e 1960 e uma das características formadoras do campesinato fluminense (GRYNSZPAN, 1987). Foi em meio a esse processo, de valorização fundiária, de loteamento, de especulação, de industrialização, de exclusão de bens e serviços coletivos que se construiu uma “*vocação* periférica e industrial da Baixada” que deve ser entendida em sua relação com a dinâmica dos núcleos coloniais e uma reconfiguração da *vocação* agrícola expressa no projeto de constituição de um cinturão verde (MAIA, 2018, p. 103).

A transformação do despejo em problema efetivamente social indica um conjunto novo de dinâmicas. Em primeiro lugar está a terra enquanto fonte de valor para o capital imobiliário e financeiro, apontando mudanças significativas na paisagem e na composição das classes no campo e na cidade. Em segundo lugar, passaram a competir propostas de revalorização agrícola das áreas rurais e propostas de ampliação das áreas de loteamento que se estenderam ao longo de todo o século XX. Em terceiro, a configuração de grupos organizados por e junto a

Janeiro. Os alqueires fluminenses (3,63 ha) e paulista (2,42 ha) eram de uso mais limitado, porém frequentes na Baixada Fluminense. Há ainda um quarto tipo de alqueire, medindo 2,72 ha e frequente nas zonas da Serra e do Vale do Paraíba. Pelo tamanho, esta medida também é conhecida como Alqueire do Norte ou Goiano. Calculando o tamanho desejado a partir dos três alqueires mais utilizados, tem-se: Alqueire Mineiro (4,84 – 24,20), Alqueire Fluminense (3,63 – 18,15) e Alqueire Paulista (2,42 – 12,10).

¹⁷⁸ O trabalho de campo realizado por Geiger e Mesquita se deu entre 1951 e 1953, e as informações publicadas não dão conta de aprofundar esta relação, visto que os autores não se detiveram nas formas de organização política dos grupos camponeses.

¹⁷⁹ O turismo enquanto fator de conflito por terra no estado do Rio de Janeiro se intensifica nos anos 1970, sobretudo após a construção da rodovia Rio-Santos (BR-101) e os projetos de desenvolvimento estabelecidos na região Litoral Sul que atraíram um conjunto de empresas turísticas que promoveram um processo de despejo das populações locais, repressão e violência (SILVA, 2018). Em Cachoeiras de Macacu, ao longo dos anos 1960 e 1970 há uma presença significativa de chácaras de recreio nas áreas próximas ao PIC Papucaia, incluindo o distrito de Sambaetiba, em Itaboraí, podendo-se apontar também para o turismo, nestes municípios, enquanto fator de conflito por terra e de alteração das relações sociais em áreas rurais (ALENTEJANO, 2005).

camponeses, capazes de identificar os despejos como *problema* que precisa receber *soluções públicas*, demandando uma ação do Estado. Antes de aprofundar este último elemento, convém apontar mais alguns traços característicos dos anos 1930 e 1940, em especial o papel do Estado.

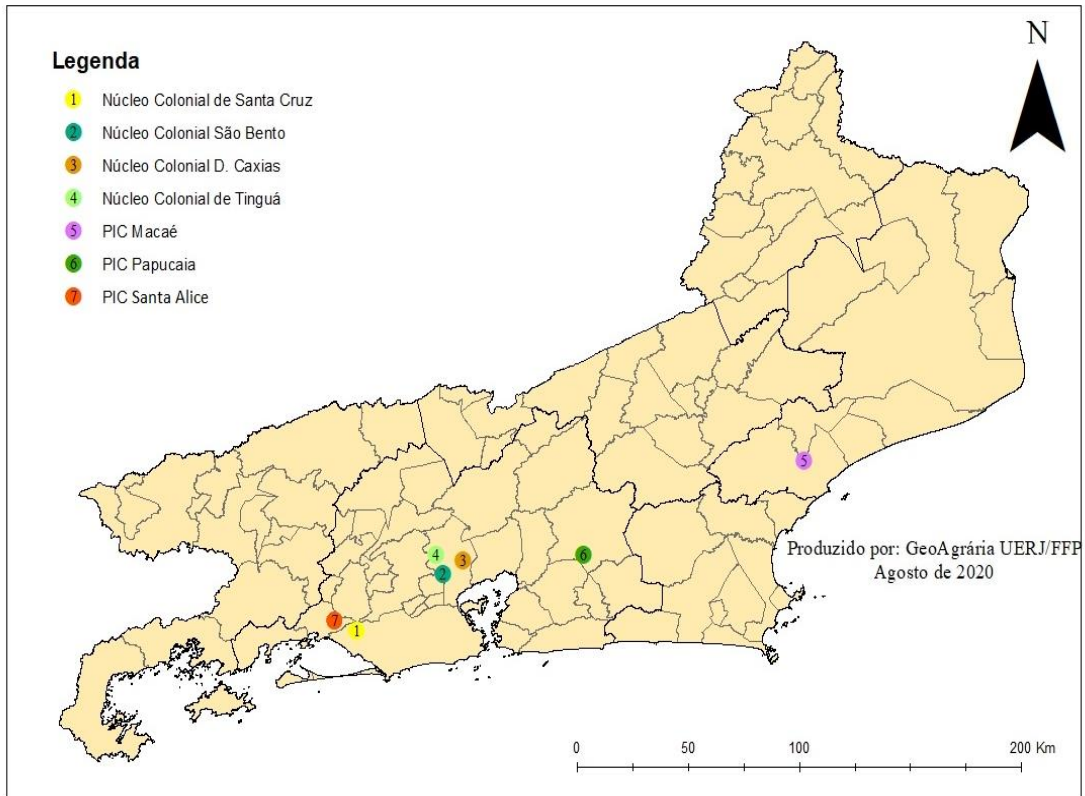
A bibliografia coincide ao apontar as obras de saneamento e recuperação da Baixada Fluminense como elemento que intensifica os interesses especulativos e que terá, como uma de suas consequências, situações de despejo e conflito (GEIGER; MESQUITA, 1956; GRYNSPAN, 1987; ALENTEJANO, 2005; MEDEIROS, 2018). Segundo Grynszpan (1987), as obras de saneamento, drenagem, retificação de rios e construção de estradas, iniciadas na década de 1910 e retomadas e ampliadas nos anos 1930 pelo Governo Federal tornaram possível algumas das propostas de diversificação da produção e recuperação agrícola das áreas abandonadas no início do século XX. As obras pretendiam dar solução também às epidemias de malária e febre amarela, recorrentes nas inúmeras áreas de alagamento da Baixada, como Cachoeiras de Macacu (BRITO, 2018) e no que era então o município de Nova Iguaçu.

A fim de evitar a especulação fundiária, o governo federal construiu Núcleos Coloniais que pretendiam controlar o deslocamento populacional, a fim de reduzir as tensões nas áreas mais tradicionais e densamente povoadas. Esta política era entendida como uma forma de esvaziar as pressões sociais e manter as estruturas de dominação e poder, ao mesmo tempo em que ampliava a produção de alimentos para consumo na capital federal, em franco processo de crescimento urbano e industrial. Apesar da expressiva produção de gêneros alimentícios, as obras e a constituição de núcleos intensificaram a valorização das terras próximas à capital e a “febre especulativa” apontada por Geiger e Mesquita (1956). Tal febre impactava, inclusive, a produção dentro dos núcleos, que ainda nos anos 1950 eram pressionados pelo loteamento e pela progressiva integração dos colonos aos mercados, levando-os a optar por substituir as lavouras de abastecimento pelos produtos de maior valor, em especial carne bovina e leite, dinâmica também observada por Galjart (1968) e já indicada no Capítulo 2.

Conforme observado por Medeiros *et al* (2018), as áreas onde se consolidaram projetos de colonização no estado do Rio de Janeiro estiveram atravessadas por despejos, conflitos e violências contra posseiros e grupos camponeses de diversas ordens. Os dois mapas a seguir apontam a recorrência de conflitos em áreas próximas aos núcleos coloniais, frequentemente motivados pelo aumento populacional, especulação fundiária e crescente fechamento de alternativas aos colonos e posseiros que eram expulsos e não encontravam outras terras disponíveis. Segundo Grynszpan (1987, p. 62), “houve uma grande dispensa de lavradores” ao longo da década de 1950, “sem ocorrer, em contrapartida, uma reabsorção”. No Mapa 2 é possível observar a localização espacial dos núcleos coloniais, dos quais apenas o de Macaé não se encontrava na Baixada. O Mapa 3 identifica nestas áreas a maior recorrência de conflitos por terra na década de 1950¹⁸⁰. O Quadro 2 traz algumas informações dos núcleos criados entre as décadas de 1930 e 1950.

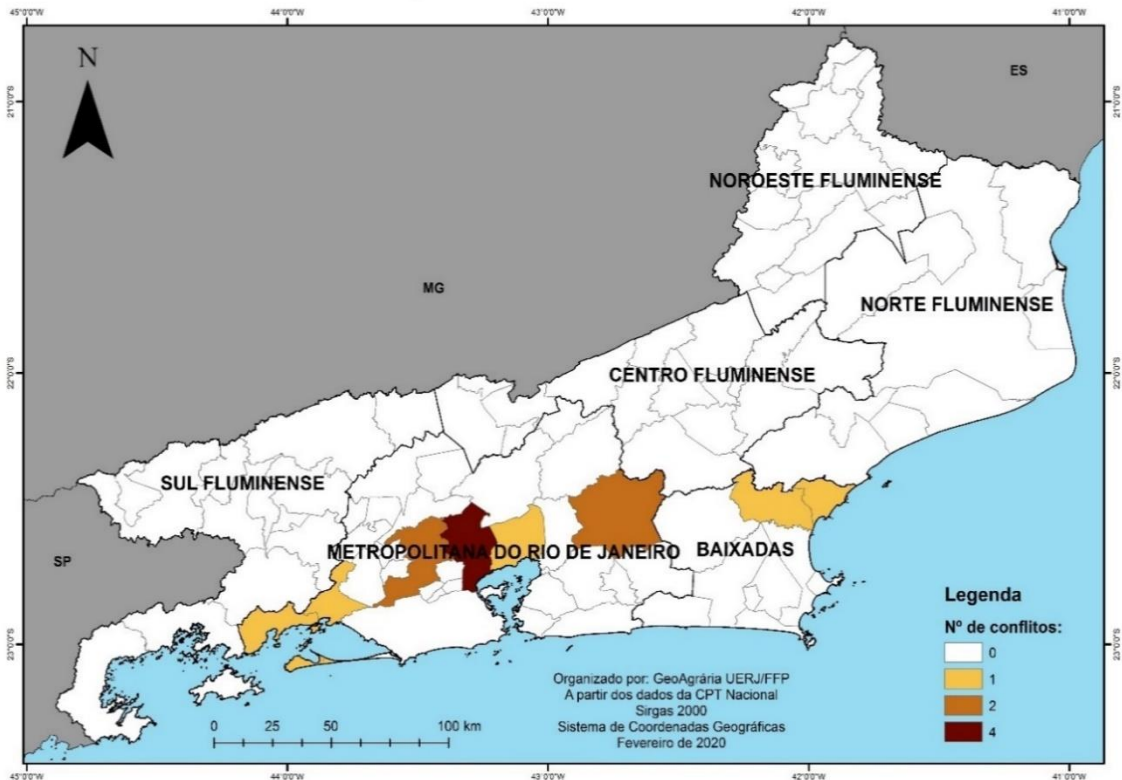
¹⁸⁰ Os mapas foram elaborados pelo grupo GeoAgrária, coordenado por Paulo Alentejano (UERJ/FFP), e compõem o material didático do “Projeto de Extensão Memórias da Luta pela Terra no Rio de Janeiro. Edição Campos dos Goytacazes” (COSTA *et al*, 2020). É preciso levar em consideração que o mapa utiliza a delimitação atual dos municípios, não correspondendo, necessariamente, às delimitações dos anos em que os núcleos foram criados.

Mapa 2. Núcleos Coloniais do estado do Rio de Janeiro



Fonte: Costa *et al* (2020, p. 53).

Mapa 3. Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – Década de 1950



Fonte: Costa *et al* (2020, p. 55).

Quadro 2. Núcleos Coloniais do estado do Rio de Janeiro

Núcleo Colonial	Município	Decreto	Área (ha)	Capacidade n° de famílias
Santa Cruz	Itaguaí e Rio de Janeiro	19.133, de 07/10/1930	11.021,27	1.135
São Bento	Nova Iguaçu e Duque de Caxias	22.226, de 14/12/1932	6.548,87	465
Tinguá	Nova Iguaçu e Duque de Caxias	2.496, de 07/10/1938	2.561,13	182
Duque de Caxias	Duque de Caxias e Magé	88.310, de 01/01/1941	540,95	47
Macaé	Macaé	30.022, de 30/12/1951	6.103,54	572
Papucaia	Cachoeiras de Macacu	30.077, de 30/12/1951	18.531,83	894
Santa Alice	Itaguaí	36.806, de 07/10/1955	8.641,12	528

Fonte: INCRA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*, p. 101. Produzido com dados do SIPRA em 16/04/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acessado em 15/06/2021.

Os conflitos ficaram marcados na memória pela recorrência dos despejos, das queimas de casas, destruição de plantações, tiros de armas de fogo, torturas físicas e psicológicas, eventos em que a participação do Estado frequentemente se deu pela omissão frente à violência, ou até mesmo pela participação direta do Poder Judiciário e da Polícia Militar (MEDEIROS *et al*, 2018).

A recorrência e intensidade das ameaças e efetivação dos despejos foi capaz de quebrar padrões tradicionais de relação. Conforme apontado anteriormente no Capítulo 2, a desintegração dos laços de dependência, suas percepções, costumes e expectativas com relação aos deveres do patrão foram bruscamente rompidas pelas várias violências cometidas, sintetizadas no despejo, vivido como situação de degradação e desamparo (GRYNSZPAN, 1987). A terra é base da reprodução social e da continuidade da condição camponesa, e é atravessada por relações sociais e repleta de significados, influenciando não só numa identificação com o passado e o presente, mas também com relação às expectativas e projetos de futuro. Conforme apontado por Moore (1987), a formação de obstáculos ao acesso dos meios de produção gera uma revolta moral que não está unicamente associada aos interesses materiais. O ressentimento gerado se vincula à sensação de que a vida e os valores estariam sob um ataque injusto.

Entretanto, o despejo não é suficiente para gerar revoltas. Ele tem de ser percebido enquanto problema social que qualifica e identifica atores sociais em conflito. A situação de despejado ou de ameaçado de despejo gerou uma identificação comum entre posseiros, meeiros e colonos, que identificaram na causa dos seus sofrimentos a atuação de grileiros, categoria social de acusação que questiona e qualifica como ilegal a atuação e a presença de proprietários de terra (BRITO, 2019). Segundo Grynszpan (1987), a continuidade e agravamento dos conflitos fizeram das categorias “posseiro” e “grileiro” termos cada vez mais amplos e políticos: “o termo posseiro era acionado quando o que estava em jogo era o acesso à terra”, supondo uma quebra da autoridade e do direito que o opositor, o “grileiro”, alegava ter (GRYNSZPAN,

1987, p. 88). A construção dessas identidades e percepções do mundo social capazes de orientar novas práticas e formas de ação coletiva compõe parte do trabalho dos movimentos sociais (MEDEIROS, 1995, 2014; SNOW, 2004).

Grynszpan (1987) sustenta que o trabalho organizativo e político das diversas organizações camponesas atuantes nos anos 1950 e 1960 implicava em propor ações e interpretações que correspondessem às contradições reais vividas pelos lavradores, particularmente os despejos¹⁸¹. O quadro de contradições esboçado anteriormente indica a tensão entre terra para produção de alimentos ou terra para especulação, loteamento e produções intensivas de gado e monocultivo.

A formação de organizações camponesas requalifica este quadro de contradições. O surgimento das classes em meio ao processo de conflitos sociais e mudanças implica na emergência de formas organizativas, linguagem e comportamentos específicos que dão singularidade e distinção ao grupo no cenário político. Grupos e movimentos sociais do campo passaram a constituir espaços de organização, argumentação e persuasão da luta política, apontando para linguagem própria de identidade e reivindicação, além de sinalizarem perspectivas e demandas de direitos e a definição “do que aparece socialmente como problema a ser equacionado” (MEDEIROS, 1995, p. 9). Estes movimentos, ao longo da década de 1950 e sobretudo na primeira metade dos anos 1960, forçam uma nova compreensão da estrutura fundiária enquanto problema social e, portanto, a ser socialmente solucionado.

A atuação do PCB foi fundamental na organização e constituição de uma identidade de classe, como visto no Capítulo 2. O trabalho de base nas áreas rurais, as denúncias públicas em jornais próprios e jornais de ampla circulação, as organizações em Associações de Lavradores, as manifestações e as reivindicações e cobranças realizadas junto a partidos políticos caracterizaram e ampliaram a atuação e a visibilidade dos problemas vividos por diversas categorias sociais do campo (MEDEIROS, 1995). Como apontado por esta autora, a caracterização dos “posseiros” foi feita com base em descrições que enfatizavam a violência vivida, construindo uma identidade e socializando experiências a fim de criar condições mais efetivas de organização e superação dessas situações.

Em Pedra Lisa, localidade que então pertencia ao município de Nova Iguaçu¹⁸², foi criada em 1948 a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, considerada a primeira associação de lavradores da Baixada Fluminense. Fundada por Zé Matias, foi local de atuação de Bráulio Rodrigues da Silva¹⁸³, importante militante do PCB. A Sociedade tinha como principal linha de trabalho a regulação da entrada de lavradores na região e a proteção contra os despejos que se aguçavam (GRYNSZPAN, 1987; BASTOS, 2018).

No ano seguinte foi criada uma comissão de lavradores em Xerém, Duque de Caxias, cujo objetivo também era a defesa dos lavradores contra as pressões de grileiros. O contexto de formação desta Associação revela dinâmicas semelhantes às observadas nos Núcleos Coloniais, possibilitando a apreensão da política de colonização para além das áreas rurais, identificando nela um conjunto de práticas estatais. Em 1942, no auge da Segunda Guerra Mundial, foi instalada a Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Xerém. Sob o argumento da “defesa

¹⁸¹ Conforme sinaliza Grynszpan (1987) para o caso da Baixada, isso não implica em ausência ou negligência de outras categorias sociais, como os assalariados. Trata-se, antes, de uma leitura e apreensão da categoria de posseiro e das concepções de luta pela terra e reforma agrária pelos movimentos sociais rurais do período, indicando nestas categorias maiores condições de organização e luta, devido ao contexto e amplitude dos despejos.

¹⁸² Atualmente Pedra Lisa se localiza no município de Japeri, área que se emancipou do município de Nova Iguaçu em 1991. Entre o final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990 houve um intenso processo de desmembramento e emancipação de municípios no estado do Rio de Janeiro que alteraram as fronteiras municipais e as denominações.

¹⁸³ Sobre a trajetória de Bráulio, é possível consultar a sua biografia (SILVA, 2008), organizada a partir de entrevistas realizadas por Leonilde Medeiros.

nacional”, foram desapropriados e saneados cinco mil hectares, utilizados para construir a Cidade dos Motores, mas também para expandir suas fronteiras produtivas, organizando áreas de lavoura e criação de animais, construindo moradias, infraestrutura e lazer para os funcionários. Segundo Maia (2018, p. 110), lavradores recebiam pequenas porções de terra para produzir alimentos para os refeitórios da fábrica e eram designados como “colonos”. Também havia posseiros que se fixavam nas áreas ao redor, atraídos pelas oportunidades de terra e emprego.

Terminada a Segunda Guerra e dado o novo contexto nacional de redemocratização, a FNM foi transformada em sociedade anônima e reorientada para a produção de caminhões e ônibus. Nesta mudança, o controle e a militarização anteriormente estabelecidos sobre os funcionários e as terras a partir do interesse nacional perdeu força. Este novo contexto permitiu o crescimento de despejos e grilagens, e a aproximação entre lideranças rurais e operárias intensificou o processo de organização e resistência. José Pureza da Silva, militante do PCB e uma das principais lideranças rurais do estado do Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960, participou da criação da Associação de Lavradores Fluminenses (ALF) em 1952, constituída em Xerém. A ALF pretendia ampliar a organização dos posseiros para todo o estado, prestando assessoria, formando núcleos em regiões de conflito e organizando lavradores para reagir aos despejos e forçar políticas de distribuição de terras (GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 2018).

Não há espaço para estender a análise, mas a preocupação com a defesa nacional e a constituição de cidades fabris planejadas apresentam semelhanças com as discussões sobre a política de colonização feitas por Paulo de Assis Ribeiro e expressas no Capítulo 2. A colonização pretendeu constituir uma comunidade racionalizada, assemelhando-se a processos de uma instituição total que busca transformar o colono/parceleiro em uma classe média rural e, para tanto, é programada uma série de instituições e assistências a serem estabelecidas. O modelo de “cidade fabril”¹⁸⁴, neste sentido, se aproxima tanto nas expectativas quanto nos mecanismos do “núcleo colonial”. Conforme Lopes (1996) e Alvim e Lopes (1994, 2009), as cidades fabris ou fábricas com vilas operárias podem ser apreendidas em seu padrão de imobilização da força de trabalho, caracterizando situações sociais de controle e organização do trabalho que recriam laços de dominação pessoal a partir da vinculação do trabalhador e sua família ao alojamento, reconstituindo dívidas materiais e simbólicas que se aprofundam no caso de grades projetos de desenvolvimento ou cidades construídas em áreas despovoadas e distantes. Na constituição das cidades fabris, a empresa se erige enquanto governo local de fato, monopolizando a produção e o mercado imobiliário, constituindo formas cotidianas de controle do trabalho, incluindo a integração dos trabalhadores clandestinos, vinculados à fábrica, mas não registrados, na produção de alimentos a serem vendidos de forma exclusiva nas feiras das cidades fabris.

Segundo estes autores, é possível ver “tendências autárquicas” que buscam criar a adesão de operários e demais trabalhadores da cidade e da própria administração da fábrica, compensando os baixos salários e a intensa exploração do trabalho com o acesso a medicamentos, serviços de saúde e educação e atividades recreativas patrocinadas pela fábrica. Pode-se perceber elementos de uma instituição total, apontados pelos autores e sinalizados no Capítulo 2 para a política de colonização, indicando um padrão mais amplo de controle e intervenção que articula rural e urbano, privado e público. Ainda segundo os autores antes citados, é possível observar momentos de fissura e rompimento com a dominação patronal e

¹⁸⁴ Algo de semelhante também foi analisado por Teixeira (2018), que indica práticas de grilagem da Companhia América Fabril, em Magé, narradas por lavradores. Durante a década de 1950 a Companhia pretendia usar as terras griladas para instalar moradia dos funcionários e áreas de plantio de alimentos para autoconsumo e comercialização dos moradores, geralmente os operários e suas famílias, e local de produção e extração de matéria-prima para produção fabril. A dinâmica deste conflito apresenta semelhanças com os já narrados: grilagens, despejos, organização em Associação, acirramento da violência e uso da Lei de Segurança Nacional no pós-1964.

frequentemente paternal e tradicional estabelecida pela administração da fábrica, possibilitando a construção de associações de classe e uma cultura de trabalho combativa em defesa de direitos sociais e de cidadania. Analisar a constituição de formas coletivas de organização e o conflito em meio aos processos de estabelecimento e fissura destas instituições totais de controle oferece perspectivas mais amplas de compreensão.

Como indicado por Maia (2018), a intensificação dos despejos e grilagens em Xerém impulsionaram a organização local e sua pretensão para abarcar todo o estado. Em 1959 foi constituída a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), que integrou locais e estabeleceu como principal bandeira de luta a desapropriação das áreas de litígio. Sua criação ocorreu durante a I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em Niterói, durante uma década em que se formavam organizações de lavradores em diversos estados brasileiros, tais como as Ligas Camponesas em Pernambuco e Paraíba e o Master no Rio Grande do Sul, além das associações vinculadas ao PCB e a constituição de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) em diversos estados, como Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Pará, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos 1960 e a competição com os Círculos Operários Católicos (MEDEIROS, 1995).

A constituição da Falerj impulsionou a criação de uma Associação de Lavradores em Papucaia, reunindo mais de 1500 lavradores, pequenos proprietários, assalariados e meeiros, e na Ribeira¹⁸⁵, áreas contíguas que acumulam históricos de luta (ver Mapa 1). Como será visto no tópico 4.3, suas reivindicações sinalizavam para o crescimento demográfico em Papucaia, a prática de grilagem de terras por proprietários próximos ao Núcleo Colonial, a intensificação e a violência dos despejos realizados com consentimento e atuação de jagunços, policiais e juízes. Em Cachoeiras de Macacu, como sinalizado nas ocupações de 1961 e 1963 da Fazenda São José da Boa Morte, os lavradores organizados reivindicavam “terras livres”. Em trabalho anterior foi possível apontar esta reivindicação, entendendo a libertação da terra como *frame* de ação coletiva que foi capaz de articular experiências de despejo, violência e insatisfação em formas de ação coletiva, tais como as ocupações de 1961, 1963 e 1979, mas também nas mobilizações e ações mais moleculares de resistência e organização, podendo-se falar em uma resistência teimosa que manteve ativa a reivindicação e a memória da luta e da conquista de desapropriação em 1964, revogada pelos militares (BRITO, 2018).

4.2. Concentração Fundiária e Desruralização em Cachoeiras de Macacu

Antes de discutir e apreender a política de colonização em Papucaia, seus efeitos e dinâmica para o conjunto da população local e suas relações com o contexto estadual e nacional, alguns elementos podem ser realçados a partir da análise e interpretação dos dados quantitativos de produção, população e concentração fundiária entre as décadas de 1920 e 1980.

O processo de fragmentação dos estabelecimentos rurais¹⁸⁶ na Baixada foi apontado por Grynspan (1987), indicando, com base em dados censitários, entre 1920 e 1960 o crescimento das pequenas e médias propriedades e o aumento de estabelecimentos sob a responsabilidade direta do proprietário, mas também daqueles sob responsabilidade de administradores, tendo o primeiro grupo uma média de 35 ha por estabelecimento e o segundo 88,7 ha. O autor sinaliza, ainda, a maior presença de arrendatários, ocupantes e posseiros, observando neste crescimento,

¹⁸⁵ “Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Organizam-se em Todo o Estado do Rio”. *Última Hora*, 29/09/1959, p. 3; “Associação dos lavradores em Cachoeira”. *Última Hora*, 31/10/1959, p. 3.

¹⁸⁶ Segundo a classificação utilizada pelo IBGE, o estabelecimento corresponde a qualquer unidade de produção ou exploração voltada para atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas de venda ou de subsistência, independentemente do tamanho, forma jurídica ou localização rural ou urbana e dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Trata-se, portanto, de categoria distinta da de propriedade.

aliado ao aumento das pequenas propriedades sem crescimento de suas áreas médias, a maior presença de posseiros em áreas abandonadas, despovoadas e incultas.

Em Cachoeiras, o aumento das áreas de lavoura e pastagem entre 1950 e 1960 é concomitante à diminuição das formas de trabalho permanente e de parceria e ao aumento do trabalho temporário (GRYNSZPAN, 1987, p. 61). O número de estabelecimentos e pessoas envolvidas com atividades agropecuárias e de extração mais que dobra, demonstrando, em seu conjunto, a presença dos despejos e a expulsão de trabalhadores, indicando mudanças significativas nas relações de trabalho e o avanço do gado sobre as terras que antes eram de lavoura.

Na Tabela 3 se observa um aumento de 149% dos estabelecimentos de 0 a 50 ha entre as décadas de 1940 e 1960. A área média desses estabelecimentos, contudo, caiu de 22 para 11 ha. O aumento dos números de estabelecimentos rurais é ainda mais expressivo quando observamos os estabelecimentos de até 10 ha: entre 1940 e 1980 eles foram de 52 para 1.026, porém com redução da área média de 6,5 ha para 4,5 ha. O mesmo não se deu, contudo, para os imóveis entre 500 e 1000 ha, para os quais houve um aumento de 157% no número de estabelecimentos e de 126% de área total, com média da área baixando de 755 ha para 666 ha.

A formação do Núcleo Colonial de Papucaia parece ter impactado na estrutura fundiária. Os imóveis entre 1.000 e 10.000 ha sofreram uma redução de 5.725 ha entre 1950 e 1960, indo de 24.661 ha para 18.936 ha, e os estabelecimentos entre 0 e 50 ha aumentaram sua área total em 5.662 ha, indo de 2.812 ha para 8.474 ha. Entretanto, também os estabelecimentos entre 500 e 1000 ha tiveram um crescimento expressivo de 5.252 ha, indo de 5.221 ha para 10.473 ha. Ainda sobre a significativa mudança fundiária percebida nestas décadas, podemos perceber o aumento no número de estabelecimentos rurais de 0 a 10 ha, que passaram de 177 ha ocupados em 1950 para 1.264 ha. Foi entre estas décadas que as mudanças mais significativas na composição fundiária aconteceram.

Tabela 3. Estabelecimentos por grupos de área (ha) em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)

Estabelecimentos por faixa de área	Década									
	1940		1950		1960		1970		1980	
	Nº de estabelecimentos	Área total (ha)	Nº de estabelecimentos	Área total (ha)	Nº de estabelecimentos	Área total (ha)	Nº de estabelecimentos	Área total (ha)	Nº de estabelecimentos	Área total (ha)
0-10	52	340	31	204	188	1.264	783	4.605	1.026	4.639
10-50	158	4.325	98	2.608	336	7.210	1.158	23.397	902	18.438
50-200	83	9.015	74	7.601	90	8.065	135	12.109	136	13.264
200-500	20	6.748	24	8.300	21	7.392	31	5.509	26	7.661
500-1000	7	5.285	7	5.221	13	10.473	11	8.643	18	11.991
1000-10000	15	37.811 ¹⁸⁷	9	24.661	9	18.936	8	17.607	9	18.146
Total	335	63.524	243	48.595	657	53.340	2.126	75.863	2.117	74.146

Fonte: IBGE (1951, 1956, 1966, 1974, 1983).

¹⁸⁷ O Censo apontou dados apenas da área dos sete estabelecimentos entre 1000-2500 hectares (17.153ha). Apesar de não haver informações para os estabelecimentos acima de 2 mil hectares, é possível deduzir a partir da subtração entre o total e a soma das áreas de 0-1000ha.

As Tabelas 4 e 5 apresentam outros dados significativos. Entre 1940 e 1980 o número de estabelecimentos sob a responsabilidade direta do proprietário aumentou 457%, indo de 242 para 1.349. A área média, contudo, cai de 100 ha para 46 ha. O mesmo parece acontecer para os ocupantes entre 1950 e 1980: elevado crescimento no número de estabelecimentos (de 2 para 282), mas diminuição na área média ocupada, caindo de 26 ha em 1950 para 9,2 ha em 1980. O aumento mais significativo entre os ocupantes, contudo, acontece entre as décadas de 1960 e 1970: 328 novos estabelecimentos, com mais 5.305 ha de área total, sob a responsabilidade do ocupante. A categoria de arrendatários também apresenta mudanças, em especial entre 1950 e 1960, com um crescimento no número de estabelecimentos (de 9 a 156 estabelecimentos).

Entre as décadas de 1950 e 1970 o município de Cachoeiras de Macacu apresenta significativas mudanças na utilização das terras. Enquanto a área de pastagem aumenta de 6.600 ha para 12.541 ha, a área de lavoura aumenta de 5.983 ha para 24.655 ha. Ao mesmo tempo, as áreas incultas caem de 25.991 ha em 1940 para 5.605 ha em 1960, voltando a aumentar em 1970, chegando a 10.343 ha. O ano de 1980, contudo, já apresenta outro quadro fundiário em Cachoeiras de Macacu: as áreas de lavoura reduziram 10.002 ha, enquanto as áreas de pastagem aumentaram em 7.759 ha.

Tabela 4. Estabelecimentos e área (ha) segundo a condição do responsável em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)

Década	Proprietário Qnt. Total (área total)	Administrador Qnt. Total (área total)	Arrendatário Qnt. Total (área total)	Ocupante Qnt. Total (área total)	Parceiro Qnt. Total (área total)
1940	242 (24.364)	75 (37.955)	18 (1.205)	X (X)	X (X)
1950	188 (30.973)	44 (17.450)	9 (120)	2 (52)	X (X)
1960	384 (27.821)	79 (19.265)	156 (5.155)	37 (1.079)	X (X)
1970	1217 (61.758)	146 (15.519)	75 (778)	365 (6.384)	469 (6.944)
1980	1349 (65.512)	175 (26.407)	43 (2.577)	282 (2.599)	443 (3.456)

Fonte: IBGE (1951, 1956, 1966, 1974, 1983). O “X” indica ausência de informações.

Tabela 5. Área (ha) segundo a utilização das terras em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)¹⁸⁸

Década	Lavoura (ha)	Pastagem (ha)	Mata (ha)	Inculta (ha)	Total (ha)
1940	7.041	8.547	21.941	25.991	63.520
1950	5.993	6.600	22.864	7.803	43.260
1960	10.565	8.169	23.302	5.605	47.641
1970	24.655	12.541	14.921	10.343	62.460
1980	17.531	20.300	19.035	7.668	64.534

Fonte: IBGE (1951, 1956, 1966, 1974, 1983).

¹⁸⁸ As áreas consideradas como “Inculta” incluem as denominações de “inculta”, “improdutiva” e “em descanso”. Foram compiladas na mesma categoria de “Lavoura” as áreas de “lavoura permanente” e “lavoura temporária”, de “Pastagem” as áreas de “pastagem natural” e “pastagem artificial”, e de “Mata” as áreas de “mata natural” e “mata reflorestada”. É preciso apontar para a oscilação de dados na coluna “Total” e para a diferença de quantidade de terras totalizadas nesta tabela e na Tabela 3, ainda que na Tabela 5 se indique a quantidade de hectares a partir do uso dado ao estabelecimento. Não foi possível avançar na compreensão dessa oscilação.

A Tabela 6 indica, ainda que com dados defasados, devido à ausência das mesmas categorias ao longo das décadas e a falta de informações mais claras no Censo de 1970¹⁸⁹, um elevado crescimento dos estabelecimentos de pecuária, passando de 7 para 268. Apesar do número médio de hectares por estabelecimento de pecuária ter diminuído significativamente, de 656 para 108 ha, a área total cresceu quase seis vezes. Para os estabelecimentos de agricultura, o crescimento de 7 mil ha no número total de área foi acompanhado por uma drástica redução do tamanho médio dos estabelecimentos, diminuindo de 147 para 24 ha.

Tabela 6. Estabelecimentos e área (ha) segundo classe de atividade econômica em Cachoeiras de Macacu (1950-1980)

Década	Agricultura	Agropecuária	Pecuária	Horticultura e fruticultura	Extração vegetal
1940	232 (18.701)	86 (30.711)	12 (13.914)	X (x)	X (x)
1950	213 (31.392)	14 (9.454)	7 (4.594)	X (x)	X (x)
1960	633 (49.125)		10 (3.180)	1 (7)	X (x)
1970	X (x)	X (x)	X (x)	X (x)	X (x)
1980	1.552 (38.105)	28 (2.222)	268 (29.141)	191 (2.541)	55 (1.755)

Fonte: IBGE (1951, 1956, 1966, 1974, 1983). O “X” indica ausência de informações.

Segundo Carneiro *et al* (2012, p. 29), “[d]ados que cruzam valores de produção com os tamanhos das propriedades atestam que as pequenas e médias propriedades produziam mais intensamente e em maior variedade que as grandes”. Mesmo nas culturas de maior valor, devido à presença de formas de trabalho como meação e parceria, observa-se a concomitância entre produtos valorizados e produtos da chamada lavoura branca, produzidos para consumo interno e comercialização de pequena escala. Na Tabela 7¹⁹⁰ pode-se ver o elevado crescimento de trabalhadores empregados no município, em especial o crescimento dos trabalhadores temporários, ainda que seu número total seja menor do que os permanentes. Este crescimento, se pensado junto com os dados das tabelas anteriores, aponta para famílias de camponeses que não encontraram terras ou mesmo terras em tamanho suficiente para a própria reprodução física e social, tornando necessário o trabalho em outros estabelecimentos como forma de complementar a renda.

¹⁸⁹ Segundo Carneiro *et al* (2012), os dados de 1972 sinalizavam forte presença da pecuária (72% do território explorado), enquanto hortigranjeiros (0,9%), culturas permanentes (6,6%) e temporárias (17,1%) ocupavam áreas significativamente menores. Em IBGE (1974) não encontramos os dados sobre essas atividades nos municípios, apenas informações gerais para o estado do Rio de Janeiro.

¹⁹⁰ Não foram incluídos os dados do Censo de 1940 devido à alteração das categorias, o que dificultaria a comparação. Em 1940 havia 2.844 trabalhadores incluídos em “Pessoal ocupado” e 2.062 entre “empregados” e “colonos” (IBGE, 1951).

Tabela 7. Pessoal ocupado em Cachoeiras de Macacu (1950-1980)

Década	Empregados	Permanentes	Temporários	Parceiros
1950	805	530	275	541
1960	2.933	419	779	199
1970	8.187	923	838	160
1980	8.162	1.349	801	310

Fonte: IBGE (1956, 1966, 1974, 1983).

O elevado crescimento de empregados e a redução de parceiros entre os anos 1950 e 1960 indicam uma nova dinâmica de crescimento demográfico (Tabela 8) e demanda por terra após a instauração do Núcleo Colonial, a ser analisada no item seguinte. Também pode-se pensar, a partir do crescimento de empregados entre 1960 e 1970, a presença contínua de migrantes que chegavam à região, animados pelos rumores de que havia terra disponível. Não se deve esquecer, contudo, o elevado crescimento de proprietários de terra, especialmente após os anos 1960 (Tabela 4), também observado no crescimento da população rural (Tabela 8).

Tabela 8. População em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)

Ano	Urbana	Rural	Total	Varição Urbana (%)	Varição Rural (%)
1940	2.820	11.249	14.069	-	-
1950	3.541	12.731	16.272	25,6	13,2
1960	7.736	19.328	27.064	118,5	51,8
1970	10.402	23.391	33.793	34,5	21,0
1980	19.099	16.772	35.871	83,6	-28,3

Fonte: Brito (2018, p. 57).

Ao longo destas décadas analisadas, as principais produções agrícolas foram de mandioca e banana, observando-se pouca presença dos cultivos de cana, laranja e abacaxi (Tabela 9). A produção de grãos, grande até a década de 1930, recua nas décadas de 1940 e 1950 devido ao crescimento da fruticultura. Apesar de terem diminuído, observa-se a produção de arroz, feijão e milho, bem como abobrinha, aipim, batata doce, berinjela, chuchu, vagem, inhame, jiló, maxixe, pimentão, pepino e quiabo em produções consideráveis, consolidando uma pequena produção orientada para a produção de gêneros alimentícios, provavelmente vendidos em mercados locais (CARNEIRO *et al*, 2012). De modo geral, contudo, as produções caem drasticamente entre 1970 e 1980. As localidades que tiveram destaque na década de 1980 foram São José da Boa Morte, Nova Ribeira e Vecchi, áreas vizinhas e que integram as ações de colonização, indicando possíveis efeitos positivos desta política (CARNEIRO *et al*, 2012).

Tabela 9. Principais culturas permanentes em Cachoeiras de Macacu (1950-1980)

Década	Banana (milhares de cachos)	Laranja (cento)	Mandioca (t)	Milho (t)	Abacaxi (cento)	Tomate (t)
1940	618	6.448	1.994	514	X	X
1950	1.634	3.470	427	362	6.410	101
1960	2.014	90.612	1.971	667	2.970	1.882
1970	6.157	160.768	12.416	2.241	2.930	127
1980	2.174	53.337	6.417	1.028	160	41

Fonte: IBGE (1951, 1956, 1966, 1974, 1983). O “X” indica ausência de informações.

O observado nos anos 1970 e nos anos 1990 indica a acentuação de tendências já observadas em meados do século XX: o crescimento das áreas de pastagem utilizadas para criação extensiva de gado e a diminuição das áreas de lavoura, permanentes e temporárias. Esta tendência se realiza também com a resistência da produção agrícola de determinadas áreas. Cachoeiras de Macacu, por exemplo, manteve-se com destaque na produção de gêneros alimentícios. Neste município, apesar da concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros, observou-se nos anos 1980 um grande adensamento de pequenas propriedades nas áreas de Papucaia, Japuiba e São José da Boa Morte, áreas que correspondiam à colonização ou antigas propriedades loteadas no processo de especulação imobiliária (CARNEIRO *et al*, 2012). Nestas pequenas propriedades a agricultura era exercida como atividade principal e observou-se o aumento da produção cultivada por meeiros, com destaque à região de Faraó. Carneiro *et al* (2012) destacam, ainda, a relação entre a persistência das práticas agrícolas e a integração dos pequenos produtores às associações locais. As áreas de colonização, como Areia Branca, Papucaia, Nova Ribeira, Vecchi e Funchal, apresentavam sinais de crise e desruralização na década de 1990.

Conforme Alentejano (2005), a desruralização caracterizou o período histórico do regime ditatorial no estado do Rio de Janeiro. As mudanças nas atividades canavieiras¹⁹¹, a expansão da atividade turística e da especulação imobiliária e a desarticulação da resistência de trabalhadores rurais pela repressão militar promoveu a expansão e intensificação dos processos de urbanização, metropolização e desruralização no estado. É importante sinalizar esta característica da questão agrária fluminense, marcada ainda nos anos 1940 por capitais especulativos e imobiliários, acumulando a presença de gado em terras de grande extensão como forma de reserva de valor. Esta relação tensa pode ser vista nas mudanças de paisagem e de vida sofridas por populações caiçaras da região do Litoral Sul fluminense, onde, já com o início da construção da Rodovia Rio-Santos, nos anos 1970, a implantação de projetos turístico e imobiliário implicou em despejos e violências diversas contra populações que lá viviam (FEITOSA, 2018; SILVA, 2018;).

Segundo Alentejano (2005), a dinâmica dos anos 1980 não reverte os processos de metropolização e desruralização, porém revela uma diminuição em seu ritmo. Exemplo desta alteração é a emergência de conflitos fundiários no estado. Os conflitos do período,

¹⁹¹ Este ponto será brevemente apresentado no Capítulo 5, porém é possível apontar os processos de valorização e incentivo estatais para a produção canavieira nos anos 1960 e 1970, buscando modernizar e ampliar as produções. Segundo Iamamoto e Costa (2018), nos anos 1980 se observam inúmeras falências de usinas anteriormente beneficiadas por programas estatais, revelando um período de modernização marcado pela expulsão de moradores, concentração fundiária, crescimento do trabalho assalariado e temporário destituído de direitos e uma dinâmica conflitiva que contou com a reestruturação e participação dos trabalhadores rurais em ocupações e manifestações.

concentrados especialmente na Baixada Fluminense, são marcados pela busca de alternativas de sobrevivência por parte dos trabalhadores desempregados e subempregados das áreas periféricas desta região. Segundo o autor, isto

indica que muitas áreas consideradas nos anos 1960 como de expansão urbana – a ponto de terem sido devolvidas a seus donos ou pretensos donos, após o golpe de 1964, pelos militares – mantiveram-se à margem da urbanização, o que permitiu que diversas áreas que foram palco de conflitos nos anos 1950/60, voltassem a sê-lo nos anos 1980, seja por estarem abandonadas, ou por terem permanecido ocupadas por posseiros, que passaram a exigir a regularização da posse destas (ALENTEJANO, 2005, p. 62).

Entre outros casos, São José da Boa Morte foi novamente ocupada no final de 1979, com uma forte presença de lavradores da região que lembravam e haviam participado das ocupações anteriores (BRITO, 2018). No próximo tópico sinalizo a constituição do Núcleo Colonial de Papucaia e seu impacto nos conflitos por terra.

4.3. A Experiência *Pioneira e Revolucionária* de Papucaia

Terras “fertilíssimas para todas as culturas” aguardam apenas “pelo braço do homem, pelo manejo das máquinas agrárias, a fim de entrarem em franca produção”. Assim informa reportagem de 1946 intitulada “Da colonização racional e intensa da Baixada Fluminense, resultarão grandes benefícios para o abastecimento da Capital Federal” (*Gazeta de Notícias*, 07/08/1946, p. 5).

Como não deixa de indicar o título e a frase, esperavam-se impactos positivos da política de colonização realizada com imigrantes europeus e projetada pelo Ministro João Alberto¹⁹². A reportagem, que aparenta ser uma publicação oficial do Estado, contrapõe o suposto da Baixada como região vazia e mal explorada com a imagem anterior, de esplendor produtivo do período imperial. A imagem imperial busca requalificar a Baixada como “celeiro abastecedor dessa grande metrópole”. A associação com o período imperial e suas “grandes vivendas coloniais” coloca a “colonização racional e intensa” como capaz de fazer voltar a “época de abundância” e esplendor, de um “passado farto e fecundo” e reduzir o custo de vida.

João Alberto, em reportagem de 21 de janeiro de 1945 sobre a colonização da Serra do Roncador, já havia apontado a política de colonização como forma de criar condições econômicas compatíveis com a civilização moderna, fixando populações de forma planejada e assegurada por assistências diversas¹⁹³. Nesta reportagem, João Alberto apontara para o que foi anteriormente analisado como uma divisão do trabalho de colonização. As áreas pouco ou não conhecidas seriam melhor desbravadas pelo nacional, enquanto que o desenvolvimento posterior do núcleo precisa do imigrante, capaz de ensinar os nacionais com métodos de trabalho e meios mais adequados para extrair maiores rendimentos do solo.

Retomando a reportagem de 1946, a imagem imperial de esplendor é aprofundada por uma motivação e narrativa que também pode ser qualificada como imperial. Quase cem anos depois da Lei de Terras, o objetivo da colonização “racional e intensa” da Baixada Fluminense era “[d]ar braços à lavoura”, “para atender ao que os mercados reclamam e, assim, termos alcançado o almejado equilíbrio para o nosso padrão de vida”. Apesar de sinalizar a Baixada, a reportagem indica propriedades rurais apresentadas como ricas para o cultivo de cereais, fruticultura e horticultura, nomeando as fazendas “Pacocaia” e outras propriedades em Japuiba,

¹⁹² Sobre João Alberto, ver nota 92. Foi um militar e político que participou da Coluna Prestes, da Fundação Brasil Central, da Expedição Roncador-Xingu e do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

¹⁹³ “Desbravando o planalto central além da Serra do Roncador. Entrevista concedida ao Jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros”. FBC. Publicação nº 3. S.d. AN/PAR, Caixa 16, Pasta 2. Documentos da FBC. Este documento foi analisado no tópico 2.4.

mas também em municípios como Magé, Itaguaí, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Saquarema, São Pedro d'Aldeia, São João da Barra, Cambuci, São Fidélis, Trajano de Moraes e Macaé.

Papocaia seria, segundo a reportagem, a verdadeira denominação da Fazenda Papucaia, então espólio de Henrique Lage. A fazenda pertencia à Companhia Nacional de Navegação Costeira, de Lage e, após o seu falecimento em 1941 e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, a fazenda e um conjunto de 29 empresas das áreas de carvão, ferro e navegação foram incorporadas ao patrimônio nacional pelo seu potencial positivo para a defesa nacional em período de guerra (RIBEIRO, 2007).

O nome Papucaia, contudo, remonta ao século XVIII. Segundo Cardoso (2009), uma parte da região do Vale do Macacu teria sido doada como sesmaria em 1571 a Miguel de Moura pelos seus serviços na expulsão dos franceses da Baía de Guanabara. Por não ter utilizado as terras para produção de alimentos, a sesmaria foi passada à Companhia de Jesus no mesmo ano, sendo ela responsável por aniquilar e catequizar populações indígenas locais, sobretudo tamoios e tupinambás (CARNEIRO *et al*, 2012), e por estabelecer uma importante produção de farinha de mandioca. Em 1757 a região já se tornara conhecida como Fazenda do Colégio ou Fazenda Papucaia, porém, em 1759, após às reformas pombalinas, os jesuítas são expulsos e as terras reapropriadas pela Coroa Portuguesa e posteriormente compradas por Antônio de Oliveira Braga. Em 1840, foi subdividida em cinco, sendo uma delas também denominada Papucaia, que depois seria comprada por Lage. Ao longo do século XIX, uma série de mudanças confluíram para a crise na região: migração da cultura do café para o Vale do Paraíba, retirando este cultivo da região do Vale do Macacu¹⁹⁴, mas sobretudo diminuindo a importância do transporte fluvial ali realizado; inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo em 1873, utilizada, sobretudo, para escoar a produção de café, sendo este outro fator de crise nos portos e no transporte fluvial; gradual extinção do trabalho escravo; epidemia de malária e febre responsável por inúmeras mortes e redução das áreas produtivas próximas ao curso do rio Macacu¹⁹⁵; as inúmeras fragmentações e alterações do território administrativo (CARDOSO, 2009; ROSA JR., 2014).

Estas mudanças foram significativas para a permanência de posseiros na região e para a posterior atuação estatal no século XX. Segundo Carneiro *et al* (2012), Cachoeiras de Macacu manteve-se como município com forte tradição de produção de gêneros alimentícios, talvez pelo esvaziamento promovido pelos surtos epidêmicos. Segundo estes autores:

Os alagamentos, a crise açucareira¹⁹⁶ e, posteriormente, a cafeeira e de mão-de-obra contribuíram para um gradativo desinteresse e abandono das terras

¹⁹⁴ Segundo informam Carneiro *et al* (2012), a passagem do cultivo de café em larga escala na região dos vales do Macacu e Caceribu foi curta, com concentração entre os anos de 1840 e 1870. Contudo, o café como produto em pequena escala, de produção voltada para o consumo doméstico, esteve presente desde meados do século XVIII.

¹⁹⁵ Segundo Rosa Jr. (2014), a chamada “febre do Macacu” remonta aos anos 1830. A denominação se refere à febre amarela e à malária, causadas pela proliferação dos mosquitos hospedeiros devido ao transbordamento dos rios Macacu, Caceribu e Guapiaçu, resultando em grandes alagamentos nos períodos de chuva, formando áreas de brejos e pântanos. Apesar das doenças terem sido controladas e das diversas intervenções de saneamento, a recorrência dos alagamentos continua a ser fato comum durante o verão, quando há maior quantidade e intensidade de chuvas, agravados, ainda, pelas ações de assoreamento dos rios. A recorrência dos alagamentos significa não só a possibilidade de transmissão de doenças, como a perda de plantações e casas, como ocorrido nos primeiros meses de 2022: “Trabalhadores rurais do Rio atingidos pelas chuvas de janeiro perdem 70% da renda”. *Brasil de Fato*, 07/02/2022, edição online. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/07/trabalhadores-rurais-do-rio-atingidos-pelas-chuvas-de-janeiro-perdem-70-da-renda>>. Acessado em 13/03/2022

¹⁹⁶ Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, a produção canvieira na região passou por momentos de crise e diminuição, em especial pelas oscilações do preço internacional do açúcar e pela concorrência com a produção de Campos dos Goytacazes. As regiões de cana foram, em grande parte, convertidas em cafezais ou mantiveram a produção de gêneros alimentícios, cada vez mais demandados pelo crescimento populacional no Rio de Janeiro, especialmente após a chegada da Corte Portuguesa em 1808.

por parte de grandes proprietários. Segundo Grynszpan (2009), estes anos de alagamento e abandono conferiram à Baixada uma representação de região de fronteira, como se tivesse retornado a um estado anterior à chegada dos colonizadores (CARNEIRO *et al*, 2012, p. 19).

Como apontado anteriormente, a *fronteira* é um elemento central na articulação dos sentidos da colonização. Segundo Castro (1995) e Carneiro *et al* (2012), os surtos epidêmicos geraram processos de esvaziamento de grandes propriedades de terra que logo seriam ocupadas por posseiros. Cessando os surtos, os antigos e os novos donos retornavam e encontravam suas terras ocupadas, consolidando novos conflitos sociais.

Esse quadro de conflito é sinalizado a fim de que se reconstituam os possíveis significados e consequências de uma *imagem imperial* persistente na política de colonização *racional e intensa* do século XX. A imagem da decadência da Baixada está profundamente associada ao fim do Império e, sobretudo, ao fim da escravidão, ainda que, como apontado por Geiger e Mesquita (1956) e por Grynszpan (1987), a decadência tenha de ser relativizada, identificando um processo de transformação da produção agrícola com maior presença de posseiros. O melhor retrato desta interpretação pode ser encontrado em Viana (2005, p. 56), para quem a abolição do trabalho escravo criou uma “fase de desorganização profunda e geral” incompatível com as diretrizes “evolutivas” da população brasileira: as crises econômicas, política e social associadas à instauração da República pareciam a ele incompatíveis com a igualdade e paz associadas ao período imperial. Na proposta de Viana (2005), ator fundamental na consolidação do Estado Novo, caberia ao Estado autoritário dar solução racional e orgânica para consolidar a nacionalidade e a organização social, dado que a população seria incapaz e ainda imatura para tanto.

Conforme sinalizado anteriormente, estes são pontos centrais dos sentidos da colonização. A colonização é retomada nos anos 1940 como forma de controlar áreas de conflito, possibilitar a integração das áreas periféricas à dinâmica de mercado, produzir alimentos para o abastecimento interno da capital e possibilitar uma civilização induzida por populações estrangeiras, sobretudo europeias e japonesa. O caso da Baixada não deixa de explicitar a multiplicidade de sentidos da colonização e de significados do termo *sistemática*. É sistemática porque programada e racional, porque metódica e contínua, e porque fecha um sistema: precisa de camponeses desenraizados e sistematicamente despejados, “aptos” a serem deslocados, controlados e civilizados de modo a aceitar e se adequar à dinâmica do mercado de terras, trabalho e consumo. O efeito desta dinâmica é a manutenção da situação de despossuídos, reforçada pela “alta concentração fundiária” e a “persistente dificuldade de acesso à terra, urbana e rural, por parte da classe trabalhadora”, características de longa duração da sociedade brasileira (LINHARES, 2018, p. 481).

Segundo reportagem de *O Jornal*, o Núcleo Colonial de Papucaia, criado em 1951, fazia parte de um “plano revolucionário de ajuda à pequena lavoura”, elaborado pela DTC e que incluía também os núcleos de Itaguaí e Macaé. O plano consistia em educar os lavradores e suas famílias: os núcleos atuavam como

escolas nas quais as famílias dos lavradores passarão de um a dois anos, de modo a quando dali saírem para se tornarem pequenos proprietários, de lotes de terras que lhes serão doados, estejam perfeitamente aptos ao trabalho da lavoura e lá possam contar com algum recurso financeiro¹⁹⁷.

¹⁹⁷ “Terras gratuitas só para lavradores com o curso de colonização”. *O Jornal*, 28/03/1952, pp. 8 e 6.

A realização de um “curso de colonização” abria caminho possível para obter terra de forma gratuita¹⁹⁸, o que deve ter criado expectativas entre lavradores sem-terra. A adaptação do lavrador nesse processo era fundamental, pois caso contrário, como afirma a reportagem, “todo aquele que demonstrar ser inadaptável aos trabalhos da lavoura, será afastado do núcleo e encaminhado para o exercício de outras profissões”. Esta adaptação apresenta semelhança com a argumentação central da colonização sistemática, na medida em que ela é apresentada como necessária para evitar usos especulativos da terra, contrapondo-se a uma política de “dar” terras aos camponeses sem contrapartida ou planejamento.

A fim de garantir esta adaptação, o caráter “escolar”, ou melhor, *formativo* dos núcleos era ressaltado com a criação de escolas e cooperativas e com a organização de círculos residenciais, aproximando as famílias. O elemento “misto” dos núcleos é salientado, apontando a proporção de 70% de famílias nacionais, com preferência de “nordestinos das regiões flageladas pelas secas”, e 30% de estrangeiros, “de nacionalidades diferentes, para evitar-se a formação de quistos raciais dentro dos núcleos”. A vivência mista destes lavradores pretendia possibilitar aos nacionais o aprendizado dos métodos de produção e estimular neles o “amor ao trabalho através dos exemplos” dos estrangeiros.

Conforme indicado nos capítulos anteriores, os diversos momentos da colonização estiveram associados às técnicas de controle e socialização específicas impostas pelo Estado, sendo um de seus sentidos o que poderíamos chamar de civilização por indução. Quase um ano depois outras duas reportagens apontavam para a novidade e o caráter pioneiro da experiência de colonização em Papucaia. Em visita ao Núcleo, João Cleofas, Ministro da Agricultura no governo de Getúlio Vargas, apontou Papucaia como “modelo” da “política imigratória racionalmente orientada”¹⁹⁹. Outra reportagem indica a novidade do modelo, referindo-se a um grupo de 119 imigrantes que se dirigiam a Papucaia, entre eles 66 austríacos, 34 alemães e 19 refugiados de guerra:

Estes imigrantes de raça alemã que chegaram ao Rio, ontem, pelo “Castel Felice” vão iniciar um tipo pioneiro de colonização em nosso país. Ao invés de receberem, logo, terras para cultivar, sistema que já comprovou, sobejamente, sua ineficiência, passarão, antes, por um estágio de um ano no Núcleo de Papucaia, trabalhando a terra em comum e se integrando na comunidade brasileira. Decorrido este tempo, apenas as famílias que revelarem capacidade no trabalho agrícola e fácil adaptação ao nosso meio, a juízo do Departamento de Terras e Colonização, terão direito a lotes de 20 hectares, que pagarão parceladamente ao governo, em prestações anuais. Os imigrantes desta leva vão se dedicar à lavoura de gêneros alimentícios e contribuirão para reforçar o abastecimento do Rio, dada a proximidade do Núcleo de Papucaia, que fica a 50 quilômetros de Niterói²⁰⁰.

Ao final deste ano, a visita do presidente Getúlio Vargas colocou Papucaia no centro dos noticiários. Em meio à visita, foram ressaltadas mais uma vez a seleção e o “aprimoramento do fator humano” proporcionados pela colonização aos imigrantes e nacionais, e a preferência pela fixação de nordestinos é sinalizada como um plano federal para evitar migrações e impulsionar o desenvolvimento das áreas dos núcleos. Apesar dessa sinalização, o Núcleo Colonial de Papucaia já contava com 160 famílias, com predominância de nacionais da própria região e italianos. Estas famílias produziam arroz, abacaxi, legumes e banana, sendo ressaltados

¹⁹⁸ A gratuidade das terras não se confirmou. Em outras reportagens do período, citadas e trabalhadas a seguir, fala-se no pagamento parcelado dos lotes, o que parece ter sido efetivamente a prática desta política.

¹⁹⁹ “Experiência pioneira”. *O Jornal*, 14/04/1953, p. 4.

²⁰⁰ “Novos métodos de colonização”. *O Jornal*, 15/03/1953, p. 1-2.

os trabalhos de assistência material e técnica. A reportagem, contudo, indica uma drástica redução da área dos lotes, se comparada com a reportagem anterior: de 20 para 10 hectares²⁰¹.

Os colonos, contudo, estavam ansiosos pelo lote e consideravam o tempo de teste muito longo, ao que o administrador do Núcleo e o ministro João Cleofas responderam que era um método para evitar o abandono e a venda de lotes, já devido ao processo de especulação imobiliária²⁰². Segundo Cleofas, foram criados em 1954 Centros de Colonização em cada Núcleo Colonial, a fim de evitar a improdutividade e a especulação de lotes que, de acordo com o ministro, ocorriam em quase 90% dos lotes da Baixada entre 1951-1954. Os Centros atuavam de modo a “preparar os futuros concessionários dos lotes” e intensificar a mecanização, de modo a ampliar a produtividade, reatualizando a novidade anteriormente apontada²⁰³.

Apesar das reportagens elogiosas, indicando o número de famílias que chegavam no Núcleo, Geiger e Mesquita (1956, p. 153) apontam que “na sede da colônia Papucaia existem 1500 requerimentos para lotes e no Ministério da Agricultura mais de 4500, não sendo mais numerosos por não serem mais recebidos”. Trata-se de um elevado número de lavradores locais, ou mesmo de outras regiões que para ali se deslocaram ao ouvir e ler as propostas de colonização, mas que não encontraram meios de serem absorvidos inicialmente pelo Núcleo. Segundo Silva (1994, p. 40), os números devem ter sido maiores ao final dos anos 1950:

Os pedidos para aquisição dos lotes de 10 a 15 hectares rapidamente alcançam a soma dos seis mil. Entretanto, a mística de que o imigrante é um agricultor mais eficiente somada a discriminação do lavrador nativo, privilegia descendentes de italianos e japoneses na distribuição dos lotes em Papucaia, provocando descontentamento entre os posseiros que há anos trabalhavam na região originários inclusive de outros Municípios e Estados. Preteridos, alguns decidem ocupar áreas do Núcleo mesmo sem a devida licença, acusando determinadas pessoas que haviam conseguido lotes de estarem apenas interessadas nas explorações da mata, uma vez que posteriormente destinavam seus terrenos à revenda para construção de chácaras de veraneio.

Após o suicídio de Getúlio Vargas as notícias sobre o Núcleo Colonial ficam mais escassas. Em 1956 uma reportagem aponta para o baixo rendimento agrícola e a necessidade de regularizar a situação dos colonos, a fim de solucionar os problemas causados pela alta valorização da terra²⁰⁴. Outra reportagem aponta a necessidade de ampliar a malha ferroviária para escoar a produção do Núcleo, indicando outros problemas vividos pelas já então 307 famílias²⁰⁵. Uma terceira indica, de forma ampla, o fracasso da política de colonização pela demora e má seleção de imigrantes. Chegava ao Brasil “apenas o rebotalho” e corria-se o risco de receber os “elementos indesejáveis (comunistas sobretudo)”, aludindo ao contexto da Revolução Húngara de 1956 e ao processo de ampliação territorial da União Soviética. Ainda para esta reportagem, o país não havia compreendido que “[o] imigrante é antes de tudo um homem, mas é capital também”²⁰⁶. A aparente solução identificada nos noticiários é o

²⁰¹ “A visita do Presidente da República ao Núcleo Colonial de Papucaia”. *Correio da Manhã*, 04/11/1953, p. 12.

²⁰² “Colonização no Núcleo de Papucaia”. *Jornal do Commercio*, 13-14/04/1953, p. 4.

²⁰³ “Mecanização da lavoura – ponto alto de 1954”. *O Jornal*, 03/01/1954, p. 3.

²⁰⁴ “Recuperação da Baixada para o abastecimento carioca”. *Correio da Manhã*, 17/01/1956, p. 2.

²⁰⁵ “Abandono da produção”. *A Luta Democrática*, 13/06/1957, p. 3. A informação do número de famílias, com lotes em média de 17 ares, é da reportagem “De tomate, abacaxi e banana” (*Correio da Manhã*, 05/09/1957, p. 4).

²⁰⁶ Teixeira Neto. “O Brasil Está Perdendo a Batalha da Imigração”. *O Observador Econômico*, ano XXII, nº 257, julho, 1957 pp. 6-15.

cooperativismo, sobretudo a atuação da Cooperativa Agrícola de Cotia²⁰⁷ e a colonização de japoneses, ressaltados pela produção de tomates²⁰⁸.

É neste quadro de relativo fracasso da colonização, caracterizado pelo crescimento da especulação imobiliária e pela baixa quantidade de famílias beneficiadas em relação ao elevado número de requerentes, que são observadas as situações de conflito e as primeiras organizações e reivindicações públicas dos camponeses. Um conjunto de reportagens dão alguns indicativos para apreender o ano de 1959 como um momento de virada, marcado pela articulação dos lavradores. Conforme já apontado anteriormente, esse é o ano de formação das Associações de Lavradores de Papucaia e de Ribeira, estimuladas pela criação da Falerj. Este também é o ano de criação do Plano Piloto de Ação Agrária do governo Roberto Silveira²⁰⁹ (PTB) no estado do Rio de Janeiro, caracterizado pela proposta de desapropriações de terras, resultado do crescimento político do campesinato e da mudança estratégica do movimento, que deslocou a pressão exercida sobre o Judiciário, através das ações de usucapião, para o Executivo, por meio das ocupações e reivindicações de desapropriação (MEDEIROS, 2018). Roberto Silveira investiu, ainda, na criação, em 1960, da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj), competindo pela representação e controle das associações e mobilizações camponesas. A Flerj se articulou com a Federação dos Trabalhadores Cristãos, apoiada pelo Padre Carvalho, figura de importância em Cachoeiras de Macacu no período pós-golpe, como indicado no Capítulo 5, e que presidiu o Plano Piloto.

Enviado em 1959 à Assembleia Legislativa estadual, a principal preocupação do Plano Piloto de Ação Agrária era com os conflitos resultantes da ação de “grileiros proprietários” e reações das famílias de trabalhadores que ocupavam terras abandonadas. O Plano se tornou a Lei 3.961 de 24/06/1959. Por meio dela se autorizava a elaboração de um plano de colonização

²⁰⁷ Segundo Taniguti (2015), a Cooperativa Agrícola de Cotia foi fundada em 1927 no município de Cotia, São Paulo, por lavradores japoneses saídos do sistema de colonato. Criada para impulsionar a distribuição de produção agrícola para o mercado consumidor da capital paulista, a Cooperativa se transformou, dos anos 1960 aos anos 1990, em modelo de gestão e empresa, contribuindo, ainda, para a narrativa de êxito e capacidade de ascensão social pelo trabalho dos japoneses. A vinculação institucional da Cooperativa ao consulado japonês garantiu a continuidade de investimentos e a própria estabilidade deste modelo cooperativo, resultando em um ambiente de socialização e troca de conhecimentos significativo para as populações japonesas, sobretudo na difusão de técnicas e práticas de cultivo, mas também pelas formas de assistência médica, técnica e jurídica, pela criação de clubes e colônias de férias, pela previdência privada e criação de escolas. Em 1967 ela se torna Cooperativa Central, expandindo-se para todo o país. Apesar de seu crescimento, a Cooperativa entra em crise e encerra suas atividades em 1994. Essas condições de socialização e de assistência contribuíram o sucesso econômico e a posição diferencial assumida por japoneses, ao menos nos casos do Núcleo Colonial de Itaguaí (GALJART, 1968) e de Santa Cruz (SILVA, 2017).

²⁰⁸ “Cooperativismo, Arma a Serviço da Justiça Social”. *Correio Paulistano*, 27/10/1957, p. 25; Afonso Casanova. “Foi aprovado nos testes o local da primeira lavoura”. Encontro com a terra promissora – I e II. *O Jornal*, 12/05/1959, p. 12 e 13/05/1959.

²⁰⁹ Roberto Teixeira da Silveira (1923-1961) foi jornalista, político e governador do estado do Rio de Janeiro. Durante sua formação acadêmica em Direito, nos anos 1940, foi presidente do Centro Universitário do Rio de Janeiro e começou a trabalhar, em 1943, como redator do Departamento Estadual de Propaganda e secretário do jornal Diário da Manhã. Em 1945 Roberto da Silveira se filia ao PTB, considerando este um partido de defesa dos trabalhadores e de conquista da independência econômica do país. Em 1946 foi nomeado oficial de gabinete de Lúcio Meira, interventor federal do estado do Rio de Janeiro, e em 1947 foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte, ocupando a vice-presidência da Constituinte, presidente da Comissão de Justiça e membro da Comissão de Finanças. Foi reeleito deputado estadual em 1950, mas abdicou ao ser nomeado como Secretário do Interior e Justiça do governo de Ernâni Amaral Peixoto, cargo que ocupou até 1954, quando foi eleito vice-governador do estado, com expressiva votação. Ainda em 1954 se tornou presidente do PTB fluminense, e em 1955 se torna secretário-geral da direção nacional do PTB. A eleição de Roberto da Silveira em 1959 marcou uma derrota da tradicional hegemonia política e eleitoral do PSD no estado. Ver: KORNIS, Mônica. “Roberto Teixeira da Silveira”. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-teixeira-da-silveira>>. Acessado em 17/05/2022.

e aproveitamento de terras devolutas e públicas existentes no estado. No plano de colonização se destacava a possibilidade, a ser estudada, de realizá-la com *aproveitamento de nacionais favelados* e a criação de núcleos agrícolas para receber e localizar lavradores *desajustados*, bem como “diligenciar a proteção e defesa dos pequenos agricultores despejados de terras públicas ou particulares onde tenham cultivos e benfeitorias”. Envolvia, ainda, a realização de cadastro territorial, tombamento das propriedades particulares, mediante verificação de títulos e registros, respeitando o direito de posse mansa e pacífica. Neste ponto, sinalizava a preocupação em “delimitar áreas em litígio cultivadas por posseiros, tomando as medidas convenientes à solução das controvérsias” (Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 24/06/1959, pp. 1-2 *apud* MEDEIROS, 2018, p. 65).

A lei foi regulamentada pelo Decreto nº 6.682/59, atribuindo o Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas ao diretor do Departamento de Trabalho da Secretaria de Trabalho e Serviço Social. O Plano previa a venda de lotes de 10 a 15 hectares aos lavradores, com pagamento em até 180 prestações mensais. Previa, ainda a aquisição, por compra ou desapropriação, de fazendas em litígio ou que, pela localização, permitissem a organização de grupos de colonização. Estabelecia o respeito à posse mansa e pacífica de até 15 hectares, com pelo menos um ano e um dia de ocupação e estabelecia a exigência de dedicação exclusiva ao trabalho agrícola. O decreto também ampliava o rol de beneficiários, incluindo aqueles que, “embora residindo nas cidades e povoados, desejassem retornar às atividades agrícolas, nela fixando-se definitivamente com sua família”. Assistência técnica, fornecimento de sementes e adubos e facilitação para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas também estavam previstos (Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 05/08/1959, pp. 1-2 *apud* MEDEIROS, 2018, p. 65).

Segundo Medeiros (2018), a demanda por desapropriação com venda de lotes a prazo aos lavradores era uma pauta da Falertj, já apontada no momento de sua criação. Como expressa a autora, tal demanda indicava a disposição dos lavradores de pagar pela terra, disposição que seria modificada devido à própria luta e sua radicalização, passando a se constituir como demanda a entrega gratuita da terra.

A legislação revela alguns pontos sensíveis na questão agrária fluminense, conforme sinalizado por Medeiros (2018). Em primeiro lugar, está a dificuldade, mais de cem anos depois de promulgada a Lei de Terras, de definição e cadastro das terras devolutas e terras particulares. Havia, ainda, a relação entre questão urbana e colonização, observada na proposta de fixação de favelados e daqueles que optassem por voltar ao campo. Também há menção aos “agricultores desajustados”, provavelmente aqueles migrantes oriundos de áreas em crise, como as de cafeicultura do Espírito Santo, Minas Gerais e do próprio Rio de Janeiro que se dirigiram para a Baixada e a importância dada às situações de litígio, acenando para a resolução de conflitos, indenização dos despejados e controle policial nas áreas de tensão.

Em duas reportagens é possível observar a dinâmica de organização e os conflitos pela representação dos trabalhadores rurais. Em 31 de outubro de 1959 uma reportagem do jornal *Última Hora* indicava a fundação da Associação de Lavradores de Ribeira²¹⁰. A Associação criticava a perseguição promovida pelo administrador do Núcleo Colonial de Papucaia, Peixoto de Castro, contrário à participação dos lavradores na organização²¹¹. No dia seguinte, uma

²¹⁰ Segundo a reportagem, a Diretoria da Associação seria presidida por José Joaquim de Oliveira e teria como primeiro e segundo vice-presidentes Amarico da Silva e Homero da Silva Bragança, respectivamente, Amaro Correia como secretário e Osvaldo Alvarenga como tesoureiro. Amaro Correia, provavelmente Amaro Correia de Andrade, conhecido como Amaro Barbudo, foi uma importante liderança camponesa local, perseguida e presa no pós-1964 (BRITO, 2018).

²¹¹ “Associação dos Lavradores em Cachoeira”. Seção Vida Sindical, assinada por Jairo Mendes. *Última Hora*, 31/10/1959, p. 3.

reportagem do *Jornal do Brasil* parecia confirmar, se não o clima de *perseguição*, ao menos de competição pela representação dos trabalhadores:

Acompanhados do Deputado Jaime Bitencourt e do Vereador Rubens Lota, lavradores de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, vão se avistar dia quatro com o Governador. Os lavradores querem que o Sr. Roberto Silveira impeça a infiltração de elementos comunistas nas Associações Rurais de Cachoeiras de Macacu²¹².

A reportagem não informa quem seriam eles e se poderiam estar ligados ao Círculo Operário ou à Flerj na competição por representação.

A disputa se intensifica pela presença dos lavradores no cenário político. O Plano Piloto havia colocado Cachoeiras de Macacu e Papucaia novamente nos noticiários. Mais de 500 lavradores de Cachoeiras e municípios vizinhos se reuniram no Clube dos Caçadores em fins de outubro daquele ano para discutir a distribuição de terras do Núcleo e outros problemas agrícolas, e, poucas semanas depois, o então Secretário do Trabalho e Serviço Social do Estado, Wandir de Carvalho verificou a situação dos colonos de Papucaia, apontando a necessidade de incluí-la no Plano Piloto, devido aos relatos de ameaças de grileiros²¹³.

Tanto a Associação ligada à Falerj quanto a Flerj discutiam as possibilidades de ampliação da colonização em Papucaia via Plano Piloto. Reportagens de 1960 e 1961 apontam vendas de lotes, expulsão de lavradores, falta de assistência, receio de cancelamento dos lotes, dificuldades de infraestrutura e escoamento da produção e a presença de gado destruindo as plantações e invadindo os lotes dos colonos²¹⁴. Estes anos foram marcados pelo elevado crescimento dos despejos e das práticas de grilagem, sendo significativa na história do município as invasões promovidas pelos irmãos Coimbra Bueno e outros na área conhecida como “Duzentos Alqueires”, localizada no Núcleo Colonial. Donos da empresa Agrobrasil, localmente conhecida como São José da Boa Morte, ficaram famosos na região por colocarem gado nas plantações de meeiros e por estender suas terras na direção do Núcleo Colonial.

Conforme analisado em trabalhos anteriores (BRITO, 2018, 2019), o conflito e as ocupações de 1961 e 1963 na fazenda São José da Boa Morte estão diretamente ligadas às práticas de grilagem do Núcleo Colonial e aos despejos iniciados em 1958. Entre 1960 e 1964 inúmeras reportagens acompanharam o clima de guerra vivenciado na São José: presença de policiais e jagunços armados, despejos autorizados pela Comarca local, casas e plantações incendiadas e invadidas pelo gado, mortes, acusações de subversão, mas também as ocupações organizadas por diferentes entidades, as práticas de organização, as reuniões e as percepções de indignação e humilhação vividas pelos posseiros e que orientavam as formas de ação coletiva.

²¹² “Lavradores pedem auxílio”. *Jornal do Brasil*, 01/11/1959, 2º caderno, p. 3.

²¹³ “Lavradores de Cachoeiras de Macacu querem terras do núcleo de ‘Papucaia’”. *Jornal do Brasil*, 20/10/1959, 2º caderno, p. 5. “Cachoeiras de Macacu”. Seção Noticiário dos Estados. *O Jornal*, 13/11/1959, p. 8. “Governador toma providências contra os ‘grileiros’”. *Última Hora*, 18/11/1959, p. 3.

²¹⁴ Ver as reportagens: “Lavradores discutem Plano Agrário”. Notícias Agropecuárias. *Jornal do Brasil*, 26/06/1960, 2º caderno, p. 9. “Estado do Rio”. *O Jornal* (RJ), 28/06/1960, p. 10 “Lavradores de Papucaia enviam memorial a Jânio: INIC não cumpre determinações”. *Última Hora*, 01/03/1961, p. 11. “Posseiros vão ao Ingá denunciar ‘grileiros’”. *Diário Carioca*, 17/05/1961, p. 5. “Lavradores de Papucaia querem ponte de cimento”. *Terra Livre*, 06/1961, p. 3.

O clima de conflitos da São José indica um *frame* de ação coletiva (SNOW, 2004)²¹⁵, percebido nas falas de lideranças locais. Liderança da ocupação de 1961, Mariano Beser²¹⁶ anunciou após a desmobilização causada pela repressão:

Estamos dispostos a tudo. A terra é de quem trabalha nela. Os colonos não podem mais esperar. Já somos mais de mil nesta região do Estado. As terras que os grileiros estão ocupando são do INIC que deve, através de medidas rápidas, distribuí-las aos posseiros. Não temos medo de ninguém porque defendemos um direito (...). Uma conquista que é nossa de justiça e por pleno direito. A violência policial contra os lavradores não alterou o ânimo de luta. De armas na mão estaremos nesta imensa trincheira que é o campo, defendendo o que é nosso. Morreremos se preciso for, mas daqui não arredamos o pé²¹⁷.

Neste ano, também o delegado de Cachoeiras de Macacu, Wilson Vieira, diferente da percepção dos grandes proprietários de terra, indicou que “não há novidade, apenas a tensão é grande”, compreendendo que os problemas vividos pelos lavradores eram mais antigos do que a ocupação. O delegado identifica o grupo que realizou a ocupação como *colonos* que reivindicavam as terras do Núcleo Colonial, e sinaliza para a ampliação dos conflitos por terra:

– ‘Os colonos fizeram um movimento reivindicatório. O problema é mais social do que policial. Só intervimos nesse caso porque os lavradores rebelados sequestraram e mantiveram presos durante várias horas cinco cidadãos. As terras tomadas pelos colonos foram desapropriadas pelo governo federal e entregues ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Aconteceu, porém, que apareceram grileiros que pouco a pouco foram se apossando das terras. Sábado [dia da ocupação] os colonos arranjaram um líder e resolveram gritar basta’.

O delegado Wilson está há sete meses em Cachoeiras de Macacu e prevê que o que está acontecendo em sua jurisdição dentro de pouco tempo acontecerá em todo o Brasil²¹⁸.

Durante a ocupação de 1963 da São José, Alcídio Salvador, então secretário da Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, via a ocupação como expressão da luta pela reforma agrária a ser radicalizada em todo o país, declarando que “o sentido da nossa luta

²¹⁵ O conceito de *frame* de ação coletiva é utilizado por Snow (2004) como um modo de privilegiar o trabalho dos movimentos sociais na construção de significados e interpretações compartilhados. Deste modo, os movimentos sociais são capazes de constituir quadros ou enquadramentos de ação coletiva a partir de enfoques, articulações, identificações e transformações de significado, de modo a ativar aderências, transformar espectadores em apoiadores do movimento, extrair concessões de seus inimigos e desmobilizá-los. A análise de um *frame* de ação coletiva constituído pelos atores e movimentos sociais camponeses nas ocupações de terra em Cachoeiras de Macacu foi analisado em Brito (2018, 2021).

²¹⁶ Natural da Espanha, Mariano Beser chegou ao Brasil em 1950, com 11 anos. Em sua infância e adolescência foi influenciado pelos ideais anarquistas e comunistas, aproximando-se do PCB ainda novo. Em 1961 se envolveu com os dirigentes da Falerj, mas passou a criticar a pretensa falta de ação direta destes, aproximando-se das Ligas Camponesas. Com as expulsões de camponeses em São José da Boa Morte, Beser se apresentou como presidente da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio de Janeiro e assessor da Falerj e mobilizou a ocupação e a ação de resistência de 1961 nesta fazenda. Após o desmantelamento da ocupação e a prisão de Beser surgiram denúncias, não comprovadas, de que ele seria um infiltrado agindo para desqualificar as ações camponesas. Após esses eventos, Beser não apareceu mais na região. Ver Silva (1994) e Brito (2018).

²¹⁷ “Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ”. *A Noite*, 20/11/1961, p. 10.

²¹⁸ Humberto de Vasconcelos. “Macacu de novo em paz: polícia dispensada”. *Tribuna da Imprensa*, 24/11/1961, p. 3, 2º caderno.

não é libertar somente a S[ão] José da Boa Morte da exploração, e sim todo o Brasil”²¹⁹. Em outra reportagem, um dos ocupantes diz ao colocar os pés na terra, indicando as vinculações da luta pela terra com a memória de violências e injustiças passadas:

aqui devem estar sepultados lavradores que não se entregaram aos grileiros, pelo que foram assassinados pelos capangas. Há quatro anos, 60 famílias tentaram se alojar nestas terras e foram tocadas a tiros. Muitas delas desapareceram. Nós agora vingaremos todos os humildes e perseguidos²²⁰.

Entre as ocupações, centenas de posseiros de Papucaia e São José da Boa Morte se deslocaram para Niterói, mobilizados por José Cabral, vice-presidente da Associação de Lavradores e Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas de Pernambuco, a fim de pedir à Secretaria de Segurança garantias de vida contra grileiros que invadiram 200 alqueires de terras vizinhas da Fazenda São José, possivelmente os Duzentos Alqueires, Marubaí ou Coco Duro, nomes locais para a mesma região. Estes posseiros informam que os grileiros destruíram 44 casas e devastaram suas plantações²²¹.

Em Cachoeiras, as mobilizações do campo e da cidade conseguiram eleger para prefeito Ubirajara Muniz (PTB), figura com trânsito pelas organizações rurais e que deu apoio à ocupação de 1963, motivo pelo qual foi cassado e preso em 1964. Esta proximidade pode ser vista em entrevista dada ao jornal *O Fluminense* quando recém-eleito, na qual Muniz discute a necessidade de uma reforma agrária “cuidadosa e democraticamente” realizada em áreas improdutivas e aponta a eleição para o sindicato dos “posseiros” de Cachoeiras como a “sensação”, revelando sua preferência por Alcídio Salvador, lavrador “nacionalista puro” e com apoio de São José e Papucaia, contra Anésio Dias de Freitas²²², candidato dos comunistas²²³.

Sinalizando o ganho econômico para o município que a reforma agrária poderia trazer, Muniz acumulava tensões com os proprietários de terra. Também estes passavam a se mobilizar e se organizar frente às ações dos lavradores. Em dezembro de 1963, em meio à nova ocupação da São José da Boa Morte, uma comissão de 100 proprietários rurais de Itaboraí, Magé e Cachoeiras de Macacu foi ao Palácio do Ingá denunciar Ubirajara Muniz e o delegado Josafá Marinho como “elemento[s] instigador[es] das invasões de terra que vêm ocorrendo na região”, acusando-os de não garantir a segurança dos proprietários²²⁴. A Comissão foi liderada por Hamilton Xavier, Secretário do Interior e Justiça do Estado, proprietário de terras, Saramago Pinheiro, presidente da Associação Rural de Itaboraí e senador pela UDN, o ex-senador Alfredo Neves e Abelardo Coimbra Bueno, proprietário da fazenda Agrobrasil. Segundo a reportagem, os proprietários teriam ido ao Palácio para impedir uma reunião de Muniz e o então governador Badger da Silveira. Entretanto,

Quando se encontravam no Palácio receberam comunicação que em Cachoeiras de Macacu, a Fazenda Agro-Brasil, de onde cerca de 400 lavradores foram despejados por soldados da Polícia Militar, por decisão judicial, voltava a ser invadida pelo mesmo grupo, que estava arregimentando

²¹⁹ “Camponeses da Boa Morte lutam pela posse da Terra”. *Novos Rumos*, ano V, nº 251, de 13 a 19 de dezembro de 1963, p. 2.

²²⁰ “Igreja em ruínas é trincheira para a rebelião dos camponeses”. *Última Hora*, Curitiba, 12/12/1963, p. 3 e *Última Hora* de 12/12/1963, edição fluminense.

²²¹ “Cachoeiras de Macacu”. Seção Estado do Rio. *O Jornal* (RJ), 11/01/1962, p. 5.

²²² Anésio foi presidente da Associação de Lavradores local e militante do PCB, preso em 1955, 1956 e 1964 por suas ligações políticas e distribuição dos jornais *Voz Operária* e *Terra Livre*. Ele também foi membro do Conselho Fiscal da Falerj na gestão de 1961-1962 (GRYNSZPAN, 1987). Concorreu à presidência do STR de Cachoeiras de Macacu em 1962, porém não foi eleito. Sobre as acusações, ver o IPM 7.477/69, analisado em Brito (2018).

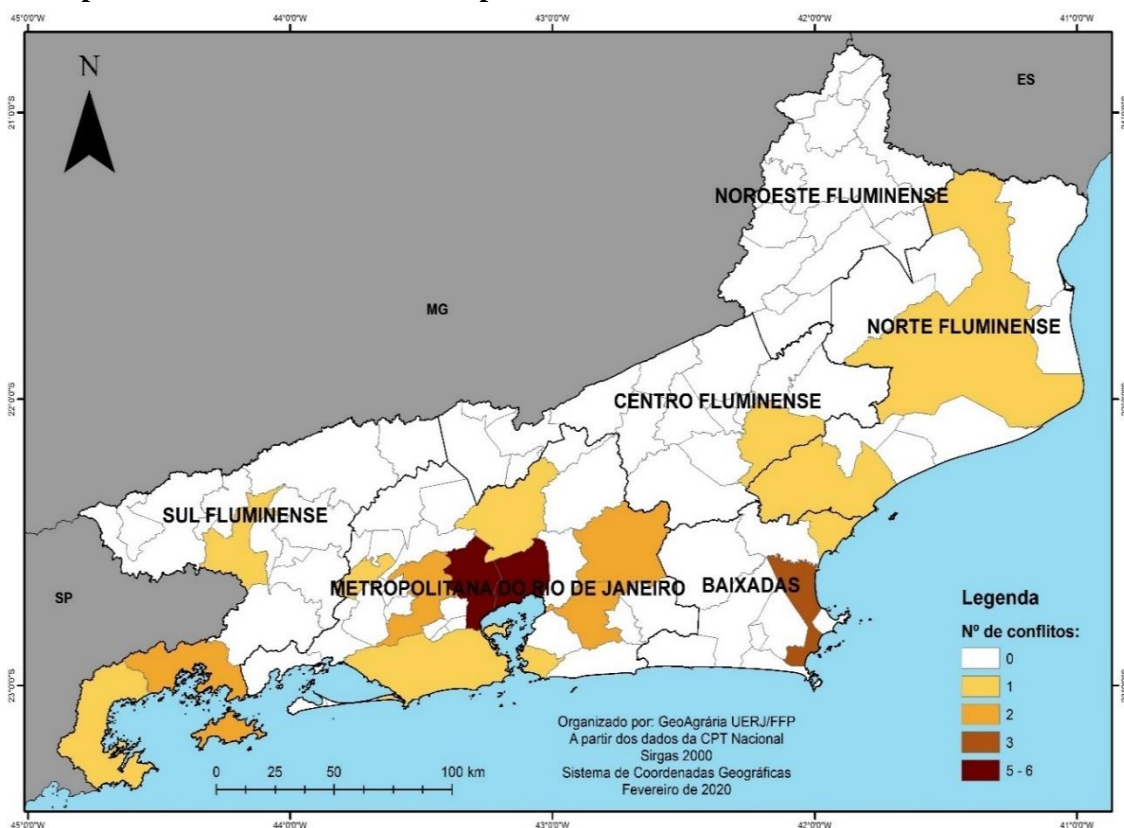
²²³ “Macacu: Prefeitura pode arrecadar até o dobro!”. *O Fluminense*, 04/12/1962, p. 3.

²²⁴ “Ruralistas acusam Prefeito”. *Jornal do Brasil*, 17/12/1963, 1º caderno, p. 16.

mulheres e crianças de toda a região de Papucaia e coagindo-as a acamparem na região conflagrada, ao mesmo tempo que incendiavam pequenas propriedades por onde passavam²²⁵.

Os despejados voltaram a ocupar a terra na Fazenda São José da Boa Morte e conquistaram sua desapropriação, pelo governo federal, em janeiro de 1964. O período de acirramento e radicalização das lutas sociais pressionava pela inclusão dos trabalhadores nas decisões e definições políticas e tensionou na direção de uma nova correlação de forças. Entre o final dos anos 1950 e 1964, mais de 20 áreas foram sinalizadas para desapropriação, indicando a capacidade de mobilização e o clima de atuação e conflito das áreas rurais fluminenses, em especial se levarmos em consideração o quadro anteriormente esboçado, que indica uma boa medida de reação aos despejos por parte dos lavradores organizados. O Mapa 4 permite visualizar e localizar os conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro na década de 1960, e o Mapa 5 indica as áreas de desapropriação pelos governos Federal e Estadual.

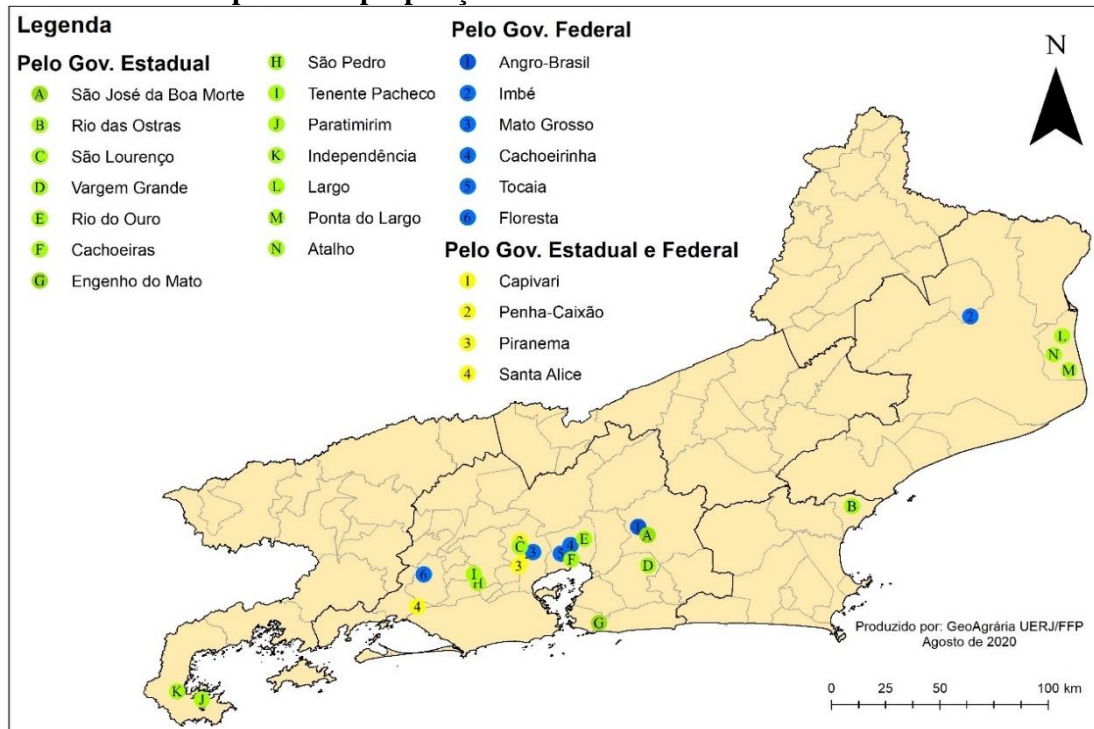
Mapa 4. Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – Década de 1960



Fonte: Costa *et al* (2020, p. 58).

²²⁵ “Ruralistas acusam Prefeito”. *Jornal do Brasil*, 17/12/1963, 1º caderno, p. 16.

Mapa 5. Desapropriações no estado do Rio de Janeiro 1950/1960



Fonte: Costa *et al* (2020, p. 57). Observação: onde se lê “Angro-Brasil”, o correto é “Agrobrasil”.

O golpe de 1964 implicaria em uma radical mudança de rumo da política e da participação pública e organizada dos trabalhadores do campo e da cidade. Em Cachoeiras de Macacu, 56 trabalhadores urbanos e rurais, lideranças e apoiadores foram presos no imediato pós-golpe (BRITO, 2018, pp. 222-225), sem contar o número de violências, torturas e fugas que desestruturaram famílias e infundiram o terror em diversas áreas e grupos sociais. Segundo dados da pesquisa *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*²²⁶, Cachoeiras de Macacu apresentou 141 (76,6%) das 184 prisões de trabalhadores rurais identificadas no estado do Rio de Janeiro durante a ditadura empresarial-militar. O município também apresenta os maiores números de casos de assassinatos de trabalhadores rurais, 22 de um total de 51 registros, ou seja, 43,1%; desaparecidos, três de um total de três; e tortura, cinco em 18 casos, ou seja, 27,8%, conforme pode ser visto na Tabela 10.

²²⁶ Esses dados estão disponíveis no relatório da pesquisa (MEDEIROS *et al*, 2015). Para uma análise mais aprofundada dos casos de conflito, ver Medeiros *et al* (2018).

Tabela 10. Formas de violação dos Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro e município de Cachoeiras de Macacu

Formas de violação dos Direitos Humanos	Estado do Rio de Janeiro	Cachoeiras de Macacu
Conflito por terra	219	16
Assassinato	51	22
Desaparecimento	3	3
Ocultação de cadáver	2	1
Tortura	18	5
Prisão	184	141
Agressão física	43	3

Fonte: Produzida com informações contidas em Medeiros *et al* (2015).

Esses números, que podem ser ainda maiores devido à subnotificação e à dificuldade de registro, refletem a persistência dos conflitos por terra no município, indicando a ampla participação do movimento camponês organizado na luta pela democratização do acesso à terra. Também apresentam a dimensão da violência e das violações dos direitos humanos contra trabalhadoras e trabalhadores rurais envolvidos ou não com o movimento camponês e com a luta pela reforma agrária. Segundo dados coligidos por Gilney Viana e publicados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2013), 1.196 camponeses/as e seus apoiadores foram mortos ou desapareceram entre 1961 e 1988 no Brasil. Posteriormente, o relatório da Comissão Camponesa da Verdade (SAUER *et al*, 2015) destacou, para além do expressivo e subnotificado número de mortes e desaparecimentos, a dupla perseguição sofrida por camponeses, identificada pela articulação de interesses entre grandes proprietários e Estado e no clima permissivo que possibilitou ameaças, assassinatos, expulsões e despejos, omissão estatal, queima de casas, destruição das plantações e violações dos direitos humanos. Esta dupla perseguição, presente desde antes da ditadura, se torna mais acirrada e se aprofunda enquanto traço histórico de longa duração no Brasil, impactando no modelo agropecuário tornado hegemônico pelos governos militares²²⁷.

²²⁷ O padrão de uma dupla violência também aponta para a continuidade da violência privada como elemento estruturante das relações políticas na Baixada Fluminense, conforme apontado por Alves (2020). Como indicado por este autor, é possível traçar continuidades no modo como a violência é operacionalizada dentro de uma rede de ações coletivas e individuais, com motivações e racionalidades sociais, políticas e econômicas que, de um modo geral, serve na manutenção das estruturas desiguais de dominação, frequentemente atuando para impedir formas de organização e mobilização populares e autônomas, deprimir a capacidade organizativa e reivindicativa de populações tomadas como “exploráveis”, controlar territórios em processo de urbanização e especulação fundiária e manter determinadas famílias e grupos em posições de beneficiamento em articulações lícitas e ilícitas ligadas ao poder eleitoral. Analisando a dinâmica histórica e política da Baixada Fluminense, Alves (2020) sinaliza os conflitos sociais e fundiários como elementos significativos na manutenção de um coronelismo e clientelismo políticos com forte uso da violência, chegando até a formação e elevado crescimento de grupos de extermínio durante a ditadura militar e a estruturação das milícias nas disputas por territórios e potencialidades econômicas e políticas de controle. Este é um elemento ainda pouco trabalhado, indicando-se as possibilidades analíticas na possível relação entre a violência privada realizada por grandes proprietários de terra com “jagunços” e forças policiais e militares oficiais, com convivência dos poderes Legislativo e Executivo e as práticas de controle territorial e populacional empregadas pelas milícias no estado do Rio de Janeiro, mas não apenas. Mais uma vez, trata-se de relações que borram as divisões entre campo e cidade e que sinalizam para práticas e enquadramentos associados às práticas de agentes estatais e privados.

Conforme discutido no capítulo anterior, apesar da caracterização do estado do Rio de Janeiro como área prioritária para reforma agrária, a forma privilegiada de intervenção estatal neste estado foi a colonização, marcada pelas ações pontuais, falta de participação dos beneficiários e suas organizações representativas, deslocamento de populações e baixo índice de desapropriação de terras. Para tanto foram aproveitadas áreas desapropriadas nos anos anteriores ao golpe, como indica o relatório das Comissões Técnicas do Ibra e do Inda²²⁸ acerca das áreas desapropriadas no estado do Rio de Janeiro, identificadas no Mapa 5 e transpostas na Tabela 11. Das unidades desapropriadas pelo governo federal, apenas São José da Boa Morte, Imbé²²⁹ e Coletivo Santa Alice foram apontadas pelo relatório como aptas para continuar a desapropriação, em especial pelo tamanho e pelas condições para receber agricultores de outros locais, sendo este um ponto central para a ampliação do Núcleo Colonial de Papucaia. Das dez áreas desapropriadas pelo governo estadual, sete foram consideradas aptas para a continuidade da desapropriação: Vargem Grande, Rio das Ostras, Cachoeira²³⁰, São Pedro, Pedra Lisa, Tenente Pacheco, Paratimirim – Independência. Os técnicos apontaram a necessidade de formar Programas Integrados da Baixada da Guanabara, da Baixada dos Goitacazes e do Litoral da Ilha Grande, abarcando 50 mil hectares e 2500 famílias.

²²⁸ “Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro. Dados básicos Sumulas dos Relatórios apresentados pelas Comissões Técnicas e conclusões gerais e sugestões para projetos”. Dezembro de 1964/Março de 1965. AN/PAR, Caixa 72, Pasta 3. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. Inda. Delegacia Estadual do Rio de Janeiro. 1963, 1964 e 1965.

²²⁹ Conforme analisado no Capítulo 5, tanto Imbé quanto São José da Boa Morte tiveram suas desapropriações revertidas entre os anos de 1965 e 1967.

²³⁰ Além da indicação de que a área fica em Magé, não há maiores informações. É possível que se trate de uma sobreposição de ações desapropriatórias dos governos federal e estadual na região de São José da Cachoeira, também conhecida como Cachoeirinha.

Tabela 11. Áreas desapropriadas pelos governos federal e estadual no Rio de Janeiro

Desapropriadas pelo governo federal		Desapropriadas pelo governo estadual	
Município	Localidade	Município	Localidade
Campos dos Goitacazes	Imbé	São João da Barra	Largo, Ponta do Largo, Atalho
Paracambi	Floresta	Niterói	Engenho do Mato
Cachoeiras de Macacu	São José da Boa Morte	Itaboraá	Vargem Grande
Magé	São José da Cachoeira, Campanha, Tocaia	Magé	Cachoeira
Duque de Caxias	Penha e Caixão, Piranema, Capivari, Mato Grosso	Duque de Caxias	São Lourenço
Itaguaí	Coletivo Santa Alice	Casimiro de Abreu	Rio das Ostras
		Nova Iguaçu	São Pedro, Tenente Pacheco, Limeira, Santo Antônio do Mato (Pedra Lisa)
		Parati	Paratimirim, Independência

Fonte: “Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro. Dados básicos Sumulas dos Relatórios apresentados pelas Comissões Técnicas e conclusões gerais e sugestões para projetos”. Dezembro de 1964/Março de 1965. AN/PAR, Caixa 72, Pasta 3. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. Inda. Delegacia Estadual do Rio de Janeiro. 1963, 1964 e 1965.

No próximo capítulo será tratada a região de Cachoeiras de Macacu após o golpe de 1964, apresentando-se mais diretamente os impactos e as consequências promovidas pela política de colonização concentrada no município.

CAPÍTULO 5. TEMPO DO EXÉRCITO: IBRA E MILITARIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Este capítulo se aprofunda no período do golpe empresarial-militar e nos anos seguintes, partindo da experiência de lavradores de Cachoeiras de Macacu e das formas de intervenção militar e federal identificadas no município. A violência e a arbitrariedade são simultaneamente observadas junto às formas de assistência e presença de órgãos públicos, buscando-se entender esta complexa relação entre coerção e constituição do consenso em meio à precoce militarização da questão agrária (MARTINS, 1984).

A partir de relatos de entrevistas²³¹, de documentos e de reportagens de jornal serão analisados alguns momentos significativos da administração do Ibra na região. O desmantelamento do Ibra e do Inda e a sua fusão no Incra implicaram também em mudança de foco da atuação estatal, que passou a se direcionar mais intensamente para a região amazônica. Contudo, conforme apontado, tendências dessa atuação podem ser encontradas nos primeiros momentos de atuação em Cachoeiras de Macacu. Não se trata de identificar origens, mas processos de constituição da política de colonização e, conseqüentemente, do próprio Estado e seu modo de tratamento da questão agrária.

5.1. De Instituto à I Batalhão da Reforma Agrária

No dia da revolução eu tive lá [na cidade de Cachoeiras de Macacu] entregando verdura e não vi [morte]. Vi prisão, batida, polícia invadindo tudo, olhando tudo, mas se teve alguma morte eu não ouvi falar não. [...] uma correria danada, o Exército, as tropas na rua, olhando os vagões de trem pra ver se tinha gente escondida, eu consegui entregar minha verdura, peguei meu animal, saí e fui embora. Muita polícia na rua. [...] O pessoal tava tudo com medo, assombrado.²³²

A cidade de Cachoeiras de Macacu foi cercada por militares ainda nas primeiras horas do golpe e relatos dão conta de caracterizar o momento como de violência e intervenção policial. Além da atuação de camponeses, Cachoeiras também teve uma expressiva atuação do Sindicato dos Ferroviários, sendo ambos vinculados por laços de solidariedade e por atuações conjuntas em greves, ocupações e manifestações de apoio uns aos outros (COSTA, 2015). Em depoimento à polícia, Ubirajara Muniz, prefeito à época do golpe, narra que, junto de Anézio Freitas, do STR, promoveram um ato e um comício contra o golpe em 30 de março, com camponeses, políticos e ferroviários. Quando o golpe de fato se realizou, Ubirajara montou uma tocaia na Prefeitura Municipal com Josafá Pontes, Charles Netto, Cleber Fontes e José Laurindo de Oliveira, temendo um ataque dos fazendeiros locais. A defesa só foi desmontada quando soube que João Goulart havia saído do país²³³. Josafá Pontes era secretário municipal do PTB e fora indicado por Ubirajara Muniz para atuar como administrador do Núcleo Colonial de Papucaia. Charles Netto era vereador do PTB, presidente da Câmara Municipal e teve seu

²³¹ Alguns nomes foram substituídos, devido às informações sensíveis contidas em seus depoimentos.

²³² Entrevista de Carlos (nome fictício), realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Serra Queimada, em 07/11/2014.

²³³ Inquérito Policial Militar (IPM) do Processo nº 7.477/69, iniciado em 1964 e finalizado em 1969 (7 volumes e 1 apenso). Acervo: Brasil Nunca Mais, 17 (BNM 17). Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=23063>.

mandato cassado em 6 de abril de 1964. Cleber Fontes era comerciante e foi acusado no IPM de nº 7.477/69²³⁴ de ser simpatizante da doutrina marxista, de levar alimentos para os lavradores em suas ocupações e de ser uma de suas lideranças. José Laurindo de Oliveira teve seu mandato de vereador pelo PCB cassado em 1946, participara da ocupação de 1963 da fazenda São José da Boa Morte e era suplente de vereador pelo PTB.

A Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu cassou o mandato de Ubirajara Muniz ainda no dia 5 de abril de 1964, alegando seu envolvimento com elementos comunistas, “maculando os mais puros princípios da liberdade cristã” e qualificando o cenário político como um momento de “extirpação da influência de comunistas nos meios trabalhadores, políticos, civis e militares”²³⁵. Os dados apresentados no capítulo anterior e a lista de presos e os relatos obtidos (BRITO, 2018) indicam o tamanho da perseguição, do controle e da violência sofrida por lavradores, ferroviários, advogados e políticos simpatizantes das lutas por reforma agrária e por maior participação das classes populares na política.

Nas áreas rurais que aqui interessam mais, os relatos são de imediata intervenção militar: “A localidade de Papucaia, no município de Cachoeiras de Macacu, foi considerada Zona Militar pelo Exército. Era lá que o Prefeito Ubirajara Muniz, que está preso, à disposição da DOPS, treinava camponeses para guerrilhas”²³⁶. Sob o comando do Coronel Nei Constantino Guzi, o Exército já estava há duas semanas “procurando ex-líderes sindicais e camponeses” acusados de envolvimento com a ocupação da São José da Boa Morte:

Os soldados do Exército, com a colaboração de policiais do estado e voluntários, vasculham, diuturnamente, as matas e os casebres dos lavradores no afã de encontrarem os ex-líderes Antônio Maria Porto, Enedir Gonçalves, Anézio Dias de Freitas, Antônio Jorge Xavier e Alcídio Salvador, além de outros políticos considerados comunistas²³⁷.

Pela data da reportagem e pela informação, a procura se iniciou nas primeiras horas do golpe e, como informa outra reportagem, as Forças Armadas realizaram uma “razia” na fazenda Agrobrasil²³⁸, palco das ocupações da São José da Boa Morte em 1961 e 1963. O uso deste termo é curioso, visto que seu significado é associado a invasões territoriais violentas, destruição e saques. Ainda que não dê para aprofundar as possíveis implicações deste termo, é significativo seu uso e sua associação às Forças Armadas. A *razia*, neste contexto, se aproxima de uma retomada do controle militar, lembrando um processo de (re)conquista colonial (LUXEMBURG, 1985; SOUZA LIMA, 1995). Ainda com base nesta reportagem do *Diário do Paraná*, pode-se estender a compreensão de uma *razia* das Forças Armadas também sobre a Supra²³⁹ e sobre o conjunto de instituições e departamentos públicos. Pode-se perceber, assim, não só a reverberação das ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro sobre o restante do país, como o conjunto de intervenções, valores e atuações que se articularam em torno de

²³⁴ Conforme sinalizado na Introdução, este IPM investigou as ações “subversivas” em Cachoeiras de Macacu, sobretudo os envolvidos na ocupação da São José da Boa Morte em 1963.

²³⁵ Ata da Sessão Especial da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Autos de Mandado de Segurança impetrado por Ubirajara Muniz em 4 de agosto de 1964. Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Processo 18.061.

²³⁶ “Aparecem as armas da conspiração”. *Jornal do Brasil*, 07/04/1964, p. 1.

²³⁷ “Exército interdita terras em Cachoeiras”. *Diário Carioca*, 14/04/1964, p. 9.

²³⁸ “Revelada a verdadeira missão da SUPRA: Agitar, financiando o PC”. *Diário do Paraná*, 09/04/1964, p. 2, 1º caderno.

²³⁹ Segundo reportagem, o Coronel Ilzio Vital de Queirós atuou como interventor federal na Supra (“SUPRA gastava muito mas contas eram um mistério”. *Tribuna da Imprensa*, 16/06/1964, p. 5). Possivelmente sua atuação durou pouco tempo, sendo logo substituído por José Gomes da Silva.

noções de controle salvacionista e expurgo no interior de áreas e instituições tomadas como “controladas” por forças subversivas, conforme indicado no Capítulo 3.

A indicação de uma *razia* e o estabelecimento de uma Zona Militar em áreas significativas para a identificação do estado como uma área prioritária para a reforma agrária dão indícios para apreender, ainda no começo da ditadura, elementos de uma militarização da questão agrária. Martins (1984) analisou esse processo, indicando, especialmente durante os anos 1970 e início dos anos 1980, um conjunto de mecanismos de administração dos conflitos sociais manejados pelos militares e oriundos da política econômica e fundiária da ditadura: desapropriações por interesse social, titulação das terras, desmoralização das lideranças e das mediações políticas, uso da Lei de Segurança Nacional, prisões e torturas e disseminação de instituições de assistência social, tais como Mobral, Projeto Rondon e Ação Cívico-Social (Aciso) do Exército²⁴⁰. O Estado assumiu um papel fundamental no “processo de conquista” das áreas rurais, modificando as relações pessoais de dependência por um “sucedâneo militar ou militarizado”, marcado pelas relações de tutela (MARTINS, 1984, p. 15; SOUZA LIMA, 1995). É importante sinalizar que a ditadura intensificou a presença de militares em postos e instituições burocráticas, porém, como apontado no Capítulo 2, não inaugurou essa participação.

Esvaziar o conteúdo político e a capacidade organizativa dos movimentos camponeses foi uma prática institucionalizada e funcional para a manutenção do regime de propriedade da terra com elevada concentração e reprodução da exploração e da expropriação. Segundo Martins (1984), o esforço dos governos militares, particularmente Castelo Branco, em realizar uma reforma agrária sem danos expressivos ao direito e o regime de propriedade, institucionalizou a despolitização da questão agrária, atuando sem ou limitando as formas de participação do campesinato.

Conforme relatado no capítulo anterior, uma comissão de técnicos do Ibra e do Inda decidira pela desapropriação de um conjunto de áreas no estado do Rio de Janeiro, dentre elas São José da Boa Morte e Vargem Grande, fazendas limítrofes de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí que seriam incorporadas ao Núcleo Colonial de Papucaia. Em pouco tempo o relatório se tornaria notícia e constituiria a imagem de uma “Papucaia boa para reforma”²⁴¹. Em outra reportagem, o Núcleo foi apontado como “o mais importante e capaz de produzir o necessário para o abastecimento dos mercados fluminense e guanabario (sic)”²⁴².

A depender do veículo de notícia analisado, somos informados de violências praticadas por grileiros, policiais e proprietários de terra após o golpe²⁴³, ou do clima de *recuperação*:

Após o movimento revolucionário, o Núcleo Colonial de Papucaia, pertencente à SUPRA, localizado no município de Cachoeiras de Macacu, vem desenvolvendo intenso trabalho de recuperação. Recordar-se que no

²⁴⁰ Criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, mas efetivamente atuante entre 1970 e 1977, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi uma iniciativa do Estado em assumir o controle da alfabetização de adultos, reunindo as administrações públicas municipais, empresários, membros do clero e de associações voluntárias. O Projeto Rondon foi criado através do Decreto n.º 62.927, de 28 de junho de 1968, tendo como intuito levar estudantes universitários para conhecer a realidade amazônica e prestar assistências diversas às comunidades locais, associando-se também ao Projeto de Integração Nacional lançado por Médici. O Projeto Rondon foi extinto em 1990, mas foi relançado em 2004. As Ações Cívico-Sociais são atividades episódicas ou programadas de assistência e auxílio a comunidades realizadas pelas Forças Armadas.

²⁴¹ “Papucaia boa para reforma”. *Jornal do Brasil*, 01/07/1964, 1º cad., p. 3.

²⁴² “Delegado da SUPRA-RJ envia Relatório ao órgão central Sobre a lavoura fluminense”. *O Fluminense*. 27/06/1964, p. 8.

²⁴³ “Grileiros Desencadeiam Violências Contra Lavradores em Todo o Estado”. *Última Hora*, 10/07/1964, p. 5.

governo anterior, esse Núcleo foi teatro de numerosas invasões de terra e grande foco de agitações²⁴⁴.

Cada notícia e veículo oferece uma interpretação sobre o conjunto de fatos que se desdobravam nas áreas rurais do estado, localizando-se em diferentes pontos da correlação de força do período. Todas indicam, entretanto, alto grau de visibilidade da região e elevada preocupação com os possíveis desdobramentos que poderiam haver: rearticulação de grupos políticos de esquerda e de movimentos camponeses, controle imediato sobre as classes sociais mais pobres, novo período de restauração dos costumes e de determinada noção de harmonia social. Conforme indicado no capítulo anterior, o eixo explicativo aqui adotado pretende apreender esse conjunto de interpretações, porém dá destaque às motivações e experiências coletivas dos trabalhadores do campo organizados, sendo eles lideranças ou não.

A violência, a perseguição e a presença contínua do Exército e da polícia militar foram parte expressiva dessa experiência do imediato pós-golpe em Cachoeiras de Macacu. Ana, filha de uma importante liderança camponesa da região de Ribeira e do município, lembra da tensão vivida durante nove meses, período em que seu pai precisou fugir do Exército. Sua memória da infância está marcada pelos boatos e comentários que ouvia, frequentemente maldosos e que insinuavam a morte de seu pai: “Me lembro que eu ouvia muitas coisas, que ele tinha morrido, que tinham achado os ossos dele em cima do morro”. O impacto dos boatos era realçado pela ausência do pai e pela separação dos irmãos. Antes de precisar fugir, seu pai dividiu e espalhou seus filhos, deixando-os em casas de amigos e parentes, talvez como forma de evitar repressões mais duras à sua família. Ana, contudo, ficou em casa com sua mãe, também uma importante liderança local que se empenhava em alfabetizar a população das áreas rurais de Parque Ribeira e Papucaia²⁴⁵.

Por terem ficado em casa, Ana e sua mãe vivenciaram um cotidiano marcado por incertezas, com relação ao paradeiro de seu pai e com a saúde de seus irmãos, pelos boatos que desestabilizavam uma criança pequena e pela presença contínua do Exército no entorno de suas terras:

A minha mãe disse: “Não! Eu vou ficar aqui!”. E ficou eu e ela. Então, à noite, em volta da minha casa tinha um canavial, sabe, muita cana. (...). Então, à noite o Exército ficava dormindo, passava a noite. A gente dentro de casa, eu e minha mãe, ouvíamos as canas quebrando porque eles andavam, né, ali em cima, achando que o meu pai voltaria em algum momento, preocupado com a gente. Mas só que o meu pai nunca pensou isso, porque sabia que eles pensariam, entendeu.

Ricardo: Sabia que era arriscado de voltar, que o Exército tava lá procurando por ele.

Ana: Ele pensava sempre à frente das [pessoas]. Por isso que ele nunca foi pego. Só que eles [o Exército] fizeram morada ali. Então, muito difícil. E a gente morava, eu e a minha mãe, sozinhas.

Ricardo: Desculpa, isso aí lá em Parque Ribeira?

Ana: Isso. E, assim, eu ouvi depoimento de pessoas, depois, que passaram as mesmas coisas, que tinham pai envolvido com isso. Pessoas... Que aconteceram coisas terríveis com essas pessoas. (Ana [nome fictício], entrevista concedida a Ricardo Brito, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 07/11/2017).

A presença do Exército foi realçada em diversos relatos sobre os momentos imediatamente posteriores ao golpe de 1964. Sílvio saiu de Itaperuna, onde nascera, e chegou

²⁴⁴ “Recupera-se o Núcleo Colonial de Papucaia: Fim às agitações”. *O Fluminense*, 23/08/1964, p. 21.

²⁴⁵ Ana (nome fictício), entrevista concedida a Ricardo Brito, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 07/11/2017

em Macacu entre 1959 e 1960, instalando-se em Nova Ribeira em 1963. Depois de um tempo trabalhando a meia e cortando lenha, sendo essa uma importante fonte inicial de renda e trabalho necessário para o início da lavoura, conseguiu um lote em Ribeira em 1964, possivelmente ligado à desapropriação da São José. Contudo, pouco tempo depois, o “Exército entrou, tirou todo mundo”. Sua narrativa apresenta indícios relevantes para a caracterização desses anos que, de forma mais geral, se resumem também ao período de atuação e existência do Ibra. Em suas lembranças, o tempo do Exército é identificado como o tempo anterior ao Incra e ao Condomínio Agropecuário de Marubaí, criado efetivamente em 1969, e é especialmente marcado pela lembrança da violência: “mas o Exército botava fogo, casa com tudo, casa era de sapé, eles chegavam com o cara dentro riscava fósforo e queimavam, botava fogo”. Quando perguntado sobre essas violências, Sílvio narrou dois episódios de queima de lenha que parecem ter marcado muitos lavradores. A produção de lenha era um trabalho inicial extremamente árduo, antigo na região, mas importante, tanto como forma de limpar o terreno para a lavoura quanto como arrecadação inicial de dinheiro via produção de carvão (CARNEIRO *et al*, 2012), que passou a ser proibido pela atuação do Ibra. Sílvio contou que

[Um] cara apanhou um terreno aqui, era um terreno, uma capoeirazinha, tinham derrubado e feito carvão. Mas aquelas toras grossas [...]. [Ele] passou, pegou o terreno, rachou aquelas madeira tudo, tudo metro, fez uma estância de lenha, cento e tantos metros de lenha, tudo rachadinho, muito bonito. E fez uma lavoura de abacaxi que fazia dó, muito bonito. Aí o Exército veio e botou fogo. Eu fiquei três dias no claro aqui. Três noites com fogo queimando. Eles fazia[m] covardia mesmo. Aqui no Topo da Braúna, era um escuro, mas gente boa, muito boa mesmo. Ele tinha uma moagem de cana, engenho de madeira, rodando com cavalo, fazia muita rapadura, muito melado. Nessa época existia o carvão também, né, (...) tinha que derrubar a mata, fazia o carvão, vendia o carvão e plantava no lugar. Era difícil aquele que não plantasse. Aí ele tinha comprado de um vizinho um hectare de terra. Tinha cortado a madeira toda pra depois fazer carvão. Era meio de vida. Exército chegou na casa dele, acho que pegaram, não sei se pegou ou não, rapadura, usou dele, fez tudo quanto foi de bom pra ele, “o senhor pode fazer sua rapadura, pode fazer seu melado, criar seu porco. O senhor faz o seguinte: o senhor junta a lenha todinha que nós manda o carro vir puxar e botar pro senhor aqui”. Aí ele foi pra lá, juntou aquela lenha toda, fez 20, 30, um monte de lenha... Sabe o que o exército fez? Veio com carro de gasolina, 200 litros, jogando 20 litros num, 20 no outro, meteu fogo e queimou tudo. Em vez de levar pro cara, fez amontoar pra ele queimar. O cara desgostou tanto que foi embora, abandonou o sítio com tudo (Entrevista de Sílvio [nome fictício], realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Nova Ribeira, em 08/11/2014).

O que aqui é identificado como *tempo do Exército* parece se confundir com o período de atuação do Ibra. A presença contínua do Exército, a formação de uma Guarda Rural²⁴⁶ do Ibra, as desapropriações de 1966, a atuação e a lembrança do General Saraiva e do Tenente Amaury²⁴⁷ e o comando do Instituto por militares apontam uma militarização da questão agrária

²⁴⁶ Conforme apontarei mais à frente, e já trabalhado por Teló e Medeiros (2018), a Guarda Rural tinha o objetivo de garantir a organização, regulação e funcionamento dos Núcleos Coloniais. A Guarda Rural foi oficialmente criada em 1966 como Comissões Especiais de Verificação e Regularização, porém o nome mais associado e popularmente conhecido foi o de Guarda Rural, principalmente por serem formadas por militares reformados.

²⁴⁷ Trata-se de dois atores sociais que permanecem nas memórias de agricultores locais. Agentes do Exército brasileiro, Saraiva e Amaury foram responsáveis por inúmeras violações de direitos das populações camponesas de Cachoeiras de Macacu, sendo lembrados pela agressividade, pela queima de casas e plantações e pelos despejos ocorridos entre 1966 e 1967. Ambos faziam parte da Guarda Rural do Ibra e, conforme será indicado mais à frente, tiveram participações importantes em outros projetos, sobretudo a atuação de Saraiva.

no estado do Rio de Janeiro bastante precoce. Deste modo, parece fazer parte da *razia* das Forças Armadas uma intervenção contínua na região analisada, podendo-se propor um trocadilho que, ao menos para a região de Papucaia, parece acurado: ao invés de Instituto Brasileiro, o Ibra poderia ser identificado como I Batalhão da Reforma Agrária.

Além dos relatos e da perspectiva de uma recuperação do Núcleo e das áreas que vivenciaram ocupações e organizações camponesas, outra indicação para a presença do Exército ao longo de 1964 é dada no final deste ano e não teve a ver com os movimentos políticos e sociais do pré-golpe. Entre fins de dezembro de 1964 e início de janeiro de 1965 fortes chuvas destruíram pontes, estradas e plantações²⁴⁸. Por quase um mês o Serviço de Engenharia do Exército esteve nas principais áreas afetadas, coincidindo com os locais de luta e intervenção: Toco de Braúna, Nova Ribeira, Ribeira e Colégio, com situações críticas em Papucaia e Santana de Japuiba, que perderam até 70% de suas lavouras, e com 500 famílias desabrigadas em Duzentos Alqueires. Segundo reportagens do jornal *O Fluminense*, o Serviço de Engenharia do Exército estava trabalhando no local para retirar os escombros, construir pontes e refazer as estradas, bem como para prestar assistência e aplicar vacinas contra a malária²⁴⁹. Esta informação é relevante para que se perceba o conjunto de ações realizadas por militares, ocupando espaços, práticas e políticas institucionais. Tais ações criavam imagens positivas de auxílio e presença militarizada do Estado em momentos de dificuldade, como será possível ver mais adiante com outras ações, criando identificações e consensos capazes de legitimar a presença dos militares.

A chuva, lembrada por alguns entrevistados, parece ter agravado também uma percepção de insegurança. Em reportagem ao *Jornal do Brasil*, o lavrador Leogevidlo de Castro Rocha, do Núcleo Colonial de Papucaia, denunciou ao Chefe do Gabinete Civil do Palácio do Ingá, Adilar Teixeira, que “foi implantado um clima de terror na localidade, visando a fazer com que os colonos abandonem as terras, recentemente atingidas pelas enchentes”²⁵⁰. O administrador, José Santarém²⁵¹, estaria impedindo o desenvolvimento do trabalho realizado pelo governo estadual, criando um clima de desconfiança junto aos lavradores, a fim de que eles deixassem as terras.

O relato, contudo, foi o único encontrado neste ano de 1965. O conjunto das reportagens analisadas na *Hemeroteca Digital* do Arquivo Nacional apontam, principalmente, para intervenções de infraestrutura e para a ampliação do Núcleo. Foram inauguradas pontes, estradas e escolas no Núcleo Colonial que, neste momento, já incorporava as áreas de São José da Boa Morte e Vargem Grande. Em reportagens de divulgação das obras e de estreitamento

²⁴⁸ Como indicado no Capítulo 4, as chuvas fortes são historicamente um ponto de tensão no município, sendo responsáveis, ainda hoje, pela perda de plantações e destruição de casas, pontes e estradas.

²⁴⁹ Ver reportagens: “Enchentes destroem vilas e lavoura dando prejuízo de 250 milhões a E. do Rio”. *Jornal do Brasil* (RJ), 15/12/1964, pg. 4, 1º caderno. “Macacu: imunização total e restauração das pontes”. *O Fluminense*, 20/12/1964, p. 8. “Água enfurecidas destruíram Plantações e derrubaram casas Em Papucaia: governo está atento”. *O Fluminense*, 07/01/1965, p. 1. “Balanço das enchentes com Ministro da Fazenda desde Ontem: Estado quer auxílio”. *O Fluminense*, 14/01/1965, p. 1.

²⁵⁰ “Lavrador de Papucaia diz haver clima de terror no núcleo local da SUPRA”. *Jornal do Brasil*, 24/01/1965, 1º cad., p. 12.

²⁵¹ É preciso buscar mais informações sobre José Santarém, porém é importante apontar que algumas semanas antes do golpe o administrador do Núcleo Colonial havia sido substituído. Segundo informação de M. Hill, Josafá Pontes, ligado a Ubirajara Muniz, teria assumido no lugar de Jayro Mattos. A mudança teria trazido alívio aos colonos, pois Josafá prometia afastar funcionários que negociavam terras e coagiam lavradores a abandonarem seus lotes (“Expurgo em Papucaia”. Seção Política assinada por M. Hill. *Última Hora*, 23/03/1964, p. 3). A mudança durou pouco tempo. Josafá seria preso em 1964 e indiciado no IPM do Processo nº 7.477/69 que investigou a ocupação de 1963.

dos laços com os imigrantes japoneses, localizados principalmente em Funchal, região próxima, pode-se ler o nome do Coronel Santos Cunha como administrador do Núcleo²⁵².

A presença de um coronel na administração cotidiana do Núcleo Colonial já na segunda metade de 1965 é significativa para entender o conjunto de atividades que o Ibra empreendeu na região²⁵³. É possível ter uma ideia dessas atividades a partir dos Boletins de Serviço publicados pelo Ibra entre 1965 e 1969, disponíveis no AN/PAR. Os primeiros volumes, de 1965, publicaram, principalmente, os decretos iniciais do Ibra, o Estatuto da Terra, legislações afins, contratações e transferências de funcionários. No Boletim 24, contudo, há uma informação que teria consequências substanciais e dramáticas para o município de Cachoeiras. Em reunião da Diretoria Plena do Ibra, o presidente Paulo de Assis Ribeiro autorizou a exclusão dos efeitos expropriatórios do Decreto nº 53.404, de 13 de janeiro de 1964, das glebas descritas nas letras ‘a’ e ‘b’ do parágrafo 1º, do artigo 1º. Trata-se do decreto de desapropriação da fazenda São José da Boa Morte. A Deliberação estabelecida nessa reunião, de outubro de 1965, aponta a continuidade da desapropriação apenas da gleba descrita na letra ‘c’, que corresponde à área mais próxima ao Núcleo Colonial e de propriedade, entre outros, da Agrobrasil²⁵⁴.

Os Boletins seguintes apresentam mais algumas informações de atuação do Ibra. Em reunião da Diretoria Plena do Ibra, em 03 de janeiro de 1965, foi criado um Serviço Especial de Revisão de todos os núcleos da área prioritária do estado do Rio²⁵⁵. Entre as considerações apresentadas, pode-se destacar a ausência de condições da Delegacia do Estado para receber os núcleos, a consideração de que estes “encontram-se invadidos e que a distribuição dos lotes não obedeceu à legislação”, “que o Núcleo de Papucaia não se encontra registrado em Cartório até hoje e que na medição feita há pouco tempo descobriram-se a falta de 200 alqueires”.

Em janeiro de 1966 foram criadas as Comissões de Seleção, orientadas a selecionar lavradores com base no exame das fichas cadastrais, da folha corrida da polícia, da observação da área ocupada e de investigações complementares. A Comissão seria composta por representantes do Ibra, da Secretaria do Trabalho e Serviço Social, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio de Janeiro, da Fetag e do assessoramento de um “elemento credenciado” do STR municipal²⁵⁶.

Em reunião da Diretoria Plena do Ibra, após consideração do relatório do Diretor do Departamento de Recursos Fundiários sobre a jurisdição dos núcleos de Santa Cruz, Santa Alice, São Bento, Duque de Caxias, Papucaia e Macaé, o Ibra estabeleceu autorizações e práticas importantes de serem detalhadas. Antes de entregar os núcleos coloniais da Baixada ao órgão que promoveria sua remodelação e integração aos programas de reforma agrária, era preciso promover a substituição dos administradores, revogar os decretos que emanciparam

²⁵² “Laços Brasil-Japão mais forte” e “Obras já inauguradas em Papucaia são traço de amizade forte entre Brasil e Japão”. *O Fluminense*, 10/08/1965, pp. 1 e 6.

²⁵³ Apesar de não ter ido adiante e não haver maiores informações capazes de vincular com o contexto analisado, em novembro de 1965 foi levantada a ideia de uma Penitenciária Agrícola em Papucaia, tomada como solução para o problema da superlotação dos presídios e capaz de permitir aos detentos trabalharem durante a pena. Há de se pensar se a superlotação dos presídios teria a ver com o elevado número de prisões após o golpe, e se a produção desses presidiários seria incorporada ao objetivo de abastecimento via cinturão verde. Esta breve indicação também permite identificar um amplo quadro de intervenções possíveis para o município, caracterizado por uma forte presença militar. Ver: “Técnicos viajam para Papucaia a fim de estudar local para a Construção de Presídio Agrícola”. *O Fluminense*, 27/11/1965, p. 1.

²⁵⁴ “Deliberação nº 68/65, 21 de outubro de 1965”. Ibra. Boletim de Serviço nº 24, ano II. 25/01/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1, p. 383. Boletins de Serviço – Números 1 a 30. 1965 a 1966.

²⁵⁵ “Deliberação nº 93/65, 24 de novembro de 1965”. Ibra. Boletim de Serviço 25, ano II. 11/02/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1, p. 422. Boletins de Serviço – Números 1 a 30. 1965 a 1966.

²⁵⁶ “Portaria nº 1 de 3 de janeiro de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço 26, ano II, 1º/03/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1, pp. 441-442. Boletins de Serviço – Números 1 a 30. 1965 a 1966.

partes ou a maioria dos núcleos e desapropriar os lotes com título definitivo que estivessem abandonados ou utilizados em desacordo com as finalidades estabelecidas. Para tanto, o Ibra deveria promover a regularização dos títulos de domínio das áreas dos núcleos, a demarcação dessas áreas e a solução definitiva de sua aquisição, tal como definido no Estatuto da Terra. Este conjunto de ações foi denominado em documento como “ação saneadora”, para a qual foram estabelecidas algumas diretrizes, das quais é possível destacar:

1. Quem quer que tenha intrusado (sic) a área de um núcleo, isto é, quem quer que esteja ocupando uma porção do núcleo sem título legítimo, provisório ou definitivo, fornecido pela Administração, deve ser desalojado.
2. O núcleo não é terra devoluta; é um imóvel de propriedade da União. Nele não se admitem posseiros.
- [...]
7. Quem ocupar prédio público situado em núcleo colonial, sem que seja servidor nele lotado, deve ser despejado, ainda que o prédio ocupado não seja imediatamente necessário à administração do núcleo.
8. Qualquer área de terra que esteja encravada no interior de um núcleo, como no caso dos 20 alqueires do Núcleo Papucaia, será desapropriada.²⁵⁷

Pouco depois seria autorizada a formação e organização de uma “Guarda Rural destinada exclusivamente ao controle dos imóveis rurais sob jurisdição do IBRA”²⁵⁸. Este controle, segundo as diretrizes da ação saneadora, autorizava e legitimava práticas de despejo. Estas ações, como será visto, foram marcadas por inúmeras violências, em especial durante o período de atuação do tenente Amaury do Prado Guterres, nomeado para regularizar a administração do Núcleo Colonial em abril de 1966²⁵⁹.

A atuação da Guarda Rural e do Tenente Amaury foram imprescindíveis para a reformulação e desenvolvimento do Distrito de Colonização. O Decreto nº 58.161, de 06/04/1966, instituiu a desapropriação das áreas de Vecchi, Quizanga, Conjunto Rural do Guapiaçu e as Glebas Sebastiana e Queiroz da Fazenda do Carmo, para serem incorporadas ao Núcleo Colonial de Papucaia. Segundo documento enviado pelo General Jaul Pires de Castro à Presidência da República, também seria incluída a fazenda Vargem Grande, cuja desapropriação iniciada pelo governo estadual em 1962 ainda não tinha se efetuado. Situada em área limítrofe à área de implantação do Projeto Papucaia, o imóvel era constituído de três glebas, entre elas a Duzentos Alqueires, identificada como desapropriada e integrada ao Núcleo Colonial de Papucaia em 1952 e possivelmente a área que “faltava” na medição²⁶⁰.

A ampliação deste núcleo corresponde às expectativas de atuação do Ibra para o Rio de Janeiro. Ainda segundo o General Jaul Pires de Castro, a partir de junho de 1966 o Ibra do Rio de Janeiro se tornou responsável por constituir mais de três mil unidades familiares e organizar até seis Cooperativas Integradas de Reforma Agrária (Cira), previstas no Estatuto da Terra²⁶¹. O número correspondia à ampliação da área prioritária de emergência para fins de reforma

²⁵⁷ “Deliberação nº 11-A, 07 de abril de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 33, ano II, 10/06/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, p. 42. Boletins de Serviço – Números 31 a 40. 1965 a 1966.

²⁵⁸ “Deliberação nº 12, em 14 de abril de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 32, ano II, 1º/06/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, p. 25. Boletins de Serviço – Números 31 a 40. 1965 a 1966.

²⁵⁹ “Portaria nº 104 de 20 de abril de 1966”. Ibra. Boletins de Serviço 29, ano II, 18/05/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1, p. 506). Boletins de Serviço – Números 1 a 30. 1965 a 1966.

²⁶⁰ E.M. nº 61. Jaul Pires de Castro, Presidente em exercício, para a Presidência da República. Rio de Janeiro, GB. Em 12 de dezembro de 1966. AN/PAR, Caixa 78, Pasta 1, pp. 11-13. Reforma Agrária.

²⁶¹ Segundo o Art. 4º do Estatuto da Terra (BRASIL, 2007a, p. 128), a Cira é toda sociedade cooperativa mista criada nas áreas prioritárias de reforma agrária e que conta com contribuição financeira e técnica do Ibra, tendo como objetivo industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária.

agrária nos estados do Rio de Janeiro e Guanabara, criada pelo Decreto nº 57.081, de 15/10/1965 e estendida a parte dos estados de São Paulo e Minas Gerais pelos Decretos 58.716 e 58.717, ambos de 24/06/1966.

A reformulação do Núcleo Colonial de Papucaia em Distrito de Colonização envolveu a transferência de lavradores de áreas desapropriadas que não seriam continuadas. Em reportagem de *O Jornal* é apontado que 500 lavradores seriam selecionados e levados a Papucaia²⁶². Segundo matéria do *Jornal do Brasil*,

Entre as condições do compromisso assinado ontem pelos lavradores [da Fazenda Capivari, em Duque de Caxias²⁶³], estão a obrigatoriedade de participação nos Cursos de Capacitação Empresarial, instalados pelo IBRA no Núcleo de Papucaia, o exercício de atividades agropecuárias ou extrativas, correspondentes ao tipo de exploração previstos para o lote de cada lavrador, a obrigatoriedade de residência no lote com a família e a ratificação, para a assinatura da escritura, das informações e dados prestados aos membros do IBRA para as inscrições²⁶⁴.

A assistência técnica e a obrigatoriedade de capacitação empresarial, que lembram os “cursos de colonização” dos anos 1950 indicados no Capítulo 4, não foram os únicos mecanismos utilizados para fixar e integrar os lavradores ao modelo de colonização do Ibra. Outro foram os despejos, empreendidos pela Guarda Rural com características similares às práticas de grileiros e proprietários de terra no pré-1964²⁶⁵. Em entrevista, André, lavrador do Vecchi, comentou que, quando tinha cerca de 10 anos, “[n]essa revolução de terra, em que a gente não era dono de nada, eu fui expulso, entendeu. Eu não era dono de nada”²⁶⁶. A “revolução de terra” apontada pelo lavrador aparenta ser uma relação entre a revolução/golpe de 1964 e a entrada do Ibra na fazenda Vecchi, desapropriando-a e transformando em assentamento para as famílias que seriam deslocadas de outras áreas, principalmente as oriundas do Imbé, em Campos dos Goytacazes, a ser tratada no próximo tópico.

A Comissão Especial de Verificação e Regularização em Papucaia, presidida pelo Tenente Amaury, alterou de forma significativa a composição dos lotes e reabriu contratos para entrada no Núcleo²⁶⁷. Segundo relatório apresentado por Paulo de Assis Ribeiro em 31 de março de 1967, quando estava deixando o instituto, o Ibra declarou extintas as concessões dos lotes em que os concessionários estivessem inadimplentes, porém abria espaço para outra

²⁶² “IBRA vai gastar 36 bilhões até o fim deste exercício em núcleos e cooperativas”. *O Jornal* (RJ), 14/08/1966, 3º cad., p. 6.

²⁶³ Localizada em Xerém e próxima à FNM e à fazenda São Lourenço, a fazenda Capivari foi palco de conflitos por terra durante os anos 1950 e 1960 (MAIA, 2018). O contexto desse conflito foi brevemente aludido no Capítulo 4.

²⁶⁴ “IBRA convoca primeiros lavradores que vão morar no Núcleo de Papucaia”. *Jornal do Brasil*, 14/04/1966, 1º cad., p. 7.

²⁶⁵ Linhares (2018) analisou situação semelhante vivida pelos colonos da fazenda Santa Mônica em Valença, região serrana do estado do Rio de Janeiro. A Fazenda foi inicialmente constituída como Fazenda Modelo em 1912, mantendo-se como centro experimental para pesquisas agrônômicas. O Estado se fez presente na fazenda com práticas e relações semelhantes a um grande fazendeiro, dotado de poder centralizado e paternalista, com domínio e controle da fazenda e dos trabalhadores. O período mais dramático seria vivido a partir de 1975, devido à atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que praticou despejos, derrubada de casas, cercamento e colocou animais para destruir lavouras.

²⁶⁶ Entrevista com André (nome fictício), lavrador da Gleba Vecchi, concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em 07/11/2014, Serra Queimada, Cachoeiras de Macacu.

²⁶⁷ “Deliberação nº 105, 17 de novembro de 1966”. Ibra. Boletins de Serviço 50, ano II, 12/12/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, pp. 372-383. Boletins de Serviço – Números 41 a 40. 1966.

“oportunidade”, mediante novo contrato de colonização e promessa de compra e venda²⁶⁸. Por essas ações, em Papucaia, dos 205 concessionários e ocupantes em situação irregular, 120 já tinham os pedidos de assinatura de novos contratos deferidos. Ainda segundo este relatório de Paulo de Assis Ribeiro, os trabalhos de regularização continuavam buscando “recuperar apenas os lotes que se encontram em poder de pessoas que, por serem comerciantes, industriais, funcionários ou militares, não tem condições para se tornarem concessionários”.

O relatório traz uma tabela com a situação dos Núcleos de Papucaia, Macaé e Santa Alice (Tabela 12)²⁶⁹. Ao menos para Papucaia os números se referem às “áreas velhas”, desapropriadas em 1952, e indica que as novas desapropriações do Ibra elevariam de 300 para 1.000 as parcelas destinadas à colonização. Destes 300 lotes, poucos eram os que não apresentavam cultura ou benfeitoria, porém havia um elevado número de não residentes, o que pode ser explicado tanto pelo avanço da especulação imobiliária na região, o crescimento de proprietários absenteístas e a mudança dos lotes de produção para turismo e veraneio, mas também pela quantidade de prisões, mortes e fugas de camponeses. Conforme relatou João Correia de Paula²⁷⁰, em depoimento para a Divisão de Polícia Política e Social (DPPS), “durante o prazo que esteve detido no Estádio do Caio Martins os seus lotes de terra foram tomados, sendo entregues para outro, isto sem o consentimento do mesmo”²⁷¹. João Correia sugere no depoimento que fosse investigado se o afastamento dos colonos das terras da fazenda, entregando-as para outros, era legal ou não, pois ele não o sabia dizer.

²⁶⁸ Relatório do Ibra, apresentado por Paulo de Assis Ribeiro. 31 de março de 1967. AN/PAR, Caixa 211, Pasta 4. Implantação da Reforma Agrária – Relatório. 1964-1967.

²⁶⁹ Tabela também encontrada em publicação de Paulo de Assis Ribeiro no jornal *O Globo*: Paulo de Assis Ribeiro. “Ibra leva ao homem do campo confiança e tranquilidade”. *O Globo*, 20/03/1967, Vespertina, Geral, p. 11.

²⁷⁰ João Correia de Paula foi presidente do Sindicato dos Pequenos Lavradores de Itaboraí e participou ativamente das ocupações de Vargem Grande em 1962 e da São José em 1963. Foi preso pelo regime militar, ficando meses isolado e sem contato com a família, e indiciado na Lei de Segurança Nacional no IPM 7.477/69. Ele continuou presente e atuante na região de Marubaí, participando do Condomínio, da ocupação da São José de 1979 e da oposição sindical vinculada à CPT. João Correia é um destes lavradores que trazem consigo uma inquebrantável teimosia para conquistar a terra e se organizar, mesmo nas situações mais adversas. Em seu depoimento há diversas passagens em que questiona e confronta os militares pelas ações que cometiam contra os lavradores.

²⁷¹ Termo de informação (depoimento) prestado em 05/07/1965 ao DPPS. Prontuário RJ 21.062. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).

Tabela 12. Situação e discriminação dos Núcleos Coloniais de Papucaia, Macaé e Santa Alice (1967)

Discriminação	Papucaia	Macaé	Santa Alice
Total de lotes	308	170	130
Em situação regular	97	4	9
Concedidos indevidamente	2	27	10
Irregularmente ocupados	60	3	30
Indevidamente alienados pelos concessionários	74	70	16
Em comisso por falta de pagamento	46	25	12
Sem qualquer cultura	17	103	20
Com cultura insuficiente	79	56	39
Dedicados exclusivamente a avicultura	-	-	-
Sem qualquer benfeitoria	12	68	23
Com concessionários ou ocupantes não-residentes	91	129	74

Fonte: Relatório do Ibra, apresentado por Paulo de Assis Ribeiro. 31 de março de 1967. AN/PAR, Caixa 211, Pasta 4, p. 100. Implantação da Reforma Agrária – Relatório. 1964-1967.

Esta significativa alteração levou o ex-diretor do Plano de Ação Agrária do Rio de Janeiro, Padre Antônio Carvalho, a declarar que “em Papucaia na fazenda do Núcleo Colonial, onde o IBRA tenta fazer Reforma Agrária, o clima é de verdadeiro terror”. O padre denunciava, em outubro de 1966, período de atuação da Comissão de Verificação, ameaças de despejo, queimas de casa e destruição de lavouras cometidas pelo Ibra, identificando como responsável pelas violências o General Francisco Saraiva. Segundo Carvalho:

Em consequência – explicou – as famílias que trabalham naquele núcleo do município de Cachoeiras de Macacu, estão baixando no ritmo de produção, pois pelos critérios que o IBRA vem adotando, os lavradores sofrem ameaças de marginalização. Informam os elementos encarregados de fazer a reforma agrária, que os camponeses nascidos na região e dedicados durante longo período a cultivá-la, deverão ser substituídos por colonos mais capazes. Pelo que se presume, trarão famílias do asfalto para arar os campos no interior²⁷².

Além de ter sido diretor do Plano de Ação Agrária, Padre Carvalho também era assessor da Federação dos Círculos Operários do estado do Rio de Janeiro e tinha expressiva atuação no município de Cachoeiras de Macacu, buscando ampliar a influência da Igreja Católica entre os trabalhadores rurais. Segundo Barcellos (2008), padre Carvalho foi responsável, ainda, por nomear a Junta Governativa na Fetag/RJ após o golpe de 1964, o que indica suas relações de proximidade com os militares. Uma das principais preocupações de Carvalho, expressas na reportagem citada, é que os métodos violentos do Ibra teriam como consequência a criação de “comunistas no campo”.

Padre Carvalho estava em Nova Ribeira, entrevistando algumas das 600 famílias de lavradores ameaçadas e fazendo um levantamento dos despejos do Ibra, quando foi preso pela Guarda Rural. Segundo ele, ao procurar o tenente Leal para esclarecimentos, este lhe afirmou: “Trabalhamos em colaboração com técnicos da Aliança para o Progresso e, por isso, não precisamos dar explicações”²⁷³. Carvalho foi preso sob a acusação de que “liderava um movimento de subversão entre camponeses que ocuparam terras do INDA (sic) e estão sendo

²⁷² “IBRA faz reforma agrária no RJ impondo o terror”. *Tribuna da Imprensa*, 10/10/1966, p. 7.

²⁷³ Edilson Martins. “Padre acusa IBRA de despejar famílias e assassinar camponeses no Estado do Rio”. *Tribuna da Imprensa*, 03/11/1966, p. 8.

expulsos pela autarquia”²⁷⁴. Sua prisão foi apontada como absurda pelo próprio presidente do SNI, General Golbery do Couto e Silva, que interveio e o retirou da cadeia (TELÓ; MEDEIROS, 2018). Na ocasião, Carvalho lembrou de sua atuação no Plano de Ação Agrária, cuja “virtude” foi a de “dificultar a infiltração dos comunistas nos meios agrícolas, àquela época conturbados”²⁷⁵.

Apesar de liberado da prisão, sua participação no Plano Agrário não era bem-vista pelos militares, que continuaram a mantê-lo sobre vigilância. Segundo dossiê produzido pelo SNI nos anos 1980, a atuação de Padre Carvalho como Diretor do Plano Agrário era apontada como motivo pelo qual ele compareceu “a todos os comícios realizados pelo setor camponês”, atuando junto aos sindicatos de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Rio Bonito, Parati, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Porciúncula, Barra Mansa e Rio Claro. Ele era acusado de cooperar “na fundação de sindicatos rurais que [d]eixou ficar sob a direção de elementos subversivos”, distribuindo terras de forma indiscriminada aos “invasores de terra”, de tal modo que é apontado como um “dos principais responsáveis pela agitação e invasão de fazendas na Baixada Fluminense, à época do Governo de João Goulart e um dos articuladores e financiadores do comício da central”²⁷⁶.

Apesar de sua participação no Plano Agrário, sua atuação junto aos Círculos Operários e de já ter sido investigado por má administração em IPM sobre a Supra, pode-se apontar que foi após 1966 e suas denúncias contra o Ibra que Carvalho passou a sofrer maior vigilância e acusações. Em sua denúncia, Carvalho reflete sobre o caráter militarizado que o Ibra assumira no estado do Rio de Janeiro: “Essa polícia rural do IBRA, à revelia das leis, não é mencionada nos Estatutos (sic) da Terra. Traz o inconveniente muito grande de que sendo os dirigentes do IBRA no Estado do Rio milhares reformados, o povo julga ser o Exército o responsável pelas arbitrariedades”²⁷⁷. Uma nota da jornalista Pomona Politis apresentava o cenário de forma dramática:

A crise política, o surto de malária, alguns festivais e outras amenidades estão afastando a imprensa de um grave problema que está ocorrendo em Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, no Estado do Rio. O IBRA está despejando com requintes de violência e desumanidade mais de dois mil e quinhentos lavradores. Mulheres dão à luz na rua, velhos enlouquecem, crianças passam fome. Um sacerdote que tomou a defesa dos infelizes foi preso. Para o IBRA isso se chama reforma agrária²⁷⁸.

As primeiras reportagens da *Tribuna da Imprensa* e do *Jornal do Brasil* seriam seguidas por outras, dos mesmos veículos, que passaram a identificar violências e despejos cometidos pelo Ibra em outras áreas de colonização do estado. No Núcleo Colonial de Duque de Caxias algumas reportagens retrataram o drama dos lavradores expulsos pelo General Saraiva. Além dos despejos, os lavradores denunciavam a destruição dos móveis, das lavouras, chiqueiros e galinheiros e a ocupação das casas dos lavradores pela Guarda²⁷⁹.

²⁷⁴ “Padre preso no E. do Rio por oficiais do Exército”. *Jornal do Brasil*, 21/10/1966, 1º cad., p. 11.

²⁷⁵ “Padre afirma que foi preso ao tentar impedir despejo dos lavradores pelo IBRA”. *Jornal do Brasil*, 25/10/1966, 1º cad., p. 16.

²⁷⁶ “Dossiê sobre as atividades do Padre Antônio da Costa Carvalho”. SNI. Informação nº 52/116/ARJ/80. AN – Fundo SNI (BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80002565).

²⁷⁷ Edilson Martins. “Padre acusa IBRA de despejar famílias e assassinar camponeses no Estado do Rio”. *Tribuna da Imprensa*, 03/11/1966, p. 8.

²⁷⁸ “Calamidade”. Seção Pomona Politis Informa. *Diário de Notícias*, 22/10/1966, 2ª seção, p. 3.

²⁷⁹ “IBRA despeja lavrador expondo seus filhos”. *Jornal do Brasil*, 30/11/1966, 1º cad., p. 11.

No Núcleo Colonial de São Bento, os lavradores ameaçavam reagir às invasões do Ibra a fim de não sofrerem as mesmas violências vistas em Duque de Caxias²⁸⁰. Segundo os lavradores de São Bento, os funcionários do Ibra observavam os menores movimentos deles, dificultando até mesmo o diálogo com os repórteres, e a estratégia do General Saraiva, então Chefe da Divisão de Terras do Ibra era “manda[r] seus guardas residirem juntamente com as famílias de lavradores, para que eles se sentissem envergonhados e abandonassem as terras”. Segundo Valter Povoleri, advogado e ex-Chefe do Gabinete do Inic, entrevistado pela reportagem, Saraiva atuava *catando pulgas*:

quer saber se o colono – não obstante ocupar uma gleba há 10, 15 ou 20 anos, e vir produzindo durante todos esses anos – foi localizado legalmente, isto é, sem infringência de qualquer dispositivo, artigo, parágrafo, alínea, item etc., por mais insignificante que seja, da legislação específica.

Povoleri, ex-funcionário do Inic, admite erros dos institutos anteriores e comenta que as demarcações foram feitas sem medidas exatas, de modo que a confusão fundiária no estado era alta. O General Saraiva de fato cumpria uma recente normativa do Ibra que autorizava o despejo como ação saneadora, e seu nome foi indicado como chefe dessas ações em diversos Núcleos de Colonização do estado: presidente da Comissão de Verificação e Regularização dos Núcleos Coloniais de Macaé (10/06/1966)²⁸¹, São Bento e Santa Alice (28/07/1966)²⁸², Santa Cruz (19/09/1966)²⁸³ e Duque de Caxias e Tinguá (09/12/1966)²⁸⁴. Mesmo após as denúncias e conflitos, Saraiva foi nomeado diretor do Ibra Regional do Rio de Janeiro (16/02/1967)²⁸⁵ e presidente da Comissão de Seleção dos Parceiros do Distrito de Colonização de Papucaia (08/03/1967)²⁸⁶.

Retornando à reportagem, é possível sinalizar alguns pontos da atuação do Ibra: após realizar o levantamento do cadastro rural, iniciavam o exame das regiões consideradas prioritárias, onde promoveriam a política desenvolvimentista do campo. Esta nova etapa pretendia distribuir a terra aos colonos escolhidos, com “vocaçãõ agrícola”, para em seguida entregar o comando dos núcleos ao Inda. Segundo a reportagem, contudo, a distribuição de terras não significava doação, “porque não fazemos assistência social”, expressão tomada como comum entre os técnicos do Ibra²⁸⁷.

Apesar de significativa a informação sobre a transferência das áreas para o Inda, não pudemos encontrar mais informações sobre esse possível planejamento de atuação do Ibra. Entretanto, “quase diariamente surgem desentendimentos entre posseiros e a Polícia Rural ‘tudo por incentivo de agitadores’” e por uma possível “máquina de divulgação de notícias falsas”, segundo representantes, cujos nomes não foram informados, do Ibra. Segundo Povoleri, as ameaças e práticas de Saraiva deixariam a Baixada Fluminense sem lavradores, gerando

²⁸⁰ “Lavradores ameaçam reagir à invasão do IBRA às suas casas”. *Jornal do Brasil*, 27/11/1966, 1º cad., p. 14.

²⁸¹ “Portaria nº 167 de 10 de junho de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 34, ano II, 15/06/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, pp. 49-50. Boletins de Serviço – Números 41 a 40. 1966.

²⁸² “Portaria nº 271 de 28 de julho de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 39, ano II, 22/08/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, p. 134. Boletins de Serviço – Números 41 a 40. 1966.

²⁸³ “Portaria nº 368 de 19 de setembro de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 44, ano II, 10/10/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, p. 249. Boletins de Serviço – Números 41 a 40. 1966.

²⁸⁴ “Portaria nº 509, 09 de dezembro de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 51, ano II, 20/12/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 3, pp. 14-15. Boletins de Serviço – Números 51 a 60. 1967.

²⁸⁵ “Portaria nº 45 de 16 de fevereiro de 1967”. Ibra. Boletim de Serviço nº 54, ano III, 20/01/1967. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 3, p. 161. Boletins de Serviço – Números 51 a 60. 1967.

²⁸⁶ “Portaria nº 95, de 08 de março de 1967”. Ibra. Boletim de Serviço nº 58, ano III, 14/03/1967. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 3, p. 200. Boletins de Serviço – Números 51 a 60. 1967.

²⁸⁷ “Lavradores ameaçam reagir à invasão do IBRA às suas casas”. *Jornal do Brasil*, 27/11/1966, 1º cad., p. 14.

apreensão em grande parte das três mil famílias localizadas em 30 mil hectares de núcleos coloniais. General Saraiva, “apoiado pelo General Jaul Pires de Castro, expulsa lavradores de suas terras, proibindo-os de plantar e queimando seus barracos em nome da Revolução”.

Em início de dezembro seria a vez do Núcleo Colonial de Capivari, em Duque de Caxias, sob comando dos generais Airton Castelo Branco e Ubirajara Brandão. No caso de Capivari, como já informado, os lavradores seriam transferidos para Papucaia. Além das rondas diárias da Guarda Rural, da derrubada e queima de casas, os lavradores recebiam sair de uma região considerada por eles como fértil e ir para uma terra fraca em Papucaia, “abandona[ndo] o que plantei com as minhas próprias mãos”, como aponta a lavradora Maria Pereira Leite²⁸⁸.

Em Papucaia os lavradores denunciavam o Tenente Amauri²⁸⁹, acusando-o de incendiar casas, espancamento e prisões arbitrárias, e “declararam-se em estado de calamidade e pararão todas as lavouras se não forem tomadas providências urgentes para a volta da normalidade”. A reportagem ressalta um evento já narrado por Sílvio e que marcou diversos lavradores: Amauri era acusado de “ter deixado Agripino Ferreira Lima completamente louco ao incendiar toda sua produção de lenha”²⁹⁰.

O advogado Jaime Ferreira Landim requereu um interdito proibitório em favor de mais de cem lavradores do Núcleos Coloniais de Macaé, Papucaia e Itaguaí, ameaçados de expulsão sumária. Contra a expulsão promovida pelo General Saraiva, o advogado aponta, com base no Estatuto da Terra (art. 2, parágrafo 3) e na Constituição (art. 156) o direito do agricultor de permanecer na terra que cultiva e na fixação do homem no campo, alegando, ainda, a longevidade com que os lavradores se encontravam nas terras e que, muitos deles, foram alocados ainda pelo Inic. Segundo a reportagem, os “frios cálculos técnicos” da equipe do General Saraiva entendia que o “problema da economia rural consiste apenas em problema de polícia”²⁹¹. Povoleri, em outra reportagem, reflete que o Ibra substituiu a questão social pelo dispositivo de segurança nacional, fugindo à tônica dos órgãos anteriores²⁹².

A militarização sinalizada pelas patentes dos administradores e responsáveis locais pelos Núcleos Coloniais e Ibra, denunciada nas reportagens por Padre Carvalho e Povoleri, também foi percebida por Paulo de Assis Ribeiro. Ainda em 1966, em documento dirigido ao presidente Castelo Branco, Ribeiro sinalizava a aprovação de um Roteiro de Ação que consistia em três itens²⁹³: 1. manutenção das desapropriações de algumas áreas, a fim de elaborar de dois a três grandes projetos, abrigando os ocupantes em condições de se tornarem parceleiros e “desalojando-se os que não tivessem condições para isso”; 2. revogação das áreas não admitidas como em condições para aproveitamento de projetos de reforma agrária, buscando acordo direto dos ocupantes com os proprietários ou a “retirada pelo IBRA dos ocupantes que se instalaram no imóvel após a data de desapropriação”; e, ainda, 3. “adoção, se necessário, de atitudes firmes por parte das autoridades competentes, ao desalojarem os ocupantes sem condições de se tornarem parceleiros”.

²⁸⁸ “IBRA ameaça agora lavradores de Capivari”. *Jornal do Brasil*, 02/12/1966, 1º cad., p. 11.

²⁸⁹ Há uma diferença de grafia entre os Boletins do Ibra e as reportagens: Amaury aparecendo no primeiro caso e Amauri no segundo. Os dados não permitem identificar com certeza se são a mesma pessoa, podendo haver uma coincidência de tenentes com o mesmo nome no Núcleo. Optou-se por grafar Amauri quando ele for assim citado nas reportagens, mantendo-se Amaury para o restante das análises.

²⁹⁰ “Lavradores de Papucaia dizem que situação é de calamidade”. *Jornal do Brasil*, 07/12/1966, 1º cad., p. 18.

²⁹¹ “Landim defende mais de 100 no Est. do Rio”. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, 1º cad., p. 7.

²⁹² Edilson Martins. “Camponês têm história de miséria no Brasil”. *Tribuna da Imprensa*, 16/01/1967, p. 8.

²⁹³ “E.M. nº 35”. Documento assinado por Paulo de Assis Ribeiro e endereçado ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República. Rio de Janeiro, GB, 20/08/1966. AN/PAR, Caixa 382, Pasta 1, pp. 66-69. Sem Título.

Papucaia, neste documento, foi considerada como “já livr[e] de invasores”, prestes a iniciar a última fase do Roteiro,

desalojando das áreas invadidas os indivíduos considerados desqualificados para aquisição de lotes (má conduta, residência fora da área, posse de outra propriedade) e os que, tendo sido recomendados para aquisição de lotes urbanos, recusarem-se a fazer uso dessa concessão.

Além desses fatores, a Norma 531 – 3/1 do Ibra²⁹⁴ também consideraria outros critérios, assumindo a preferência por um perfil de espírito empresarial disciplinado, como sinalizado nos Capítulos 2 e 3: idade, ausência de deficiências físicas e mentais, “complexão física adequada aos trabalhos do campo”, “qualidades ótimas de hígidez”, ambiente familiar “regular sob os aspectos moral, religioso e educativo”, capacitação empresarial avaliada pelo grau de instrução e experiência em atividades agropecuárias, capacidade financeira e possibilidade de ganhos e pelas qualidades de “Disciplina, Assiduidade ao Trabalho, Estabilidade no Trabalho e vocação para as atividades agropecuárias”.

As indicações são significativas para se apreender o perfil de parceleiro ideal que se pretendia construir e estimular com a política de colonização. Se, conforme discutido no Capítulo 2, o elemento racial nem sempre é explícito, há um perfil familiar heteronormativo e uma hierarquia de gênero bastante definida, elementos que também correspondem à colonialidade do poder (SEGATO, 2013; LUGONES, 2020)²⁹⁵. O ambiente familiar é associado à família nuclear, com preferência pelos casais com filhos solteiros, como também já indicado no Capítulo 1 para a colonização do século XIX. Na avaliação de parceleiros, crianças, idosos e mulheres recebiam uma pontuação inferior à de homens adultos. Esta avaliação hierarquizada também se relaciona com a pretensa capacidade produtiva, indicando uma diferenciação etária e de gêneros que quantifica e qualifica os parceleiros conforme um ideal que também deve corresponder à produtividade e, portanto, à capacidade de auferir lucros e renda da produção familiar.

A fim de evitar “explorações”, o Ibra iniciaria uma campanha de divulgação, tornando pública as razões das medidas adotadas, ressaltando os Núcleos Coloniais da Baixada Fluminense, que haviam falhado no objetivo de constituir um cinturão verde. A fim de recuperar essas áreas para a reforma agrária, a Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966²⁹⁶, impôs ao Ibra a retomada dos lotes em situação irregular através de Comissões Especiais de Verificação e Regularização. Segundo Paulo de Assis Ribeiro, era seu “dever” avisar o presidente destas medidas, “pois contra elas há de fatalmente levantar-se séria oposição”²⁹⁷.

²⁹⁴ “Norma 531 – 3/1. Da seleção e classificação de candidatos a parceleiros nos projetos dos Núcleos Coloniais dos Distritos de Caxangá (NE), Alexandre Gusmão (BR) e Papucaia (RJ). Início de vigência: 13/03/1966. Aprovada em reunião de Diretoria em 12/03/1966”. AN/PAR, Caixa 350, Pasta 2, pp. 264-273. Ibra Fichário sobre legislação.

²⁹⁵ Apesar de Quijano (2005) indicar a família burguesa como uma das instituições centrais da colonialidade do poder, Lugones (2020) identifica nele uma limitação dos conceitos de gênero e “sexo”. Segato (2013) aponta, com críticas a Lugones, e expande a observação de mecanismos de dominação patriarcal que se articulam e se reconfiguram à colonialidade do poder. Não há espaço para expandir esse debate aqui, mas apreender as políticas de colonização através do instrumental metodológico da interseccionalidade e da perspectiva crítica da colonialidade pode oferecer novas reflexões sobre as experiências de trabalhadores e trabalhadoras rurais e formas de atuação e administração do Estado.

²⁹⁶ A lei promulgada tratou de fixar normas de Direito Agrário, dispor sobre o sistema de organização e funcionamento do Ibra e outras providências.

²⁹⁷ “E.M. nº 35”. Documento assinado por Paulo de Assis Ribeiro e endereçado ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República. Rio de Janeiro, GB, 20/08/1966. AN/PAR, Caixa 382, Pasta 1, pp. 66-69. Sem Título.

Em reunião da Diretoria Plena do Ibra de janeiro de 1967, o diretor do Departamento de Recursos Fundiários (DF), General Jaul Pires de Castro “informou que, em Papucaia, existiam cerca de 400 invasores e que não dever-se-ia (sic) permitir que nenhum deles permanecesse no lote; que, a gleba Nova Ribeira encontrava-se totalmente invadida e precisava ser evacuada para reloteamento”²⁹⁸. Conforme indicado anteriormente, o General Jaul Pires de Castro era acusado de realizar e incentivar as expulsões²⁹⁹. Neste mesmo mês, Amaury seria elogiado em Portaria do Ibra “pela conclusão dos trabalhos de regularização da Administração do Núcleo Colonial de Papucaia”³⁰⁰. As violências continuariam sendo legitimadas pelo Estado como ações saneadoras, um trabalho “antipático” de regularização das “invasões” que seria feito por milhares reformados, “que são mais disciplinados e não têm medo de enfrentar antipatias”, como afirmou Paulo de Assis. Ainda segundo ele, os militares são “os únicos que têm coragem de aplicar a lei serenamente, nunca violentamente”, realizando o trabalho necessário para realizar a reforma agrária. Estranhamente, a forma “serena” de atuação dos militares nos casos de queima e destruição de “barracos” é tomada como uma ação do Ibra para evitar o perigo de novas invasões³⁰¹.

O termo *barraco* indica uma habitação precária, sinal, na leitura do Ibra, de ocupação recente e de lavradores não selecionados. Ao analisar o IPM³⁰² sobre a ocupação de terras de 1963 nas áreas rurais da América Fabril, em Magé, Ribeiro (2015, p. 179) aponta duas fotografias periciais que caracterizariam a casa típica de um sitiante da América Fabril, feita de alvenaria e com estrutura mais estável, e o casebre de pau a pique construído por posseiros no momento das ações dos camponeses. Esta distinção sinaliza para um modo de percepção dos militares e que possivelmente foi continuado dentro do Ibra, que distingue as casas e instalações legítimas das ilegítimas. Contudo, segundo indica o autor, a casa simples e as plantações pequenas nos momentos iniciais da ocupação eram também uma recomendação das lideranças, que sinalizavam e alertavam para o risco de despejo (RIBEIRO, 2015, pp. 184-185). Após o despejo e sua transformação em fato público, seria possível construir casas com materiais melhores. Estratégia semelhante foi relatada por Maria, moradora de Serra Queimada:

Dona Antônia conta que ela veio pra cá, que eles faziam casa: tinha que fazer a casa de um dia pro outro, casa de estuque, porque se demorasse pra fazer a casa no outro dia o pessoal, a polícia vinha e derrubava tudo se não tivesse gente morando dentro da casa. Que ela lembra que ela entrou pra dentro casa, que ela era criança ainda, ela falou que ela lembra do barro verdinho, né, que eles tinham acabado de barrear. Eles ficavam passando o dedo naquele barro verdinho, que tinha acabado de fazer. Tinha que fazer à noite, pra entrar pra dentro da casa à noite, pra no outro dia, quando o pessoal da polícia passasse, o pessoal do Exército, né, eles já estavam morando dentro, né. Se não tivesse gente morando dentro eles botavam, amarravam num burro, numa coisa e puxavam e jogava tudo no chão. Ela fala que na época que ela veio pra cá que isso aconteceu, quando eles faziam a casa. (Entrevista de Paula [nome

²⁹⁸ “Ata da 112ª reunião da Diretoria Plena do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, realizada no dia 25 de janeiro de 1967”. AN/PAR, Caixa 349, Pasta 2, pp. 327-328. Sem Título.

²⁹⁹ “Lavradores ameaçam reagir à invasão do IBRA às suas casas”. *Jornal do Brasil*, 27/11/1966, 1º cad., p. 14.

³⁰⁰ “Portaria nº 1 de 09 de janeiro de 1967”. Ibra. Boletim de Serviço nº 55, ano III, 30/01/1967. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 3, p. 88. Sem Título.

³⁰¹ “Presidente do IBRA diz que antipatia não o fará recuar”. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, 1º cad., p. 7.

³⁰² A análise feita pelo autor do IPM de Magé contém semelhanças com os IPMs de Macacu e do PCB. A desqualificação das lideranças é marcante: sua origem trabalhadora é sempre questionada, quando não explicitamente negada, indicando indivíduos externos à área que ali estariam para promover a desunião e a subversão. Esse argumento é relacionado com a capacidade de enganar a massa de camponeses que desejavam terras, indicando não só uma desqualificação moral e um ataque à ordem, como também um interesse escuso pela ação, às vezes ligado a interesses econômicos das lideranças.

fictício], concedida a Ricardo Brito em 01/11/2017, em sua casa em Marubaí, Cachoeiras de Macacu. Estiveram presentes Maria [nome fictício], sua filha, e Antônio [nome fictício], seu esposo).

O relato de Maria traz uma forma cotidiana de resistência, com estratégias compartilhadas para adquirir a terra em áreas dominadas pelo Ibra. Seu pai, Antônio, que chegou a Marubaí de Cambuci, Espírito Santo, por volta de 1963, trabalhava em seu terreno e fazendo a meia na terra de um vizinho, cultivando aipim e retirando lenha, lembra que Saraiva andava por aí e o terreno que ele chegava, via que tava desmatado, mas que tava tudo plantado, ele não queimou um pau de lenha de ninguém, mas agora quando via assim, só desmatado, só em capoeira, aí eles queimavam a lenha do povo. Mandou queimar muita lenha por aí. Botava gasolina e queimava (Entrevista de Antônio, concedida a Ricardo Braga Brito, em 01/11/2017, em sua casa em Marubaí, Cachoeiras de Macacu. Estiveram presentes a filha, Maria, e a esposa Paula. Nomes fictícios).

Quando perguntado se o Ibra costumava ajudar, Antônio responde que “Ajudar mesmo não ajudaram não. Só entregaram a terra só e nós nos viramos. Não ajudou não”.

Marcelo, lavrador de Marubaí, lembra da atuação e da presença do Exército. Em sua entrevista ele narrou batidas do Exército em busca de documentos e armas, lembrou de um informante do Exército que chegou “como um vento” na região e era simpático com todos, porém entregava informações para que o Exército capturasse quem procurava. Pouco antes do Exército aparecer em 1964, havia chegado

um senhor aí com duas filhas, até bonitas as meninas, a mulher e um garoto. [...] Chegou aí como um vento, ninguém sabia de onde veio nem nada. Aí quando o Exército vinha, ele vinha com a folha na mão, um caroneiro com a lanterna assim à noite. Geralmente eles faziam as [inaudível] à noite, por exemplo, se tivesse nós três assim, andando nos trilhos, que não tinha estrada, era trilho, aí ele: “Pare aí. Qual seu nome?” “Fulano de tal”. O cara olhava: “Então fica aqui. O seu?” “Fulano de tal”. Se o nome tivesse aqui, “fica aqui. E o seu?” “Fulano de tal” (Entrevista de Marcelo [nome fictício], realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Marubaí, em 08/11/2014).

O evento parece ter ocorrido por volta de 1968 e 1969 e terá desdobramentos importantes no município (TELÓ, 2019), que serão tratados mais à frente, no Condomínio Agropecuário de Marubaí. Após um tempo, quando ficou mais à vontade com a entrevista, Marcelo contou o processo de verificação e despejo do Ibra:

Naquela época era o seguinte: por exemplo, no lote, você estava no lote, aí eu chegava “estou precisando trabalhar e tal”, “ah, vai trabalhando aí, rapaz, tem lenha para cortar, carvão para fazer”, isso e aquilo. Aí eu com você, era o que estava lá, e eu era o que chegou para trabalhar, para te ajudar. Se por acaso você saísse e fosse fazer uma viagem ou fazer umas compras lá pra baixo ou qualquer coisa, e o Ibra chegasse, o lote ficava no meu nome. Está entendendo? Aconteceu muito disso aí, que quem estava na hora trabalhando no lote era quem ele botava. Não adiantava você falar. Não. “Seu documento?” Aconteceu aqui mesmo uma porção de vezes.

Fabrício: Que a pessoa morava, não estava em casa na hora e perdeu?

Marcelo: Perdeu. Entendeu, né? Se ele tivesse... o Ibra fez coisa aí de outro mundo. É aquele negócio, a pessoa tem a faca e o queijo na mão, eles faziam o que queriam, não tinha ninguém para dizer não. Então... (Entrevista de Marcelo [nome fictício], realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Marubaí, em 08/11/2014).

Após um tempo de aparente tranquilidade, ou ao menos ausência de reportagens sobre tensões na região, Paulo de Assis Ribeiro e o General Eurico Seixas, chefe do Grupo de Trabalho de Regularização de Núcleos, entregaram 59 títulos definitivos de posse de lotes e firmaram 124 novos contratos em abril de 1967³⁰³. O clima, contudo, era de vigilância e cotidiano militarizado. Um mês depois da entrega, a polícia vigiou e tentou impedir uma comemoração de 1º de maio organizada pelos padres Carvalho e Gerson da Conceição³⁰⁴ em Areia Branca, região de Cachoeiras de Macacu, onde Carvalho tinha um centro de formação de lideranças rurais em uma fazenda da Igreja Católica. A polícia alegava o perigo representado pelos lavradores que comemoravam com enxadas e foices. Carvalho, contudo, diz que os instrumentos estavam lá para serem abençoados e que eles fariam uma Grande Festa de São José Trabalhador com mais de mil lavradores de Papucaia, Santana de Japuiba, Duzentos Alqueires, Duas Barras e outras localidades³⁰⁵.

Nesta comemoração, os lavradores e moradores do Núcleo Colonial de Papucaia redigiram um documento reivindicando a substituição do policiamento contínuo, da força e da coerção, e dos administradores do Núcleo, por trabalhos técnico-educativos e orientações. Durante a festa, eles manifestaram seu descontentamento e insatisfação e pediam ao presidente Costa e Silva “mais humanidade”³⁰⁶. O documento foi enviado ao jornal *Luta Democrática*:

Excelentíssimo senhor Marechal Artur da Costa e Silva. DD Presidente da República do Brasil.

Nós lavradores e moradores do Núcleo da Papucaia, município de Cachoeiras de Macacu – RJ – reunidos no dia 1º de maio em Areia Branca, numa concentração de lavradores, a resolvemos vir à presença de Vossa Excelência, manifestar o nosso DESCONTENTAMENTO E INSATISFAÇÃO GERAL, pelo abandono em que nos encontramos, dada a falta de compreensão dos verdadeiros anseios e necessidades dos lavradores, por parte dos atuais administradores de núcleos e demais responsáveis por este setor, no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, principalmente pela assistência e a orientação técnica, quer social, quer econômica.

Muito nos entusiasmou o pronunciamento de Vossa Excelência, na comemoração do dia 1º de maio³⁰⁷, demonstrando, claramente, a perspectiva humana que imprimirá em vosso governo na preocupação de vir ao nosso encontro das classes assalariadas e menos favorecidas, propiciando, meios para o verdadeiro respeito à dignidade do homem e à procura da verdadeira humanização do povo brasileiro.

Os lavradores dos núcleos estatais (sic)³⁰⁸ e os demais companheiros de todo o País muito esperam de vosso governo, neste setor de grande importância da nossa economia.

³⁰³ “IBRA entrega títulos e faz contratos com colonos de Papucaia”. *O Jornal* (RJ), 01/04/1967, p. 8.

³⁰⁴ Segundo Teló (2019), o padre Gerson da Conceição, pároco de Sant’Anna de Japuiba, distrito de Cachoeiras de Macacu, teve uma trajetória inicial vinculada ao sindicato têxtil de Magé, ligado ao PCB, ainda durante seus anos de estudo em Teologia no início dos anos 1960. Após o golpe de 1964, Gerson continuou ligado às lutas populares e ao campo político da esquerda, entrando em contato com a Ação Popular. Em 1967, Gerson chega em Japuiba, ordenado por Dom Clemente Isnard de Nova Friburgo. Devido à sua tentativa de organizar um núcleo de guerrilha rural na localidade, Gerson foi preso e torturado.

³⁰⁵ “Lavradores fluminenses comemoram 1º de Maio vigiados pela Polícia”. *Luta Democrática*, 03/05/1967, p. 2.

³⁰⁶ “Lavradores pedem a Costa e Silva mais humanidade”. *Diário Carioca*, 10/05/1967, p. 5.

³⁰⁷ Trata-se do discurso “Ordem social mais justa e de respeito aos direitos do homem. Mensagem dirigida à nação, ao ensejo do ‘Dia do Trabalho’, lida pelo ministro Jarbas Passarinho na sede do Sindicato dos Portuários, a 1º de maio de 1967, e transmitida a todo o país, através da Rede Nacional de Rádio e Televisão, comandada pela Agência Nacional” (COSTA; SILVA, 1983).

³⁰⁸ Este (sic) se encontra no próprio texto do jornal.

Por esses motivos, senhor Presidente, é que tomamos a liberdade de vir à presença de Vossa Excelência, reivindicar modificações necessárias, em relação: - aos critérios estabelecidos pelo IBRA, para que a obtenção dos títulos definitivos dos lotes, por considerarmos totalmente inadequados à realidade que vivemos; - ao favorecimento do diálogo em situações que dizem respeito a nós e à nossa família, substituindo o policiamento, a força e a coação, por um trabalho técnico-educativo e principalmente humano.

As mudanças que se processarem após o julgamento de Vossa Excelência, temos certeza, trará melhores condições às nossas famílias, criando em nosso meio, que no momento é inexistente dada a força desagradadora³⁰⁹ dos atuais administradores de nossos núcleos.

DEUS GUARDE VOSSA EXCELÊNCIA.

(a) padre Antônio da Costa Carvalho, presidente do Círculo Operário Cristão de Papucaia³¹⁰.

A carta é assinada por padre Carvalho e salienta uma situação de descontentamento e frustração com as políticas de colonização direcionadas ao município, em especial o grau de vigilância e controle sobre os lavradores e, sobretudo, a insegurança com relação à continuidade nas terras em que se encontravam. Como salientado nos capítulos anteriores, a indignação é uma importante fonte moral de organização e tem sido trabalhada por movimentos sociais a fim de se tornar elemento de identificação e mobilização (MOORE, 1987; SNOW, 2004; HONNETH, 2009).

Na carta, e certamente nas ações cotidianas, os lavradores buscavam o reconhecimento de sua situação ao mobilizarem elementos próprios do discurso estatal e militar: o desejo de assistência, orientação técnica, tratamento humanizado e abertura ao diálogo. A referência ao discurso de Costa e Silva, que havia assumido a presidência em 15 de março de 1967, indica não apenas que os padres e lavradores estavam atentos às mudanças no governo militar, mas que também tentaram colocar e pressionar por suas reivindicações ao adotar uma linguagem que poderia ser reconhecida pelo governo. O discurso de Costa e Silva ressaltava o 1º de maio como “festa de confraternização entre o Capital e o Trabalho”, qualificando “os sindicatos livres” como “elementos de vanguarda, como entidades destinadas à defesa e proteção dos direitos e reivindicações dos trabalhadores” (COSTA; SILVA, 1983, pp. 215-216). Ao Estado caberia garantir as condições de liberdade dos sindicatos, impedindo o “assalto permanente dos agentes da luta de classes, que nelas se infiltram com o fito de transformá-las em instrumento dócil a serviço dos extremistas [...] que pretendem a destruição do regime democrático” (COSTA; SILVA, 1983, p. 216).

O discurso mobilizava termos como bem-estar social, unificação, alívio da pobreza e ressaltava que iria criar mecanismos legais para diminuir os acidentes de trabalho e ampliar a participação dos empregados nos lucros das empresas. Aos trabalhadores do campo, Costa e Silva dirigiu um trecho de seu discurso no qual realça o trabalho de assistência a ser oferecido:

Os homens do campo, quase dois terços da população brasileira, são, entretanto, os mais desassistidos. A assistência ao rural será um objetivo permanente do meu governo. E dentro de curto prazo a Previdência, que já vem atuando nos campos, dinamizará sua atividade, servindo-se de órgãos do Ministério da Saúde, dos governos estaduais e municipais, bem como de instituições sem fins lucrativos, mediante convênios (COSTA; SILVA, 1983, p. 217).

³⁰⁹ Palavra incompleta no original. Possivelmente “desagregadora”, ou mesmo um neologismo derivado de “desagrado”.

³¹⁰ “Padre e lavradores denunciam violências do IBRA em Papucaia”. *Luta Democrática*, 07/06/1967, p. 5.

Conforme analisado em trabalho anterior (BRITO, 2018), há uma tradição de luta e organização entre lavradores de Cachoeiras de Macacu que não pode ser omitida em meio às referências a determinadas lideranças em jornais e documentos. No IPM do Processo 7.477/69, Ubirajara Muniz foi destacado como o principal responsável pelas ocupações, reproduzindo a visão de camponeses pobres e politicamente imaturos, incapazes de se organizarem por conta própria e por isso facilmente manipuláveis. No caso aqui analisado, a prisão do Padre Carvalho e as narrativas das reportagens o colocam como principal figura de mobilização e, na leitura dos militares, subversão dos lavradores e suas *justas reivindicações*, como diria o Tenente-Coronel Carvalho (1966), já analisado no Capítulo 3. Entretanto, é preciso estar sensível às condições econômicas e sociais locais, particularmente ao município de Cachoeiras de Macacu, no qual um padre declaradamente anticomunista foi preso e vigiado pelos militares que havia apoiado. Certamente há um nível de frustração que o próprio Padre Carvalho declara, especialmente quando se refere às violências promovidas que terminariam por produzir novos comunistas e novos conflitos. Padre Carvalho foi um ator importante, sendo uma liderança que estava lá antes e após as prisões e perseguições, entretanto, há de se pensar nestes diversos lavradores e camponeses que, de algum modo, também fizeram sua liderança em momentos de inviabilidade da organização coletiva.

Após as prisões, torturas, assassinatos e fuga dos lavradores, as notícias e informações sobre ampliação do Núcleo Colonial e a reprodução das práticas violentas de despejo e expulsão por agentes estatais continuaram a produzir as indignações, socializadas nos espaços sociais possíveis, onde os lavradores construía uma narrativa de injustiça que demarcava as causas do sofrimento e humilhação vividos. Entre os espaços de discurso oculto possível (SCOTT, 1990), onde se socializam as frustrações e as experiências de exploração vividas, a religião e a Igreja Católica assumem um papel fundamental no município, podendo-se contar ao menos três padres que, por diferentes caminhos, envolveram-se com os lavradores e suas organizações e reivindicações: o padre Carvalho, via sua atuação nos Círculos Operários e presença no município (TELÓ; MEDEIROS, 2018); o padre Gerson e a tentativa de organização de um grupo de luta armada em Nova Ribeira (TELÓ, 2019), a ser retratada mais adiante; e o padre Joaquim, via CPT e sua participação na oposição sindical e na ocupação de 1979 e 1980 da São José da Boa Morte (BRITO, 2018).

Apesar de haver poucos relatos que lembrem desse período e informações que auxiliem a reconstruir as experiências de organização dos camponeses envolvidos nos projetos de colonização de Papucaia, pode-se refletir acerca de uma tradição de luta e resistência a partir das experiências anteriores de organização em Papucaia, Ribeira e São José da Boa Morte, áreas que terão novamente um protagonismo de luta no final dos anos 1970. Em trabalhos anteriores, essa resistência foi qualificada como *teimosa*, indicando a persistência de um determinado grupo de lavradores que permanece na região e pressiona pela conquista da terra através de manifestações, cartas, denúncias em jornais, romarias e ocupações (BRITO, 2018; 2021). O caráter teimoso dessa resistência serve para indicar sua presença em momentos de repressão, desmobilização e/ou controle das formas possíveis de organização dos trabalhadores, de modo a realçar os indícios das práticas e representações dos trabalhadores rurais que mantinham vivo o desejo de se fixarem em terras consideradas como públicas em Cachoeiras de Macacu.

Com este quadro interpretativo, deve-se ver na atuação de padre Carvalho, além de suas próprias motivações e críticas ao IBRA, a atuação de lavradores que, ao mesmo tempo, estavam atentos à linguagem e às possíveis aberturas ao diálogo do governo federal, mas que também ameaçavam com uma greve e paralisação da produção caso os despejos continuassem e a administração do Núcleo não fosse trocada. A reportagem anteriormente mencionada³¹¹ comentava, ainda, que os lavradores planejavam uma “concentração monstro” para 13 de junho

³¹¹ “Padre e lavradores denunciam violências do IBRA em Papucaia”. *Luta Democrática*, 07/06/1967, p. 5.

de 1967, a fim de tornar públicas as arbitrariedades do Tenente Amaury, e anunciavam a criação de um Centro de Treinamento ligado à Fetag/RJ³¹² e de um novo STR no município³¹³ alinhado ao Círculo Operário. A avaliação do SNI em documento já citado, que devia compilar uma série de informações levantadas sobre Carvalho ao longo dos anos 1960 e 1970, era a de que, dada a atuação do padre, “leva[-se] a crer [que o STR], tenha caráter subversivo, como meio de formar reuniões para fins de pregação comunista”³¹⁴.

Por volta da época anunciada, o Padre Carvalho enviou ao Ministério da Agricultura um relatório que denunciava as ações violentas e arbitrárias da Guarda Rural do Ibra, chamada localmente de “peste amarela da reforma agrária”. A identificação é ao mesmo tempo jocosa e crítica, fazendo lembrar nos uniformes amarelo e cáqui da Guarda Rural uma peste que realizava verdadeira antirreforma. Scott (1990) afirma que também as histórias, piadas, parábolas e resmungos constituem formas pelas quais a indignação é socializada nos discursos ocultos. As reportagens sinalizam um momento de saturação, em que as críticas e frustrações são tornadas públicas por um breve momento. Segundo Carvalho, “[o]s lavradores brasileiros vêm sendo cobaias para experiências de reforma agrária no Brasil desde o INIC, a SUPRA e, agora, com o IBRA. É preciso evitar que essas cobaias entrem em desespero-pânico”. Ele acusa o Ibra de buscar lucros com a venda de lotes, citando casos de baixa indenização por benfeitorias em terras que depois foram vendidas com preços elevados a novos lavradores. Para Carvalho “ou se faz uma reforma no IBRA ou a reforma agrária no Brasil continuará sendo experimentada indefinidamente, até que, talvez, o próprio lavrador desapareça com as experiências”³¹⁵.

As pressões parecem ter surtido efeito. Segundo lembra o ex-funcionário do Ibra, Julio Ramirez, em 1967 o Tenente Amaury foi substituído por Falconete Fialho, engenheiro agrônomo e civil, e o General Saraiva seria substituído por Pedro Basílio, que passou a administrar o Ibra regional e decidiu que a Guarda Rural não andaria mais armada³¹⁶. Julio Ramirez chegou em Papucaia em 1967, em meio às mudanças de atuação promovidas. Conta não ter visto as violências, mas viu seus rastros: as ruínas das casas queimadas, das expulsões e dos locais de violência. Segundo lembra, a Guarda Rural atuava com violência para extinguir o Grupo dos Onze³¹⁷. Este grupo também foi lembrado por César de Almeida, advogado e ex-

³¹² O Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro foi criado em Papucaia pelo Padre Carvalho. Associado à Federação Fluminense dos Trabalhadores Cristãos, o Centro pretendia realizar cursos práticos de sindicalização rural, legislação trabalhista, reforma agrária, liderança, cooperativismo, prática rural, artesanato e economia doméstica, abrangendo homens, mulheres e crianças. Segundo Carvalho, a ideia era “evitar que a ignorância facilite a infiltração comunista” no Rio de Janeiro, estado “dos mais visados pelos comunistas, bem como ser palco de maior número de invasões de terras, arquitetadas pelos que professa[m]” aquela doutrina. Ver: “Federação Cristã vai criar um Centro Rural: Macacu”. *O Fluminense*, 02/02/1968, p. 7.

³¹³ Segundo documento da Contag, Cachoeiras de Macacu teve dois sindicatos criados em 1962: um teve a carta cassada e o outro foi reestruturado em 1967, com forte participação dos Círculos Operários. Ver: “Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio de Janeiro. Contag – 1975”. Acervo MSPP. Fetag/RJ 1964-1989. Caixa 15.

³¹⁴ “Dossiê sobre as atividades do Padre Antônio da Costa Carvalho”. SNI. Informação nº 52/116/ARJ/80. AN – Fundo SNI (BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80002565, p. 4).

³¹⁵ “Padre faz relatório para mostrar ‘peste amarela da reforma agrária’ do IBRA”. *Jornal do Brasil*, 16/06/1967, 1º cad., p. 16.

³¹⁶ Julio Ramirez, entrevista concedida a Fabrício Teló em 29/04/2015.

³¹⁷ Criados em outubro de 1963 por Leonel Brizola, o Grupo dos Onze, Grupo de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas tinham como finalidade exercer pressão em defesa do governo de João Goulart e sobre ele e o Congresso Nacional em defesa das reformas de base, principalmente a agrária. Através da rádio Mayrink Veiga, Brizola, então deputado federal, fez as convocações. Com o golpe, os Grupos dos Onze e demais grupos defensores das reformas de base foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Identificados como inimigos

prefeito de Cachoeiras de Macacu, preso em 1964 por sua participação no movimento estudantil e apoio à luta dos lavradores³¹⁸. Criado e estimulado por Leonel Brizola como meio de defesa e pressão pelas reformas de base, a lembrança do Grupo em Cachoeiras de Macacu pode ser, na verdade, uma identificação deste grupo com determinadas lideranças que participaram das ocupações e mobilizações de terra no pré-1964, tal como Alcídio Salvador, identificado pelos militares como integrante dele.

Ainda segundo Ramirez, o Ibra tinha uma “paranoia” em relação ao Grupo dos Onze, vigiando qualquer atividade dos técnicos agrícolas do Ibra, reuniões de lavradores, visitas aos lotes. Um relato das atividades era feito pela Guarda Rural e repassado ao SNI, podendo-se entender a Guarda Rural como integrante da Comunidade de Informações que centralizava e articulava dados sobre “subversivos” (TELÓ, 2018, 2019). Segundo lembra, a Guarda Rural desconfiava que o padre Carvalho fizesse parte do Grupo, e por isso intensificava a vigilância sobre ele.

Se as pressões surtiram algum efeito na mudança dos administradores, elas não reduziram o nível de militarização vivido pelos lavradores. Em Papucaia, o Exército anunciava um treinamento antiguerrilha comandado pelo Coronel Afonso Celso Boldstein como parte da Operação Arariboia. A Operação contaria com “um ensaio para possíveis defesas que o Exército tenha contra verdadeiros inimigos”, simulando um treinamento com referências à guerra do Vietnã e cuja ação dos guerrilheiros deveria lembrar e preparar para os casos de conflito na Bolívia e Venezuela³¹⁹. Além do treinamento, a Operação também deveria prestar ação de caráter comunitário.

A informação da Operação nos permite entrever o conjunto de medidas e intervenções adotadas pelo Ibra e pelo Exército para Cachoeiras de Macacu. Em meio à retomada de organizações e mobilizações dos camponeses, o Exército montou uma operação antiguerrilha com helicópteros e participação de moradores e fazendeiros. A Operação indica uma demonstração da preparação do Exército para caso os lavradores continuassem a se organizar, ao mesmo tempo em que buscava envolver a população no treinamento e nas ações comunitárias. A mesma operação foi retomada em 1969, quando efetivamente atua para desmobilizar uma tentativa de organização de guerrilha (TELÓ, 2019).

O final do ano de 1967 foi de crise no Ibra em Macacu, mas também no Ibra regional e nacional, como será indicado no próximo capítulo. Paulo de Assis Ribeiro tinha saído da presidência, substituído por César Cantanhede. Os recursos em 1968 eram drasticamente menores, e um relatório da FAO apontou diversos problemas de atuação e planejamento. Em 1968 o Ibra sofreu uma intervenção militar e administrativa e passou a ser subordinado ao Ministério da Agricultura, perdendo sua vinculação direta à Presidência da República. O discurso predominante passou a ser o da produtividade e o da expansão da fronteira na região amazônica, tônica que fundamentará a criação do Incra.

internos, a repressão e perseguição a militantes e trabalhadores/as envolvidos começou no imediato pós-golpe. Ver Almeida (2019).

³¹⁸ César de Almeida, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em 12/02/2015, Japuíba/Cachoeiras de Macacu.

³¹⁹ Ambas as referências se devem a conflitos realizados durante a Guerra Fria. A Guerra do Vietnã durou de 1955 a 1975, tendo como principais opositores o bloco organizado por Vietnã do Sul e Estados Unidos e o bloco do Vietnã do Norte e China. A referência às guerrilhas da Bolívia e Venezuela diz respeito, possivelmente, ao Incidente de Machurucuto de maio de 1967 na Venezuela e à Guerrilha de Ñancahuazú, promovida pelo Exército de Libertação Nacional da Bolívia, com participação de Ernesto “Che” Guevara. A Guerrilha aconteceu entre novembro de 1966 e outubro de 1967, terminando com a morte de Che Guevara. Nas reportagens, os militares brasileiros afirmaram que ninguém interpretaria o papel do guerrilheiro argentino. Ver: “‘Guerrilheiros’ enfrentarão o 3º RI em Macacu no dia 20”. *O Fluminense*, 12 e 13/11/1967, p. 1 e 3. “‘Guerrilha’ do 3º será uma réplica das lutas do Viet”. *O Fluminense*, 18/11/1967, p. 11.

Antes de desenvolvermos este período de crise, é preciso apreender ainda alguns elementos da experiência formativa dos lavradores envolvidos nos projetos de colonização de Papucaia que, apesar das crises, continuava a ser tomado pela vocação para solucionar o abastecimento do Rio, Niterói, São Gonçalo e Baixada³²⁰. Em reportagem de 1968 vemos um elevado número de parcelas previstas (Tabela 13), apontando a importância do Núcleo para o Ibra.

Tabela 13. Parcelas previstas no Distrito de Colonização de Papucaia (1968)

Núcleos	Área aproximada (hectares)	Número de parcelas previsto
Papucaia	9.150	310
Vecchi	1.800	126
Quizanga	1.650	113
Vargem Grande	1.900	128
Outros	7.000	707
Total	21.500	1.384

Fonte: Adaptado de “Reforma Agrária Sai em Papucaia”. *Diário de Notícias*, 21/04/1968, p. 12.

Não se sabe ao certo o número das parcelas que foram efetivamente concedidas, se elas alcançaram o tamanho médio de 15 ha e nem quais seriam as áreas indicadas como “Outros”³²¹. Entretanto, foi neste clima de conflitos, tensões e expectativas de expansão de Papucaia que o Ibra iniciou as preparações para transferir, com urgência, famílias do Imbé, alegando que as terras dos lavradores estavam completamente alagadas pelas chuvas³²².

5.2. Travessias e Frustrações

Segundo reportagem de Jourdan Amora para o *Jornal do Brasil*, Inda e Ibra³²³ apontaram os três tipos de “invasores” de terras mais comuns no estado no pré-1964 e com os quais teriam de lidar: aventureiros com interesses imobiliários, trabalhadores necessitados de moradia e imigrantes das regiões cafeeiras decadentes do Espírito Santo e Minas Gerais. A atenção dada aos imigrantes de outras regiões se somava à necessidade de realocar as mais de mil famílias que se encontravam em áreas em que os institutos não dariam continuidade às desapropriações. A solução apontada foi deslocar estas famílias para os Núcleos já existentes e ampliados, sobretudo:

São José da Boa Morte e Vargem Grande, junto ao Núcleo de Papucaia, São Pedro, Pedra Lisa e Tenente Pacheco, junto ao Núcleo de São Bento em Nova Iguaçu; Cachoeirinha, junto ao Núcleo de Caxias; e Coletivo Santa Alice, junto ao Núcleo de Santa Alice (Itaguaí). Já nas Fazendas do Imbé, em

³²⁰ “Lavradores receberam títulos: RJ”. *O Fluminense*, 09/08/1967, p. 3.

³²¹ Em reportagem posterior, de 1976, contam-se 1.132 famílias instaladas no Projeto Integrado de Colonização Papucaia, mais ou menos 8 mil habitantes e 22.500 ha, composto pelas glebas Papucaia (sede), Soarinho, Colégio, Ribeira, Marubaí, Nova Ribeira, São José da Boa Morte, Quizanga, Vecchi, Guapiaçu e Sebastiana e mais duas glebas pertencentes a Itaboraí, possivelmente de Vargem Grande. Apesar do número de famílias, apenas 250 tinham o título definitivo. Ver: “Reforma agrária muda de mão”. Reportagem de Martinho Santafé e Luiz Carlos Lacerda. *O Fluminense*, 09/07/1976, pp. 1 e 22.

³²² “Lavrador vai para Núcleo”. *O Fluminense*, 14/12/1966, p. 6.

³²³ Como já analisado no Capítulo 3, o Inda ficou responsável pelas áreas de colonização. Após a definição do estado do Rio como área prioritária para reforma agrária elas passaram para o controle do Ibra.

Campos e Paratimirim e Independência, em Parati, seriam constituídas em núcleos novos³²⁴.

Em boa parte das entrevistas realizadas e consultadas foram narrados migrações e deslocamentos, com número expressivo de famílias oriundas do Espírito Santo. Este contínuo deslocamento em busca de terras, motivado sobretudo pela estrutura fundiária concentrada e desigual e por expropriações, é marcado pelos boatos e informações trocadas entre familiares e vizinhos. Muitos ouviam falar que o governo estava distribuindo terra e se dirigiam para essas áreas, enviando notícias às famílias, amigos e vizinhos mais próximos, de modo a reconstituir os laços de proximidade.

Ao menos três momentos de deslocamento e migração foram significativos em Cachoeiras de Macacu entre os anos de 1950 e 1980. O primeiro foi a formação do Núcleo Colonial de Papucaia, marcado ainda em seus primeiros anos pelo elevado número de requerimentos. Muitas famílias de áreas próximas e mesmo de outros municípios e estados chegaram em busca de terra e se estabeleceram, de forma precária e incerta, nas áreas do entorno. Conforme já narrado no Capítulo 4, as áreas de colonização atraíram lavradores sem-terra, grileiros e especuladores, gerando uma dinâmica de conflito bastante característica dos anos 1950 e 1960.

Outros dois momentos foram significativos: a transferência de 84 famílias do Imbé, em Campos dos Goytacazes, para a fazenda Vecchi em 1967, e a formação do Condomínio Agropecuário de Marubaí em 1969, responsável por deslocar lavradores de Marubaí para Quizanga e Vecchi, todas as três áreas do PIC de Papucaia.

5.2.1. Esperanças e mobilizações: travessia Fazenda do Largo-Imbé

Como apontado antes, uma grande quantidade de famílias saiu do Imbé em 1966/67 para ir para a fazenda Vecchi, deslocadas pelo próprio Ibra. O Imbé foi uma área de ocupação em 1963, organizada sobretudo por José Pureza, liderança da Falerj, mas também pela Liga Camponesa de Campos dos Goytacazes³²⁵. Nesta ocupação estiveram presentes lavradores locais e trabalhadores desempregados das usinas de açúcar e famílias de outra área de conflito, a fazenda do Largo³²⁶, podendo-se interpretar a ocupação como uma continuidade deste conflito (NEVES, 2018). Pontuar estes conflitos e deslocamentos permite apreender uma experiência de deslocamento, despejo e desenraizamento de camponeses e camponesas que buscaram continuamente um local para desenvolver suas relações e possibilitar suas existências³²⁷.

Célia, lavradora e moradora de Serra Queimada, ex-moradora do Vecchi, lembra quando seu avô “estava trabalhando na roça e vieram aqueles grileiros montados a cavalo, de chicote, para tirar meu avô da roça”³²⁸. Ela ainda era criança quando sua família foi vítima de despejo

³²⁴ Jourdan Amora. “Dez fazendas no Estado do Rio podem ser aproveitadas na reforma agrária”. *Jornal do Brasil*, 23/05/1965, 1º cad., p. 14.

³²⁵ Segundo Grynszpan (1987), Cachoeiras de Macacu e Campos dos Goytacazes foram os municípios do estado do Rio com maior atuação das Ligas Camponesas. Entretanto, ao nível do estado ela não foi expressiva e, mesmo nos municípios mencionados, as Associações tiveram maior destaque. Em Macacu, a Liga Camponesa esteve presente na ocupação de 1961, pela ação de Mariano Beser.

³²⁶ A fazenda do Largo aqui referida era uma área de quase 800 alqueires que abarca as fazendas Ponta do Largo, do Largo e Atalho e que hoje se situa no município de São Francisco de Itabapoana. Ver Mapa 4 e Tabela 5.

³²⁷ Teló e Brito (2019) apontaram a continuidade dessas experiências de desenraizamento, despejo e resistência a partir da trajetória de Célia, lavradora que passou pelos conflitos da fazenda do Largo, pela ocupação do Imbé de 1963 e foi deslocada para o Vecchi pelo Ibra em 1967 e que desde 2014 se encontra ameaçada de despejo pela construção da barragem do rio Guapiaçu.

³²⁸ Entrevista de Célia (nome fictício), realizada por Leonilde Medeiros, Fabrício Teló e Delma Neves, em 10/02/2015, em Serra Queimada.

na fazenda do Largo, situada no município de São João da Barra, próximo a Campos dos Goytacazes. Segundo conta sua mãe, em entrevista de 1981³²⁹, sua família nasceu e se criou em São João da Barra na posse que vinha de seus pais, “herdeiros de cativo”, e, por volta de 1946, começaram a aparecer pessoas que se diziam proprietárias daquelas terras. Ainda nos anos 1950, segundo Grynszpan (1987), foi formada uma Associação de Lavradores em São João da Barra, cuja liderança principal era o avô de Célia que, de forma tão marcante, sua família veria ser torturado.

Segundo Grynszpan (1987), antigos lavradores, muitos dos quais descendentes de escravos, produziam nesta região como posseiros. O surgimento de pretensos proprietários, que exigiam dos lavradores pagamento de taxas, e, depois, o início dos despejos desencadearam o quadro de luta. Neste caso, como em outros já apontados, não foi o simples surgimento de proprietários e a cobrança que geraram a luta, mas o despejo. Este, por sua vez, levou ao questionamento da real situação dos que se diziam proprietários, de modo que os camponeses se negaram a continuar pagando pelo uso da terra e constituíram suas formas de organização. O ápice do conflito se deu em 1961, quando os lavradores procuraram a Falerj e denunciaram que grileiros estavam adquirindo áreas próximas às terras da União para irem progressivamente ocupando terras públicas (CORRÊA; MACEDO, 2007).

Possivelmente os conflitos motivaram a inclusão da fazenda do Largo no Plano de Ação Agrária em 1960. Mesmo com a atuação da Flerj, a visibilidade recebida pela ação do governo do estado, a organização da Falerj e o apoio do Conselho Sindical de Campos, os lavradores continuavam a ser vigiados constantemente pela polícia, havendo espancamentos, prisões e rondas nas casas, destruição de roças, cercas e casas e as ações de despejo, decretadas pela Comarca municipal e realizadas pela polícia, esvaziando a região (CORRÊA; MACEDO, 2007; NEVES, 2018). Segundo Neves (2018), os 800 alqueires da fazenda do Largo foram desapropriados em 1960 para assentar 300 famílias de lavradores, em grande parte descendentes de escravos. A demora no pagamento de parcelas impediu a imissão de posse e facilitou a continuidade da ação dos grileiros, muitos dos quais conhecidos deputados e vereadores, tais como Simão Mansur e Jorge Abreu, que, com capangas e policiais militares, mantiveram elevados os graus de violência, fazendo com que boa parte dessas famílias se retirassem do local.

A maneira truculenta com que os policiais abordavam os camponeses é lembrada por Célia: “a polícia caçava, (...), entrava de madrugada, chegava abrindo as barracas onde a gente estava, as crianças deitadas... procurando se tinha homem”³³⁰. Com a casa e as plantações destruídas e com seu avô perseguido, sua família chegou a dormir algumas noites debaixo de árvores e apelar para a solidariedade de conhecidos e parentes em Campos. Contudo, eram perseguidos e os familiares que os abrigavam também sofriam despejos. A convivência no conflito do Largo criou laços de amizade entre seu avô e José Pureza, de modo que sua família também participou da mobilização e ocupação do Imbé em abril de 1963.

A dinâmica agrária de Campos e do Norte Fluminense apresenta uma historicidade e especificidade que não será possível aprofundar. Como na fazenda do Largo, muitos ex-escravos e seus descendentes permaneceram no interior das fazendas produtoras de cana, convertendo-se em parceiros ou constituindo relações de colonato ou moradia (NEVES, 2008, 2018; COSTA *et al*, 2020). Como já apontado no Capítulo 2, estas relações abriam espaço para produção de subsistência e a permanência na terra, ainda que subordinadas ao ritmo e ao cultivo

³²⁹ Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevistas realizadas por Eliane Cantarino e José Pureza, com participação de João de Jesus Pereira, presidente do STR de Cachoeiras de Macacu. Realizada em 02/09/1981. Disponível no Acervo do NMSPP.

³³⁰ Entrevista de Célia (nome fictício), realizada por Leonilde Medeiros, Fabrício Teló e Delma Neves, em 10/02/2015, em Serra Queimada.

da cana e entrelaçadas por laços pessoais de dominação (NEVES, 2008). Neves (2018) observa que entre 1940 e 1960 houve um grande investimento patronal para alterar as condições de trabalho, dissolvendo as relações de moradia e colonato, o que possibilitou o aumento da jornada, a diminuição do seu valor e a intensificação da exploração do trabalho coletivo e familiar.

Este processo foi ampliado pela modernização das técnicas agrícolas, extinguindo antigas formas de trabalho e criando impedimentos ao cultivo de lavouras de subsistência. Estas alterações geraram indignação e desconforto entre os trabalhadores, que passaram a procurar os sindicatos locais. A presença constante dos dirigentes era lembrada de forma positiva (NEVES, 2018): o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Campos, voltado para os trabalhadores das usinas de açúcar, e o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos, voltado para os trabalhadores de fazendas, encaminharam pedidos para a exclusão da cobrança pela ocupação de casas oferecidas pelas usinas.

Segundo Neves (2015), desde 1959 eram frequentes as propostas de colonização para os trabalhadores da cana em Campos, em especial na região do Imbé. O principal objetivo era evitar conflitos e barrar a entrada de nordestinos, possivelmente se referindo aos “flagelados da seca”, conforme outras experiências indicadas no Capítulo 2 que buscaram controlar os fluxos migratórios, comunistas e lideranças sindicais. Em texto posterior, a autora afirma que havia um clima político propício que estimulava os desejos de inúmeras famílias de conseguir terra e se instalar na região, fazendo circular rumores que ampliaram a quantidade de pessoas buscando um pedaço de terra (NEVES, 2018). Nesse clima político se coadunavam as crenças e experiências de vida dos lavradores, frequentemente associadas à tutela de autoridades centralizadas e vivências de despejo. Em 1963, a expulsão contínua de trabalhadores por usineiros da região, com a finalidade de grilar terras e ampliar suas áreas de produção, coincidiu com a crise da indústria açucareira de Campos³³¹. Trabalhadores eram despedidos em massa, desempregados se dirigiam às cidades, os jornais noticiavam formas violentas de apropriação e grilagem da terra, bem como de exploração da força de trabalho (NEVES, 2015, 2018). Neste contexto se deu a ocupação do Imbé, em Mocotó, Serra das Almas, município de Campos dos Goytacazes, em 1º de abril de 1963³³².

Protagonizada por posseiros, a área foi por eles definida como devoluta, reivindicando o uso para reforma agrária e estabelecimento dos lavradores, dando peso à argumentação o fato da área ser apontada como litigiosa e ter sido enquadrada para colonização estatal. Segundo Corrêa e Macedo (2007), Pureza chegou no Imbé após um pedido de auxílio enviado à Falerj pelos trabalhadores demitidos da usina e, a partir de pesquisas nos cartórios, prática comum entre os dirigentes da Falerj, identificou 210 mil hectares de terras devolutas que estavam sendo griladas pelos proprietários das usinas Cupim, Tocos, Santa Cruz e Sapucaia. Estas informações e a ação dos Sindicatos e da Liga Camponesa, liderada por João Guarda, constituíram um

³³¹ A crise da indústria açucareira de Campos esteve ligada ao processo de industrialização e de valorização desta produção no Nordeste, sobretudo após a criação da Sudene. Ao longo dos anos 1960, esta indústria, já atrelada desde os anos 1930 ao financiamento e intervenção estatais, passa a receber maiores incentivos em projetos de desenvolvimento regional, voltados para a mecanização e maior integração da produção aos mercados. A maior quantidade de incentivos na região Nordeste e o aumento da competitividade das usinas dessa região levaram outros locais, como Campos, a passar por um período de crise da produção e de reestruturação produtiva.

³³² Segundo Grynszpan (1987), o ano de 1963 representa o auge das mobilizações, ocupações e conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro: ocupações no Imbé (Campos), na fazenda Maria Paula (São Gonçalo), na fazenda Cachoeirinha (Magé), na Fazenda Floresta (Paracambi) e na fazenda São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu), a crescente organização em Três Rios, Vassouras, Trajano de Moraes, Silva Jardim e Valença, a resistência aos despejos em Capivari (Duque de Caxias) e passeata de três mil camponeses em Niterói em abril. O ano também sinaliza a organização de proprietários de terra e o uso recorrente da Lei de Segurança Nacional.

primeiro elemento da ocupação do Imbé. Neves (2018, p. 303) identificou duas ações coletivas convergentes na constituição da ocupação:

- a) a dos militantes do processo de resistência a despejos e de adesão ao deslocamento das ações para ocupações antecipativas (ou pressionadoras) de tomadas de decisão oficial pela desapropriação e aplicação do Plano de Ação Agrária ou de instalação da Supra (no caso, acompanhadas de apoio direto de militantes do PCB no plano local); b) a dos camponeses que se encontravam *catando terra* ou como um deles foi qualificado, *maluco por um terreno*, e que estiveram atentos a rumores, pagando para ver pelo engajamento familiar ou de diversos grupos domésticos na experiência do acampamento.

A área de ocupação foi organizada e dividida em barracões coletivos e individuais, construídos com sapé e folha de bananeira. A antiga sede da usina Cupim foi ressignificada como “Estado Maior”, centro da ocupação onde uma bandeira nacional foi hasteada e onde eram cantados diariamente o hino nacional e da reforma agrária. Pouco após a ocupação, o jornal *Terra Livre*, editado pelo PCB, divulgou as dez “Leis do Imbé”:

1. As terras serão distribuídas pelo grupo de trabalho organizado pela ULTAB, sem discriminação de cor, raça ou religião;
2. Entrega imediata pelo Governo Estadual de títulos de posse das terras;
3. Fica terminantemente proibida a venda de terras a terceiros, sem o pleno conhecimento da organização local;
4. Criação de uma cooperativa agrícola;
5. Respeito e disciplina entre as famílias de posseiros;
6. Criação de uma escola para a alfabetização de adultos e crianças;
7. Legalização de todos os casais que vivem em regime de concubinato, para que a mulher participe dos direitos à terra;
8. Liberdade absoluta de religião, organização e pensamento;
9. Assistência médica por parte do Governo;
10. Criação de um Conselho Administrativo através do voto direto³³³.

Célia não se lembrava das *Leis*, porém comenta que existiam regras de convivência, rememorando como elas impediam a existência e a recorrência de problemas comuns, tais como traição entre casais e violência doméstica. Sua irmã Mariana lembrava de dormir na sede da fazenda do Imbé, de acordar cedo e tomar café com todos juntos, do chamado da corneta para o almoço e do trabalho das mulheres na realização das refeições. Mariana ainda recordava os versos do hino da reforma agrária entoado no início das reuniões: “Companheiros operários unidos tão decididos para lutar: nós queremos terra, terra, terra para trabalhar”³³⁴. Ambas eram crianças durante o tempo da ocupação e, após um período de violência, despejos e perseguição, suas lembranças são articuladas por um sentimento de segurança que fizeram da figura de Pureza e dos anos vividos no Imbé as marcas de sua memória e personalidade. Como afirmou Bosi (1994, p. 466; grifos no original), na memória “*só fica o que significa*”, e, na família Borges, o Imbé ficou marcado pelas lembranças de produção farta e laços sociais fortes.

A ocupação foi amplamente noticiada pelos jornais, tanto de forma negativa, quanto positiva. Sindicatos urbanos, como o dos Ferroviário e dos Empregados na Indústria do Açúcar, e sindicatos rurais ajudaram com mantimentos, instrumentos de trabalho e remédios, pressionando pela desapropriação. Outras notícias criminalizavam a ocupação como “invasão comunista” e se colocaram em defesa da propriedade privada, mesmo os jornais locais e de

³³³ Nestor Vera. “Camponeses ocupam terras na região açucareira do Imbé”. *Terra Livre*, Maio/1963, p. 5.

³³⁴ Entrevista com Mariana (nome fictício), realizada em sua casa e com a presença de sua irmã, Célia, e seu primo, no dia 14/05/2015, no município de Itaboraí. Entrevista concedida a Fabrício Teló, Leonilde Medeiros e Ricardo Brito.

grande circulação que antes da ocupação noticiavam com frequência casos de grilagem e exploração (NEVES, 2015).

Com a notícia da ocupação, inúmeros lavradores se dirigiram ao Imbé em busca de terra e trabalho. Nascida no interior de Minas Gerais, Antônia saiu de seu estado de origem após a morte de seus pais e irmãos³³⁵. Tinha então 22 anos e foi buscar a sorte em Vitória, Espírito Santo, onde, junto de seu marido, trabalhou nas plantações de café e na criação de gado. A insatisfação de não ter terras próprias fez com que partissem para o Rio de Janeiro após seu marido escutar que tinha trabalho em Jacarepaguá. Dentro do ônibus, contudo, encontram um amigo que lhes contou que no Imbé estavam loteando terra. A possibilidade de conseguir terra atravessou os planos de Antônia e seu marido. Eles chegaram em 1964, próximo à data do golpe, conseguiram um lote e ficaram até 1966, quando foram levados para o Vecchi. Como Antônia e Célia, houve outras famílias de lavradores que chegaram ao Imbé com um histórico de despejo e busca de terras e trabalho.

Antônia conta que no Imbé os assentados recebiam mercadorias do governo para redistribuir entre as famílias, trabalho realizado e organizado por grupos específicos dentro da ocupação e depois da desapropriação³³⁶. Assim como em outros relatos, as dificuldades lembradas envolvem a distância do assentamento com as outras cidades e povoados, o que dificultava a chegada de remédios e médicos, a ausência de escolas e estradas de qualidade para escoar a produção dos lavradores. Somado a isso havia chuvas e enchentes que assolavam a região, sendo lembradas pelos estragos na plantação, pelas roças perdidas e por algumas mortes. A dificuldade, contudo, não diminuía a permanência dos lavradores no Imbé. Apenas a entrada da polícia e do Exército no momento do golpe esvaziou, pela repressão e pelo medo, as terras desapropriadas.

Na reunião realizada por Eliane Cantarino e José Pureza em 1981 no Vecchi, Arlindo (nome fictício), então com 66 anos, ex-trabalhador de plantação de café em Muzungum, região no norte do estado, relatou que soube da existência de uma Liga Camponesa em Campos a partir da distribuição e leitura do jornal *Terra Livre*³³⁷. Arlindo foi para a Liga em busca de terra e, após uma reunião na casa de João Guarda, decidiram ocupar o Imbé. Lá chegaram em um caminhão repleto de gente e mercadoria e no mesmo dia começaram a fazer os barracos. Dois dias depois receberam a visita do delegado Ivo Graça com dezenas de homens armados que, segundo Arlindo e Pureza, estavam procurando armamentos que os lavradores supostamente teriam recebido de Fidel Castro. Não encontrando as armas e nem João Guarda, o delegado foi embora. A violência não é retratada no discurso dos lavradores, talvez pelo medo de tornarem tensas as relações com o Estado, que ainda estava nas mãos dos militares, e com o Incria na região no momento da reunião com Cantarino e Pureza (ERNANDEZ, 2010). Com o golpe, contudo, muitos foram presos. Para outro entrevistado, ficar no Imbé era muito arriscado por conta das ameaças da polícia e dos usineiros. Com a violência da repressão militar, a mobilização dos trabalhadores do campo era frágil e por conta disso muitos saíram da terra e foram tentar a sorte em outros lugares.

Como em outras áreas do Rio, após a desapropriação, a tensão e o clima de violência se perpetuaram. Em março de 1964 os lavradores estavam vivendo sob a iminência de um choque armado com jagunços contratados por grileiros (ERNANDEZ, 2010), e pouco após o golpe são

³³⁵ Entrevista de Antônia (nome fictício) concedida a Marcelo Hernandez em 05/05/2005. Acervo MSPP.

³³⁶ A ocupação foi dividida em sete comissões: de estradas, de trabalho, de vigilância, de solidariedade, de despesa, de cozinha e de remédios (ERNANDEZ, 2010).

³³⁷ Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevistas realizadas por Eliane Cantarino e José Pureza, com participação de João de Jesus Pereira, presidente do STR de Cachoeiras de Macacu. Realizada em 02/09/1981.

relatadas intervenções em sindicatos e a prisão de lideranças camponesas no Imbé, incluindo João Guarda³³⁸. Segundo a mãe de Célia e Mariana,

Sofremos muito lá. Na época da revolução, foi tanta polícia pra lá! Um tiroteio danado. Rodearam minha casa e procuraram meu marido – invadiram a casa... Nos levaram pra sede do Incra e foram se informar sobre nossa vida – depois deixaram a gente em paz. Meu marido tava pra Campos. Lá em casa chegou uns 14 polícia (Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevistas realizadas por Eliane Cantarino e José Pureza, com participação de João de Jesus Pereira, presidente do STR de Cachoeiras de Macacu. Realizada em 02/09/1981).

Suas filhas lembravam das violências e torturas cometidas contra o avô e outros companheiros do Imbé. Pureza, Itamar, Pernambuco, Baiano, Paixão e Satiro foram torturados, às vezes em frente às famílias e conhecidos, e levados à delegacia de Campos. Mesmo em outubro de 1965 eles ainda eram vigiados pelo Dops³³⁹. Segundo Mariana, a polícia foi na casa de todos no Imbé: “eles entraram à noite, tarde da noite, a polícia com lanterna, né. Aí a gente acordamos apavorados. Prendeu eles, assim, né, batendo. É coisa que não sai [da lembrança], né”³⁴⁰. Para Mariana, os militares “não procuravam esconder nada de ninguém”, torturando seu padrao, seu avô, Baiano e Pernambuco na frente de todos. O Exército teria obrigado que eles cavassem em busca de documentos e armas escondidos.

Segundo Neves (2015, p. 609; grifos no original), “*após limpeza dos comunistas*, no imediato pós-64, ocorreu e teve continuidade a redistribuição de terra pelo governo militar”. Os que chegavam e os que permaneciam deveriam provar a sua desvinculação ideológica com os que organizaram a ocupação, gerando novas clivagens entre as motivações e definições sociais, negando aqueles que animaram a ocupação. Construiu-se, assim, um “modelo ideal de integrante”, em grande medida formado por rumores e críticas aos comportamentos daqueles que foram identificados como *comunistas*:

aquele que se ocupava de tarefas coletivas, que se engajava na luta para além de se dedicar disciplinadamente à produção agrícola e que não saltitava em afiliações a múltiplas oportunidades de trabalho, fidelizando-se ao movimento de luta pela objetivação do projeto político de consolidação enquanto agricultor parcelar (NEVES, 2018, p. 310).

Em contraposição à definição local de “comunista”, construiu-se a autodefinição de “trabalhador”, aquele preocupado principalmente com garantir as condições de reprodução social a partir do trabalho na terra. Identificar-se e ser identificado como *trabalhador* era uma forma de comprovar bons antecedentes, afastando-se dos identificados como *comunistas*, aqueles que foram “presos e apanharam”. Mesmo a trajetória de deslocamento para Vecchi ressalta o caráter dos *trabalhadores*: deixaram no Imbé produções e marcaram na memória momentos de fartura, contrapostos às dificuldades de limpeza do terreno e do excesso de trabalho em Papucaia. Como afirma Neves (2018, p. 313), “internalizar comportamentos de total negação de vínculo com o que ou quem supostamente seria qualificado *comunista* era estratégia fundamental para preservar o projeto de apropriação de lote produtivo de terra”.

³³⁸ *Jornal do Brasil*, 07/04/1964, p. 5.

³³⁹ “Informe nº 2/65”. DPPS. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional – Fundo Conselho de Segurança Nacional. Dossiê Ficha de José Pureza (BR DFANBSB N8.0.PRO, PAI.2021).

³⁴⁰ Entrevista com Mariana (nome fictício), realizada em sua casa e com a presença de sua irmã, Célia (nome fictício), e seu primo, no dia 14/05/2015, no município de Itaboraí. Entrevista concedida a Fabrício Teló, Leonilde Medeiros e Ricardo Brito.

5.2.2. Deslocando os invasores: travessia Imbé-Vecchi

Segundo relatório do Ibra e do Inda de 1965, havia 100 famílias no Imbé, em cerca de 1.650 alqueires geométricos. O projeto de colonização era dado como certo: “Dadas as possibilidades da região, o impacto e benefício que trará com as obras de saneamento e aberturas de acesso, não vemos como fracassar um empreendimento de colonização no local, caso seja bem conduzido”³⁴¹. Apesar das notícias de alagamento de dezembro de 1966, em janeiro de 1967 foi sinalizado o interesse da Diretoria Plena do Ibra em fazer do Núcleo Colonial do Imbé um Distrito de Colonização³⁴².

Em março de 1967, contudo, o decreto de 1963 que desapropriara o Imbé foi revogado. A argumentação era que a recorrência de alagamentos e o acesso difícil à área invalidavam seu “aproveitamento econômico”. Estes pontos já eram conhecidos e revelam que as obras e a “boa condução” que o relatório anterior apontou não foram realizadas. O Ibra também renunciou à desapropriação argumentando que o imóvel apresentava características de reserva florestal e que, por isso, “Os invasores que ocupam áreas na região do Imbé serão transferidos para o Distrito de Colonização de Papucaia”³⁴³.

Segundo Neves (2018), os entrevistados por Eliane Cantarino em 1981 e por Marcelo Hernandez em 2005 referiram-se aos “flagelados de Campos”, habitantes de favelas atingidos pelas sucessivas enchentes no início dos anos 1960. Esses *flagelados* preferiram permanecer em Campos após a desativação do Núcleo. O conjunto de 84 famílias que aceitaram o deslocamento para Papucaia tinha como trajetória comum o vínculo anterior às fazendas vizinhas, perpassando os estados de Espírito Santo e Minas Gerais, áreas do Norte Fluminense e experiências associadas à expropriação da condição de colonos na cafeicultura. Segundo Neves (2018, p. 299), a “expropriação do acesso aos meios de produção assegurados por contrato de colonato” parece ter sido formativa deste grupo.

Segundo Arlindo (nome fictício), em 1966 os generais Tavares e Odelon “apareceram lá para saber o que tínhamos nas terras. Um dia nos perguntaram: querem trabalhar ou indenização? Queríamos terra, e deixamos muita terra plantada por lá por causa das promessas deles: título, casa etc.” e muitas plantações³⁴⁴. João (nome fictício) também marca em sua narrativa que a escolha entre “indenização ou terra” levou em consideração a promessa e a expectativa de receberem uma “terra estruturada”. A escolha foi difícil pois, no Imbé, “a gente plantava num coletivo. Fazia uma roça grande, todos trabalhavam ali, e depois, então, na colheita eles dividiam a colheita. Esse é o sistema coletivo do Imbé. Podia plantar arroz, feijão. Tinha roça individual e coletiva”.

Em janeiro de 1967 catorze lavradores do Imbé chegaram à fazenda Vecchi e ficaram acampados na sede sob ordens do General Saraiva. Segundo João, eles “foram escolhidos” para ir “preparando o terreno para os outros virem”. O trabalho consistia em limpar o terreno, abrir valas para evitar alagamentos, delimitar o tamanho dos lotes a serem entregues e construir algumas das casas. Arlindo, um dos lavradores escolhidos pelo Ibra, lembra que eles trabalharam “com fome” e pagamento atrasado, motivo pelos quais ficavam “brabos”. Bruno (nome fictício) lembra do período de seis meses como uma “agonia, medindo, preparando até

³⁴¹ “Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro. Dados básicos Sumulas dos Relatórios apresentados pelas Comissões Técnicas e conclusões gerais e sugestões para projetos”. Dezembro de 1964/Março de 1965. AN/PAR, Caixa 72, Pasta 3, p. 11. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. Inda. Delegacia Estadual do Rio de Janeiro. 1963, 1964 e 1965.

³⁴² “Portaria nº 19 de 19 de janeiro de 1967”. Ibra. Boletim de Serviço nº 54, ano III, 20/01/1967. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 3, p. 95. Boletins de Serviço – Números 51 a 60. 1967.

³⁴³ “E.M. 9”. Cópia. Enviada por Paulo de Assis Ribeiro para o presidente Marechal Humberto Castello Branco. 09/03/1967. AN/PAR, Caixa 75, Pasta 2, pp. 188-189. Sem Título.

³⁴⁴ Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevistas realizadas por Eliane Cantarino e José Pureza, com participação de João de Jesus Pereira, presidente do STR de Cachoeiras de Macacu. Realizada em 02/09/1981.

a entrega dos lotes”. O ressentimento com a atuação do Ibra também apareceu na lembrança de Cristóvão (nome fictício), para quem o “Inkra prometeu muita coisa pra nós aqui e não cumpriu”, vindo com desgosto a saída do Imbé: “Talvez se eu tivesse no Imbé não tinha sofrido o que sofri aqui”.

Estas entrevistas, realizadas em 1981, narram a forma pela qual o Ibra realizava os deslocamentos e as preparações para a entrada das famílias, em grande parte com o trabalho dos próprios parceleiros. Deve-se levar em consideração o ressentimento e a decepção com a atuação do órgão: após a retomada das ocupações de terra e a desapropriação da São José em janeiro daquele ano, os lavradores ainda não tinham recebido o título definitivo de terra e se viam sem perspectiva, apesar das assistências dadas pelo Incra, CPT e STR. O processo de desapropriação se encontrava em trâmite (e ainda no ano de 2022³⁴⁵), impedindo sua efetivação e, sobretudo, causando instabilidade aos parceleiros, dificultando o acesso a financiamentos ou mesmo a entrega das terras aos próprios filhos.

Para João, o deslocamento dos lavradores para o Vecchi foi realizado “de qualquer maneira”:

Até agora estamos aqui esperando que o Incra termine de cumprir com a obrigação dele porque temos a terra, mas não o título. Estamos lutando e esperando para ver se recebemos esses títulos (...). Não concordamos em sair de lá, mas como nós íamos ter uma terra estruturada, então aceitamos. Eles perguntaram: indenização ou terra? Nós queríamos terra. Não houve a possibilidade de ficarmos lá. Para nós tudo aqui estava resolvido. Não teríamos problemas, com documentos, etc. Porém, estamos aqui há 14 anos e não temos nada.

Em uma roda de conversa realizada em 12 de outubro de 2014, antigos moradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga lembraram das vindas do Exército e do Estado na região³⁴⁶. Nesta atividade estava presente um criador de peixes e bois, morador da fazenda Vecchi desde a década de 1950. Referindo-se à entrada do Exército na área, anterior à entrada do Ibra, ele disse:

Tiraram todo mundo (...) e foi igual tão tentando fazer agora. Tá todo mundo enganado. Eles vão valorar e não vão pagar, porque na época valoraram tintin por tintin e ninguém recebeu nada. Por sinal, nem o Vecchi [proprietário da fazenda Vecchi] recebeu. E ninguém tem documento.

Ao ser perguntado para onde foi parte da sua família com a expulsão da terra em 1965/1966, o morador associou a saída da terra com a degradação das condições de vida e com o perigo:

[Meu pai foi] expulso. Foi fazer terra dos outros. Muitos foram pra de baixo da ponte. Eu tive um sogro que era plantador de bananas e foi pra Acari vender bala. Teve dois filhos que viraram marginal, um morreu num assassinato de Magé, que tinha onze pessoas, tinha um sobrinho meu ali, um tá preso em Bangu como maior sequestrador. Tudo saiu daqui, trabalhador.

³⁴⁵ Segundo documentação do Incra, a área de Vecchi ainda se encontra sub-júdice, ou seja, aguarda a decisão judicial para que a desapropriação seja concluída. Já são mais de 50 anos de indefinição, o que resulta em enormes dificuldades para as famílias que lá se estabeleceram e vivem. Ver Tabela 1.

³⁴⁶ Roda de conversa com antigos moradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga realizada em 12 de outubro de 2014, por Ricardo Braga Brito e Leonilde Medeiros, com participação do MAB e pelo GT Agrário da UERJ de São Gonçalo. As entrevistas foram realizadas com os lavradores mais antigos da região e que estavam ameaçados de despejo pela construção da barragem do rio Guapiaçu, obra de compensação ambiental pelas atividades do Comperj.

A saída da terra representa o rompimento de relações sociais e o desligamento com valores que estruturam toda uma experiência social, associados aos perigos de sair da terra e ir ao encontro da cidade: o trabalho e a moradia precários, a violência, a desestruturação da família, a exclusão social, o preconceito vivido e a ausência da terra. A falta de documentos e títulos de propriedade aumenta o medo dos moradores, devido à incerteza de que iriam receber qualquer forma de indenização, apesar de terem pago pela terra e ali viverem e produzirem, em alguns casos há 50 anos. André, que também estava presente nesta reunião, teve a sua casa e forno para carvão queimados e destruídos aos 10 anos de idade, quando já era morador do Vecchi, e apresenta um relato mais contundente: “Eu nunca fui contemplado pelo Incra, eu fui expulso pelo Incra”, compreendendo também a atuação do Ibra.

A situação de instabilidade nos anos 1980, e mesmo dos anos 2010, deve levar em consideração, ainda, o clima de repressão e violências vivido pelos lavradores em 1967, momento de atuação do General Saraiva e do Tenente Amaury e das mobilizações e denúncias promovidas pelos lavradores e Padre Carvalho. Entre 1964 e 1966, muitos viviam com medo de ser “dessitiad[os]”, como se expressa Antônia³⁴⁷. Eles temiam perder suas terras, como outros haviam perdido pela violência do golpe de 1964, medo que certamente deve ter pesado na escolha de ir para o Vecchi. O receio de perder a terra e a autonomia conquistada ao passar a tê-la também ficou expresso na narrativa de Roberto, natural do Espírito Santo e que foi para o Imbé com 19 anos, após ter ouvido que a reforma agrária estava dando terras³⁴⁸. Em suas memórias, Roberto aponta a motivação que impulsionou a migração contínua em busca de terra:

Quando trabalha numa fazenda, você é obrigado... aquilo que o dono da fazenda falar com você, você é obrigado a fazer. Você tem que pegar seis horas no trabalho e largar de noite, a hora que escurece, do trabalho, né? Você é obrigado a fazer o que ele coisa. Então as pessoas lá, cada um fugiu, ouviu falar o negócio de terra, aí ficaram todo mundo doido pra sair pra poder panhar um pedacinho, né? Porque cada um quer ter o seu terrenzinho pra trabalhar. Aí foi aonde o pessoal foram pra lá [pro Imbé].

O desejo de “apanhar” a terra se refere a diversas modalidades de ocupação e uso, sendo utilizado para apontar o desejo da terra própria, com a qual se possa produzir sem os mandos do patrão e do fazendeiro. O termo é novamente utilizado com referência ao Ibra e expressa o ideário fomentado pela própria política de colonização, que instigavam a autonomia e a conquista de melhores condições básicas de vida, capazes de romper com a experiência de tutela, domínio pessoal do fazendeiro e contínuos despejos. As práticas de assistência técnica, econômica e social ficaram marcadas na memória de Célia, que lembra da instalação no Vecchi como período de maior tranquilidade.

5.2.3. Última intervenção do Ibra: travessia Marubaí-Quizanga

Conhecido localmente como o “Condomínio dos 40”, o Condomínio Agropecuário de Marubaí foi constituído em 1968 e teve seu início em 1969 na Gleba Nova Ribeira, também chamada de Duzentos Alqueires. Quarenta famílias foram escolhidas e assentadas neste projeto, voltado para a agropecuária sob uma lógica cooperativista: cada parceleiro recebeu individualmente dois hectares para plantação e uso próprio, e o restante serviu como área comum e de uso coletivo para a criação do gado e produção do leite³⁴⁹.

³⁴⁷ Entrevista com Antônia (nome fictício), realizada em Vecchi por Marcelo Hernandez e Renata Figueira em 05/05/2005.

³⁴⁸ Entrevista de Roberto (nome fictício), realizada por Marcelo Hernandez e Renata Figueira no Vecchi, em 07/04/2005.

³⁴⁹ Convenção do Condomínio Agro-Pecuário Marubaí. Escritura de Compra e Venda – 1967. Metropolitana – Caixas 8 e 9/Cachoeiras de Macacu. FETAG/RJ – 1964-1989. Acervo MSPP.

Conforme analisado em Brito (2018), a experiência coletiva imaginada para Marubaí fez parte da proposta de “agricultura de grupo” elaborada por um conjunto de técnicos atuantes do Ibra, dentre eles Dryden de Castro Arezzo, identificado por Bruno (2012) como um dos “guardiões da reforma agrária”. Em entrevista de 1982, Arezzo explicou que a agricultura de grupo consistia em um “sistema intermediário (...) que expressasse uma forma de cooperação, mas não fosse uma cooperativa formalmente organizada”, de modo a dar maior autonomia aos trabalhadores rurais, evitando as práticas paternalistas e autoritárias até então praticadas pelo Estado³⁵⁰. Segundo explicou Arezzo, Marubaí era uma área alagadiça e, portanto, de pouca produtividade agrícola, de modo que os técnicos optaram por uma experiência agropecuária, formando um “condomínio horizontal” onde os parceiros viveriam na parte mais alta, imune ao alagamento constante, em lotes de dois hectares.

A partir de intervenções pontuais e de inúmeras reuniões, esperava-se que logo o Ibra pudesse sair da área e acelerar a emancipação e autonomia dos parceiros. Em texto do início dos anos 1970, Arezzo (1973, p. 6) e outros técnicos do Incra estabeleceram as bases da agricultura de grupo na relação homem-terra-gestão, a fim de dar mais autonomia e retirar os lavradores da “permanente tutela do Poder Público”. Com base no próprio Estatuto da Terra, os técnicos buscaram construir um modelo capaz de superar as limitações da reforma agrária e da colonização tuteladas, dando ênfase à “instituição democrática da média empresa” organizada “em moldes associativistas” (AREZZO, 1973, p. 8).

A publicação do texto foi feita na revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), entidade fundada em 1967 por José Gomes da Silva³⁵¹. A publicação de uma proposta de atividade coletiva de reforma agrária em uma revista crítica à política agrária do regime militar é significativa para a compreensão do Condomínio de Marubaí. Sua formulação se deu em momento de crise política e econômica do Ibra, que passava a receber menos verba a cada ano³⁵². Além disso, um conjunto de técnicos da FAO teceram diversas críticas ao que chamaram de microplanejamento, um excessivo cuidado de planejamento prévio que protelava e retirava a participação dos parceiros dos projetos de colonização³⁵³. Após estas críticas e a intervenção de 1968 no Ibra³⁵⁴, também o Ministério da Agricultura passaria a pressionar pela mudança das formas de atuação do Ibra, sugerindo a centralização das políticas agrária e agrícola neste ministério³⁵⁵, o que seria realizado em 1970 com a criação do Incra. Estes elementos serão aprofundados no próximo capítulo.

Dado este contexto, a leitura dos técnicos que efetivamente buscaram realizar a reforma agrária com os mecanismos que tinham à sua disposição no Estatuto da Terra (BRUNO, 2012) apontou para uma oportunidade de propor e realizar uma experiência coletiva. Segundo Raimundo Leoni dos Santos, então presidente do STR de Itaboraí, a formação do Condomínio

³⁵⁰ Dryden de Castro Arezzo, em entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24/08/1982 para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd.

³⁵¹ Como já apontado no Capítulo 3, José Gomes foi interventor da Supra e teve atuação importante no Ibra. Seu descontentamento com a falta de reforma agrária nos governos militares o levou a assumir posições mais críticas e fundar a Abra.

³⁵² Julian Magalhães Chacel. “Impasse na Reforma Agrária brasileira”. *Correio da Manhã*, 29/08/1968, Caderno Econômico, p. 5.

³⁵³ Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). “Tercera Parte. Aspectos de la reforma agrária en Brasil”. Julho de 1968. AN/PAR, Caixa 168, Pasta 2. Plano Geral de Estatísticas Rurais (Incra/Serpro). Reforma Agrária.

³⁵⁴ “Relatório das Atividades da Interventoria no período de 23 de julho a 31 de dezembro de 1968”. Assinado por Luiz Carlos Pereira Tourinho, interventor. Boletim de Serviço do Ibra, ano IV, nº 206, 31 de dezembro de 1968. AN/PAR, Caixa 287, Pasta 4, pp. 1-120. “Ibra – Publicações”. 1968.

³⁵⁵ “Carta de Brasília”, Ministério da Agricultura, 28/07/1967. AN/PAR, Caixa 82, Pasta 2. Gret – Ibra/Ministério do Planejamento, 1967.

foi a última ação do Ibra em Macacu, quando se iniciava uma desativação do Distrito de Colonização. Possivelmente a desativação se refere ao cancelamento da desapropriação de parte da São José da Boa Morte ainda em 1967 e ao processo de emancipação que a região sofreria nos anos 1970. Segundo esse dirigente sindical, que chegou em São José da Boa Morte em 1962 e depois foi para Vargem Grande, em Itaboraí, trabalhando com a Associação e ligado à Falerj, Macacu era um município com “tradição de luta pela terra”. Na sua compreensão, o governo militar atuou com duas intenções: “a primeira era amortecer os ânimos de luta. A segunda era desarticular tudo”. Nesse interim, “o governo falou que ia dar terra, trator, mas não deu nada”³⁵⁶. Quanto ao Condomínio, conhecia “a história não oficial”:

Um grupo de jovens técnicos, queriam fazer um projeto tipo K[ibutz]³⁵⁷, em Israel, coletiva. E um grupo dentro do Incra, queria viabilizar um projeto coletivo, a toque de caixa. Eu conversei com esses técnicos. Enquanto essas chefias estavam no poder, eles conseguiram implantar. Com a mudança de chefia, parou. Só mantiveram. O grande erro é fazer um projeto coletivo a toque de caixa, sem ter pessoas preparadas para um projeto coletivo. Tem uma área de dois hectares para produção individual. Hoje eles já estão dividindo as coisas, dando andamento a extinção ao projeto coletivo (Entrevista de Raimundo Leoni dos Santos, concedida a Leonilde Medeiros e Joaquim Soriano em 27/04/1982. Acervo MSPP/em.LST.res.rls).

Dryden também identificou a imposição do sistema de cooperação como o erro principal, afirmando que não houve trabalho prévio de conscientização dos trabalhadores rurais para compreenderem e se realizarem no sistema de agricultura de grupos. Segundo ele, em Marubáí

nós tivemos o cuidado de não chegarmos ao modelo final de imediato. Mantivemos a propriedade familiar que tinha, individualizada, e organizamos o trabalho. O principal problema de um sistema desse tipo é a organização do trabalho. Esse é o principal problema. Agora é óbvio que você tem que ter a solidariedade, tem que ter um pacto de solidariedade entre aqueles que vão participar do processo. [Sem isso] É obviamente um empreendimento que está fadado a fracassar de imediato (Dryden de Castro Arezzo, entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24/08/1982 para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd).

Para Dryden, faltou uma efetiva participação dos parceiros. Esta falta de participação já havia sido percebida pelo Ibra em maio de 1967, mês das críticas e mobilizações dos lavradores de Papucaia. Em reunião da Diretoria Plena do Ibra, o diretor do Departamento de Recursos Fundiários, general Jaul Pires de Castro, afirmou que em Papucaia era “necessário que se procurasse, fora da área, outros parceiros, com maior nível intelectual e com capacidade empresarial”. O motivo provável era que “os parceiros não querem ser cooperados”, ao que o diretor do Departamento de Organização de Núcleos, Helcio Buck Silva, sugeriu que a Cooperativa fosse inicialmente gerida pela Administração do Projeto, a fim de

³⁵⁶ Entrevista de Raimundo Leoni dos Santos, concedida a Leonilde Medeiros e Joaquim Soriano em 25/05/1982. Acervo MSPP/en.LST.res.

³⁵⁷ Criado no início do século XX, o Kibutz (plural Kibutzim), cuja tradução é “grupo”, consolidou formas de assentamento com objetivo de criar comunidades baseadas na coletividade e no trabalho cooperativo, com formas diretas de participação e decisão. A partir da junção de ideais do sionismo e do socialismo foram criadas comunidades agrícolas na região da Palestina com base na propriedade comunal. Após 1970 os Kibutzim desenvolveram também parques industriais e no fim dos anos 1990 foram estabelecidos novos modelos para as comunidades. Ver: “Kibutz” no Glossário da Confederação Israelita do Brasil. Disponível em: <https://www.conib.org.br/glossario/kibutz/>. Acessado em 14/06/2021.

conquistar a confiança dos parceiros³⁵⁸. A fala do general Jaul Pires de Castro apresenta semelhanças com o conjunto de valores no qual a política de colonização foi embebida, realizando não apenas uma relação entre “nível intelectual” e “capacidade empresarial”, como coloca nesta última a condição necessária para o sucesso da ação de intervenção. O general, contudo, volta a um argumento presente ainda nos anos 1950, enxergando naqueles de “fora da área” os que seriam capazes de dar vocação produtiva, conforme a percepção de gestão empresarial da terra e da produção, de integração aos mercados e de geração de lucro. Esta reação aos que “não querem ser cooperados” indica a continuidade do enquadramento positivista e autoritário, que se orienta para formatar os modos de organização e as subjetividades.

Em meio às violências e críticas da Guarda Rural, o Ibra sugeria outros meios de conquistar os parceiros que, sintomaticamente, não desejavam ser cooperados pelo Ibra e eram vistos como sem espírito empresarial e de baixo nível intelectual. Segundo Marcelo, um dos 40 do Condomínio, os parceiros foram escolhidos “a laço”, sem preparação prévia e com pessoas acostumadas ao trabalho na lavoura e não com o gado³⁵⁹. Sílvio, lavrador de Nova Ribeira, conta que o Exército fez um acampamento perto de sua casa e que eles queriam “Tirar daqui e botar em outro lugar. Uma troca, eles disseram que tinha um negócio de comunismo no meio”:

Fabício: Aí então o senhor conversou com o pessoal do Exército, eles deixaram ficar?

Sílvio: Conversei com eles que eu queria terra, eles fizeram um documento que ia me dar a terra bonitinho, foram dando terra pros outros e nunca chegou o meu dia, a minha terra. Aí mais tarde diz que não tinha mais terra pra me dar, resolveram entregar aqui mesmo, que eu disse que não saio. Só saio daqui se for pra uma terra, meu amigo, preciso trabalhar.

Ricardo: E tiveram outros que ficaram aqui que não quiseram ir embora com o senhor?

Sílvio: Ficou uma porção. Aí no fim eles fizeram uma pecuária, um condomínio de 40, queriam que eu entrasse no condomínio de 40. Mas todo mundo tinha que ganhar um preço só, e aqui tinha gente que não valia nada de serviço, eu falei não vou trabalhar pra ganhar o mesmo que vagabundo vai ganhar, eu faço por 10 dele. Falei eu não, nunca trabalhei de empregado nem sociedade, quero viver por minha conta própria. Aí fiquei, não entrei no grupo dos 40 (Entrevista de Sílvio [nome fictício], realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Nova Ribeira, em 08/11/2014).

A área, inserida na fazenda São José da Boa Morte, vinha sendo reformulada. O trecho a seguir, apesar de longo, expressa a percepção arbitrária da atuação do Incra pelo então presidente do STR, João de Jesus Pereira, e possivelmente também de alguns lavradores. O processo de constituição do Condomínio foi acompanhado de retirada de trabalhadores, do não pagamento de indenização e posterior devolução de áreas desapropriadas:

os moradores já residiam na área de terra na fazenda São José em volta ali dos Duzentos Alqueires. Cada um com a sua lavourinha, cada um vivendo sua vida individual. Aí o Incra chegou e disse: ó vamos fazer um condomínio e queremos que vocês passem para o condomínio e fica a lavoura de vocês, essa casa de vocês, que depois a gente vai pagar. O que vocês têm hoje, que isso aqui foi desapropriado por nós e vamos agora levar vocês para tudo trabalhar

³⁵⁸ “Ata da 132ª Reunião da Diretoria Plena do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, realizada no dia 12 de maio de 1967”. AN/PAR, Caixa 349, Pasta 2, pp. 387-393. Sem Título.

³⁵⁹ Entrevista de Marcelo (nome fictício), realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Marubaí, em 08/11/2014.

numa área só. Os trabalhadores até hoje não receberam a indenização, e tem uns 12 anos que foi feito isso. Então, muitos trabalhadores rejeitaram a proposta de condomínio. Os que rejeitaram o Incra botou da terra pra fora e os que toparam, o Incra levou pra fazer condomínio, com 40 famílias. E os outros, naquela época, foi selecionado por eles, mas não foi assentado em terra, em lugar nenhum. Agora o processo mais interessante não é só do condomínio: porque nessa época o Incra tirou esses 683 hectares e colocou essas 40 famílias, o Incra também na sua administração colocou bastante gente pra fora da área, aqueles que não aceitavam o que eles queriam, então “descolocava” o lavrador. E o que foi mais interessante, que eles selecionaram 150 famílias de lavrador nessa época naquela área e depois passaram a ficar só com o projeto do Marubaí e a outra fazenda toda eles devolveram aos pretensos proprietários, como a Fazenda São José, dizendo que não tinha trabalhador para ocupar essas terras. Mas 150 famílias selecionadas botaram no relatório que já existiam nestas áreas (Entrevista com João de Jesus Pereira realizada por Joaquim Soriano em 18/06/1982. Acervo NMSPP: MSPP/en.LST.trans.jjp).

O termo descolocar lembra o termo “dessitiar” utilizada por Antônia e ambos refletem uma prática comum do Ibra e do Incra e um receio contínuo dos lavradores: serem retirados das terras em que começavam a estruturar suas vidas. Lavradores entrevistados, como Marcelo e Antônio, trabalharam medindo o terreno, abrindo vala e cortando árvores para dar início ao Condomínio, em trabalho semelhante ao já realizado pelos lavradores que foram do Imbé para o Vecchi. Antônio, que chegou em Marubaí em 1963 depois de ter saído do Espírito Santo, não quis ficar no Condomínio e foi levado para Quizanga. Ele e sua esposa lembram de plantarem arroz, aipim e laranja e de trabalharem a meia³⁶⁰. A precariedade do trabalho e das terras em que viviam, constantemente alagadas, fez com que ele voltasse a Marubaí depois da ocupação de São José em 1979, o que indica uma ausência de condições de reprodução social e física na região para a qual foram levados (BRITO, 2018). Esta saída e o retorno quase uma década depois estiveram marcadas por grande ressentimento. Segundo Marcelo:

Aí o Incra veio, por isso que eu falo que o Incra fez muita barbaridade, o Incra veio e fez o saneamento da fazenda inteira, e não é pequenininha não. Um bocado de quilômetros por aí abaixo. Não é esgoto, é água pluvial que se fala, né? Então, um brejo aqui, quer passar estrada aqui, corta, bota manilha. O Incra fez [...] e foi colocando na cabeça do povo que quando terminasse o saneamento, as estradas, quando terminasse as marcações dos lotes, quando terminasse tudo aí ia fazer uma seleção do pessoal pra entregar a cada um o seu lote. Até aí tá certo, né? Ficamos esperando. Passou um ano, passou dois, passou três, passou dez anos. [...] O que o Incra fez? Entregou novamente a fazenda ao Marino³⁶¹. Já tinha indenizado ele, já tinha pago dinheiro dele, já tinha sumido pra fora. Ele não estava nem aí mais. Voltamos aí de novo com tudo pronto. [...] [Aqui] já estava medido, o Incra mediu, fez o saneamento, mediu, prometeu para entregar pra você, pra ele, pra mim, fez a seleção do pessoal e entregou a fazenda pro homem, pro Marino (Entrevista de Marcelo [nome fictício], realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Marubaí, em 08/11/2014).

³⁶⁰ Entrevistas de Antônio e Paula (nomes fictícios), concedidas a Ricardo Braga Brito, em 01/11/2017, em sua casa em Marubaí, Cachoeiras de Macacu.

³⁶¹ Marino foi o administrador da fazenda Agrobrasil entre os anos 1950 e 1960 e, devido a sua constante presença no local, ficou mais conhecido na região do que os irmãos Coimbra Bueno. Muitas entrevistas relatavam a fazenda São José da Boa Morte como “fazenda do Marino” (BRITO, 2018).

Ao falar do Condomínio, contudo, Marcelo aponta que o Incra “foi uma mãe pra gente”, dando casa, comida, ferramentas, transporte e área para trabalhar. Ele se lembra do revezamento para a limpeza do curral, o cuidado do gado e dos bezerros, a limpeza da terra, a ordenha e a venda da produção para uma cooperativa. Esta atuação do Ibra gerou nova expectativa de terra que motivou a migração de mais lavradores, entre eles a família de Hélio. Primeiro veio seu irmão, que ouviu dizer que o Ibra ia fazer uma desapropriação em Coco Duro, também conhecida como Marubaí, por volta de 1968 e 1969³⁶². Eles vieram “em busca de terra” e chegaram quando “ainda era o povo da ditadura que estava comandando”:

Não viemos só nós. Veio muita gente do Espírito Santo para cá, atrás de terra. Porque lá era trabalho escravo, ainda, meu filho. E aí, nós saímos de qualquer maneira. Um grande grupo de pessoas que moravam lá na Vila de Batalha, para aqui. E aí, chegamos aqui todos perdidos. Viemos de qualquer maneira. Pegamos o trem, jogamos a pobreza dentro do trem e viemos para cá, nos informando aonde era Coco Duro; porque meu irmão não sabia nem dar o endereço direito. Chegamos em Magé... saímos de Cachoeiro de Itapemirim – da cidade – para chegar na cidade... aí já tinha aqueles caminhões que puxavam leite das fazendas – o laticínio em Cachoeiro de Itapemirim – nós jogamos nossa mudança, que ela vinha nos sacos, em cima do caminhão e deixavam a gente em frente aonde o trem encostava. E ali, nós compramos a passagem. E aí, veio muita gente. Houve uma invasão muito grande, do povo do Espírito Santo aqui para o Rio de Janeiro. E para onde? Para Cachoeiras de Macacu. Que era considerado um município dos [silêncio] comunistas. E aí, nós chegamos aqui. Foi um sofrimento muito grande. E aí, os militares estavam queimando... devido a madeira ainda nesses anos para o pobre aqui, muita mata. Eles vinham e botavam fogo nos barracos e mandavam – “Voltem para a terra de vocês. Vocês estão invadindo uma coisa que não é de vocês.” – e aí, metiam fogo nas lenhas. Porque o povo sobrevivia de lenha, carvão. E eles metiam fogo nos barracos, que os caras faziam para morar. Barraco de palha, tipo índio. E vivia. Tinha muito serviço. Aí sim, tinha muito serviço.

Este longo trecho traz consigo um conjunto de experiências da travessia em busca de terra. No Espírito Santo sua família vivia em regime de colonato, sobrevivendo da produção de subsistência e do trabalho coletivo de mutirão dos próprios colonos nas fazendas de café. Colhiam arroz, feijão, banana, café e madeira:

Tudo para despesa; não para vender. Para vender, era o café e a madeira; para vender pra fora. Agora, o que era colhido nas fazendas, era para consumo dos próprios colonos ali. Cada um plantava. O fazendeiro abria mão e se plantava batata doce, aipim. Coisas para sobrevivência. Então, a pessoa não passava fome, porque ele colhia. E aí, ele dava uma parte para o dono da terra e ficava com outra para sobrevivência. Aí, tinha galinha; tinha muito porco, que criava.

Como aponta, “o fazendeiro *abria mão*”, indicando uma vinculação pessoal e personalizada com o latifundiário, marcada pelo seu arbítrio: “quem vivia no campo era escravo do proprietário. Em muitos lugares era coronel. Às vezes o cara nem era coronel, mas como ele era latifundiário, ele era um coronel. Ele mandava ali. A justiça era ele; tudo ali era ele”. Nesta situação, mesmo o boato e o rumor da desapropriação e de uma experiência de colonização a ser realizada em outro estado motivava a migração. Como já apontado anteriormente, a busca pela terra própria, sem os laços de dominação do patrão, compõe um elemento fundamental das expectativas alimentadas pela política de colonização e as dificuldades encontradas nestas terras

³⁶² Entrevista de Hélio (nome fictício), realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em São José da Boa Morte, em 09/11/2014.

reproduzem as próprias condições de colonização e de busca por enraizamento. O desenraizamento e a busca por novas terras para se estruturar a vida social e material são elementos que compõem a sistematicidade da colonização.

Conforme lembra, em Marubaí surgiu muito serviço: era preciso “destampar aquela terra e fazer pastagem”. Era um trabalho árduo, “no braço”, a fim de abrir espaço e instalar o Condomínio. O trabalho consistia em várias etapas, sendo a primeira a drenagem da terra, para em seguida poder retirar a madeira e iniciar a abertura dos pastos. O serviço era escalonado e pago pelo Ibra, e, depois de pronto o condomínio, muitos lavradores continuaram trabalhando para auxiliar os condôminos. Segundo narra,

Vinha o povo do Ibra, o chefe do Ibra, e escalava o serviço para aquele povo que estava dentro do Condomínio. E você que era um associado do Condomínio, podia ter uma pessoa para trabalhar com você. E a renda do leite, que começaram a tirar, dividia todo o dia 15. E você me pagava os meus dias, que eu trabalhava para você.

Segundo Hélio, o trabalho para o Ibra também era uma escravidão. Este sentimento é reforçado por João de Jesus Pereira, presidente do STR de Cachoeiras de Macacu entre 1972 e 1994. Segundo João, “Só era feito as coisas com a ordem deles, do Incra”, e eles “estavam sendo escravizados”, colocados para trabalhar no pasto e na extração do leite por diversos dias, a fim de pagar as parcelas do gado, o que não permitia tempo para a lavoura. A percepção da escravidão sofrida pelo Incra talvez possa ser entendida na seguinte análise:

então os trabalhadores começaram o Condomínio trabalhando trinta dias por mês, recebendo uma cota de dinheiro por semana, pra poder comprar alguma coisa pros filhos comer e a mulher, morando na própria casa que constituíram, com contrato de pagar aquela casa e pagar a área comum e pagar as 40 vacas colocadas pela administração do Incra, mas ali continuava trabalhando somente porque o administrador do Incra fazia. Depois de 5 ou 6 anos, como eu já disse, eles acharam que estavam sendo escravizado e queriam sair dessa escravidão (Entrevista com João de Jesus Pereira realizada por Joaquim Soriano em 18/06/1982. Acervo NMSPP: MSPP/en.LST.trans.jjp).

A lavoura no colonato dependia de um patrão benevolente que *abrisse mão* para que o lavrador plantasse e morasse em suas terras. A tutela do Ibra/Incra, como já visto, tentou estabelecer na política de colonização uma instituição total, a fim de regular a produção e a vida comunitária dos parceiros, sendo ora lembrado como uma *mãe*, ora pelas violências. O esforço administrativo de controle e gestão dos parceiros, contudo, foi marcado por brechas e tensões, a partir das quais se constituíram resistências. Em ambos os casos, do Ibra e do Incra, por diferentes razões e processos sociais, os lavradores perceberam a si mesmos como *escravizados*, pois não tinham autonomia para levar adiante suas roças, em seu próprio ritmo de trabalho e com capacidade para decidir os rumos de sua plantação. É importante captar essa percepção de João, presidente do STR, identificando um problema significativo para ser resolvido pelo sindicato: os parceiros estavam há cinco ou seis anos trabalhando, contraindo dívidas com o Incra³⁶³, sem possibilidade de desenvolver sua própria lavoura, sem ter ligação direta com a cooperativa – apenas via mediação do Incra. Segundo ele, “Os trabalhadores só prestavam o serviço, mas não tinham participação em nada”. Pressionado pelos trabalhadores que “queriam saber o direito deles”, João informava que eles “também tinham direito de fazer parte da

³⁶³ A “dívida colonial”, conforme sinalizado no Capítulo 1 a partir de Seyferth (2009a) e Ramos (2006), é também um mecanismo de controle que amarra o colono/parceiro em redes de tutela, colocando pré-requisitos para a emancipação que passam pelo fortalecimento da instituição burocrática. Evidentemente, o nome dado não é mais o mesmo, porém o endividamento junto a instituições do Estado continua a ser uma das principais dificuldades de regularização de assentados ou de continuidade da produção por pequenos proprietários.

participação nos lucros, participação na venda do gado, participação na conta bancária no nome deles e participação em tudo que tinham ali dentro”.

A sensação era a de uma prisão, na qual não havia autonomia para os trabalhadores. Segundo documentos do STR e da Fetag/RJ analisados por Medeiros (1983b, p. 102):

‘o aviltamento dos lavradores traduziu-se não só pelas ameaças e violências, mas também pelo desprezo com que foram tratados pelo INCRA, que não se deteve a explicar o que se propunha a realizar. Por esta razão, eles sentiram-se como um rebanho de animais irracionais, tangidos pelo INCRA, seu pastor todo poderoso a conduzi-los de nada para não se sabe onde’.

Os lavradores que plantavam banana, milho, mandioca, citricultura e hortigranjeiros que não quiseram entrar no Condomínio se viram obrigados a sobreviver de empreitadas nas fazendas vizinhas, assemelhando-se mais a “flagelados marginalizados do que trabalhadores assistidos por um órgão de governo” (MEDEIROS, 1983b, p. 103). Ainda em 1970 o bispo da Diocese de Nova Friburgo, Dom Clemente Isnard, enviou uma carta acompanhada por abaixo-assinado dos lavradores da região ao Presidente da República. A carta e o abaixo assinado denunciavam as condições de vida e reivindicava a posse das terras e a tranquilidade social (MEDEIROS, 1983b), e apontam para as vinculações entre os lavradores e a Igreja Católica. Conforme apontado a seguir, o abaixo-assinado foi recolhido pelo Padre Gerson, mencionado anteriormente.

Segundo João de Jesus Pereira, ao entrar em reunião com o Incra e apontar as reivindicações destes, em 1973, o “coordenador [do Incra] explicou que a administração estava por conta deles [Incra] e eles não iam abrir mão porque não tinha trabalhador competente que assumisse a responsabilidade”³⁶⁴. A resposta repete os argumentos colocados pelo General Jaul Pires de Castro seis anos antes, que identificava uma ausência de espírito empresarial entre os lavradores de Papucaia. A argumentação revela a condição do tutelado, considerado como desqualificado e dependente da assistência e providência do agente estatal competente (SOUZA LIMA, 1995, 2002; FERREIRA, 2013).

No fundo, a crítica dos trabalhadores era justamente o caráter “coletivo” do condomínio. Segundo o dirigente sindical, os trabalhadores exigiam “tratar do leite diretamente e também ter sua conta bancária em nome de cada um pra saber quanto tinham”. Foi apenas em 1977 que conseguiram passar a administração do Condomínio do Incra para os trabalhadores. Pelo relato, a mudança de administração implicou em um sentimento de melhoria da qualidade de vida e ganhos dos trabalhadores, conseguindo plantar em suas terras, ampliando sua renda e conseguindo pagar as terras e o gado. Chegaram, inclusive, a comprar um trator para o condomínio e com as contas individuais foram capazes de ter crédito.

Ainda de acordo com João de Jesus Pereira, o Incra não fez um trabalho de compreensão do que era o condomínio com os trabalhadores:

muitos trabalhadores não compreendendo aquela história de condomínio, nunca que queriam concordar com aquilo, começaram nas reuniões a reivindicar que queriam suas divisões. E o que tá resultando no condomínio hoje é que existe o nome condomínio, mas em si não é condomínio, porque os próprios trabalhadores partiram para solução: dividiram o gado, dividiram as terras, cercaram eles mesmo e dividiram tudo - cada um ficou com sua parte individual, só que a produção do leite e a produção da plantação eles vendem em conjunto, mas cada um administra o que é seu, cada um tem sua vida própria (Entrevista com João de Jesus Pereira realizada por Joaquim Soriano em 18/06/1982. Acervo NMSPP: MSPP/en.LST.trans.jjp).

³⁶⁴ Entrevista com João de Jesus Pereira realizada por Joaquim Soriano em 18/06/1982. Acervo NMSPP: MSPP/en.LST.trans.jjp.

Os próprios trabalhadores foram se dividindo em grupos para lidar com as tarefas cotidianas, sendo significativa a presença de João Correia entre os que estavam à frente da administração local dos próprios parceiros, já citado anteriormente. Segundo Raimundo Leoni e sua percepção da história não oficial de Marubaí, os técnicos mais progressistas do Ibra haviam percebido um instante possível para realizar a proposta coletiva³⁶⁵. Contudo, a “filosofia geral do governo” não era coletivista, mas individualista, de modo que houve pouco espaço para esse projeto, dificultado também pela pouca organização dos trabalhadores, mais individualizados e individualistas. Segundo ele,

O trabalhador quer terra para trabalhar. Diferente dos companheiros da fábrica de automóveis. O trabalhador rural quer ter a terra dele. Criar galinha. Nossa luta hoje, é conseguir o pedaço de terra. A discussão da terra coletiva não está nem muito claro para o movimento sindical. Têm grupos coesos de luta pela terra. Quando eles conseguem, o grupo se enfraquece muito, ele agora quer cuidar do problema dele (Entrevista de Raimundo Leoni dos Santos, concedida a Leonilde Medeiros e Joaquim Soriano em 27/04/1982. Acervo MSPP/em.LST.res.rls).

Apesar da aguda reflexão de Raimundo, os militares não percebiam uma falta de organização dos trabalhadores na região. Em entrevista, Sílvio sugeriu que na intervenção do Exército em Marubaí e a troca colocada aos lavradores, “Tirar daqui e botar em outro lugar [...], tinha um negócio de comunismo no meio, não sei, que existiria o padre Gerson e outros, que dizem que era comunista, também não sei o que é”. Padre Gerson, apesar de “uma pessoa boa”, “fazia uma reunião que ia uma porção de gente, fazia umas doideiras, aí que o bicho pegou. [...] Eles iam acampar no mato, discutir as coisas, falar abobrinha, né. Só podia ser abobrinha”³⁶⁶.

Conforme sinalizado anteriormente, padre Gerson chega em Cachoeiras de Macacu em 1967, já com um histórico de vinculação às lutas das classes trabalhadoras. Segundo Teló (2019), em suas atribuições eclesiais, Gerson se identificou mais com os lavradores de Papucaia, um pessoal, em suas palavras, mais violento, rebelde e destemido, porém com lideranças amedrontadas pelas violências vividas desde 1964.

Gerson passou a trabalhar buscando “despertar novas lideranças locais”, iniciando um trabalho de aproximação com os camponeses, celebrando missas em suas casas, alfabetizando, distribuindo remédios. Segundo análise de Teló (2019), Gerson atuou na conscientização e na organização de lavradores na Gleba Nova Ribeira, porém sua atuação só foi reforçada após um desentendimento com um lavrador. Segundo Gerson, durante uma missa em que ele estava particularmente cansado, levando-a de “qualquer jeito”, ele ouviu um lavrador resmungar e reclamar abertamente, o que em sua leitura seria uma indicação de liderança e rebeldia a ser estimulada. A partir de então, foram realizadas reuniões e aproximações diversas com os camponeses, algumas abertas e outras escondidas.

Segundo relatório do Exército de janeiro de 1969, analisado por Teló (2019, p. 105), padre Gerson havia fundado capelas em “Derribada, Parque da Ribeira, Areia Branca, Papucaia, Soarim, Raíz da Serra, Patis, Japuiba, Faraó de Cima, Faraó de Baixo e Santa Maria”, localidades próximas ou dentro do PIC Papucaia, e trabalhava alfabetizando os lavradores com o método de Paulo Freire que aprendera durante seus estudos em Pernambuco. Entre outras atividades, padre Gerson já estava sendo vigiado por sua atuação na romaria de 1º de maio de 1967 organizada junto com padre Carvalho:

³⁶⁵ Entrevista de Raimundo Leoni dos Santos, concedida a Leonilde Medeiros e Joaquim Soriano em 25/05/1982. Acervo MSPP/en.LST.res.

³⁶⁶ Entrevista de Sílvio (nome fictício), realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Nova Ribeira, em 08/11/2014.

[Falei]: “Padre Carvalho, vamos fazer o 1º de maio? Em Papucaia eu não posso fazer, em Japuiba, não posso fazer. Você que é amigo dos homens, vamos fazer em Areia Branca?” E ele: “Topo”. Rapaz! Nós fizemos uma procissão de Papucaia – da Igreja de Papucaia – até Areia Branca. De ferramentas, com foice, enxada. (...) Quando nós chegamos em Areia Branca, a gente começou a encontrar um pessoal diferente, à paisana [infiltrados da comunidade de informações]. Só circulava. E a gente deu um viva a São José Operário [falando] “Levanta a foice!” E houve um companheiro que não aguentou, trepou num caixote e [gritou]: “A gente não tem vergonha de mostrar as nossas armas! Que as nossas armas são instrumentos do nosso trabalho! Pior são esses aí, que estão rondando a gente, que esconde a arma debaixo da camisa!” Provocação lascada. E eles não atacaram (Gerson da Conceição, entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015 *apud* TELÓ, 2019, p. 106).

A vigilância sobre Gerson se acirrou, e ele passou a ser associado a “reuniões subversivas” realizadas após as missas. Junto dos lavradores de Marubaí, Gerson organizou um abaixo-assinado e levou ao bispo de Nova Friburgo, Dom Clemente Isnard, ao prefeito de Cachoeiras de Macacu, Rui Coelho Gomes, e ao administrador do Núcleo Colonial de Papucaia, tenente Amaury do Prado Guterres, uma reivindicação para que não expulsassem os lavradores das áreas em que o Ibra planejava constituir um condomínio agropecuário. Em suas memórias, Gerson percebeu o Ibra como “inimigo comum” dos lavradores, de tal modo que ele, para ser aceito, também deveria ir contra o instituto. Sua mediação foi capaz de fortalecer uma relação de confiança com os camponeses.

Foi apenas no final de 1968 que Gerson, Rosalina Santa Cruz³⁶⁷ e outros militantes buscaram realizar um trabalho de organização de guerrilha junto aos lavradores de Marubaí. Padre Gerson era visto pelos militares como uma figura ao mesmo tempo querida, estimado pelos lavradores e de prestígio por sua autoridade eclesiástica, de modo que suas tentativas de “aliciar camponeses para atividades de guerrilha” e doutriná-los eram uma ameaça à segurança nacional³⁶⁸. Como afirma Teló (2019, p. 109), o regime militar colocou, inicialmente, padre Gerson sob vigilância e suspeita:

Havia um conjunto de precauções políticas que garantiam ao regime a aparência de democracia e mantinha o apoio necessário dos setores da sociedade civil atemorizados com a “ameaça comunista”. Prender um padre, figura considerada como autoridade, sem uma justificativa publicamente evidente, poderia gerar um custo político alto, prejudicial à manutenção da legitimidade social que sustentava o regime.

O trabalho de articulação da guerrilha durou pouco tempo, do final de 1968 a maio de 1969. Segundo Teló (2018, 2019), a Guarda Rural passava informações ao SNI e, muito provavelmente, foi desta forma que tomaram conhecimento das “atividades subversivas” de Gerson. De acordo com Teló, os militares descobriram a atuação do Comando de Libertação

³⁶⁷ Assistente social, militante da Juventude Universitária Católica e posteriormente da Ação Popular nos anos 1960. Rosalina e Gerson se conheceram em Olinda (PE), quando este foi concluir seus estudos de Teologia nesta cidade. Junto de Gerson desenvolveu atividades fundadas no método pedagógico de Paulo Freire em Sapé (PB), com camponeses que participaram das ações da Liga Camponesa. Em 1968, Rosalina e Gerson iniciam o trabalho político de alfabetização e politização dos camponeses em Cachoeiras de Macacu, com o objetivo de formar um grupo revolucionário de luta armada. Ver Teló (2019).

³⁶⁸ Informação 232/69 – Atividades subversivas desenvolvidas pelo Padre Gerson da Conceição Almeida. Primeiro Exército, 2ª Seção, 27/02/1969. Arquivo Nacional, ARJ_ACE_3745_69 *apud* Teló (2019, pp. 107-108).

Nacional (Colina)³⁶⁹ em Nova Ribeira pela investigação do IPM de São José da Boa Morte. Em meio a uma busca por um lavrador indiciado, um camponês ligado ao grupo Colina foi morto e segundo relatos colhidos pelo autor, seu corpo foi exposto ao público e posteriormente enterrado como indigente. Uma sequência de violências gerou medo, até mesmo entre os lavradores que não estavam ligados à guerrilha, e muitos deixaram suas terras e plantações com medo de retaliações do Exército. Padre Gerson e os lavradores ligados ao Colina fugiram para Nova Friburgo e depois para o Maranhão, onde tentaram dar continuidade ao projeto de guerrilha rural junto à VAR-Palmares (TELÓ, 2019).

Poucos meses após esse incidente, Anésio Dias de Freitas, Amaro Correia de Andrade, João Correia de Paula e outros 30 lavradores indiciados no IPM de São José da Boa Morte foram presos por “comprovadas atividades subversivas” e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O delegado Newton Walzt disse que foi designado para realizar o “recolhimento de todos os comunistas, atuantes ou não”, de modo a “levantar o paradeiro, prender os comunistas e, se possível, desmantelar as possíveis células comunistas que existem no município”. Assim que terminasse o serviço, prendendo outro companheiro ideológico de Anésio, cujo nome não foi revelado, Newton foi removido para outra delegacia. O delegado acusava o padre Gerson, dado como desaparecido, de comunista e classificou Anésio como “líder dos comunistas”³⁷⁰.

Uma segunda Operação Arariboia foi realizada em 1969. A ação proporcionou assistência médica, odontológica e escolar, distribuindo uniformes, materiais, merendas, fazendo pequenos reparos nos edifícios e atuando junto às Secretarias de Saúde, Obras e Educação. Também como naquele ano, a Operação Arariboia foi precedida por um treinamento antiguerrilha que contou com 1.500 homens do Exército, Polícia Militar, Patrulha Rodoviária e Dops sob o comando do Tenente-Coronel Alceste Peterlle e abarcou as localidades de Vecchi e Papucaia em Cachoeiras de Macacu e Itambi, Porto das Caixas e a porção norte de Itaboraí, provavelmente Sambaetiba, área limítrofe a São José e Papucaia³⁷¹. Possivelmente a operação não era apenas um treinamento, indicando também uma ação para vasculhar e apreender sinais da atuação do grupo de padre Gerson e reforçar o clima de vigilância em Papucaia.

Conforme discutido neste capítulo, um conjunto de intervenções do Ibra buscaram retomar o controle político na região de Papucaia. Tal como na imagem da *razia* realizada nos primeiros dias da ditadura, a atuação do Estado entre 1964 e 1969 foi sendo progressivamente militarizada, orientando-se para diminuir a mobilização e as formas de ação coletiva de camponeses e seus apoiadores políticos. Como indicado, essa ação não contou apenas com a repressão, mas também com ações de assistência que se orientaram para constituir pequenos proprietários integrados às dinâmicas do mercado e com capacidade de gestão empresarial da propriedade e da produção. Contudo, conforme apontado neste capítulo e na Introdução, as ações locais do Ibra contaram com diversas práticas de organização e de resistência dos camponeses, sendo elas mais ou menos públicas, a depender do contexto em que foram realizadas. Apreender a dinâmica envolvida na política de colonização a partir do conjunto de experiências sociais dos atores envolvidos permite aprofundar a compreensão do período e realçar processos formativos e motivações que estarão presentes em momentos posteriores de mobilização coletiva.

³⁶⁹ Organização criada em 1967 a partir de dissidências no interior da Organização Revolucionária Marxista-Leninista – Política Operária (Polop). O Colina se caracterizou pela junção do trabalho com as massas e o foquismo, reforçando a ação de guerrilha e luta armada como formas de desmontar a ditadura militar e instaurar um processo revolucionário. Fundiu-se com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e juntas formaram a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares) em 1969. Ver Teló (2019, pp. 95-96).

³⁷⁰ “Preso em Cachoeiras de Macacu o líder dos agitadores locais”. *O Fluminense*, 28/06/1969, p. 8.

³⁷¹ Ver notícias: “Segunda Brigada iniciou antiguerrilha em Itaboraí”. *O Fluminense*, 29/09/1969, p. 3. “Começou ontem em Papucaia a “Operação Arariboia II”. *O Fluminense*, 04/11/1969, p. 3. “Encerrada com êxito a Operação Arariboia II com ajuda à população”, *O Fluminense*, 10/11/1969, p. 5”.

CAPÍTULO 6. A TERRA PARA QUEM NELA NÃO TRABALHA

Os primeiros anos de atuação do Ibra condensaram uma série de experiências e processos de militarização e colonização vividos em Cachoeiras de Macacu e no estado do Rio de Janeiro. Ainda em 1967 o Instituto passou por críticas públicas e por uma crise interna, ligada às violências denunciadas por camponeses, repetida em 1968 e que culminou com apontamento de diversas falhas no planejamento de suas atividades e numa intervenção. Neste período, o Ibra foi desvinculado da Presidência da República e passou a ser subordinado ao Ministério da Agricultura. Em 1970 é desativado e substituído pelo Incra. O novo órgão significou uma nova forma de atuação, orientada para a região amazônica, porém repetindo as tendências e os sentidos da política de colonização.

Este capítulo dá continuidade à análise dos processos sociais, políticos e econômicos associados à política de colonização no município de Cachoeiras de Macacu, apontando para a crise do Ibra, o relativo abandono vivido com o Incra, a redução da reforma agrária à titulação e à emancipação³⁷² apressada dos parceleiros e a reprodução das condições de conflito e de colonização ao longo dos anos 1970 e 1980. Estas décadas indicam nova dinâmica de valorização fundiária e de transformação da terra em sítios de veraneio, empreendimentos imobiliários e/ou espaços de criação de gado e cavalos de raça. Este novo processo de fechamento das terras aos camponeses pode ser sintetizado na noção de uma “terra para quem nela não trabalha”, título tomado emprestado de artigo homônimo de Lenharo (1986b) e que aponta, de forma contraditória e trágica, para os efeitos da colonização³⁷³.

Comparado ao capítulo anterior, aqui será analisado um período temporal mais largo, de modo a apreender as consequências da política de colonização naquele que foi considerado pelo Ibra um de seus principais núcleos.

6.1. Crises no Ibra: Microplanificação e Falta de Decisão Política

Em meados de 1967, a ação do Ibra e Inda passavam por uma Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar as acusações contra o General Saraiva e os maus tratos aos lavradores em Papucaia. Segundo a CPI, contudo, as acusações foram apontadas como infundadas e não procedentes³⁷⁴. Em publicação da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (Seaf, 1991), consta que também foi instalada uma CPI para apurar

³⁷² Segundo o artigo 68 do Estatuto da Terra: “A emancipação do núcleo ocorrerá quando este tiver condições de vida autônoma, e será declarada por ato do órgão competente, observados os preceitos legais e regulamentares” (BRASIL, 2007b, p. 151). A emancipação é, portanto, reconhecida pelo Ibra quando os parceleiros adquirem as condições de autonomia econômica e social para manter suas produções e vida coletiva. O que se observa no caso do Rio de Janeiro é um rápido processo de titulação e abandono por parte do Estado, sem garantir as condições de reprodução social e material dos parceleiros e suas famílias.

³⁷³ Em seu artigo, Lenharo (1986b) aponta para os efeitos de valorização fundiária na colonização do Mato Grosso nas décadas de 1940 e 1950. A frase é uma construção irônica e trágica de um importante lema dos grupos camponeses organizados em torno da luta pela terra: “terra para quem nela trabalha”. O lema é associado à Revolução Mexicana de 1911 e ao modelo de reforma agrária massiva e de base comunitária estabelecido nesse país. O lema foi importante articulador e mobilizador político e foi utilizado por movimentos camponeses brasileiros desde os anos 1950, associado ao PCB, às Ligas Camponesas e ainda é presente na luta pela reforma agrária contemporânea.

³⁷⁴ “Deputado do CPI que apura denúncias contra IBRA diz que elas não procedem”. *Jornal do Brasil*, 14/09/1967, 1º cad., p. 14.

o funcionamento desses institutos³⁷⁵. O relator desta CPI, Braz Nogueira (Aliança Renovadora Nacional – Arena), apontou a inoperância de ambos os órgãos: o Ibra não teria atingido as próprias metas previstas para o assentamento de beneficiários, e o Inda assumiu uma atitude paternalista na administração dos núcleos, dificultando a emancipação e a titulação.

Apesar de não ser possível confirmar, é provável que as críticas públicas promovidas por lavradores, pelos padres Carvalho e Gerson e por diversos periódicos à atuação da Guarda Rural e do Ibra tenham levado à saída de Paulo de Assis Ribeiro em abril de 1967. As críticas à inoperância do Ibra e, como indicado mais à frente, as disputas internas pelo significado e orientação da política agrária do governo militar também devem ter contribuído. Pouco antes, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabeleceu o Ibra como subordinado ao Ministério da Agricultura, que passaria, então, a realizar a política de reforma agrária. Essa mudança foi significativa e sinaliza para uma modificação da política agrária, que assume um caráter mais empresarial e orientada para a modernização tecnológica, com a qual a produção agrícola se associa a um modelo produtivo que valoriza a exportação e a grande unidade de produção.

Em junho de 1967, o novo presidente do Ibra, Cesar Cantanhede, discursou na ESG, reforçando a capacidade técnica da reforma agrária democrática adotada pelos governos militares. Em seu discurso, Cantanhede dá menos espaço às tensões sociais e salienta o caráter técnico e racional das políticas de reforma agrária e colonização, indicando a importância destas ações na “montagem de uma agricultura empresarial, progressista, polimórfica e poderosa”, capaz de superar o atraso e a baixa taxa de produtividade dos minifúndios e latifúndios. Neste sentido:

É do espírito da reforma agrária transformar progressivamente os trabalhadores do campo, os arrendatários e os parceiros numa classe média rural, incentivando a criação de pequenas propriedades, congregadas em cooperativas, que possam se responsabilizar pela pequena industrialização agropecuária, e que estimularão e incentivarão, técnica e financeiramente, a iniciativa privada, fortalecendo a modernização e a democratização das médias e grandes empresas rurais, visando sempre ao aumento da *produtividade*.³⁷⁶

No mês seguinte, durante o I Congresso Nacional de Agropecuária, o Ministério da Agricultura, chefiado por Ivo Arzua, lançou a Carta de Brasília, na qual estavam propostas de reformulação da política nacional de agropecuária³⁷⁷. Apesar de se referir, em grande parte, ao Inda, a *Carta* indicava a necessidade de reformular definições, planejamentos e atuações gerais aos demais órgãos, citando como causa da ineficiência do Ministério da Agricultura a existência de “estruturas superpostas ou paralelas” (p. 240). Devido à falta de planejamento, à “estrutura excessivamente centralizada, à dualidade de comando, à superposição das faixas de ação dos órgãos” obtinha-se como “resultado a pulverização de recursos em milhares de micro objetivos desconexos” (p. 242). A proposta apresentada pelo Ministério da Agricultura era uma “Ação

³⁷⁵ Não foi possível identificar se foram duas CPIs distintas, mas é possível que se tratasse da mesma, que apurou não só as denúncias de violência e arbitrariedade, como também a atuação geral dos institutos. Em 1968, segundo Oliveira (2010), foi instalada outra CPI pelo Congresso Nacional para apurar o envolvimento de funcionários do Ibra e de cartórios na venda de terras para estrangeiros e em práticas de grilagem. A apuração desta outra CPI sinalizou que 20 milhões de hectares de terra estavam sendo vendidos, grilados ou como requisição de terras devolutas a grupos estrangeiros, sendo 15 milhões apenas na Amazônia.

³⁷⁶ Palestra proferida na ESG por Cesar Cantanhede, Presidente do Ibra, junho de 1967. Publicação do Ibra. AN/PAR, Caixa 82, Pasta 1, p. 9 (grifos no original). Gret – Ibra/Ministério do Planejamento. 1966 a 1968.

³⁷⁷ “Carta de Brasília”, Ministério da Agricultura, 28/07/1967. I Congresso Nacional de Agropecuária. AN/PAR, Caixa 82, Pasta 2. Gret – Ibra/Ministério do Planejamento, 1967.

Renovadora”: centralizar o planejamento e o controle, a fim de definir e executar metas prioritárias; descentralizar a execução, dando maior autonomia aos órgãos locais; assistência técnica efetiva e direta ao produtor, a fim de aumentar a produtividade; vincular o Ibra e o Inda à jurisdição e controle do Ministério da Agricultura e Abastecimento a ser criado, centralizando o planejamento e a execução da política agrária e do abastecimento nacional.

Uma análise mais detalhada da *Carta* revela uma disputa pelos rumos das políticas de reforma agrária e colonização que se intensificaria em 1968. A *Carta* repetiria, com todas as palavras, o *espírito da reforma agrária* profundamente empresarial apontado por Cantanhede:

É do espírito da Reforma Agrária, *transformar, progressivamente, os trabalhadores do campo, os arrendatários e os parceiros, numa classe média rural*, incentivando a criação de pequenas propriedades, congregando-os em cooperativas que possam se responsabilizar pela pequena industrialização Agropecuária, e que estimularão e incentivarão, técnica e financeiramente, a iniciativa privada, fortalecendo a modernização e democratização das médias e grandes empresas rurais, visando sempre ao aumento da produtividade (p. 23; grifos nossos).

Certamente a palestra de Cantanhede circulou e foi lida por técnicos e agentes do Inda, do Ibra e do Ministério da Agricultura, e a repetição dos termos poderia indicar uma disposição de unificação de diagnósticos e prognósticos da reforma agrária em seu espírito empresarial, conforme sinalizado no Estatuto da Terra. A proposta de *Ação Renovadora*, contudo, indica uma ampla disputa pelo “conteúdo ideológico da Revolução” promovido pela reforma agrária, como indicou ainda nos primeiros dias do golpe José Gomes da Silva (ver tópico 3.2). Controlar a política de reforma agrária e colonização significava, ainda, ter acesso e controle de recursos financeiros, administrativos, políticos e simbólicos significativos sobre um conjunto elevado da população brasileira e sobre o território nacional. A *Carta* apontava, em suas recomendações de alocação de crédito e financiamento da política de colonização, uma alteração das prioridades:

Na fixação das prioridades de áreas para efeito de colonização, o INDA e o IBRA darão destaque especial às regiões de fronteira, máxime da Amazônia Legal, não só com o fim de estimular a expansão da agricultura, como, principalmente, visando a segurança do País e a integração dessas áreas à economia nacional, impondo-se, no que disser respeito à Amazônia, coordenação dos programas da SUDAM – com objetivo idêntico.³⁷⁸

Conforme já apontado no Capítulo 3, a partir de 1966 a entrada de empresas nacionais e internacionais na Amazônia Legal foi estimulada com favores políticos e incentivos fiscais e creditícios (IANNI, 1979). A *Carta* apresenta indícios da mudança de sentido e interesse da colonização, retirando o foco das áreas de tensão classificadas como prioritárias para a reforma agrária, e se deslocando para a região amazônica, foco de atuação militar nos anos 1970 e 1980, sobretudo após o desmantelamento da guerrilha do Araguaia (IANNI, 1979; MARTINS, 1982, 1984). Segundo Martins (1982), a chegada dos guerrilheiros se deu ao mesmo tempo em que a Sudam incentivou e subvencionou a instalação da agropecuária na região, respaldada pelo Incra. As ações da Sudam e do Incra foram responsáveis pela expropriação de muitos lavradores, o que gerou profundas tensões sociais envolvendo a questão fundiária, indicando a relação entre as políticas de colonização e de subsídio à instalação de grandes empresas na região com os casos de conflito (MARTINS, 1981).

³⁷⁸ “Carta de Brasília”, Ministério da Agricultura, 28/07/1967. I Congresso Nacional de Agropecuária, p. 205. AN/PAR, Caixa 82, Pasta 2. Gret – Ibra/Ministério do Planejamento, 1967.

Segundo Pompeia (2021, p. 91), na mesma época da *Carta*, foi lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento que “planejava o fortalecimento do crédito rural, o estímulo à intensificação do uso de insumos e máquinas e à modernização das funções de armazenamento, transporte, agroindustrialização e comercialização”. A estratégia seria reforçada pela atuação de Delfim Netto como ministro da Fazenda. Netto já havia se notabilizado pela ênfase dada às relações de interdependência entre agricultura e indústria, sinalizando a necessidade de ações estatais para elevar a oferta de máquinas e insumos, ampliação de créditos para grandes produtores e investimentos em armazenamento, transporte e pesquisa agropecuária (POMPEIA, 2021, pp. 90-91). Ainda segundo Pompeia, o Programa adotado correspondia também às diretrizes estabelecidas pela OEA, que se reuniu em abril de 1967 em Punta del Este, Uruguai. É a partir deste momento, mas sobretudo de 1969 em diante, que a noção de *agribusiness* começa a ser mobilizada pelo governo, empresas e universidades, sinalizando uma nova percepção que busca estabelecer um processo de modernização e industrialização da produção agropecuária, integrando os diferentes setores produtivos e, como indica o autor, associada a padrões de concentração fundiária e de renda excludentes.

Conforme observado nos capítulos 1 e 3, as políticas e respostas dadas à questão agrária no Brasil encontram pontos de discussão e interação com atores e propostas de instituições internacionais, sendo fundamental entender o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 a partir da atuação e presença da Aliança para o Progresso, ONU, Cida, Banco Mundial, além da permeabilidade dos governos militares à participação e pressão de grandes empresários nacionais e internacionais (ESCOBAR, 2007; IANNI, 2009; NATIVIDADE, 2018). Esse período, atravessado pelas disputas políticas e ideológicas da Guerra Fria, marca a opção dos governos militares por uma política de modernização do aparato tecnológico e administrativo, sobretudo das grandes propriedades orientadas para a exportação, favorecendo políticas de crédito subsidiado, expandindo a aquisição e doação de terras em faixas de fronteira, cujo efeito foi um elevado processo de expropriação e expulsão de posseiros (MEDEIROS, 1989; PALMEIRA, 1989; DELGADO, 2010).

A hipótese da mudança de orientação da política de colonização pode ser corroborada com outras informações que dão dimensão à crise política vivida pelo Ibra. Segundo o diretor do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, Julian Magalhães Chacel, em 1967 apenas 34,9% da verba solicitada pelo Ibra foi liberada, e em 1968, apenas 21,5%. A cifra revela que “a Reforma Agrária deixou de ser prioritária no horizonte da política econômica do Governo”³⁷⁹. Segundo Stepan (1971, p. 236), com base em entrevista de Paulo de Assis Ribeiro, a reforma agrária foi descontinuada em 1968, com a mudança para o governo de Costa e Silva, devido à falta de interesse em cobrar taxas de grandes proprietários de terra. Tal desinteresse se deve ao apoio das elites rurais ao governo de Costa e Silva. Segundo Seaf (1991, p. 102) entre 1967 e 1969, o Ibra foi progressivamente perdendo sua importância. O Decreto-Lei nº 582, de 15 de maio de 1969, criou o Grupo Executivo de Reforma Agrária (Gera), que ficou responsável pelo encaminhamento da reforma agrária, orientando, coordenando, supervisionando e promovendo a sua execução, sendo estas as mesmas atribuições do Ibra, que, ainda neste decreto, assumiu as atribuições da política de colonização. No mesmo ano, o Decreto nº 65.130, de 10 de setembro, assinado pela Junta Militar, aprovou um novo regulamento que subordinou o Ibra ao Gera. Com o Decreto-Lei nº 1.110, de 9 julho de 1970, Ibra, Inda e Gera foram extintos e substituídos pelo Incra, subordinado ao Ministério da Agricultura.

Ainda segundo Chacel, se houve grande esforço de planejamento e projeção, pouco foi feito em termos de ação prática, informando, ainda, que dos 27 mil parceiros que se planejava

³⁷⁹ Julian Magalhães Chacel. “Impasse na Reforma Agrária brasileira”. *Correio da Manhã*, 29/08/1968, Caderno Econômico, p. 5.

assentar, apenas 467 o haviam sido em três anos de atuação do órgão em todo o Brasil. Os dados fundiários indicavam uma elevada concentração, implicando na pouca efetividade do Ibra: “Os dados mais recentes apontam 2,8% das propriedades correspondendo a 50% da área total. As propriedades de área inferior a 10 hectares representam 35,9% do número, mas apenas 1,8% da área total”.

As críticas de Chacel reproduziam algumas das indicações feitas pela Missão da FAO de 1968. Em janeiro deste ano, César Cantanhede solicitou a Pompeu Accioly Borges, Representante Regional Adjunto da FAO, uma missão para avaliar os *projetos de colonização* do Ibra e formular recomendações para possíveis assistências técnicas³⁸⁰. A Missão foi realizada entre fevereiro e março de 1968 e integrada pelo norte-americano Solon Barraclough³⁸¹, gerente do Instituto de Capacitação e Investigação para Reforma Agrária (Icira) do Chile, o uruguaio Augusto Eulacio, oficial regional da FAO em reforma agrária e o chileno Ernest Feder, economista da Cepal.

Em um longo relatório publicado em julho de 1968, a FAO identificou um “preciosismo técnico” e uma “microplanificação” desvinculada das intervenções dos técnicos e com baixa participação dos beneficiários, indicando um gasto excessivo de esforços e recursos na planificação e planejamentos detalhados, o que levaria à demora na instalação dos parceiros³⁸². O comentário geral da FAO sinalizou críticas à atuação do Ibra e apontou a necessidade de dinamizar os projetos de colonização, permitindo a entrada na terra da maior quantidade de camponeses possível, proporcionando uma instalação assistida e com uma intervenção maior dos beneficiários em todas as etapas de revisão e execução do projeto. Apenas desta forma o Brasil seria capaz de instalar de 300 a 400 mil famílias por ano, a fim de alcançar três milhões de famílias beneficiadas pela reforma agrária até 1970, metade do número estabelecido pela Carta de Punta del Este, plataforma da Aliança para o Progresso.

O relatório criticou algumas das principais bases de sustentação e autolegitimação do Ibra. Segundo a FAO, a distinção entre opções socialista e democrática era artificial e lhes parecia pouco provável modificar a estrutura fundiária brasileira com fórmulas matemáticas que priorizavam a tributação ao invés de mecanismos de expropriação e subdivisão de latifúndios. Haveria uma persistência de fundamento ideológico na atuação do Ibra e no Estatuto da Terra, que vinculava a opção democrática à propriedade privada, excluindo formas coletivas e cooperativas de produção e uso da terra. Segundo o relatório: “el Estatuto da Terra contiene limitaciones ideológicas políticas y legales que impedirían una reforma agraria masiva” (p. 246).

Além disso, era preciso aplicar leis trabalhistas, dar salários e condições mais adequadas de vida e fortalecer as instituições voltadas para a defesa dos trabalhadores agrícolas. O último ponto, inclusive, foi colocado de modo a criticar a violência, a violação das leis e as intervenções e ataques sofridos por sindicatos:

El poder político en las áreas rurales continúa estrechamente vinculado a la propiedad de la tierra y los campesinos, en su inmensa mayoría, no logran hacer oír su voz en las decisiones políticas, situación que puede haberse

³⁸⁰ O pedido de missão não fala em reforma agrária, mas “proyectos de colonización de Ibra ya en fase adelantada de implementación”. Ver: “Informe de la Misión FAO al Instituto Brasileño de Reforma Agraria”. AN/PAR, Caixa 168, Pasta 2, pp. 275-276. Plano Geral de Estatísticas Rurais (Incra/Serpro). Reforma Agrária.

³⁸¹ Solon Barraclough também foi responsável pela direção geral do estudo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida, 1966), comentado mais à frente. Ernest Feder auxiliou a organização da pesquisa e, no Brasil, participaram Geraldo Semensato, Michael Sund, Pedro Mejía, Ivan Bello, Felipe Paul, Josefina Vial, Suzana Prates, José Arthur Rios, Carlos Alberto de Medina e Dryden Arezzo.

³⁸² FAO. “Tercera Parte. Aspectos de la reforma agrária en Brasil”. Julho de 1968. AN/PAR, Caixa 168, Pasta 2. Plano Geral de Estatísticas Rurais (Incra/Serpro). Reforma Agrária.

agravado en los últimos años debido a la supresión de algunos sindicatos y asociaciones similares (p. 185).

O caráter técnico salientado pela reforma agrária racional e planejada do Ibra parecia ocultar e tentar eliminar a dimensão política da reforma agrária. Deste modo, para a FAO, o Ibra deixava de cumprir um dos principais objetivos da reforma agrária: alcançar a maior participação dos camponeses nas instituições econômicas, sociais e políticas nacionais. A participação dos camponeses e a menor preocupação com a previsão e planejamento detalhados poderiam, inclusive, reduzir os custos da reforma agrária e torná-la mais dinâmica. O planejamento excessivo excluía até mesmo os técnicos locais, indicando serem planos de colonização e reforma agrária centralizados, frequentemente encomendados e produzidos por empresas privadas de engenharia³⁸³, alheios à dinâmica social local e rígidos na seleção dos parceiros, excluindo os que não se enquadravam no perfil idealizado do administrador eficiente (p. 201).

Ainda sobre este ponto, fundamental para as discussões de formação do Gret e do Ibra, a Missão da FAO apontou o “aparente temor del IBRA a cometer errores” e o temor infundado “de que los campesinos no sean capaces de establecerse con éxito en sus lotes por carecer de experiencia” (p. 260) como causas possíveis da lentidão da reforma agrária. Os dois temores poderiam ser resolvidos se o Ibra confiasse mais na participação dos beneficiários, o que, conforme indicado anteriormente sobre a tradição autoritária e positivista, contrariava a percepção e prática do complexo tecno-empresarial-militar que pressupunha a necessidade prévia do Estado organizar e capacitar o campesinato e evitar suas formas autônomas de organização, sobretudo pelo receio de que estes grupos fossem manipulados por organizações de esquerda. Para a FAO, a participação efetiva dos camponeses e suas organizações apresentariam vantagens, podendo-se consolidar a planificação de forma mais realista e eficiente a partir da experiência agrícola e o conhecimento da comunidade, pela redução de custos na execução e realização dos projetos, além do apoio moral e político daqueles que se veriam participando e se beneficiando. A participação permitiria evitar a percepção do governo como permanente fonte de dádivas, elemento paternalista criticado pelos formuladores do Estatuto da Terra (p. 261).

Em conclusão sobre as tendências fundiárias brasileiras, afirmam que não parecia existir indícios de que o complexo latifúndio-minifúndio brasileiro estava em vias de desaparecimento, apontando, inclusive, que a expansão da agricultura para novas áreas poderia fixar as bases de um sistema latifundiário ampliado. Com base em relatório do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA, 1966), a Missão da FAO criticou a crença na colonização massiva de novas áreas, afirmando que não haveria necessidade de deslocar populações das áreas litorâneas, de maior densidade demográfica, para as áreas pioneiras, podendo estabelecê-las nas áreas agrícolas já formadas pela atuação do Ibra. Ao estabelecer esta prioridade, afirmando que a reforma agrária deve ser levada a cabo somente nos distritos mais afastados, o Ibra confunde reforma agrária com colonização (p. 218). Segundo o relatório do Cida:

Não menos significativo é o fato de que novos empregos agrícolas para a população rural podem ser encontrados nas tradicionais áreas agrícolas do

³⁸³ É o caso da ETAS, Alejandro Solari Ltda., empresa de consultoria e planejamento nas áreas de colonização, fotointerpretação, recursos naturais, geologia, hidrologia, agricultura e florestas. A empresa foi responsável pelos trabalhos de localização para a capital Brasília em 1955 e construiu os planos dos distritos de Alexandre Gusmão, Papucaia e Caxangá, a serem comentados mais à frente. A empresa também participou de projetos e estudos para colonização no Peru e Argentina. Ver as “Credenciais da firma consultora”: ETAS. Alejandro Solari LTDA. Engenheiros Consultores. Proposta para um Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Parati. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1968. AN/PAR, Caixa 332, Pasta 2, pp. 170-188. “Parati”. 1968.

Brasil e não precisam ser procurados nas regiões pioneiras. Espera-se que uma séria consideração destas possibilidades porá fim ao modo utópico de pensar daqueles que veem a solução do problema de agricultura do Brasil somente em termos de apressar e intensificar a migração da gente do campo que já é crônica para outras regiões. Sugerir que os problemas da agricultura do Brasil possam ser solucionados ‘exportandos’ (sic) gente para os distritos distantes, implica em ignorar as positivas contribuições de caráter econômico, social e político que as mudanças no sistema de tenência da terra podem fazer e provoca a suspeita de tratar-se de esperança de que a estrutura dominante na agricultura seja mantida. A colonização das novas regiões do Brasil tornar-se-á uma necessidade nas décadas futuras, à medida que a população e a demanda de mais alimentos forem crescendo, mas a colonização destas regiões que darão emprego e rendas adequadas para muitos novos trabalhadores rurais e ao mesmo tempo criarão a base de uma nova comunidade democrática é incompatível com o ‘latifundismo autocrático, sobrevivendo nas antigas e tradicionais regiões agrícolas que pesam sobre uma agricultura em expansão somente em termos de mais latifúndio, salários inferiores, trabalhadores obedientes e de grandes e fáceis lucros’ (CIDA, 1966, p. 613 *apud* FAO, 1968, p. 219).

Uma última informação merece destaque no relatório da Missão da FAO. Segundo informações do Ibra, havia 194 mil latifúndios passíveis de expropriação e assentamento nas áreas prioritárias de reforma agrária, computando 44 milhões de hectares, dos 60 milhões totais (Tabela 14).

Tabela 14. Latifúndios passíveis de expropriação e assentamento nas áreas prioritárias de reforma agrária (1968)

Região	Nº de latifúndios	Superfície em latifúndios (%)	Superfície total na área de prioridade (%)
Nordeste	13.710	2,4	3,7
Ceará	36.955	10,5	13,4
Brasília	17.722	9,3	9,9
Rio de Janeiro	44.976	6,6	8,6
Rio Grande do Sul	81.092	15,4	24,7
Total	194.455	44,2	60,3

Fonte: FAO. “Tercera Parte. Aspectos de la reforma agrária en Brasil”. Julho de 1968. AN/PAR, Caixa 168, Pasta 2, p. 240. Plano Geral de Estatísticas Rurais (Incra/Serpro). Reforma Agrária. As informações foram livremente traduzidas do espanhol.

As longas citações deste relatório permitem apreender um conjunto de críticas direcionadas aos principais fundamentos de atuação do Ibra: a prioridade dada ao mecanismo de tributação, a opção pela colonização, a importância de planejamentos rigorosos e detalhados, o princípio de assistência direcionado aos camponeses como forma de constituição de uma classe média rural, a pretensa neutralidade política e superioridade técnica do Estatuto da Terra.

Antes de apontar as críticas a projetos do Ibra e compor um quadro nacional de sua atuação, é importante salientar a persistência do latifúndio no imaginário político brasileiro. O texto produzido pelo Cida (1966, p. 9) indicou “um sentimento bastante difundido de que o Brasil não possui verdadeiros problemas de terra e de que aqueles que existem serão resolvidos em seu devido tempo através da expansão para as áreas não ocupadas do interior”. Produzido por pesquisadores que atuavam no Gret e no Ibra, tais como José Arthur Rios, Carlos Alberto de Medina e Dryden Arezzo, com trabalhos de campo realizados entre dezembro de 1962 e

julho de 1963, a publicação do Cida indica traços persistentes da constelação latifundista indicada por García (1973, p. 21). O imaginário da abundância de terras, presente no mito edênico da colonização portuguesa (HOLANDA, 2010) e nas formas de ocupação e controle de fronteiras (VELHO, 2009), ocultava as formas de dominação, expropriação e exploração da terra e do trabalho presentes na colonização sistemática e na acumulação capitalista.

Diferente dos documentos analisados do Ipes (1964) e Ibra, o documento do Cida (1966) faz inúmeras considerações sobre as relações de poder associadas ao complexo latifúndio-minifúndio no Brasil, identificando violências, exploração do trabalho, expropriação da terra e restrição da autonomia dos trabalhadores agrícolas. Estas relações permitem a identificação de um modelo latifundiário de produção, simultaneamente “sistema de poder” patriarcal e “empresa altamente autocrática” (CIDA, 1966, p. 147), orientado para produções mais lucrativas, também no mercado interno. Esse elemento também foi apontado por Galjart (1968) e García (1973). É significativo que o problema principal para o Cida (1966, p. 607) não seja a avaliação demográfica ou a capacidade fisiológica da terra, mas sim a “ostensiva riqueza e rendas de um lado, e uma abjeta pobreza de outro”, indicando que se deve sinalizar a persistência do controle político sobre os recursos da terra, que envolvem a permanência da mão de obra má remunerada e a ampla reserva de terras. O latifundismo é marcado, ainda, pela circulação e valorização do capital obtido na agricultura a partir de seu investimento em setores comerciais, financeiros e industriais de mais alto rendimento, indicando pouca transformação dos meios de produção no campo.

Neste cenário, “a vida rural produz dia a dia a supressão metódica das aspirações dos trabalhadores a uma vida melhor, por parte dos latifundiários” (CIDA, 1966, p. 616), caracterizados não pelos excessos de poder, mas pela própria estrutura que torna possível os excessos e violências, o monopólio da terra. Nesta sociedade marcada pelo latifundismo, os grandes proprietários se transformam em grupo de referência, modelos de ação e aspiração. A reforma da estrutura de tenência da terra “deve portanto servir de base para uma sociedade rural na qual a criação de iguais oportunidades para a população rural seja acompanhada pela aceitação da lei e das normas de ética adotadas nas sociedades democráticas como regulamento das relações humanas” (CIDA, 1966, p. 618).

Conforme apontado anteriormente a partir das considerações sobre a governamentalidade e os mecanismos de colonialismo interno e controle autocrático das formas de organização, o discurso da colonização orientou sua percepção para um problema de ordem demográfica e de intervenção e transformação das populações alvo. Apesar das preocupações com a estrutura fundiária, a composição social brasileira poderia ser alterada por meio da formação de uma classe média rural a partir de diferentes formas de assistência, da criação e delimitação prévia de formas de organização em associações, cooperativas e sindicatos, da modernização tecnológica, do pensamento racional e prospectivo empresarial e das formas de tributação, associados à abundância de terras.

Estes elementos podem ser percebidos nos principais projetos de colonização do Ibra e, conforme indicado no Capítulo 3, podem ser lidos e conectados ao enquadramento da questão agrária proposto pelo complexo tecno-empresarial-militar. Na avaliação de Ivo Arzua, então ministro da Agricultura, no II Congresso Nacional de Agropecuária, faltava decisão política, a ser alcançada com a execução dos princípios da Carta de Brasília³⁸⁴. Esse Congresso contou com presença de congressistas, representantes ministeriais, os governadores Negrão de Lima (Guanabara), Israel Pinheiro (Minas Gerais), Otávio Lage (Goiás) e Paulo Pimentel (Paraná) e representantes das classes rurais. Teve como objetivo avaliar os resultados da execução da Carta de Brasília nos níveis regional e estadual, bem como a definição das atribuições e a delimitação das áreas de execução entre Ministério da Agricultura, Secretarias de Agricultura e demais

³⁸⁴ “Arzua instala em Brasília o II Congresso da Agropecuária”. *Jornal do Brasil*, 25/07/1968, 1º cad., p. 18.

órgãos públicos e entidades privadas do setor. Arzua sinalizou a atuação no setor de reforma agrária, indicando as ações de cadastramento, a implantação de distritos de colonização, regularização de títulos, desapropriação de terras, distribuição de sementes, aumento do uso de fertilizantes, crédito cooperativo, assistência sanitária e veterinária, construção rural, eletrificação rural, ensino rural e industrialização³⁸⁵.

Entre as propostas levantadas no Congresso estiveram uma política de preços mínimos que estimulasse a produção de produtos determinados, ampliação e simplificação do acesso ao crédito, criação de uma Justiça Agrária para equacionar conflitos decorrentes da posse da terra e trabalhistas, limitação da aquisição de terras por estrangeiros, estímulo ao abastecimento interno e políticas de estoque destes produtos.³⁸⁶ Neste Congresso Arzua sinalizou a necessidade de preparar a agricultura nacional aos problemas de uma era mundial de superconsumo³⁸⁷. Segundo ele, as tendências internacionais indicavam a modernização da agricultura, saindo da produção individual ou familiar e adentrando a fase empresarial e gerencial. Nesta fase, se observa a necessidade de áreas cada vez maiores dedicadas à agricultura, a fim de acompanhar o ritmo de desenvolvimento tecnológico, gerenciadas por número mais restrito e eficiente de produtores, com conhecimentos tecnológicos e talento de organização e gerência.

Em meio a esse Congresso, a Contag entregou ao presidente Costa e Silva um memorial acusando Ivo Arzua de afastar os trabalhadores rurais da reforma agrária. Segundo a Contag, a nova política agrária estabelecida no II Congresso Nacional da Agropecuária

opta pela definição do módulo rural, que só será propiciado ao que pode explorá-lo com alto rendimento e por critérios escolhidos em países onde a agricultura tem alta capacitação. É evidente que com essas medidas o Ministro afasta o trabalhador rural do processo de reforma agrária³⁸⁸.

A proletarização acelerada do trabalhador rural e a demora na implantação da reforma poderiam recriar, segundo a Contag, o clima de intranquilidade e incompreensão semelhante ao anterior a 1964.

A proposta de Arzua aponta para uma nova tendência a ser reforçada com a modernização conservadora e com a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal. Sua análise se coaduna, ainda, com as principais propostas empresariais para o campo, observadas também no Programa Estratégico de Desenvolvimento de 1967 e nas proposições de Delfim Netto, anteriormente citadas (POMPEIA, 2021). Segundo Palmeira (1989), a partir do final dos anos 1960, o setor agrícola absorveu grandes quantidades de crédito, incorporando insumos modernos, tecnificando e mecanizando a produção e integrando-se aos circuitos de comercialização mais modernos. O aumento da produtividade permitiu o crescimento da produção de matérias-primas e alimentos para exportação e para consumo interno, ainda que em menor grau. Esta alteração da base técnica da agricultura, em direção à modernização, se realizou em articulação com a indústria produtora de insumos e bens de capital para agricultura e a indústria processadora de produtos naturais, constituindo a formação dos chamados complexos agroindustriais e o processo de industrialização da agricultura. Tal modernização teve seu lado perverso na manutenção da estrutura fundiária concentrada, na disparidade de renda, no crescimento do êxodo rural e no aumento das taxas de exploração e autoexploração do trabalho.

³⁸⁵ “Reforma Agrária”. *Correio Brasiliense*, 27/07/1968, p. 4. “Arzua instala em Brasília o II Congresso da Agropecuária”. *Jornal do Brasil*, 25/07/1968, 1º cad., p. 18.

³⁸⁶ “Congresso Agropecuário tem propostas aprovadas em lei”. *Jornal do Brasil*, 28/07/1968, 1º cad., p. 3.

³⁸⁷ “Reforma Agrária e o módulo rural”. Proposição de Ivo Arzua Pereira no II Congresso Nacional Agropecuário. 23 de Julho de 1968. AN/PAR, Caixa 82, Pasta 1, pp. 47-91. Gret – Ibra/Ministério do Planejamento. 1966 a 1968.

³⁸⁸ “Trabalhadores agrícolas mostram sua inquietação”. *Jornal do Brasil*, 27/07/1968, 1º cad., p. 16.

Como indicado no Capítulo 3, as propostas de reforma agrária das entidades empresariais estabeleceram um vínculo entre desenvolvimento econômico e modernização produtiva através de incentivos fiscais e políticas de assistência, tendo como ponto fundamental a manutenção da estrutura fundiária e a despolitização da questão agrária (MEDEIROS, 1983a; NATIVIDADE, 2018). Com base na discussão até aqui realizada, é possível levantar a hipótese de que nos anos de 1967 e 1968 o conjunto de crises e críticas ao Ibra sinalizam também tensões internas ao complexo tecno-empresarial-militar, disputas por recursos e pelo significado dado à questão agrária e suas formas de encaminhamento. É possível indicar que a partir destes anos as proposições empresariais direcionadas ao desenvolvimento agrícola, à industrialização e à modernização produtiva sem reestruturação do acesso à terra assumem maior peso e ressignificam as propostas de colonização e reforma agrária. Estas não deixaram de acontecer e nem perderam sua importância nos anos 1970, contudo recebem maior destaque os sentidos orientados para a expansão da fronteira agrícola e integração de mercados de terra, trabalho, produção e consumo da política de colonização com nítida valorização da grande unidade produtiva. As preocupações com a reformulação da estrutura fundiária e com o crescimento da pequena propriedade se tornam subordinadas àqueles sentidos, tanto no debate nacional quanto dentro dos órgãos responsáveis pela colonização e reforma agrária.

6.2. Avaliação de Projetos do Ibra e a Guinada Colonial do Incra

Após a formação e atuação do Ibra em 1965 e o longo trabalho de cadastramento das propriedades, o Instituto apontou como suas principais ações de colonização os projetos de Alexandre Gusmão, na Área Prioritária de Brasília, de Caxangá, na Área Prioritária do Nordeste e de Papucaia, na área prioritária do Rio de Janeiro³⁸⁹. Infelizmente não foi possível encontrar, até o momento, o relatório do Ibra sobre Papucaia, porém é possível apontar algumas informações que coincidem nos relatórios de Alexandre Gusmão e Caxangá e nos diversos documentos consultados e trabalhados.

O relatório produzido pelo Ibra sobre o projeto Alexandre Gusmão³⁹⁰ é apresentado como exemplar privilegiado da metodologia a ser adotada e reproduzida nos demais projetos do órgão, sinalizando dez aspectos essenciais, dos quais pode-se destacar, além dos recursos naturais: constituição de serviços comunitários e administrativos, incluindo assistências educacional, sanitária, social, técnica e creditícia; constituição da Cira, com integração efetiva dos parceiros; obras de infraestrutura, sistema viário, distribuição de energia e serviços de irrigação constituem-se enquanto condições indispensáveis para introduzir outras tecnologias nas formas de exploração; educação de base e “treinamento para formação do espírito empresarial daqueles futuros empresários” a partir da seleção e capacitação de parceiros (p. 44); obediência ao plano de exploração técnico-econômico das parcelas.

Com base nas características de Brasília, sobretudo o crescimento populacional e o elevado número de desempregados após o esfriamento do setor de construção civil, o Distrito Alexandre Gusmão teria como objetivo “A ocupação da terra, a orientação das correntes migratórias para a zona rural do Distrito Federal e o abastecimento do mercado de Brasília, aliados às dificuldades que as condições naturais oferecem, impõem uma ação integrada pioneira imediata”, que busque “transformar o homem, sem tradição de propriedade, exploração racional e tecnificada da terra, em empresário, dentro de novos relacionamentos socioeconômicos” (pp. 59, 60). Dentre seus objetivos, pode-se identificar alguns dos principais

³⁸⁹ Ver as reportagens: “Justiça e produtividade fazem a Reforma Agrária”. *Diário Carioca*, 26 e 27/09/1965; “Reforma agrária no Brasil”. *O Estado de São Paulo*, 19/06/1966; “FAO vê reforma agrária a ser feita no Brasil”. *O Jornal*, 19/06/1966. AN/PAR, Caixa 375, Pasta 2, pp. 32, 85, 87. Notícias sobre o titular”. 1965 e 1966.

³⁹⁰ Ibra. Relatório Distrito Alexandre Gusmão, Distrito Federal, Brasil, 1966. Brasil: 1967. AN/PAR, Caixa 283, Pasta 2, pp. 41-293. Documentos Diversos. 1965 e 1966.

sentidos da colonização apontados anteriormente, tais como a produção para abastecimento interno, a regulação de fluxos migratórios e a constituição de um campesinato modernizado e integrado ao mercado através de assistências diversas e intervenções do Ibra, inserindo e estimulando um espírito empresarial.

Estes sentidos são centrais para a constituição de mercados integrados de terra, trabalho e consumo, conforme apontado no Capítulo 1 e destacado por Bruno (1976) com relação ao Alexandre Gusmão. Segundo esta autora, os núcleos coloniais de Brasília estavam associados às tendências de formação da agroempresa, de mecanização e de modernização da agricultura, da substituição da produção para consumo próprio pelo cultivo de produtos de alto valor comercial e de utilização da mão de obra assalariada.

Caxangá apresenta algumas particularidades que a tornaram mais “complexa e de difícil implantação” do que os projetos Alexandre Gusmão e Papucaia, devido à estrutura fundiária com predomínio da monocultura, “evidente atraso econômico e social”, falências de usinas da região e tensões sociais vividas nos anos de 1963 e 1964, com greves de trabalhadores³⁹¹. A Usina Caxangá, situada no município de Ribeirão (PE), já era conhecida em 1963 pelos casos de tortura, prisões e maus tratos contra os trabalhadores, conforme demonstra o relato de Marcos Martins da Silva, presidente do STR de Escada (PE), em Carneiro e Ciocari (2011, pp. 43-48). Após o massacre de cinco camponeses em janeiro de 1963 na Usina Estreliana, localizada no mesmo município e de propriedade do dono da Usina Caxangá, e da morte do delegado sindical de Ribeirão associada ao administrador e aos pistoleiros da Usina, os trabalhadores, que já se encontravam em greve, realizaram uma grande manifestação contra os assassinatos e torturas, conforme relato de Gregório Bezerra, importante liderança do PCB e preso nos primeiros dias do golpe (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, pp. 67-69). Devido a esse quadro de tensões, entre 1965 e 1966 foram desapropriados 38 engenhos e se consolidou o Distrito de Caxangá, abarcando os municípios de Ribeirão, Joaquim Nabuco, Cortês, Amaraji e Escada na zona canavieira de Pernambuco.

Diferente do pioneirismo colocado para Alexandre Gusmão, em Caxangá se estabeleceu um “projeto de revisão total”³⁹², no qual era fundamental o sucesso do Ibra para garantir a transformação da estrutura fundiária, econômica e social do Nordeste. Dentre os fins estabelecidos pelo Estatuto da Terra e pelo Ibra, a metodologia do projeto previa:

- Proporcionar ao lavrador (parceiro) condições econômicas e sociais para que, tendo acesso à terra, se torne um empresário rural;
- introduzir novas técnicas agrícolas e melhorar as existentes, de modo a se obter maior produtividade por hectare;
- criar e disciplinar estruturas de mercado segundo normas cooperativistas, visando a obter maior rentabilidade econômica, maior produção a baixo custo, possibilitando a um maior número de famílias participar de maiores padrões socioeconômicos (p. 72).

Em vários momentos o relatório aponta para relações entre “falta de tradição empresarial”, “baixo nível social, cultural, educacional e sanitário”, “[i]ncredulidade generalizada entre a População Rural na existência de Programas de Governo que possam melhorar substancialmente suas condições de vida”, “resistência às ideias de mudança” e “inércia diante da ação transformadora” (pp. 75, 89, 90). Mais detalhado que o relatório de Alexandre Gusmão, a análise do projeto Caxangá apresentava um quadro complexo de intervenção que deveria atuar sobretudo na transformação do assalariado rural em empresário

³⁹¹ ETAS Ltda. GEOS S.R.L. Distrito de Colonização Caxangá (s.d.). AN/PAR, Caixa 344, Pasta 2, p. 5. “Ibra”. S.d.

³⁹² ETAS Ltda. GEOS S.R.L. Distrito de Colonização Caxangá (s.d.). AN/PAR, Caixa 344, Pasta 2, p. 70. “Ibra”. S.d.

produtor de alimentos para o mercado interno, rompendo com a tradição de baixa produtividade, exportação e baixos salários da monocultura canavieira. De forma semelhante ao apontado por Furtado (2013) e o GTDN (1959), analisados no Capítulo 2, o Distrito seria fundamental para produzir alimentos e abastecer a capital e as áreas de industrialização e elevar o poder aquisitivo das populações rurais, além de frear o movimento migratório e reduzir as tensões sociais causadas pela estrutura fundiária desigual e formas de trabalho com elevada exploração e subjugação.

Ainda que breves, essas indicações reforçam os sentidos buscados pela ditadura empresarial-militar a partir da política de colonização. No caso dos projetos de Caxangá, Alexandre Gusmão e Papucaia, a modernização dos métodos de produção e o incremento da produtividade associados a medidas creditícias e de assistências capazes de incentivar o espírito empresarial foram apontadas como formas de constituir cinturões verdes de abastecimento que também funcionassem como cinturões de pacificação das regiões de conflito.

A virada estatal para a Amazônia Legal nos anos 1970 salientaria o sentido de povoamento de regiões de importância geopolítica e de fronteira. Contudo, não se pode deixar de articular a noção de Segurança Nacional presente no complexo tecno-empresarial-militar (ver Capítulo 3) e estas áreas, centrais para a desmobilização do campesinato organizado, em especial em Pernambuco e Rio de Janeiro, mas também no Rio Grande do Sul (Mapa 6).

Mapa 6. Áreas Prioritárias para Reforma Agrária (1966)



Fonte: IBRA. Núcleo Alexandre de Gusmão. Distrito Federal, Brasil, 1966. Síntesis. Documento preparado por el Ibra para presentación en la “Conferencia Internacional sobre Reforma Agraria”, patrocinada por la FAO. Roma, Itália. Junio, 1966. AN/PAR, Caixa 283, Pasta 2, p. 3 (do documento Síntesis). Documentos Diversos. 1965 e 1966.

Retomando o relatório produzido pela Missão da FAO³⁹³ é possível apreender um conjunto de críticas elaborado a partir das visitas em Caxangá e Quatis (Área do Nordeste), Papucaia (Área do Rio de Janeiro), Alexandre Gusmão (Área de Brasília) e Banhado do Colégio

³⁹³ FAO. “Tercera Parte. Aspectos de la reforma agrária en Brasil”. Julho de 1968. AN/PAR, Caixa 168, Pasta 2. Plano Geral de Estatísticas Rurais (Incra/Serpro). Reforma Agrária.

e Projeto de Reforma Agrária do Litoral Sul (Área do Rio Grande do Sul). Conforme já sinalizado, a crítica à microplanificação e à constituição de planejamentos sem participação efetiva dos técnicos e dos parceiros foi apontada para todos os projetos. Frequentemente se concebeu a prática de “adecuar la parcela antes del inreso del parceiro y sin su activa participación” (pp. 118-119), refletindo um “deseo manifiesto de asegurar el éxito del mismo antes de la iniciación, tratando de capacitar al campesino *para* el asentamiento y no *en* el asentamiento” (p. 128; grifos no original). Ainda segundo a FAO, a adequação das parcelas antes da entrada e sem participação dos parceiros indicavam atitude paternalista, gastos excessivos e apontavam para o risco de uma seleção rigorosa demais, criando a classe dos “marginados por la reforma agraria” (p. 171).

As críticas foram parcialmente utilizadas em meio à crise do Ibra, podendo-se ressaltar a ausência significativa das recomendações da FAO de maior participação dos camponeses e de expropriação de latifúndios nas próprias áreas prioritárias, demandas centrais do movimento camponês desmobilizado e desqualificado pelo regime militar. Esta dupla ausência é significativa na própria percepção do Ibra acerca do “caráter ilusório da tranquilidade hoje reinante no campo”. Segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, o Ibra sinalizava a necessidade urgente de realização da reforma agrária com as 742 mil famílias sem-terra nas áreas prioritárias. O motivo para a urgência estava em pesquisa feita pelo governo:

80% dos brasileiros desejam a reforma agrária, e que mais de 40% aceitam a tese da expropriação pura e simples da terra, índice que, segundo um documento do IBRA, ‘traduz perigosa tendência no sentido da radicalização e, provavelmente, um alto coeficiente de descrença e ceticismo em relação à atual sistemática de implantação da reforma agrária’³⁹⁴.

Neste mesmo ano de 1968, a crise interna do Ibra se agravou. Pouco após o II Congresso Nacional de Agropecuária, César Cantanhede acusou Ivo Arzua de montar e veicular “calúnias, intrigas e mentiras envolvendo” o seu nome, culpando-o de querer “desmontar o IBRA e desmoralizar o processo de Reforma Agrária”³⁹⁵. O motivo seria uma Comissão de Inquérito para investigar irregularidades em Macaé (RJ) e a intervenção no Ibra decretada pelo presidente Costa e Silva. Iniciada em 23 de julho de 1968, a intervenção se deu após a denúncia de corrupção de alguns funcionários feita pelos generais Milton Barbosa, David Rodolpho Navegantes e Odilon Lehman de Figueiredo, contratados pelo Ibra. O relatório, assinado pelo interventor General Luiz Carlos Pereira Tourinho, foi publicado no último Boletim de Serviço do Ibra de 1968³⁹⁶.

A interventoria reduziu o número de funcionários do Ibra, alegando “filhotismo e apadrinhamento” e sobrecarga de assessores e contratos de alta remuneração (p. 22). Diversos funcionários foram substituídos, inclusive o Delegado do Ibra/RJ que, “por motivo de segurança nacional” precisava ser substituído por “um elemento de fácil entrosamento com o Comando do 1º Exército, visto ter sido a Baixada Fluminense palco de desordem e disputa em torno de terras” (p. 35). As denúncias e a condução da intervenção feitas por generais, bem como a sinalização dessa necessidade de maior entrosamento entre Exército e funcionários do Ibra sinalizam para o quadro de militarização, indicado no Capítulo 5.

³⁹⁴ “Soma de esforços do Governo proporcionará reforma rural”. *Jornal do Brasil*, 08/09/1968, 1º cad., p. 39. Até o momento não foi possível encontrar este documento do Ibra ou maiores informações acerca desta pesquisa de opinião.

³⁹⁵ “Carta Aberta do Presidente do IBRA ao Sr. Ministro da Agricultura” (S.d.). AN/PAR, Caixa 82, Pasta 1, pp. 41-46. Gret – Ibra/Ministério do Planejamento. 1966 a 1968.

³⁹⁶ “Relatório das Atividades da Interventoria no período de 23 de julho a 31 de dezembro de 1968”. Assinado por Luiz Carlos Pereira Tourinho, interventor. Boletim de Serviço do Ibra, ano IV, nº 206, 31 de dezembro de 1968. AN/PAR, Caixa 287, Pasta 4, pp. 1-120. “Ibra – Publicações”. 1968.

Tentando responder à pergunta “Por que ainda não se fez a Reforma Agrária?”, o General Tourinho aponta a falta de verbas e o excesso de cargos, assessores e funcionários, indicando má administração do dinheiro público. A intervenção reforça críticas feitas pela FAO, apontando a falta de participação dos executores e parceiros na formulação e realização dos planos de reforma agrária, entregues “como se fossem receitas miraculosas” (p. 91).

Como Ivo Arzua, o General Tourinho também sinalizou a “Falta de *Decisão Política do Governo* a respeito da Reforma Agrária” como um entrave institucional (p. 89; grifos no original). Segundo ele,

o pensamento político que norteou o país após abril de 1964 não encarou a Reforma Agrária nas suas devidas proporções: isto é, como um processo enérgico, amplo, massivo, rápido, capaz de empolgar a nação, e de, em pouco tempo, valorizar social e economicamente o homem do campo, facilitando-lhe o acesso à terra, garantindo-lhe crédito fácil e assistência técnica, e sobretudo integrando-o na comunidade política brasileira.

[...] E se o Governo não tomar providências urgentes para lhes dar terras [para cerca de 40 milhões que vivem abandonados no interior do país], e recursos para explorá-las economicamente, através de uma reforma democrática, dentro em pouco não haverá força capaz de impedir que essa massa populacional a faça de forma brusca e compulsiva, a exemplo do que aconteceu nos regimes totalitários, hoje domínio das economias socialistas (pp. 89, 91).

A crise do Ibra abriu espaço para uma crítica interna aos governos militares. Afinal apenas eles poderiam ser acusados de falta de decisão política para realizar efetivamente a reforma agrária e, na contínua mobilização do anticomunismo, estes poderiam ser responsabilizados pelo clima de tensão social que poderia ser gerado pela falta de reforma agrária. Dada a sinalização do relatório do General Tourinho para a “Instituição do sistema de agricultura de grupos” (p. 93), maior participação dos beneficiários organizados em “*pequenas comunidades, administrativamente autônomas*” (p. 92; grifos no original) e a presença de Dryden Arezzo como interventor no Departamento de Organização de Núcleos, pode-se concluir que a crise abriu espaço também para novas propostas de reforma agrária, como a observada no Condomínio Agropecuário de Marubaí, analisado no Capítulo 5.

Apesar do empenho efetivo promovido pelos *guardiões da reforma agrária* (BRUNO, 2012), as crises do Ibra não abriram espaço para a realização da reforma agrária massiva e com participação de camponeses, compreensão desta política por entidades como Cida, FAO e Abra. Dryden lembra, em entrevista de 1982, da ousadia que foi realizar uma experiência coletiva de reforma agrária em plena repressão e autoritarismo políticos³⁹⁷. Para ele, o Ibra era mais comprometido com a realização da reforma agrária do que o Incra, apontando a atuação de Paulo de Assis Ribeiro e indicando espaços de tensão e abertura às propostas técnicas de reforma agrária. O comprometimento do Ibra é contrastado com as ações tópicas e breves de correção do Incra em áreas problemáticas, sem interesse em transformação da estrutura agrária.

Refletindo posteriormente sobre o estado do Rio de Janeiro como *locus* de ação fundiária, Arezzo (1998, p. 45) apontou que “[a] drástica intervenção militar no processo político-institucional do país, em 1964, priorizou o estado do Rio como frente de combate às ocupações irregulares de terras e do aprisionamento de suas lideranças”. O fim do Ibra e os anos 1970 marcam uma alteração significativa no tratamento dado à questão fundiária e agrária no Rio de Janeiro. Com a criação do Incra e sua transferência administrativa para Brasília e com a competência pela regularização das terras devolutas e aproveitamento das terras públicas não

³⁹⁷ Dryden de Castro Arezzo, em entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24/08/1982. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd.

federais repassada para os estados, a reforma agrária deixou de ser uma preocupação da União nas áreas anteriormente identificadas como prioritárias. A ação federal no Rio de Janeiro, cujo Plano Regional de Reforma Agrária já havia sido abandonado, passou a se limitar à liquidação dos remanescentes de núcleos coloniais. As terras públicas dos núcleos produtores, mesmo com a legislação preventiva, foram progressivamente sendo transformadas em sítios de recreio, loteamentos urbanos clubes e condomínios a partir dos anos 1970. Segundo Arezzo (1998, p. 48):

Nesse esforço histórico depreende-se que a ocupação territorial do estado do Rio se processou através de intensos movimentos espontâneos de colonos e trabalhadores rurais, que, encontrando terras sem ocupação, ou ocupadas ilegalmente por pretensos proprietários ou beneficiários do poder, geraram conflitos permanentes pela posse da terra, que permanecem contemporaneamente. A predominância da pequena e média propriedade expressa o resultado desse processo atomizado.

Ainda segundo Arezzo, a mudança de atuação para as áreas de ocupação e colonização na Amazônia Legal foi seguida pela ordem de emancipar e devolver terras em outras áreas, inclusive na Baixada Fluminense³⁹⁸. Segundo José Gomes da Silva (1971), em 1969, com a promulgação em abril do AI-9 e do Decreto-Lei nº 582, de 15 de maio, o Ibra ficava responsável pela colonização de áreas não prioritárias, absorvendo as funções do Inda, cuja crise interna fora mais intensa³⁹⁹. Ainda para Silva (1971, p. 258),

As primeiras consequências práticas dessa desastrosa iniciativa já começam a aparecer nos recentes anúncios de projetos grandiosos de colonização, a cargo do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o que levou um conhecido periódico agrícola a classificar a nova posição do governo de “*guinada colonial*”⁴⁰⁰.

Esta *guinada colonial* se concretiza com o Incra, órgão que, para Silva (1971, p. 259) elege como “decisão política de mais alto nível, a colonização como solução do problema agrário brasileiro”, citando as então recentes propostas da Transamazônica e do Plano de Integração Nacional (PIN) de Médici. Para este autor, a proposta de assentamento de 27.500 famílias do PIN corresponderia a apenas 1% da demanda real de terra do Brasil, indicando a limitação da colonização como instrumento de transformação da estrutura agrária. Para Silva (1971), as quase 2,5 milhões de famílias de possíveis beneficiários da reforma agrária, incluindo assalariados, parceiros, meeiros, posseiros, arrendatários, minifundistas e sem-terra, poderiam ser assentadas em áreas de 22,7ha nas áreas prioritárias já disponíveis, concordando com as propostas do Cida (1966) e da FAO.

Apesar de suas profundas críticas à lentidão do processo reformista e seu desvirtuamento pela prioridade dada à colonização de novas áreas, Silva (1971, p. 81) também identifica na “criação de uma vasta classe média rural” o objetivo da reforma agrária e a

³⁹⁸ Dryden de Castro Arezzo, em entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24/08/1982. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd.

³⁹⁹ São poucos os trabalhos que tenham analisado a atuação do Inda, Contudo, Medeiros e Araújo informam que em 1968 foi aberta uma CPI para avaliar a inoperância do órgão, concluindo sua investigação pelo fracasso do projeto colonizador. Certamente essa avaliação da CPI levou à absorção das funções do Inda pelo Ibra em 1969 e depois à extinção de ambos. Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ARAÚJO, Brás José. “Instituto Nacional de desenvolvimento Agrário (Inda)”. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-desenvolvimento-agrario-inda>. Acessado em: 29/01/2021.

⁴⁰⁰ Trata-se da reportagem “Reforma dá Guinada Colonial”, do *Correio Agro-Pecuário* (janeiro de 1970), citada pelo autor em nota.

consolidação do “Brasil Grande Potência”. Dado o caráter massivo e participativo que Silva reivindica para a reforma agrária e que orientou sua atuação na Abra não se pode igualar sua noção de “classe média rural” à promovida pela ditadura. Contudo, este é um conceito central e articulador do espírito empresarial contido no projeto modernizador do Estatuto da Terra e que apresenta continuidades significativas nas interpretações recentes sobre o papel de intervenção do Estado no campo. Para Silva (1971, p. 81), a classe média rural incorporaria milhões de brasileiros à economia de mercado e à possibilidade de “desfrutar de uma civilização latina, tropical, rurícola, cristã”, “produzindo como homens livres e decentes, donos de seu próprio destino, organizados em cooperativas ou outras entidades, desafiando o capitalismo voraz e sua lei da selva e repudiando, ao mesmo tempo, o comunismo despersonalizador”. Também na sua crítica ao governo militar se expressa a necessária transformação dos “enxadeiros rudes em empresários rurais bem sucedidos” (SILVA, 1971, p. 251). Conforme indicado no Capítulo 3 a partir de Corrêa (2017), essa concepção se aproxima da solidariedade cristã, cuja doutrina é referenciada por Silva (1971, pp. 29-35) como uma das fontes de sua concepção de reforma agrária.

Antes de retomar a análise para Papucaia, é interessante concluir esse tópico com algumas das avaliações feitas pela Abra sobre o Estatuto da Terra. Na “Avaliação de sete anos do Estatuto da Terra”, feita pela Equipe Redatorial (FERREIRA *et al.*, 1971), são apontados os baixos números de famílias beneficiadas com a redistribuição de terra. Além dos baixos números, é possível já ver indícios da mudança de perfil da política agrária: a política do “*big business*” fez do camponês “simples espectador do aumento vegetativo dos indicadores convencionais de crescimento (não dizemos desenvolvimento) econômico” (FERREIRA *et al.*, 1971, p. 5). A avaliação de uma diferenciação interna também no interior da categoria de classe média e de empresariado não parece ser uma preocupação dos autores neste momento. Os baixos resultados da reforma agrária e colonização, associados ao incentivo à modernização e mecanização geravam, segundo os autores, concentração de renda, rigidez da estrutura agrária, falta de mobilidade social, baixa qualidade de vida e compressão salarial que conviviam com crescimento produtivo e geração de riqueza.

Avaliando os quinze anos do Estatuto da Terra, Carlos Lorena (1979), então Diretor-Presidente da Abra, apontou para menos de 3% das famílias assentadas em projetos de colonização e reforma agrária. Ainda segundo Lorena, os efeitos desses quinze anos de não cumprimento do Estatuto da Terra podem ser vistos no crescimento acentuado da desigualdade e da concentração de terras. E José Gomes da Silva (1979) aponta para a multiplicação do preço da terra, crescimento da pobreza e diminuição da produção de alimentos para o mercado interno.

6.3. Devolução, Titulação e Emancipação

A leitura das reportagens da década de 1970 traz a impressão de uma nova dinâmica na região de Papucaia. Comparada à década de 1960, as notícias são mais escassas e presas às situações e áreas urbanas: notícias sobre acidentes de trânsito e colunas policiais sobre crimes cometidos, sobre os times locais de futebol e seus campeonatos, bem como vendas de propriedades rurais nos classificados. Estes pontos refletem a tendência apontada por Alentejano (2005) de urbanização e especulação imobiliária vividas na área metropolitana e na Baixada. Os times de futebol, como o Papucaia, São José e Colonial, indicam uma sociabilidade que, apesar de relevante, não poderá ser analisada. A quantidade e recorrência de lotes e sítios vendidos nos classificados e o crescimento de reportagens sobre as áreas urbanas e os problemas resultantes do crescimento demográfico em Papucaia também foram percebidos por Paula:

aquilo ali era tudo terra, tudo terreno de agricultor. Aquilo não era cidade não. Depois que eles foram vendendo, foram loteando e foi virando cidade aquilo ali.

Ricardo: Ali em Papucaia era o Núcleo Colonial, não era?

Nilda: Em Papucaia mesmo era só a baixada, a chegada ali. Os outros era tudo terra de agricultor. Aí eles foram vendendo, o pessoal foi loteando e agora tá virando cidade aquilo ali. Os terrenos ali tão acabando, tudo. Ninguém planta mais nada lá, ninguém planta nada não (Entrevista de Paula [nome fictício], concedida a Ricardo Brito em 01/11/2017, em sua casa em Marubá, Cachoeiras de Macacu. Estiveram presentes Maria [nome fictício], sua filha, e Antônio [nome fictício], seu esposo).

Segundo reportagens que avaliavam positivamente a ampliação da reforma agrária e colonização via Ibra e depois Incra, o Rio de Janeiro se constituía enquanto “um dos pontos de maior concentração de atividades do IBRA”⁴⁰¹. Esta atuação parecia ter como realização a expedição e entrega de títulos definitivos de propriedade, contratos de compra e venda, cadastramento de propriedades, aplicação de crédito e constituição de cooperativas “para parceiros que se constituirão em novos empresários rurais”⁴⁰².

Contudo, em reportagem de julho de 1970, o jornal *O Globo* sinalizou as falhas do Ibra na realização da reforma agrária em Papucaia. Entre as principais críticas apontadas pelos lavradores entrevistados para a reportagem, estavam a dificuldade de conseguir crédito junto ao banco e a falta de assistência técnica. Tratores, adubos e inseticidas tinham de ser adquiridos de forma privada, comprados ou alugados. A reportagem informa, ainda, que em Papucaia havia parceiros alemães, iugoslavos, búlgaros, russos e japoneses, indicando a continuidade de camponeses estrangeiros, possivelmente presentes desde a formação do Núcleo nos anos 1950. Os lotes variavam entre 5 e 22 hectares, e as principais produções eram de laranja, tangerina, abacaxi, vagem, abobrinha, pimentão, milho, aipim, quiabo e jiló, que encontravam desvalorização em seus preços pela atuação de intermediários⁴⁰³.

Em outra reportagem, de março de 1971, aponta-se para a dificuldade de implementação da previdência social em Papucaia⁴⁰⁴. Além desse ponto e da pouca mudança ocorrida com a criação do Incra, a reportagem sinaliza para a existência de trabalhadores rurais que trabalhavam em regime de parceria. Estes trabalhadores, por não estarem cadastrados no Incra, não teriam direito à previdência. Segundo a reportagem, esses não cadastrados correspondiam à “grande maioria da massa rural de Papucaia”⁴⁰⁵.

Na Cira de Papucaia havia entre 400 e 500 associados nos primeiros anos da década de 1970, e as principais produções eram de fruticultura e hortaliças. Apesar das informações anteriores, a maioria das notícias indicavam uma aparente tranquilidade e produtividade no Distrito de Colonização, narrativa que levou o Incra a planejar a emancipação de mais de 600 propriedades nas “áreas velhas” de Papucaia, como Soarinho, Papucaia, Ribeira e Colégio, onde

⁴⁰¹ “Novas áreas operacionais ampliam reforma agrária e colonização do país”. *Jornal do Brasil*, 03/04/1970, p. 3.

⁴⁰² “Tensão social cede lugar ao progresso nos campos fluminenses”. *Correio da Manhã*, 01/05/1970, p. 5.

⁴⁰³ “Papucaia. A terra é para todos, mas reforma não sai do papel”. *O Globo*, 17/07/1970, Matutina, Geral, p. 3.

⁴⁰⁴ As bases da previdência social para o campo estavam previstas no Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Contudo, sua implementação começa em 1967, e foi apenas com Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, de 1971, que essa política foi efetivamente realizada, abarcando a aposentadoria por velhice ou invalidez, pensão, auxílio funeral, serviços de saúde e serviço social. Em Cachoeiras de Macacu foi firmado um acordo com o Funrural em 1969 e ampliado em 1971 para incluir assistência médica e odontológica (BRITO, 2018, p. 166). Segundo Medeiros (1989), o contexto de menor capacidade de mobilização e de ações diretas de reivindicação e luta dos trabalhadores via STR fez das medidas de assistência social uma importante pauta. A imagem do STR ficou associada ao Funrural e a essas políticas, o que não impediu que em alguns locais se buscasse esclarecer os direitos dos trabalhadores e impulsionar a presença e organização dos sindicatos no momento de prestação de serviços de assistência social, efetivamente necessários e uma demanda dessas populações.

⁴⁰⁵ “A Previdência emperra no INCRA sem estrutura”. *O Globo*, 31/03/1971, Matutina, Geral, p. 12.

já existiam 311 propriedades rurais e 300 urbanas⁴⁰⁶. O elevado número de propriedades urbanas contesta diretamente a política de colonização, orientada para a fixação das populações rurais e para a produção agrícola, indicando, na realidade, a continuidade do processo de especulação e sua dinâmica de despejos.

No ano seguinte o Incra sinalizava para a emancipação das áreas antigas de Macaé, Papucaia e Santa Alice, transferindo o seu controle para as prefeituras. Em Papucaia é informado um outro número: os mesmos 300 lotes urbanos, mas 810 lotes rurais, sendo considerado “uma de suas mais importantes [ações] em território fluminense”⁴⁰⁷. Houve, contudo, uma análise do Incra que sugeria a ampliação da reforma agrária no Rio de Janeiro, sobretudo nos municípios de Magé, Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Cachoeiras de Macacu⁴⁰⁸. O órgão destacava a existência de problemas de titulação, ocupação, excedente demográfico e “questões de terra que envolvem colonos”. Na reportagem é possível identificar algumas repetições: as regiões são identificadas como prioritárias para reforma agrária e sinalizam a execução de cinco projetos, entre eles o de Papucaia. Contudo, não há maiores informações se a continuidade de problemas é identificada mesmo após a progressiva titulação e emancipação dos lotes.

Segundo Wolford (2016), o período de formação do Incra nos anos 1970 e sua atuação na colonização das regiões de fronteira criaram uma crença de percepção transformadora entre os funcionários, marcada pelas potencialidades do planejamento, da racionalização e do controle proporcionado pela disciplina militar na criação e organização cotidiana de novas cidades. A lembrança desse período é marcante entre os funcionários mais antigos do Incra, e especialmente entre aqueles que entraram em 1970, sendo tomado como um período honroso, mais eficiente e com menos interferência “política”. Segundo Penna (2018, p. 125), analisando especificamente as relações entre o Incra de Marabá (PA) e os movimentos sociais, os funcionários do Incra mantêm a lembrança de que “a implementação da política fundiária naquele momento era caracterizada pelo protagonismo do Estado e pelo controle quase total da ocupação territorial”⁴⁰⁹. Segundo Wolford (2016), em 1974 essa perspectiva se altera, devido à nova orientação do Incra para a venda e a doação de grandes extensões de terra às empresas privadas. Os funcionários do Incra observaram que a tarefa básica de promoção do assentamento rural através da colonização de populações pobres foi substituída progressivamente pela regulação fundiária com o objetivo de vender as terras aos proprietários sulinos e às grandes empresas. O processo de redução da reforma agrária à colonização e agora à regularização fundiária e titulação não foi, portanto, realizado apenas no estado do Rio de Janeiro.

Conforme ressaltou Dryden Arezzo em sua entrevista, e analisaram Bruno (2012) e Wolford (2016), este período tensionou ainda mais o debate da reforma agrária enquanto

⁴⁰⁶ “Recursos liberados”. *O Fluminense*, 12/04/1972, p. 6.

⁴⁰⁷ “Incra estuda emancipação de terrenos”. *Jornal do Brasil*, 29/07/1973, p. 7.

⁴⁰⁸ “Pesquisa orientou ampliação da área de reforma na Baixada”. *O Globo*, 30/04/1973, Matutina, Geral, p. 7.

⁴⁰⁹ Penna (2018) sinaliza para a mudança do tipo de relação e agenciamento entre funcionários do Incra e movimentos sociais durante e após a redemocratização, tendo como foco os anos 2000. Sendo o Pará um estado com número elevado de conflitos por terra, nos anos 1970 e ainda hoje, a participação e organização de movimentos sociais pressionou e estimulou a criação de novas formas de interação entre sociedade civil e Estado, direcionando para a adoção de uma política de reforma agrária com maior participação dos camponeses, contrapondo-se às formas de colonização que o Incra empreendeu na região amazônica durante os anos 1970. Conforme indica, em meio à redemocratização, o trabalho criativo de uma nova gestão e corpo de funcionários engajados com a reforma agrária junto da pressão e organização de entidades representativas dos trabalhadores rurais ampliou a presença destes setores no cotidiano desta política. Esse novo tipo de agenciamento não deixou de receber críticas internas ao corpo de funcionários e de entidades privadas ou representativas de empresários rurais.

condição de democratização da propriedade de terra, defendida pelo conjunto de técnicos que buscaram, nas condições estabelecidas pela lei, realizá-la e da reforma agrária enquanto colonização técnica e militarmente controlada, tomada como menos porosa às interferências políticas⁴¹⁰. Apreender estes diferentes modos de percepção da razão de ser do Incra e da política de reforma agrária e colonização permite entender a configuração tensa que irá se desenvolver com relação à questão agrária nacional.

O clima de aparente tranquilidade não resultou apenas no processo de titulação dos parceiros. Em 1974 as terras da fazenda São José da Boa Morte foram devolvidas à Agrobrasil, em acordo firmado com o Incra e sem a participação do STR. Segundo o Procurador Regional Moacyr Felix de Oliveira, apesar das obras públicas que elevaram o preço do terreno, o principal fator para a revogação da desapropriação foi a falta de interesse do Incra⁴¹¹. Segundo a Fetag/RJ, a justificativa utilizada pelo Incra para a devolução das glebas era que “a área estava desocupada, inexistia tensão social, alegando-se mesmo que esta jamais ocorreria”⁴¹². A narrativa de inexistência de conflitos também esteve presente em carta de 1972 de Alcino Carpi, dono da Fazenda Riacho Ltda., localizada em São José da Boa Morte. Ele escreveu ao Incra pedindo a revogação da desapropriação da São José, alegando inexistência de conflitos e os altos investimentos dos donos daquelas terras, que até então tinham mais de 450 cabeças de gado Nelore⁴¹³.

Segundo Bastos (s.d.; O'DWYER, 1982), assessora do STR de Itaboraí, o acordo entre a Agrobrasil e o Incra dava aval ao anteprojeto de loteamento feito pela empresa, que tinha intenção de construir chácaras de recreio de 0,5 ha onde antes havia a esperança de lotes de reforma agrária. A proposta repete intenções da empresa ainda nos anos 1960. Em 1967, por exemplo, a Agrobrasil apresentou trabalho no Encontro sobre Ocupação do Território, apontando a necessidade de incluir as áreas “para-urbanas” nos planejamentos, caracterizadas enquanto zonas para satisfação do tempo livre, incluindo “recreação” de crianças e adultos, “diversificação de trabalho para as atividades agropecuárias, repouso de fins de semana, os piqueniques, o ‘camping’, o simples passeio, enfim, tudo que possa permitir ao Homem gozar dos benefícios desse contacto”⁴¹⁴.

Em meio às devoluções e titulações de propriedade⁴¹⁵, o Incra transferiu todas as glebas do PIC Papucaia à Prefeitura de Cachoeiras de Macacu. Em reportagem de Martinho Santafé e Luiz Carlos Lacerda é possível ver avaliações divergentes sobre os efeitos do PIC Papucaia e

⁴¹⁰ A análise de Bruno (2012) se refere a um conjunto de servidores e técnicos do Ibra e do Incra que se empenharam em manter a prioridade da reforma agrária com abertura e participação dos camponeses. A pesquisa de Wolford (2016), por sua vez, buscou apreender um conjunto de modos explicativos e percepções motivadoras da ação do Incra, sendo crucial entender que, para o grupo mais ligado à experiência de colonização nas regiões de fronteira, a percepção positiva desta época se deve ao controle militar e sobretudo à importância da figura do técnico, contrastando com o período dos anos 1990 e 2000, quando movimentos sociais passam a pressionar os rumos da reforma agrária com mais intensidade.

⁴¹¹ Incra. “Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros”; 4º Volume, p. 923-924. MEMO/SR(07)/J/nº 541/2000. Código 77.409. Número de Identificação: 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 Volumes.

⁴¹² Ofício nº AJ/27/80 do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, e do tesoureiro, Miguel Fernando de Souza, ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra/RJ, José Carlos Vieira Barbosa, em 31/01/1980. Acervo MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II.

⁴¹³ CACHOEIRAS DE MACACU/ITABORAÍ – Processo de Desapropriação – 1960/1970/1980 (pp. 59-60). Fetag/RJ 1964-1989, Metropolitana, Caixas 8 e 9. Acervo MSPP.

⁴¹⁴ Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda. “As áreas para-urbanas no Planejamento”. Encontro sobre Ocupação do Território, 16 a 21 outubro de 1967. AN/PAR, Caixa 98, Pasta 2, pp. 6-14. Sem Título.

⁴¹⁵ “Lavadores fluminenses têm terras entregues pelo INCRA”. *O Fluminense*, 05/02/1976, p. 3.

da política de colonização⁴¹⁶. Roberto Flores Martins, executor do PIC, afirmou que “[o]s objetivos do projeto, principalmente o de desmobilizar as tensões, alcançaram ‘um êxito acima das expectativas pessimistas’”. Luís Paulo Falcão, engenheiro agrônomo e extensionista da Acar-RJ apontou, contudo, que apenas 20% das 1.132 famílias tinham o título definitivo, o que dificultaria o acesso à crédito para garantir, ampliar e modernizar a produção.

Pelas informações dadas por Falcão à reportagem, as principais produções do PIC eram a laranja e a mandioca, porém as áreas médias variavam entre dois e pouco mais de cinco hectares. Metade dos lavradores dependiam de financiamento e sofriam com a escassez de mão de obra e dificuldade de comercialização, dominada pelos atravessadores. Outras questões são ressaltadas e merecem citação: a drenagem dos rios causou problemas periódicos de chuva; os rios Guapiaçu e Macacu estavam poluídos, devido ao escoamento de óleo das máquinas que retiram a areia dos leitos dos rios e aos fertilizantes utilizados; crescimento da produção ilegal de carvão e corte de madeira; ausência de serviços públicos básicos, como cartório, rede bancária, correios, saneamento e situação precária das redes elétrica e telefônica; falta de indústrias e escassez de empregos, gerando a saída de jovens de Papucaia.

Estes problemas percebidos pelo técnico extensionista e pelos lavradores indicam um elevado nível de abandono do PIC nos anos 1970. Após a *razia* das Forças Armadas e a elevada militarização da questão agrária no Rio de Janeiro que acompanhou a atuação do Ibra, a *guinada colonial* do Incra para a Amazônia Legal fez da tutela anterior um abandono. O motivo aparece na fala anterior de Roberto Martins, administrador do PIC Papucaia. Os anos de atuação militarizada do Ibra na região haviam gerado efeitos na desmobilização dos conflitos e dos lavradores. A depender desta avaliação e das recorrentes notícias de entrega de título, a reforma agrária parece ter significado ação militar de conquista territorial e pacificação de populações insubmissas com tardio assentamento definitivo daqueles que permaneceram. A conquista e a pacificação são elementos primordiais de um processo de colonização (SOUZA LIMA, 1995; BOURDIEU; SAYAD, 2006; BALANDIER, 2014; GONZÁLEZ CASANOVA, 2015; OLIVEIRA, 2016) e não estiveram ausentes na formulação das políticas de colonização sistemática no Brasil do século XX. A argumentação militarizada é reformulada por Denis Catete, Coordenador Regional do Incra, em meio a uma confusão com um lavrador, na qual Denis afirmou que “[a] área que ele reivindica é do Governo e se nela se verificar qualquer tipo de agitação, o agitador pode ser enquadrado como tal na Lei de Segurança Nacional”⁴¹⁷. O abandono sentido pelos lavradores não significou, contudo, ausência de preocupação por parte do Estado que, a qualquer sinal de *agitação* ou *subversão* poderia intervir⁴¹⁸.

Longe da tranquilidade que justificava as titulações e devoluções, os despejos de lavradores haviam se intensificado entre 1974 e 1978, podendo-se citar áreas de Papucaia, Areia Branca, Boa Vista, Batatal, Santa Fé, Duas Barras, Boca do Mato, Soarinho e São José da Boa Morte (MEDEIROS, 1983b, 2015; BRITO, 2018). Os relatórios de conflito produzidos pela Fetag/RJ entre 1979 e 1981 indicavam a existência de centenas de famílias que viviam às margens do PIC Papucaia, trabalhando como assalariados e demandando terras em São José da Boa Morte. Durante os anos 1970, famílias que ali moravam e produziam desde 1964 passaram

⁴¹⁶ Martinho Santafé e Luiz Carlos Lacerda. “Reforma agrária muda de mão”. *O Fluminense*, 09/07/1976, pp. 1 e 22.

⁴¹⁷ “Incra pede provas sobre posse reivindicada há anos”. *O Fluminense*, 28/07/1977, p. 6. O lavrador Altamirando Garcia acusava o Tenente Amauri de ameaçá-lo de despejo. Amauri apontou que o lavrador nunca esteve registrado nos levantamentos da Supra, Ibra e Incra. Os posseiros da região confirmaram que Altamirando residia na área há 15 anos, mas apenas nos fins de semana, e o acusavam de ameaçá-los de expulsão, de queimar árvores e de planejar construir farmácias, lanchonetes e restaurantes. Importante sinalizar para a continuidade de Amaury na região, dez anos depois das tensões com a Guarda Rural do Ibra, analisadas no Capítulo 5.

⁴¹⁸ Para além do estado do Rio de Janeiro, o Decreto nº 80.113, de 10 de agosto de 1977, prorrogou o prazo de intervenção governamental nas áreas prioritárias para fins de reforma agrária. Este decreto foi revogado em 1991.

a trabalhar como meeiros e parceiros para a empresa Agrobrasil e outros proprietários, indicando a permanência destes lavradores em novas situações de dependência. Analisando a situação dos parceleiros do PIC Papucaia, a Fetag/RJ apontou para as principais reivindicações: emancipação dos núcleos, titulação definitiva, ampliação do crédito e da assistência, melhoria nos serviços de infraestrutura e efetiva participação dos parceleiros na vida e organização no núcleo. Além dessas reivindicações que qualificam o abandono vivido e sentido pelos parceleiros, havia um receio de que, após a devolução da São José, qualquer núcleo de colonização ou desapropriação poderia ser revertido, inserindo os lavradores em novas situações de precariedade e reproduzindo o despejo:

De um modo geral a situação dos parceleiros é de pobreza, desassistência, abandono, alguns poucos têm o título, e a maioria sequer sabe quando irá recebê-los. Os parceleiros temem que o INCRA inclusive ceda às pressões dos fazendeiros vizinhos à área desapropriada, permitindo-lhes inclusive alterar as divisas e açambarcar áreas pertencentes ao projeto de colonização, e esse temor dos parceleiros se deve principalmente ao que aconteceu com a desapropriação de São José da Boa Morte. Vale ressaltar que existem centenas de famílias – de lavradores sem terra, vivendo nas periferias do Projeto Papucaia, as quais para sobreviver se assalariam para os proprietários locais. Essas famílias já requereram uma área de terra ao INCRA e estão aguardando solução. O fato de haver terra disponível na região, caso de São José da Boa Morte, por exemplo, agrava ainda mais a situação de conflito social na área⁴¹⁹.

O relatório de conflitos de 1981 traz um novo elemento. A violência de jagunços e grileiros, as ameaças de despejo corroboradas pela polícia e pelo Judiciário local, a “fome e o desemprego” são rearticulados enquanto fontes de mobilização das ocupações de 1979 e 1980 da São José da Boa Morte, desapropriada em 1981. Segundo relatório da Fetag/RJ daquele ano:

Mais do que ninguém os trabalhadores de Cachoeiras de Macacu sabem que não basta um Decreto presidencial ou mesmo a Ação de Desapropriação para que consigam ser definitivamente assentados, pois já viram a situação virar de cabeça para baixo anteriormente. Não estão dispostos a deixar que isso ocorra novamente. Assim permanecem vigilantes, sempre prontos a demonstrar sua capacidade de mobilização até que as famílias dos trabalhadores sejam definitivamente assentados e suas terras tituladas⁴²⁰.

Conforme apontado por João de Jesus Pereira, presidente do STR, “Aqui, a fome de terra tá demais. (...) Fica todo o mundo trabalhando por pouco quando tem tanta terra sem produzir e as pessoas querendo produzir”⁴²¹. Segundo esta reportagem, havia dois mil trabalhadores rurais à espera de terra em Macacu. Ainda que do ano de 1981, a reportagem indica elementos presentes na ocupação de 1979, que explicitou e fez aflorar a cultura política de resistência, organização e mobilização dos camponeses das regiões de Papucaia e São José da Boa Morte. Conforme analisado em trabalho anterior, a atuação do grupo de oposição sindical articulou a ocupação de 1979, e depois das duas prisões ocorridas em janeiro de 1980, a atuação conjunta desses camponeses com o STR municipal, a Fetag/RJ, a Contag e a CPT tornaram possível a desapropriação (BRITO, 2018).

Contando com a presença de lavradores que estiveram nas ocupações de 1961 e 1963, as novas mobilizações de 1979 e 1980 foram realizadas a partir da reelaboração de antigas

⁴¹⁹ “Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981”. Acervo MSPP. Fetag/RJ 1964-1989, Caixa 16, p. 18.

⁴²⁰ “Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981”. Acervo MSPP. Fetag/RJ 1964-1989, Caixa 16, p. 60.

⁴²¹ “Posseiros dizem que fome de terra é grande em Papucaia”. *Jornal do Brasil*, 20/09/1981, p. 19.

demandas da região, sobretudo a permanência na área de conflito, resistindo aos despejos e articulando expectativas coletivas de autonomia e estabilidade para reprodução social (BRITO, 2021). Após a prisão de 11 lavradores, com elevado contingente policial, em 03 de janeiro de 1980, os camponeses retomam a ocupação, ao que o governo respondeu com a prisão de 88 deles e do padre Johaanes Joachim Maria Van Leewen, conhecido como padre Joaquim, que organizava a CPT local e que, a pedidos dos lavradores, auxiliava a ocupação. Aqueles que estiveram à frente da ocupação, ligados, sobretudo, à oposição sindical, souberam tecer relações capazes de amplificar a luta local, transformando aquela ocupação, a primeira no estado do Rio de Janeiro durante a ditadura, em um acontecimento público. Não só o STR e a CPT locais auxiliaram, como também a Fetag/RJ, a Contag, a CNBB, STRs de outros municípios, sindicatos urbanos, representantes políticos, acadêmicos e imprensa auxiliaram na pressão e na conquista da nova desapropriação da fazenda São José da Boa Morte⁴²², que por mais de 40 anos se mantém enquanto importante assentamento de reforma agrária (BRITO, 2018).

A atuação de diferentes categorias sociais do campesinato no estado do Rio de Janeiro que emergiu nos anos 1980 revelou o acúmulo organizacional das experiências sindicais, das organizações de oposição sindical e as não sindicais (MEDEIROS, 2018). Estas diferentes experiências de organização foram capazes de criar alianças, dar visibilidade nacional e internacional aos conflitos e violências e construir uma nova linguagem que fazia apelo aos instrumentos legais existentes e constituía a terra como direito. Os polos de conflito dos anos 1950, localizados na Baixada, retomam nos anos 1980 como centros de resistência e atuação. Violências privadas e policiais, expulsões de terra e despejos permaneciam, ao mesmo tempo em que o sindicalismo rural se tornava mais visível e atuante (PALMEIRA, 1985).

6.4. Raízes e Reses

As informações apresentadas nas tabelas do Capítulo 4 e sinalizadas no tópico anterior permitem apreender a continuidade das condições de conflito e de colonização. A política de colonização, sinalizada como solução para os problemas fundiários e agrários do estado do Rio de Janeiro, reproduziram estes problemas, intensificando a concentração de terra e criando as condições que impulsionaram práticas de despejo e violência. O período de reivindicações públicas e ocupações de terra, inaugurado pela São José da Boa Morte em 1979, foi possível graças ao trabalho molecular de organização e mobilização promovido pelos sindicatos e associações, como a CPT.

A constituição do assentamento da São José da Boa Morte se inseriu no rol das desapropriações de terra motivadas por conflitos sociais que caracterizaram a atuação pontual e local do Incra neste período (ALMEIDA, 1980; MARTINS, 1984). A produção oriunda de São José foi significativa e, junto dela, a produção das áreas rurais de Cachoeiras de Macacu tiveram um crescimento de 150% entre 1985 e 1987, segundo o prefeito Ruy Coelho⁴²³. Ele informa, ainda, que a principal receita do município provinha do campo, sendo Macacu o primeiro produtor nacional de inhame e milho verde. Por esses motivos, fundamentais à economia do município, Ruy acusava e pressionava o Incra de não prestar assistência nas áreas de implantação da reforma agrária⁴²⁴. Até o ano de 1986 apenas metade da área desapropriada

⁴²² Decreto nº 85.661, de 22 de janeiro de 1981. Assinado por João Figueiredo, o decreto declara de a fazenda São José da Boa Morte como área de interesse social para fins de desapropriação e instalação de projeto de reforma agrária.

⁴²³ Ruy Coelho Gomes foi prefeito em três mandatos: de 1967 a 1971, 1973 a 1977 (ambos pelo partido Aliança Renovadora Nacional – Arena) e de 1983 a 1988 pelo Partido Democrático Social (PDS), herdeiro político do Arena.

⁴²⁴ “Cachoeiras vive à espera dos governos estadual e federal”. *O Fluminense*, 26/06/1986, p. 10.

era considerada como viável à agricultura e só metade das famílias de lavradores havia sido assentada⁴²⁵.

Algumas reportagens de 1986 e 1989 apresentam um dramático fechamento da década. A imagem foi descrita com oposições precisas por Oscar Valporto:

No lugar das plantações de laranja, luxuosas casas de campo. Em vez dos milharais e cafezais, piscinas e campos de futebol. Onde deveriam existir armazéns para a produção, existem estábulos para a criação de cavalos de raça. A especulação imobiliária foi a maior inimiga da reforma agrária no Rio de Janeiro nas áreas destinadas pelo Inbra para o assentamento de trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e 1960⁴²⁶.

Segundo Agostinho Guerreiro, superintendente do Inbra entre 1985 e 1988, a reforma agrária realizada nas áreas desapropriadas durante a ditadura foi feita de “forma autoritária: era uma reforma de gabinete, sem ouvir os trabalhadores”. Segundo a reportagem, em diálogo com Agostinho e Loir Gonçalves Lima, coordenador do Inbra em Papucaia, Cachoeiras de Macacu era o “melhor exemplo da política do Inbra na Velha República”, mas agora por motivos distintos dos ressaltados durante o governo militar:

Depois de 64, houve uma verdadeira invasão de funcionários do Inbra e foram construídas (sic) escolas e postos de saúde. Os trabalhadores rurais foram assentados em quase uma dezena de glebas e tiveram assistência do Inbra até 1976. Naquele ano, as glebas foram subitamente emancipadas, títulos foram distribuídos e somente três funcionários do Instituto ficaram em Papucaia. (...) A partir de 76, a especulação começou a tomar conta. Surgiram imobiliárias que se especializaram em terrenos do Inbra e compravam qualquer terra. Muitas eram transações legais, pois os lavradores tinham o título definitivo. Outras transações, ilegais, eles conseguiram esconder até conseguir o título definitivo⁴²⁷.

Segundo cálculos de Loir, mais da metade dos lotes localizados nas áreas mais antigas do Inbra em Papucaia abrigavam casas de campo, piscinas e estábulos dos “fazendeiros do asfalto”, como eram chamados localmente aqueles que moravam nas cidades grandes e se apropriavam de terras de antigos núcleos. Realizando comissões para a resolução dos 80 processos de transação ilegal de terras, Guerreiro sugeria duas ações: se a terra estiver sendo lavrada e cultivada por trabalhador rural, ela deve ser regularizada; se estiver sendo ocupada com casas de veraneio, deve ser vendida em concorrência pública para o atual ocupante, pois “Esses terrenos com piscinas e mansões estão perdidos para a reforma agrária e acaba custando caríssimo para o Inbra retomar sua posse. É melhor vender para que o dinheiro volte pelo menos para a reforma agrária”.

A nível estadual e nacional, a questão agrária passa a ser debatida e diferentes propostas de encaminhamento são disputadas em meio ao crescimento dos conflitos e a participação e presença de grupos organizados e representativos dos trabalhadores rurais. Novicki (1992) aponta para o ano de 1978, com a criação do Núcleo Agrícola Fluminense, de oposição sindical no município de Duque de Caxias, como o marco de um novo período de repolitização da questão agrária no Rio de Janeiro. O período, que acompanha o momento de redemocratização, é marcado pela retomada de manifestações públicas e formas de atuação e organização de movimentos sociais de luta pela terra e direitos trabalhistas no campo em todo o Brasil.

⁴²⁵ “Agricultores de Papucaia ocupam casas abandonadas”. *Jornal do Brasil*, 23/09/1986, p. 8.

⁴²⁶ Oscar Valporto. “Lazer ocupou no Rio as terras divididas pelo Inbra”. *Jornal do Brasil*, 07/12/1986, p. 38.

⁴²⁷ Oscar Valporto. “Lazer ocupou no Rio as terras divididas pelo Inbra”. *Jornal do Brasil*, 07/12/1986, p. 38.

A nível nacional, Almeida (1980) sinaliza que a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (Getat) e do Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (Gebam) foi norteada pela política de “reforma agrária localizada”, priorizando a regularização fundiária e agilizando o processo de titulação da terra sem alterar o regime de posse, uso e propriedade. Segundo este autor, em nome de uma “resposta imediata”, o governo militar realçou e admitiu a inoperância e as limitações burocráticas do Incra, reduzindo suas capacidades de atuação e desapropriação de terra nas áreas prioritárias. Contudo, tal esvaziamento do Incra teve como contrapartida a atribuição de plenos poderes à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), ligado diretamente à Presidência da República. Conforme salienta Almeida (1980, p. 4), esta mudança de atribuições desloca a questão agrária e fundiária de um instituto e seus agentes, “supostamente especializados em colonização e reforma agrária”, para “aquele outro de um aparato repressivo do Estado”.

Segundo Almeida (1980), a última palavra com relação à situação da terra e sua possível distribuição ficou, neste período, com o CSN e seus grupos executivos, centralizando o poder em torno desses organismos. Os critérios de escolha das áreas prioritárias refletem critérios de segurança, referidos no que o CSN chamou de áreas de tensão social, entendidas como regiões onde havia a possibilidade de formação de movimentos políticos de oposição ou onde já havia a predominância da ação das agências de pastoral.

Neste contexto de intensificação dos conflitos e pressão pela realização da reforma agrária defendida pelos movimentos camponeses, foi criado o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), pelo Decreto nº 87.457, de 16 de agosto de 1982. O MEAF foi entregue ao general Danilo Venturini, então chefe do Gabinete Militar e presidente do CSN. Ainda que não seja o foco desta pesquisa, o caráter de uma “reforma agrária limitada” também foi indicado por Santos (1995) como característico dos anos de 1985 a 1994, período em que os programas de instalação de agricultores receberam o nome de “projetos de assentamento”.

O ano de 1985 foi marcado pelas discussões e alterações na proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que contou com a participação de José Gomes da Silva, empossado para o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (Mirad), criado em 1985, e com dirigentes e assessores sindicais da Contag. A primeira proposta do PNRA, apresentada em maio no IV Congresso Nacional da Contag, retomava a função social da terra estabelecida no Estatuto da Terra e indicava a política de reforma agrária como capaz de estender os direitos de cidadania às populações rurais (SANTOS, 1988), assumindo também a desapropriação como penalização dos proprietários que não deram função social à terra, baseando a indenização no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural, preço reconhecidamente abaixo do valor de mercado (MEDEIROS, 2014). A meta era assentar sete milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra em 15 anos, recuperando ainda a seleção de áreas prioritárias, a fim de não resumir a ação a intervenções pontuais. Apesar de tornar a reforma agrária e seus mecanismos de desapropriação por interesse social prioridade do governo, a proposta recebeu apoio da Contag e críticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que a consideraram tímida e pactuada (MEDEIROS, 2014).

As críticas mais significativas, no entanto, vieram da União Democrática Ruralista (UDR), criada logo após o anúncio do plano, que articulou representantes no Congresso Nacional e polarizou o debate do PNRA, centrando seu discurso na defesa extremada, com violência discursiva e física, da propriedade privada. Segundo Santos (1988), o texto oficial do I PNRA, assinado em outubro de 1985, inseriu a reforma agrária dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Agrícola, direcionando-a para a modernização do setor agropecuário e formação de agricultores médios. O texto legal deslocou a prioridade da desapropriação, colocando-a como ação secundária e excepcional e reduziu as áreas prioritárias. Ainda segundo este autor, as alterações do Plano e a organização patronal apontam para o poder político dos

proprietários e empresas rurais aos níveis nacional, regional e local, associado ainda a um aumento dos conflitos e da violência contra trabalhadores rurais e suas organizações. O aumento da violência revela um padrão de dominação de proprietários de terra contra camponeses, trabalhadores rurais e populações indígenas, marcado pela expulsão, imposição de condições degradantes de trabalho e desmobilização pela violência.

Este padrão se revela na forma de atuação e no conjunto de valores associados à UDR (BRUNO, 2009a). Segundo Santos (1988), a UDR apontava a subordinação da reforma agrária à política agrícola, secundarizando-a frente à necessidade de defender e salvaguardar o direito à propriedade e às terras produtivas. Nesta defesa, são as terras públicas que devem receber as ações de redistribuição fundiária: “a reforma agrária deve começar pelos 112 milhões de hectares de terras pertencentes ao Governo, hoje desocupadas e livres” (UDR, 1987 *apud* SANTOS, 1988, pp. 46-47), e o agricultor a ser assentado deve ser integrado ao sistema de livre mercado.

Pode-se observar neste período uma nova configuração do complexo tecno-empresarial-militar que continua a evocar a política de colonização como encaminhamento da questão agrária nos anos 1980. O debate promovido durante esse período também firmou a tendência de “reduzir a função social a índices de produtividade”, abrindo brechas para que qualquer extensão de produção inviabilizasse a desapropriação (MEDEIROS, 2014, p. 224). A continuidade da tendência de uso de terras públicas para colonização, o baixo índice de desapropriações, a redução da política agrária à integração do produtor ao mercado e a persistência dos termos e interesses empresariais e de segurança nacional nesse período indicam a continuidade do *colonizar* enquanto *verbo oculto* do enquadramento oficial dado à questão agrária.

Retomando a discussão ao nível estadual, em meados dos anos 1980 a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários (Seaf)⁴²⁸ planejava começar as ações do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) pela discriminação dos lotes em Papucaia. Segundo reportagem de Beatriz Cardoso, a escolha se devia às irregularidades nos registros de imóveis. De acordo com Miguel Pressburguer, diretor de Assuntos Jurídicos da Seaf no governo de Leonel Brizola, Papucaia estava marcada por novas ocupações de terra e pressão pela reforma agrária, com “cerca de 20 ‘propriedades’ disputando a mesma terra, em proporções diferentes”. Além da confusão de títulos, e talvez por isso mesmo, a região era historicamente caracterizada por conflitos entre pretensos proprietários e posseiros. Ainda segundo Pressburguer, as áreas ocupadas por posseiros eram as únicas com aproveitamento integral das terras. As demais áreas eram ocupadas por casas de veraneio, piscinas, playgrounds, estábulos ou ainda, vazias, esperando a valorização fundiária⁴²⁹.

No contexto de implementação do PNRA, o PRRA do Rio de Janeiro, esperava assentar 16 mil famílias entre 1985 e 1989, com o principal objetivo de ampliar a produção e o consumo interno. Este estado havia sido novamente classificado como área prioritária de reforma agrária, e o PRRA sinalizava a importância de promover desapropriações por interesse social devido à presença de conflitos por terra, utilizando como medida complementar a promoção da regularização fundiária. Medeiros *et al* (2009) destacam entre os objetivos a distribuição da terra através da eliminação do latifúndio e minifúndio; aumento da oferta de alimentos e matérias primas para o mercado interno; criação de empregos rurais; diminuição do êxodo rural;

⁴²⁸ Criada em 1986 pelo primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987, Partido Democrático Trabalhista [PDT]), a Seaf seria responsável pela promoção de assentamentos urbanos e rurais, regularização fundiária, resolução de conflitos fundiários, estímulo ao uso racional e produtivo das pequenas e médias propriedades, apoio ao desenvolvimento, implantação e funcionamento de cooperativas e promoção e apoio à comercialização (NOVICKI, 1992, p. 121).

⁴²⁹ Beatriz Cardoso. “Estado inicia demarcação de terras”. *Tribuna da Imprensa*, 23/12/1986, p. 6.

aumento dos benefícios sociais através de inversões do setor público; promoção da paz social no meio rural. Entretanto, sinalizam que o número apontado pelo PRRA não abarcava 20% da demanda de terra no estado.

Segundo Medeiros (2018), as mudanças sofridas pelo PNRA revelam algumas características da burocracia estatal. Ficou evidente a existência de um corpo burocrático cuja cultura institucional identificava reforma agrária e colonização, priorizando áreas de fronteira, consideradas como espaços vazios para alocação de trabalhadores demandantes de terra e, depois, pela identificação entre reforma agrária e assentamentos pontuais, não realizando planejamentos de ações fundiárias mais amplas. Essa burocracia era, ainda, recortada por interesses ligados aos “negócios de terra”, tendo dificuldade de se relacionar com os movimentos sociais (PALMEIRA, 1989, 1994).

Dentre os negócios de terra mais característicos do estado do Rio de Janeiro se observa a valorização fundiária. Algumas reportagens do segundo semestre de 1989 demonstram que nesta dinâmica de disputa pela terra entre a valorização fundiária e a produção agrícola emergiu um novo ator: criadores de reses, particularmente bovinos e equinos. Segundo reportagens do jornal *O Fluminense* de 1989: “Município agrícola, com predominância da produção de hortigranjeiros e pecuária de leite até 1980, Cachoeiras começou a atrair os criadores de cavalos das raças Campolina e Mangalarga Marchador a partir do início desta década”⁴³⁰, tornando-se “o mais destacado polo de criação de cavalos”⁴³¹.

As reportagens trazem à luz uma nova dinâmica local:

A vida de Papucaia começa mesmo na sexta-feira à noite, com a chegada dos sitiantes. E só termina no domingo. Neste período são realizados leilões de gado e equinos e negócios sustentados por dólares, uma moeda estranha aos produtores rurais até que foi descoberta para sustentar a valorização dos principais reprodutores⁴³².

Segundo esta reportagem, os 800 criadores de cavalo absorviam “toda a mão de obra existente”, com média de remuneração de dois salários mínimos da época. Com suas movimentações financeiras em dólares, os criadores que só apareciam nos finais de semana movimentavam uma economia local na qual “não hav[ia] miséria e desemprego”. Apesar de citar o crescimento na produção agrícola do município, devido à continuidade das produções em Papucaia e a criação do assentamento de São José da Boa Morte, o estilo de vida dos produtores rurais, “advogados, engenheiros, servidores públicos e tecnocratas que descobriram uma região que oferece todas as vantagens para o exercício de uma vida livre da poluição e da violência” em Macacu, sinalizam uma reformulação do rural.

A nova imagem do campo, contudo, não deixa de ressoar o mito edênico da terra prometida tão presente nas políticas de colonização e nas expectativas de camponeses. Neste sentido, vale citar toda uma reportagem, cujo título “Reforma agrária não deu certo. Mas o lazer prevaleceu”⁴³³ aponta esta reformulação:

Na década de 50, Cachoeiras de Macacu foi escolhida para o primeiro plano de reforma agrária implantado no Estado do Rio de Janeiro, com suas terras divididas em propriedades de quatro alqueires em média e entregues a lavradores sem condições de sustentar a produção de alimentos.

As terras passaram, então, a ser negociadas para pessoas interessadas em sítios de lazer. Em 1970 não havia um só trabalhador rural assentado. Em compensação, a produção de leite, carne e hortifrutigranjeiros cresceu

⁴³⁰ “Cavalo, investimento com lucro certo”. *O Fluminense*, 16/08/1989, p. 9

⁴³¹ “Leilão de animais movimentou Papucaia”. *O Fluminense*, 01/08/1989, p. 7.

⁴³² “Dólar é a moeda corrente para negociar os animais”. *O Fluminense*, 01/08/1989, p. 7.

⁴³³ “Reforma agrária não deu certo. Mas o lazer prevaleceu”. *O Fluminense*, 01/08/1989, p. 7.

consideravelmente com os investimentos de iniciativa privada, possibilitando a melhoria do plantel de gado leiteiro.

A experiência com o Condomínio Agropecuário Marubaí também não deu certo, sob o ponto de vista do que se pretendia, então, com a reforma agrária: os parceiros receberam quatro alqueires de terras, dez vacas selecionadas, moradia, assistência médica e unidades escolares.

Mas venderam suas propriedades e ocorreu o mesmo fenômeno, isto é, as terras foram absorvidas por pessoas que não tinham tradição rural, mas estavam interessadas em investir na agricultura e pecuária de leite.

O *boom* aconteceu mesmo no início dos anos 80, com a chegada dos criadores de cavalos das raças Campolina e Mangalarga Marchador, fazendo com que o preço da terra disparasse.

Hoje, um alqueire (48 mil 400 metros quadrados) não é encontrado no mercado imobiliário por menos de NCz\$ 50 mil, transformados em dólares na hora da comercialização.

A tendência, segundo os corretores locais, é o aquecimento deste mercado. Evanil Carvalho declara que não tem notícias de que algum proprietário rural tenha perdido dinheiro com a aquisição de terras em Papucaia:

– Possuímos uma estatística que prova que a rentabilidade é muito maior que qualquer aplicação no mercado financeiro, não havendo problema de liquidez porque a procura é sempre maior do que a oferta – garante.

O entusiasmo com a criação de cavalos e com a valorização fundiária de Cachoeiras de Macacu reconstrói a narrativa sobre o município, indicando o que poderia ser chamado de postura dos vencedores, posição social diferente da privilegiada neste trabalho. Como apontou Benjamin (2012, p. 244), “Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe”. Os documentos culturais carregados no cortejo benjaminiano são produzidos em meio às barbáries e expropriações. Na reportagem citada, apesar dos contínuos esforços estatais, a reforma agrária não deu certo. O seu fracasso é contrastado com o sucesso e o progresso promovido pelos “investimentos da iniciativa privada”, único meio pelo qual a produção agrícola e de pecuária se tornou efetiva e próspera. A terra é comprada por um capital anônimo, por pessoas sem tradição rural, mas com interesse e fôlego, indicando um “saber burguês” que Lenharo (1986b, p. 61) apontou na colonização do centro-oeste nos anos 1940-1950⁴³⁴. Esse capital anônimo tem seu *boom* com a chegada dos cavalos de raça, fazendo coincidir o progresso do município com a atividade de elevado investimento de capital. Após quase 40 anos de colonização, o verdadeiro vencedor foi o mercado de terras e imóveis, vitória garantida pelas reses que pastam e são simultaneamente criações e reservas de valor. Quem atravessa as rodovias estaduais em Cachoeiras de Macacu os identifica, tanto os cavalos, os bois e os novos empreendimentos imobiliários que garantem sossego e segurança dentro de seus muros. Como apontado no início desta tese, quem quiser encontrar os lavradores, estes que são desqualificados e não são identificados como proprietários rurais pela reportagem, deve sair das narrativas e rodovias oficiais e entrar pelas estradas de terra.

⁴³⁴ Segundo o autor, nas campanhas de colonização após 1945 e até 1964 foram comuns as desqualificações dos camponeses e trabalhadores rurais como incapazes de produzir e assegurar a produtividade e lucratividade das propriedades rurais. Estas desqualificações eram acompanhadas pela valorização de um pretensão “saber burguês” para o investimento e a lida com o mercado. Lenharo (1986b) aponta nessas idealizações uma imagem da “terra para que nela não trabalhe”.

A reportagem constrói uma narrativa estilizada para o processo de transição urbana de Cachoeiras de Macacu, marcado também por uma re-ruralização (ALENTEJANO, 2005). Até 1970 a população rural de Macacu era majoritária. Sua transição se dá nos anos 1980 e se consolida nos anos 1990. Segundo os dados apontados no Capítulo 4 e Bicalho e Machado (2013), as áreas ocupadas por atividades agrícolas sofreram poucas alterações, apesar da forte redução da população rural. Os autores apontam que as áreas de colonização assumem hoje um caráter tipicamente urbano, assim definidas pelo Plano Diretor Municipal. Além do avanço da urbanização e da especulação imobiliária, também a grande quantidade de áreas de conservação ambiental no município pressiona e limita a produção rural, transformando-as em espaços de lazer e turismo. Segundo estes autores, este quadro de grandes interesses e pressões externas desencadeia “uma reestruturação espacial de incertezas para a população rural, majoritariamente constituída por pequenos agricultores familiares, dependentes da terra como meio de vida” (BICALHO; MACHADO, 2013, p. 554), e em grande parte estabelecidos no município devido às políticas de colonização.

Com dados de 2006, estes autores apontaram a predominância do uso das terras para a pecuária, com área duas vezes maior que a área das lavouras. Apesar dessa diferença, observam um aumento de lavouras entre 1996 e 2006⁴³⁵, observando uma tendência de intensificação do sistema agrícola e maior produtividade como elementos de rentabilidade do estabelecimento rural. As principais culturas são a mandioca, o inhame, o milho e a banana, produzidas em sua maioria em pequenos estabelecimentos rurais, com predomínio de proprietários e relações de trabalho de base familiar. Segundo os autores, as lavouras, mesmo em menores extensões de terra, marcadas pela fragmentação das propriedades, respondem pelo maior rendimento das atividades agrícolas.

A tensão entre produção agrícola, criação de gado de corte e leiteiro e valorização do preço da terra, aqui analisada desde os anos 1930, é reforçada enquanto tendência do município em dados mais recentes do Incra (2017). Segundo avaliação do próprio instituto, “[n]a falta de uma política de distribuição massiva de terras, no período recente, grandes imóveis rurais na Região foram sendo convertidos em condomínios e loteamentos rurais” (INCRA, 2017, p. 12). Na prática, segundo o relatório, os processos de industrialização e crescimento urbano extinguiram os espaços agrícolas tradicionais na Zona Homogênea Metropolitana (ZHM)⁴³⁶. A elevada queda da população rural nesta região indica processo acentuado de desterritorialização da população rural, com deslocamento para áreas periféricas, permitindo a criação das “condições ideais de valorização do capital imobiliário” (INCRA, 2017, p. 14).

Os dados mais recentes apresentados neste relatório indicam Cachoeiras de Macacu com uma das menores taxas de urbanização da ZHM. Se somado o assentamento de Serra Queimada promovido através do Banco da Terra⁴³⁷ não contabilizado pelo relatório, há no município

⁴³⁵ Não foi possível acessar os dados referentes ao Censo Agropecuário de 1995 produzido pelo IBGE. Certamente o aumento da produção agrícola observado neste ano reflete a consolidação do assentamento da São José da Boa Morte. Os dados analisados nas Tabelas 5, 6 e 9 são de 1980, momento em que a ocupação acabava de se realizar, portanto ainda com dados das áreas improdutivas e marcadas pela presença da criação de gado.

⁴³⁶ A ZHM abarca as microrregiões do Rio de Janeiro e do Macacu-Caceribu, os municípios de Itaguaí e Seropédica (pertencentes à microrregião de Itaguaí) e Paracambi (da microrregião de Vassouras). Em sua totalidade, trata-se dos municípios de Itaguaí, Paracambi, Japeri, Seropédica, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Coelho da Roxa, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Magé, Niterói, São Gonçalo, Maricá, Guapimirim, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Rio Bonito.

⁴³⁷ Criado pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 e regulamentado em 2000, o Banco da Terra consolidou um modelo de reforma agrária a ser implementado através de mecanismos de mercado. Esse modelo se baseou em propostas defendidas pelo Banco Mundial ao longo dos anos 1990, priorizando a negociação de valores de compra e venda de terra no lugar da desapropriação, e atuando sob a lógica do acesso ao crédito e ao endividamento como formas de integração e modernização da propriedade familiar. Sobre o contexto de

quatro projetos de reforma agrária e cinco Unidades de Conservação (Tabela 15). Macacu detém um alto Valor Bruto da Produção nas lavouras permanentes e temporárias, porém também apresenta números significativos de áreas de criação extensiva de gado, de haras e de exploração mista. Estes três tipos de produção, com maior relevância da pecuária bovina, são os mais destacados pelo relatório, utilizando dados de 2015 e análise da produção de imóveis maiores que 10 ha. Esta configuração produtiva, junto aos altos índices de especulação fundiária, reflete o aumento do preço das terras. Com base no que já foi apresentado, é possível apreender que a elevada produção agrícola do município se realiza nas áreas inferiores a 10 ha, consideradas como minifúndio, dado que o módulo fiscal do município é de 14 ha.

Tabela 15. Projetos de Reforma Agrária e Unidades de Conservação em Cachoeiras de Macacu

Projeto	Ano de criação	Área (ha)	Capacidade n° de famílias	Famílias assentadas
BT Serra Queimada	2001	1.370,00	142	X
PA Santa Fé ⁴³⁸	1995	4.384,00	120	X
PA São José da Boa Morte	1982	3.903,03	428	383
PIC Papucaia ⁴³⁹	1951	18.531,83	894	15
PE dos Três Picos	2002	27.698,42	X	X
ESEC do Paraíso	1987	4.969,38	X	X
APA dos Frades	1990	37,76	X	X
APA da Bacia do Rio São João	2002	14.924,43	X	X
APA da Bacia do Rio Macacu	2002	20.274,57	X	X

Fonte: Machado (2013, p. 66) e Inca (2017, p. 21; 2021). BT: projeto de crédito fundiário Banco da Terra, atualmente conhecido como Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza; PA: Projeto de Assentamento Federal; PIC: Projeto Integrado de Colonização; PE: Parque Estadual; ESEC: Estação Ecológica; APA: Área de Proteção Ambiental. Tanto o PE quanto o ESEC de Cachoeiras de Macacu são de Proteção Integral, enquanto as APAs são de uso sustentável. Todas as Unidades de Conservação são estaduais.

O rápido sobrevoos pelos últimos 50 anos realizado neste capítulo apresenta um quadro de acumulação entrelaçada de capital. O conceito proposto por Gonçalves e Costa (2020) permite apreender um processo contínuo de expropriação de terras, força de trabalho e direitos que se caracteriza por incorporar espaços não mercantilizados, fazendo coexistir formas de acumulação e exploração numa mesma época e espaço em níveis nacionais e internacionais e formas articuladas de desigualdade social. Os autores ressaltam a “capacidade permanente de produção de novos espaços capitalistas, sempre que a acumulação se depara com uma barreira

formulação da reforma agrária de mercado no Brasil e as disputas sobre seu significado entre diferentes grupos sociais, ver Medeiros (2002).

⁴³⁸ Desapropriada por Decreto de 24 de março de 1995, a área foi posteriormente considerada como remanescente de mata atlântica e o assentamento foi descontinuado. Segundo o Plano Diretor do município de Cachoeiras de Macacu (Lei nº 1.653, de 10 de outubro de 2006), há a pretensão de criar um Parque Municipal como Unidade de Conservação.

⁴³⁹ Estão inclusas aqui as diversas glebas que compõem o PIC Papucaia, incluindo as dos anos 1950 e as desapropriações dos anos 1960. As glebas, bem como seus respectivos tamanhos e quantidade de famílias assentadas, podem ser consultadas na Tabela 1.

para sua expansão”, envolvendo a “reconfiguração completa das características físicas, legais e sociais de ambiente já ocupado em função de variações nos tipos de tecnologia, capital e força de trabalho empregados” (GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 34).

O Estado tem um papel fundamental no processo de mercantilização, desmercantilização e remercantilização do espaço e das relações sociais que caracteriza a acumulação entrelaçada. Os sentidos da colonização articulam em si a constituição de mercados de terra e trabalho nas áreas rurais, frequentemente deslocando populações insubmissas que buscam terra, desfazendo conflitos, desmobilizando organizações e instituindo um espírito empresarial enquanto forma típica, valorizada e esperada de agricultura familiar a ser realizada pela integração das famílias e territórios às dinâmicas de mercado. Por intermédio da política de colonização se realizam a mercantilização das relações de trabalho, de uso e apropriação da terra, impulsionando suas tendências à expropriação da terra, à manutenção da concentração fundiária e à valorização da mecanização e produtividade.

A colonização e sua lógica de intervenção pontual e não estrutural permanecem enquanto impulso articulador e interpretativo do tratamento oficial dado à questão agrária, podendo-se falar do colonizar enquanto seu verbo oculto, que orienta práticas de Estado e percepções do mundo rural, seus problemas e soluções. A continuidade desta lógica não é estanque, e, como apontado anteriormente, nos contextos de conflitos e de maior organização e participação de movimentos sociais ela sofreu críticas e foi contraposta a modelos alternativos de reforma agrária. As contradições desse processo devem ser analisadas a partir do mosaico de atores sociais, seus valores, expectativas, interesses, práticas e formas de associação que se reconfiguram em cada momento.

As sequências de crise de abastecimento, obras públicas, projetos de colonização, organizações e reivindicações camponesas, intervenções militarizadas, regularização, titulação e valorização fundiárias sinalizam este processo de acumulação entrelaçada, apreendido junto do projeto de modernização conservadora da agricultura. Este projeto articula uma singular simbiose entre arcaico e moderno que revela a “manutenção da concentração da propriedade da terra, como uma fonte de poder, para além da condição da terra como meio de produção” (WANDERLEY, 2010, p. 29). As consequências da política de colonização, realizada fundamentalmente com pouca participação de organizações camponesas, conforme a própria narrativa dos vencedores anteriormente citada, aprofundou a força da propriedade fundiária concentrada e o conjunto de relações sociais, projetos, estrutura de poder e valores de classe a ela associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. PÓS-COLONIAL? O VERBO OCULTO DA POLÍTICA AGRÁRIA BRASILEIRA

A fim de sintetizar as proposições até aqui discutidas, nestas considerações finais também será apontada uma compreensão mais ampla do verbo oculto da política agrária brasileira: colonizar.

Os três primeiros capítulos apontaram para o colonizar como elemento formativo do Brasil contemporâneo. Os sentidos buscados pela política de colonização e suas diferentes configurações espaciais e temporais indicam um padrão de intervenção e interpretação estatais para a questão agrária, apreendendo-o a partir do complexo tecno-empresarial-militar em suas diferentes formações e atuações. Ao trabalhar a contrapelo com a história do Brasil, foi sinalizada a permanência deste padrão enquanto elemento de formação, transformação e conformação da sociedade brasileira. Neste sentido falou-se de um verbo oculto e, para entendê-lo enquanto padrão de comportamento, imaginário e interpretação, foi necessário analisar os sujeitos que o constituem e mobilizam, sobretudo o complexo tecno-empresarial-militar que se articula em preocupação com a terra e seus elementos correlacionados: a propriedade, o território, o trabalho, a produção. Constituídos em relação, também foram analisadas a formação de movimentos sociais e as ações coletivas, imaginários e projetos de sociedade construídos por grupos camponeses que, de forma mais ou menos explícitas, se contrapuseram à tradição colonial de controle da terra e do trabalho.

A linguagem técnica produzida dentro das instituições burocráticas do Estado e em suas relações com as classes empresariais sinalizou valores e expectativas a serem inculcados em trabalhadores e camponeses apreendidos como facilmente manipuláveis e maleáveis à modernização. A maleabilidade atravessa os séculos XIX e XX com diferentes expectativas de indução à civilização pelo contato com imigrantes e/ou com técnicos. Selecionados os considerados mais aptos e suscetíveis ao espírito empresarial, capazes de pensamento prospectivo, previsibilidade, cálculo, de amor à propriedade privada e vinculação à classe patronal e seus interesses por incentivos fiscais, concessões e assistências, constituíram-se simultaneamente os mercados de terra e trabalho com sistemáticas expulsões, expropriações e colonização.

Ao longo dos séculos XX e XXI, aquele sentido externo da colonização apontado por Prado Jr. (2011) é assumido pelo agronegócio em seu processo de modernização do latifúndio e captura do Estado para incentivos de crédito e garantia de condições de estabilidade, tanto financeiras quanto políticas e sociais. Mantendo esta integração periférica ao mercado internacional (FERNANDES, 2020), a internalização da colonização criou novos sentidos que realçam o controle sobre as populações camponesas e indígenas, mas também sobre populações urbanas. Esta colonização realizada pela contínua e sistemática intervenção do Estado pretende criar condições de expansão e valorização do mercado de terras, pacificar e controlar populações potencialmente insubmissas, inserindo-as de forma subalternizada no mercado de trabalho.

A característica de tutela, conquista e controle contínuos de territórios e populações potencialmente insubmissas não se restringiu a trabalhadores rurais e camponeses, estando presente também na política indigenista (SOUZA LIMA, 1995) e na pacificação de favelas no Rio de Janeiro (FACINA, 2014; OLIVEIRA, 2016). O deslocamento populacional, a desmobilização de grupos organizados, tal como realizado no início do golpe militar em áreas rurais e em favelas no Rio de Janeiro, a atuação do Estado policial e militarizado na valorização

dos interesses e da acumulação do capital imobiliário, ainda que estejam a tal ponto banalizados, são práticas recorrentes em nossa história e que precisam ser avaliadas processualmente. Não se pretende aqui simplificar estes processos ou apontar a origem de tudo na política de colonização, mas identificar práticas comuns enraizadas em determinados setores e instituições do Estado que atravessam as fronteiras nem sempre bem definidas entre rural e urbano, marcando essas populações com o despejo, o deslocamento forçado, a precariedade e a violência. A continuidade dessas práticas e lógicas de gestão estatais não é dada e nem harmônica, devendo-se considerar as tensões internas que disputam os significados de políticas públicas e dos próprios objetivos da ação do Estado, entendendo as múltiplas configurações do Estado a partir de seus atores e contextos.

Analisando a retomada da categoria “pacificação” no contexto de atuação policial nas favelas do Rio de Janeiro nos anos 2000, Oliveira (2016, p. 318) observa que no uso da categoria está a “instituição de uma unidade social imaginada como relativamente consensual”, processo de classificação social, normatização e imposição de práticas de governança e de dominação: “modos de gestão de territórios e populações”. A categoria fora amplamente utilizada na história do Brasil, da Colônia à República, em relação ao controle e submissão das populações autóctones marcadamente insubmissas, como se pode ver no deslocamento e no controle das populações fluminenses nas campanhas contra os cortiços no início do século XX e nas remoções dos anos 1960. Segundo Oliveira (2016), em seguida ao golpe de 1964 grandes favelas da Zona Sul, área nobre do município do Rio de Janeiro, foram extintas e suas famílias foram transferidas para conjuntos residenciais planejados, como Cidade de Deus e Vila Kennedy. Entre 1962 e 1974 foram 80 favelas total ou parcialmente removidas, mais de 26 mil habitações destruídas e quase 140 mil pessoas retiradas. Segundo Pestana (2014, p. 129), a ação governamental de remoção de favelas atingiu as “principais áreas de concentração das moradias da classe trabalhadora carioca” em prol dos interesses imobiliários, desmobilizando as formas de organização coletiva de trabalhadores favelados, áreas e organizações taxadas como subversivas e comunistas pelos militares. Apesar do anticomunismo, de fato muitas das intervenções se deram em áreas de organização e atuação de movimentos sociais e com presença do PCB (PESTANA, 2014). Lideranças, apoiadores e moradores foram presos, torturados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e junto da repressão como tônica de ação do Estado nas remoções, moradores buscaram resistir e permanecer nas regiões alvo da política do Estado. A continuidade das ações de remoção militarizada e de controle sobre as organizações coletivas têm caracterizado as experiências formativas das classes trabalhadoras do campo e da cidade no Brasil, indicando um quadro comum de expropriações, exploração e resistência.

Enquanto verbo, colonizar é ação e reflexão imbricados que se realizam por sujeitos historicamente situados em suas relações sociais, organizações e padrões estruturais de desigualdade (MARX; ENGELS, 2007; SAFFIOTI, 2019). Foi possível observá-lo no enquadramento que acentua o papel interventor e dirigista do Estado, a fim de consolidar a formação dos mercados de terra e trabalho livre a partir da política de colonização. Deste modo se pretendeu intervir ativamente consolidando as posses de terra, ou consolidando práticas extensas de grilagem, mas também intervindo sobre as formas de organização, composição étnica e movimentação migratória da população nacional e internacional. Em ambos os processos se recoloca a acumulação primitiva e suas características centrais de expropriação e exploração de populações subalternizadas, levados a cabo por um Estado autocrático que age na conformação prévia das formas de organização e socialização das classes trabalhadoras de modo a controlar os efeitos positivos da mudança social e reproduzir padrões desiguais de prestígio, riqueza e poder (FERNANDES, 2008, 2011, 2020).

Este padrão autocrático está presente na tradição positivista e autoritária que apontou continuamente para o controle pelo planejamento excessivo e pela militarização contra as

“classes perigosas” dos séculos XIX e XX. No cerne dessa perspectiva está a objetificação de populações que podem ser manipuladas e ressocializadas a partir do desenraizamento e reenraizamento controlado, buscando produzir cinturões verdes e de pacificação. A colonização é um ato de poder que conduz à perda de autonomia e empreende uma forma de dominação que é política, econômica, social e cognitiva (SOUZA LIMA, 1995, 2002; BALANDIER, 2014). Conforme trabalhado por Bourdieu (1979) e Bourdieu e Sayad (2006) a respeito da dominação colonial na Argélia, e dos elementos apontados por Cusicanqui (2010) para a Bolívia, González Casanova (2007, 2015) para a América Latina e Balandier (2014) para a Indochina e África do Sul, observa-se que a usurpação da terra, o crescimento da urbanização, o reassentamento forçado das populações camponesas e a passagem da economia da troca para a economia do mercado acentuam o crescimento da concentração fundiária e se constituem em elementos fundantes do poder colonial. As características sistemáticas, internas e tutelares da colonização apontadas nos mecanismos de controle da terra e da população indicam o caráter relacional da situação colonial apontada por Balandier (2014).

A prática colonial produz “camponeses ‘descamponesados’” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p. 50), marcados pela ruptura brusca com a condição camponesa, produzida pelo abandono da terra e a fuga para a cidade, ou ainda a permanência resignada numa condição desvalorizada e desumana. A desintegração da experiência também foi apreendida por Fanon (2005) enquanto característica do mundo do colonizado e por Freire (2018) enquanto elemento que caracteriza a opressão. A partir dos conceitos de enraizamento e desenraizamento criados por Weil (1996), se apreende a dimensão de exclusão e rompimento brusco com expectativas individuais e coletivas que são formas de ser compartilhadas e assentadas na terra que criam memórias, identidades, pertencimentos e expectativas de futuro e de transformação social.

Conforme apontado, a política de colonização buscou criar uma total objetificação e sujeição das populações e dos territórios a serem controlados, pacificados e inseridos na dinâmica da acumulação e do mercado. Trata-se uma pretensão irrealizável que termina por repor a característica sistemática da colonização. Segundo Saffioti (2019, p. 149), “em qualquer situação social, não há puros objetos; todos são sujeitos” ativos que, por vezes, são capazes de constituir organizações e resistências coletivas não mecânicas, fundadas em práticas imersas na correlação de força e na tensão entre os processos de reificação/humanização.

O que se esperou apontar é que em meio aos contínuos e sistemáticos esforços da colonização de induzir comportamentos, valores e disposições em grupos e indivíduos tomados como manipuláveis, observam-se resistências, indignações, formas de participação e ação, vocalizações mais ou menos públicas de suas demandas e insatisfações, criando fissuras contra o ímpeto objetificante presente na tradição do planejamento e intervenção que compõe a política de colonização e o complexo tecno-empresarial-militar.

Nos últimos três capítulos foram apontados a dinâmica de conflito, os padrões de controle e as formas de organização e resistência criadas por camponeses e seus mediadores em momentos de repressão e violências físicas e simbólicas. Entre participantes e herdeiros dos movimentos camponeses de 1959-1964 no município de Cachoeiras de Macacu, a terra livre foi constituída como elemento aglutinador de expectativas e desejos de autonomia e reprodução social a serem garantidos pela ação coletiva e ativa dos lavradores (BRITO, 2021). Entre essas ações estiveram as ocupações de terra em 1961, 1963 e 1979/80, mas também as articulações com a Igreja Católica, as manifestações, a atuação sindical, as denúncias em jornais e junto a partidos políticos. Libertar a terra dos grileiros e nela reconstituir seus laços após sucessivos despejos e experiências de violência e deslocamento significou reenraizamento. Conforme apontado, a própria intervenção do Estado pela política de colonização criou expectativas de conquista e garantia da terra e da autonomia produtiva entre grupos camponeses da região ou que para lá se deslocaram, de modo que a colonização foi apreendida nesse conjunto complexo de relações e experiências coletivas.

Em fins da década de 1970 as mobilizações camponesas pressionaram mais uma vez a realização das desapropriações em razão de conflito social. Sempre realizada por meio da pressão popular, a reforma agrária foi mais uma vez impulsionada no debate público. Conforme Palmeira (1985), a organização camponesa ressurgiu com força política e mobilização social no período de distensão do regime militar nas áreas onde sua organização havia sido mais intensa no período pré-golpe, apresentando uma “internalização da luta de classes” que se manteve de forma menos espetacular nos momentos de maior repressão. A partir de então o termo “colonização” começa a cair em desuso, em grande medida pela própria crítica dos movimentos camponeses a esta política. No II Congresso da Contag, realizado em 1973, o movimento sindical já havia delineado

que a reforma agrária se fizesse enquanto “processo global”, que ela não fosse confundida com colonização, que não se concretizasse através da transferência dos camponeses para áreas distintas das que habitavam, mas que se realizasse com a fixação do homem no local onde morasse (MEDEIROS, 1989, p. 98).

A crítica era continuamente colocada pela Abra (SILVA, 1971), que ao longo dos anos 1970/90 manteve fortes laços com a Contag, e esteve presente na própria avaliação feita pela FAO, como apontado no Capítulo 6. A questão foi retomada de forma mais extensa no III Congresso Nacional da Contag, realizado em 1979:

o conceito de Reforma Agrária não é pura e simplesmente, a ocupação de espaços vazios das terras públicas, mediante o processo de colonização, mas, sim, o conjunto de medidas que visem melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

[...]

Considerando:

- que a colonização é colocada como pretexto para a não realização da Reforma Agrária, nos moldes e forma que a realidade brasileira a tem cobrado;
- que imensas áreas públicas são entregues a empresas colonizadoras particulares;
- que as colonizadoras visam lucro, encarem os projetos, são presas fáceis do poder econômico/político e não têm visão social do problema;
- que essas colonizadoras praticam toda sorte de irregularidades em favor do poder econômico e adotam diversas formas de pressão contra os trabalhadores rurais;
- que tais pressões visam marginalizar os trabalhadores nos projetos;
- que a colonização da Amazônia está sendo desenvolvida para atrair mão de obra barata para a região;
- que várias outras regiões se mantêm prejudicadas pelo latifúndio, que permanece intocável e causando tensões sociais;

Proposições:

- 1 – que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais tome posição contra o processo de colonização atualmente em curso;
- 2 – que os erros e desvios desta colonização como alternativa oficial para não fazer a Reforma Agrária sejam analisados e amplamente denunciados, especialmente a expulsão de colonos e posseiros e sua transformação em mão de obra barata e escrava;
- 3 – que a colonização seja realizada somente por órgãos oficiais com a participação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e não por colonizadoras particulares;
- 4 – que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais exija a realização de uma colonização voltada para a criação massiva de unidades de produção de tamanho familiar em benefício dos trabalhadores rurais. (Proposta de Reforma

Também no 1º Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, destaca-se como exigência o “Fim de toda e qualquer colonização dirigida, seja pelo governo, empresa privada ou cooperativas”⁴⁴⁰. Conforme destacado por Medeiros (1989), Santos (1993) e Seyferth (2011), a experiência malsucedida da colonização e o retorno para o local de origem impulsionaram, entre outros fatores, a formação do MST e a exigência pelo assentamento sem deslocamento da população camponesa. O fracasso da política de colonização foi frequentemente apontado a partir do seu baixo número de beneficiários, da dificuldade de estabelecer condições de autonomia e reprodução social, do caráter de intervenção pontual e de insuficiência na redistribuição de terras que não foram capazes de alterar a estrutura fundiária e dar resolução aos conflitos sociais. Essas críticas foram dirigidas ao Ibra, conforme indicado no Capítulo 5, mas também ao Incra, como sinalizam as proposições da Contag e do MST e de técnicos desse instituto (SEAF, 1991, p. 102).

A ampliação das críticas à colonização e a luta ampla em torno de uma proposta de reforma agrária massiva, imediata e com participação popular obtém alguns resultados parciais, como a própria crítica da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (BRASIL, 1997) às práticas de colonização. A pressão, contudo, não foi capaz de revelar e alterar o verbo oculto que configura a interpretação e intervenção hegemônicas da política agrária, em grande medida pela própria organização e pressão patronal (SANTOS, 1995), sendo possível apreender alguns dos elementos característicos que foram aqui levantados para a colonização nas formas de assentamento de reforma agrária. O próprio termo “assentamento” remete aos deslocamentos populacionais promovidos pela política de colonização, indicando a intervenção do Estado nos fluxos migratórios e, talvez com mais intensidade, no deslocamento dos conflitos em áreas valorizadas e com presença de grandes proprietários. A valorização da pequena propriedade familiar integrada ao mercado e assolada por endividamento e expectativas de produtividade também trazem consigo contradições que remontam à colonização e suas tensões.

Segundo Leite (2005), o termo “assentamento rural” data de meados dos anos 1960. Presente nos relatórios de programas agrários oficiais da América Latina, o termo tem como objetivo

designar a transferência e a alocação de um determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra (ou com recursos fundiários insuficientes à sua reprodução) em algum imóvel rural específico, visando à constituição de uma nova unidade produtiva em marco territorial diferenciado (LEITE, 2005, p. 43).

Ainda segundo este autor, o termo tem carregado consigo o confronto entre projetos políticos opostos: por um lado, o programa de colonização conduzido sob o esquema de segurança nacional e, por outro, a conquista de novas áreas para reforma agrária, possibilitando a afirmação e a visibilidade política dos movimentos sociais e entidades de apoio. O autor apreende no conceito de assentamento rural diversas modalidades de intervenção pública, tais como projetos de reforma agrária, reassentamentos, projetos de colonização, projetos de valorização de terras públicas e reservas ou projetos agroextrativistas.

⁴⁴⁰ Movimento dos Sem Terra. 1º Congresso Nacional realizado em Curitiba dos dias 29 a 31 de Janeiro de 1985. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1885%20E2%80%9320Documento%20Final%20do%20Primeiro%20Congresso%20Nacional%20dos%20Trabalhadores%20Rurais%20Sem%20Terra%20-%20MST.pdf>. Acessado em 16/11/2019.

Conforme apontado ao longo desta tese, foram muitas as formas de relação entre reforma agrária e colonização, ora contrapostas, ora integradas com a clara subsunção da reforma à colonização, ou ainda a possibilidade de implementar uma reforma agrária, ainda que tímida, nas frestas da colonização, considerando, ainda, suas relações com as noções de desenvolvimento e modernização. A dinâmica entre estes valores e o conjunto de expectativas que trazem consigo devem ser entendidos na apreensão das relações de poder nas quais os diferentes grupos formam a si mesmos. Segundo Martins (2003) e Silva (2004), há mecanismos comuns de desenraizamento que compõem a experiência de grupos camponeses retirados da terra, impedindo a continuidade de seus projetos de vida e projeções de futuro.

A imagem do assentamento de reforma agrária ecoa os desejos de conquistar a terra que motivaram tantos camponeses a migrarem para os projetos de colonização oficial. As possibilidades de reconstituir a “comunidade” e os laços vicinais de solidariedade, de dedicar-se ao plantio da própria lavoura, de se deslaçar das formas de dependência e construir a autonomia encontraram terreno fértil nas potencialidades de enraizamento no território e de pertencimento coletivo. Segundo Silva (2004, p. 117), a reforma agrária

não deve ser reduzida apenas a uma política distributivista de terra e de créditos insuficientes; deve ser uma política que resulte em uma prática efetiva em torno do projeto da agricultura familiar, capaz de atender às necessidades reais de reprodução material e social de homens, mulheres, jovens e crianças, projeto esse que deve se basear nas experiências de vida dos sujeitos envolvidos. Experiências que não se resumam ao trabalho, mas que incorporem a cultura, o imaginário, a festa, a religiosidade, os símbolos solidificadores do elo – usurpado no passado. Estes elementos, infelizmente, estão ausentes dos Planos de Reforma Agrária.

Constitui parte do drama encadeado pelo contínuo e sistemático uso da colonização como mecanismo de adiamento da resolução da questão agrária a presença dos elementos apresentados por Silva (2004). De fato, entre os projetos de colonização, elementos de reconstituição de laços sociais foram tomados como essenciais para a efetiva fixação da população rural no solo, como expostos pela colonização sistemática e pela imagem da comunidade harmonizada. Esta fixação implica em administrar as formas de mobilização dos grupos sociais considerados alvo da política, seja os seus fluxos de migração ou suas formas de organização social, o que também significa gerir projetos familiares, coletivos e formas de produção. Conforme discutido até aqui, a colonização visa fixar homens e mulheres na terra, mas foi incapaz de criar raízes por dar continuidade aos processos de reprodução da desigualdade e inserir estas populações em novas relações de tutela e dominação.

É preciso apreender esta condição de desenraizamento da lógica da colonização a fim de entender o alerta dado por Bourdieu e Sayad (2006, p. 54, grifos no original): “*O sistema colonial sobrevive à medida que as contradições que deixa para trás não são efetivamente ultrapassadas*, o que supõe que elas devam ser apreendidas e enfrentadas enquanto tais”. A imagem do latifúndio como constelação social na qual as diferentes formas de uso, posse e ocupação da terra são satelitizados e reduzidos aos espaços e dinâmicas da grande propriedade e grande produção para exportação reforçam a renovação e força do atraso (GARCÍA, 1973; MARTINS, 1994). Nesta configuração, o processo de enraizamento, conforme apontado por Weil (1996), Martins (2003) e Silva (2004) envolve e desenvolve laços construídos com o passado, com perspectivas compartilhadas de futuro e com a participação ativa no presente: o enraizamento precisa da “participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1996, p. 411).

O que faltou nas reconfigurações da política de colonização parece também faltar nos Planos de Reforma Agrária (SILVA, 2004) e foi reprimido e impedido pela ditadura militar é

justamente a participação efetiva e autônoma das populações camponesas nas tomadas de decisão a respeito da democratização do acesso à terra a partir de suas organizações. A lógica da colonização tenta impor uma participação filtrada pelas organizações previamente formuladas pelo Estado. Além de ampla, massiva e imediata, a reivindicação da reforma agrária dos anos 1960 em diante demanda a participação de trabalhadores nas tomadas de decisão, execução e fiscalização, exigindo sua presença ativa na condução e formulação de políticas públicas. A ausência destes elementos reproduz na reforma agrária os sentidos da colonização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Rafael Assumpção. *A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar*. Tese (Doutorado). IESP/UERJ, 2015.

AKRAM-LODHI, A. Haroon; KAY, Cristóbal. Surveying the agrarian question (part 1): unearthing foundations, exploring diversity. *Journal of Peasant Studies*, vol. 37, nº 1, pp. 177-202, 2010.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A evolução do espaço agrário fluminense. *GEOgraphia*, ano 7, nº 13, 2005, pp. 49-70.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *G.E.T.A.T. A Segurança Nacional e o revigoramento do poder regional*. Texto datilografado. Rio de Janeiro, Setembro, 1980. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/getat-seguranca-nacional-e-o-revigoramento-do-poder-regional>. Acessado em: 09/11/2019.

ALMEIDA, Marli de. Terrorismo de Estado e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul. *História Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 19, n. 3, pp. 477-493, set./dez., 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALONSO, Angela. De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro. *BIB*, nº 42, vol. 2, 1996, pp. 109-134.

_____. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44, pp. 35-55, 2000.

ALVES, Bernard José Pereira. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), CPDA, UFRRJ, 2010.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio. Uma história da violência na Baixada Fluminense*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

ALVIM, Rosilene; LOPES, José Sérgio Leite. Vila operária e cidadania (Sobre um processo exemplar de transformação de uma situação de imobilização da força de trabalho pela moradia). *Revista de Sociologia e Política*, nº 2, pp. 99-109, 1994.

ALVIM, Rosilene; LOPES, José Sérgio Leite. “Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial”. In: GRANATO, M.; RANGEL, M. F. (Org.). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: MAST, 2009.

ARANTES, Paulo Eduardo. O Positivismo no Brasil. Breve apresentação do problema para um leitor europeu. *Novos Estudos*, nº 21, 1988, pp. 185-194.

_____. “1964, o ano que não terminou”. In: TELES, E. e SAFATLE, V. (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARENSBERG, Conrad M.; KIMBALL, Solon T. “O método do estudo de comunidade”. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e Sociedade. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

AREZZO, Dryden Castro de. Agricultura de grupos: um modelo para criação de novos empregos e incorporação de tecnologia. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Ano 3, nº 2-4, março/abril, 1973. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=7488&Pesq=>>. Acessado em: 31/10/2017.

_____. *Colonização. Curso de Direito Agrário, vol. 7*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982.

_____. “Administração Fundiária no Estado do Rio de Janeiro: das sesmarias à colonização e assentamentos”. In: CARNEIRO, M. J.; GIULIANI, G. M.; MEDEIROS, L. S. de; RIBEIRO, A. M. M. *Campo Aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BALANDIER, Georges. A situação colonial: abordagem teórica. *Cadernos Ceru*, v. 25, n. 1, pp. 33-58, 2014 [1951].

BASTOS, Eliane Cantarino O’Dwyer Gonçalves. *Reconstituição do conflito da Boa Morte. Um Caso de Luta pela Terra no Estado do Rio de Janeiro*. Texto para discussão Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV e Fundação Ford. [S.l.: S.n.], s.d. Mimeo. MSPP TRAB 0437 BR327r.

BASTOS, Gabriel Souza. “Conflitos rurais em Nova Iguaçu. Pontes entre o passado e o presente”. In: MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BIANCHI, Alvaro; ALIAGA, Luciana. Força e consenso como fundamentos do Estado. Pareto e Gramsci. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, 2011, pp. 17-36.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello; MACHADO, Felipe da Silva. Do agrário ao periurbano o município de Cachoeiras de Macacu na região metropolitana do Rio de Janeiro. *Geografia*, Rio Claro, v. 38, n. 3, pp. 545-563, 2013.

BETFUER, Leonardo Laguna. *Pernambuco e a Aliança para o Progresso: ajuda econômica regional no Brasil de João Goulart*. Dissertação (Mestrado), PPGHE, USP, 2019.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

_____. “Para a crítica da violência”. In: BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2013.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

_____. “Espíritos de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático”. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-1992)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação cultural e o saber cultural. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, vol. 26, pp. 41-60, Jun., 2006.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Segurança e desenvolvimento. *Síntese Política Econômica Social*, vol. 9, n. 35, pp. 5-21, 1967.

BRASIL. *Reforma Agrária. Compromisso de todos*. Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/compromisso_de_todos_-_governo_fernando_henrique_cardoso.pdf>. Acessado em 18/04/2020.

_____. *Coletânea de legislação e jurisdição agrária e correlata. Tomo II*. PINTO JÚNIOR, J. M.; FARIAS, V. (Orgs). Brasília: MDA, NEAD, 2007a.

_____. *Coletânea de legislação e jurisdição agrária e correlata. Tomo I*. PINTO JÚNIOR, J. M.; FARIAS, V. (Orgs). Brasília: MDA, NEAD, 2007b.

_____. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRITO, Ricardo Braga. “*Luta-se pela terra livre*”: resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), CPDA, UFRRJ, 2018.

_____. Grileiro: categoria de acusação simbólica - reconfiguração de forças nas relações entre posseiros e grileiros no pré-golpe empresarial-militar. *Enfoques*, Edição especial XIX Jornada Discente do PPGSA/UFRJ, 2019, pp. 24-44.

_____. Reconquista da terra: resistência e organização de camponeses ao final da ditadura empresarial-militar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 29, nº 2, pp. 332-354, jun. a set. 2021.

BRUNO, Regina Angela Landim. *As condições sociais da agricultura no Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas. UNB, 1976.

_____. *Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1997.

_____. “Um novo campo de conflito agrário. As associações patronais em defesa da propriedade e o movimento de ocupação de terra durante a Nova República”. In: BRUNO, R. (et al.). *Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009a.

_____. “O *ethos* da propriedade da terra no Brasil”. In: BRUNO, R. (et al.). *Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009b.

_____. Guardiões da Reforma Agrária. Servidores públicos e técnicos em defesa de uma Reforma Agrária durante a Ditadura Militar no Brasil. *Tempos Históricos*, vol. 16, 2º semestre, 2012, pp. 71-97.

BUSS, Maria Dolores; SCHEIBE, Luís F.; FURTADO, Sandra M. A. São Pedro de Alcântara: paisagens e rupturas. *Geosul*, v. 17, n. 34, pp. 155-181, 2002.

CADORIN, Vitor Francisco. *Barragem e reforma agrária de mercado: o duplo impacto opressor sobre os camponeses de Serra Queimada – Cachoeiras de Macacu/RJ*. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito). PPGSD, UFF, 2017.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. 10. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (8ª edição).

CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravidão no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Salgado de Oliveira, 2009.

CARMO, Alane Fraga. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH, UFBA, 2010.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011 [2ª edição].

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. “A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas”. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campepinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013 (pp. 439-464).

CARNEIRO, Maria José Teixeira; LATINI, Juliana Lopes; COELHO, Thais Danton; PEDREIRA, Bernadete da C. C. Gomes; FIDALGO, Elaine Cristina Cardoso; PRADO, Rachel Bardy. *Histórico do Processo de Ocupação das Bacias Hidrográficas dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2012.

CARTER, Miguel. “Desigualdade social, democracia e reforma agrária”. In: STEDILE, J. P. (Org.). *Experiências históricas de reforma agrária no mundo, v. 1*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar 709. O comunismo no Brasil (4 v.)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019a.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b [4ª edição].

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “André Rebouças e a questão da liberdade”. In: BOTELHO, A. e SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. “‘Inimigos do progresso’: dominação de classe e resistência camponesa na Primeira República: a guerra sertaneja do Contestado”. In: MOTTA, M.;

ZARTH, P. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre o rural e o urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). UFRJ, 1995.

CEFAÏ, Daniel. “Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris”. In: CEFAÏ, D.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B.; MELLO, M. A. da S. (Orgs.). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

COHN, Gabriel. Dos riscos que se corre nas ciências sociais. *Tempo Social*, nº 13, vol. 1, pp. 39-47, 2001.

Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida). *Posse e uso da terra e desenvolvimento socioeconômico agrícola. Brasil*. Washington, DC: União Pan-Americana, 1966.

COMTE, Auguste. “Curso de Filosofia Positiva”. In: *Coleção Os Pensadores*, vol. 33. Seleção de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORRÊA, Elisa F. e MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-1964. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 2, 2007: 368-392.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado. Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

COSTA, Ana Maria Almeida da; RIBEIRO, Ana Maria Motta; NEVES, Delma Pessanha; TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ALENTEJANO, Paulo; BRITO, Ricardo Braga. *Projeto de Extensão Memórias da Luta pela Terra no Rio de Janeiro. Edição Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: s. e., 2020.

COSTA, Emilia Viotti da. “Primeiras experiências de trabalho livre”. In: *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989 [3ª Edição].

_____. “Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COSTA, Julio Cesar Zorzenon. Políticas de deslocamentos populacionais no primeiro governo Vargas: nacionalismo, intervencionismo estatal e construção da nação e da nacionalidade. *História econômica & História de empresas*, vol. 22, nº 1, pp. 79-113, 2019.

COSTA e SILVA, Artur. “Ordem social mais justa e de respeito aos direitos do homem”. In: *Pronunciamentos do presidente: discursos, mensagens e entrevistas*. Tomo I. Brasília: Presidência da República, 1983. Disponível em: <https://biblioteca2.presidencia.gov.br/acervo/index.php?codigo_sophia=9035>. Acesso em: 21 jan. 2021.

COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981 [1967].

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.

CUNHA, Paulo Ribeiro. *Aconteceu longe demais. A luta pela terra em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Violencias (re)encubiertas en Bolivia*. La Paz: La Mirada Salvaje, Editorial Piedra Rota, 2010.
- CZAJKA, Rodrigo. “Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe. *Antíteses*, vol. 8, nº 15, pp. 219-242, 2015.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*. nº 27, pp. 19-52, 2008.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Livraria Martins, 1941.
- DELGADO, Nelson Giordano. “O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula”. In: DELGADO, N. G. (Org.). *Brasil Rural em Debate – Coletânea de artigos*. Brasília: Condraf/MDA, 2010.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- _____. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização*, v2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Editado por Michael Schröter. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*, v1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ERNANDEZ, Marcelo. “Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996)”. In: SIGAUD, L.; ERNANDEZ, M.; ROSA, M. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- ESTERCI, Neide. “As Bandeiras: modelo de democracia para o Estado Novo”. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.
- ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Estado e agricultura em Goiás. Escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges (1961-1964)*. Tese (Doutorado em História). PPGH, UFF, 2011.
- FACINA, Adriana. “Sobreviver e sonhar: reflexões sobre cultura e ‘pacificação’ no Complexo do Alemão”. In: FERNANDES, M. A.; PEDRINHA, R. D. (Orgs.). *Escritos Transdisciplinares de Criminologia, Direito e Processo Penal: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista*. Rio de Janeiro: Revan, 2014, v. 1, pp. 39-47.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005 [1961].
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 [1976].
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEITOSA, Annagesse de Carvalho. “Embates invisíveis. As formas de resistência em Campinho da Independência, Paraty”. In: MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

FERNANDES, Florestan. Sobre o trabalho teórico (entrevista). Revista *Trans/Form/Ação*, v. 2, pp. 5-86, 1975.

_____. *Apontamentos sobre a ‘teoria do autoritarismo’*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. “A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina”. In: *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.

_____. “As mudanças sociais no Brasil”. In: IANNI, O. (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. “Reflexões sobre as ‘revoluções interrompidas’ (uma rotação de perspectivas)”. In: *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e História das Relações de Poder entre os Terena e o Estado Brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA, J.C.G Marques; COSTA, Luiz Antonio de Oliveira; OLIVEIRA, Francisco Tarcízio Goes de; PINTO, Luís Carlos Guedes. Avaliação de sete anos do Estatuto da Terra. *Abra*, ano 1, nº 12, Dez. de 1971.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *História da Sexualidade, vol. 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1968].

_____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018 [1968].

FURTADO, Celso. “A Operação Nordeste” (1959). In: *Essencial*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2013.

_____. “As reformas agrárias latino-americanas” (1969). In: STEDILE, J. P. (Org.). *Experiências históricas de reforma agrária no mundo*, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

- GALJART, Benno F. *Itaguaí. Old habits and new practices in a Brazilian land settlement*. Wageningen: Centre for Agricultural Publishing and Documentation, 1968.
- GARCÍA, Antonio. *Sociología de la Reforma Agraria en América Latina*. Bogotá: Ediciones Cruz del Sur; Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais. Raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. *Estudos Históricos*, nº 21, 1998, pp. 121-127.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos. Uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GÓMEZ, Sérgio. “América Latina: reformas agrárias no século XX”. In: STEDILE, J. P. (Org.). *Experiências históricas de reforma agrária no mundo, v. 1*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. *Um porto no capitalismo global. Desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. “Colonialismo Interno (uma redefinição)”. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2007
- _____. “El colonialismo interno” [1969]. In: *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI*. Antologia e apresentação de Marcos Roitman Rosenmann. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: Clacso, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRANDIN, Greg. *The last colonial massacre: Latin-America in the Cold War*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>. Acessado em 15/10/2019.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado, PPGAS/MN, UFRJ, 1987.
- HERRERA, Remy. A colonização vista por Marx: para além de alguns mal entendidos. *Argumentum*, Vitória, v. 11, n. 1, pp. 42-55, 2019.
- HOCHSCHILD, Arlie Russel. *Strangers in their own land. Anger and mourning on the american right*. New York, London: The New Press, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio do tradutor”. In: DAVATZ, T. *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

_____. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1959].

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela; COSTA, Ana Maria Almeida da. “O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985)”. In: MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1979.

_____. *O ciclo da revolução burguesa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

_____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Unidades Agrárias não Decimais em Uso no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Parte XV – Rio de Janeiro. Censo Demográfico e Censos Econômicos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951

_____. *Estado do Rio de Janeiro. Censos Econômicos. Série Regional Volume XXIII, Tomo 2*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

_____. *Censo Agrícola de 1960. Espírito Santo – Rio de Janeiro – Guanabara. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, volume II, Tomo X, 1ª e 2ª partes*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

_____. *Censo Agropecuário Rio de Janeiro. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional, Vol. III, Tomo XVI*. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

_____. *Censo Agropecuário Rio de Janeiro. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Vol. 2, Tomo 3, nº 18*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro – SR(07). Divisão de Obtenção de Terras. *Relatório de Análise de Mercados de Terras na Zona Homogênea Metropolitana*. Rio de Janeiro, 2017.

_____. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*. Produzido com dados do SIPRA em 16/04/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acessado em 15/06/2021.

Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). *A reforma agrária. Problemas – Bases – Soluções*. Rio de Janeiro: Ipes, 1964.

LAMOUNIER, Bolivar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. 9. O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (8ª edição).

- LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEITE, Sérgio. “Assentamento Rural”. In: MOTTA, M. *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora Unicamp, 1986.
- _____. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, nº 12, pp. 47-64, 1986b.
- LINHARES, Elizabeth Ferreira. “Quando (e como) o Estado se fez presente. Conflitos por terra na Fazenda Santa Mônica, Valença”. In: MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Teixeira da. *Terra Prometida. Uma história da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LOPES, José Sérgio Leite. Formas comparadas de imobilização da força de trabalho: fábricas com vilas operárias tradicionais e grandes projetos. *Lusotopie*, nº 3, pp. 285-298, 1996.
- LORENA, Carlos. O não cumprimento do Estatuto da Terra: Aspectos Fundiários. *Boletim Abra*, ano 9, nº 6, Nov./Dez., 1979.
- LUGONES, María. “Colonialidade e gênero”. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MACHADO, Felipe da Silva. *Agricultura e reestruturação espacial na interface ruralurbana: o exemplo do município de Cachoeiras de Macacu (RJ)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGG, UFRJ, 2013.
- MAIA, Aline Borghoff. “O lugar do rural na Baixada Fluminense. Incorporação urbana, luta pela terra e articulações rufo-fabris em Duque de Caxias”. In: MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MAIA, Cláudio Lopes. “O Partido Comunista Brasileiro em ação na fronteira”. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- MAGALHÃES, Wallace Lucas. “Reforma agrária se faz com homens, não com a terra”: a “Lei do Boi” como estratégia de reprodução social dos grupos dominantes agrários (1968-1985). Tese (Doutorado em História). PPGH, UFRRJ, 2020.
- MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2010.

- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha. “Apresentação”. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campepinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. *Os camponeses e a política. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1981.
- _____. *Expropriação e violência. A questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *O poder do atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- _____. *O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2018 [9ª Edição].
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1. O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MCMICHAEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS; São Paulo: Editora da Unesp, 2016.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH-USP, 1983a.
- _____. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983b. Mimeo.
- _____. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- _____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado em Ciência Política). IFCH-Unicamp, 1995.
- _____. *Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- _____. “Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar”. In: PINHEIRO, M. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. (Coord.). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <http://www.nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Conflitos%20por%20Terra%20e%20Repressao%20no%20Campo%20no%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%201946-1988.pdf>. Acessado em 18/01/2021.
- _____. “Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”. In: MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio; BENEDETTI, Adriane Cristina; SOUZA, Inês Cabanilha de; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MELÉNDEZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. *Revista Brasileira de História*, v. 34, nº 68, pp. 35-60, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. “O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. In: MELO, D. B. de. (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª ed. Niterói: Eduff, 2020.

_____. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOURA, Clóvis. *Sociologia política da Guerra Camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MYSKIW, Antonio Marcos. “A Marcha para Oeste no Paraná”. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)*. Tese (Doutorado em História). PPGH, UFF, 2018.

NEVES, Delma Pessanha. “Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora”. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 1: Formas tuteladas de condição camponesa*. Coleção História Social do Campesinato brasileiro. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos em Agricultura e Desenvolvimento, 2008.

_____. “Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro”. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

_____. “Ocupação do Imbé: conflitos e rumores”. In: MEDEIROS, L. S. de (Coord.). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

_____. “Posseiros e comunistas. Reparações diferenciais de direitos humanos”. In: MEDEIROS, L. S. de (Org.) *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. “Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica” [1969]. In: *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2015. (pp. 23-43)

NOVICKI, Vitor de Araujo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). CPDA, UFRRJ, 1992.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Expropriação e Luta dos Camponeses Fluminenses. Reforma Agrária – Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). Ano 12, nº 2, Março/Abril de 1982, Campinas. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=8725&Pesq=s%c3%a3o%20jos%c3%a9%20da%20boa%20morte>>. Acessado em 03/11/2017.

_____. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese (Doutorado) de Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ/MN, 1988.

OIKAWA, Marcelo. *Porecatu. A guerrilha que os comunistas esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *AGRÁRIA*, São Paulo, nº 12, 2010, pp. 3-113.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAIM, Rodrigo de Almeida; FRANCHI, Tásio. Colônias militares na região Norte do Brasil: colonização, povoamento e seu arcabouço jurídico ao longo dos anos. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, pp. 705-738, set./dez., 2020.

PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, nº 7, 1989, pp. 87-108.

_____. “Burocracia, política e reforma agrária”. In: MEDEIROS, L. S. et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

_____. “Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana”. In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. Coleção História Social do Campesinato brasileiro. São Paulo: Editora Unesp; DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009a.

_____. “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. In: WELCH, C. et al. *Camponeses brasileiros. Leituras e interpretações clássicas. v. 1*. Coleção História Social do Campesinato brasileiro. São Paulo: Editora Unesp; DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009b.

PENNA, Camila. Gênese da relação de parceria entre Incra e movimentos sociais como modelo para implementação de políticas de reforma agrária. *Lua Nova*, São Paulo, nº 105, pp. 115-148, 2018.

- PESTANA, Marco M. “Golpe de 1964, ditadura e favelas cariocas: reflexões sobre as formas de dominação de classes”. In: MATTOS, M. B.; VEGA, R. (Org.). *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e a arte da agricultura. Um manifesto chayanoviano*. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLETTI, Ronaldo. *1934*. Coleção Constituições Brasileiras, v. 3. 3ª edição. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp 3-15.
- POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. “A questão agrária no Brasil”. In: *A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- _____. “Colonialidad del poder y clasificación social”. In: *Cuestiones y Horizontes. De la dependencia histórico-estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder. Antología Esencial*. Selección y prólogo de Danilo Assis Clímaco. Buenos Aires: Clacso, 2014.
- RAMOS, Jair. “Dos males que vêm com o sangue: as representações sociais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20”. In: MAIO, M.C. e SANTOS, R.V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996. Disponível como ePUB: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub>.
- _____. *O Poder de Domar do Fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Niterói: EdUFF, 2006.
- REIS, Elisa P. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*, vol. 1, nº 2, 1988.
- RIBEIRO, Ana Maria Motta; TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde; ALENTEJANO, Paulo; BRITO, Ricardo Braga. *Contando histórias da terra e das águas*. Erechim, RS: Associação Nacional dos Atingidos por Barragens, 2020.
- RIBEIRO, Carlos A. C. *Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942)*. Tese (Doutorado em História). PPGHS, UFRJ, 2007.

- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Tese (Doutorado em História). CPDOC, FGV, 2015.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIOS, José Arthur. Reforma agrária e colonização. *Síntese Política Econômica e Social*, vol. 1, n. 2, pp. 40-45, 1959.
- ROSA JR, Ailton Fernandes da. *Em águas turvas: homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). CPDA, UFRRJ, 2014.
- SÁ, Eliane Garcindo. “Marcha para Oeste: para além do épico”. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campepinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. “Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade”. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SANTOS, Amanda Pereira dos. A fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, n. 18, jan./jun. 2017, pp. 120-145.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Depois da Constituinte a colonização agrícola uma solução para a crise agrária brasileira?, *Abra*, ano 18, nº 2, Ago/Nov, 1988.
- _____. *Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. Colonização em Novas Terras: a Continuidade de uma Forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República. *Reforma Agrária: Dossiê Estatuto da Terra: 30 anos, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 25, nº 1, jan-abril, 1995.
- SAUER et al (Org.). *Comissão Camponesa da Verdade. Relatório Final: violações de direitos no campo 1946 a 1988*. Brasília: DEX-UnB, 2015. Disponível em: <http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Violacoes%20de%20Direitos%20no%20Campo%201946-1988.pdf>. Acessado em 21/07/2021.
- SCHINKEL, Willem. *Aspects of violence: a critical theory*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2014.
- SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*. New Haven, London: Yale University Press, 1990.
- Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (Seaf). *Atlas fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seaf, 1991.
- SEGATO, Rita. “Gênero y colonialidad: del patriarcado comunitario de baja intensidad al patriarcado colonial moderno de alta intensidad”. In: *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, março/maio, pp. 117-149, 2002.

_____. “Colonização europeia, campesinato e diferenciação cultural no Vale do Itajaí (SC)”. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). *Diversidade do campesinato, v. 1: expressões e categorias. Construções identitárias e sociabilidades*. Coleção História Social do Campesinato brasileiro. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009a.

_____. “Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil”. In: NEVES, D. P. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato*. Coleção História Social do Campesinato Brasileiro. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009b.

_____. Campesinato e Estado no Brasil. *Mana*, vol. 17, n° 2, 2011, pp. 395-417.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na Mata Pernambucana. *Mana* 10 (1): 131-163, 2004.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*. Organização, apresentação e notas de Leonilde Servolo de Medeiros. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2008.

SILVA, Henrique Dias Sobral. *Nas tramas da colonização: uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro / 1930-1938)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRRJ, 2017.

SILVA, Iby Montenegro da. “Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no litoral sul fluminense”. MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil. Frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

_____. Avaliação de XV Anos de Vigência do Estatuto da Terra: Aspectos Político-Institucionais. *Boletim Abra*, ano 9, n° 6, Nov./Dez., 1979.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960 - 1964)*. Dissertação (Mestrado), PPGH, Unesp, 1994.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SILVA, Osvaldo Heller da; MENIM, Emanuel. “Guerrilha de Porecatu: a resistência camponesa na colonização do norte do Paraná”. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição. Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SNOW, David A. “Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields”. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Companion, 2004.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. “Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo”. In: SOUZA LIMA, A. C. de (Org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de.; CASTRO, João Paulo Macedo e. Nota para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). *Antropológicas*, ano 19, vol. 26, nº 2, 2015, pp. 17-54.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos; FACINA, Adriana. “2019, Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado?”. In: TEIXEIRA, C. C.; LOBO, A.; ABREU, L. E. (Orgs.). *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*. Brasília: ABA Publicações, 2019.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil. Programas de reforma agrária – 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012

STEPAN, Alfred. *The Military in Politics. Changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

_____. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SWAAN, Abram de. *In care of the State. Health care, Education and Welfare in Europe and the USA in the modern era*. New York: Oxford University Press, 1988.

TANIGUTI, Gustavo Takeshy. *Cotia: imigração, política e cultura*. Tese (Doutorado em Sociologia). PPGS, USP, 2015.

TEIXEIRA, Marco Antônio. “Tempo da ditadura. Conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé”. In: MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

TELÓ, Fabrício. “Engajamento e desengajamento de camponeses na luta armada. Reflexões a partir da ação do Colina em Cachoeiras de Macacu”. In: MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. *Organizações armadas e camponeses. Comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). CPDA, UFRRJ, 2019.

TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do IBRA”. In: SALES, J. R.; MORAES, L. E.; BRETAS, M. (Orgs.). *O testemunho como janela: movimentos sociais e repressão durante a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2018.

TELÓ, Fabrício; BRITO, Ricardo Braga. Sob o signo do despejo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro (Brasil) a partir da trajetória de Roseli Borges. *Desarrollo Rural: Exploraciones* 45, 2019. Publicação ganhadora do 2º Lugar do Concurso do Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica. Disponível em: <<https://www.sudamericarural.org/images/exploraciones/archivos/Exploracion-45.pdf>>.

- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A formação da classe operária inglesa. Vol. 1. A árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.
- TIBOLA, Ana Paula Lima. *A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFP, 2007.
- TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O Farmer contra o Jeca: o projeto de revisão agrária do Governo Carvalho Pinto*. Marília: Cultura Acadêmica e Oficina Universitária, 2011.
- TÖNNIES, Ferdinand. “Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais”. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e Sociedade. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, edição online, 2009.
- VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2005.
- WAKEFIELD, [Edward Gibbon]. Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*, Conselho de Imigração e Colonização, ano VII, n. 3, setembro de 1946, pp. 337-415.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no Brasil. *Ruris*, vol. 4, n. 1, pp. 21-36, 2010.
- WEBER, Max. “Sociologia da dominação”. In: *Economia e sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. v. 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- _____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.
- WEIL, Simone. “O Enraizamento” (1943). In: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Organização de Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Editora Global, 1986.
- WOLFORD, Wendy. The *casa* and the *causa*. Institutional Histories and Cultural Politics in Brazilian Land Reform. *Latin American Research Review*, vol. 51, n° 4, pp. 24-42, 2016.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Acervo Brasil: Nunca Mais!

IPM do Processo nº 7.477/69, iniciado em 1964 e finalizado em 1969 (7 volumes e 1 apenso).
Acervo: Brasil Nunca Mais, 17 (BNM 17). Disponível em:
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=23063>

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj)

Termo de informação (depoimento) prestado em 05/07/1965 ao DPPS. Prontuário RJ 21.062.
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (AN/PAR)

“Desbravando o planalto central além da Serra do Roncador. Entrevista concedida ao Jornal do Brasil pelo Ministro João Alberto Lins de Barros”. FBC. Publicação nº 3. S.d. AN/PAR, Caixa 16, Pasta 2. FBC – Publicações. 1945 e 1951. (BR_RJANRIO_S7_CX016_PT002_d0001de0001, pp. 119-161).

“Notas à margem da transferência da capital da União”, escrito por Paulo de Assis Ribeiro com a colaboração de Vera Lucia de Assis Ribeiro. AN/PAR, Caixa 3, Pasta 6. Notas à margem da transferência da capital e planejamento do país. 1947 (BR_RJANRIO_S7_CX003_PT006_d0001de0001, pp. 30-180).

“Esclarecimentos prestados por D. Helder Câmara à Exma. Câmara dos Deputados a propósito do Projeto 749/A”. AN/PAR, Caixa 13, Pasta 8. [Nome e data ilegíveis]. (BR_RJANRIO_S7_CX013_PT008_d0001de0001, pp. 63-70).

“Conceito de Colonização”. Trabalho de Fernando A. Genschow e Alarico J. da Cunha Jr. AN/PAR, Caixa 8, Pasta 3. “Documentos sobre o IV Congresso Nacional de Municípios”, 1957. (BR_RJANRIO_S7_C008_PT003_d001de001, pp. 14-34).

“Anotações ligeiras sobre um trabalho de política de colonização e recolonização para o Estado de Goiás”. Manuscrito de Paulo de Assis Ribeiro. S.d. AN/PAR, Caixa 27, Pasta 1. Idago. Diversos Documentos. 1962-1964. (BR_RJANRIO_S7_CX027_PT001_d0001de0001, pp. 1-13).

“Plano de Emergência do IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás”. AN/PAR, Caixa 20, Pasta 1. Plano de Emergência do Idago. Parte 1. 1962 e 1963. (BR_RJANRIO_S7_CX020_PT001_d0001de0001).

“Recorte do Jornal *O Globo* de 30 de Julho de 1963”. AN/PAR, Caixa 54, Pasta 1. Artigos, Projetos, Análises de Reforma Agrária, Política Financeira, Desenvolvimento Econômico. 1963 (BR_RJANRIO_S7_CX054_PT001_d0001de0001, p. 141).

“Linhas gerais de um projeto de reforma agrária”. Sem autoria e sem data. AN/PAR, Caixa 65, Pasta 1. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. S.d. (BR_RJANRIO_S7_CX065_PT001_d0001de0001).

“Carta do Engenheiro Agrônomo José Gomes da Silva ao Diretor do Serviço Nacional de Informação General Golbery Couto e Silva de 08/09/1964”. AN/PAR, Caixa 57, Pasta 4. Ipes – Normas, esboços, ofícios e pareceres. Ibra/Gret: notas para a imprensa. 1964 a 1966. (BR_RJANRIO_S7_CX057_PT004_d0001de0001, pp. 10-11).

“Reforma agrária e produção de alimentos”. Texto de José Gomes da Silva e Josele de Paiva Salomão apresentado no Simpósio “O homem brasileiro e sua alimentação”, promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em Ribeirão Preto (SP) nos dias 6 e 7 de julho de 1964. AN/PAR, Caixa 65, Pasta 4. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. 1964 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX065_PT004_d0001de0001).

“Notas preparadas para entrevista do Dr. Paulo de Assis Ribeiro em 5/10/64”, datilografada em papel do Gabinete do Ministro Extraordinário. AN/PAR, Caixa 57, Pasta 4. Ipes – Normas, esboços, ofícios e pareceres. Ibra/Gret: notas para a imprensa. 1964 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX057_PT004_d0001de0001).

“Solidariedade internacional e política agrária”. Documento escrito por Paulo de Assis Ribeiro para o 12º Congresso Mundial da União Internacional Cristã de Dirigentes Empresariais, realizada no México em outubro de 1964, tendo como tema “Hacia la solidariedad internacional”. AN/PAR, Caixa 44, Pasta 3. Uniapac – União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresa. 1964 (BR_RJANRIO_S7_CX044_PT003_d0001de0001).

“Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro. Dados básicos Sumulas dos Relatórios apresentados pelas Comissões Técnicas e conclusões gerais e sugestões para projetos”. Dezembro de 1964/Março de 1965. AN/PAR, Caixa 72, Pasta 3. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. Inda. Delegacia Estadual do Rio de Janeiro. 1963, 1964 e 1965 (BR_RJANRIO_S7_CX072_PT003_d0001de0001, p. 11).

“O Estatuto da Terra e a reforma agrária”. Datilografado em papel do Gabinete do Ministro Extraordinário. Escrito à caneta: “Julio – Publicado no Suplem. Econômico do Jornal do Brasil de 31/1/65”. AN/PAR, Caixa 57, Pasta 4. Ipes – Normas, esboços, ofícios e pareceres. Ibra/Gret: notas para a imprensa. 1964 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX057_PT004_d0001de0001).

“Relatório final da pesquisa junto a proprietários rurais sobre temas de campanha para divulgação e esclarecimento do serviço de cadastramento rural”. Publicitestes, Pesquisa, Opinião Pública e Estudos Econômicos e Sociais LTDA. AN/PAR, Caixa 59, Pasta 2. Ibra – Critérios para delimitação de módulos – Módulo Rural. 1965 (BR_RJANRIO_S7_CX059_PT002_d0001de0001).

“Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Relatório do Departamento de Cadastramento e Tributação”. AN/PAR, Caixa 60, Pasta 3. Ibra – Relatório de Departamento de Cadastro e Tributação. Gret – Atos Constitutivos. 1965. (BR_RJANRIO_S7_CX060_PT003_d0001de0001, pp. 1-33).

“Conferência ‘Política de aplicação do Estatuto da Terra’”, de Paulo de Assis Ribeiro, realizada em 12 de agosto de 1965. AN/PAR, Caixa 55, Pasta 4. Ipes, debates após Conferências do Curso de Atualidades Brasileiras. 1965 (BR_RJANRIO_S7_CX055_PT004_d0001de0001).

“A atuação do Ibra como instrumento do programa de ação econômica do governo”. Texto datilografado. O seguinte foi escrito à caneta: “p/JB de 31/1/66 Julio”. AN/PAR, Caixa 57, Pasta 4. Ipes– Normas, esboços, ofícios e pareceres. Ibra/Gret: notas para a imprensa. 1964 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX057_PT004_d0001de0001).

“Deliberação nº 68/65, 21 de outubro de 1965”. Ibra. Boletim de Serviço nº 24, ano II. 25/01/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1. Boletins de Serviço – Números 1 a 30. 1965 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT001_d0001de0001, p. 383).

“Deliberação nº 93/65, 24 de novembro de 1965”. Ibra. Boletim de Serviço 25, ano II. 11/02/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1. Boletins de Serviço – Números 1 a 30. 1965 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT001_d0001de0001, p. 422).

“Portaria nº 1 de 3 de janeiro de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço 26, ano II, 1º/03/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1. Boletins de Serviço – Números 1 a 30. 1965 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT001_d0001de0001, pp. 441-442).

“Norma 531 – 3/1. Da seleção e classificação de candidatos a parceiros nos projetos dos Núcleos Coloniais dos Distritos de Caxangá (NE), Alexandre Gusmão (BR) e Papucaia (RJ). Início de vigência: 13/03/1966. Aprovada em reunião de Diretoria em 12/03/1966”. AN/PAR, Caixa 350, Pasta 2. Ibra Fichário sobre legislação. (BR_RJANRIO_S7_CX350_PT002_d0001de0001, pp. 264-273).

“Deliberação nº 11-A, 07 de abril de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 33, ano II, 10/06/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2. Boletins de Serviço – Números 31 a 40. 1965 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT002_d0001de0001, p. 42).

“Deliberação nº 12, em 14 de abril de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 32, ano II, 1º/06/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2. Boletins de Serviço – Números 31 a 40. 1965 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT002_d0001de0001, p. 25).

“Portaria nº 104 de 20 de abril de 1966”. Ibra. Boletins de Serviço 29, ano II, 18/05/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1. Boletins de Serviço – Números 1 a 30. 1965 a 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT001_d0001de0001, p. 506).

“Portaria nº 167 de 10 de junho de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 34, ano II, 15/06/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2. Boletins de Serviço – Números 41 a 40. 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT002_d0001de0001, pp. 49-50).

“Trabalho da Assessoria Preparos de Dados – AT1 do GRET, cuja finalidade é servir de base ao relatório das atividades do GRET”. Bernardo Luiz Porto Carneiro. Agosto de 1966. AN/PAR, Caixa 65, Pasta 3. Gret e Ibra/Ministério do Planejamento. 1957, 1959-1965 (BR_RJANRIO_S7_CX065_PT003_d0001de0001).

“E.M. nº 35”. Documento assinado por Paulo de Assis Ribeiro e endereçado ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República. Rio de Janeiro, GB, 20/08/1966. AN/PAR, Caixa 382, Pasta 1. Sem Título. (BR_RJANRIO_S7_CX382_PT001_d0001de0001, pp. 66-69).

“Portaria nº 271 de 28 de julho de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 39, ano II, 22/08/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2. Boletins de Serviço – Números 41 a 40. 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT002_d0001de0001, p. 134).

“Portaria nº 368 de 19 de setembro de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 44, ano II, 10/10/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2. Boletins de Serviço – Números 41 a 40. 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT002_d0001de0001, p. 249).

E.M. nº 61. Jaul Pires de Castro, Presidente em exercício, para a Presidência da República. Rio de Janeiro, GB. Em 12 de dezembro de 1966. AN/PAR, Caixa 78, Pasta 1. Reforma Agrária. (BR_RJANRIO_S7_CX078_PT001_d0001de0001, pp. 11-13).

“Portaria nº 509, 09 de dezembro de 1966”. Ibra. Boletim de Serviço nº 51, ano II, 20/12/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 3. Boletins de Serviço – Números 51 a 60. 1967. (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT003_d0001de0001, pp. 14-15).

“Deliberação nº 105, 17 de novembro de 1966”. Ibra. Boletins de Serviço 50, ano II, 12/12/1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2. Boletins de Serviço – Números 41 a 40. 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT002_d0001de0001, pp. 372-383).

AN/PAR, Caixa 375, Pasta 2. Notícias sobre o titular”. 1965 e 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX375_PT002_d0001de0001).

Ibra. Núcleo Alexandre de Gusmão. Distrito Federal, Brasil, 1966. Síntesis. Documento preparado por el Ibra para presentación en la “Conferencia Internacional sobre Reforma Agraria”, patrocinada por la FAO. Roma, Itália. Junio, 1966. AN/PAR, Caixa 283, Pasta 2. Documentos Diversos. 1965 e 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX168_PT002_d0001de0001).

“Portaria nº 19 de 19 de janeiro de 1967”. Ibra. Boletim de Serviço nº 54, ano III, 20/01/1967. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 3. Boletins de Serviço – Números 51 a 60. 1967. (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT003_d0001de0001, p. 95).

“Portaria nº 45 de 16 de fevereiro de 1967”. Ibra. Boletim de Serviço nº 54, ano III, 20/01/1967. AN/PAR. Caixa 346, Pasta 3. Boletins de Serviço – Números 51 a 60. 1967. (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT003_d0001de0001, p. 161).

“Ata da 112ª reunião da Diretoria Plena do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, realizada no dia 25 de janeiro de 1967”. AN/PAR, Caixa 349, Pasta 2. Sem Título. (BR_RJANRIO_S7_CX349_PT002_d0001de0001, pp. 327-328).

“Portaria nº 1 de 09 de janeiro de 1967”. Ibra. Boletim de Serviço nº 55, ano III, 30/01/1967. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 3. Sem Título. (BR_RJANRIO_S7_CX349_PT002_d0001de0001, p. 88).

“E.M. 9”. Cópia. Enviada por Paulo de Assis Ribeiro para o presidente Marechal Humberto Castello Branco. 09/03/1967. AN/PAR, Caixa 75, Pasta 2. Sem Título. (BR_RJANRIO_S7_CX075_PT002_d0001de0001, pp. 188-189).

“Portaria nº 95, de 08 de março de 1967”. Ibra. Boletim de Serviço nº 58, ano III, 14/03/1967. AN/PAR. Caixa 346, Pasta 3. Boletins de Serviço – Números 51 a 60. 1967. (BR_RJANRIO_S7_CX346_PT003_d0001de0001, p. 200).

Relatório do Ibra, apresentado por Paulo de Assis Ribeiro. 31 de março de 1967. AN/PAR. Caixa 211, Pasta 4. Implantação da Reforma Agrária – Relatório. 1964-1967. (BR_RJANRIO_S7_CX211_PT004_d0001de0001).

“Ata da 132ª Reunião da Diretoria Plena do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, realizada no dia 12 de maio de 1967”. AN/PAR, Caixa 349, Pasta 2. Sem Título. (BR_RJANRIO_S7_CX349_PT002_d0001de0001, pp. 387-393).

Palestra proferida na Escola Superior de Guerra por Cesar Cantanhede, Presidente do Ibra, junho de 1967. Publicação do Ibra. AN/PAR, Caixa 82, Pasta 1. Gret – Ibra/Ministério do Planejamento. 1966 a 1968. (BR_RJANRIO_S7_CX082_PT001_d0001de0001, pp. 1-19).

“Carta de Brasília”, Ministério da Agricultura, 28/07/1967. AN/PAR. Caixa 82, Pasta 2. Gret – Ibra/Ministério do Planejamento, 1967. (BR_RJANRIO_S7_CX082_PT002_d0001de0001).

Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda. “As áreas para-urbanas no Planejamento”. Encontro sobre Ocupação do Território, 16 a 21 outubro de 1967. AN/PAR, Caixa 98, Pasta 2. Sem Título. (BR_RJANRIO_S7_CX098_PT002_d0001de0001, pp. 6-14).

“Informe de la Misión FAO al Instituto Brasileño de Reforma Agraria”. AN/PAR, Caixa 168, Pasta 2. Plano Geral de Estatísticas Rurais (Incra/Serpro). Reforma Agrária. (BR_RJANRIO_S7_CX168_PT002_d0001de0001, pp. 275-276).

FAO. “Tercera Parte. Aspectos de la reforma agrária en Brasil”. Julho de 1968. AN/PAR. Caixa 168, Pasta 2. Plano Geral de Estatísticas Rurais (Incra/Serpro). Reforma Agrária. (BR_RJANRIO_S7_CX168_PT002_d0001de0001).

“Reforma Agrária e o módulo rural”. Proposição de Ivo Arzua Pereira no II Congresso Nacional Agropecuário. 23 de Julho de 1968. AN/PAR, Caixa 82, Pasta 1. Gret – Ibra/Ministério do Planejamento. 1966 a 1968. (BR_RJANRIO_S7_CX082_PT001_d0001de0001, pp. 47-91).

“Carta Aberta do Presidente do IBRA ao Sr. Ministro da Agricultura” (S.d.). AN/PAR, Caixa 82, Pasta 1. Gret – Ibra/Ministério do Planejamento. 1966 a 1968. (BR_RJANRIO_S7_CX082_PT001_d0001de0001, pp. 41-46).

“Relatório das Atividades da Interventoria no período de 23 de julho a 31 de dezembro de 1968”. Assinado por Luiz Carlos Pereira Tourinho, interventor. Boletim de Serviço do Ibra, ano IV, nº 206, 31 de dezembro de 1968. AN/PAR, Caixa 287, Pasta 4. “Ibra – Publicações”. 1968. (BR_RJANRIO_S7_CX287_PT004_d0001de0001, pp. 1-120).

ETAS. Alejandro Solari LTDA. Engenheiros Consultores. Proposta para um Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Parati. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1968. AN/PAR, Caixa 332, Pasta 2. “Parati”. 1968 (BR_RJANRIO_S7_CX332_PT002_d0001de0001).

Ibra. Relatório Distrito Alexandre Gusmão, Distrito Federal, Brasil, 1966. Brasil: 1967. AN/PAR, Caixa 283, Pasta 2. Documentos Diversos. 1965 e 1966 (BR_RJANRIO_S7_CX168_PT002_d0001de0001, pp. 41-293).

ETAS Ltda. GEOS S.R.L. Distrito de Colonização Caxangá (s.d.). AN/PAR, Caixa 344, Pasta 2. “Ibra”. S.d. (BR_RJANRIO_S7_CX344_PT002_d0001de0001).

“Curriculum Vitae de Paulo de Assis Ribeiro”. AN/PAR, Caixa 46, Pasta 1. Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro. Publicações. 1974 (BR_RJANRIO_S7_CX046_PT001_d0001de0001).

Fundo Conselho de Segurança Nacional/AN

“Informe nº 2/65”. Departamento de Polícia Política e Social. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional – Fundo Conselho de Segurança Nacional. Dossiê Ficha de José Pureza (BR DFANBSB N8.0.PRO, PAI.2021).

Fundo Serviço Nacional de Informações/AN

“Dossiê sobre as atividades do Padre Antônio da Costa Carvalho”. SNI. Informação nº 52/116/ARJ/80. Arquivo Nacional – Fundo Serviço Nacional de Informações (BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80002565).

Acervo Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/UFRRJ)

BASTOS, Eliane Cantarino O'Dwyer Gonçalves. *Reconstituição do conflito da Boa Morte. Um Caso de Luta pela Terra no Estado do Rio de Janeiro*. Texto para discussão Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV e Fundação Ford. [S.l.: S.n.], s.d. Mimeo. MSPP TRAB 0437 BR327r.

Convenção do Condomínio Agro-Pecuário Marubaí. Escritura de Compra e Venda – 1967. Metropolitana – Caixas 8 e 9/Cachoeiras de Macacu. FETAG/RJ – 1964-1989.

“Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio de Janeiro. Contag – 1975”. Acervo MSPP. Fetag/RJ 1964-1989. Caixa 15.

“Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981”. Acervo MSPP. Fetag/RJ 1964-1989, Caixa 16.

Ofício nº AJ/27/80 do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, e do tesoureiro, Miguel Fernando de Souza, ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra/RJ, José Carlos Vieira Barbosa, em 31/01/1980. Acervo MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II.

CACHOEIRAS DE MACACU/ITABORAÍ – Processo de Desapropriação – 1960/1970/1980 (pp. 59-60). Acervo MSPP. Fetag/RJ 1964-1989, Metropolitana, Caixas 8 e 9.

“Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé”. Entrevistas realizadas por Eliane Cantarino e José Pureza, com participação de João de Jesus Pereira, presidente do STR de Cachoeiras de Macacu. Realizada em 02/09/1981. Acervo MSPP.

Entrevista de Raimundo Leoni dos Santos, concedida a Leonilde Medeiros e Joaquim em 27/04/1982. MSPP/em.LST.res.rls

Entrevista de Raimundo Leoni dos Santos, concedida a Leonilde Medeiros e Joaquim Soriano em 25/05/1982. MSPP/en.LST.res.

Entrevista com João de Jesus Pereira realizada por Joaquim Soriano em 18/06/1982. Acervo NMSPP: MSPP/en.LST.trans.jjp

Dryden de Castro Arezzo, em entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24/08/1982 para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd.

Entrevista concedida por Roberto (nome fictício) a Marcelo Hernandez no dia 07/04/2005. Acervo MSPP.

Entrevista de Antônia (nome fictício) concedida a Marcelo Hernandez em 05/05/2005. Acervo MSPP.

Arquivo da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu

Ata da Sessão Especial da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Autos de Mandado de Segurança impetrado por Ubirajara Muniz em 4 de agosto de 1964. Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Processo 18.061.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. “Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros”; 4º Volume, p. 923-924. MEMO/SR(07)/J/nº 541/2000. Código 77.409. Número de Identificação: 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 Volumes.

INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Produzido com dados do SIPRA em 16/04/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acessado em 15/06/2021.